

Universidade Federal de Ouro Preto
Programa de Pós-Graduação em História

Tese

O Quinto Netuno: A expansão marítima da Inglaterra durante a dinastia Tudor a partir dos conceitos de autoridade e experiência

Renato Denadai da Silva

Mariana
2023



RENATO DENADAI DA SILVA

O Quinto Netuno:

A expansão marítima da Inglaterra durante a dinastia Tudor a partir dos conceitos de autoridade e experiência

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: Poder e Linguagens

Orientador: Prof. Dr. Luiz Estevam de Oliveira Fernandes

Mariana, MG

2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S586o Silva, Renato Denadai da.

O quinto netuno [manuscrito]: a expansão marítima da Inglaterra durante a dinastia Tudor a partir dos conceitos de autoridade e experiência. / Renato Denadai da Silva. - 2023.

331 f.: il.: mapa.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Estevam de Oliveira Fernandes.

Tese (Doutorado). Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.

Área de Concentração: História.

1. Autoridade. 2. Primeira modernidade. 3. Inglaterra. 4. Expansão marítima. 5. Grã-Bretanha - História - Tudors, 1485-1603. 6. Experiência. I. Fernandes, Luiz Estevam de Oliveira. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 94(420)(043.2)

Bibliotecário(a) Responsável: Iury de Souza Batista - CRB6/3841



FOLHA DE APROVAÇÃO

Renato Denadai da Silva

O Quinto Netuno: A expansão marítima da Inglaterra durante a dinastia Tudor a partir dos conceitos de autoridade e experiência

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de doutor

Aprovada em 01 de junho de 2023

Membros da banca

Doutor - Luiz Estevam de Oliveira Fernandes - Orientador - Universidade Estadual de Campinas
Doutor - Anderson Roberti dos Reis - Universidade Federal de Mato Grosso
Doutora - Flavia Preto de Godoy Oliveira - Instituto Federal de São Paulo
Doutor - Marcelo de Mello Rangel - Universidade Federal de Ouro Preto
Doutor - Jose Alves de Freitas Neto - Universidade Estadual de Campinas

Luiz Estevam de Oliveira Fernandes, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 10/07/2023



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Tadeu Salles**, COORDENADOR(A) DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA/ICHS, em 12/07/2023, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0557135** e o código CRC **2ED5C948**.

Ao Felipe, por sua luz que me guiou até aqui.

Agradecimentos

As linhas desse texto começaram a ocupar meus pensamentos antes mesmo da escrita da tese se iniciar. Ao final das elocubrações que emergiam desses exercícios involuntários, ficava a sensação de que seria impossível incluir numa seção todos os agradecimentos que gostaria de fazer. Essa sensação se mostra agora verdadeira. Da manifestação da primeira ideia que daria início à tese que aqui se apresenta já se vão praticamente oito anos, ao longo dos quais pude contar com a amizade, colaboração e amparo de muitas pessoas. Não é algo que se possa fazer sozinho, ainda que, paradoxalmente, a realização do trabalho tenda a nos afastar do convívio daqueles que nos são mais caros. Nesse sentido, quero que todos aqueles que tornaram esse trajeto possível, menos árido e mais alegre, sintam-se incluídos nesses agradecimentos, aos quais incluo também as desculpas pela negligência e distanciamento de minha parte.

O período transcorrido na UFOP foi realmente enriquecedor. Tive a honra compartilhar momentos preciosos com colegas, professores, funcionários e alunos que muito contribuíram para minha formação como pessoa, professor e doutorando. Agradeço à acolhida calorosa que recebi de todos vocês. Em especial, gostaria de agradecer aos professores Marco Antonio Silveira e André de Lemos Freixo tanto por ampliarem meus horizontes nas disciplinas ministradas na pós-graduação, quanto pela amizade e pelo companheirismo. Agradeço também pela oportunidade de atuar como professor substituto junto ao Departamento de História do ICHS: sem dúvida uma experiência que nunca esquecerei. Aos alunos e às alunas que tive o prazer de conhecer nesse período deixo meus sinceros agradecimentos pela confiança em meu trabalho.

Aos professores e amigos Bruno Salles e André de Lemos Freixo agradeço a receptiva acolhida na “República da Casa Amarela” (e “Branca”, posteriormente). À Arlinda, que com seu zelo e carinho cuidava de todos nós e de quem guardo felizes memórias e muitas saudades.

Aos colegas do GEHA – Grupo de Estudo de História das Américas, pelas conversas e discussões enriquecedoras.

À Aluana e toda equipe da Latitudes, pela acolhida carinhosa e por me proporcionarem o suporte e segurança necessários para a finalização deste trabalho.

Aos professores e amigos Anderson Roberti dos Reis e Luís Guilherme de Assis Kalil, pela participação na banca de qualificação e por todos os conselhos e comentários enriquecedores dispensados ao longo de tantos anos.

Agradeço imensamente aos professores que gentil e prontamente se dispuseram a participar da banca de doutorado: Anderson Roberti dos Reis, Flavia Preto de Godoy Oliveira, José Alves de Freitas Neto e Marcelo de Mello Rangel. Sou profundamente grato pela atenta e criteriosa leitura e pelos apontamentos que certamente contribuíram para o aperfeiçoamento e correção deste trabalho

Aos amigos Marcela Sampaio, Iris Romagnoli, Arthur Braido, Vitoria Ribeiro e Larissa Ramos por sempre terem uma palavra de acolhimento e conforto.

À minha família: meus pais, Regina e Celso, e minha irmã, Cynthia, pelo amor incondicional e prodigamente despendido a mim. É impossível quantificar o quanto a conclusão deste trabalho deve ao suporte de vocês. Aos meus familiares queridos, tios, tias, primos e primas, sintam-se todos representados nesse agradecimento. Dedico especial agradecimento aos meus avós, Carmella e Tito. Meu avô ansiava por ver esse trabalho concluído e seu neto, por fim, doutor. Infelizmente, o tempo que nos é aqui dado não permitiu e sinto pesarosamente não poder ter-lhe proporcionado essa alegria

Por fim, há dois agradecimentos que não sei exatamente como fazer, pois as palavras parecem canhestras e incapazes de expressar adequadamente a gratidão para com essas duas pessoas. O primeiro deles se refere ao Felipe. A você, meu filho, eu começo me desculpando pelas ausências e distanciamentos que a elaboração deste trabalho nos impôs. Não importava o quão cansado, estressado ou desiludido eu estivesse, seu sorriso e seu amor foram o lume que me orientaram através de todas as escuridões. Sou a pessoa mais feliz do mundo por ser seu pai.

O segundo é ao Duda, a quem devo tanto e tantas coisas que me perco ao tentar enumerá-las. A tarefa de agradecê-lo pela orientação já seria, por si só, hercúlea. Pela amizade e proximidade construídas ao longo dessa jornada, faltariam páginas. Sua dedicação, esmero e profissionalismo com que se entrega a tudo o que faz são fontes contínuas de inspiração. Seus ensinamentos foram essenciais em minha formação e por eles continuarei a pautar todos os campos de minha vida. Sempre altruísta, fez por mim mais do que sou capaz de retribuir e merecer. Mesmo em meio a todas as adversidades, nunca abandonou esse projeto ou deixou o sonho de realizá-lo perecer. Em última instância, este trabalho, agora concluído, é minha forma de tentar agradecer e fazer jus ao empenho e dedicação dispendidos nessa jornada.

Não poderia deixar de agradecer à CAPES pela bolsa de doutorado com a qual fui agraciado, que auxiliou grandemente no desenvolvimento deste trabalho.

Resumo

Este trabalho analisa o processo de expansão marítima inglesa entre os séculos XV e XVI a partir dos conceitos de *autoridade* e *experiência*. Para tanto, a pesquisa se centrou em torno de dois grandes objetivos: reavaliar como esses termos foram entendidos e empregados no início da Primeira Modernidade, bem como certos pressupostos que balizaram as análises sobre os primórdios das navegações na Inglaterra. Quanto ao primeiro ponto, ao investigar os sentidos atribuídos a *autoridade* e *experiência* e as maneiras pelas quais foram invocados e utilizados no período em questão, ficou demonstrado não se tratar de instâncias excludentes ou necessariamente antagônicas, como geralmente foram caracterizadas na historiografia, em especial aquela que definiu a Primeira Modernidade como o momento elevação da experiência em detrimento da autoridade como fundamento da produção e legitimação de conhecimentos. A documentação selecionada também nos permitiu afirmar que ideias relativas à ocupação sobre áreas da América, à propensão às navegações como “natureza” ou “destinos” nacionais e à relação refratária aos reinos ibéricos não estiveram presentes no primeiro século da expansão marítima inglesa, conforme sustentado por determinadas correntes historiográficas. O aparecimento desses tópicos se deu a partir da produção de propagandistas dos empreendimentos marítimos de fins do século XVI, cujas visões acerca do processo expansionista e colonial acabou incorporada pela produção posterior que os empregou como fontes.

Palavras-chave: autoridade; experiência; Primeira Modernidade; Inglaterra; expansão marítima.

Abstract

This work analyzes the process of English maritime expansion between the 15th and 16th centuries based on the concepts of authority and experience. To this end, the research was centered around two main objectives: to reassess how these terms were understood and used at the beginning of the Early Modern period, as well as certain assumptions that guided analyzes of the beginnings of navigation in England. As for the first point, when investigating the meanings attributed to *authority* and *experience* and the ways in which they were invoked and used in the period in question, it was demonstrated that they were not necessarily antagonistic instances, as they are generally identified in historiography, especially the one that characterizes the Early Modern period as the moment of ascension of experience as the foundation of the production and legitimation of knowledge. The selected documentation also allowed us to state that ideas related to the occupation of areas of America, the propensity for navigation as a national “nature” or “destiny” and the refractory relationship with the Iberian kingdoms were not present in the first century of the English maritime expansion, as supported by certain historiographic trends. These topics emerged from the production of propagandists of maritime enterprises at the end of the 16th century, whose views about the expansionist and colonial process ended up being incorporated by later production that used them as sources.

Keywords: authority; experience; Early Modern History; England; maritime expansion.

Lista de Ilustrações

Mapa 1 - The World according to Strabo	116
Mapa 2 - Detalhe do mapa de Juan de la Cosa	126
Mapa 3 - Detalhe do mapa Africa, Asia, Europe, and the northeast extremity of the New World	134
Mapa 4 - Septentrio Orbis Vniuersalis Descriptio	154
Mapa 5 - Typus Orbis Universalis	172
Mapa 6 - Nova et Aucta Orbis Terrae Descriptio ad Usum Navigantium Emendate Accommodata	204
Mapa 7 - Typus Orbis Terrarum	205
Mapa 8 - Detalhe do Estreito de Anian do mapa Cosmographia Universalis et Exactissima Iuxta Postremam Neotericorum Traditionem	206
Mapa 9 - Detalhe do Polo Norte do mapa Nova et Aucta Orbis Terrae Descriptio	208
Mapa 10 - Detalhe do Polo Norte do mapa Vniuersalior Cogniti Orbis Tabvla Ex Recentibvs Confecta Observationibvs	209
Mapa 11 - A General Map, Made Onelye for the Particuler Declaration of this Discovery	217
Mapa 12 - Mapa Mundi de George Best	235
Mapa 13 - Illustri viro, domino Philippo Sidnaeo Michael Lok civis Londinensis hanc chartam dedicabat: 1582	279

Índice

Introdução	14
I. A Inglaterra no espelho espanhol: celebração e crítica	14
II. Escolha das fontes e divisão dos capítulos	21
Capítulo 1: Sobre os conceitos de autoridade e experiência: debates conceituais e historiográficos	33
I. A formação da cultura de autoridades	33
II. Noções de experiência	45
II.1. Usos da experiência: de Aristóteles a Francis Bacon	49
III. Como a historiografia sobre a Primeira Modernidade relacionou os conceitos de Autoridade e Experiência.....	58
III.1. O lugar da América na definição do moderno	65
Capítulo 2: Terra nova encontrada: as navegações inglesas a partir de Bristol no final do século XV e suas relações com o mundo ibérico e italiano	72
I. Bristol como parte das redes de circulação de experiências de navegação	72
II. A imagem do mundo: como operava o imaginário sobre o globo, seus oceanos e terras no alvorecer da modernidade inglesa.....	86
III. A tradição das ilhas atlânticas.....	91
Capítulo 3: João Caboto e os enigmas de um “outro Colombo”	99
I. O enigma do navegador	99
II. O enigma das navegações: qual o mundo havia para ser descoberto?	105
II.1. Primeira navegação: a tentativa de 1496	105
II.2. Segunda navegação: sucessos de 1497	110
II.3. Terceira navegação: 1498 e o fim de João Caboto	118
Capítulo 4: O Impulso a Noroeste ou a América como obstáculo: a busca pela passagem setentrional à fonte das especiarias	127
I. As expedições anglo-portuguesas e a terra de Labrador	127
II. À sombra do pai? As primeiras viagens de Sebastião Caboto.....	137
III. Angleria lendo Caboto: razão e experiência na lógica das correntes oceânicas e na configuração continental	142
IV. Robert Thorne e a busca pela fonte das especiarias.....	148
Capítulo 5: Aprender pelo exemplo: tradição, experiência, razão e a Espanha no espelho do futuro inglês na obra de Richard Eden	164
I. Atividades marítimas inglesas nas décadas de 1530-1540: avanços sobre áreas ibéricas.....	164

II. Estudar o sucesso ibérico: o início da tradução e da publicação de materiais relativos à navegação, cosmografia e conquista por Richard Eden	169
III. Experiência, autoridade e razão na epistemologia de Eden.....	176
Capítulo 6: O quinto Netuno: a busca pela passagem Noroeste e a consolidação das rotas orientais via Nordeste	195
I. Procurar a China, atingir a Rússia: sucessos e fracassos pelo Nordeste ártico.....	195
II. Anthony Jenkinson: novas investidas em busca da passagem Nordeste	198
III. A cartografia setentrional em meados do século XVI: Mercator e a “restituição” de Ptolomeu	203
IV. Humphrey Gilbert e seu <i>Discourse of a discoverie for a new passage to Cataia</i> : em busca da Passagem Noroeste.	214
Capítulo 7: O florescimento moderno: os desejos ingleses de alcançar o Oriente pela passagem Noroeste nos relatos da década de 1570.....	228
I. As viagens de Martin Frobisher: recomeço e novas esperanças em torno da passagem Noroeste	228
II. O erro Tudor: George Best e a tese da grandeza reservada aos ingleses.....	231
III. Richard Willes e a ascensão da geografia.....	239
IV. John Davis: as últimas viagens inglesas do século XVI em busca passagem Noroeste	248
Capítulo 8: Da República ao Império, dos Descobrimentos à Exploração: os projetos de colonização no fim da Era Tudor.....	255
I. O império e o “atraso” ingleses na historiografia.....	255
II. Enriquecer a Inglaterra, enfraquecer a Espanha: Humphrey Gilbert e a estratégia de colonização.....	259
III. John Dee: a recuperação do “Império Britânico” e sua expansão ao passado..	264
IV. Em busca do império, em defesa da fé: publicações em torno da viagem de 1583 de Humphrey Gilbert	274
IV.1 Richard Hakluyt e construção do pioneirismo marítimo inglês.....	276
IV.2 George Peckham: colonização, justificação e expansão da fé	282
IV.3 Edward Hayes: predestinação inglesa sobre a América setentrional	290
Conclusão	297
I. Autoridade, experiência e Idade Moderna: conceitos e historiografia	297
II. América e expansão inglesa: mitos de origem.....	303
Fontes e Documentos	309
Referências Bibliográficas	315

Introdução

I. A Inglaterra no espelho espanhol: celebração e crítica

The England of the Catholic Hierarchy and the Norman Baron, was to cast its shell and to become the England of free thought and commerce and manufacture, which was to plough the ocean with its navies, and sow its colonies over the globe; and the first thunder birth of these enormous forces and the flash of the earliest achievements of the new era roll and glitter through the forty years of the reign of Elizabeth with a grandeur which, when once its history is written, will be seen to be among the most sublime phenomena which the earth as yet has witnessed (Froude, 1906 p. 43)

O excerto acima faz parte do *England's Forgotten Worthies*, texto publicado em 1852 por James Froude, historiador e escritor inglês. Em outra passagem, o autor afirmou que as narrativas das grandes façanhas inglesas seriam a “prosa épica” da “moderna nação inglesa”, comparável ao que a *Ilíada* fora aos gregos, com a diferença de não se tratar de mitos, mas sim dos verdadeiros “atos heroicos” que inauguraram uma “nova era”: a do pensamento, comércio e manufatura livres, na qual os ingleses “araram” os oceanos com sua marinha afim de implantar colônias ao redor do globo. A abordagem, à época, já possuía certa calcificação na historiografia inglesa sobre a expansão marítima e manteria sua presença em trabalhos de historiadores por muitas décadas subsequentes, ainda que em tonalidades menos laudatórias que a de Froude. Por exemplo, Geoffrey Rudolph Elton, escrevendo na década de 1950, continuou a identificar na Era Tudor, particularmente no reinado de Elizabeth I, as origens do império marítimo britânico e do moderno Estado inglês (Elton, 1997, p. 325). Mesmo no século XXI, historiadores com posicionamentos críticos a essa narrativa oficial sustentaram análises dos impérios da época moderna nas quais se pode observar reminiscências do excerto trazido acima. Nas linhas de Anthony Pagden (2001), Espanha e Inglaterra permaneceram como imagens espelhadas, e, portanto, invertidas, uma da outra: em oposição ao império católico espanhol, baseado em conquista e obcecado pelo outro e prata de seus territórios, desenhou-se a autoimagem de um império protestante sustentado pelo comércio e não pela dominação colonial¹.

¹ Em *Peoples and empires* (2001) Pagden afirmou que em virtude da obsessão de seus governantes pela riqueza ilusória contida nos metais preciosos, a Espanha deixou de desenvolver o potencial comercial e agrícola de suas possessões. Mesmo as reformas do século XVIII, segundo o historiador, ao invés de reestruturar o império a partir dos princípios do “livre-comércio”, buscaram fundamentalmente revigorar a economia metalista baseada nas minas de prata (Pagden, 2001, p. 77). Por outro lado, os novos impérios formados pelas nações protestantes e capitalistas do norte da Europa teriam outra natureza, ao menos em

Os elementos presentes nesse “mito fundacional”² veiculado por diversas produções historiográficas naturalizou a Inglaterra como potência naval, projetando teleologicamente para os séculos XV e XVI os embriões do império marítimo-colonial, como se essa lógica já estivesse presente desde o início das primeiras navegações. Nessa construção, o domínio dos mares, a ocupação da América, o triunfo do protestantismo sobre a ameaça católica encarnada na figura da Espanha, nêmesis política e religiosa, figuram como lugares-comuns da grande epopeia inglesa. Implícita ou explicitamente, a construção e veiculação dessa imagem da Inglaterra respondia a uma relação especular, iniciada no século XVI e reforçada nos seguintes, na qual o império espanhol emergiu como o modelo antitético para a definição da autoimagem inglesa. Esses tópicos se tornaram pedras fundamentais para a constituição de memórias históricas e fizeram morada não apenas em determinadas narrativas da história inglesa, mas também na americana, posteriormente.

Nas últimas décadas, produções críticas procuraram, a partir de diferentes enfoques, explorar as fraquezas e contrassensos presentes nessas elaborações, propondo, por exemplo, o caráter assistemático e a falta de unidade nas navegações inglesas de inícios da Primeira Modernidade³, ou ainda o quanto esse processo foi tributário de lógicas mais amplas, particularmente daquelas desenvolvidas por itálicos e ibéricos⁴. Tentarei demonstrar, neste trabalho, a fragilidade da primeira postura, me valendo, para isso, de determinadas contribuições da segunda, com as devidas ressalvas quando, a meu ver, se fizerem necessárias. A partir da análise da documentação relativa às

tese: diferentemente de seus predecessores, seriam impérios baseados no comércio e não na força militar, nos quais se evitava ao máximo conquista e colonização, recursos empregados apenas como último recurso (Pagden, 2001, p. 86).

² Segundo David Armitage (1998, p. 100) a ideia do período elizabetano como uma “idade de ouro” das artes, literatura e expansão é uma construção retrospectiva, impulsionada particularmente pelo nacionalismo e imperialismo do século XIX que remeteram suas raízes ao século XVI. Não obstante, parte desse imaginário começou a ser elaborado no próprio reinado de Elizabeth I. Especialmente após a vitória sobre a Invencível Armada espanhola em 1588, impulsionou-se sua imagem como “Gloriana”, derrotando a ameaça espanhola/católica e salvaguardando o reino e a fé.

³ Empregamos neste trabalho a conceitualização de Primeira Modernidade tal qual sugerida por Cañizares-Esguerra; Fernandes; Martins, 2017. Resumidamente, segundo os autores, a expressão corresponde, grosso modo, a *Early Modern History*, conceito muito comum na historiografia de língua inglesa. Em termos cronológicos, a Primeira Modernidade corresponde ao período compreendido entre c.1450-c.1750.

⁴ Sobre o caráter assistemático da expansão inglesa, ver Kenneth Andrews (1984), Nicholas Canny (1998a), John Appleby (1998), Mary Fuller (2008) e Adriana Craciun (2016); das comparações e influências com o mundo ibérico, obras de John Elliott (1970; 2006) e Jorge Cañizares-Esguerra (2009; 2016). A influência italiana tem sido abordada em estudos como os de Francesco Guidi-Bruscoli (2012) e Heather Dalton (2016).

navegações do período Tudor, esta tese procura operacionalizar uma análise que, a rigor, tanto as correntes panegíricas quanto as críticas não realizaram ao se debruçar sobre a expansão inglesa, que é o desenvolvimento de determinada concepção de modernidade a partir da articulação dos conceitos de *autoridade* e *experiência*. Nesse sentido, as análises aqui presentes também se debruçam sobre o marco maior das discussões a respeito da conceitualização da Idade Moderna.

Por fim, o entrelaçamento dessas duas instâncias da pesquisa leva ao terceiro argumento desta tese, relativo ao lugar da América nessas discussões. Conforme exploraremos a seguir, bem como ficará demonstrado ao longo dos capítulos, não apenas as expedições marítimas inglesas em direção ao continente americano não foram sistemáticas (ao contrário das ibéricas, segundo a historiografia tende a apontar), como as fontes analisadas permitem afirmar que não existiu no período em questão uma definição pronta e acabada do que fosse “a América”, tampouco “o Atlântico”, como os estudos aqui abordados, mesmo os críticos, tendem a projetar.

Pesquisadores envolvidos na desconstrução da “era dourada” das navegações inglesas têm mostrado que a ideia de conjunto veiculada por essa construção não resiste a exames mais aprofundados. O que emerge da documentação, segundo essas interpretações, é uma série de empreendimentos poucos sistemáticos e intermitentes, carentes de eixos ou projetos claramente definidos, nunca completamente abraçados pela monarquia, ainda que em determinados momentos puderam contar com apoio tanto da Coroa quanto de figuras relevantes da Corte. Para John Appleby (1998), por exemplo, a falta de coerência e organicidade foi provocada pela carência de suporte da Coroa, razão pela qual tais projetos permaneceram, fundamentalmente, em mãos de empreendedores privados, cujas dificuldades em angariar financiamento sentenciou a enorme maioria ao fracasso. Já Kenneth Andrews (1984) relativizou o “descaso” da Coroa inglesa, particularmente dos Tudor, nesse processo. O que Appleby classificou como “posição relutante” assumida por Elizabeth I, Andrews chamou de postura “defensiva”, tanto internamente, no intuito de fortalecer a autoridade real, quanto no âmbito externo, para impedir ingerências de outras potências sobre a Irlanda, Escócia e Países Baixos. Isso não significou, para o autor, abandono dos interesses marítimo-comerciais pelos ingleses: grandes mercadores foram favorecidos com a criação de companhias comerciais, monopólios sobre vários ramos do comércio externo e apoio às tentativas de romper o domínio ibérico sobre regiões e rotas na África, América e Ásia,

fornecendo patentes para projetos de colonização e organizando expedições contra navios espanhóis no período mais crítico dos conflitos entre os dois reinos.

Não obstante as divergências, ambos concordaram em um ponto: o que a monarquia Tudor não fez, particularmente no período elizabetano, foi adotar a ideologia expansionista nos moldes desejados pelos chamados “propagandistas”, tais como John Dee, Humphrey Gilbert e Richard Hakluyt, cujos escritos foram profundamente marcados pela beligerância contra os espanhóis e tinham como intuito induzir a Coroa a desenvolver políticas que favorecessem a expansão e colonização. Estudos recentes, como os de Mary Fuller (2008) e Adriana Craciun (2016), mostram como a visão grandiosa, linear e progressiva dada à expansão marítima inglesa decorreu, de modo geral, da leitura desses eventos realizada por historiadores dos séculos XIX e XX a partir dos trabalhos desses propagandísticos. Richard Hakluyt, segundo Fuller (2008, p. 21), buscou provar em suas antologias documentais como os ingleses haviam projetado ao longo da história sua presença para fora dos limites da ilha, tanto por mar quanto por terra, e que essas investidas rivalizavam em grandiosidade com aquelas das outras nações europeias, particularmente as ibéricas. Nesse sentido, as ações de mercadores, navegadores e exploradores não apenas sobreviveram à fome de Cronos, mas adquiriram novos sentidos ao serem compiladas e publicadas: tomados individualmente, cada episódio continha pouco mais do que o registro de tentativas malsucedidas. Dispostos em conjunto, no entanto, convergiam para criar uma história do heroísmo marítimo inglês. Um bom exemplo desse processo pode ser verificado em torno das viagens de João Caboto e a “descoberta” da região da atual Terra Nova, Canadá: praticamente ignoradas ao longo de todo o século XVI até mesmo entre os ingleses, começaram a ser recuperadas por pessoas como Hakluyt interessadas em dotar a Inglaterra de uma projeção histórica sobre os mares e, em particular, sobre a América, fazendo da viagem de Caboto uma das pedras angulares do império marítimo que desejavam instituir (Fuller, 2008, p. 2). Deste modo, a historiografia desenvolvida a partir da documentação produzida pelo círculo de promotores, ideólogos e propagandistas da expansão do final do século XVI e início do XVII naturalizou e propagou a visão que esses indivíduos conscientemente desejavam impor aos acontecimentos.

Ao contrário dessa “propensão natural” da nação inglesa à expansão e ao domínio marítimos, estudos como o de Andrews (1984) e Nicholas Canny (1998b) sugerem que, no geral, a Inglaterra pouco se envolveu com atividades marítimas para

além de suas fronteiras até praticamente as décadas finais do século XVI. Segundo essas análises, o continente europeu foi o principal foco de exportação e importação da economia inglesa, atraindo a grande maioria dos esforços e recursos de mercadores e companhias de comércio. Aqueles que começaram a se envolver na procura ou exploração de rotas de longas distâncias no século XVI tinham na Ásia seu objetivo primordial. O direcionamento tomado por essas atividades, em especial a procura por rotas marítimas setentrionais, mostraria como os olhares estariam voltados muito mais ao Velho Mundo eurasiático do que ao Novo Mundo americano (Canny, 1998b). De modo geral, ainda que concordemos com essa questão de fundo, o que se percebe na documentação inglesa ao longo do período aqui circunscrito é a inexistência de uma identidade americana claramente pronta e definida. Particularmente em relação às regiões setentrionais sobre as quais expedições inglesas começaram a se dirigir desde o final do século XV, não havia consenso estabelecido se as terras faziam parte de um novo continente até então desconhecido, se eram projeções de terras árticas, ilhas espalhadas entre Europa e Ásia, ou ainda regiões conectadas à massa continental asiática. A partir disso, é possível matizar o argumento do “impacto embotado”⁵ que os descobrimentos americanos teriam provocado na consciência europeia, uma vez que a razão do impacto, a “América”, foi constituída dentro de um longo processo, marcado por constantes idas e vindas, no qual noções de autoridade e experiência exerceram papéis fundamentais.

Outra temática do processo expansionista inglês que conta com grande presença na historiografia é sua relação com o modelo ibérico, por vezes numa chave de oposição, enfretamento e superação, em outras, como modelo a ser emulado. Além de Canny (1998a; 1998b) e Fuller (2008), citados acima, pode-se mencionar as análises de Anthony Pagden (1998), John H. Elliott (2006) e Jorge Cañizares-Esguerra e Bradley Dixon (2017). Em comum, tais obras apontam para o fato que o desenvolvimento da expansão inglesa pautou seu desenvolvimento a partir das realizações ibéricas, especialmente nos momentos de maiores tensões. Isto é, mesmo que para refutar e derrotar as pretensões inimigas, reconhecia-se que a razão do sucesso espanhol residia em seu império marítimo-colonial, cujo modelo deveria pautar o desenvolvimento inglês. Pagden (1998) argumentou que a própria identidade dos agentes envolvidos seria

⁵ A expressão alude à tese do historiador John Elliott (1976), exposta no texto “Renaissance Europe and America: a blunted impact?”, segundo a qual os descobrimentos teriam produzido um impacto reduzido sobre as consciências e estruturas mentais dos europeus ao invés de forçar sua transformação.

impensável sem essa estreita relação. Segundo o autor, a autoimagem inglesa no período inicial de sua expansão marítima foi calcada no exemplo espanhol, em um misto de emulação e negação, aspecto também ressaltado por Cañizares-Esguerra e Dixon (2017) ao descrevem como a “inveja imperial” inglesa transitou constantemente entre a repulsa e a admiração. Fosse como modelo a ser seguido ou evitado, a “hispanofilia” conviveu de perto com a “hispanofobia”: o rival espanhol teria fornecido, nessa visão, o espelho pelo qual a Inglaterra pôde se constituir e definir como império ultramarino. Já Elliott (2006), em seu estudo comparativo dos impérios inglês e espanhol, sugeriu que o “desfalque temporal” inglês foi determinante na definição das maneiras que a “nova natureza” dos descobrimentos e a “velha cultura” foram empregadas no desenvolvimento de seus territórios no ultramar. Isto é, por serem posteriores, os empreendimentos ingleses puderam se amparar na experiência de seus predecessores, especialmente os espanhóis: uma vez que os “exemplos se encontravam diante de seus olhos”, puderam se deles como baliza para “evitar os erros dos antecessores” e, “à luz da experiência hispânica”, formular suas próprias políticas, adaptando-as conforme suas próprias necessidades (Elliott, 2006, p. 13-14). Cañizares-Esguerra e Dixon (2017) propuseram, inclusive, que toda a lógica das atividades marítimas inglesas tiveram como eixo norteador a rivalidade geopolítica com a Espanha. Para os autores, a falta de organicidade dos empreendimentos ingleses seria apenas aparente, uma vez que estariam atados pelo liame fornecido pela Espanha.

Esses estudos, em suas múltiplas abordagens, apontam para o aspecto tributário da expansão inglesa em relação aos demais processos europeus, rompendo com a perspectiva cara à historiografia mais apologética, metonimicamente representada no exemplo de James Froude, na qual a Inglaterra representa e conduz um projeto marítimo e civilizacional oposto e avesso àquele das monarquias católicas ibéricas. A nosso ver, essas análises fornecem elementos importantes para a compreensão do desenvolvimento marítimo-colonial inglês, particularmente no início da Primeira Modernidade, ao mostrar as apropriações, empréstimos e ressignificações entre as expansões marítimas europeias. De todo modo, essas análises, especialmente no caso de Cañizares-Esguerra, tendem a focar nos aspectos mais abertamente beligerantes dessas relações, isto é, ainda que reconheçam o peso das práticas e saberes desenvolvidos pelos ibéricos sobre os ingleses, essa “emulação” teria se desenvolvido num ambiente belicoso entre os reinos em questão. De fato, a partir das décadas de 1570 e 1580, encontra-se na documentação claras exortações ao combate da ameaça espanhola e à superação do inimigo mediante a

aplicação, em solo inglês, dos atributos bem-sucedidos desenvolvidos anteriormente por espanhóis e portugueses que lhes proporcionaram os grandes impérios constituídos ao longo do século XVI.

Não obstante, em nossa opinião, essas interpretações incidem sobre um ponto que criticamos nas linhas anteriores: ao se valer basicamente dos escritos produzidos nos momentos mais tensos das relações anglo-hispânicas, cujos autores possuíam agendas bem definidas, escamoteiam-se relações e influências mais diversas, menos bélicas e antagônicas. Por exemplo, estudos recentes desenvolvidos por historiadores reunidos em torno do *Projeto Caboto*⁶ têm mostrado o vínculo umbilical das navegações inglesas do século XV e início do XVI com a Península Itálica e com indivíduos e firmas italianos residentes na Inglaterra. As contribuições de navegadores, pilotos, cartógrafos, mercadores e banqueiros italianos para as navegações ibéricas já foram reconhecidos pela historiografia há certo tempo⁷, e os estudos elaborados por historiadores como Evan Jones (2006; 2008; 2010; 2013), Francesco Guidi-Bruscoli (2012; 2019) e Heather Dalton (2016) indicam que semelhante cenário também se desenvolvia na Inglaterra, mesmo que em escalas diferentes.

Essas análises oferecem uma visão mais ampla das interconexões entre centros ingleses e ibéricos, denotando influências recíprocas e múltiplas em ambos os processos expansionistas. Obviamente, não se está a negar a existência de animosidades entre as coroas europeias por melhores rotas, territórios e áreas de influência, mas sim a existência de redes e circuitos de trocas em que a lógica poderia ser mais colaborativa e não necessariamente combativa. A título de exemplo, diversos mercadores ingleses possuíam representantes ou atuavam diretamente nos principais centros ibéricos como Lisboa e Sevilha, além de tomarem contato também com as atividades que esses reinos desenvolviam nas ilhas do litoral africano e, posteriormente, também de seus territórios americanos. A documentação de fins do século XV e inícios do XVI também mostra uma intensa presença italiana em centros comerciais e financeiros ingleses, como Bristol e Londres, cuja atuação foi fundamental para em empreendimentos marítimos como aqueles realizados por João Caboto. Para além do apoio financeiro, a própria

⁶ Criado em 2009, o *Projeto Caboto* (*The Cabot Project*, no original) é uma iniciativa internacional idealizada pelos historiadores Evan Jones e Margaret Condon sediada no Departamento de História da Universidade de Bristol, Inglaterra. Fazem parte do projeto outros historiadores como Peter Pope, da Memorial University de Newfoundland, Heather Dalton, da Universidade de Melbourne, e Francesco Guidi-Bruscoli, da Universidade de Florença. Documentos e artigos produzidos pelo grupo podem ser acessados no site: <http://www.bristol.ac.uk/history/research/cabot/> (acesso em 20 ago. 2022).

⁷ Por exemplo, Fernández-Armesto (1987) e Quinn (1992).

circulação de saberes sobre navegação, geografia, cartografia que chegavam à Inglaterra na passagem para o quinhentos eram resultado de conexões que haviam se estabelecido entre as penínsulas ibérica e itálica desde o século XIII⁸.

Desta maneira, explica-se o título dado a esta tese: “O Quinto Netuno”, metáfora criada pelo poeta George Gascoigne para se referir a Humphrey Gilbert⁹ em 1576, coaduna, a nosso ver, todas essas instâncias, denotando as múltiplas camadas através das quais se constituía a imagem dos navegadores ingleses e da própria Inglaterra no século XVI. Ao listar aqueles que seriam grandes “Netunos”, Gascoigne estabeleceu uma sequência que se iniciava na Antiguidade e chegava até seu próprio tempo com Gilbert. Nessa linha, é possível observar como se compreendia a relação com o passado e o uso do arcabouço legado por ele: se os modernos podiam “superar” os antigos por se sustentarem sobre suas realizações, projetava-se a Inglaterra como a nova “ponta de lança” ou vanguarda da modernidade, valendo-se das contribuições dos “Netunos” anteriores que avançaram para além dos limites do mundo antigo, para se colocar nos píncaros dos tempos modernos. Essa leitura capta, como demonstraremos ao longo dos capítulos, tanto o papel fundamental dos demais processos expansionistas sobre o inglês, quanto as relações estabelecidas na Primeira Modernidade entre experiência e autoridade.

II. Escolha das fontes e divisão dos capítulos

Para o desenvolvimento das propostas aqui apresentadas, estabelecemos determinado recorte temporal e documental. Em termos cronológicos, a pesquisa abrangeu o período de praticamente cem anos entre as décadas de 1480 a 1580. Politicamente, o período corresponde, grosso modo, ao da era Tudor (1485-1603). Essa delimitação não se justifica apenas pela trajetória historiográfica descrita anteriormente, mas pela própria documentação existente. Os registros mais antigos que com alguma segurança indicam a existência de atividades marítimas inglesas explorando áreas e terras que posteriormente seriam designadas como atlânticas não recuam para além das décadas finais do século XV. O ponto final, estabelecido nos primeiros anos da década

⁸ Cf. Cattaneo, 2007. Nesse estudo, o autor explorou o estabelecimento de vias de trocas e de produção de conhecimentos geográficos e cartográficos entre Portugal e regiões italianas que, através de redes comerciais, atingiam também a Inglaterra.

⁹ Gascoigne foi o editor responsável pela publicação da obra de autoria de Gilbert intitulada *Discourse of a discoverie for a new passage to Cataia*, analisada de maneira mais detida no Capítulo 6 desta tese.

de 1580, corresponde ao surgimento das propostas mais claramente dirigidas à colonização e ocupação da América, bem como de suas primeiras tentativas concretas, como o caso do empreendimento malsucedido de Humphrey Gilbert realizado em 1583. Optou-se por delimitar o final do trabalho em torno das publicações que orbitavam o projeto de Gilbert pois, de certa maneira, tanto os autores quanto os eventos desenvolvidos desse ponto em diante, além de terem sido privilegiados pela historiografia, incorporaram e desenvolveram as tópicas gestadas e desenvolvidas no período circunscrito nesse recorte.

Como me esforçarei a demonstrar, tais propósitos, a saber, 1) de ocupação e legitimação do domínio sobre áreas da América, 2) da ideia da Inglaterra como uma nação propensa à expansão desde seus primórdios e 3) a relação animosa e beligerante com Portugal e Espanha, definidora de um suposto “caráter” inglês protestante de livre pensamento e comércio, *não estavam* dados no primeiro século de expansão. Até onde a documentação nos permitiu retroceder, os empreendimentos marítimos ingleses não atrelavam expansão marítima à constituição de império entendido como dominação territorial e estabelecimento de colônias. Ao invés disso, possuíam como horizontes duas instâncias primordiais: descobrimento de novas terras, que por sua vez não estavam associadas necessariamente à noção de Novo Mundo ou América, e rotas comerciais para o Oriente, no geral, e para ilhas de especiarias (as Molucas, por exemplo) e China, em particular. Nesse período, a relação com os centros ibéricos e italianos, ainda pouco abordada pela historiografia, foi instrumental no desenvolvimento das atividades marítimas inglesas dentro de uma lógica mais colaborativa e menos afrontosa.

Em segundo lugar, essa memória histórica que se tentava constituir em finais do XVI, e que determinadas interpretações tenderam a naturalizar, decorriam de propósitos políticos e dos interesses de determinados círculos promotores da ideia de império marítimo-colonial inglês. Quando pessoas como John Dee, Richard Hakluyt, dentre outras, começaram a construir uma história marítima inglesa, o resultado que emergiu de seus escritos conectava, num linha de continuidade, supostos precedentes que iam do ciclo arturiano e outras viagens medievais, passando pelas expedições até então “esquecidas” de João Caboto até chegar às viagens contemporâneas de Humphrey Gilbert, criando uma *vocação* histórica, religiosa e quase “natural” da Inglaterra à expansão e ocupação de territórios. Ademais, os autores dessas obras promocionais e

propagandistas assumiram praticamente em sua totalidade uma postura beligerante em relação às monarquias ibéricas, vistas à época por esse grupo como ameaças geopolítica, econômica e religiosa. Nesse sentido, os referenciais fornecidos por portugueses e espanhóis foram tomados no tensionamento das chaves da refutação/emulação, deixando de lado outros aspectos mais colaborativos que marcaram os períodos anteriores, bem como das contribuições de outras regiões europeias, como a itálica.

Segundo a análise aqui realizada, graças à fortuna crítica que esses escritos receberam, essa lógica argumentativa tendeu a ser “vitoriosa” na historiografia, tanto nas vertentes mais celebrativas, que promoveram a ideia da “idade de ouro” e da vocação imperial marítima, quanto nas críticas, que se concentraram nesse momento particular das relações políticas inglesas com seus vizinhos e da produção textual propagandística, assumindo para seus estudos a visão dos grupos mais ferrenhamente aguerridos ao enfrentamento político-religioso com os reinos católicos ibéricos das décadas de 1570/1580 em diante. Deste modo, o mapeamento da expansão marítima inglesa em diferentes momentos dos séculos XV e XVI permitiu pôr em xeque tais premissas ao evidenciar sua ausência nas atividades do período estudado.

Para a efetivação de tal propósito, foram selecionadas fontes que possuíssem conexões com o processo da expansão marítima e que empregassem, de alguma maneira, concepções de *autoridade* e de *experiência*. Priorizou-se fontes inglesas sempre que possível, ainda que, eventualmente, materiais produzidos em outras localidades tenham sido empregados, ou para fins comparativos, ou para suprir ausências documentais de determinado período ou processo da Inglaterra. Para os períodos iniciais, haja vista a escassez de fontes, buscou-se incluir o maior número possível de registros. Ao longo do século XVI, com o aumento tanto das expedições marítimas como da produção textual em torno delas, a inclusão de todas as fontes disponíveis inviabilizaria o trabalho. Desta forma, centramos a seleção em torno de expedições e/ou projetos e publicações que possuíam como objetivo as regiões setentrionais, tanto a leste quanto a oeste. A circunscrição a essas regiões se explica por dois motivos: primeiramente, ainda que intermitentes e descontínuas, expedições foram planejadas e lançadas ao longo de todo o recorte temporal proposto. Em segundo lugar, talvez ainda mais relevante, é que as regiões setentrionais ensejaram, no bojo dos projetos de navegação, discussões geográficas e cosmográficas nas quais os conceitos de autoridade e de experiência foram amplamente empregados. Por fim, nas décadas

finais do século do XVI, com o surgimento das primeiras tentativas concretas de colonização sobre a América, optou-se por fontes produzidas pelas principais figuras em torno do projeto capitaneado por Humphrey Gilbert, nas quais é possível depreender as concepções que estruturavam o pensamento daqueles envolvidos tanto nos projetos de colonização quanto de criação de uma história marítima inglesa.

As análises dessas fontes foram organizadas em oito capítulos que compõem esta tese. A estruturação dos capítulos seguiu, de modo geral, uma sequência cronológica, atendendo também aos critérios temáticos de seleção acima mencionados. O primeiro capítulo, “Sobre os conceitos de autoridade e experiência: debates conceituais e historiográficos”, visa apresentar ao leitor um panorama histórico e conceitual de *autoridade* e *experiência*, de seu aparecimento na Antiguidade até o início da Primeira Modernidade. Esse exercício é fundamental em dois sentidos: para mapear os possíveis entendimentos e empregos que os indivíduos encontrados na documentação deram a essas palavras, mas também para avaliar a conveniência das interpretações historiográficas que se utilizaram desses conceitos como eixos definidores da Idade Moderna em campos que foram da epistemologia aos descobrimentos e às diversas interações da Europa com os demais continentes, em particular a América.

Em sua maioria, no entanto, os conceitos em si foram pouco problematizados por esses estudos, levando a naturalizações e essencializações. De modo geral, assumem *autoridade* como sinônimo de obediência irrestrita ao legado antigo, tanto clássico quanto bíblico. Nessa acepção, foi sugerido por uma gama de autores que até os séculos XV e XVI, produzir conhecimento consistia em comentar e reproduzir aquilo que já fora criado por grandes pensadores e filósofos e/ou as Sagradas Escrituras e seus exegetas. Assim, o mundo das autoridades seria um mundo estável, homogêneo e hermético, avesso à originalidade, ao novo e ao inédito, os quais, por sua vez, seriam próprios dos domínios da experiência, entendida, no mais das vezes, como dado observável ou o testemunho individual direito de certo fenômeno. A Modernidade começaria, então, quando o segundo tipo de conhecimento suplantou o primeiro. Para determinada vertente, a América representaria metonimicamente esse processo. Ao nos posicionarmos nesse debate, argumentamos que tanto *autoridade* quanto *experiência* possuíam um leque muito mais amplo de sentidos do que geralmente é encontrado nesses estudos, bem como possuíam interações as mais variadas, podendo ir desde a colaboração ao tensionamento mais conflitante. A nosso ver, dentro do recorte aqui

proposto, antes de serem categorias pura e simplesmente antinômicas, a compreensão e o uso dos conceitos tenderam a variar de acordo com o indivíduo e sua posição perante o público a que se destinava, a temática e o argumento a ser defendido ou refutado.

Nos capítulos dois e três, intitulados, respectivamente, “Terra nova encontrada: as navegações inglesas a partir de Bristol no final do século XV e suas relações com o mundo ibérico e italiano” e “João Caboto e os enigmas de um “outro Colombo”, explora-se as expedições lançadas a partir do porto de Bristol em fins do século XV, dentro das quais se desenvolveram as três viagens de João Caboto, tornadas por muitos historiadores o marco zero da expansão marítima inglesa. De modo geral, seguiu-se as postulações da historiografia mais recente focada em desconstruir a memória celebratória em torno de Caboto construída ao longo dos séculos XIX e XX, procurando compreender as iniciativas do veneziano como parte das lógicas desenvolvidas em Bristol que se ligavam, por sua vez, a um circuito maior que incluía profundas relações com as penínsulas ibérica e itálica.

As fontes disponíveis para esse período são extremamente escassas. Dispõe-se de registros aduaneiros do porto, pagamentos de bonificações contidos em registros reais e cartas patentes emitidas por Henrique VII, além de algumas cartas e correspondências trocadas entre diplomatas e representantes italianos e espanhóis na Inglaterra. De João Caboto não existe nenhuma documentação autoral. Até o século XIX, praticamente nada a seu respeito era sabido a não ser por intermédio de fontes secundárias a respeito de seu filho, Sebastião Caboto. Somente a partir de então é que documentos contemporâneos às viagens começaram a ser descobertos. Grande parte dessas fontes primárias se encontram publicadas em obras como as de Henry Biggar (1911) e James Williamson (1929; 1962). O primeiro ponto que essas fontes permitem salientar é a ampla conexão que os empreendimentos de Caboto, assim como outros realizados a partir de Bristol, tiveram com áreas envolvidas no comércio e navegação fora da Inglaterra. Ao analisar essa documentação, ainda que intermitente e lacunar, foi possível observar como os horizontes presentes nesses primeiros empreendimentos ingleses não incluíam a busca por um novo continente, tampouco sua ocupação. Os olhares voltavam-se, por lógico, para a Ásia, no caso de Caboto, ou na exploração dos mercados abertos pelos ibéricos e locais de pesca no norte fora do alcance dos reinos nórdicos. Compreende-se, assim, a razão de Caboto ter sido comparado nas fontes a um “outro Colombo”: um navegador italiano que, ao oferecer seus serviços a um monarca,

recebe autorização para empreender uma viagem através do oceano rumo à Ásia pela via ocidental. Dos relatos italianos, o “outro Colombo” emergiu carregado de orgulho patriótico e esperanças de negócios fabulosos, já dos espanhóis, uma clara ameaça ao que o primeiro havia recentemente entregado aos seus soberanos. Por fim, esses capítulos se articulam com o capítulo final por mostrarem que essas atividades marítimas iniciais não eram manifestações de um suposto espírito ou natureza ingleses direcionados aos mares, tampouco a ideia embrionária do império que se constituiria no futuro não estava dada à época.

Explorou-se também a *imago mundi* compartilhada por esses indivíduos do período, a fim de delimitar o repertório disponível à compreensão dos locais atingidos por essas navegações. A relação entre autoridade e experiência é trazida à baila ao se analisar as concepções geográficas existentes, em grande medida herdadas da antiguidade, e suas interações com as informações oriundas de viagens a partir de fins da Idade Média. Evidenciou-se como as navegações e os descobrimentos não correspondiam a uma progressão linear do que seria a “verdadeira forma” dos continentes e oceanos propiciada pela via da experiência. Infelizmente, não se dispõe de mapas ingleses desse período, sendo empregados mapas de outras origens, mas que conservam uma proximidade temporal com os eventos tratados. Haja vista a proximidade dos navegadores ingleses com os centros ibéricos e italianos, é verossímil que compartilhassem de pressupostos semelhantes. Nessa discussão, se apresenta um argumento central da tese, recorrente nos demais capítulos: não apenas a ideia de um quarto continente não existia, como também não há “independência” ou “soberania” total da experiência em relação a outras instâncias do conhecimento. Em outras palavras, não há “experiência pura” que pudesse ser compreendida ou registrada sem o auxílio ou o processamento de instâncias do arcabouço conceitual e epistemológico existente e da elocubração racional.

O quarto capítulo, “O Impulso a Noroeste ou a América como obstáculo: a busca pela passagem setentrional à fonte das especiarias”, trata das navegações inglesas na transição entre os séculos XV e XVI, introduzindo a temática que, de uma maneira ou de outra, é recorrente na documentação analisada até o capítulo final da tese: a discussão em torno da existência de possíveis rotas setentrionais para se atingir a Ásia e as tentativas de localizá-las. O capítulo retoma a análise de João Caboto a partir de sua terceira e última viagem, da qual a documentação existente permite apenas suposições. Conforme se argumenta, ao longo do XVI Caboto teve fortuna histórica muito

semelhante à do outro navegador¹⁰ a quem o comparavam. O “outro Colombo” teve a memória de seus feitos incipientemente retomada em finais do século XVI, geralmente confundidos com os do próprio filho. De toda forma, procurou-se investigar a continuidade de navegações inglesas para as regiões supostamente atingidas pelo veneziano. Os documentos disponíveis, como patentes reais e registros portuários, tanto ingleses quanto portugueses, além de exemplares da cartografia coeva, demonstram a existência de algumas expedições lançadas a fim de explorar o que chamaríamos hoje de América e Atlântico em suas porções setentrionais, mas que, à época, não possuíam tais “identidades” claramente definidas: eram, pelo contrário, consideradas como sendo regiões árticas ou asiáticas que se descortinavam aos navegadores. Além disso, os registros apontam para a importância e poderio das navegações portuguesas, seja na forma de expedições próprias, como as dos irmãos Corte Real, seja na formação de associações anglo-portuguesas que financiaram e organizaram expedições na Inglaterra na primeira década do século XVI.

Nesse contexto, Sebastião Caboto foi considerado por muitos historiadores como o inaugurador na Inglaterra da procura pela famigerada passagem Noroeste através do norte da América como meio de se atingir o oriente. Assim como no caso de seu pai, os registros são lacunares e, em sua grande maioria, posteriores, elaborados por terceiros. A análise demonstrou que a interpretação que lhe atribuiu o pioneirismo mencionado toma como pressuposto uma precoce consciência que as terras descobertas não pertenciam à Ásia e que, portanto, haveria a necessidade de ultrapassar o obstáculo imposto pela América à consecução da rota para as especiarias orientais. Em primeiro lugar, demonstra-se que essa consciência é uma projeção posterior, não havendo indícios dessa clareza quanto à identidade das terras descobertas. Em segundo lugar, evidencia-se a forma como a “América”, ainda não formalmente identificada como novo continente, adentrava aos objetivos marítimos ingleses: ademais das frotas pesqueiras, que visitavam anualmente os bancos de pesca próximos à atual Terra Nova, tanto os projetos quanto as expedições efetivamente lançadas tinham-na como objeto de passagem, não de ocupação ou exploração colonial. Para galvanizar essa discussão, analisou-se o registro de Pedro Mártir de Anglería sobre Sebastião Caboto no *De orbe novo decades*. Além de ser um dos mais antigos registros das navegações do filho de

¹⁰ O Almirante do Mar Oceano morreu num convento, sozinho e proscrito. Foram seus filhos, na pugna por recuperar direitos de seu pai e herança, que reabilitaram sua memória, bem como os esforços de cronistas como Bartolomé de las Casas.

Caboto, o texto de Anglería é também um dos primeiros a pautar a discussão da existência da passagem Noroeste em torno dos parâmetros de autoridade e experiência.

A última parte do capítulo se destina à análise dos empreendimentos em torno de Robert Thorne, mercador inglês responsável pela elaboração de uma proposta de navegação em busca da passagem noroeste em fins da década de 1520. A proposta, posteriormente intitulada *Declaration of the Indies*, juntamente com uma correspondência a Edward Lee, embaixador inglês na Espanha, é uma das primeiras na Inglaterra a elaborar de forma mais sistemática a procura pela passagem Noroeste, fornecendo tópicos que, direta ou indiretamente, pautaram produções similares ao longo do século XVI, tais como o uso de categorias de experiência e autoridade para justificar e legitimar a validade do empreendimento. Além disso, foi uma das primeiras a empregar elementos da retórica propagandística e promocional que caracterizaram grande parte da produção da geração de Richard Hakluyt. O uso de recursos e tópicos da retórica, a exemplo do apelo ao engrandecimento da república¹¹, é uma das formas que a autoridade clássica encontrava morada nos escritos relativos à expansão marítima inglesa no século XVI. Como pano de fundo dessas discussões, a trajetória de Thorne é exemplar da característica que já havíamos apresentado anteriormente, das conexões existentes entre os circuitos mercantis ingleses com os ibéricos e italianos.

Em meados do século XVI, as atividades marítimas inglesas também já encontravam presentes também no que hoje é o Atlântico Sul, tanto no litoral africano quanto americano. Naquele momento, especialmente após a reforma religiosa iniciada por Henrique VIII, a animosidade em relação às potências católicas vizinhas tendeu a se acentuar, em particular com a Espanha, que se tornaria das décadas seguintes a grande nêmesis inglesa. Assistiu-se também à ascensão de figuras políticas com grande influência na Corte, tais como William Cecil, John Dudley e, posteriormente, Francis Walsingham, em torno das quais se articularam projetos de expansão marítima. Em decorrência de todos esses desenvolvimentos, houve um aumento significativo da demanda por informações relativas aos novos descobrimentos, em geral, e às realizações e proezas ultramarinas ibéricas, em particular, como meio de rivalizar com os adversários no cenário ultramarino e europeu. Assim, o quinto capítulo é centrado em Richard Eden, provavelmente o primeiro a traduzir e publicar obras acerca de geografia e navegação como meio de impulsionar os empreendimentos ingleses. Em “Aprender

¹¹ *Commonweath* (com variações na grafia) é o termo geralmente encontrado na documentação, por vezes “country” e “kingdom” assumindo sentido semelhante.

pelo exemplo: tradição, experiência, razão e a Espanha no espelho do futuro inglês na obra de Richard Eden”, abordamos duas obras de Eden, *A treatise of New India*, publicada em 1553, que consistia em seções traduzidas da *Cosmographia universalis* do geógrafo alemão Sebastian Münster, e *The Decades of the Newe Worlde or West India*, de 1555, contendo partes das obras de Pedro Mártir de Anglería, Gonzalo Fernández de Oviedo e Francisco López de Gómara.

Para além do que seria o aspecto prático ou utilitário de suas publicações, Eden tinha em suas obras um propósito acadêmico-intelectual, de modo a situá-las no cenário mais amplo da produção de conhecimento. Ao discorrer sobre os fundamentos do saber, Eden postulou como a experiência, em suas diversas acepções, poderia ser empregada para validar e produzir conhecimentos quando articulada a outras instâncias como a razão e a autoridade. Deste modo, Eden se apresenta como um caso exemplar para demonstrarmos como a relação entre Modernidade e experiência nem sempre implicou recusa e antagonismo com instâncias da autoridade em razão de uma suposta antinomia entre essas instâncias: em linhas gerais, a metodologia delineada por Eden situava a compreensão e o emprego da experiência nos parâmetros da filosofia de matriz aristotélica e, por conseguinte, também escolástica, cujas linhas gerais foram explanadas no primeiro capítulo.

“O quinto Netuno: a busca pela passagem Noroeste e a consolidação das rotas orientais via Nordeste”, sexto capítulo da tese, aborda a retomada de projetos em busca de rotas marítimas setentrionais como meio de atingir os mercados asiáticos. Delimitamos as fontes em torno de algumas viagens realizadas em meados do século XVI que buscaram a passagem pelo Nordeste, como a de Hugh Willoughby e Richard Chancellor, realizada em 1553, e Anthony Jenkinson, que na década de 1560 produziu diversos escritos em favor da descoberta da passagem. Essas discussões encontram eco na produção de dois dos principais cartógrafos do período, Gerard Mercator e Abraham Ortelius, cujos mapas produzidos nos anos de 1560 expõem maneiras pelas quais as informações advindas das navegações eram interpretadas e ganhavam sentido dentro de determinadas chaves de pensamento, nas quais o recurso às autoridades esteve presente. Ademais, os exemplos analisados nos mostram como mesmo dentro das produções cartográficas “de ponta” não havia consenso se América e a Ásia eram massas de terra separadas ou contíguas. Essas possibilidades em aberto sobre a configuração das áreas setentrionais fundamentaram os projetos de navegação que se lançaram à procura de rotas através dessas regiões, muito mais do que “erros” ou “quimeras” criadas pelo

suposto acato a autoridades “defasadas” ou pela falta de experiência como determinadas interpretações historiográficas sugeriram, já que as propostas dos autores analisados explicitamente recorriam ao elemento da experiência como um de seus fundamentos.

Ao lado de Willoughby e Jenkinson, cujos projetos se voltavam à localização de uma passagem ártica na direção nordeste, Humphrey Gilbert se tornou uma das principais vozes em defesa da busca da passagem Noroeste nas décadas de 1560 e 1570 ao produzir um estudo intitulado *Discourse of a discoverie for a new passage to Cataia* em 1566, mas publicado somente em 1576. Assim como nas discussões anteriores a respeito das passagens marítimas setentrionais, a fundamentação empregada por Gilbert pautou-se nos recursos de autoridade e experiência. Grandes filósofos da Antiguidade e diversas narrativas de viagens sustentariam, segundo Gilbert, a natureza “insular” da América, isto é, sua descontinuidade em relação às terras asiáticas e árticas, demonstrando a exequibilidade da travessia. Por isso mesmo, George Gascoigne, poeta e editor da obra, descreveu Gilbert como um “quinto Netuno”, estabelecendo uma linhagem de grandes navegadores: depois de Colombo, Vespúcio e Magalhães, Gilbert, e por associação, a Inglaterra, assumiria seu posto no “panteão” dos grandes descobridores marítimos ao desbravar o Norte, a última fronteira a ser ultrapassada.

A análise dos projetos em torno da procura pela passagem Noroeste continua no capítulo seguinte, intitulado “O florescimento moderno: os desejos ingleses de alcançar o Oriente pela passagem Noroeste nos relatos da década de 1570”. Entre fins da década de 1570 e inícios da seguinte, se assistiu a um grande impulso na realização de expedições em direção às regiões setentrionais da América, com destaque às comandadas por Martin Frobisher (1576, 1577 e 1578) e John Davis (1585, 1586 e 1587). Em relação ao primeiro, dos muitos relatos produzidos por participantes da expedição, nos centramos no *A true discourse of the late voyages of discoverie*, elaborado por George Best em 1578. Além de registrar uma narrativa da viagem e dos locais visitados por Frobisher, Best explanou acerca de seu entendimento sobre as relações entre autoridade e experiência na constituição da identidade de sua própria época. Segundo o autor, seu tempo assistia ao desabrochar ou ao florescimento de coisas nunca vistas ou conhecidas, mas não em razão de uma brusca ruptura com o passado e seu legado, e sim pelo acúmulo de experiências propiciados pela passagem do tempo. Ou seja, não se tratava de uma revolução da experiência contra a autoridade, mas o esforço conjunto de ambas as categorias na perfectibilidade do conhecimento legado pela Antiguidade.

O tom geral é o mesmo encontrado em outros autores como Richard Willes, erudito que em grande medida deu continuidade ao trabalho de tradução e publicação iniciado por Richard Eden na década de 1550. Em *The history of trauallye in the West and East Indies*, de 1577, Willes também empregou a argumentação que encontramos em Best segundo a qual sua época produziu um “aperfeiçoamento” das realizações e dos conhecimentos antigos. Outro ponto comum a ambos é o papel estruturante e balizador que as navegações ibéricas assumiam nesse processo, denotando as diversas camadas em que concepções de Antiguidade e Modernidade se relacionavam. Assim como Portugal e Espanha haviam avançado em relação à Antiguidade, valendo-se dela, à Inglaterra estava reservado o papel de ultrapassar as realizações ibéricas a partir dos exemplos e da experiência fornecidos por portugueses e espanhóis, que se tornavam uma espécie de “novos antigos”, cujas realizações os “novos modernos” (no caso, os ingleses) deviam se valer para ir além de seus antecessores.

O capítulo se encerra com a análise da obra *The worldes hydrographical discription*, composta por John Davis e publicada em 1595. Davis foi o último inglês a comandar expedições em busca da passagem Noroeste no período circunscrito neste trabalho. Da mesma forma que os tratados e narrativas anteriormente analisados, Davis se pautou por uma gama de instâncias que lhe permitissem provar a existência de um caminho setentrional para a Ásia: a autoridade de pensadores antigos, a experiência de viajantes e as conjecturas racionais estabelecidas a partir dos dados disponíveis por essas experiências.

No capítulo 8, “Da República ao Império, dos Descobrimentos à Exploração: os projetos de colonização no fim da Era Tudor”, analisa-se o aparecimento das primeiras propostas concretas de assentamentos coloniais na América. A documentação selecionada concentra-se em torno do projeto capitaneado por Humphrey Gilbert entre 1578 e 1583: além de escritos do próprio Gilbert, se encontram obras de John Dee, Richard Hakluyt, George Peckham e Edward Hayes. Demonstra-se como o interesse colonial desenvolvido por esse círculo estava conectado a outras duas instâncias: a agudização dos enfrentamentos com a Espanha e a produção de uma literatura ao mesmo tempo promocional e legitimadora de supostos direitos ingleses sobre a América. Conforme explorado no início dessa introdução, identifica-se nesse momento particular da expansão marítima a procura por precedentes que justificassem os clamores por territórios, emergindo dos escritos desses propagandistas uma Inglaterra historicamente vinculada à expansão e ocupação de terras. Não é fortuito, portanto, que

João Caboto tenha sido recuperado justamente por esses autores, tendo permanecido praticamente ignorado até então. Assim, a América vista como obstáculo à passagem para a Ásia passou a assumir nesses escritos status bastante distinto: como local de ocupação, daria à Inglaterra a vantagem necessária à superação dos adversários católicos. Ao analisar as particularidades desses escritos e o posicionamento laudatório (à Inglaterra) e bélico (frente aos ibéricos) de seus autores, observa-se como a historiografia que se pautou por essas produções acabou por naturalizar essas posturas e projetá-las para todo o período anterior, seja para celebrar a primazia inglesa, seja para apontar sua “inveja imperial” em relação à Espanha como organizadoras de todo e qualquer movimento marítimo inglês.

Capítulo 1

Sobre os conceitos de autoridade e experiência: debates conceituais e historiográficos

I. A formação da cultura de autoridades

O poeta inglês John Milton, entre as dificuldades enfrentadas pela conturbada vida política britânica e suas próprias agruras pessoais¹², publicou, em 1658, um pequeno manuscrito que possuía há algum tempo, mas cuja existência escapara à sua atenção até então. Era um tratado atribuído a Walter Raleigh (c.1552-1618), conhecido corsário, poeta e cortesão da época elizabetana, no qual o autor desenvolvera uma espécie de “manual” de teoria e prática políticas, analisando desde formas de governo até as funções do príncipe e dos súditos. Não obstante a relevância de seu conteúdo, é ao título que dirigimos a atenção neste momento: *The arts of empire and mysteries of state discabinated in political and polemical aphorisms, grounded on authority and experience, and illustrated with the choicest examples and historical observations* (Raleigh, 1692). Observa-se que, para desvelar as “artes do império”, Raleigh fundamentou-se em determinados elementos que garantiam ao trabalho o reconhecimento e legitimidade esperados. Tendo em vista os comentários de Milton no prólogo, ele foi bem-sucedido, já que o autor de *Paraíso Perdido* julgou ser imperioso trazer à luz o material pela grande relevância encontrada nele.

Este e outros exemplos expostos ao longo da tese nos permitem considerar que, em meados do século XVII, os conceitos de *autoridade* e *experiência* ainda constituíam parâmetros reconhecidamente válidos para fundamentar e legitimar conhecimentos, pedidos de mercês e direitos junto ao monarca, além de projetos imperiais de expansão e colonização ultramarinas. Raleigh, ao longo de sua vida, esteve envolvido em todos esses tipos de projetos, empregando o que se convencionou chamar de formas de autoridade e experiência para fundamentá-los. Esteve longe de ser o único a fazê-lo: entre meados do século XVI e inícios do XVII, auge das atividades de Raleigh, existiram na Inglaterra, grupos que aglutinaram pessoas cujas atividades e produções

¹² Período do governo de Oliver Cromwell (1649-1658). Foi nessa época que Milton perdeu a visão, provavelmente por volta de 1654.

convergiam no emprego, bastante heterogêneo, dessas categorias. Nesse sentido, nosso intuito neste momento não é realizar uma análise detida do tratado mencionado em si, mas, empregando uma metáfora “guinzburguiana”¹³, puxar determinados fios que nos permitam rastrear os usos e sentidos dados à *autoridade* e *experiência*. A finalidade é perceber como, na Primeira Modernidade, a legitimação de ideias e saberes foi constantemente tensionada entre determinadas noções de *experiência* e *autoridade*.

Como ponto de partida, tomemos, por exemplo, o capítulo XIII da referida obra atribuída a Raleigh, no qual são apresentadas qualidades que caracterizariam o “excelente príncipe”. Para tal, o autor buscou referências naquilo que denominou “autoridades”, uma enorme gama de pensadores, filósofos e historiadores da antiguidade greco-romana: Tácito, Salústio, Horácio, Plauto, Quintiliano, Cícero, Sêneca, Tito Lívio, Quinto Cúrcio, Aristóteles, Eurípides e Hesíodo (Raleigh, 1692, p. 36-41). Esse recurso de reforçar, validar ou construir um argumento atrelando-o à autoridade clássica não era, em si, uma novidade, e foi amplamente empregado ao longo do tratado em questão. A questão que se coloca aqui é: por que determinadas pessoas ou obras possuíam autoridade e outras não? Por que citar particularmente esse conjunto de nomes?

A autoridade a que Raleigh se referiu corresponde à ideia de *auctoritas*, cujo desenvolvimento conceitual remonta ao início da república romana.¹⁴ É preciso salientar, contudo, que nos séculos da antiguidade e do medievo, *auctoritas*, em latim, bem como suas derivações em línguas vernáculas, possuíam usos e sentidos os mais variados, aplicados a matérias políticas, filosóficas, teológicas, eclesiásticas e literárias. Assim, examinar seus principais empregos nesse percurso nos auxiliam a compreender como o conceito chegou à Primeira Modernidade e sua mobilização por autores como Raleigh e outros que compõem o corpo deste trabalho. Além disso, explorar a posição que a autoridade possui em determinada cultura permite averiguar onde se assentavam as principais posições de poder, quais eram os pontos centrais de desacordo ou de disputa por acesso a recursos e quem poderia se fazer ouvir (Bolton; Meek, 2007, p. 4. Apud. Silva, 2022, p. 4).

Etimologicamente, *auctoritas* é um conceito latino em sua origem, e ao analisar seus sentidos e derivações, pode-se ter uma ideia de sua proeminência. Em seu

¹³ Refiro-me à obra *O fio e os rastros*, de Carlo Guinzburg (2007).

¹⁴ Seu uso já estava presente no mais antigo código legal romano, a Lei das Doze Tábuas, cuja composição é convencionalmente datada entre 451-450 a.C. (Ziolkowski, 2009, p. 425).

desenvolvimento, *auctoritas* deriva do verbo *augere*, normalmente significando aumentar, auxiliar, confirmar, ampliar, completar, apoiar, consolidar ou dar plenitude a algo (Domingo, 1999, p. 13). Por sua vez, a raiz verbal “*aug*” denota algo como “crescimento vegetal”, favorecido divinamente. Daí palavras como “*augustus*”, entendido como aquele ou aquilo que foi favorecido por tal crescimento ou aumento, e “*augur*”, aquele que obtém auxílio divino por interpretar sinais sagrados¹⁵. De *augere* é derivado o substantivo *auctor*, do qual, por sua vez, deriva *auctoritas*. Essa longa regressão etimológica tem a intenção de mostrar que *auctoritas*, por ser uma derivação de uma derivação, oscilava seu significado entre o abstrato e concreto, entre uma qualidade que empoderava ou validava feitos e o os próprios feitos em si (Ziolkowski, 2009, p. 424).

Tem-se, portanto, que *auctoritas* estava intimamente relacionada ao crescimento de algo, estabelecendo certo vínculo divino ou sagrado a esse aumento. Foi nesse sentido que Hannah Arendt (1972, p. 163) sugeriu que *auctoritas* possuía para os romanos o sentido de aumentar aquilo que consideravam mais sagrado: o ato de fundação de Roma. A autoridade se alicerçava, na interpretação da filósofa, em um ato passado de importância inaugural, garantindo aos homens, finitos e mortais, a salvaguarda dos efeitos deletérios do tempo. Vinculava-se à permanência e durabilidade, em oposição à transitoriedade do mundo. No contexto romano, participar da política significava, entre outras coisas, preservar a fundação de Roma, pois a partir do momento que algo era fundado, permanecia obrigatório às gerações futuras. Arendt (1972, p. 162) propôs que fora justamente por isso que as expansões romana e grega na antiguidade foram tão diferentes: enquanto os últimos multiplicaram a fundação de suas respectivas cidades através de colônias, os primeiros foram incapazes de repetir o ato fundacional de sua urbe, mas a ampliaram até englobar todo o Mediterrâneo dentro da administração romana. Portanto, a ampliação de uma fundação passada ao invés de novas fundações. Essa distinção entre o desenvolvimento das civilizações romana e grega é flagrada também na impossibilidade de se encontrar um equivalente exato na língua grega capaz de capturar todo o espectro de sentidos presentes no uso romano de *auctoritas* (Ziolkowski, 2009, p. 422).¹⁶

¹⁵ Do qual se origina palavras como augúrio, por exemplo.

¹⁶ O historiador romano Dio Cassio (c.155-235) apontou que *auctoritas* não poderia ser traduzida plenamente em uma única palavra da língua grega (Ziolkowski, 2009, p. 422; Domingo, 1999, p. 14).

Possuir *auctoritas*, contudo, não era para todos. Apenas os anciãos, o Senado ou os *patres* detinham tal prerrogativa, uma vez que pela idade ou ascendência situavam-se mais próximos dos “pais fundadores” (Arendt, 1972, p. 164). É por essa razão que em seu emprego clássico, tanto *auctor* quanto *auctoritas* ocupavam posições centrais nos campos político e jurídico. Nesses âmbitos, *auctor* era aquele que figurava como garantidor de uma verdade anunciada por ele próprio, já a *auctoritas* representava a garantia em si, a credibilidade de tal testemunha (Ziolkowski, 2009, p. 425).

Autoridade, no entanto, não se confundia com possuir “poder”, como se poderia imaginar a princípio. Na antiguidade, *auctoritas* era comumente acompanhada de outra noção, a de *potestas*.¹⁷ No contexto jurídico romano, essas noções residiam em pessoas e instâncias diferentes: *auctoritas*, como força validadora, residia no âmbito público com o Senado e no privado com o *pater familias*; por sua vez, *potestas*, assim como *imperium*, eram atributos dos magistrados e do povo romanos (Ziolkowski, 2009, p. 425). Esse binômio esteve presente entre os romanos desde o período etrusco, quando se contrapunham a potestade régia com a autoridade senatorial.¹⁸ A autoridade, portanto, não se exercia ou se impunha pela força, mas pelo reconhecimento dos outros (Lins, 2009, p. 43). A “força” que a *auctoritas* exercia era de outra natureza: os feitos dos antepassados, por estarem próximos da fundação e, portanto, santificados por sua natureza pretérita, ganhavam status de exemplos a serem seguidos pelo presente (*exempla*), tanto em padrões políticos quanto morais (Arendt, 1972, p. 166). Hannah Arendt denominou esse conjunto de ações e exemplos santificados de *tradição*, entendida como o legado que uma geração preservava e transmitia para outra. O conteúdo da tradição era, nesse sentido, o testemunho dos antepassados que presenciaram e participaram da fundação, engrandecido ao longo do tempo por aqueles detentores de autoridade. Enquanto essa tradição permanecesse ininterrupta, a

¹⁷ Um aprofundamento da relação entre *auctoritas* e *postestas* foi elaborado por Rafael Domingo em sua obra *Auctoritas* (1999). Nela, o autor sugeriu que *auctoritas* distinguia-se por ser entendida como “saber socialmente reconhecido”, enquanto *potestas* como “poder socialmente reconhecido” (Domingo, 1999, p. 9).

¹⁸ Com o início do império, perturbou-se a lógica republicana (nem sempre harmônica) entre a *auctoritas* senatorial e a *postestas* do povo, exercida pelos magistrados, sintetizada pela famosa fórmula SPQR (Senado e Povo de Roma). Ao se colocar como *Augustus*, Otávio investiu-se com a máxima *auctoritas* pessoal (Domingo, 1999, p. 10), borrando os limites entre ambas as instâncias. Na Idade Média, o par continuou a existir, mas com valências significativamente distintas. *Auctoritas* era aplicada mais recorrentemente à Igreja, e *potestas* aos poderes civis. Como a autoridade da Igreja provinha em última instância de Deus, transmitida pelas Escrituras, esse contraste implicitamente opunha os poderes da escrita, de um lado, e da espada, no outro (Ziolkowski, 2009, p. 425-426). Além disso, esses conceitos fundamentaram a separação e os limites entre os chamados poderes espiritual e temporal (ver Rocha, 2016; Silva, 2022).

autoridade guardaria sua força e reconhecimento. Essa ligação entre autoridade, tradição e passado¹⁹ era tão intrínseca e umbilical que os romanos tinham a necessidade de encontrar pais fundadores e exemplos de autoridade em todas as instâncias: por exemplo, pensadores como Platão e Aristóteles ganharam reconhecimento como autoridades com os romanos, não entre os próprios gregos (Arendt, 1972, p. 166-167).

Com isso, poderíamos supor que, à primeira vista, todo debate em torno da *auctoritas* se resumia a copiar ou repetir aquilo que já fora dito e feito por gerações anteriores, ou usar seus textos como forma de justificar algo no presente. A questão, no entanto, é bem mais complexa. Ainda durante o período romano, juristas e jurisconsultos se depararam com o problema de encontrar nas autoridades posicionamentos diferentes, e até contrários, para casos semelhantes. O que fazer então? Como mensurar o valor da autoridade, desqualificando uma em favor de outra? Diante da impossibilidade de negar a *auctoritas* de todos os antecessores, desenvolveu-se meios que permitissem articular, de forma inteligível e conciliatória, as coincidências e as discrepâncias entre eles (Lins, 2009, p. 49). Nesse sentido, o jurisconsulto não detinha autoridade, apenas a representava, procurando atualizar os êxitos dos modelos oferecidos pelo passado ao mesmo tempo em que demonstrava reverência por aquilo que foi dito pelos antepassados. Não era dele, portanto, a última palavra, havendo sempre espaço para respostas melhores na miríade de novos casos particulares. Qualquer refutação ou contestação era possível se calcada em bases de autoridades (Lins, 2009, p. 51). Isso era possível porque a própria noção de *auctoritas* não exigia acato ou obediência irrestritos, mas reverência e reconhecimento, isto é, que se considerasse com deferência e respeito aquilo que o portador de autoridade tinha a dizer. A força da *auctoritas* fracassava quando era ignorada, e não quando seu conteúdo não era obedecido à risca. Logo, a noção de autoridade como *auctoritas* não se fechava ao debate ou à discussão: constituía um idioma marcado pela pluralidade e plasticidade, possibilitando, a um só tempo, a articulação de ideias antagônicas sobre um mesmo tema bem como a garantia que nenhuma delas fosse excluída totalmente (Lins, 2009, p. 52-53).

A questão em torno da autoridade, da legitimidade reconhecida para dissertar ou argumentar sobre algo e do aspecto estruturante da tradição no estabelecimento de parâmetros de ação, passou por transformações significativas. Nos séculos

¹⁹ Arendt denominou esses termos como “trindade romana”: religião (re-ligar com o passado), autoridade e tradição (Arendt, 1972, p. 167).

compreendidos pela Idade Média, *auctoritas* permaneceu amplamente utilizada, carregando uma série de diferentes sentidos (Silva, 2022, p. 4). Na verdade, segundo Jan Ziolkowski (2009), foi no medievo que o conceito ganhou proeminência inédita, particularmente a partir do século XII, a ponto de o autor considerar o recurso à *auctoritas* um dos traços constituintes da civilização medieval e classificá-la como uma “cultura de autoridades”²⁰ (Ziolkowski, 2009, p. 423). Porém, é preciso cautela. Isso não significa que se está a lidar com uma cultura monolítica, estável e homogênea. Ziolkowski (2009, p. 423) comparou a cultura de autoridade medieval a uma catedral gótica: um edifício cujas estruturas básicas permaneceram firmes ao longo do tempo, mas precisando eventualmente de adaptações em função de novas demandas de novos usuários. A falta de uniformidade também foi atestada por Carolina Gual Silva (2022), segundo a qual o período medieval construiu um rico e diverso discurso sobre a autoridade. Em sua análise, essa variedade denota a existência de intensas disputas entre forças que competiam para impor suas próprias reivindicações de autoridade. Essa luta atravessou a Idade Média englobando o mundo dos filósofos, teólogos, médicos, artistas e escritores, todos competindo por validação e por maior proeminência em suas respectivas instituições, junto ao público e nas cortes. Importante ressaltar que essa competição levou ao surgimento de novas autoridades e, ao mesmo tempo, novas noções de autoria (Silva, 2022, 4). A partir do século XII, o medievo alçou a *auctoritas* a uma significância ainda mais elevada que na antiguidade justamente por haver uma multiplicidade de autoridades competindo entre si (Ziolkowski, 2009, p. 434).

Uma das características fundamentais dessa cultura em torno das autoridades é que ela repousava sobre textos, fazendo com que o epicentro da vida intelectual medieval estivesse na leitura de textos autoritativos (Ziolkowski, 2009, p. 423, 436). Além dos campos político e jurídico que marcaram seu emprego na antiguidade, o uso da *auctoritas* passou a englobar também dimensões retóricas e literárias. Na interseção desses campos, *auctoritas* era entendida como a qualidade pela qual a pessoa que garantiu uma verdade foi considerada digna de fazê-lo. Já *auctores* eram escritores capazes de trazer engrandecimento/aumento (como vimos, sentido atribuídos à raiz “aug”) através da autoridade que possuíam. Desses usos se desenvolveu o costume de usar *auctoritas* para designar tanto os próprios *auctores* quanto a manifestação física de

²⁰ “*Culture of authority*”, no original. Apesar do autor grafar o conceito no singular, ao longo de sua explanação, Ziolkowski (1999, p. 423) sugeriu que a expressão faz ainda mais jus à realidade da cultura medieval se considera no plural (portanto, uma “cultura de autoridades”), consideração também seguida por Carolina Silva ao empregar “*culture of authorities*” (Silva, 2022, p. 5).

suas garantias, que no caso de escritores eram os próprios textos ou os documentos que os continham. Esse sentido fica ainda mais claro quando se analisa a transição operada na Idade Média no sentido de *auctoritates*: inicialmente subsumindo o conjunto dos autores mais frequentemente citados, o conceito passou a designar, ao invés das pessoas com autoridade, os próprios textos (ou excertos de textos) que conferiam autoridade (Ziolkowski, 2009, p. 426-427). Similarmente, Silva (2022, p. 7) considerou que *auctor* e *auctoritas* se relacionavam de forma circular: “the author was the creator of a text (a book, a compilation, a decree, etc.) that deserved to be read and commented on and *auctoritas* was the text that deserved to be read and had been written by an author.” Essa intersecção entre *auctor* e *auctoritas* foi, para a autora, um dos parâmetros centrais nas tensões e disputas em torno da autoridade, uma vez que as pessoas por trás da produção dos textos possuíam papel cada vez mais relevante na definição de quais escritos deveriam ser considerados autoritativos ou não. Ou seja, em meados do século XII, autoridade se relacionava também ao prestígio individual: atributos como características pessoais, funções, religiosidade e linhagem decisivamente contribuía para a concessão e reconhecimento de *auctoritas* (Silva, 2022, p. 6).

No contexto medieval, *auctoritas* se referia também ao poder de verdade atribuído tanto a pessoas quanto textos. Desde os tempos de Roma, a noção de *auctor*, bem como seu traço distintivo, ligava-se à ideia de asseverar a veracidade daquilo que se produzia. O advento do cristianismo trouxe profundas mudanças nessa relação entre autoridade e verdade, uma vez que na concepção cristã Deus era colocado como garantidor final de toda autoridade, tanto na esfera religiosa quanto na secular (Ziolkowski, 2009, p. 432). Segundo Alastair Minnis (1984, p. 10), a atribuição do termo *autor* tacitamente pressupunha, ao mesmo tempo que expressa, que o indivíduo em questão possuía “valor intrínseco” e “autenticidade”: o primeiro dizia respeito à correção e conformidade à verdade cristã, o segundo à garantia de determinado texto ser genuinamente um produto do autor em questão (e não um apócrifo, que por não possuir “autoria” comprovada, também não possuía *auctoritas* reconhecida). Conseqüentemente, nessa “cultura de autoridades” sustentada por textos, as Sagradas Escrituras se destacavam com preponderância acima de qualquer outro texto como fonte primordial de *auctoritas*. Se Deus era o *auctor* máximo, o texto bíblico só poderia conter palavras verdadeiras, pois emanadas diretamente Dele (Silva, 2022, p. 5). Embora as *auctoritates* incluíssem também textos de autores antigos e medievais, em termos de autoridade as Escrituras recebiam precedência sobre outras produções

escritas, bem como sobre outros campos do saber humano. A verdade indisputável da palavra de Deus se tornou, dessa maneira, a “régua” pela qual se media todos os outros pensamentos e escritos (Ziolkowski, 2009, p. 433).

No campo da produção textual, *auctoritas* caminhou lado a lado com outro conceito, o de *exemplum*, no sentido que a autoridade surgia através do exemplo de escritores ilustres (reconhecidos como *auctores*). Nesse sentido, a ideia de autoridade se aproximava do que se poderia chamar “modelo” ou “norma” da linguagem e produção textual, isto é, para que sua produção fosse reconhecida como autoritativa (que se deve dar crédito ao ler) aquele que compunha um novo texto modelava-o com base em um anterior. Como vimos, *auctoritas* se vinculava desde os primeiros tempos de Roma à ideia de passado e ancestralidade, mantendo, portanto, estreita relação com um sentido de *antiquitas* (“antiguidade”). Assim, termos como *vetustas* (antiguidade), *antiquus* (velho) e *maiores* (ancestrais) apareciam em conjunto com *auctoritas* nessa tradição retórica. Essa relação era exemplificada com uma analogia em relação às idades do Homem: antiguidade fornece exemplos por sua autoridade, assim como a idade concede sabedoria sobre os seres humanos. Tal ideia remonta também a Cícero, segundo o qual a antiguidade traz autoridade nos exemplos precedentes que fornece, assim como a velhice em relação à idade do homem. Não por coincidência, a noção da história como “mestra da vida” estruturada a partir de exemplos passados dignos de emulação, possuía matriz romana, derivada de autores como Cícero e Tácito.²¹

O papel que a antiguidade (*antiquitas*) possuía no estabelecimento e reconhecimento da *auctoritas* ganhou novas dimensões no contexto do cristianismo. Especialmente após Santo Agostinho, a autoridade máxima passou a residir nos chamados *patres* (os “pais” da Igreja), os mais reverenciados dentre os primeiros exegetas cristãos, considerados herdeiros dos apóstolos. Novamente se percebe aqui a relação estabelecida entre autoridade, antiguidade, exemplo e verdade, particularmente porque a autoridade dos *patres* se tornou uma ferramenta de controle sobre a exegese bíblica. Essa relação não prescindiu, todavia, de tensões. Aliás, retomando o argumento já apresentado de tanto por Ziolkowski, (2009) quanto por Silva (2022), o esforço de estabelecer uma autoridade uniformizante denota a existência de forças que disputavam a primazia em seus respectivos campos. Segundo os autores supracitados, foi particularmente a partir do século XII que essas tensões se tornaram mais evidentes,

²¹ Conceito analisado nas páginas seguintes deste trabalho. Para maiores detalhes sobre o conceito, conferir Chaparro Martínez, 2013.

pois escritores e juristas começaram a estabelecer diferenciações entre os “antigos” e uma nova categoria, os “modernos” (entendidos como aqueles mais próximos ou pertencentes ao seu próprio tempo, conforme será analisado adiante)²². A famosa expressão “anões em ombros de gigantes”, atribuída a Bernardo de Chartres²³, data justamente desse período e é sintomática dessa relação conflituosa, um misto de orgulho e rejeição entre passado e presente, nos mais variados campos de estudos. Berenice Cavalcante (2002, p. 5) sugeriu que, além de demonstrar respeito e admiração pelos “gigantes” no qual os “anões” se apoiavam, a expressão atribuída a Bernardo de Chartres pressupunha a possibilidade de aperfeiçoamento do conhecimento, num processo de revelação contínua e progressiva da verdade.

Até meados do século XX, contudo, a frase foi frequentemente lida de maneira rasa, imputando à Idade Média uma consciência de dependência em relação aos antepassados e sua incapacidade de criar algo que pudesse superar, ou até igualar, em termos de autoridade os antigos. Essa leitura ajudou a cimentar a ideia de que a obediência à autoridade era mais importante que a originalidade, ao menos até o século XIV. Na contramão disso, conforme apontado por Silva (2022, p. 6-7), estudos mais recentes tendem a mostrar que autoridade e originalidade não eram ideias excludentes. O caso da elaboração do *Decreto* de Graciano,²⁴ analisado pela autora, é exemplar nesse sentido. Produzido por volta de 1150, o *Decreto* foi uma das primeiras tentativas de organizar a lei canônica para que pudesse ser estudada apropriadamente, tendo se tornado muito rapidamente o manual padrão para essa questão. Para compô-lo, Graciano empregou inúmeras autoridades para discutir a organização da Igreja, a vida do clero e a administração da vida religiosa e laica. Tendo sido categorizado, a princípio, como uma compilação de decisões e regulamentações anteriores, o trabalho de Graciano traria algum elemento de originalidade e inovação? Paralelamente, o estatuto de autoridade recebido pelo *Decreto* teria vindo unicamente do uso e da sistematização das *auctoritates*, e, portanto, apenas pela reprodução de uma autoridade

²² A construção desse binômio antigo/moderno se dá pela atitude dos indivíduos, das sociedades e das épocas perante seu passado, como sugerido por Jacques Le Goff (1997), segundo o qual o estabelecimento desse par denota a maneira pela qual determinado momento histórico cria e ao mesmo tempo segrega uma “modernidade” para exaltar ou afastar uma “antiguidade”.

²³ Bernardo de Chartres, filósofo do século XII, foi professor de lógica e gramática na renomada Escola de Chartres e um dos principais representantes do platonismo no período. A expressão foi atribuída a Bernardo de Chartres por João de Salisbury, seu aluno, na obra *Metalogicon* (1159), principal fonte para a vida e pensamento de seu mestre.

²⁴ Existem pouquíssimas informações a respeito de Graciano. Possivelmente foi um professor em Bolonha nas décadas de 1130 e 1140. Pela leitura de sua obra, a *Concordia discordantium canonum*, mais comumente denominada *Decretum*, se infere que possuía conhecimentos jurídicos e teológicos.

exterior ao próprio Graciano? Esses questionamentos nos interessam aqui na medida em que ajudam a esclarecer os possíveis espaços que a inovação individual detinha no campo mais amplo da cultura das autoridades. Conforme analisado por Silva (2022), o *Decreto* contém muito mais do que simples reproduções de textos jurídicos que o precederam, tendo inovado em vários âmbitos. Em primeiro lugar, no conteúdo, ao apresentar pela primeira vez uma sistemática discussão do que era a lei, quais seus objetivos e sua autoridade. A apresentação dessa discussão também é, em si, uma inovação em termos de forma, sendo o primeiro a iniciar o texto com essa extensiva definição de lei. Por fim, metodologicamente, o *Decreto* inovou por configurar uma tentativa de resolver conflitos existentes entre as autoridades, sistematicamente identificando incongruências e propondo soluções. Nesse sentido, Graciano foi capaz de introduzir sua própria interpretação a fim de eliminar contradições, mas sem minar as autoridades originais. Essas características fizeram do *Decreto* um marco na elaboração de tratados legais na Idade Média, servindo de modelo para autores posteriores elaborarem suas próprias obras. Isso significa, porém, que Graciano rompeu com o sistema de autoridades? Muito pelo contrário: a despeito de todas as inovações apontadas, o jurista se manteve firmemente atrelado a uma tradição de adaptação, interpretação e organização do pensamento jurídico e religioso a partir de fontes passadas de geração para geração, e que o colocava em linha com as autoridades que o precederam. Em síntese, Carolina Silva (2022, p.11-12) concluiu que foi precisamente o uso particular que Graciano fez das autoridades que o situou no cruzamento entre criatividade (ao empregá-las e manejá-las segundo sua própria maneira) e tradição (vinda do uso das autoridades desde a antiguidade tardia).

O caso de Graciano se insere num movimento maior que cujos traços se tornaram mais perceptíveis no século XII. Até então, o cânone dos textos autoritativos continha praticamente apenas produções da antiguidade e da antiguidade tardia. Como vimos, se inserir na tradição de textos e autores era a maneira mais efetiva de conferir autoridade. Isto é, uma das estratégias para “autorizar” novos textos e produções consistia em invocar autores anteriores, cujos nomes poderiam autenticar suas próprias produções. O uso das Escrituras, por exemplo, era uma das formas privilegiadas nesse sentido, haja vista ser a forma máxima de autoridade. O reconhecimento da força legitimadora dessa intertextualidade fazia inclusive com que, muitas vezes, fossem mencionados autores, textos e personagens fictícios, ou ainda supostos livros e manuscritos anônimos, que corroborariam a autoridade da própria produção. Essa

prática denotava, segundo Ziolkowski (2009), a crescente influência e demanda por reconhecimento de pensadores, escritores e filósofos fora do cânone das autoridades “antigas”, mas que aspiravam posição e status semelhantes. Além disso, seria o clímax de séculos de alinhamento, e até confusão, entre *auctoritas* e *antiquitas*. Mas, durante o “longo século XII”²⁵, na proposição de Ziolkowski, (2009), a seleta categoria de *auctores*, isto é, aqueles escritores que eram capazes de garantir *auctoritas*, começou a ser significativamente ampliado para além dos *patres* que interpretaram o texto Bíblico. Além disso, o horizonte temporal do cânone de autoridades também foi ampliado, admitindo textos de muitos séculos atrás juntamente a outros de tempos recentes. Novamente, o caso de Graciano é exemplar desse processo mais amplo: além de compilar autoridades tradicionalmente reconhecidas (dotadas de *auctoritas* por sua antiguidade, por seu caráter espiritual – como a Bíblia –, ou pela dignidade de seu autor – como os pais da Igreja), o *Decreto* se transformou em uma autoridade em seu próprio tempo, elevando seu produtor à categoria de *auctor*, digno de ser mencionado como uma *auctoritas* (Silva, 2022, p. 13). O que se assistiu, de acordo com essas análises, não foi propriamente a erosão da noção de autoridade, mas disputas por sua ampliação²⁶: o anseio pelo reconhecimento de novos autores que não dispunham da legitimidade da *antiquitas*, levou à mobilização de outras categorias como critério para o reconhecimento de autoridade. Por exemplo, o emprego de nomes e obras da tradição de autoridades conferia legitimidade não apenas pela antiguidade e longevidade – o que era essencial, sem dúvida –, mas também porque sua presença atestava a erudição do utilizador e sua capacidade em manejar tais referências. Assim, as habilidades intelectuais do indivíduo, sua maestria²⁷ em lidar com a tradição das *auctoritates*, auxiliavam no reconhecimento de sua própria autoridade (Silva, 2022, p. 11).

²⁵ Ao partir do pressuposto que mudanças ou transições significativas não obedecem à passagem de um século a outro, posto que são periodizações arbitrárias de tempo, o autor definiu como “longo século XII” o período entre o Cisma do Oriente (1054) ao 4º Concílio de Latrão (1215). Ver Ziolkowski, 2009, p. 421.

²⁶ É preciso reforçar que o embate pelo reconhecimento de autoridade é também um embate por influência e, em última instância, de poder, ainda que houvesse a distinção entre *auctoritas* e *potestas*. Carolina Silva expôs a questão da seguinte maneira: “Those people who can gain the closest proximity to that source of power have traditionally enjoyed the highest respect or authority. Ultimately, investigating what authority might have meant in the Middle Ages will reveal a critical aspect of the commonly shared cultural framework of that society and culture. We are dealing with a rich and diverse discourse of authority, that is, **with competing forces that worked hard to impose their claims on authority and hence to dominate their society.**” (Silva, 2022, p. 4. Grifos nossos).

²⁷ Ziolkowski (2009, p. 440-441) analisou a relação entre *auctor* e *magister* na Idade Média, sugerindo que ambos os termos eram próximos, mas longe de serem sinônimos. No caso particular da teologia, o autor apontou a existência de uma divisão hierárquica de autoridade entre as Escrituras, os pais da Igreja e os modernos que comentavam e estudavam os textos antigos. Esses mestres ganharam repercussão com a expansão das escolas e universidades e os métodos popularizados nessas instituições por pensadores

A expansão e disputas pelo reconhecimento da autoridade não se deu sem tensões, especialmente quanto ao estabelecimento de quem caberia o direito ou a habilidade de julgar quais nomes e obras teriam *auctoritas*, e como estabelecer uma hierarquia entre eles. Nesse sentido, outro traço característico das discussões sobre autoridade na Idade Média, especialmente no século XII, foi o pressuposto que a aplicação de princípios racionais poderia dirimir contradições surgidas ao se contraporem diferentes autoridades, bem como conduzir à aceitação os casos refratários a posicionamentos consagrados através da exposição das razões (*rationes*) para a aceitação (Ziolkowski, 2009, p. 442). Como vimos, o *Decreto* de Graciano foi, em síntese, uma tentativa de organizar autoridades e dirimir paradoxos e posições conflitantes entre elas.²⁸ A capacidade intelectual e racional demonstrada pelo autor em tal processo, conforme mencionado acima, foi um dos fatores centrais para seu reconhecimento como autoridade no seu próprio tempo. Desde a antiguidade, o par *auctoritas* e *ratio* possuía longo histórico de proximidade, bem como de ambivalência²⁹. Com o cristianismo, a relação ganhou novas dimensões, ficando significativamente mais complicada. Santo Agostinho, por exemplo, ao se debruçar sobre as possíveis relações entre a especulação filosófica e a autoridade do cristianismo, considerou que tanto a razão quanto a autoridade atuavam em conjunto para motivar aqueles em busca de conhecimento. Enquanto a primeira era um pré-requisito para o entendimento, a segunda era uma necessidade para a fé.

Ao adaptar essas categoriais do pensamento agostiniano, alguns pensadores do período carolíngio tenderam a colocar a autoridade acima da razão, como no caso de Florus de Lyon (ca.800-ca.860) segundo o qual a autoridade das Sagradas Escrituras possuía precedência sobre todas, devendo ser seguida em qualquer matéria. Não obstante, autores como John Scot Eriugena (ca.810-877), na mesma época, não consentiam inteiramente com essa hierarquização, sugerindo que em argumentações filosóficas, a razão deveria ser aplicada primeiro, e somente depois a autoridade

como Pedro Abelardo, mas havia muita controvérsia se poderiam receber a mesma autoridade que os autores que estudam e comentavam.

²⁸ Ao empregar a forma dialética para contemporizar as contradições, a metodologia de Graciano se inseriu num movimento intelectual mais amplo do século XII, que consistia na aplicação do *Trivium* (dialética, retórica e gramática), em especial da dialética, na análise de textos teológicos. Pedro Abelardo pode ser considerado um dos primeiros nomes a aplicar a dialética em seus escritos. Ao colocar lado a lado passagens conflitantes dos pais da Igreja, Abelardo apelava aos seus leitores que empregassem a razão e a lógica para alcançar suas conclusões. Ao contrário de Graciano, ele próprio não oferecia uma solução para o problema, deixando a questão aberta. Ver Silva, 2022, p.14.

²⁹ Em autores como Cícero (106 a.C.-43 a.C.) e Quintiliano (ca. 35-100), por exemplo.

(Ziolkowski, 2009, p. 442). Seu modo de pensar foi seguido por autores posteriores, como Honorius Augustodunensis (ca. 1080-ca. 1137), Anselmo de Canterbury (1033–1109) e Pedro Abelardo (ca. 1079-1142). Em síntese, Ziolkowski (2009, p.444) argumentou que esses posicionamentos entre *auctoritas* e *ratio* postulados no século XII lançaram as bases para a Escolástica e indicaram como, no “contrato social” do cristianismo, o recurso à autoridade era uma moeda corrente, mas que não excluía a possibilidade de um exame filosófico no qual a razão ocupava posição de destaque sobre a autoridade. Alan de Lille (ca. 1130-1203) ilustrou esses debates do século XII através de uma metáfora: por ter nariz de cera, a autoridade precisa do reforço da razão.

³⁰ Isto é, já que o uso da autoridade é, a princípio, indeterminado e bastante elástico a ponto de ser “dobrado” para muitos lados diferentes, seu uso deve ser pautado pela razão. Não obstante, convém algumas ressalvas. A primeira é que, diferentemente da antiguidade, pensadores que privilegiassem puramente o exame racional desconsiderando as autoridades (a Bíblia, em especial) flertavam com o perigo de serem acusados de heresia.³¹ Além disso, empregar o fundamento de critérios racionais não implicou abandono ou negação da autoridade como princípio, que, a rigor, continuou a ser evocado na Primeira Modernidade, ainda que com suas nuances, conforme o tratado de Raleigh nos indicou. Na Idade Média, portanto, a noção de autoridade trazida da antiguidade romana ganhou novos contornos, dimensões e importância. A grande contribuição do medievo foi o desenvolvimento da chamada “cultura de autoridade” e as maneiras como a autoridade se relacionava a textos e à verdade ao parear *auctoritas* a outros conceitos como autenticidade, exemplo, antiguidade e razão.

II. Noções de experiência

Além das autoridades, Raleigh também afirmou fundamentar seu tratado político na experiência. A máxima de Marc Bloch, segundo a qual as pessoas não mudam seu vocabulário ao conferir novos sentidos a uma palavra, é especialmente

³⁰ Livre tradução. No original: “*Sed quia auctoritas cereum habet nasum, id est in diuersum potest lecti sensum, rationibus roborandum est*”. Citado por Ziolkowski, 2009, p. 446.

³¹ Um dos principais exemplos do período foi o teólogo francês Berengário de Tours (ca.1000-1088). Ficou conhecido por defender posicionamentos contrários a disposições consagradas à época sobre a transubstanciação. Ao longo do processo, foi excomungado pelo Papa Leão IX, preso pelo rei Henrique I da França e seu pensamento condenado como herético no Concílio de Vercelli em 1050.

verdadeira nesse caso³². Conforme salientado por Martin Jay (2005, p. 3-4), poucos conceitos possuíram tamanha ubiquidade como o de *experiência*, presente em nossa linguagem cotidiana bem como em praticamente todos os sistemas de pensamento desde a Grécia antiga. É precisamente por essa “onipresença” que não se pode esperar constituir uma relação totalizante das múltiplas conotações e denotações atribuídas ao conceito ao longo do tempo e em diferentes contextos. Tal construção presume a existência de um ponto de partida único e um *telos* normativo a ser alcançado, além de elidir os múltiplos e, muitas vezes, contraditórios sentidos. Por essa razão, o autor sugeriu que, ao invés de tentarmos definir precisamente o que experiência realmente é, seria mais frutífero pensar a que a invocação da experiência responde, sob quais circunstâncias essa invocação ganha ou perde poder e porque tantos autores, de diferentes tradições de pensamento, tentaram defini-la com uma intensidade raramente observada a outros conceitos. De especial interesse para nossa análise é a proposição segundo a qual a experiência, além de registrar o sentido de “realidade vivida”, é também uma construção cultural com diversos subtipos modais.

Ao analisar essas modalidades, Jay observou um paradoxo: como conceito, *experiência* tem sido empregada, no mais das vezes, justamente para designar aquilo que excede ou escapa aos conceitos e à própria linguagem, uma vez que seu uso frequentemente marca o que é inefável e individual, e que, portanto, não pode ser transmitido em termos comunicativos convencionais para aqueles que não o possuem (Jay, 2005, p. 5-6). Nesse sentido, ao invés de abandonar o conceito, o que seria impraticável, Jay sugeriu tomar a experiência na própria tensão que o paradoxo mencionado denota: *experiência* é um significante que congrega significados heterogêneos, localizado na intersecção entre linguagem coletiva e subjetividade individual, entre elementos compartilháveis e expressáveis e a individualidade interior, tendo-se sempre no horizonte que, como todo conceito, seu emprego deixa escapar algo daquilo que tenta apreender. Por fim, ainda que *experiência* possa tentar veicular ou se referir àquilo que haveria de mais autêntico e genuíno no indivíduo, nenhuma experiência nesse sentido estaria livre ou desconectada de “influências externas”, tais quais modelos e padrões culturais, por exemplo (Jay, 2005, p. 7).

Tendo essa perspectiva em mente, uma primeira aproximação etimológica traz algumas evidências dos sentidos atribuídos ao conceito. Na língua grega, *empeiria* é a

³² “[...] para grande desespero dos historiadores, os homens não têm o hábito, a cada vez que mudam de costumes, de mudar de vocabulário” (Bloch, 2001, p. 59).

palavra que costuma ser traduzida por experiência. Um dos sentidos atribuídos a ela pode ser observado numa das “escolas” gregas de medicina, os “Empíricos” (*Empiriki* ou *Empeirikoi*), que priorizavam a observação direta sobre a teorização. Essa distinção denota a ligação entre experiência e sensações irrefletidas ou observações não mediadas por aquilo que se poderia chamar razão, teoria ou especulação (Jay, 2005, p. 10). Aprofundaremos esse debate a seguir, ao discutir o lugar da experiência na epistemologia de pensadores gregos. Por hora, vale ressaltar que em Aristóteles, por exemplo, a experiência se dá a partir da retenção, na memória, de muitas percepções individuais. Tomada nessa acepção, *experiência* não se confunde nem a observação direta, ainda que seja formada a partir dela, nem com a generalidade conceitual (que configuraria o *logos* ou a ciência), assumindo, no pensamento do Estagirita, uma posição intermediária entre as percepções individuais (via sentidos, por exemplo) e a conceitualização científica (Gadamer, 1999, p. 517-518). Ressalta-se aqui a íntima relação entre experimentar e reter (na memória) a partir do qual se denota um elemento temporal de passagem de tempo necessária ao acúmulo de percepções para a constituição de uma unidade ou generalidade da experiência, formada pelo “comum indiferenciado de muitas observações individuais” (Gadamer, 1999, p. 518), garantindo certa previsibilidade a partir das regularidades extraídas das observações individuais. Martin Jay localizou sentidos semelhantes aos da *empiria* grega nos significados veiculados pelas palavras da língua alemã *Erlebnis* e *Erfahrung*. Embora ambas possam ser traduzidas como “experiência”, *Erlebnis* denota “experiência vivida”, sugerindo os aspectos mais imediatos (isto é, sem mediação) e pessoais da vivência cotidiana, enquanto *Erfahrung* se dirige às impressões externas sensíveis e o julgamento cognitivo sobre elas, ou ainda uma noção ampliada que abrange momentos em um processo de aprendizagem. Nesse sentido, *Erfahrung* cria um laço entre memória e experiência, estabelecendo a noção que o acúmulo de experiência pode produzir um tipo de conhecimento ou sabedoria alcançado somente ao final de um lapso temporal (Jay, 2005, p. 12).

Experientia, no latim, denotava os sentidos de tentativa, prova ou experimento. Na medida em que “tentar” (*expereri*) possuía o mesmo radical que perigo (*periculum*), existia uma associação entre experiência e a ideia de enfrentar ou sobreviver a algum risco e aprender algo do encontro (Jay, 2005, p. 10). Dessa instância decorre que experiência, por mais que possa ser tomada como algo puramente individual e intransponível, é algo que, inevitavelmente, só pode ser adquirido mediante o encontro

com a alteridade, seja ela humana ou não, e, uma vez adquirida, muda o sujeito de alguma forma. Ou seja, o indivíduo que passa por uma experiência não é o mesmo depois dela (Jay, 2005, p. 7). Essas proposições remetem à forma como Hans-Georg Gadamer analisou e conceitualizou a experiência em *Verdade e método*. A partir das contribuições (e limitações) da dialética hegeliana, o filósofo argumentou que toda experiência transforma nosso saber. Quando temos uma experiência com um objeto, nos damos conta que as coisas não são como pensávamos, ou, ainda, que não são como havíamos suposto (Gadamer, 1999, p. 524). Por essa razão, seria impossível, a rigor, repetir a mesma experiência duas vezes, ainda que seja verdade o fato de que ela se confirme continuamente até que outra experiência tome seu lugar.³³ Não obstante, uma experiência repetida e confirmada já não pode ser “feita” de novo, pois o que era antes inesperado agora é previsto. Uma vez possuída, uma mesma coisa não pode voltar a converter-se em nós numa experiência nova: somente um novo fato inesperado poderia proporcionar, segundo Gadamer, uma nova experiência a quem já possui experiência. O “experimentador”, isto é, aquele que passou pela experiência, torna-se consciente de sua experiência, ganhando um novo horizonte no qual algo pode converter-se em uma nova experiência (Gadamer, 1999, p. 522). Essa “inversão”, isto é, o voltar-se a si mesma da consciência é uma das principais contribuições, bem como os limites³⁴, da dialética hegeliana empregada na conceitualização de Gadamer. O movimento do espírito em Hegel apontaria para esse processo de inversão ou de dobra-se sobre si da consciência que experimenta e passa a reconhecer a si mesma no outro, no que é estranho a ela (Rajobac, 2012, p. 5). Para Gadamer, ademais, o conceito da experiência não se dirige somente na direção de aprender algo novo ou corrigir o que se sabia, mas se constitui como parte da essência histórica do homem, entendida como a experiência que cada um deve constantemente adquirir e da qual ninguém pode se furtar ou ser poupado. Dessa forma, se é possível falar em uma “essência” da experiência, seria o fato dela ser dolorosa e desagradável por necessariamente pressupor a quebra de alguma expectativa para ser adquirida (Gadamer, 1999, p. 525).

³³ “Face à experiência que se faz em outro objeto, se alteram as duas coisas, nosso saber e seu objeto. Agora sabemos outra coisa e sabemos melhor, e isto quer dizer que o próprio objeto “não se sustenta”. O novo objeto contém a verdade sobre o anterior” (Gadamer, 1999, p. 524).

³⁴ Nesse ponto também se encontrariam os limites da contribuição hegeliana para Gadamer, segundo o qual, Hegel pensou a experiência a partir do padrão do saber-se, sendo, por conseguinte, “ciência”, a certeza de si mesmo no saber” a consumação da experiência. Nesse sentido, a dialética da experiência se dirige para a superação de toda experiência no saber absoluto, ponto culminante dessa trajetória onde se consoma a identidade de consciência e objeto (Gadamer, 1999, p. 524).

II.1. Usos da experiência: de Aristóteles a Francis Bacon.

Essas evidências sugerem, portanto, que *experiência* é um termo repleto de significados que podem ser empregados com propósitos os mais variados, podendo abranger tanto aquilo está sendo experimentado, quanto o processo subjetivo de experimentá-lo (Jay, 2005, p. 12). O emprego do conceito está presente em diversas modalidades temáticas, como a religiosa, estética, histórica, política e epistemológica. Segundo algumas correntes interpretativas, a experiência possuía um papel bastante modesto, por vezes até negativo, no pensamento clássico greco-romano. Segundo essa visão, a hierarquização presente na tradição racionalista derivada de Platão e Aristóteles, que privilegia as ideias, o intelecto e a razão, teria relegado à experiência uma posição secundária na construção do conhecimento por estar relacionada a costumes e hábitos. John Dewey, filósofo estadunidense, foi um dos propositores dessa interpretação. Segundo autor, de modo geral, os filósofos gregos tomavam *experiência* como informações acumuladas não apenas do passado individual, mas social, coletivo, transmitidas pela linguagem e pela aprendizagem. Uma vez que essas informações estavam condensadas em generalizações sobre como fazer certas coisas, tais como construir uma casa, fazer uma estátua ou comandar um exército, entendia-se que o conteúdo que a experiência poderia fornecer relacionava-se propósitos práticos e utilitários, como dos ofícios em geral, desvinculados de qualquer preocupação com as causas ou razões de sua ocorrência (Dewey, 1987, p. 70). É por isso que, na filosofia platônica, argumentou Dewey, *experiência* conectava-se à ideia de costume e hábito, formando uma memória coletiva e um “depósito do passado” disponível para ações futuras. Queremos ressaltar que, nessa perspectiva, experiência não guardava relação com novidade e ineditismo, e sim com repetição, restrita ao mundo da atividade prática costumeira. Assim compreendida, *experiência* possuía as limitações do que chamaríamos de “conhecimento empírico” ou “prático” (sabe-se como proceder, mas não o motivo de se proceder daquela forma, nem a razão por trás do funcionamento de algo). Por outro lado, as atividades da razão e do intelecto, consideradas superiores, distinguiam-se daquelas mezinhas e mundanas. Essa noção de experiência chocava-se frontalmente com o que seria um “conhecimento científico”, que pressupunha entendimento ou compreensão dependentes da razão. Em síntese, segundo Dewey, experiência se identificava com ações práticas, materiais e utilitárias, sendo a antítese do que a ciência deveria ser. Por essa razão, o autor propôs que toda a filosofia subsequente

depreciou a experiência por sua conexão com as atividades práticas tidas como “inferiores” ao mesmo tempo em que consagrou o valor superior das atividades puramente racionais. Mesmo que experiência pudesse fornecer alguma forma de conhecimento, o produto estaria limitado ao que era contingente e mutável, do qual nenhuma verdade poderia ser extraída, independentemente do volume de experiência acumulada. O fosso entre experiência e razão era irremediável, uma vez que a experiência poderia aumentar quantitativamente, mas não alterar sua qualidade e natureza (Dewey, 1987, p. 75).

Na interpretação de Dewey, essa depreciação da experiência teria perdurado até o final século XVII, quando o autor identificou uma mudança radical. A partir de autores como Francis Bacon e John Locke, argumentou-se que a razão e as verdades universais dela derivadas, caras ao pensamento clássico e medieval, passaram a denotar doutrinas que derivavam sua força única e exclusivamente da aceitação cega de autoridades e da repetição acrítica de convenções e tradições. Esse processo seria sintomático de uma tendência crescente nos primeiros séculos da época moderna de considerar o universal como um entrave e o individual como a fonte para todo e qualquer avanço, intelectual e político. Por isso, Dewey concluiu que a experiência teria sido alçada a novos patamares justamente por estar vinculada ao individual. Conforme será demonstrado no próximo subitem deste capítulo, esse percurso da experiência esboçado pelo autor está na base das elaborações historiográficas que postularam o nascimento da modernidade à emergência da experiência, relegando a autoridade aos mundos antigo e medieval.

É preciso, no entanto, matizar essas correlações essencializadas. A caracterização negativa da experiência no pensamento grego tem sido revista desde que Dewey produziu suas análises no começo do século XX. Primeiramente, tem-se enfatizado que certos campos, como a medicina, ótica e acústica, os pensadores gregos não diminuíam o valor da experiência, tampouco eram hostis aos princípios da observação direta e de experimentações calculadas. Além disso, essa suposta inferioridade da experiência foi inferida através de relatos posteriores feitos por críticos da tradição “racionalista”, como os céticos e primeiros cristãos. Filtrado através dessas fontes, o pensamento predominante na ciência grega foi caracterizado como dependente de deduções silogísticas ao invés dos dados fornecidos pela experiência. Esse mesmo preconceito esteve presente nas elaborações de Francis Bacon, motivada entre outras coisas pela hostilidade em relação ao escolasticismo aristotélico (Jay, 2005, p. 14-15).

Não é coincidência, portanto, que Bacon figurasse como um dos marcos da revitalização da experiência para Dewey, como vimos acima.

Em segundo lugar, mesmo que se possa considerar que as principais correntes filosóficas gregas privilegiassem a vida contemplativa, os cidadãos davam grande importância à vida ativa, especialmente na Atenas democrática clássica, cuja prática política valorizava a *phronesis*, ou saber prático, como um tipo válido de conhecimento tanto quanto o saber puramente especulativo. A *phronesis* combinava a generalização da reflexão sobre princípios e causas com a percepção das particularidades de cada situação. Nesse sentido, distingue-se do conhecimento teórico (*episteme*) pelo fato de se preocupar não com o universal e o eterno, mas com o particular e o mutável. Seu emprego demandava, portanto, tanto experiência quanto conhecimento (Jay, 2005, p. 15). Evidências literárias apontam para a existência de consideráveis restrições ao conhecimento de indivíduos “puramente teóricos”, como nas peças de Eurípides e Aristófanes, nas quais o “idealismo anti-empírico” era satirizado, razão pela qual se explica, em parte, a hostilidade de Platão em relação a representações teatrais.

Ainda na Antiguidade, houve posições divergentes quanto à inferioridade epistemológica do conhecimento empírico. Correntes filosóficas, a exemplo da cínica, com Diógenes, e a sofista, com Protágoras e Górgias, demonstravam uma apreciação muito distinta da experiência e sua significância (Jay, 2005, p. 16). Além disso, existia uma valorização do “saber-fazer”, sustentando pela premissa que própria experiência, quando devidamente organizada, era suficiente para a constituição de uma técnica (*technē*). Segundo Michael Chase (2022 p. 30-31), mesmo que constituísse uma corrente minoritária, os pensadores da chamada “escola” médica empírica, existente durante o período helenístico (c. IV-I a.C.) teriam constatado que os princípios do conhecimento teórico, direcionado ao universal e às formas perfeitas, se eximia de prover conhecimento sobre os indivíduos, sendo, portanto, inadequado para a medicina. Ao contrário de seus opositores “racionalistas”, centrados em estabelecer as causas por trás dos diagnósticos e tratamentos, os médicos da corrente empírica favoreciam a análise dos sintomas do paciente para determinar qual cura era efetiva em cada caso particular. O esquema metodológico-epistemológico dos Empíricos consistia em três etapas básicas: a observação direta do fenômeno (*autopsia*), o registro das observações feitas pelo médico na forma de casos (*historia*) e a “transição para o similar”, isto é, a possibilidade de aplicar o tratamento em futuros casos similares aos observados anteriormente. Nota-se que, mesmo entre os Empíricos, a ideia de que as observações e

a experiência advinda delas necessita de determinada organização para produzir conhecimento e/ou uma técnica. A grande questão é que, ao contrário das postulações dos racionalistas, essa organização não depende da articulação da razão/intelecto a fim de estabelecer universais como pré-requisito para o conhecimento. A diferença fica ainda mais clara ao considerar que a generalização de um caso individual para outro era tomada sempre como uma probabilidade, ao invés de uma certeza assentada pela universalidade, cuja confirmação seria dada somente por um tipo de “proto-experiência” (entendida como teste, tentativa, na acepção do que se entende como experimento). Não obstante o predomínio do entendimento platônico-aristotélico da experiência, as ideias básicas dessa escola continuaram a circular graças à descrição dos Empíricos feita por Galeno em seu *De sectis*, obra de grande influência no estudo e ensino de medicina (Chase, 2022 p. 30-31).

Para o medievo, particularmente durante o período da Escolástica no século XIII, as interpretações tendem a mostrar a “cultura de autoridades” dominando o mundo das recém-criadas universidades e casas das ordens mendicantes. Desse modo, tradicionalmente se considera que a prática da ciência, entendida como produção de conhecimento verdadeiro, consistia basicamente em comentar sobre um dado conjunto de textos (*auctoritates*, conforme explicitado anteriormente). Idealmente, a prática da ciência coincidia com a prática de definir e demonstrar, ao menos no campo filosófico, os fundamentos do conhecimento e erudição escolásticos (Krause, 2022, p. 58). O principal conjunto de autoridade textual era aquele formado por traduções latinas do *corpus Aristotelicum* e outros textos em grego e árabe. Deste modo, é possível considerar, grosso modo, que a compressão da experiência nos meios eruditos e acadêmicos tendeu a seguir o direcionamento aristotélico esboçado anteriormente, embora, conforme demonstrado por Katja Krause, a autoridade epistêmica atribuída a esse conjunto de textos, bem como sua utilização, apresentou significativas variações entre os pensadores e eruditos medievais.

De acordo com Krause (2022, p. 58), no período em questão, *experiência* era ao mesmo tempo um objeto de ciência e um instrumento para adquiri-la. Como objeto, estava sujeita à definição e demonstração como qualquer outro universal. Já como instrumento através do qual a ciência poderia ser adquirida, a autora argumentou que o conceito tendia a escapar à abordagem hegemônica, potencialmente se configurando como uma instância complementar a ela. Um dos pontos centrais para sua análise

encontra-se na existência de diferentes traduções latinas do corpus aristotélico³⁵, o que influenciou diretamente nas produções dos principais comentaristas da *Metafísica*, a exemplo de Alberto Magno (1200-1280) e Tomás de Aquino (1225-1274). Tendo em vista as discrepâncias entre as traduções, ao lado das diferentes posições dos comentaristas, Krause sugeriu serem esses indícios da ausência de consenso sobre o papel e a função da experiência.

No caso de Alberto Magno, a memória foi interpretada como tendo um papel ativo na produção da experiência. Assim como para Aristóteles, esse ato era tido como imperfeito porque ainda não alcançara o objetivo de proceder ao estabelecimento de universais, pois a ciência e a arte (*scientia* e *ars*) eram os fins aos quais a experiência deveria levar. Para Alberto Magno, arte não nascia apenas da experiência, mas de seu envolvimento simultâneo com um universal presente no intelecto. Deste modo, ainda que concebida como um “ato imperfeito” ou uma “segunda potência” (ainda não plenamente desenvolvida), a experiência foi tomada como um tipo híbrido: não apenas como uma cognição sensitiva, captada pelos sentidos, mas uma “híbrida”, formada pela interação simultânea dos campos sensitivo e intelectual. Nessa equação, o universal teria a função de purificá-la e aperfeiçoá-la, essencializando a experiência recém-adquirida. O intelecto detinha, nesse desenho, papel fundamental, uma vez que sem ele não seria possível a abstração necessária para passar do particular da experiência ao conceito universal³⁶. No entanto, ainda que a percepção pelos sentidos e a experiência ocupassem posições de mediação e subordinação, para Alberto Magno eram essenciais para o processo intelectual, sem as quais não seria possível nenhuma arte ou ciência. Por fim, vale ressaltar que o processo de perfectibilidade através do qual se estabelecem o verdadeiro conhecimento da ciência e da arte pelo intelecto se dá pela remoção da

³⁵ Duas traduções completas da *Metafísica* do grego para o latim estavam disponíveis à cristandade latina no século XIII, a *translatio media*, de um tradutor anônimo do século XII, e a *translationis mediae revisio* de William of Moerbeke, composta entre c. 1265–1272. Além dessas, circulavam também traduções incompletas da obra. A principal diferença, que resultou em posições diferentes dos comentaristas, reside, segundo Krause, na passagem da experiência para o universal: “*ek pollōn tēs empeirias ennoēmātōn mia katholou genētai peri tōn homoiōn hypolēpsis* (“from many thoughts of experience one judgment is gained concerning similar things”). Enquanto o tradutor anônimo optou por “*ex multis experimento intellectis una fit universalis de similibus acceptio*” (“from many things understood through experience there arises one universal apprehension of similar things”), a revisão de Moerbeke trouxe “*ex multis experimentalibus conceptionibus una fit universalis de similibus acceptio*” (from many experiential conceptions there arises one universal apprehension of similar things) (Krause, 2022, p. 59-60).

³⁶ No qual atuavam dois processos distintos: a “resolução” (*resolutio*), que consistia na quebra de um universal em seus diferentes componentes e empregado para adquirir, a partir do intelecto, conhecimentos específicos e essenciais sobre as coisas do mundo, e a “composição” (*compositio*), realizada pela “alma sensitiva”, isto é, os sentidos do corpo e o julgamento do “bom senso” (common sense), para criar um universal “genérico”, ainda não completo e regulado pela atuação do intelecto. Cf. Krause, 2022, p. 62-63.

desordem, instabilidade e oposições presentes nas percepções individuais captadas pelos sentidos e na experiência (Krause, 2022, p. 61-63). Esse ponto é importante para nosso argumento pois mesmo Francis Bacon, tido como “pai” do método que teria elevado a experiência ao primeiro plano da produção do saber, prescrevia também uma “depuração” da experiência afim de que ela se tornasse passível de ser empregada na construção do conhecimento. Conforme sustentaremos ao longo desta tese, esses posicionamentos matizam interpretações que tendem a construir uma imagem soberana da experiência, livre de qualquer “amarra” doutrinária imposta pela força de autoridades. Tomás de Aquino, por sua vez, procedeu a um encaminhamento distinto, propondo graus ou gradações ao conhecimento humano. Partindo de uma tradução diferente daquela empregada por Alberto Magno, Aquino encadeou praticamente numa linha memória, experiência e o universal, sem recorrer, como Alberto, à combinação entre experiência e intelecto. Ao invés disso, sugeriu que a experiência resultava de uma *collatio* de muitos particulares recebidos pela memória, sem a necessidade de um conceito universal prévio anterior à experiência. A principal diferença na gradação do conhecimento da experiência e da ciência/arte residia no fato que a primeira estava centrada no particular, equivalendo ao conhecimento do fato, enquanto a segunda se concentrava nos universais e se dirigia ao conhecimento da causa (Krause, 2022, p. 64-65).

Conforme sugerido por Gadamer (1999, p. 514), o principal problema colocado pela teoria da ciência moderna foi justamente estabelecer até que ponto seria possível um emprego puro da razão, mediante a aplicação de princípios metodológicos e situando-se acima de qualquer preconceito ou atitude pré-concebida. Autores como Dewey, discuto anteriormente, localizaram em Bacon uma ruptura com os modelos anteriores ao alçar a experiência como elemento fundamental da produção de conhecimento. Existem, porém, posições divergentes quanto ao da experiência no pensamento baconiano, bem como em relação às supostas transformações causadas por sua filosofia. Apesar de ser posterior ao recorte temporal de nossas fontes, nosso interesse em discutir os parâmetros gerais propostos por Bacon se explica, em primeiro lugar, pelo fato de o autor representar uma culminância de discussões anteriores a respeito da experiência, que explicitamos neste capítulo e desenvolveremos nos seguintes a partir da documentação selecionada. Desse modo, não é o caso de empregá-lo como marco ou parâmetro teórico para o entendimento dos usos de *experiência* presentes nas fontes, mas sim para demonstrar, a partir delas, como as acepções e usos

do conceito foram reapropriados por Bacon. Em segundo lugar, por fim, para questionar a ideia de que essas reapropriações configuraram uma revolução ou rompimento drástico com a maneira pela qual experiência era entendida e utilizada.

Astrid Schwarz (2012, p. 76), mesmo com ressalvas, reafirmou a ideia de ruptura instituída por Bacon no começo da Idade Moderna em virtude de seus novos entendimentos de experiência e experimento. Segundo a autora, a principal “inovação” que diferenciava Bacon de seus predecessores era a ideia da formalização da experiência: a coleta e organização de dados empíricos proporcionaria a descoberta de teorias totalmente novas e inesperadas. Outras análises tenderam a relativizar as contribuições baconianas, ainda que tidas por significativas e relevantes. Gadamer (1999, p. 515), por exemplo, argumentou que o principal aporte de Bacon se encontra no fato de sua teoria da experiência discutir as dificuldades morais e antropológicas de uma indução verdadeira. O conceito de indução implica, basicamente, a generalização a partir de observações. Em seu método indutivo, de acordo com Gadamer, Bacon procurava superar a forma causal e irregular sob a qual se dava a experiência cotidiana para ir além de generalidades prematuras. Para isso, propôs a realização de experimentos organizados metodicamente a fim de permitir um acesso gradual em direção às generalidades verdadeiras. Neste método, o espírito não é dado a voar livremente, mas deve ascender passo a passo do particular, a fim de produzir uma experiência ordenada e livre de precipitações.

Nessa mesma direção, Luc Peterschmitt realizou um estudo mais detido do tratamento e entendimento da experiência por Bacon através da análise do conceito de “*experientia literata*” empregado pelo pensador inglês³⁷. Um dos pressupostos básicos é que essa experiência decorre uma série de experimentos ordenados e organizados, distinguindo-se, portanto, da experiência como a “vivência individual” e até mesmo da simples observação empírica de um acontecimento ou fenômeno, sendo mais uma forma de conhecimento destilado de uma “experiência coletiva”. A grande questão investigada pelo autor é como os procedimentos aplicados na produção dessa experiência em particular conduziria à produção de novos conhecimentos (o que Bacon denominava “invenção” (“invent”), isto é, descobrir coisas antes desconhecidas). Para o autor, Bacon não se dedicou a explicitar essa relação, tampouco argumentar em que sentido a *experientia literata* seria uma ferramenta mais adequada, justamente por se tratar de um

³⁷ Bacon explorou o conceito em *De Augmentis scientiarum*, de 1623. A obra, na verdade, é uma versão expandida e latinizada de um trabalho anterior, *Advancement of Learning*, publicado em 1605.

método amplamente aceito e já empregado, não havendo, portanto, necessidade de justificar seu uso (Peterschmitt, 2021, p. 34).

Bacon propôs duas maneiras pelas quais a “invenção” poderia ocorrer: de experimento em experimento, ou de experimento para axiomas, que, por sua vez, poderia dar lugar a novos experimentos. A primeira foi classificada por Bacon como “learned experiencie”, e a segunda como “interpretation of nature”, que seria o *Novum Organum*. Aqui se constitui uma diferenciação essencial entre experiência e axioma, que, de certo modo, guarda grande proximidade com as distinções que exploramos nos exemplos de autores da antiguidade e do medievo. Bacon foi categórico em afirmar que a “*experientia literata*” constituía-se num campo separado da interpretação, nunca se elevando ao nível dos axiomas. Não se tratava, portanto, de uma forma de conhecimento mais completo ou aperfeiçoado (uma arte ou filosofia), sendo mais uma “sagacidade” ou “experiência aprendida” (“learned experiencie”), entendida, no melhor dos casos, como uma forma inferior ou reduzida de conhecimento. Seu papel, no plano imaginado por Bacon, era promover a produção de “fatos”, cabendo a cada um fazer uso deles para iniciar pesquisas e descobertas. Para isso, era fundamental a existência de uma ordem, uma organização na experiência, sem a qual a produção de conhecimento não poderia avançar: “For unguided experience, following itself alone, is [...] just groping in the dark, [...]. But when experience starts going forward according to a certain law, step by step and steadily, then will we be able to hope for better things from the sciences” (Bacon, apud Peterschmitt, 2021, p. 35).

Nesse sentido, para se tornar “útil”, a experiência deveria ser coletada e organizada segundo determinada ordem (ou método) para se tornar “*experientia literata*”. Caso contrário, deixada sem direção, a resultante seria apenas um grande amontoado de fatos, como os ditos “empíricos” faziam.³⁸ Deveria haver, portanto, algo no processo de criação da “*experientia literata*” que orientasse e conduzisse seu curso a fim de evitar que se passasse de uma experiência a outra “tateando no escuro”. Nesse sentido, Peterschmitt (2021, p. 38) sugeriu que a experimentação proposta por Bacon deve ser necessariamente informada por algum tipo de conhecimento. A nosso ver, esse processo de ordenamento e “refinamento” da experiência, seja por um método, pelo intelecto ou razão, segue proposições anteriores da relação entre experiência e conhecimento na passagem do particular ao geral. Como justificar, então, que a

³⁸ “The empirics, in the manner of the ant, only store up and use things” (apud Peterschmitt, 2021, p. 41).

experiência pode produzir conhecimento se para isso se faz necessário conhecimento prévio? Na interpretação de Peterschmitt (2021, p. 38), a orientação e organização metódicas seriam o crivo fundamental, pois através delas se estabeleceria uma ordem, isto é, o indivíduo responsável pela experimentação procederia de uma tentativa a outra tendo total consciência da razão pela qual procedia. *Experientia literata* serviria como um guia de como proceder no caminho da descoberta. Sua principal função seria remover o elemento do acaso, o “tatear no escuro” (Peterschmitt, 2021, p. 43). Em síntese, *experientia literata* tornaria possível a progressão de uma experiência a outra, sendo a “sagacidade” mencionada anteriormente (uma forma de “conhecimento” distinta da arte ou da filosofia) a iniciadora desse processo (o “conhecimento” inicial antes do conhecimento final axiomático ser alcançado e que “guia pela mão”³⁹ o experimentador).

Ao final, nos deparamos com uma localização e entendimento da experiência no processo de produção do conhecimento que ressoa muito da filosofia aristotélica que Bacon, e comentadores posteriores, procuravam romper: por tratar do particular e do imediato, a *experientia literata* não poderia fornecer conhecimento nem sobre a causalidade nem sobre a natureza do fenômeno. Peterschmitt (2021, p. 44-45) matizou a “ruptura” que Bacon teria produzido ao argumentar que, com exceção do nome, *experientia literata* não era algo novo, uma vez que o conhecimento que ela poderia criar (correlações empíricas a partir fatos sequenciais) era semelhante àquele que os empíricos já haviam produzido. Além disso, conforme demonstrado, ela não é criada a partir “do nada”, mas sim a partir do que já de alguma forma conhecido e através de procedimentos já praticados⁴⁰. A fundamental diferença, para Peterschmitt, residiria no fato que para Bacon a *experientia literata* seria apenas o começo do conhecimento (2021, p. 48). Gadamer (1999, p. 516) se referia a essas considerações quando afirmou que Bacon, a despeito de seu posicionamento contrário às “sutilezas dialéticas”, permaneceu profundamente vinculado à tradição metafísica e suas formas de

³⁹ “but when he proceeds with some direction and order in his experiments, it is as if he were led by the hand; and this we understand by learned experience” (Bacon, *Novum Organum*. apud Peterschmitt, 2021, p. 35). Essa “experiência aprendida” é identificada à sagacidade, conforme mencionado anteriormente.

⁴⁰ “*Experientia literata* is not constituted from nothing. Its modes make it possible to initiate new experiments, but it is absolutely impossible for them to be created out of nothing. Their point of origin is twofold, so to speak. In the first place, experiments are already known and already performed, already completed and already accepted. Secondly, their modes themselves have already been put into practice at least partly. In a word, if *experientia literata* produces the kind of knowledge to which an empiricist might aspire, the reason is that the empiricists have already produced that kind of knowledge (Peterschmitt, 2021, p. 47).

argumentação: tudo aquilo que o transformou no paladino da ciência moderna seria apenas o lado pragmático de sua obra, para a qual sua contribuição seria, na visão de Gadamer, pouco consistente.

III. Como a historiografia sobre a Primeira Modernidade relacionou os conceitos de Autoridade e Experiência

A relação entre o que genericamente se costuma chamar de “tradição” (entendida, no mais das vezes, como o conjunto reconhecido das autoridades) e a experiência (no mais das vezes, assim mesmo, no singular), foi um dos meios pelos quais se operacionalizou periodizações e classificações, em especial na própria definição da noção de modernidade. De acordo com Patricia Seed (2013, p. 119-120), *moderno* é um termo de oposição: desde suas primeiras adoções registradas no século VI até os usos mais recentes, a palavra tem sido empregada para separar uma coisa de outra, operando distinções e categorizações. As divisões e separações operadas pelo termo são de um tipo particular: moderno divide o tempo, criando um “antes” e um “depois”. Essa separação, no entanto, é diferente daquela representada por outros fenômenos da natureza também marcados pela passagem do tempo, tais como as estações do ano e o dia e a noite, por exemplo. *Moderno* divide e categoriza a experiência humana no tempo, pois implica uma percepção humana de mudança entre passado e presente. Deste modo, para cada “moderno”, cria-se também um “antigo”.

No mundo europeu ocidental, é possível estabelecer o aparecimento de “moderno” na Antiguidade tardia, entre os séculos V e VI, quando então assumia o sentido de “atual”, “situação presente”, em contraste a uma passada, antecessora⁴¹. Não havia, nessa separação, nenhuma carga negativa ou positiva atribuída a nenhum dos lados. Quando empregado, o adjetivo “moderno” possuía o mesmo sentido que *hodiernus*, que no latim implicava distinção entre o estágio presente e o anterior das instituições, sem, contudo, as conotações valorativas como contidas em ideias de evolução, progresso e afins (Gumbrecht, 1998). Nesse sentido, Jacques Le Goff (1997) argumentou que, até o século XIX, a maior discussão em torno do “moderno” girava em torno de sua relação com o “antigo”, tendo seu auge no período entre o Renascimento e

⁴¹ Seed (2013, p.120) afirma que o primeiro uso registrado da palavra moderno denotando a experiência humana de separação entre passado e presente ocorreu no século VI, numa região do norte da Itália controlada pelos ostrogodos, aludindo ao contraste entre os estilos arquitetônicos “antigos” (romanos) e “modernos” sem, contudo, depreciar um ou outro.

o Iluminismo. Sempre ressaltando a complexidade e não-linearidade dessa relação, o autor francês apontou que “antigo” ganhou várias conotações no período em questão, indo desde o tom mais neutro de simples cronologia (de distância temporal), passando por noções bíblico-religiosas⁴² até identificar, no Renascimento, um período histórico específico: a antiguidade clássica greco-romana e seus valores com um claro apelo à ideia de exemplaridade. Da mesma maneira, ainda que por vezes moderno pudesse ser associado a “novo”⁴³, essa aproximação semântica se dava no sentido de atual, do presente momento, sem a ideia de “novidade”, que implicava, no período em questão, nascimento a partir do zero, sem relação com algo passado. Em outras palavras, “novo” implicava ausência de origens, primórdios, antecedentes ou tradições, e sua ligação à ideia de moderno/modernidade somente foi estabelecida a partir do século XVIII.⁴⁴

Embora o emprego da palavra “moderno” se mantivesse bastante variado, Hans Gumbrecht (1998) sugeriu que os problemas referentes ao entendimento de moderno e modernidade aparecem quando diferentes sentidos são acoplados a esse único significante. Denominado pelo autor de “cascatas de modernidade”, esse processo identificaria uma sobreposição desordenada de conceitos que se seguiram uns aos outros velozmente, mas que, à maneira de cascatas, se cruzam, acumulam e interferem mutuamente numa dimensão de simultaneidade. Em sua análise, Gumbrecht identificou quatro cascatas: a primeira, contemporânea aos objetos de nossa análise, seria marcada por uma sequência de inovações metonimicamente representadas pela imprensa e pela descoberta da América. Essa primeira cascata seria caracterizada também pela emergência de um novo tipo de subjetividade: segundo o autor, enquanto na Idade Média predominava uma autoimagem humana como parte da Criação divina, cuja verdade era dada a conhecer somente pela revelação de Deus, passou a existir na Idade Moderna a figura do sujeito que vê a si mesmo como excêntrico ao mundo, ao mesmo tempo que se operava uma cisão na unidade espírito e corpo. Esse novo sujeito, denominado por Gumbrecht como observador de primeira ordem, puramente espiritual e “fora” do mundo, passou a se considerar capaz de produzir conhecimento⁴⁵,

⁴² Velho Testamento seria “antigo” e Novo Testamento, “moderno”, por exemplo. A divisão não implicava maior ou menor autoridade, apenas diferença de tempo ou momento em que foram compostos (Seed, 2013, p. 121).

⁴³ Em glossários do século VIII contendo traduções do latim para o anglo-saxão, *modernos* e *nouos* traziam somente o sentido de diferença de tempo (Seed, 2013, p.121).

⁴⁴ Sobre essas transformações, ver Koselleck, *Futuro passado* (2006) e Hannah Arendt, *Da revolução* (1988).

⁴⁵ “Em vez de ser uma parte do mundo, o sujeito moderno vê a si mesmo como excêntrico a ele, e, em vez de se definir como uma unidade de espírito e corpo, o sujeito – ao menos o sujeito como excêntrico e

rompendo, segundo o autor, com o entendimento medieval segundo o qual a função humana era apenas a de salvar do esquecimento todo saber que fora revelado.

Conclusões semelhantes foram apresentadas por Patricia Seed (2013), segundo a qual a neutralidade na divisão operada pelo termo “moderno” teria começado a desaparecer por volta do século XII, dando lugar a uma conotação mais antagônica a par antigo/moderno. Essa mudança teria se iniciado com o surgimento de novas abordagens que desafiavam o sistema educacional baseado nos monastérios, a exemplo da escola de Chartres. De certa forma, esse fenômeno apontado pela autora vai ao encontro das mudanças anteriormente analisadas na cultura das autoridades medievais no “longo século XII”, na expressão utilizada por Ziolkowski (2009). Ainda segundo Seed (2013, p. 122-125), pouco antes do Renascimento se estabelecer, *moderno* passou a transmitir um agudo sentido de diferença temporal, por vezes crítico e até satírico em sua valoração dos tempos mais recentes, como nos casos de Dante, Boccaccio e Petrarca. Vale ressaltar que, a despeito dessas novas acepções, o conceito não perdeu ou deixou de veicular as conotações mais neutras que possuía anteriormente. Não obstante, por volta do século XV, a autora propôs que tanto na Itália quanto em Portugal se operou uma inversão na conotação negativa que moderno geralmente recebia. Essa mudança revelaria o aparecimento de uma nova epistemologia, marcada pela elevação da observação direta em primeira mão (em outras palavras, da experiência) como meio mais confiável de conseguir conhecimento, dando a “moderno” o sentido progressivo que possui hoje (Seed, 2013, p. 127, 133).

A discussão em torno da concepção de moderno e da variação de sentidos que lhe foram atribuídos nos interessa na medida em que ela converge sobre o debate a respeito da experiência, uma vez que, para certos autores, nos umbrais da era moderna estaria justamente a valorização da experiência em detrimento da autoridade que caracterizaria o mundo medieval, acepção implicitamente presente nas análises de Seed e Gumbrecht apresentadas acima. A interpretação segundo a qual a vida intelectual medieval centrava-se em torno de textos autoritativos está presente em análises de diversos outros autores, a exemplo de Anthony Grafton (1992), segundo o qual até a Idade Média, pensadores e pessoas instruídas consideravam que todo conhecimento provinha do corpus canônico das autoridades como a Bíblia, obras greco-romanas e

como produtor de saber – pretende ser puramente espiritual e do gênero neutro. Esse eixo sujeito/objeto (horizontal), o confronto entre o sujeito espiritual e um mundo de objetos (que inclui o corpo do sujeito), é a primeira pré-condição estrutural do Início da Modernidade” (Gumbrecht, 1998, p. 12).

algumas obras de seu próprio tempo. Nesse sentido, o autor afirmou que esses eram “homens dos livros”, e compunham seu universo a partir desses textos.

Entre 1550 e 1650, sugeriu Grafton, os pensadores ocidentais começaram a colocar essas premissas em dúvida, deixando de considerar que todas as respostas poderiam ser encontradas em textos antigos e, no começo do século XVII, o conhecimento advindo da experiência, entendida como sinônimo de prática e de observação, ganhou maior credibilidade do que aquele adquirido pelos acadêmicos nas bibliotecas. Também nessa hipótese o descobrimento da América foi identificado como ponto de virada nessa relação, gradualmente retirado da tradição, representada pelos livros, sua aura de completude e autoridade: o encontro com “selvagens nus” de um mundo novo desconhecido dos antigos assinalou o processo de distanciamento entre o saber desses “homens dos livros” e aquele dos “homens práticos”, tais como navegadores e conquistadores, permitido aos intelectuais tomarem a “experiência nua” (a observação direta) no lugar da autoridade dos textos (Grafton, 1992, p. 5). Vale ressaltar, porém, que, ao longo da obra, essa polarização estrita entre a autoridade e a experiência foi constantemente matizada por Grafton, que destacou seus constantes entrecruzamentos, afirmando que nenhum dos textos se mostrou estéril demais para ser ignorado, ou completo demais para sobreviver sem nenhuma mudança. Devido a essa flexibilidade, seus usos foram os mais variados, sendo ressignificados quando usados e mudando quem os utilizava, numa via de mão dupla.

Mesmo que Grafton tenha sugerido a existência de diálogo entre as duas instâncias, é preciso matizar alguns pontos de sua análise. Em primeiro lugar, o autor tendeu a identificar o universo das autoridades como um “cosmos fechado”, avesso à ideia de inovação, originalidade e ampliação, que só seriam possíveis uma vez que novas informações foram consideradas válidas, rompendo a barreira da autoridade. O uso variado dos textos autoritativos, identificado pelo autor, era uma prática recorrente já no medievo, bem como o uso da experiência, como já argumentei e como voltarei a fazer. O problema parece se situar nessa postura que opõe autoridade, de um lado, e originalidade, de outro, o que não se sustenta conforme também já demonstramos anteriormente. Além disso, essa noção de moderno na qual se imbrica certa noção de avanço ou progresso desconsidera que certos processos que marcariam uma ruptura com a Idade Média podem ser traçados até o medievo (Cânizares-Esguerra; Fernandes; Martins, 2017, p. 16-17).

Uma das transformações encontradas na Primeira Modernidade, por exemplo, foi a ampliação do recurso à experiência como alternativa reconhecidamente válida para a *auctoritas*, afastando o conceito de seu estreito laço com a *antiquitas*. Esse afastamento, porém, pode ser identificado já no século XII, não tendo se iniciado na modernidade. Por fim, aqueles que reivindicavam a autoridade da experiência tinham a mesma pretensão daqueles que se fiavam nos textos autoritativos: legitimar a verdade de suas postulações. Mas esse jogo não era simples, pois experiências podem ser, assim como autoridades textuais, contraditórias. Ao lado da experiência, outros recursos eram mobilizados, como prestígio pessoal, o domínio da razão, ou até mesmo os conhecimentos dos textos para reforçar um posicionamento em detrimento de outro. Se, de um lado, a experiência não pode ir frontalmente contra Bíblia, e tampouco se podia usar a tradição para reforçar o que era dado a conhecer pela experiência, nunca houve um empirismo puro, em estado bruto; tampouco um isolamento letrado e autoritativo do mundo: era preciso ler um com as lentes do outro.

Hannah Arendt (1972) argumentou que o enfraquecimento da autoridade assistido na contemporaneidade é concomitante à aceleração das transformações que solaparam as ideias de permanência e segurança do mundo. Tal posição é semelhante à defendida por Reinhart Koselleck (2014), segundo a qual, desde o século XVIII, as gerações abandonam as lições passadas pelos antepassados por considerá-las inúteis diante de rupturas vivenciadas em ritmo inédito. Se o presente é cada vez mais diferente do passado, o espaço pretérito perde sua função balizadora em função de sua radical alteridade. A possibilidade de perceber de modo imediato essa mudança estrutural é, provavelmente, a principal característica da Modernidade, tal qual entendida por Koselleck (2006; 2014): a mudança estrutural transformada em evento, separando o espaço de experiência do horizonte de expectativa. Não obstante, os séculos da Primeira Modernidade (XVI e XVII, principalmente) conheceram muitos matizes na forma de empregar e valorizar a autoridade, sua relação com o passado e com outras formas de legitimidade, como a experiência, por exemplo. Para além de polos estanques, essas categorias foram mobilizadas de diferentes maneiras, se entrelaçando ou se distanciando em diferentes contextos. Além disso, a diversidade e as remodelagens observadas na cultura de autoridades ainda no período medieval nos permitem considerar, conforme os capítulos desta tese demonstrarão, que a Primeira Modernidade não extinguiu de pronto a discussão em torno da autoridade, retendo alguns de seus parâmetros e expandindo outros, como o recurso cada vez maior à categoria da experiência.

Como seria possível, então, construir uma noção de respeito e emulação do passado exemplar da Antiguidade e, ao mesmo tempo, se enxergar como produtor de conhecimento? A primeira parte da resposta parte da própria noção de *auctoritas* desenvolvida anteriormente, que não pressupunha obediência cega nem mera repetição, mas reverência e reconhecimento ao passado fundacional. A exemplaridade também não era impedimento para a ação, já que propunha modelos e alternativas ao invés de regras rígidas de comportamentos e atitudes. A ação e deliberação humanas não estavam excluídas na utilização da tradição e seus exemplos. Conforme apontado por Berenice Cavalcante (2002), a perspectiva de superação das “trevas” do período imediatamente anterior ao dos humanistas condicionou uma noção de tempo tripartite: ao interpor um período medieval entre a antiguidade e o presente “moderno”, homens como Petrarca desenvolveram uma consciência histórica que se afastava da noção linear e tipológica do cristianismo, dando lugar a uma concepção cíclica, própria da antiguidade, na qual noções de renascimento e retorno eram centrais, denotando a periodicidade cíclica da natureza. Assim, de acordo com a autora, esse paradoxo entre exaltação e superação dos antigos encontrou uma possível solução na ideia de que a distância temporal poderia ser compensada pela proximidade espiritual: ao manifestarem apreço à exemplaridade da antiguidade, os homens do Renascimento não deixaram de se autovalorizar como os únicos capazes de fazer reviver esse passado supostamente adormecido. Desse modo, existiu uma relação ambivalente com o passado, tanto de veneração quanto de distanciamento, engendrada pela ideia de aperfeiçoamento/aprimoramento que apenas a distância temporal poderia oferecer.

Esse percurso, porém, não foi realizado sem contradições. Não é viável imaginar uma única maneira de se relacionar com o passado clássico. Se por um lado é correto afirmar que alguns tentaram estabelecer uma ruptura com o passado (ou parte dele), opondo trevas e luz, morte e renascimento, é também certo que essa autoimagem pode ser enganadora. Jean Delumeau (1994) sugeriu que o Renascimento, e a Idade Moderna no geral, fez mais do que simplesmente “reviver” elementos da antiguidade, desenvolvendo coisas que os antigos jamais haviam sonhado, constituindo aquilo que o autor denominou de “promoção do ocidente” (Delumeau, 1994, p. 20). No mesmo sentido, Newton Bignoto (1992) propôs que o Renascimento não criou um sistema coerente e fechado de ideias, contendo inúmeros paradoxos e contradições, sugerindo que a retomada de fontes antigas teve um efeito radical tanto sobre certos pressupostos do medieval quanto do próprio pensamento greco-romano. Por exemplo, apesar de

aparentemente excludentes, a aceitação da revelação da verdade de Deus cristã e a concepção da Fortuna como obstáculo às ações humanas conviveram em humanistas como Leonardo Bruni e Palmieri, assim como a vinda de Cristo, ao instituir um novo começo e uma concepção temporal linear (da Criação ao Juízo Final), estava em flagrante contradição com os pressupostos de ciclos e repetições da história, que denotavam uma forma circular do tempo histórico.

Ao encontro dessas perspectivas soma-se o estudo de Sandra Chaparro Martínez (2013) acerca do modelo denominado história exemplar providencialista, cuja matriz a autora remonta ao historiador romano Tácito e à ideia do *exemplum*. De acordo com Chaparro Martínez, nos séculos XVI e XVII, Tácito havia se tornado muito popular na Europa por constituir uma alternativa a Maquiavel nas discussões em torno da razão de Estado e das definições de governo então em voga. Além disso, a análise da autora identificou, especialmente entre os contrarreformistas da Espanha, o modelo providencialista que se utilizava da autoridade das Sagradas Escrituras e inscrevia toda a ação humana e seu transcurso no tempo como evolução do plano divino. Assim sendo, a história nada mais seria do que a realização prática desse plano. A ação humana, no entanto, era necessária para a realização de tal plano, e foi justamente nesse ponto que Tácito foi recuperado: para agir, os homens precisavam de modelos, e os arquétipos de ações corretas e virtuosas a serem emuladas, bem como as viciosas a serem evitadas, eram fornecidas pela história, entendida como um reservatório de *exempla* (exemplos) a ser continuamente empregado pelos homens no presente.

Ter o passado como referente para se antecipar o futuro seria possível a partir da extração de “regras gerais” dos casos concretos e particulares. Em suma, a história poderia fornecer um sistema de regras e princípios universais obtido através da *experiência* do passado. A função do historiador se tornava, assim, a de “destilar” a história para obter a pura essência das ações humanas. O resultado dessa destilação era justamente o *exemplum*, compreendido como histórias ou alegorias moralizantes que fixam as formas exitosas de governo e sistemas políticos (Chaparro Martínez, 2013, p. 136). Se retornamos ao tratado de Walter Raleigh com que iniciamos este capítulo, compreenderemos a razão de adicionar “*the choicest examples and historical observations*” ao lado das autoridades e experiências que possibilitariam ao leitor desvelar as “artes do império”, isto é, de como proceder ao governar.

É preciso, portanto, matizar o pressuposto que o recurso à experiência seria incompatível com a “cultura de autoridades” tradicionalmente aceitas, bem como a

acepção que o mundo das autoridades era algo hermético e imutável, que se reproduzia autofagicamente, devorando sempre a si próprio e avesso à inovação e originalidade. A hipótese defendida neste trabalho matiza esses posicionamentos, e a análise das fontes ao longo dos capítulos seguintes procurará demonstrar como não apenas a modernidade herdou práticas e posicionamentos em relação à noção de autoridade, como também o emprego da experiência foi diverso e heterogêneo, por vezes somando-se ao edifício da *auctoritas* como elemento de validação, por outras oferecendo um contraponto a ela.

III.1. O lugar da América na definição do moderno

As tensões até aqui expostas registram, portanto, alguns dos nodosos pontos que podem caracterizar a modernidade em sua etapa inicial: entre a recuperação e a criação, o antigo e o novo, colocava-se a questão mais geral sobre as possíveis relações entre as tradições pautadas pelo valor da autoridade, e o aperfeiçoamento ou até substituição desses conhecimentos pela via da experiência humana no tempo. A conexão da noção de modernidade/moderno com a tensão autoridade/tradição e experiência esteve, na historiografia, umbilicalmente ligada a contextos europeus como a Reforma e o Renascimento, mas também aos descobrimentos e às lógicas coloniais que deles foram consequência. No item anterior, vimos como as análises de Grafton e Gumbrecht reconheceram na “descoberta” da América um ponto fulcral para suas classificações. Esses casos, dentre outros analisados a seguir, fazem parte de um amplo leque de perspectivas desenvolvidas na historiografia que procuraram mensurar e dar conta do impacto da América sobre as estruturas de saber europeias e, conseqüentemente, no próprio início da modernidade. Em síntese, o largo espectro dessas abordagens é marcado por dois extremos, com variações intermediárias entre eles: por um lado, o que atribui pouca influência dos descobrimentos sobre a Europa, por outro, aquele que propõe grandes alterações nas estruturas intelectuais dos europeus a partir dos esforços em compreender e conceitualizar a novidade que a América representou.

Observa-se, portanto, que no primeiro caso é a “tradição” que permanece em primeiro plano, já que para os autores dessa vertente os europeus raramente aceitaram a novidade em seus próprios termos. Como exemplo dessa abordagem, pode ser mencionado o historiador John H. Elliott, um dos pioneiros a escrever sobre as formas

utilizadas pelos europeus para enquadrar as terras descobertas no continente americano em modelos pré-determinados de narrativa e concepção de mundo. Ao afirmar que os europeus forçavam o estranho a se tornar familiar, Elliott (1976) concluiu que a América, como matriz de inovações a partir de experiências supostamente inéditas, teve um “impacto embotado” sobre a Europa.

Tzvetan Todorov (1999) e Felipe Fernández-Armesto (1992) também procuraram analisar as conexões entre modernidade e experiência a partir da figura de Cristóvão Colombo nas viagens de descobrimento. A hermenêutica do genovês, para o primeiro, fizera dele uma figura paradoxal: o homem que inicia a idade moderna ao descobrir a América não era propriamente moderno. O principal traço medieval identificado em Colombo por Todorov é a influência de suas crenças sobre suas interpretações. Nesse sentido, o Almirante do Mar Oceano condicionou aquilo que via e experimentava a certezas pré-estabelecidas por autoridades como a Bíblia, por exemplo, negando possíveis contestações que a observação direta pudesse trazer. “Colombo não tem nada de um empirista moderno: o argumento decisivo é o da autoridade, não o da experiência. Ele sabe de antemão o que vai encontrar; a experiência concreta está aí para ilustrar uma verdade que se possui [...] (Todorov, 1999, p. 18).”⁴⁶ Já Fernández-Armesto pintou um retrato mais matizado do navegador, afirmando que Colombo possuía uma atitude ambivalente em relação aos textos, exaltando-os como respeitáveis fontes de conhecimento, mas reconhecendo suas limitações. Assim como Todorov, Fernández-Armesto afirmou que na época de Colombo “a experiência começava a rivalizar com a tradição como fonte de autoridade científica” (Fernández-Armesto, 1992, p. 68), mas diferente do autor búlgaro, enfatizou o aspecto eminentemente empírico das atividades colombinas. Mesmo quando exagerava nas citações e alusões à tradição, continuava a reivindicar um conhecimento superior pautado na experiência, por conseguinte nele próprio, e não nos conhecimentos literários. Não obstante essa diferença entre os autores, ambos posicionaram Colombo no limiar de uma nova era, ainda que não totalmente inserido nela. Fernández-Armesto (1992, p. 223) concluiu, menos enfaticamente que Todorov, que o navegador genovês portou um dos últimos fachos da cosmografia medieval, mas ensejou os primeiros sinais da era moderna ao preferir a experiência no lugar da tradição em determinadas circunstâncias. Segundo esses posicionamentos, ao invés de “revelar” a novidade da experiência, os textos e

⁴⁶ O mesmo argumento é reiterado em outras partes, como, por exemplo: “Este tipo de interpretação, baseado na pré-ciência e na autoridade, nada tem de ‘moderno’” (Todorov, 1999, p. 23).

discursos que tentaram descrevê-la estariam na verdade “encobrendo” a alteridade. Outro exemplo dessa postura pode ser encontrado na análise das descrições do *tianguiz* (mercado) indígena nos relatos espanhóis realizada por Armando Martínez Garnica (1985). Segundo o autor, esses escritores utilizaram a metáfora como processo mental para compreender o desconhecido. Eles teriam, porém, “esquecido” a realidade e vivido a metáfora, no sentido de terem usado conceitos do Velho Mundo para descrever as coisas do Novo, criando uma mistificação do período pré-hispânico em seus relatos. Interessados em impressionar o rei, justificar suas ações e pleitear benesses, Martínez Guarnica concluiu que narrativas como a de Cortés inventaram e exageram nas descrições do mundo indígena, cristalizando uma imagem cheia de “deformações cognitivas” sobre a América e seus habitantes (Martínez Garnica, 1985, p. 686-687).

Ainda nessa vertente que procurou avaliar o papel estruturante da tradição sobre a experiência na produção da modernidade, Jaime Humberto Borja Gómez analisou a *Recopilación historial* produzida em fins do século XVI pelo franciscano Pedro de Aguado. O autor propôs que os séculos de conquista e consolidação do império espanhol na América foram marcados mais pela permanência de uma herança medieval do que pelas supostas mudanças trazidas pelo alvorecer dos tempos modernos (Borja Gómez, 2002). Nesse sentido, e em total consonância com a tradição oriunda do medieval europeu, a produção das crônicas sobre o Novo Mundo pautou-se pelo recurso à retórica como instrumento de ordenação do discurso, criando textos nos quais a narração dos eventos não partia da realidade referencial experimentada e vivida pelo autor, mas sim de uma realidade textual formada pelas autoridades clássicas e bíblicas. No entanto, o autor concluiu que a historiografia, em grande parte ainda pautada pelo paradigma positivista de verdade, estabeleceu uma história “imaginária” da América por não considerar que a descrição de índios, espanhóis e acontecimentos narrada nos documentos respondiam a uma série de moldes pré-estabelecidos pela preceptiva retórica e não àquela advinda da experiência empírica (Borja Gómez, 2002).

Outros trabalhos, como o de Jorge Cañizares-Esguerra (2008; 2009), se debruçaram mais detidamente sobre a importância da Bíblia na produção e escritura dos relatos sobre o Novo Mundo. Segundo o autor, esse corpus documental foi concebido segundo os preceitos da tipologia, tradição instituída pelos evangelistas⁴⁷ e que consistia

⁴⁷ Segundo a análise apresentada por Cañizares-Esguerra (2008), o Novo Testamento foi composto tipologicamente, isto é, os evangelistas se esforçaram em apresentar a vida e os feitos de Cristo, Maria e dos apóstolos como a realização ou cumprimento de tipos do Antigo Testamento. Por exemplo, em Lucas

em interpretar eventos contemporâneos como a realização de antigos episódios bíblicos. Essa tradição de ler e pensar tipologicamente não ficou restrita aos textos sagrados: por exemplo, algumas das fontes da antiguidade greco-romana foram interpretadas pela patrística como antecipações divinamente inspiradas da narrativa salvífica cristã. Sua principal função era a de “domesticar” a novidade, tornando-a familiar ao inserir os eventos presentes dentro dos limites da grande epistemologia cristã. Com o advento da descoberta da América, essa forma de pensamento foi uma referência fundamental no processo de compreensão de um mundo totalmente novo, assim como dos eventos e relações desencadeados pela empresa europeia no continente americano.

Esse conjunto de autores apresentados até o momento compartilha, portanto, algumas perspectivas em comum: primeiramente, ao apontarem que as fontes não registram o suposto testemunho da experiência pessoal e, portanto, “empírico”, tal qual seus autores alegavam, mas que na verdade se constituíam através de narrativas pré-moldadas segundo tradições herdadas da Antiguidade e da Idade Média. A finalidade de tal estratégia seria a promoção do autor (ou do grupo ao qual pertencia) junto às autoridades civis ou religiosas no intuito de estabelecer uma imagem dos acontecimentos que lhes favorecessem a obtenção de benefícios ou, ainda, produzir modelos de moralidade baseados na oposição entre vícios e virtudes. Nossa questão em relação a esses posicionamentos é que a invocação da experiência, mesmo quando de encontro às autoridades, podia cumprir exatamente as mesmas funções de promoção ou refutação de argumentos frente a determinadas questões. Reforça-se aqui, novamente, que nenhum registro empírico em “estado bruto” é possível, nem mesmo desejável a depender da situação, conforme a análise da documentação deixará claro ao longo deste trabalho.

O segundo conjunto por nós identificado na historiografia postula que a experiência forçou ou estimulou transformações na arquitetura conceitual europeia tradicional. Rolena Adorno (1992), por exemplo, explorou as tensões entre tradição e experiência como instâncias delegantes de autoridade a partir dos relatos produzidos pela conquista da América. Ao abordar os escritos de Bernal Díaz del Castillo, Bartolomé de Las Casas e Alvar Núñez Cabeza de Vaca, argumentou que o maior desafio desses autores ao escreverem relatos históricos não era apenas serem

e Marcos, Jesus se tornou o cumprimento de Moisés e Davi. Já na Patrística, a própria história da Igreja foi vazada em moldes tipológicos: Santo Agostinho interpretou o livro das Revelações como a prefiguração da igreja católica, levando ao triunfo final da cidade de Deus. O Bispo de Hipona ainda viu no relato da criação do mundo em sete dias a prefiguração das sete idades da humanidade.

acreditados pelos leitores, mas sim terem sua legitimidade para escrever reconhecidas. Em outras palavras, diríamos que estivessem atrás daquilo que a *auctoritas* concedia. Através desses casos, a autora chamou a atenção para um processo em curso a partir da descoberta da América: a reconfiguração da relação entre testemunho histórico e autoridade historiográfica. Em resumo, Adorno destacou a crescente importância dada ao testemunho presencial como forma de validação do relato, inclusive perante órgãos oficiais e jurídicos. Assim foi possível a Bernal Díaz, alguém que como soldado não disporia da legitimidade como autoridade, contestar a versão da Conquista presente nas obras de Las Casas, conhecedor dos modelos eruditos de escrita, mas sem o recurso do testemunho pessoal daquilo que relatava. Longe de se apresentarem de forma estanque e incompatível, a autoridade e a experiência (presente nas noções de evidência e testemunho) estavam presentes tanto nas tradições historiográficas e jurídicas como naqueles relatos que apelavam ao poder da experiência. A crítica literária concluiu que o encontro discursivo entre Espanha e América foi caracterizado por essa conjunção de autoridade antiga e testemunhos oculares contemporâneos, criando uma zona fluida na qual as barreiras e distinções se esmaeciam.

A relação entre experiência e modernidade também foi analisada por Christian Kiening (2014) em sua obra *O sujeito selvagem*. Segundo o autor, os conceitos de inovação e experiência estão intimamente ligados nos relatos produzidos na época moderna, e tanto em um caso quanto no outro não dizem respeito a algo meramente factual. Isto é, há uma busca por empirismo, institucionalizada pelas ciências que se desenvolveram nos séculos XVI e XVII, mas empirismo e experiência não são a mesma coisa. Kiening argumentou que a ideia segundo a qual descrições carregadas de experiências da realidade criaram a idade moderna é equivocada. Experiência, segundo o autor, é tanto a expressão do conhecimento do mundo e de si, quanto o meio para fixar discursivamente esse conhecimento. Como inovação, experiência é também categoria retórica, e como tal possuía longa trajetória desde os relatos medievais de viagens ao Oriente, à Terra Santa e à Ásia. A partir do período das navegações e da descoberta da América, teria ocorrido uma elevação quantitativa e qualitativa do significado do testemunho ocular e da própria vivência dos indivíduos. Esse “momento da experiência” revestiu autores, textos e representações do desconhecido de uma dignidade imprescindível, enobrecendo o relato que pretende se assegurar apenas por meio da própria percepção. Portanto, assim como Rolena Adorno (1992), Kiening atrelou o “momento da experiência” às transformações na categoria de autoridade como instância

de validação e credibilidade. Como estratégia retórica, o viés da experiência tinha a intenção de fazer crer na vivência relatada pelos autores, muito embora estivessem discursivamente amparados por uma longa tradição de escrita da experiência. Desse modo, como estratégia retórica, experiência e inovação não prescindiam nem tampouco se opunham à tradição, mas se desdobravam em discursos cuja orientação foi pautada pelas ordens disponíveis do saber, ou seja, pelas autoridades clássicas do mundo greco-romano e das Escrituras, ligando “o futuro do Novo Mundo ao passado do Velho Mundo” (Kiening, 2014, p. 37).

Mais do que transições entre períodos claramente distinguíveis, evidenciam-se relações mistas entre formas de saber nas quais estratégias retóricas e práticas miméticas fundiam experiência e tradição, descontinuidade e continuidade. Longe de algo homogêneo e unitário, assegura-se o caráter do novo ao ordená-lo em modelos conhecidos ao mesmo tempo em que se destacam os pontos cegos no conhecimento dos antigos. Para Kiening (2014, p. 54), se compreendermos textos, figuras e mapas como aproximações sucessivas do factual, como aumento contínuo da exatidão e como ganho gradativo em realidade, somos levados inevitavelmente a uma construção teleológica na qual o presente, aquele das sociedades industriais contemporâneas, torna-se ponto de fuga da história.

Por sua vez, outra vertente de autores advoga que os próprios europeus mudaram ao tentarem digerir a novidade americana e compreendê-la. Apesar de não negarem a manutenção ou a presença das formas antigas de conhecimento como balizas para se compreender o Novo Mundo, essas formas teriam servido também como caminhos profícuos para a compreensão da novidade. Gérman Arciniegas (1986) propôs categoricamente que somente a partir do descobrimento da América a Europa pode se desenvolver científica e filosoficamente. Em outras palavras, é a partir da experiência americana e seu impacto sobre a Europa que o mundo moderno começou (Arciniegas, 1986). Anthony Grafton (1992), analisado anteriormente, pode ser incluído nessa perspectiva se considerarmos que o autor observou como as formas tradicionais de conhecimento foram alteradas a partir do contato com a nova realidade da América, mesmo que os europeus ainda utilizassem da tradição e textos de autoridades para balizarem a experiência da novidade. Assim como Grafton, Kupperman (1995) frisou que as posições adotadas entre a autoridade da tradição e da experiência nem sempre eram claras e definidas: as pessoas que procuraram descrever suas impressões sobre as culturas desconhecidas, quer enfatizando suas familiaridades ou estranhezas, foram

forçados a adotar uma ampla variedade de estratégias retóricas. Tradição e inovação, modernidade e reverência pelos antigos não eram incompatíveis, e as interações entre as instâncias mostram as consciências multifacetadas desses indivíduos, conforme sugeriu Kupperman (1995).

Anderson Reis e Luiz Estevam de Oliveira Fernandes (2014) também se debruçaram sobre a questão e terminaram por sugerir a seguinte posição: a emergência da América como quarta parte do mundo não se reduziu plenamente aos esquemas antes conhecidos, nem tampouco fez desmoronar completamente as bases do saber e das formas de narrar a história. Os vários relatos conhecidos acerca dos descobrimentos ibéricos e dos processos de colonização do continente americano sugerem diferentes escalas de apreensão da “nova realidade”. Dos diários de Cristóvão Colombo, de cuja imaginação e abstração nasceram os índios, passando pela entusiasmada defesa dos nativos feita pelo dominicano Bartolomé de Las Casas (1484-1566) em meados dos Quinhentos, até chegar, já no terço final do século XVI, ao texto eivado de “notas empíricas” do padre jesuíta José Acosta, observam-se variações que exigem cautela daqueles que pretendem propor uma leitura de conjunto de obras tão diferentes. Conforme apontado por Rolena Adorno (1992), as múltiplas tensões entre a autoridade da tradição e a experiência dependeram em grande medida da situação de quem escrevia bem como do argumento a ser defendido ou refutado.

A partir dessas considerações, nos capítulos subsequentes pretendemos demonstrar como “aceitar a novidade” em seus próprios termos se torna uma “utopia” historiográfica, pois implica tomar experiência como uma instância autônoma, desligada de qualquer conexão com expectativas prévias e saberes constituídos, ou ainda de categorias como o intelecto, razão, método, dentre outras explicitadas anteriormente neste capítulo. Por outro lado, ainda que partilhemos a proposta de fundo segundo a qual ao longo da Primeira Modernidade o “edifício conceitual” sofreu alterações para incluir e dar sentido aos descobrimentos, é preciso considerar que esse edifício já era “maleável”, propenso a usos os mais variados e a ressignificações. Ademais, as mudanças foram lentas e não lineares, e não prescindiram da categoria de autoridade de uma hora para outra: ao contrário, em muitas instâncias, a invocação da experiência caminhou lado a lado com a de autores e textos tidos como autoridades.

Capítulo 2

Terra nova encontrada:

as navegações inglesas a partir de Bristol no final do século XV e suas relações com o mundo ibérico e italiano

I. Bristol como parte das redes de circulação de experiências de navegação

Grande parte da historiografia que trata da expansão marítima inglesa localizou no período Tudor os embriões daquilo que se tornaria o império marítimo britânico. Vale lembrar que essa forma de conceber a atividade marítima inglesa guarda em si tanto a teleologia do império britânico, constituído no século XIX, quanto a projeção das fundações do “moderno” Estado inglês na Era Tudor.⁴⁸ Um exemplo dessa abordagem é o encontrado em Geoffrey Rudolph Elton (1997), para quem o processo expansionista inglês teria começado hesitantemente com Henrique VII, claudicado durante o reinado de Henrique VIII e encontrado com Elizabeth I seu grande ímpeto. Nessa visão, o nome de João Caboto (c.1450-c.1499) é um marco praticamente inescapável. Como afirma Annabel Peacock (2007), é impossível não se deparar com o nome do navegador ao se caminhar por Bristol⁴⁹, tampouco deixar de notar a réplica do navio *Matthew*, utilizado na primeira viagem no navegador, flutuando no porto da cidade em homenagem ao “herói” que teria descoberto a América do Norte.

Conforme indicado por Heather Dalton (2016), existe uma forte tendência na produção historiográfica em traçar, segundo a mesma perspectiva teleológica apontada acima, uma linha direta e contínua entre as viagens de João Caboto, a chamada “Era dos Descobrimentos” do período Elizabetano e as possessões inglesas sobre a América. Esse tipo de construção é explícito ainda em análises muito recentes, como a de David Shields (2013), na qual Caboto é considerado o homem que proporcionou à Inglaterra a legitimidade de reivindicar territórios na América do Norte por ter sido o primeiro a

⁴⁸ Segundo Felipe Fernández-Armesto (1997), a historiografia de Elton manteve intocados pilares fundamentais da concepção *whig* de história em sua visão grandiosa da era Tudor, identificando nela o início da “modernidade” inglesa: um tipo de governo burocrático (e não apenas absoluto), que envolvia a corte e o parlamento em tomadas de decisões, e a reforma anglicana.

⁴⁹ Devido aos diversos monumentos à sua memória, em especial o dedicado aos 400 anos da viagem de 1497, além de menções em escolas, shoppings, dentre outros (Peacock, 2007, p. 5).

alcançá-la, garantindo as bases das futuras concessões de terra e governo que originariam as colônias da Virgínia e Massachusetts. Reforçando essa conexão direta entre as viagens marítimas de Caboto e o estabelecimento colonial inglês, o autor propôs que os revolucionários da independência das Treze Colônias preteriram Caboto em favor de Colombo justamente em virtude da suposta conexão do primeiro com as prerrogativas coloniais inglesas em solo americano que faziam dele o “pai do mecanismo imperial”⁵⁰ (Shields, 2013, p. 298).

Esse tipo de abordagem, não obstante, vem recebendo inúmeras críticas nas últimas décadas. Nicholas Canny (1998a), por exemplo, mostrou como a ideia de “império”, tal qual entendida por autores como Shields (2013), dificilmente encontraria lugar nos séculos XVI e XVII. Mary Fuller (2008) salientou que a memória histórica inglesa a respeito da expansão marítima e do processo de implementação de colônias nunca foi linear, sendo esquecida e lembrada de diferentes maneiras ao longo dos séculos. Em conjunto, esses autores apontaram como a geração elizabetana de homens como Francis Drake, Walter Raleigh, Thomas Cavendish, dentre outros, foi historiograficamente agrupada em torno de um projeto comum: as tentativas de colonização e abertura de rotas comerciais para além da Europa. Demonstramos neste trabalho como essas construções são resultado de projeções realizadas posteriormente, não estando presentes na condução das ações no início da expansão marítima da Inglaterra.

Isso se deveu, entre outros fatores, à forma como Richard Hakluyt (c.1550-1616), grande compilador de documentos, propagandista da expansão e uma das principais fontes para o período, organizou suas publicações de forma a dar um sentido histórico à expansão marítima inglesa (Dalton, 2016). Tomadas individualmente, essas ações nada tinham de sistemáticas, tampouco de gloriosas. Contudo, postas em conjunto pelas mãos de homens como Hakluyt, projetou-se uma Inglaterra que se lançava em todas as direções, tanto por mar quanto por terra, rivalizando em conquistas com as demais nações europeias (Fuller, 2008). O círculo de propagandistas ao qual Hakluyt pertencia nunca foi hegemônico, e suas ideias tenderam a ter poucos efeitos práticos em determinar políticas oficiais, ao menos no período compreendido neste trabalho. Assim, suas obras não estavam apenas narrando a história da expansão inglesa, mas criando-a, projetando tanto ao passado quanto ao futuro as premissas da expansão e colonização,

⁵⁰ “father of the imperial mechanism”, no original.

cujo alvo principal sempre teriam sido as partes setentrionais do continente americano.⁵¹ Em nosso entender, essas críticas são válidas pois devolvem a historicidade própria dos primeiros séculos do que chamamos expansão marítima inglesa, procurando desvencilhar os processos então desenvolvidos das noções teleológicas segundo as quais o império e a colonização eram horizontes inexoráveis e necessários.

Essa hipótese é reforçada ao considerarmos que foi somente em fins do século XVI, com a ampliação das ambições inglesas nos mares e na própria América, que os promotores e defensores da colonização começaram a recuperar as viagens de Caboto como lastro para as reivindicações das desventuras britânicas sobre territórios americanos⁵² (Jones, 2013, p. 27). Nesse sentido, a historiografia pautada por essas fontes tendeu a examinar a entrada de Caboto na vida marítima inglesa como o aparecimento repentino de um experiente navegador italiano que fora a Bristol ensinar aos marinheiros locais como cruzar o oceano (Quinn, 1961). Mesmo aqueles, como James Williamson (1929; 1962), que reconheceram a existência de navegações anteriores à presença do veneziano na Inglaterra, tenderam a caracterizar o navegador como um pioneiro visionário e suas viagens como feitos extraordinários que marcaram um ponto de virada na expansão marítima inglesa (Jones, 2006, p. 790). Para Williamson, Caboto teria introduzido “ideias grandiosas” até então ausentes na ilha, como a rota para as especiarias asiáticas, com o objetivo de tornar a Inglaterra o centro de uma revolução no comércio intercontinental.

Essas posições começaram a ser questionadas especialmente a partir da segunda metade do século XX, quando descobertas documentais possibilitaram a reavaliação de certos pressupostos acerca dos primórdios da expansão inglesa. O quer que tenha feito, onde quer que tenha chegado, Caboto não realizou nada sozinho, pois suas expedições não ocorreram num vácuo político e econômico⁵³ (Jones, 2006). Tampouco o fez como parte de um projeto consciente de expansão para as Índias, muito menos de domínio de partes do Novo Mundo. Na última década, estudos⁵⁴ centrados nessa área têm delineado uma “dimensão europeia” cada vez maior ao que

⁵¹ Fuller (2008, p. 22) demonstrou, por exemplo, que Hakluyt organizou geograficamente a documentação sobre as navegações para a América, dispoñdo-as no sentido Norte-Sul da costa atlântica, de modo a salientar ainda mais a prioridade inglesa nas regiões setentrionais americanas.

⁵² Analisamos essa questão de maneira mais detalhada no Capítulo 8.

⁵³ Historiadores como Evan Jones procuram atualmente demonstrar como as viagens de Caboto estavam profundamente enraizadas nas atividades marítimo-comerciais de Bristol. Ver Jones, 2006.

⁵⁴ Especialmente as produções dos historiadores reunidos em torno do *Project Cabot*, como Evan Jones, Margareth Condon, Peter Pope, que compõe seu núcleo original, ao que juntaram posteriormente Heather Dalton e Francesco Guidi-Bruscoli.

anteriormente se resumia à figura de Caboto. Ao que sugerimos situar a realização dessas viagens também em contextos culturais e intelectuais, uma vez que, além do apoio de monarcas, comerciantes e banqueiros (cada um com suas próprias razões e expectativas em relação ao empreendimento), suas viagens foram tributárias de tradições, conhecimentos e experiências anteriores que não se limitavam ao circuito inglês.

Desde fins da Idade Média, é possível identificar o aparecimento de três grandes vias que conectavam diferentes regiões europeias: a formação de redes comerciais entre Europa, África e Ásia, a criação de canais de troca e transferência de conhecimentos e, por fim, o crescente número de viagens exploratórias para áreas até então desconhecidas ou inacessíveis (Cattaneo, 2007). No século XV, Londres, Bruges, e Lisboa, por exemplo, se tornaram importantes centros de conexão entre o Mediterrâneo e o norte da Europa após cidades como Gênova, Pisa e Veneza estabelecerem contatos comerciais nessas localidades.⁵⁵

A partir do século XIII, marinheiros, navegadores e comerciantes da península itálica se envolveram em atividades que ultrapassaram os limites do Mediterrâneo.⁵⁶ Em 1277, por exemplo, navios genoveses realizaram uma viagem até Bruges inteiramente por mar, através do Estreito de Gibraltar. Outras expedições para além das Colunas de Hércules foram realizadas pouco depois, como a dos irmãos Ugolino e Vadino Vivaldi, em 1291, possivelmente numa tentativa de alcançar as Índias segundo se conjectura (Guidi-Bruscoli, 2019, p.119). Além disso, há inúmeros registros de monarcas ibéricos servindo-se de italianos experimentados no comércio e navegação. Tal foi o caso do genovês Ugo Vento, nomeado Almirante de Castela por Afonso X, em 1264. Benedetto Zaccaria, seu conterrâneo, foi Almirante Mayor sob Sancho IV, auxiliando os castelhanos contra mouros em Marzamosa em 1291 (Guidi-Bruscoli, 2019, p.118-119).

Em Portugal, a contribuição de italianos esteve presente na progressão pelo litoral africano e colonização das ilhas atlânticas.⁵⁷ Genoveses foram responsáveis pela

⁵⁵ David Quinn (1992) realizou análise similar ao relacionar os desenvolvimentos do Renascimento italiano à elaboração dos projetos de Colombo de 1492.

⁵⁶ Genoveses eram ativos no noroeste da África já no século XII, enquanto Veneza manteve particular foco no oriente até o século XV, quando passa a se interessar pelas regiões atlânticas (Guidi-Bruscoli, 2019, p. 118).

⁵⁷ David Quinn (1992, p. 353-354) sugeriu que a influência italiana foi ainda mais significativa nos estados espanhóis do que em Portugal, no qual genoveses e venezianos teriam tido uma relevância secundária ou indireta (como no mapa do cartógrafo veneziano Fra Mauro de 1459, que mostrava a possibilidade de contornar o sul do continente africano). No caso das ilhas atlânticas, contudo, os italianos teriam contribuído decisivamente no desenvolvimento econômico.

introdução da produção de açúcar e vinho na ilha da Madeira, levando o cultivo de cana do Algarve e de uvas do Mediterrâneo oriental. No caso dos reinos espanhóis, essa influência foi ainda mais forte em seus avanços em direção ao sul, particularmente nas Canárias, onde genoveses⁵⁸, além de liderarem embarcações espanholas, participaram e financiaram as intermitentes tentativas de colonização e evangelização. Também se envolveram no comércio de escravos guanches (habitantes das Canárias) para abastecer a produção açucareira da Madeira em meados do século XV. Grande parte das conquistas das ilhas atlânticas se deu com financiamento de genoveses de 1480 em diante (Quinn, 1992, p. 354). Assim, a partir da península ibérica se espalhavam, em muitos casos por mãos italianas, relatos e informações a respeito dessas viagens e dos locais descobertos nessas incursões pelo litoral atlântico da África. Esses empreendimentos, portanto, envolviam indivíduos das penínsulas ibérica e italiana que contribuíram de diferentes maneiras, seja fornecendo homens, capitais, conhecimentos técnicos, geográficos e as próprias experiências de navegação. Conforme sugerido por Guidi-Bruscoli (2019, p. 125), seria impossível indicar a qual desses componentes (que poderíamos chamar de português, espanhol e italiano (ainda que essas nomenclaturas remetam anacronicamente aos estados nacionais) caberia o maior mérito na realização dessas atividades, haja vista a necessidade de apoio financeiro, tripulação, conhecimento técnico e experiências sobre viagens oceânicas (Peacock, 2007).

Quanto à Inglaterra, processos semelhantes podem ser identificados em fins do século XV, particularmente em Bristol, porto com maior movimentação de mercadorias, com destaque para exportação de tecidos e importação de vinhos. Embora próspero, o período também foi marcado por turbulências, como a perda da Gasconha⁵⁹, em 1453, e a diminuição drástica do comércio com a Islândia⁶⁰, a partir da década de 1480, devido às pressões impostas pela Liga Hanseática nas regiões setentrionais. Esse contexto propiciou, por outro lado, o ímpeto pela procura de novos mercados, que envolvia a participação em expedições marítimas. Seguindo a queda do tráfico com a Islândia, mercadores de Bristol passaram também a buscar novos bancos de pesca. Há registros

⁵⁸ Particularmente os sediados em Sevilha, onde possuíam seu próprio bairro (Quinn, 1992, p. 354).

⁵⁹ Inicialmente a Gasconha era uma das partes do território que compunha o ducado da Aquitânia, que os monarcas ingleses dominaram de 1152 a 1453. As constantes incursões francesas, um dos fatores para a Guerra dos Cem anos (1337-1453), reduziu o ducado à Gasconha em inícios do século XV. Com a derrota inglesa na Guerra dos Cem anos, o território passou definitivamente para controle francês.

⁶⁰ Williamson publicou uma série de documentos presentes no *Bristol Customs Records* que mostram a movimentação comercial entre Bristol e a Islândia (alguns registros de comércio com a Noruega) nos reinados de Henrique VI, Eduardo IV e Henrique VII. Os navios traziam principalmente bacalhau (registrados como “salt fish” ou “stockfish”). Ver Williamson, 1962, p. 175-177.

de islandeses vivendo em Bristol nesse período, que poderiam fornecer conhecimentos acerca das regiões setentrionais. Como resposta a essas dificuldades, alguns se direcionaram ao Mediterrâneo, como Robert Sturmy, que em 1457 tentou estabelecer contato direto com o Levante, contornando os atravessadores italianos. Gênova, provavelmente temendo a concorrência, participou do ataque que destruiu essa frota em 1458 (Jones, 2008, p. 238).

Outros voltaram os olhos à Península Ibérica, estreitando laços e contatos em Portugal e Espanha. Essa interação, além de economicamente vantajosa, foi essencial para a circulação de conhecimentos e experiências sobre as navegações realizadas na costa africana. É possível afirmar com certa segurança que ingleses, particularmente mercadores de grosso trato de Bristol e Londres, possuíam conhecimentos e acesso a essas localidades. Andrea Bianco, marinheiro veneziano, confeccionou (ou pelo menos assinou) em 1448 uma carta náutica em Londres na qual constam áreas do oceano que seria chamado posteriormente de Atlântico. Registros alfandegários mostram que ao menos desde a década de 1480 mercadores de Bristol comercializavam diretamente com a Madeira.⁶¹ Outra evidência desse contato próximo é o registro de 1486 de um navio português trazendo açúcar e outras mercadorias da Madeira diretamente para Bristol. O comércio entre Inglaterra e as possessões ibéricas atlânticas, como a Madeira e as Canárias, foi provavelmente muito mais amplo, uma vez que os registros de Bristol são incompletos e grande parte do comércio com essas regiões era realizado por ingleses residentes em Lisboa e Sevilha, portos com colônias mercantes inglesas (Williamson, 1962, p. 15). Portanto, na passagem para o século XVI, é possível considerar que os círculos mercantis de Bristol possuíam razoáveis informações a respeito das explorações e descobertas e suas potencialidades econômicas que os instigassem a promover ou financiar expedições para essas regiões.

Estudos recentes como os de Annabel Peacock (2007) e Heather Dalton (2016) procuraram evidenciar o papel da comunidade mercantil de Bristol nas navegações inglesas. Ao analisar famílias e indivíduos que se destacaram nas atividades marítimo-comerciais de fins do século XV e inícios do XVI, e que possivelmente se envolveram nas viagens de exploração, verificou-se que possuíam íntimo contato com a Península Ibérica. É o caso, por exemplo, de John Esterfeld (? - 1505), membro da elite mercante de Bristol e do grupo que dominava não apenas os interesses comerciais da cidade, mas

⁶¹ Empreendimento de William Weston, analisado a seguir.

também grande parte de sua vida cívica e política. Os negócios de Esterfeld giravam em torno da Gasconha e Península Ibérica, estando entre os três maiores exportadores e importadores de tecidos entre 1485-1487. Os registros evidenciam que Esterfeld estava envolvido com outros mercadores importantes da cidade, como Robert Thorne e John Jay, comerciantes tarimbados de Bristol que, conforme veremos, também se envolveram em viagens oceânicas.

Além de estarem constantemente envolvidos nos mesmos projetos, não raro empregavam os mesmos navios para isso. Entre 1480 e 1481, o *Trinity* realizara uma viagem comandada por John Jay à Espanha e norte da África. Outros registros do porto de Bristol mostram que Jay comercializava ativamente com a Espanha e Portugal naquela década, exportando tecidos e importando vinho e azeite.⁶² Em 1481, a embarcação seria utilizada novamente numa expedição organizada por homens de Bristol em busca de ilhas. É provável que Jay, ou ao menos sua família, estivesse envolvido no comércio pesqueiro com a Islândia⁶³. Para a viagem de 1480, Esterfeld enviara John Balsall, agente comercial, a bordo do *Trinity*, com a tarefa de vender tecidos consignados (Peacock, 2007, p. 15). O envolvimento de Esterfeld com homens como Jay possivelmente o incentivou seu engajamento em viagens e negócios através do oceano. Sendo um grande comerciante, certamente a perspectiva de novos mercados e possibilidades de lucros estava em seu radar. É verossímil, portanto, que comerciantes como Esterfeld figurassem entre os financiadores de projetos como o apresentado por Caboto em fins do século XV (Peacock, 2007, p. 17). De todo modo, fica demonstrada a existência de uma rede mercantil e de navegação integrada a centros comerciais ibéricos e italianos antes da presença do navegador veneziano aportar em Bristol. Ademais, através desses circuitos chegavam à Inglaterra as experiências (como saberes práticos relacionados às vivências e observações diretas) de navegações no que posteriormente seria concebido como Atlântico.

William Weston (c.1445 – c.1504), embora não tivesse a mesma projeção que Esterfeld, foi outro personagem de Bristol envolvido no comércio de longa distância, particularmente com domínios ibéricos. Os registros mostram Weston comercializando regularmente com Portugal pelo menos desde 1469, importando azeite e sal de Lisboa e exportando tecidos, produtos característicos do comércio realizado por Bristol, mas

⁶² São cinco registros entre 1485-1486 publicados em Williamson, 1962, p. 192.

⁶³ [1461] The ship called the John of Fowey in which Hugh Davy is master came from Norbarn on this day [August 20] and has in it for John Jay, denizen, vij last stokffish, value xxxv pounds, subsidy xxxv shillings. (Williamson, 1962, p. 175).

nunca atingindo níveis que o situassem como um comerciante independente. É muito provável que atuasse junto a mercadores e armadores bem estabelecidos⁶⁴, atuando como uma espécie de “funcionário especializado” no comércio português, dada sua familiaridade com o comércio e administração do porto de Lisboa, além dos contatos que possuía na cidade e do fato de muito provavelmente falar português. Outro elemento que se destaca em suas atividades desse período é o constante uso do navio *Trinity* nas atividades comerciais com a península ibérica.⁶⁵ Se o uso sistemático da embarcação indicar uma conexão formal com seus proprietários, Weston estaria, ao menos desde a década de 1470, envolvido nos círculos que procuravam expandir os horizontes comerciais de Bristol.

Outras indicações fortalecem essa hipótese. Em 1480, Weston embarcou um grande carregamento de tecidos no *Mawdelyn* de Quimperlé, navio bretão comandado por John Pynke, importante comerciante de Bristol, com destino à ilha da Madeira. A empreitada é notável por ser a primeira viagem documentada de Bristol a ser realizada diretamente a uma das ilhas atlânticas descobertas por Portugal em meados do século XV (Condon; Jones, 2018, p. 636). A empreitada pode ser entendida como uma tentativa de estabelecer contato direto com a ilha, cortando a intermediação por Lisboa. De toda forma, tentativas como essa denotam o interesse de comerciantes de Bristol em explorar novos mercados e investir em viagens de exploração, muito provavelmente inspirados pelos sucessos portugueses nas ilhas atlânticas e costa africana. Devido ao contato que certamente possuía com marinheiros e comerciantes portugueses, não é improvável que Weston e outros de seu círculo compartilhassem de perspectivas e expectativas semelhantes àquelas que pautaram os avanços ibéricos naquelas regiões.

Weston ganhou projeção como comerciante também devido a conexões familiares. Sua esposa, Agnes Foster, era filha de John Foster, comerciante de grosso trato e influente na vida política de Bristol assim como Esterfeld. Ativo em mercados como o espanhol, Foster era particularmente dominante no comércio com a Islândia: entre 1461 e 1478, foi responsável por cerca de oitenta por cento dos valores de importação e setenta por cento de exportação de Bristol com aquela região (Peacock, 2007, p. 19). Àquela altura, há décadas navios de Bristol partiam nas primaveras para

⁶⁴ Comerciantes menores como Weston poderiam atuar como agentes nas viagens, que garantissem a segurança e a venda das mercadorias, como comissários nos navios maiores, ou como agentes residentes, vivendo nos principais portos com os quais os comerciantes de Bristol faziam negócios, comprando e vendendo mercadorias por comissão (Condon; Jones, 2018, p. 634).

⁶⁵ Para um resumo dessas atividades, cf. Condon; Jones, 2018.

comercializar e pescar na Islândia (Peacock, 2007), criando uma conjuntura favorável de circulação de saberes e experiências acerca das regiões setentrionais.

Weston, Foster e Esterfeld, quer por interesses comuns, quer pelas conexões familiares, são algumas das figuras de Bristol cujo papel na expansão marítima inglesa apenas recentemente começou a ser revelado. Esterfeld e Foster, como vimos, eram importantes figuras Bristol, cujos negócios os colocavam diretamente em contato com centros pivotais de navegações atlânticas. Weston, em particular, parece ter sido um personagem diretamente envolvido com expedições exploratórias entre finais do século XV e início do XVI. Estudos recentes sobre sua atuação⁶⁶ ajudam a preencher lacunas sobre a inserção de João Caboto em Bristol e a realização de suas viagens realizadas entre 1496-1498, processo mais bem documentado, ainda que bastante fragmentado, bem como os empreendimentos ingleses subsequentes.

Por fim, um último exemplo que expõe as conexões entre o circuito marítimo-comercial de Bristol com a Península Ibérica e seus impactos sobre a expansão inglesa de finais do século XV é a célebre carta de John Day⁶⁷, descoberta em 1955 por Louis-André Vignerat, historiador francês naturalizado nos EUA. Encontrada no Arquivo de Simancas, trata-se de um documento redigido em espanhol⁶⁸ por um inglês que se apresentava como John Day, numa resposta a uma série de pedidos de seu correspondente, identificado apenas como “Almirante Mayor”, sugerindo a existência de contato prévio entre eles. A carta causou, à época, grande entusiasmo entre os historiadores por conter informações inéditas sobre as viagens de Caboto, sistematizadas por Vignerat (1956) em quatro pontos: a existência de uma primeira tentativa de viagem em 1496, desconhecida até então; maior precisão do local alcançado por Caboto, que segundo as latitudes fornecidas corresponderiam às atuais Nova Escócia e Terra Nova, no Canadá; o envio de um mapa produzido por Caboto ao

⁶⁶ Alwyn Ruddock, historiadora inglesa, propôs que Weston teria realizado uma viagem à atual costa do Labrador até a entrada do Estreito de Hudson (Condon; Jones, 2018, p. 629). Ruddock alegava ter descoberto, após anos de pesquisas, dezenas de documentos inéditos referentes não apenas às viagens de Caboto, mas também relativas outros personagens ligados às navegações de Bristol. A autora, infelizmente, faleceu antes de concluir e publicar seus achados, deixando em seu testamento ordem para destruir toda a pesquisa inacabada. Para um resumo das alegações, ver Jones, 2008. Desde 2009, Evan Jones e Margaret Condon constituíram o *Cabot Project*, uma iniciativa internacional sediada no Departamento de História da Universidade de Bristol. Desde então, os pesquisadores em torno do projeto investigam as viagens de fins do século XV e início do XVI a partir dos caminhos apontados pela pesquisa inacabada de Ruddock.

⁶⁷ Original publicado em espanhol por Vignerat (cf. Day, 1956). No ano seguinte, o próprio Vignerat publicou uma tradução ao inglês (Vignerat, 1957).

⁶⁸ Acredita-se que o texto, originalmente em inglês, tenha sido traduzido ao espanhol para comodidade do destinatário (Ruddock, 1966, p. 229).

Almirante Mayor, podendo ser a base para a composição do mapa de Juan de la Cosa⁶⁹ (c. 1500) (Mapa 2), no qual constam “mar descubierta por ynglese”, “cavo de ynglaterra” e “cavo de San Juan” (pois teria avistado terra no dia de São João, 24 de junho); e, por fim, que a terra encontrada por Caboto já havia sido visitada anteriormente por navegadores de Bristol, que a identificaram à Ilha Brasil. Apesar de não ser datada, por mencionar a viagem de Caboto, considera-se que tenha sido redigida em finais de 1497 ou no início de 1498 (Vigneras, 1956, p. 503-504).

A despeito de sua inegável importância em ampliar as informações sobre um período severamente carente de fontes, o documento impôs aos pesquisadores certos dilemas. Por exemplo, quem era essa pessoa que, aparentemente, possuía íntimos conhecimentos das expedições de Bristol e do próprio Caboto indisponíveis em qualquer outra fonte conhecida? Qual a identidade do “Almirante Mayor”, destinatário da carta, e por que estaria interessado nas navegações de Bristol, no geral, e nas de Caboto, em particular?

Quanto à identidade do autor da carta, Alwyn Ruddock (1966) localizou nos arquivos de Bristol registros de um John Day importando vinho e azeite de Lisboa entre 1492 e 1493. Em outro registro, datado de 1494, um mercador de Londres identificado como John Day registrou o pagamento de uma alta taxa de filiação em uma corporação de mercadores⁷⁰ (Ruddock, 1966, p. 225-226). Nos arquivos da Corte da Chancelaria⁷¹, a historiadora localizou três processos iniciados entre 1502-1503 envolvendo disputas relativas ao comércio anglo-espanhol. Em síntese, os dois primeiros processos diziam respeito a pagamentos e dívidas de transações comerciais envolvendo John Day e outros indivíduos. Nesses documentos, os antagonistas de Day foram categóricos ao afirmar que ele passara a adotar o nome de “Hugh Say”⁷². No terceiro processo, Hugh Say se identificava como cidadão e *mercier*⁷³ de Londres, habituado a exportar produtos para Castela e Portugal. Essas evidências levaram Ruddock a concluir que John Day dos registros de Bristol e Hugh Say, o cidadão e *mercier* de Londres, eram a mesma pessoa.

⁶⁹ Hipótese sustentada também por David Quinn (1967, p. 206-207) e Robles Macías (2014, p. 645).

⁷⁰ A autora mencionou simplesmente “Bristol Staple” (Ruddock, 1966, p. 226). “Staple” corresponde provavelmente à *Company of Merchants of the Staple of England*, que controlava a exportação de lã para o continente. Criada pela Coroa em 1319, foi a corporação mercantil mais antiga da Inglaterra.

⁷¹ *Chancery Court*, no original.

⁷² “John Day now calling himself Hugh Say”. Ruddock, 1966, p. 226.

⁷³ Membro da *Worshipful Company of Mercers*, ou *Mercers' Company*, a principal das *Livery Companies* da cidade de Londres. As *Livery Companies* se originaram das guildas medievais, tornando-se corporações através de licença real (*royal charter*). No caso da *Mercer's Company*, a licença foi instituída em 1394. A companhia atuava como uma associação comercial e abrigava mercadores de diversos tipos, com prevalência para os exportadores de lã e importadores de veludo, seda e outros tecidos de luxo.

A hipótese de Ruddock é que Hugh Say adotara o pseudônimo de “John Day” nos anos em que desenvolveu atividades comerciais com a Península Ibérica através de Bristol.⁷⁴

Ainda que os registros possuam muitas lacunas, Ruddock (1966) teceu um possível histórico familiar da personagem através de informações contidas em testamentos, árvores genealógicas e ações judiciais. Hugh Say pertencia a duas das mais proeminentes e ricas famílias de Londres, ambas com títulos de nobreza em razão de serviços prestados à Coroa. Esse perfil é condizente com o John Day encontrado na carta do arquivo de Simancas. Os anos passados nos circuitos mercantis de Bristol ajudam a explicar o conhecimento demonstrado a respeito tanto da expedição de Caboto quanto de viagens anteriores. Finalmente, tanto “John Day” de Bristol quanto “Hugh Say” de Londres foram descritos como mercadores envolvidos no comércio anglo-ibérico, o que tornaria verossímil seu diálogo com o “Almirante Mayor” espanhol interessado nos recentes empreendimentos ingleses.

A identidade do “Almirante Mayor” também foi bastante debatida após a descoberta da carta. Inicialmente, Vigneras (1956, p. 503) sugeriu que o título se referia a Don Fadrique Enríquez, Almirante de Castela.⁷⁵ Posteriormente, historiadores consideram ser mais verossímil a hipótese de se tratar de Cristóvão Colombo (Vigneras, 1957; Williamson, 1962), uma vez que o título de “Almirante del Mar Oceano” com o qual Colombo foi agraciado era costumeiramente resumido a “Almirante Mayor”. Além disso, Fadrique Enríquez não possuía, aparentemente, nenhum interesse especial em viagens oceânicas que o levasse a se corresponder com um mercador inglês (Quinn, 1967). Em se tratando realmente de Colombo, qual a razão do interesse do Almirante nas navegações inglesas? Segundo David Quinn (1967), Colombo estaria sistematicamente reavaliando suas ideias em vista das duas viagens realizadas até então, uma vez que as descobertas não se enquadravam perfeitamente nas premissas que o genovês possuía do globo terrestre. Deste modo a correspondência com Day, realizada entre a segunda e terceira de suas viagens⁷⁶, pode ser inserida nesse contexto de reavaliações, mostrando também que para além da perseguição de uma ideia fixa ou a realização de um plano devidamente estruturado, com objetivos claros e precisos, sua

⁷⁴ Ruddock (1966, p. 229) propôs que a mudança de nome provavelmente visava ocultar alguma mácula de seu passado, como um crime ou algo semelhante.

⁷⁵ À época da carta, isto é, por volta de 1497, o detentor do título de Almirante de Castela era Fadrique Enríquez de Velasco. Seu avô também se chamara Fadrique Enríquez, e assim como o neto fora Almirante de Castela, mas veio a falecer em 1473.

⁷⁶ Colombo retornou da segunda viagem em junho de 1496, partindo para a terceira em maio de 1498. Mesmo intervalo, portanto, da realização da viagem de Caboto e da provável redação da carta de John Day.

atuação foi marcada por dúvidas, imprecisões e hipóteses que foram sendo reavaliadas e alteradas ao longo do tempo (Fernandes; Kalil; Reis, 2018).

Essa hipótese é fortalecida por outros elementos da carta, particularmente a duas obras que o Almirante havia requisitado a seu correspondente inglês: a *Inventio Fortunata* e o livro de Marco Polo. John Day lamentou não possuir um exemplar da primeira, mas assegurou que enviaria um exemplar da segunda junto da carta. Essas menções ajudam a corroborar as identidades dos correspondentes: as conexões proporcionadas pelo meio familiar teriam possibilitado a Hugh Say uma sólida formação, o que explicaria sua intimidade com tais obras. Além disso, dificilmente haveria naquele momento outro “Almirante Mayor” na Espanha que se interessasse por tais títulos. Em segundo lugar, esses títulos dizem muito a respeito do universo que circundava os navegadores envolvidos nas expansões marítimas. A *Inventio Fortunata*, atribuída a um frade inglês do século XIV, tratava particularmente da geografia das regiões setentrionais do globo. O tratado, contudo, nunca foi publicado, tampouco algum exemplar sobreviveu. Tudo que se sabe são alusões dispersas e pouco precisas.⁷⁷

Alguns autores associaram uma cópia desse manuscrito a Colombo, mas essa atribuição não é consensual. Bartolomé de las Casas, em sua *Historia de las Indias*, ao discutir relatos da possível existência de ilhas a oeste de Cabo Verde e Açores, mencionou que havia notícia semelhante em um livro chamado *Inventio Fortunata* (Las Casas, 1875, I, p. 99). Contudo, não há menção a Colombo possuindo ou lendo tal obra, sendo mais provável se tratar de algo que o próprio Las Casas examinou. Fernando Colombo, escrevendo sobre seu pai, afirmou, sem fornecer maiores detalhes, que *Juventius Fortunatus* mencionava duas grandes ilhas flutuantes supostamente localizadas a oeste e mais ao sul de Cabo Verde. Apesar de não ser possível afirmar categoricamente que os títulos mencionados pelos autores se referiam à obra na carta de John Day, sabe-se por outras evidências que Colombo se interessou pelas partes setentrionais. Esteve, segundo consta, na Islândia (conhecida como Thule), sobre a qual deixou anotações relativas à sua extensão e latitude, e também na Inglaterra, que teria sido visitada pelo genovês na década de 1470, atraído, dentre outras coisas, pela atividade pesqueira desenvolvida por marinheiros e comerciantes de Bristol na Islândia (Quinn, 1992, p. 356). Há indícios que sugerem que seu irmão, Bartolomeu, teria repetido a viagem entre 1488 e 1489 a fim de inteirar Henrique VII dos planos de atingir

⁷⁷ Para uma síntese dessas referências, ver Quinn, 1967, p. 207-208.

a Ásia. Deste modo, é verossímil que a relação entre Colombo, já Almirante, e um comerciante inglês de Bristol, bem como o fato de o próprio Day afirmar que seu interlocutor estaria a par da descoberta da Ilha Brasil realizada pelos ingleses “em outros tempos”. Não é improvável, portanto, que Colombo procurasse se inteirar das mais recentes descobertas feitas por ingleses. Conforme veremos adiante, à época da carta, a notícia tanto da partida quanto do retorno de João Caboto tinha sido acompanhada de perto por informantes espanhóis e italianos presentes na Inglaterra, sendo provável que uma viagem bem-sucedida à Ásia (conforme se entendeu à época) despertasse o interesse do Almirante, levando-o a se corresponder com um mercador inglês familiarizado com as navegações de Bristol e versado em conhecimentos geográficos.

Marco Polo, a outra obra mencionada na carta, também nos fornece pistas importantes das concepções compartilhadas existentes entre navegadores daquele período. Oriundo de Veneza, o livro das viagens de Marco Polo circulou amplamente em versões manuscritas e impressas. Seu impacto sobre Colombo já foi amplamente analisado pela historiografia, e sabemos que possuía, por volta de 1492-1493, um exemplar da terceira edição das Viagens em latim, publicada por Francesco Pipino, e que esteve em posse de Gorrício, monge cartuxo, por algum tempo. Uma vez que não havia nenhuma edição inglesa à época, Quinn (1967, p. 207) sugeriu que Day poderia ter conseguido antes de Colombo uma cópia da então recém-lançada edição veneziana de 1496 (publicada no dialeto veneziano, não em latim), e enviado ao Almirante. De todo modo, o caso mostra que a obra circulava e era lida na Inglaterra antes do século XVI, e que pessoas ligadas ao comércio marítimo, como Day, possuíam interesses no estudo de viagens a locais distantes como a Ásia.

A configuração da Terra que pautou Colombo derivava fundamentalmente de Ptolomeu, que concebia uma circunferência menor do que o planeta realmente possui. Nessa Terra “encolhida”, estariam presentes três continentes interligados (Europa, África e Ásia) com proporções também distintas das conhecidas atualmente. A Ásia, em particular, era superdimensionada, favorecendo a hipótese de trajeto mais curto entre o oriente e a Europa (Fernandes; Kalil; Reis, 2018, p. 17). No relato de Marco Polo, também é sugerido uma extensão maior do continente asiático, que desse modo se projetaria ainda mais para o ocidente, encurtando a distância em relação à Europa.

Outra fonte fundamental foi o florentino Paolo dal Pozzo Toscanelli (1397-1482). Matemático, médico, astrônomo e geógrafo, Toscanelli também projetou um

oceano atlântico mais estreito, propondo que a distância entre as Canárias e Cathay (China), descrita por Marco Polo, não seria superior a 5.000 milhas náuticas, e que Cipango (Japão, também descrito nas *Viagens* de Marco Polo) estaria a 2.000 da “Antilia”. Em 1474, essas informações foram enviadas juntamente com um mapa elaborado a partir desses princípios a seu correspondente em Portugal, Fernão Martins, em 1474, a fim de serem apresentadas ao rei Afonso V. A permissão dada pelo monarca a Fernão Teles, analisada anteriormente, de encontrar e tomar posse de ilhas no Atlântico, pode ter correspondência direta com essa carta de Toscanelli (Quinn, 1992, p. 358). De todo modo, é possível que Colombo tenha tomado contato com essa carta de Toscanelli no início da década de 1480, formando a base⁷⁸ de suas conclusões a respeito das distâncias relativas a Cipango e Cathay. Vale reforçar que, posteriormente, os informes referentes às viagens de João Caboto, particularmente a de 1497, descreveram um cenário geográfico muito similar, de onde se supõe que compartilhavam de premissas semelhantes.

A partir dessas indicações, conclui-se que ao menos desde o terço final do século XV, mercadores ingleses tinham contato, direto ou indireto, com experiências de expansão marítimo-comerciais oceânicas, bem como acesso a obras que fundamentavam o universo geográfico e cosmográfico dessas expedições. É possível considerar, portanto, estivessem a par de informações a respeito das explorações e descobertas e suas potencialidades que os instigassem a promover ou financiar expedições. Nesse sentido, conforme o cenário marítimo-comercial inglês ganha contornos mais claros a partir novas pesquisas, algumas posições tradicionais da historiografia podem ser reavaliadas. Uma delas é o posicionamento central que a figura de João Caboto adquiriu nesse processo, visto tradicionalmente como um “divisor de águas” na expansão inglesa. Mais do que uma figura única, a trajetória de Caboto em muito se assemelha e se entrelaça a de outras figuras ligadas aos projetos de expansão marítima, tanto dentro quanto fora da Inglaterra. O histórico com as regiões ibéricas é um deles.

Além disso, as metas, objetivos e percepções acerca de suas travessias e explorações oceânicas se conectam aos mesmos pressupostos e expectativas presentes nos empreendimentos ibéricos e ingleses, particularmente aqueles a partir de Bristol,

⁷⁸ Outras referências importantes adquiridas por Colombo a foram a *Imago Mundi*, de Pierre D’Ailly, publicada ao redor de 1480, e a *Historia rerum* de Aeneas Silvius Piccolomini (que viria a ser o papa Pio II), publicada em 1471. Cf. Quinn, 1992, p. 357.

cidade na qual o veneziano estabeleceu sua base de operações. Ao se analisar as concepções do que se esperava encontrar ao explorar os oceanos, bem como as avaliações daquilo que era encontrado viagem após viagem, evidencia-se os constantes tensionamentos entre os saberes autoritativos da erudição e das experiências em suas diversas formas.

II. A imagem do mundo: como operava o imaginário sobre o globo, seus oceanos e terras no alvorecer da modernidade inglesa

Entre o final da Idade Média e o início da Primeira Modernidade, a representação da *imago mundi*, isto é, a descrição das terras, mares, animais, plantas, dos povos e suas histórias e costumes que compunham a Terra derivava de um complexo e diversificado corpo de fontes: mapas, relatos de viagens, cartas de viajantes e mercadores, tratados geográficos e astronômicos, crônicas, herbários e bestiários, dentre outros. Esses materiais englobavam cosmografia (na forma tratados de geografia, cronologia e mapas-múndi), elementos da cosmologia cristã (que situavam a Terra no contexto da Criação), astronomia e astrologia, principalmente a ptolomaica (para situar a Terra em relação a outros astros), e, finalmente, da filosofia natural, em especial de matriz aristotélica (compreendendo a Terra em relação aos demais elementos do mundo sublunar, como a água, o fogo e o ar). Vale ressaltar que o resultado da interação entre essa diversidade de materiais nunca foi homogêneo, muito menos estático. Mudanças significativas na representação da “imagem do mundo” podem ser identificadas no século XIII a partir da “redescoberta” de textos clássicos, como os de Ptolomeu, Estrabão e Pompônio Mela (portanto, dentro da tradição das autoridades), e o aparecimento de relatos sobre partes do mundo fora do âmbito conhecido da antiguidade clássica fornecidos por missionários (como o franciscano Odorico de Pordenone) e mercadores (como Marco Polo) que registraram suas viagens à Ásia, além de peregrinos à Terra Santa (Cattaneo, 2007). Obras como a de Marco Polo⁷⁹ e de Jean de Mandeville⁸⁰ deram novo ímpeto a uma longa tradição de narrativas sobre regiões desconhecidas nas quais abundavam os fenômenos exóticos, riquezas e homens e animais monstruosos (cf. Jackson, 1998). Ao difundirem a ideia de um oriente

⁷⁹ Apareceu pela primeira vez entre 1298-1299 sob o título *Le devisement du monde* (“Descrição do mundo”), mas logo adquiriu o nome pelo qual seria reconhecido: *O livro das maravilhas* (Jackson, 1998).

⁸⁰ O título completo da obra comumente atribuída a Jean de Mandeville é “Livro das maravilhas do mundo e da viagem à Terra Santa de Jerusalém e de todas as províncias e homens monstruosos que existem nas Índias” (livre tradução). Composto aproximadamente em 1370.

extremamente rico, essas obras, especialmente a de Marco Polo, aguçaram os desejos por localidades como Cipango (correspondente ao Japão), uma grande ilha a certa distância do litoral chinês na qual abundariam ouro e pérolas, e arquipélagos contendo especiarias (Williamson, 1962). Os contatos existentes entre cidades italianas, a Península Ibérica e algumas localidades na França e Alemanha fizeram desses locais centros pivotaes na redefinição e ampliação da *imago mundi* (Cattaneo, 2007). É sintomático que ambas as obras mencionadas figurassem entre as leituras que orientaram as projeções da empreitada de Cristóvão Colombo, por exemplo.

As nuances na representação da *imago mundi*, resultante da eclética interação entre as *auctoritates*, pode ser exemplificada nas hipóteses relativas à existência de terras desconhecidas e até mesmo de um “novo mundo”. Grosso modo, duas grandes correntes existiam a esse respeito desde fins da Idade Média. A primeira pressupunha a existência concreta de ilhas, terras ou regiões cujas localizações exatas ainda não tivessem sido descobertas. *Auctores* como Ptolomeu forneciam as bases para esses pressupostos: apesar do geógrafo grego não ter delineado em seus mapas a parte oriental da Ásia, ela seguramente estava lá, “esperando” para ser encontrada. Nesse sentido, as primeiras descrições, textuais ou imagéticas, das terras que seriam posteriormente identificadas como o continente americano desempenharam o papel de preencher esse “vazio” com aquilo que se pressupunha existir: tratava-se de novas terras e ilhas pertencentes a um “velho mundo”. Conforme sugerido por Stephanie Pettigrew e Elizabeth Mancke (2018), durante muito tempo os europeus que navegaram às regiões recém-descobertas da América do Norte as tratavam como pertencentes aos limites ocidentais do Velho Mundo, ao invés das bordas orientais do Novo. A segunda corrente, que poderia coexistir e se imbricar com a anterior, considerava a existência de outro mundo totalmente diferente do orbe habitado pelos seres humanos. Um “novo mundo”, portanto. Assim como a primeira corrente, esta derivava sua existência de autoridades antigas, como Macróbio. Vale salientar que essas não eram posições estanques e excludentes: cartógrafos, cosmógrafos, navegantes e exploradores transitavam por essas possibilidades, contradizendo, reafirmando e tecendo expectativas, observações e teorias⁸¹ (Suárez, 1992).

⁸¹ Por exemplo, Edmundo O’Gorman no célebre estudo sobre a invenção da América demonstrou como o próprio Colombo avançava e retrocedia em seus esforços de identificar as terras americanas com as asiáticas, ora estabelecendo equivalências ora reavaliando suas fontes e observações. Cf. O’Gorman, 1992.

O conceito de antípodas foi um elemento que ajudou a fomentar as expectativas e projeções sobre partes ignotas do planeta. De longa trajetória no pensamento geográfico (da antiguidade greco-romana, passando pelo medievo até a modernidade), seu registro mais antigo remonta ao *Timeu* de Platão (c. IV a.C.), significando literalmente “pés opostos”, isto é, aqueles que estariam diametralmente opostos a qualquer posição no planeta terra. Originalmente, portanto, era uma designação genérica, não se referindo a um local em particular, justamente por ser relativa à posição dos indivíduos em dado momento. No decorrer dos séculos, o conceito passou ser empregado cada vez mais no singular, referindo-se a uma região ou um local específicos (Goldie, 2010, p. 1-2). Apesar de seu uso ser, na maior parte das vezes, de ordem cosmológica e cartográfica, não raro essa esfera espacial de seu uso terminava por abranger também o campo que poderia ser designado atualmente como “antropológico”, referindo-se aos seres vivos e povos que existiam nesses locais afastados. Vale ressaltar que, assim como qualquer premissa expressa por *auctoritates*, o conceito não era homogêneo, tampouco hegemônico. Dependendo do período e do autor, “antípoda” podia ser singular ou plural, mais próximo do sentido grego de “pés opostos”. Por vezes indicava regiões no hemisfério norte, ainda que ao longo do tempo veio a ser associado cada vez mais com o sul. Por fim, ideia de antípodas como localidades podia ser entendida como “partes” do mar (como uma ilha ou um arquipélago), como partes que “dominam” o mar (um continente e ilhas) ou ainda como sendo o mar em si.

Em especial para nosso propósito neste capítulo, as concepções de terras e povos antipodais ajudam a explicar a prática de cartógrafos e cosmógrafos de preencherem os espaços “vazios” dos mapas com certezas “geográficas” cuja existência era certa, ainda que sua forma e localização específicas fossem desconhecidas. Nesse processo, o maravilhoso foi outra categoria que cumpriu papel fundamental ao lado das concepções de antípodas. Uma vez que aprofundar tema tão vasto escaparia ao escopo do presente capítulo, apresentaremos aqui uma síntese de seus principais aspectos.

As primeiras manifestações do maravilhoso remontam à antiguidade greco-romana, ganhando novas formas com o cristianismo medieval e se transformando novamente na idade moderna com as grandes navegações. Tanto os conteúdos agrupados na categoria do maravilhoso quanto o próprio conceito possuem uma genealogia múltipla e diversa, sendo impossível traçar para ambos um desenvolvimento linear e coeso. Como uma colcha de retalhos em constante transformação, o campo

congregou elementos oriundos de diferentes culturas que, ao longo do tempo e das diferentes circunstâncias, foram constantemente adaptadas e ressignificadas em um complexo enovelado de tradições, histórias, folclore, mitos e lendas. A *História Natural* de Plínio, o Velho, a *De Situ Orbis* de Pomponio Mela e as *Collectanea Rerum Memorabilium* de Solino, constituíram fontes importantes para o maravilhoso medieval e moderno. Posteriormente, a redescoberta da *Geografia* de Ptolomeu e sua tradução para o latim no século XV reavivou elementos da tradição clássica nesse arcabouço. Além disso, a mitologia e as obras de Homero, Hesíodo, Heródoto e Virgílio, epopeias envolvendo façanhas de heróis, monstros que aterrorizavam terras distantes, povos reclusos e monstruosos como as amazonas e os ciclopes, ou lugares como a ilha de Atlântida ou a setentrional Hiperbórea, tiveram grande e longa duração na composição do campo do maravilhoso (Le Goff, 2002; 2013).

O universo abarcado por objetos e seres capazes de serem maravilhosos é amplamente diverso, mas o campo mais abundante de sua manifestação é provavelmente aquele das regiões e lugares distantes. A temática da viagem e da peregrinação esteve, assim, intimamente relacionada à descrição de maravilhas. Na Idade Média, três lugares em particular constituíram o lugar do maravilhoso por excelência, sendo eles próprios maravilhas: as ilhas, as cidades e o Além. Da antiguidade e da Bíblia recolhiam-se relatos de ilhas extraordinárias, repletas de riquezas e exotismos. Por exemplo, as ilhas de Ofir e Tarsis, fontes da riqueza do rei Salomão, a “península do ouro” (*aurea chernoseus*) descrita por Ptolomeu, as ilhas Afortunadas, as Hespérides, a ilha de São Brandão, a ilha Brasil, além de ilhas habitadas por povos canibais. As cidades, por sua vez, denotavam uma extensão do maravilhoso pela beleza das formas criadas pela indústria humana (Le Goff, 2013). Essa geografia maravilhosa, ou uma escrita da localização de maravilhas, reforçada por obras como a *Imago Mundi* de Pierre D’Ailly e mapas-múndi como o de Psalter e de Heresford, ambos do século XIII, era intrínseca à Criação e à natureza, podendo espantar os homens tanto dentro quanto fora dos limites conhecidos da cristandade. Não obstante, é no longínquo, na distância, que a maravilha tendia a se refugiar: se o espanto, admiração e surpresa são causados pela pouca familiaridade, o longínquo parecia fornecer sempre os ingredientes necessários para o maravilhamento.

Tanto a concepção dos antípodas quanto a do maravilhoso podem ser lidas pelo viés daquilo que Stallard (2016) chamou de “horror do vazio”, expressão que descreve as imaginações geográficas e cosmográficas produzidas por sociedades no sentido de

ocupar os espaços desconhecidos do mundo, quer através de conjecturas, de mitos ou da própria imaginação. Segundo o autor, qualquer sociedade procura fazer sentido de seu mundo, não sendo esse impulso uma manifestação de temor ou de ansiedade em relação ao desconhecido, mas uma resposta à oportunidade de afirmação de sua própria existência ao criar uma ideia ou uma imagem que reflete como o *Eu* enxerga a si próprio e a sua comunidade. O ato de preencher esses vazios permite, primeiramente, inscrever elementos familiares em espaços desconhecidos, e justamente por causa disso os produtos criados revelam mais a respeito de seus autores do que propriamente os lugares que procuram ocupar (Stallard, 2016, p. 20).

Devido a essas características, Stallard sugeriu que as imagens do mundo produzidas pela antiguidade e pelo medievo derivavam suas características muito mais de projeções subjetivas (que mostravam um mundo que desejavam que existisse) do que investigações empíricas. De acordo com essa hipótese, essas sociedades concebiam o mundo como um palimpsesto, isto é, um suporte sobre o qual eram inscritos, depois apagados e novamente reinscritos ideais religiosos, culturais, históricos, geográficos e cosmográficos (Stallard, 2016, p. 21). Adicionaríamos à metáfora que o ato de apagar e reinscrever não retira completamente do suporte as gravações anteriores. Portanto, se a escrita do mundo é constantemente alterada por inserções, também é verdade que esse ato não faz tábula rasa do que havia antes. Deste modo, quando se inicia a Primeira Modernidade, a configuração das partes geográficas da Terra como um todo coeso era um trabalho em andamento (e assim permaneceria por séculos). Cada nova informação recebida sobre partes distantes da Europa precisava ser adicionada ao discurso geográfico existente, causando, ao mesmo tempo, revisões nas especulações cosmográficas (Stallard, 2016, p. 22).

Um exemplo dessa prática pode ser encontrado na *Geografia* de Ptolomeu, na qual o geógrafo encorajou seus leitores a revisar dados e coordenadas geográficos à medida em que novas informações se tornassem disponíveis. Deste modo, ao não fornecer uma “versão definitiva” da *oikoumene* (o mundo habitado), concebendo a possibilidade de terras desconhecidas a norte, sul, leste e oeste, Ptolomeu estabeleceu um modelo fundado na adição e revisão de conhecimentos geográficos. Além desse modelo, sua obra influenciou a geógrafos e cosmógrafos ao longo de toda Primeira Modernidade por fornecer um catálogo de lugares dentro do mundo conhecido segundo latitudes e longitudes. Essas informações guiaram, de modo geral, a maneira que novas

informações foram interpretadas e inseridas na “imagem do mundo” (Stallard, 2016, p. 28-29).

III. A tradição das ilhas atlânticas

Os registros e relatos iniciais sobre as viagens inglesas, em constante diálogo com as demais expansões europeias, deixam entrever algo de fundamental importância para nossa argumentação: a identidade do que se constituiria como a América não emergiu pronta para aqueles que empreendiam as viagens de descobrimento e posteriormente se ocuparam de sua conquista e colonização. Não havia uma essência a ser revelada, ou ainda, diferentes “essências” foram atribuídas às massas de terra que compõem o continente ao longo do tempo. Ela não foi “inventada” de uma única vez, nem por uma única pessoa, grupo ou nação (Cf. Fernandes; Reis, 2014). As diversas concepções sobre áreas desconhecidas do globo, como as ideias antipodais e maravilhosas, foram fundamentais na elaboração dos empreendimentos marítimos se lançaram sobre essas localidades no início da Primeira Modernidade. Em particular, analisaremos a seguir o caso das ilhas atlânticas maravilhosas, no qual é possível observar a presença de tais premissas nas navegações inglesas desde fins do século XV.

Assim, nossa hipótese vai de encontro às perspectivas que tomam essas premissas como “erros” ensejados por duas instâncias, que na verdade são faces de uma mesma moeda: por um lado, a “tirania” imposta pelas autoridades, que por serem pouco fundamentadas em dados empíricos, prologaram incorreções e mitos devido ao culto cego dirigido a elas através dos séculos; por outro, a emergência de dados baseados na experiência a partir das navegações e dos descobrimentos impôs uma sentença de morte à autoridade dos livros por fazer valer a evidência empírica. Em primeiro lugar, as especulações cosmográficas eram produtos da aplicação de princípios da lógica e da razão, portanto, uma forma de experiência, e não a sobrevivência de um pensamento acrítico, mítico ou fabuloso. Não apenas as terras antipodais e/ou maravilhosas, mas também os projetos de navegação para localizá-los partiam de premissas e certezas racionais: não se tratava única e exclusivamente de conter ou não “empíria”, como quer certa vertente da historiografia ao taxar tais elementos como erros criados e propagados pela falta de “dados verdadeiros” que só a experiência poderia fornecer. Autoridades tinham sua legitimidade reconhecida e eram empregadas não por fornecerem a verdade última e derradeira sobre dada proposição, mas por fornecerem modelos explicativos

formas de pensamento. Além disso, conforme sugerido por Stallard (2016, p. 17-18) essas localidades existiam como parte da realidade de quem as advogava, sendo tão reais como qualquer outra: eram parte da estrutura intelectual do período inicial da modernidade, a partir da qual se estabeleceram muitas das premissas em torno das grandes navegações.

Tome-se o caso das navegações portuguesas, por exemplo. Em 1317, o rei português D. Dinis investiu o genovês Manuel Pessagno⁸² no posto de almirante-mor da marinha real. Pessagno vinha de uma família com ampla tradição na organização de expedições comerciais com a Inglaterra. Lanzarotto Malocello, nobre genovês, comandou a frota portuguesa que por volta de 1336 atingiu uma das ilhas do arquipélago das Canárias, acreditando se tratar das Ilhas Afortunadas.⁸³ Essas ilhas faziam parte do universo do maravilhoso no qual se imbricaram, ao longo do tempo, várias tradições distintas. As Afortunadas estiveram geralmente associadas à ideia de eterna bonança, seja pelas riquezas naturais, pelo clima ou ainda pela suspensão do tempo. Ainda na antiguidade, o Jardim das Hespérides, morada das ninfas e local de origem dos pomos de ouro, chegou a ser associado às Afortunadas (Cf. Silva, 2006). Cinco anos depois, nova expedição dirigida por Nicoloso da Recco, um dos vinte capitães apontados por Pessagno em seu contrato com a coroa portuguesa, explorou o restante do arquipélago (Guidi-Bruscoli, 2019). Mercadores florentinos, empregados em uma das filiais do banco da Companhia Bardi⁸⁴ em Sevilha, recolheram o relato de Recco e o enviaram à sede em Florença, onde foi traduzido para o latim pelo então jovem Giovanni Boccaccio (cujo pai trabalhava para a Companhia). O relato seria publicado em 1342 sob o título *De Canaria et insulis reliquis ultra Ispaniam in Oceano noviter repertis*. A Companhia Bardi, é importante frisar, tinha amplas conexões não apenas no Mediterrâneo, mas também na Inglaterra, com filial em Londres. A filial londrina, conforme se mostrará adiante, foi uma das financiadoras das viagens que João Caboto realizaria pela Inglaterra. Podem ser citados, ainda, o veneziano Alvise Ca' da Mosto (1432-1488), também conhecido como Cadamosto, e o

⁸² A grafia “Pessanha” também pode ser encontrada.

⁸³ As ilhas Afortunadas fazem parte desse universo do maravilhoso no qual se imbricaram, ao longo do tempo, várias tradições distintas. Geralmente eram associadas à ideia de bonança eterna, seja pelas riquezas naturais, pelo clima ou ainda pela suspensão do tempo. Ainda na antiguidade, o Jardim das Hespérides, morada das ninfas e local de origem dos pomos de ouro, chegou a ser confundido com as Afortunadas. Cf. Silva, 2006.

⁸⁴ “Compagnia dei Bardi” foi uma companhia bancária e comercial fundada pela família Bardi em Florença no século XIV. É considerada uma das “super companhias” italianas do século XIV, juntamente com a Companhia Peruzzi, em atividade no mesmo período. Cf. Hunt, 1994.

genovês Antonio da Noli. Esses dois mercadores, que operavam nas rotas de Flandres e Inglaterra, foram atraídos pelo prospecto de lucros em Portugal e se colocaram a serviço do príncipe Henrique, o Navegador (1394-1460). Entre 1455 e 1456, conduziram ao menos duas expedições, explorando o arquipélago de Cabo Verde e os rios Gambia e Senegal no litoral africano (Cattaneo, 2007, p. 17).

Em 1475, o rei português D. Afonso V (1432-1481) concedeu a Fernão Teles de Meneses⁸⁵ (1431-1477) a posse de qualquer ilha que fosse descoberta por ele no oceano. Nesse processo, o monarca considerou a possibilidade das Sete Cidades serem encontradas: “E poderia ser que em elle as assy mandamdo buscar seus navios ou jente achariam as sete cidades ou alguumas outras ylhas poboadas que ao presentem nom som navegadas nem achadas nem traçadas por meus naturaaes [...]” (Freitas, 1845, p. 33). Tendo se originado possivelmente na Península Ibérica no contexto da invasão muçulmana no século VIII, a narrativa conta a história de sete bispos que, juntamente com seus seguidores, refugiaram-se em uma ilha onde fundaram sete cidades, uma para cada bispo. Em dado momento, provavelmente em fins da Idade Média, essa ilha passou a ser identificada, em algumas versões, à Ilha de Antilha, outra entidade geográfica de longa presença em tratados geográficos e cosmográficos. Advinda da antiguidade clássica, a Antilha relacionava-se ou ao continente perdido da Atlântida, descrito em Platão, ou, segundo Aristóteles, a uma grande ilha descoberta pelos cartagineses em suas viagens pelo Atlântico. Uma de suas primeiras reaparições após a antiguidade se deu num mapa de 1424 atribuído ao cartógrafo veneziano Zuane (ou Giovanni) Pizzigano, no qual a representação da ilha Antilha contém sete nomes (ilegíveis) em seu interior, possivelmente identificando-a às Sete Cidades⁸⁶ (Johnson, 1996, p. 93). Mais influente foi o mapa de 1474 do cosmógrafo florentino Paolo Toscanelli (1397-1482), no qual uma ilha intitulada *Antilia* é situada entre a Europa e aquilo que se suponha ser o continente asiático.⁸⁷ Vale notar que, logo abaixo da Antilha, Toscanelli inseriu a ilha

⁸⁵ Por vezes documentado como Fernando ou Fernão Tellez, foi um fidalgo português de longa carreira militar: atuou nas forças do antigo regente, o infante D. Pedro, contra o jovem rei Afonso V, depois em várias batalhas no Marrocos e na Espanha. Retornou a Portugal em 1469, ingressando nas forças afonsinas e angariando cargos e honrarias.

⁸⁶ Há críticas à datação e atribuição de autoria a esse mapa. William Babcock (1919, p. 99-100) argumentou que o mapa de 1435 de Beccario (ou Becharius) seria a referência mais antiga a indubitavelmente representar a Antilha. Nesse mapa, a Antilha pertence a um conjunto de quatro ilhas designadas “Insulle a Novo Repte”, possuindo sete baías ao longo de seu litoral.

⁸⁷ A influência direta de Toscanelli sobre projetos de navegações à Ásia pelo ocidente, particularmente o de Colombo, é debatida pela historiografia, particularmente no que diz respeito à hipótese das distâncias mais estreitas que supostamente separariam os continentes europeu e asiático. Cf. Fernández-Armesto, 1992, p. 60-61.

de São Brandão, e no litoral da Irlanda, ao norte, a ilha Brasil, às quais voltaremos oportunamente. Em 1492, Martin Behaim (1459-1507), cosmógrafo de Nuremberg e correspondente de Toscanelli, confeccionou o globo terrestre mais antigo que se tem notícia, no qual estão presentes essas ilhas maravilhosas. Nesse globo, Behaim explicitamente identificou a Antilha com a ilha das Sete Cidades (*Atilia Septe Citade*).⁸⁸

Essa premissa manteve-se viva no decorrer da expansão ao longo da costa africana. Em 1486, Fernão Dulmo, ou Ferdinand van Olm, flamengo estabelecido nos Açores e capitão da parte norte da ilha Terceira, apresentou a D. João II uma proposta de exploração em busca de ilhas ou terra firme. Em março daquele ano, o monarca emitiu as respectivas cartas de privilégios que concedia a posse e jurisdição sobre qualquer ilha que fosse descoberta. Antes de se lançar à expedição, Dulmo se associou a João Afonso do Estreito, da ilha da Madeira, e solicitou ao rei português o reconhecimento da parceria, bem como a divisão dos proveitos que dela resultassem. Novamente, a premissa da localização das Sete Cidades estava presente:

[...] no anno do nacimiento de nosso senhor Jhesu christo de mil quatro centos oitenta e seis annos doze dias de Julho na cidade de lixboa no paço dos taballiães pareceo hy fernam dulmo cavaleiro da casa delRey nosso Senhor e capitam na ylha terceira que ora vay por capitam a descobrir a Ilha das sete cidades per mandado delRey nosso Senhor e outro sy pareceo Joham afonso do estreito morador na ylha da madeira na parte do Funchal [...]. fazemos saber que fernam dulmo cavaleiro e capitam na ylha terceira por o duque dom manuel meu muito preçado e amado primo veo ora a nos e nos dise como elle nos queria dar achada humma grande ylha ou ylhas ou terra firme per costa que se presume seer a ylha das sete cidades e esto todo aa sua propria custa e despesa [...] (Freitas, 1845, p. 62-63).

O perfil aqui descrito se repetiria diversas vezes até o século XVI, com monarcas europeus contratando serviços de navegadores italianos, particularmente genoveses e venezianos (Colombo e Caboto, por exemplo, se inserem nessa tradição). Ao analisarmos os relatos e documentos acerca das navegações inglesas de fins do século XV, encontraremos situação muito similar. No capítulo seguinte, quando analisarmos detalhadamente as viagens de Caboto, veremos como os relatos contemporâneos associavam as terras atingidas pelo navegador à Ásia, às Sete Cidades ou ainda à ilha Brasil. Isso nos mostra como as expectativas daquilo que as viagens

⁸⁸ Junto à representação da ilha, Behaim introduziu a seguinte legenda que reforça essa identificação: “In the year 734 of Christ when the whole of Spain had been won by the heathen of Africa, the above island Antilia called Septa Citade (Seven Cities) was inhabited by an archbishop from Porto in Portugal, with six other bishops and other Christians, men and women, who had fled thither from Spain by ship, together with their cattle, belongings and goods. In 1414 a ship from Spain approached very close to this island” (Johnson, 1996, p. 93-94). Sobre o globo de Behaim, conferir também Stevenson, 1921.

poderiam descobrir eram muito próximas, até mesmo idênticas, entre os navegadores que organizavam expedições marítimas em nome das monarquias portuguesa, espanhola e inglesa, dados os circuitos e as conexões descritos até aqui.

Os relatos ingleses mais antigos a respeito de expedições à procura de ilhas no que viria a ser chamado posteriormente de oceano Atlântico tratam da Ilha Brasil. O mito da Ilha Brasil possui inúmeras variantes, mas de modo geral diz respeito a uma ilha localizada próxima ao litoral da Irlanda e constantemente envolta em densa bruma, o que impediria sua localização pelos navegantes. Uma vez a cada sete anos, porém, as brumas se dissipariam, revelando a ilha encantada, cheia de pastos verdejantes, rebanhos de ovelhas, cidades cintilantes, fadas e feiticeiros. Representações da Ilha Brasil, ou Hy Brazil, dentre inúmeras outras denominações, são registradas na cartografia desde o século XIV (como no portulano de Angelino Dulcert, de 1325), avançam pela Primeira Modernidade (como no caso do mapa da Europa feito por Abraham Ortelius, em 1595) e chegam até o século XIX (quando passou a ser referida como “Brasil Rock”). Além da ilha ter recebido vários nomes ao longo dos séculos, “Brasil” poderia se referir a ilhas diferentes, por vezes no mesmo mapa. Tal é o caso do portulano de Pizigani, de 1367, em que uma ilha *Brazir* aparece ao lado da costa sudoeste da Irlanda,⁸⁹ e outra, chamada *Insulla de Brazir*, localizada entre as ilhas dos Açores, na costa atlântica africana.⁹⁰

O manuscrito conhecido como *Itinerarium*, produzido por William Worcestre⁹¹ (c.1415 – c.1482) por volta de 1480, contém uma das primeiras referências a uma viagem em busca da misteriosa Ilha Brasil:

1480. On the 15th day of July, the ship of ... and John Jay the younger, of the weight of 80 tons. began a voyage from Kingroad at the port of Bristol, to the island of Brazil to the west of Ireland, sailing over the sea by...
And ... Lloyd was the ship's master, the most knowledgeable mariner in all England. And news came to Bristol on Monday the 18th day of September that the said ship had sailed the sea for about 9 months, 3 not finding the

⁸⁹ Esta ilha em particular, ligada geograficamente às proximidades do litoral irlandês, geralmente é associada aos nomes Hy-Brasil, O’Brasil, Breasail, dentre outros. A provável etimologia é do gaélico *breas*, significando nobre, príncipe ou ainda afortunado/bem-aventurados. Por isso mesmo, em algumas vertentes do mito, essa ilha é confundida e/ou associada às Ilhas Afortunadas (segundo Hesíodo era o local dos Campos Elísios, para o qual os bem-aventurados eram destinados após a morte) ou ao Paraíso Terrestre. Outra etimologia sugere que *breas* se relaciona a São Brandão (*Breasail*) ou ainda a *Uí Breasail* (descendentes, clãs). Nesse sentido, há também um entrelaçamento entre as versões da Ilha Brasil com a de São Brandão. Ver Tillinghast (1889) e Johnson (1996, p. 121).

⁹⁰ Existe uma tradição, de origem incerta, que associa essa determinada Ilha Brasil à Ilha Terceira dos Açores, provavelmente em relação ao pigmento vermelho do pau-brasil (Johnson, 1996, p. 119-121).

⁹¹ Worcester foi um cronista inglês, provavelmente de Bristol, que realizou diversas viagens pela Inglaterra, coletando e registrando informações que figuram no *Itinerarium*.

island, but was driven back by storms at sea to the port of ... in Ireland, for refitting the ship and [reorganizing] the crew (Neale, 2000, p. 235).

No documento, reencontramos John Jay, mencionado anteriormente, liderando a expedição de 1480. No ano seguinte, dois navios de Bristol, *George* e *Trinity*, esse último sendo aquele utilizado por Esterfeld para comercializar na Espanha e norte da África, partiram de Bristol à procura da ilha.

[...] the said Thomas Croft⁹² on the said sixth day of July in the aforesaid year at Bristol aforesaid laded, shipped and placed forty bushels of salt of the value of twenty shillings for the repair, equipment and maintenance of the aforesaid ship or balinger, and not with the intention of trading but of examining and finding a certain island called the Isle of Brasil (Williamson, 1962, p. 188-189).

Existem, no entanto, evidências sugerindo a existência de expedições de Bristol anteriores às mencionadas acima, como a contida no *Libro de las bienandanzas e fortunas*, obra do cronista basco Lope García de Salazar (1399-1476) produzida entre 1471 e 1476:

the English say that ... a vessel from Bristol found it [the island of Brasil] one dawn and, not knowing that it was it, took on there much wood for firewood, which was all of brazil, took it to their owner and, recognizing it, he became very rich. He and others went in search of it and they could not find it (Condon; Jones, 2018, p. 637).

Essa menção evidencia, primeiramente, que a circulação de informações a respeito das descobertas corria numa via de mão dupla, indo também no sentido da Inglaterra à Península Ibérica. Outros registros, como a possível ida de Colombo à Inglaterra e a correspondência de John Day, reforçam essa premissa. Em segundo lugar, se ingleses de Bristol acreditavam ter localizado a Ilha Brasil, como García de Salazar leva a crer, então as expedições subsequentes, como as de 1480 e 1481, inclusive as do próprio Caboto, poderiam ser tentativas de reencontrá-la. Somam-se a esses relatos outras evidências que de Bristol partiam inúmeras expedições com o intuito de localizá-la. Em 1498, o embaixador espanhol Pedro de Ayala, sediado em Londres, escreveu uma carta cifrada⁹³ aos reis católicos informando detalhes a respeito das viagens de João

⁹² Thomas Croft é o único nome mencionado. O documento, porém, afirma que ele possuía apenas 1/8 dos barcos, sugerindo que outros investidores estiveram presentes no empreendimento. Cf. Williamson, 1962, p. 188.

⁹³ O documento foi publicado pela primeira vez em 1862, por G. A. Bergenroth, recebendo outras transcrições e traduções posteriores. Para uma análise das versões existentes, ver Robles Macías (2014).

Caboto de 1497 e 1498: “Los de bristol ha siete annos que cada anno an armado dos, tres, quatro caravelas para ir a buscar la isla del brasil y las siete ciudades” (Robles Macías, 2014, p. 635).

O relato insinua, portanto, que ao menos desde 1490 expedições sistemáticas eram enviadas à procura de ilhas maravilhosas. A carta de John Day, contemporânea ao relatório do embaixador espanhol, fortaleceu a hipótese que a terra encontrada por Caboto em 1497 já havia sido visitada anteriormente por navegadores de Bristol, que a identificaram à Ilha Brasil.

Se presume cierto averse fallado e descubierto en otros tiempos el cabo de la dha tierra por los de Bristol que fallaron el Brasil como dello tiene noticia vra S^a laqual se dezia la Ysla de Brasil e presumese e creese ser tierra firme la que fallaron los de Bristol (Day, 1956, p. 508).

Essas evidências ganharam muita atenção historiográfica principalmente a partir da descoberta da carta de John Day, na qual se afirma que a terra atingida por Caboto em 1497 era, na verdade, a Ilha Brasil, que ingleses de Bristol, por sua vez, teriam descoberto anteriormente. Como, posteriormente, passou-se a associar as viagens de Caboto à América do Norte, o fato de Day identificar a terra encontrada por Caboto como aquela descoberta pelos navegadores de Bristol favoreceu a interpretação de uma “descoberta” da América anterior àquela realizada por Colombo em 1492. Vigneras (1956) sugeriu que essa descoberta teria sido puramente acidental, e que a exata localização teria se perdido posteriormente, ainda que a notícia permanecesse viva. Para Quinn (1961, p. 280-281) a carta de Day é muito mais sugestiva do que conclusiva sobre essa questão, e toda hipótese a partir dela mantém, necessariamente, grande dose de especulação. De todo modo, essa discussão que se lança à procura de pioneirismos, presente ainda hoje em produções historiográficas ligadas ao início da expansão inglesa (a exemplo dos estudos de Evan Jones), estabelece ou reforça uma narrativa teleológica nacionalista, que procura reivindicar a determinadas figuras a glória pela descoberta de um novo continente. Insistimos que essas construções projetam uma consciência e um planejamento que estavam ausentes nos indivíduos históricos, que, na verdade, estavam inseridos numa lógica de buscas por rotas e monopólios comerciais, por um lado, e de intensa troca de informações, pessoas e mercadorias, por outro. Como ficou

Neste trabalho, empregamos a transcrição do original realizada por Luis A. Robles Macías (2014), bem como sua tradução ao inglês, quando necessário.

demonstrado, a *imago mundi* compartilhada e construída a partir de referências de autoridades, mas também das experiências de viajantes modernos, e na qual se fazia presente o maravilhoso, constituiu um dos elementos comuns às navegações de fins da Idade Média e início da Primeira Modernidade que conectava os empreendimentos ingleses aos centros ibéricos e itálicos. Demonstraremos, no capítulo seguinte, como as viagens de João Caboto se desenvolveram dentro dos marcos aqui estabelecidos.

Capítulo 3

João Caboto e os enigmas de um “outro Colombo”

I. O enigma do navegador

Na documentação extremamente lacunar das navegações inglesas do século XV, depois das expedições da década de 1480 examinadas no capítulo anterior, seguem-se as viagens de João Caboto, processo do qual se possui relatos um pouco mais consistentes, ainda que escassos. Mesmo sendo objeto de celebração na Inglaterra e outras localidades na América, tanto João Caboto quanto suas viagens continuam sendo em grande parte um enigma. A parca documentação existente permite poucas afirmações que sejam minimamente seguras. Tem-se que, por volta de 1495, Caboto se encontrava instalado em Bristol; no ano seguinte, 1496, recebeu a carta patente de Henrique VII autorizando seu empreendimento. Meses depois, partiria em uma malsucedida primeira tentativa de, ao que tudo indica, atingir o Oriente por uma rota ocidental. Em sua segunda viagem, ocorrida em 1497, atingiu algum ponto da costa leste da América do Norte, acreditando, segundo relatos e de acordo com a lógica, ser parte da Ásia. Em 1498, partiu numa terceira expedição, da qual até recentemente se supunha nenhum integrante havia retornado à Inglaterra. Para além disso, os indícios permitem apenas hipóteses e especulações. De todo modo, graças a descobertas documentais e renovado interesse historiográfico não apenas em Caboto, mas nos primórdios da expansão marítima inglesa, foi possível ampliar consideravelmente o conhecimento que se tinha a respeito do universo no estava inserido quando da realização de suas viagens.

É difícil precisar a data e local de seu nascimento. Os resquícios mais antigos são os registros da cidade de Veneza, quando em 1476 lhe foi concedida a cidadania.⁹⁴ Como essa concessão exigia ao mínimo 15 anos de residência, é possível considerar que Caboto se encontrava naquela localidade desde 1460, mas era natural de outro lugar. Sua vida anterior à concessão da cidadania veneziana é completamente desconhecida. Suspeita-se de uma possível origem genovesa, segundo informações presentes numa carta de 1498 de Pedro de Ayala, embaixador espanhol, e de declarações de Sebastião

⁹⁴ “1476, March 29. That a privilege of citizenship, both internal and external, be made out for John Cabot on account of fifteen years' residence, as usual” (Williamson, 1929, p. 20).

Caboto, seu filho, passadas adiante por cronistas na segunda metade do século XVI.⁹⁵ A se confiar no relato do próprio navegador, colhido em 1497 por Raimondo de Soncino, embaixador milanês na Inglaterra, e depois enviado ao duque de Milão, João Caboto teria atuado como mercador ou agente comercial no trato de especiarias. Soncino relatou que Caboto afirmara ter viajado à Meca e admirado as cobiçadas especiarias trazidas por caravanas vindas de distantes lugares (Williamson, 1962, p. 210). Ainda segundo Soncino, Caboto dizia ter especial interesse pelo local de origem das especiarias, tendo indagado os mercadores locais a respeito, que diziam receber os produtos de outras caravanas que as traziam de ainda mais longe, e assim sucessivamente. Caboto concluiu que, sendo a Terra redonda, o último elemento dessa cadeia deveria situar-se no Norte, em direção ao Oeste.⁹⁶ Essa passagem, além de nos evidenciar um possível traço das atividades de Caboto antes de sua presença na Inglaterra, também traz uma questão bastante debatida pela historiografia: o objetivo das expedições de Caboto. Estaria o veneziano sediado em Bristol procurando por uma rota alternativa às Índias pelo Ocidente, para rivalizar com os projetos de Portugal e Espanha? Existem ao menos duas posições quanto ao tema, que abordaremos oportunamente. Aqueles que advogam que a rota ocidental para a Ásia sempre fora o objetivo de Caboto⁹⁷ mesmo antes de se dirigir à Inglaterra têm praticamente como única evidência a carta de Soncino, relato escrito após o retorno da viagem realizada em 1497. Em 1484, a documentação ainda o situava em Veneza, envolvido em questões de propriedade, casado com Mattea e com filhos.

Entre sua saída da Península Itálica e seu estabelecimento na Inglaterra, cujas respectivas datas são desconhecidas, considera-se que Caboto tenha residido por algum tempo na Península Ibérica. Em 1947, Manuel Ballesteros-Gaibrois publicou correspondências do rei espanhol, Fernando de Aragão, com o governador-geral de Valência, Diego de Torres. Nessas cartas, datadas entre setembro e outubro de 1492, consta que um certo veneziano chamado João Caboto Montecalunya, residente em Valência há dois anos, apresentara uma proposta de construção de um porto na cidade. O projeto apresentado interessou ao monarca que, por sua vez, ordenou ao governador

⁹⁵ Também é possível que fosse originário de Gaeta, na região do antigo Reino de Nápoles, onde o sobrenome Caboto aparece até meados do século XV. No século XIX, aventou-se a possibilidade de Caboto ser inglês de nascimento, mas essa hipótese carece de evidências documentais. Para maiores detalhes a respeito dos dados disponíveis sobre Caboto, ver Williamson, 1962, p. 31 e seguintes; Williamson, 1929, p. 138 e seguintes.

⁹⁶ “always assuming that the earth is round, it follows as a matter of course that the last of all must take them in the north towards the west” (Williamson, 1962, p. 210).

⁹⁷ Exemplos são Williamson (1929; 1962) e Elton (1997).

que examinasse a exequibilidade do empreendimento. No princípio de 1493, contudo, o projeto foi descartado. Ainda que seja impossível asseverar definitivamente, é muito provável⁹⁸ que as cartas façam referência ao João Caboto que tratamos aqui. A carta de Pedro de Ayala aos reis católicos, mencionada acima, torna essa identificação ainda mais plausível. Nela, o embaixador espanhol afirmou que o comandante da expedição que descobrira “certas ilhas ou terra firme” para a Inglaterra em 1497 era outro “genovês” como Colombo, e que tal “genovês” havia anteriormente perambulado por Sevilha e Lisboa à procura de apoio⁹⁹. É certo que Pedro de Ayala se referiu a João Caboto. Portanto, é perfeitamente plausível que Caboto se encontrasse na Espanha no período mencionado nas cartas de Fernando de Aragão, isto é, de 1490 a 1493. Posteriormente, nos anos 1970, novas evidências¹⁰⁰ reforçaram essa identificação, pois mostraram que Caboto deixou Veneza em fins de 1488, fugindo de dívidas. Os credores, por sua vez, foram capazes de localizá-lo em Valência, emitindo em 1492 uma carta de recomendação à justiça local contra Caboto. Além de fortalecer a identificação do Montecalunya de Valência ao veneziano que se instalou em Bristol anos depois, essa informação ajuda a estabelecer com certa segurança a presença de Caboto na Espanha, conforme a documentação produzida por Pedro de Ayala apontara.

Essa identificação robustece a ideia que a estadia na Península Ibérica possibilitou a Caboto tomar contato com pessoas envolvidas nos empreendimentos marítimos e com notícias dos resultados de expedições exploratórias portuguesas e espanholas. Historiograficamente, distintas conclusões foram tecidas a partir disso. Williamson (1929), embora sem evidência documental concreta, afirmou que Caboto possuiria esses planos desde antes das notícias da primeira viagem de Colombo chegarem à Europa no início de 1493, e que, portanto, não seria mero “imitador” do Almirante. Já historiadores como David Quinn (1961) sugeriram que fora justamente o triunfo colombino que fizera Caboto abandonar a Península Ibérica e se dirigir à Inglaterra, onde seus planos talvez tivessem maiores chances de obter apoiadores. Segundo Quinn (1961), o sucesso de Colombo teria dado ao veneziano um argumento favorável ao negociar suporte na corte de Henrique VII, colocando-o como uma

⁹⁸ Williamson (1962, p. 40) e Dalton (2016, p. 45) aceitaram a plausibilidade dessa hipótese.

⁹⁹ “Bien creo Vuestras Altezas an oydo como el rey de Inglaterra ha fecho armada para descubrir ciertas insulas o tierra firme que le han certificado hallaron ciertos que de bristol armaron el año passado para lo mismo. Yo he visto la carta que ha fecho el inventador, que es otro ginoves como colon, que ha estado en sevilla y en lisbona procurando haver quien le ayudasse a esta invención” (Robles Macías, 2014, p. 634-635).

¹⁰⁰ Publicadas por TIEPOLO, M. F. Documenti Veneziani su Giovanni Caboto. *Studi Veneziani*, 15 p. 585-597, 1973.

alternativa viável à exploração da rota ocidental recém-aberta pela Espanha. Mais recentemente, Heather Dalton (2016) inverteu essa lógica e propôs que Caboto fora influenciado diretamente por mercadores de Bristol residentes na Espanha a procurar apoio junto aos comerciantes da cidade inglesa. Diferentemente de Williamson e Quinn, Dalton sugeriu que esses mercadores possuíam enorme interesse em conseguir acesso direto às desejadas especiarias e outros produtos de luxo, e por isso não teriam hesitado em apoiar o projeto de Caboto. Nossa análise se aproxima dessas interpretações que sugerem maior proximidade não apenas das navegações de Caboto, mas das inglesas em geral, do processo mais amplo que se desenvolvia em outras localidades europeias. Em nossa opinião, é preciso considerar, conforme a documentação apresentada nos indica, que não apenas ingleses se tornaram tributários dos movimentos expansionistas ibéricos, mas que em virtude das conexões estabelecidas anteriormente descritas, experiências marítimas inglesas também circulavam naquelas localidades. O caso de John Day e sua relação com o “Almirante Mayor” que se julga ser Colombo é exemplar nesse sentido.

Quanto ao estabelecimento de Caboto na Inglaterra, as referências mais antigas sobre sua presença na ilha são do início de 1496. Em 28 de março daquele ano, os reis católicos espanhóis escreveram a Rodrigo González de Puebla, embaixador em Londres, indagando-o a respeito das notícias recebidas sobre a chegada de um homem “como Colombo” na Inglaterra. O documento é uma resposta a um despacho enviado anteriormente pelo embaixador, hoje perdido, mas sabidamente datado de 21 de janeiro de 1496 (Biggar, 1911, p. 10). Para que De Puebla tivesse ciência da presença de Caboto naquela data, supõe-se que ele já se encontrasse em solo inglês ao menos desde fins do ano anterior. Alguns autores, como Williamson (1929, p. 146), sugeriram uma presença ainda mais antiga, desde inícios de 1490, mas sem suporte documental mais robusto

O percurso até aqui delineado é relevante não apenas por mostrar o caminho específico de Caboto até a Inglaterra, mas também por evidenciar as inúmeras semelhanças com outras trajetórias tanto de ingleses quanto de pessoas de outras regiões europeias envolvidas no comércio e exploração marítimos do período. São essas conexões que possibilitaram a um comerciante e navegador italiano, com contatos e vivências na Península Ibérica, buscar apoio e financiamento na Grã-Bretanha. Uma evidência dessas ligações, por exemplo, está no fato dos poucos registros sobre Caboto na Inglaterra serem praticamente em sua totalidade obra de espanhóis e italianos, nos

quais o veneziano era visto, como vimos acima, “como Colombo”, associação tornada ainda mais forte após a realização de suas primeiras viagens. Mais de dois séculos antes do “primeiro Colombo” firmar contrato com os reis católicos Isabel e Fernando, ou o “segundo” receber a carta patente de Henrique VII, já havia uma significativa inserção de italianos na vida marítima e comercial ibérica como banqueiros, financistas, navegadores e especialistas cuja atuação foi primordial no desenvolvimento das políticas expansionistas portuguesa e espanhola. Conforme temos demonstrado, situação similar transcorria na Inglaterra nas décadas finais do século XV e princípios do XVI.

Descobertas documentais mais recentes têm fortalecido ainda mais essas dimensões compartilhadas, expondo o estreito contato das navegações inglesas com redes que as conectavam às penínsulas Ibérica e Itálica. Praticamente nada era sabido acerca da identidade, motivação e posição social das pessoas envolvidas nas viagens de Caboto, o que em grande medida auxiliou a construção e perpetuação da imagem do veneziano como um empreendedor visionário. No entanto, há muito se sabia que a carta patente expedida por Henrique VII não previa nenhum apoio financeiro por parte da Coroa. Logo, o financiamento da viagem teve de ser buscado em outro lugar. Assumia-se, embora não fosse possível provar, que esse apoio tivesse sido encontrado junto aos comerciantes de Bristol¹⁰¹, dado que Caboto utilizou um navio daquela cidade para a viagem de 1497 e a patente real estipulava que o porto possuía monopólio sobre todo comércio resultante da expedição (Guidi-Bruscoli, 2012 p. 374). Ao seguir um dos potenciais rastros deixados pela pesquisa inacabada de Ruddock, Francesco Guidi-Bruscoli conseguiu localizar um empréstimo feito em 1496 pela Companhia Bardi de Londres, uma empresa bancária florentina, a Caboto. Assim como Colombo buscara apoio junto a seus compatriotas uma vez assinada as Capitulações de Santa Fé, Ruddock alegava ter evidências que Caboto procurou auxílio financeiro junto à comunidade italiana de Londres¹⁰². Ao que tudo indica, esse pagamento recebido por Caboto foi empregado em sua primeira viagem, que se acredita ter ocorrido em meados de 1496 (Guidi-Bruscoli, 2012). Como vimos, a historiografia já havia estabelecido o importante papel desempenhado por investidores italianos nas expedições portuguesas e espanholas, mas as inglesas eram vistas como uma exceção.

¹⁰¹ Hipótese sustentada, por exemplo, por Evan Jones antes de tomar contato com a pesquisa de Ruddock. Ver Jones, 2006.

¹⁰² “Cabot a poor man lacking money to hire ships and crews. He seeks financial backing in the Italian colony. In Spain, Columbus had borrowed from Italian compatriots once his Capitulations were signed. Cabot tried to do likewise in London once possessed of a charter. Fra Giovanni Antonio’s financial business and his Italian bankers in London” (Jones, 2008, p.235).

A companhia que realizou o pagamento pertencia a um ramo da família florentina Bardi (*Heirs of Giovanni de' Bardi & Partners*), cujo histórico na Inglaterra, e particularmente em Londres, datava da Idade Média. Seus negócios e influência foram profundamente afetados na década de 1340, devido a vultuosos empréstimos feitos a Eduardo III que nunca foram pagos, levando os Bardi à falência na ocasião. Na época de Caboto, a família se encontrava novamente estabelecida na Inglaterra há aproximadamente setenta anos. Apesar dos negócios nunca terem atingido os níveis anteriores, os Bardi mantiveram posição consolidada em Londres até princípios do século XVI¹⁰³. Nesse período, envolveram-se em atividades que eram comuns a outros grupos de mercadores-banqueiros italianos na Inglaterra, como exportação de lã e estanho, importação de tecidos da Itália e azeite da Espanha, bem como financistas de comerciantes ingleses.

Vale destacar que a soma empenhada não fora particularmente alta. Pelo contrário, segundo cálculos de Guidi-Bruscoli (2012, p. 389-391), o valor concedido cobriria apenas 1/5 dos gastos necessários para o empreendimento. Assim, do ponto de vista da empresa, a quantia fornecida era algo que os investidores poderiam arriscar em um empreendimento de alto risco e de retorno incerto. Por outro lado, em caso de sucesso, os lucros seriam bem-vindos num momento de queda nos negócios da empresa. Para Caboto, recém-chegado à Inglaterra com poucos recursos e perseguido por credores, a soma empenhada poderia colocá-lo em uma posição mais vantajosa para negociar com outros apoiadores em Londres e/ou Bristol. De todo modo, deve-se assumir a existência de financiamentos adicionais, oriundos de fontes ainda desconhecidas (tanto de outras firmas italianas quanto do cenário mercantil de Bristol), para as três viagens de Caboto (Guidi-Bruscoli, 2012, p. 392). Ao revelar o envolvimento de capital italiano nesse empreendimento, mostrou-se a dimensão mais ampla a que estavam inseridas as viagens de Caboto (e provavelmente outras experiências similares), trazendo-as para o âmbito de outras atividades marítimo-comerciais realizadas no mesmo período (Condon; Jones, 2018, p. 629).

¹⁰³ Havia outras companhias italianas operando em Londres à época das viagens de Caboto. Por exemplo, Girolamo Frescobaldi & Partners, Giuliano Serristori & Partners, Antonio Corsi e Marco Strozzi & Partners de Florença; Benedetto Buonvisi e Niccolò Micheli & Partners, Sebastiano Gigli & Partners e Tommaso Guinigi & Partners da Toscana (região de Luca). Havia também muitos comerciantes italianos, membros de famílias proeminentes como as genovesas Calvo, Doria, Fornari, Lomellino, Marini, Salvago, Spinola e Vivaldi, e as venezianas Contarini, Giustinian, Malipiero, Pasqualigo, Pisani, Priuli e Tiepolo (Guidi-Bruscoli, 2012, p. 386).

II. O enigma das navegações: qual o mundo havia para ser descoberto?

Caboto, ao que tudo indica, se estabeleceu na Inglaterra em busca de apoio para a realização de expedições marítimas. Mas para onde? O que intencionava realizar? O que um veneziano empobrecido e endividado, recém-chegado da Espanha e sem conexões familiares na Inglaterra teria a oferecer a ponto de conseguir de Henrique VII uma carta patente? Seria, de fato, um “outro Colombo”, buscando atingir as Índias através de uma rota pelo Ocidente?

Para além dessas questões, sem dúvida relevantes para elucidar esse momento das navegações inglesas, nosso intuito é evidenciar os pressupostos que perpassavam a concepção do empreendimento, bem como a percepção própria dos contemporâneos acerca de seus resultados. Segundo nossa hipótese, a resposta passa pelas informações disponíveis por autoridades “tradicionais”, isto é, autores e obras consagrados, aliadas às experiências que transitavam pelas redes exploradas anteriormente. Além disso, ao responder esses questionamentos, será possível perceber como se concebia as terras que seriam identificadas posteriormente como a América e a importância do contato com a península ibérica e suas experiências de expansão marítima nesse processo.

II.1. Primeira navegação: a tentativa de 1496

Nosso primeiro ponto é justamente a carta patente¹⁰⁴ conferida por Henrique VII, em 5 de março de 1496,¹⁰⁵ a João Caboto, “cidadão de Veneza”, e seus três filhos, Luís, Sebastião e Soncio.

[...] full and free authority, faculty and power to sail to all parts, regions and coasts of the eastern, western and northern sea, under our banners, flags and ensigns, [...] at their own proper costs and charges, to find, discover and investigate whatsoever islands, countries, regions or provinces of heathens and infidels, in whatsoever part of the world placed, which before this time were unknown to all Christians. [...] given licence to set up our aforesaid banners and ensigns in any town, city, castle, island or mainland whatsoever, newly found by them. And [...] may conquer, occupy and possess

¹⁰⁴ *Letters patent*, em inglês. Derivada do latim *patente*, que significa “aberto”, a carta patente distinguia-se das cartas “fechadas”, isto é, privadas, e eram usadas por autoridades para registrarem e tornarem públicos (daí a ideia de “aberta”) acordos e concessões de direitos, títulos ou propriedades, além de serem empregadas para autorizar ou ordenar a realização de algo. Cf. Seed, 1992, p. 185.

¹⁰⁵ A petição para tal licença foi registrada na mesma data, 5 de março de 1496: “Please it your highness of your moste noble and haboundant grace to graunt unto John Cabotto, Citezen of Venice, Lewes, Sebastyan and Soncio, his sonnys, your gracious letters patentes under your grete seale in due forme to be made according to the tenour hereafter ensuyng. [...]” (Williamson, 1962, p. 203-204).

whatsoever such towns, castles, cities and islands by them thus discovered that they may be able to conquer, occupy and possess, as our vassals and governors lieutenants and deputies therein, acquiring for us the dominion, title and jurisdiction of the same towns, castles, cities, islands and mainlands so discovered (Williamson, 1962, p. 204-205).

Pelo documento, o monarca conferiu aos peticionários autoridade para navegar para todas as regiões e costas das partes oriental, ocidental e setentrional do mar, (provavelmente se referindo ao Atlântico). Navegando sob os auspícios do rei, poderiam descobrir e tomar posse de quaisquer “ilhas, países, regiões ou províncias” de “pagãos e infieis” até aquele momento desconhecidas por cristãos, que passariam então a pertencer à jurisdição inglesa. O texto trazia, na sequência, a regulamentação econômica do acordo: um quinto de tudo aquilo advindo das terras a serem descobertas seria pago ao monarca e todos os produtos só poderiam entrar pelo porto de Bristol. É importante salientar que a licença é cautelosa ao excluir as regiões meridionais, à época já exploradas por portugueses e espanhóis. O mesmo pressuposto fica evidenciado ao se limitar a abrangência da licença a áreas não possuídas por cristãos. Essas informações denotam qual seria, em tese, o projeto de Caboto: navegar o oceano acima das latitudes utilizadas pelos ibéricos, evitando encontrá-los e, por conseguinte, ter que eventualmente confrontá-los.

O cuidado do monarca inglês em autorizar o empreendimento tendo sempre em vista as potências portuguesa e espanhola é exposto também na correspondência dos reis católicos com González de Puebla, mencionada anteriormente. Nota-se que a resposta foi redigida em 28 de março de 1496, poucos dias após a concessão da carta patente, mostrando como os espanhóis acompanharam o desenrolar dos acontecimentos praticamente em “tempo real”, com embaixadores relatando diretamente aos reis católicos as tratativas entre o monarca inglês e Caboto.

[...] Quanto a lo que desis que alla es ydo uno como Colon para poner al Rey de Ynglaterra en otro negocio como el de las Yndias syn perjuysio de España ni de Portugal, sy asy le acude a el como a nos otros, lo de las Yndias bien librado estara. Crehemos que esto sera echadiso del Rey de Françia por poner en esto al Rey de Ynglaterra para le apartar de otros negocios. Mirad que procureis que en esto ni en lo semejante no resciba engaño el Rey re Ynglaterra, que por quantas partes pudieren, trabajaran los franceses de gelo faser. Y estas cosas semejantes son cosas muy ynçiertas, y tales que para agora no conviene entender en ellas; y tambien mirad que a aquellas partes no se puede entender en esto syn perjuysio nuestro o del Rey de Portugal [...]

(Biggar, 1911, p. 10-11).

Na missiva, os monarcas espanhóis dão a entender que foi Caboto quem induziu Henrique VII a tomar parte de outro empreendimento semelhante ao de Colombo, sem, contudo, oferecer prejuízo aos portugueses e espanhóis. Essa é outra evidência que o projeto apresentado por Caboto visava o Oriente, e que a patente de Henrique VII deliberadamente limitava o raio de ação do empreendimento a fim de evitar possíveis conflitos com os ibéricos. Menções como essa seriam indícios de como o alcance geográfico dos impérios ibéricos, em particular o espanhol a partir da segunda metade do século XVI, condicionou em grande medida o estabelecimento dos espaços de atuação dos ingleses tanto nos mares quanto em futuros ensaios de colonização (Cañizares; Dixon, 2017). Além disso, ao conceber um possível complô envolvendo a França e Inglaterra, apresenta-se nessa correspondência, assim como em outras analisadas a seguir, a consternação espanhola em relação a projetos que, à época, poderiam ameaçar ou concorrer com aquele que haviam abraçado alguns anos antes.

Há de se considerar também que o monarca inglês e/ou grupos ligados ao comércio e à navegação nutrissem desejos anteriores por semelhante projeto, o que teria facilitado o acordo com Caboto e seu acesso à Corte e aos recursos necessários à viagem. Essa hipótese ganha força especialmente à luz da obra de Fernando Colombo, publicada em 1571, sobre a vida de seu pai. Nela, o filho do Almirante relatou que, temendo a recusa dos reis católicos, Colombo teria enviado um de seus irmãos, Bartolomeu, à Inglaterra a fim de conseguir apoio ao empreendimento junto a Henrique VII. Segundo Fernando Colombo, seu tio carregava consigo um mapa-múndi, composto por Colombo em 1480, que teria angariado a simpatia do monarca para o projeto de navegação. Não obstante, concluiu Fernando, quis a Providência reservá-lo para Castela, e não para os ingleses (apud Williamson, 1962, p. 199-200). Tempos depois, em fins do século XVI e inícios do XVII, escritores ingleses passaram a reivindicar soberania sobre as áreas supostamente navegadas por Caboto¹⁰⁶, tanto pela recuperação da primazia do descobrimento quanto pelos desígnios da Providência, empregando termos semelhantes aos de Fernando Colombo no comentário acima.

Até a década de 1950, acreditava-se que João Caboto tinha realizado duas viagens, em 1497 e 1498. Com a descoberta da correspondência de John Day com o “Almirante Mayor”, tomou-se conhecimento da existência de uma viagem anterior a de

¹⁰⁶ Ver capítulo 8 desta tese.

1497. O consenso atual é que essa viagem teria ocorrido em 1496¹⁰⁷. Completamente ignorada pelos pesquisadores até então, essa primeira tentativa aparentemente ganhou notoriedade à época de sua realização, já que na missiva Day respondia a questionamentos do “Almirante Mayor” sobre ela. A carta, no entanto, é muito sintética ao tratar do assunto, relatando apenas que devido a muitas dificuldades Caboto foi obrigado a retornar prematuramente depois do início da viagem.¹⁰⁸ Apesar de não ser datada e o nome “Caboto” jamais ser mencionado, elementos do texto permitem situar com certa segurança sua redação em fins de 1497, já que Day também forneceu informações da viagem realizada naquele ano e que outra expedição estava sendo organizado para o ano seguinte¹⁰⁹ (isto é, 1498).

Através do documento descoberto por Guidi-Bruscoli acerca do empréstimo concedido a Caboto pela Companhia Bardi, e que provavelmente foi realizado em virtude dessa primeira viagem de 1496, temos uma das mais antigas referências do que poderia ser o projeto cabotino. No registro, se lê que o veneziano se dispunha a “descobrir a nova terra”: “*Andare a trovare il nuovo paese*”¹¹⁰. O primeiro ponto que queremos destacar é que não há nenhuma menção à Ásia ou regiões de especiarias. Por outro lado, o documento contém a ideia que se repetirá em praticamente todos a documentação referente às navegações realizadas a partir de Bristol entre fins do XV e início do XVI: a descoberta de novas terras e/ou ilhas. Esse objetivo, a princípio, não exclui o primeiro: Wilcomb Washburn (1962) analisou como o conhecimento geográfico medieval (que orientou, de modo geral, o início da Idade Moderna) não possuía uma classificação definida sobre o que seria um continente: operava-se contrastes e divisões entre terra e mar, ou entre uma zona e outra, uma parte com outra,

¹⁰⁷ Apesar de não haver uma data precisa, supõe-se que tenha ocorrido em algum momento entre março de 1496 (concessão da patente real) e maio de 1497 (partida da segunda viagem), e que tenha durado tempo suficiente para consumir os suprimentos, obrigando seu retorno antes de concluir qualquer objetivo significativo. Calcula-se ainda que a viagem tenha ocorrido no verão de 1496, por ser altamente improvável que se tentasse uma travessia pelo Atlântico Norte no inverno (Guidi-Bruscoli, 2012, p. 375).

¹⁰⁸ “En lo que toca al viaje primero de que Vra S^a quiere saber es que fue en un navío y la gente que llevaba le desconcerto e yba mal avituallado y fallo los tiempos contrarios y uvo por eleccion de se volver” (Day, 1956, p. 508).

¹⁰⁹ Vigneris (1956, p. 504) sugeriu que essa informação situaria a redação da carta entre o início de agosto, quando Caboto retornou à Inglaterra, e o final de dezembro de 1497. Quinn (1961) e Ruddock (1967) sustentaram a possibilidade da abertura do ano de 1498 como data limite para a escrita da carta.

¹¹⁰ “Giovanni Chabotte viniziano de’ dare adi xxvij d’aprile [1496] y dieci di st., porttò Lorenzo Morando comptantti, per parte de nobili 50 di st. ci lasciò ordine il nostro Aldobrandino Tanagli gli paghasimo per andare a trovare il nuovo paese” (Guidi-Bruscoli, 2012, p. 393). Guidi-Bruscoli (2012, p. 377) sugeriu que a empresa Bardi provavelmente redigiu o documento a partir da leitura da patente recebida por Caboto, na qual se encontra a frase, um tanto estereotipada, que estipula a permissão concedida de “encontrar, descobrir e investigar quaisquer ilhas, países, regiões ou províncias” (livre tradução de “to find, discover and investigate whatsoever islands, countries, regions or provinces”).

o Leste com o Oeste. Ainda que a palavra “continente” por vezes fosse usada para descrever terras pertencentes ao *orbis terrarum*¹¹¹ (no sentido de massa contínuas de terra, portanto, não insulares) entendia-se, no mais das vezes, que o globo terrestre se encontrava dividido em “partes”, e não continentes¹¹². Nesse sentido, o “país” que o documento faz referência poderia se referir a qualquer uma das “partes” daquilo que constituía o mundo. Não raro a expressões envolvendo o adjetivo “novo”, como novo mundo ou novas terras e similares, eram aplicadas sobre partes até então desconhecidas (isto é, não visitadas ou não localizadas concretamente) de uma região que, por sua vez, já conhecida, sendo ambas pertencentes a uma mesma massa terrestre. Queremos aqui reforçar a ideia de que intrincadas relações entre concepções advindas de autoridades e de experiências eram fundamentais na composição dos horizontes de possibilidades e expectativas que regiam os projetos de navegação e os entendimentos de seus resultados.

Outro campo de questionamentos advém da ideia de “novo”. Se voltarmos ao texto da carta patente, veremos que ela cobria “encontrar, descobrir e explorar ilhas, países, regiões ou províncias de pagãos e infiéis, em qualquer parte do mundo localizados, que antes desse tempo eram desconhecidas de todos os cristãos”¹¹³. Predica-se, portanto, o adjetivo “novo” àquilo a ser descoberto e que antes era desconhecido. Conforme salientado por Christian Kiening (2014, p. 26-27), o “novo” era então tido como um fenômeno de perspectiva e não como um outro radical. Tal entendimento derivaria, por exemplo, de perspectivas bíblicas, como a ideia de não haver “nada de novo sob o Sol”¹¹⁴. Nesse sentido, o “nunca antes visto” se inseria numa visão escatológica cristã de revelação contínua até o fim dos tempos, mas que de modo algum não estava previsto desde os primórdios. O autor empregou o caso de Colombo para exemplificar esse fenômeno: ao realizar suas viagens, o genovês não procurava um “Novo Mundo” no Ocidente, mas um caminho para a promessa do Oriente e as origens da cristandade em Jerusalém. Segundo Kiening, a expectativa de novas ilhas e terras já

¹¹¹ O “*orbis terrarum*”, na tradição cartográfica de então, consistiria numa massa terrestre central circundada completamente por água. As separações criadas nessa massa de terras por mares como o Mediterrâneo e o Báltico não eram entendidas como continentes tal qual compreendidos contemporaneamente (Washburn, 1962, p. 3).

¹¹² Daí resultaria o motivo do cartógrafo Martin Waldseemüller, ao se basear nos escritos de Américo Vespúcio, falar em uma “quarta parte” do mundo, sendo expressamente identificada pela palavra “ilha”. Cf. Washburn, 1962, p. 3.

¹¹³ Livre tradução.

¹¹⁴ Presente na argumentação de autores como Richard Eden, por exemplo, analisado no Capítulo 5 desta tese.

era algo manifesto, como as viagens portuguesas ao longo da costa africana teriam demonstrado (diríamos nós, pela experiência), bem como, adicionaríamos, os registros das autoridades deixavam manifesto.

Nesse sentido, o que implicaria “descobrir” algo novo? Poderiam terras conhecidas, mas não visitadas, como regiões da África e Ásia não visitadas, serem descobertas? ou, nas palavras de Washburn¹¹⁵ (1962. p. 12), poderia um navegador italiano descobrir a China no século XV, ou Marco Polo, principal referencial, já teria operado tal feito século antes? Num primeiro momento, soaria paradoxal descobrir algo que já se sabe existir. Onde estaria a novidade nesse processo? A aparente contradição só existe se consideramos “novo” e “descoberta” como relativos à novidade radical, sem nenhum lastro anterior. No período em questão, a palavra *discover*, em grafias distintas, entrou no léxico inglês através do francês arcaico (*descobrir*), que por sua vez veio do latim tardio *discooperire*, que traz o sentido de “dar a ver”, de expor ou abrir o que estava coberto, retirar a “cobertura” que matinha algo escondido ou oculto (“descobrir”)¹¹⁶. Nesse sentido, operar uma “descoberta” significava localizar algo que se sabe existir por pressuposto, por inferências e pelo legado “autorizado”¹¹⁷.

II.2. Segunda navegação: sucessos de 1497

O fato de Caboto ter recebido apoio direto de um banco italiano, conforme comprovado pelo documento da Cia. Bardi, nos auxilia a compreender a razão dos primeiros relatos de sua segunda viagem, ocorrida em 1497, terem sido produzidos por

¹¹⁵ Edmundo O’Gorman (1992) argumentou que *descobrir* denotaria conhecimento prévio da natureza da coisa encontrada pelo descobridor. Para o autor mexicano, Colombo não poderia ter “descoberto” a América pois não tinha consciência da natureza das terras como continente separado dos demais (o que o autor chamou de hipótese *a priori*), ao passo que Vespúcio teria concebido o território como algo distinto da Ásia (a partir de uma hipótese *a posteriori*). No argumento, se observa que o autor teve por base a aplicação ou a forma de uso do “dado empírico”.

¹¹⁶ No *Table Alphabeticall* (Cawdry, 1617, n.p.) de Robert Cawdry, primeiro dicionário unicamente em inglês a ser publicado (primeira edição de 1604), “*discover*” é entendido como “*lay open*”. No *The historical thesaurus of English*, encontramos acepções semelhantes para o período compreendido nesta tese: “show to sight”, “disclose, reveal”, “find out, find” “search for/explore”, “go for exploration”, “uncover, remove cover from”. Disponível em: <https://ht.ac.uk/category-selection/?qsearch=strange>. Acesso em: 29 abr. 2023.

¹¹⁷ Ainda que com uma grande distância temporal do presente objeto, Sebastian de Covarrubias Orozco, no *Tesoro de la lengua castellana, o española*, de 1611, trouxe sentidos semelhantes: descobrir é dado como “manifestar o que estava coberto” e o ato de descobrir “achar coisas novas, ou terras antes não conhecidas, como o descobrimento das Índias”. Cf. Covarrubias Orozco, 1611, p. 309.

italianos residentes na Inglaterra.¹¹⁸ Em 23 de agosto daquele ano, apenas duas semanas após o retorno do navegador, o mercador Lorenzo Pasqualigo escreveu de Londres a Alvise e Francesco, seus irmãos em Veneza, sobre o sucesso da expedição realizada por seu conterrâneo:

His name is Zuam Talbot and he is called the Great Admiral and vast honour is paid to him and he goes dressed in silk, and these English run after him like mad, and indeed he can enlist as many of them as he pleases, and a number of our rogues as well. The discoverer of these things planted on the land which he has found a large cross with a banner of England and one of St. Mark, as he is a Venetian, so that our flag has been hoisted very far afield (Williamson, 1962, p. 207-208).

O título de “Grande Almirante” reforça a ideia de Caboto como um “outro Colombo”. Essas referências denotam como o feito de Colombo rapidamente se fizera paradigmático, tornando-se, segundo os registros deixam entrever, modelo ou exemplo para atuações posteriores¹¹⁹. O que poderia significar, para os contemporâneos, essa comparação naquela data? O que se atribuía a Caboto ao fazer esse paralelismo? A nosso ver, vinculava-se a esse paradigma as potencialidades do projeto colombino, suas promessas e expectativas, mas que, à época, após duas viagens, ainda não haviam se concretizado: como um “segundo Colombo”, atrelava-se a Caboto a potencial ampliação dos horizontes, a projeção de descoberta de novos caminhos para grandiosos reinos e suas imensas riquezas localizados no Oriente.

Pasqualigo, ainda que bastante sucinto, trouxe também detalhes sobre o que teria sido encontrado na viagem. Caboto partira de Bristol com um único navio para encontrar novas ilhas, tendo viajado 700 léguas até se deparar com terra firme, que foi identificada com o “país do Grande Khan”. No caminho de volta, teria avistado duas ilhas, mas a falta de provisões e o desejo de retornar o mais rapidamente possível fizeram com que não as explorasse. No total, a viagem durou três meses.¹²⁰ O monarca

¹¹⁸ Alwyn Ruddock, na proposta do livro feita em 1992, declarou ter encontrado uma carta de 10 de agosto de 1497, redigida por banqueiros, provavelmente italianos, para Giovanni de Carbonariis, frade milanês (Jones, 2008, p. 239). Se comprovada, essa carta seria o registro mais antigo sobre a viagem de 1497. Contudo, conforme analisado, toda pesquisa foi destruída após sua morte, e até o momento essa pista não foi retomada.

¹¹⁹ Um caso que denota como a experiência (conjunto de vivências individuais) pode ser “destilada”, segundo analogia de Chaparro Martínez (2013) para extração de exemplos virtuosos e viciosos que pautassem a atuação das gerações futuras, operação que constitui uma das chaves da história *magistra vitae*.

¹²⁰ A cronologia mais aceita atualmente para esta viagem situa a partida em maio e o retorno nos primeiros dias de agosto de 1497. Segundo Jones (2006, p. 779), o manuscrito conhecido como *Fust MS*, provavelmente escrito em 1565, afirma que o navio *Matthew*, empregado por Caboto, partiu de Bristol no

inglês ficou tão satisfeito com as notícias que, além de uma recompensa financeira, prometeu armar outra expedição, desta vez com dez navios. De fato, conforme veremos, Henrique VII concedeu uma pensão anual de 20 libras¹²¹ e uma segunda expedição partiria no ano seguinte, ainda que com cinco navios, e não com dez como previu Pasqualigo. Por hora, queremos salientar que, segundo esse relato, provavelmente contendo a opinião do próprio Caboto, os tripulantes do *Matthew* alcançaram aquilo que esperavam encontrar: terras asiáticas e ilhas dispersas pelo oceano. Nenhuma “América”, portanto. O uso da toponímia, como “país do Grande Khan”, denota o arcabouço referencial retirado de autoridades e viajantes como Marco Polo sobre o que jazia no outro lado do oceano, o que também servia ao intuito do paralelismo Colombo/Caboto.

No dia 24 de agosto, os comerciantes genoveses Agostino e Benedetto Spinola¹²², também em Londres, assim como Pasqualigo, escreveram ao duque de Milão a respeito de vários assuntos, dentre os quais a viagem de Caboto. Na carta, diziam:

Also some months ago his Majesty sent out a Venetian, who is a very good mariner, and has good skill in discovering new islands, and he has returned safe, and has found two very large and fertile new islands. He has also discovered the Seven Cities, 400 leagues from England, on the western passage. This next spring his Majesty means to send him with fifteen or twenty ships (Williamson, 1962, p. 208-209).

Nesse relato, Caboto é descrito como um marinheiro experimentado, com grande habilidade em encontrar novas ilhas (o que se esperava encontrar ao se navegar pelo oceano, como vimos). Outros registros, analisados na sequência, reforçaram essas características. É possível considerar que foi desta maneira que o veneziano se

dia 2 de maio, retornando no dia 6 de agosto. Certamente Caboto retornou antes do dia 10 de agosto, pois neste foi registrada uma recompensa de 10 libras concedida por Henrique VII pelo sucesso da viagem.

¹²¹ A pensão foi concedida em 13 de dezembro de 1497: “Henry, by the grace of God King of England and of ffrance and lord of Irland, To the most reverend fadre in God John, Cardinal archiebissop of Cantrebury, prymate of all England, and of the apostolique see legate, our chaunceller, greeting: We late you wite that We for certaine considerations us specially moevying have yeven and graunted unto our welbiloved John Calbot of the parties of Venice an annuitie or annuel rent of twenty poundes sterling, to be had and yerely perceyved from the fest of thanunciation of our lady last passed, during our pleasur, of our custumes and subsidies commying and growing in our Poort of Bristowe, by thands of our customers ther for the tyme beying, [...]” Williamson, 1962, p. 217.

¹²² Apesar dessa carta ser conhecida há muito tempo, a identidade de seus autores não estava plenamente estabelecida. Inicialmente, ao publicar os originais, Biggar (1911) atribuiu a autoria a Raimundo de Soncino, embaixador milanês na Inglaterra, no que foi contestado posteriormente por Williamson (1962), haja vista Soncino ter chegado à Inglaterra apenas um dia antes da carta ter sido redigida. Não haveria, segundo o autor, tempo hábil para receber o relato em Londres e redigir a carta conforme sugerido por Biggar. Williamson, contudo, não propôs nenhum nome alternativo para a autoria da carta. Ruddock, por fim, sugeriu tratar-se dos irmãos Spinola (Jones, 2008, p. 239), opinião que tem sido acompanhada por pesquisadores como Evan Jones e Francesco Guidi-Bruscoli.

apresentou ao monarca em busca de suporte. O fato de haver um longo histórico, tanto inglês quanto ibérico, de “contratações” de navegadores italianos é certamente outro fator a ser considerado. Além disso, nota-se que há uma ligação quase intrínseca entre descobrir novas ilhas (ou novas terras) e a prática de navegação à qual Caboto e outros se propunham a fazer. O relato dos Spinola não mencionou a “terra do Grande Khan”, tal qual havia feito Pasqualigo, mas ambos os relatos fizeram menção à descoberta de duas grandes ilhas. Além disso, os dois documentos se referiram às Sete Cidades, supostamente localizadas a 400 léguas da Inglaterra, ecoando os relatos de expedições portuguesas analisados anteriormente. Novamente, ao se referir às descobertas de novas ilhas/terras realizadas, percebe-se como nesses casos descobrir e novo atrelam-se ao sentido de localizar ou revelar aquilo que permanecia desconhecido, mas que era sabido existir.

As conexões se ampliam se considerarmos que tanto Pasqualigo quanto os Spinola eram clientes da Companhia Bardi, responsável pelo empréstimo a Caboto registrado em 1496. Os Spinola, em especial, possuíam registros na Companhia relacionados a atividades financeiras com Antuérpia, Bruges e Veneza. Apesar de nenhum deles figurarem entre os maiores clientes dos Bardi, é altamente provável que houvesse algum tipo de relação comercial entre eles (Guidi-Bruscoli, 2012, p. 386-387). A descoberta do empréstimo dos Bardi, somada a esses primeiros relatos sobre Caboto feitos por pessoas com conexões com a companhia florentina, indicam que a comunidade italiana ligada às finanças e ao comércio possuía uma rede bastante capilarizada, cujas conexões com os empreendimentos de Bristol e Londres possibilitavam tomar conhecimento das expedições de Caboto, tendo inclusive contribuído financeiramente ao menos com uma delas.

Temos, por fim, a carta de Raimondo de Soncino ao duque de Milão. Escrito em Londres a 18 dezembro de 1497, o relato é bem mais extenso e detalhado que os dois registros italianos analisados acima. Através dele, ficamos sabendo dos supostos interesses de Caboto pelo comércio de especiarias e de um possível histórico mercantil no Oriente. Vejamos agora o que Soncino relatou acerca da viagem de 1497:

Perhaps amid the numerous occupations of your Excellency, it may not weary you to hear how his Majesty here has gained a part of Asia, without a stroke of the sword. There is in this Kingdom a man of the people, Messer Zoane Caboto by name, of kindly wit and a most expert mariner. Having observed that the sovereigns first of Portugal and then of Spain had occupied unknown islands, he decided to make a similar acquisition for his Majesty (Williamson, 1962, p. 209).

Em consonância com as narrativas anteriores, Soncino relatou que Caboto era reconhecido como um marinheiro experimentado e que obteve sucesso em atingir algum ponto da Ásia, tomando posse da localidade em nome do monarca inglês. Nota-se aqui a menção explícita às experiências ibéricas em “ocupar ilhas desconhecidas”, provavelmente se referindo às Canárias, Madeira e Açores. Logo, depreende-se que o objetivo de Caboto, segundo consta, era emular os sucessos realizados por portugueses e espanhóis e amealhar semelhantes conquistas ao rei inglês. “Descobrir ilhas”, os relatos nos permitem concluir, era algo previsto e buscado pelas expedições marítimas que se lançavam ao oceano naquele momento.

Na sequência, Soncino resumiu os principais pontos da viagem: após estabelecer os direitos e deveres com a Coroa através da carta patente, Caboto partiu de Bristol em um pequeno navio com dezoito tripulantes. Passando pela Irlanda, tomou a direção norte com vistas a atingir o Oriente¹²³. Passado certo período, avistou terra firme (*mainland*), na qual hasteou o estandarte real, tomando posse em nome do rei inglês. A terra encontrada, segundo os testemunhos, era excelente e temperada, da qual se acreditava serem nativos a seda e pau-brasil (*brazil wood*). Além disso, o mar fervilhava de peixes, em tal abundância que, ao invés de redes, podiam ser pescados com cestos jogados na água¹²⁴. Segundo relatou Soncino, os ingleses da tripulação ficaram particularmente animados com essa descoberta, pois com ela ficariam independentes da Islândia, de onde comercializavam grande quantidade de bacalhau (*stockfish*). Como vimos, muitos dos ingleses que se envolveram com explorações marítimas também estiveram conectados ao comércio pesqueiro islandês, àquela altura em crise pela concorrência das cidades da Liga Hanseática. Logo, faz sentido que a descoberta de um possível banco de pesca alternativo causasse euforia entre a tripulação.

Pelo relato também ficamos sabendo que Caboto produziu um mapa (em planisfério e em globo) onde mostrava o local que tinha atingido. Infelizmente, nenhum exemplar sobreviveu. Nesse percurso, ainda de acordo com Soncino, o veneziano afirmava ter ido muito além da região de Tanais¹²⁵. Essa menção nos fornece um indício

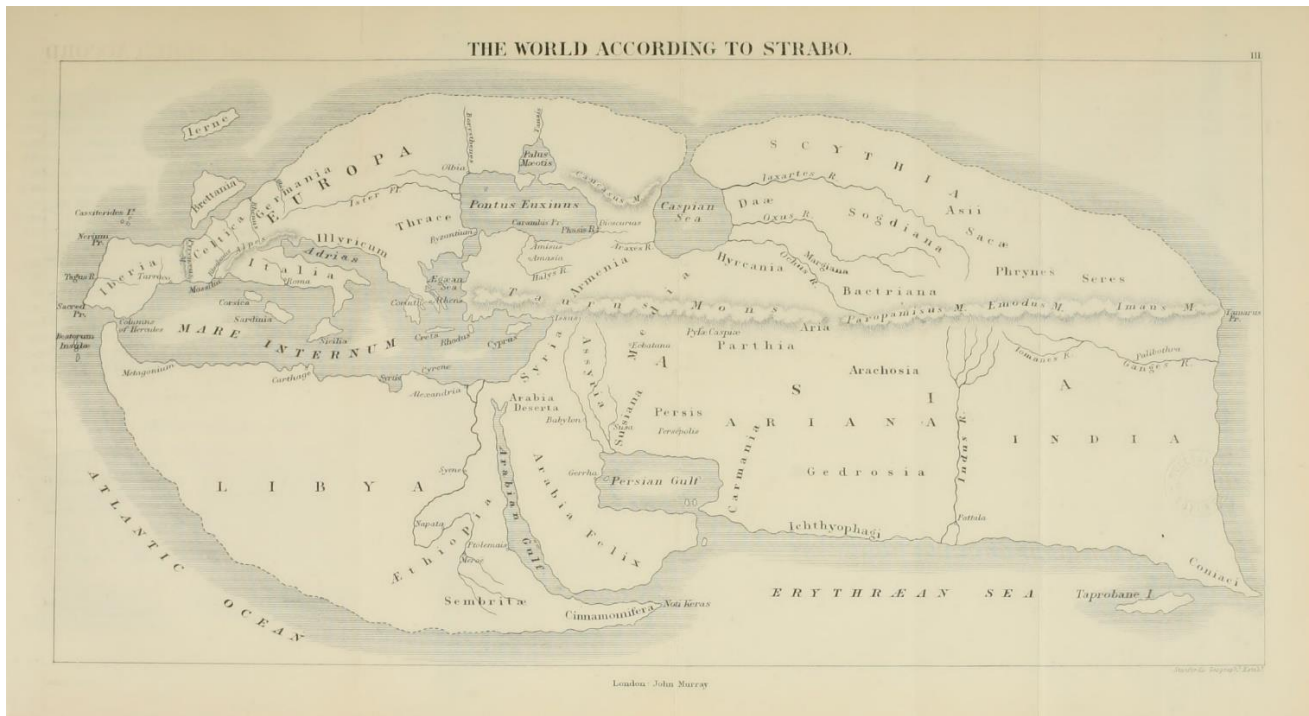
¹²³ “He started from Bristol, a port on the west of this kingdom, passed Ireland, which is still further west, and then bore towards the north, in order to sail to the east, leaving the north on his right hand after some days” (cf. Williamson, 1962, p. 209).

¹²⁴ Referências à temperança do clima e à abundância eram lugares-comuns nos relatos sobre o maravilhoso. Cf. Holanda, 2000.

¹²⁵ “In going towards the east he passed far beyond the country of the Tanais” (Williamson, 1962, p. 210).

dos parâmetros geográficos que orientaram a expedição. Tanais era o nome dado pelos gregos ao atual rio Don, localizado na Rússia, ao norte do Mar Negro (conhecido então por Ponto Euxino). De modo geral, para geógrafos da antiguidade, Tanais estava ligado de algum modo aos limites do mundo conhecido/habitado, apesar de haver muitas divergências entre as autoridades. Estrabão, por exemplo, ao definir geograficamente as extensões dos continentes e seus limites, discordou em muitos pontos das proposições de Erastóstenes e Polínio. O que nos mostra, mais uma vez, que o conceito de *auctoritas* não pressupunha um conjunto fechado, homogêneo e hegemônico de ideias. Para Estrabão, a *oikoumene* possuía a forma de uma clâmide, formando algo como um quadrilátero cujas extremidades se estreitavam (Ribeiro, 2022, p. 61). Em síntese, Estrabão delimitou o Mediterrâneo da seguinte maneira: ao sul, seu ponto mais extremo era a Grande Syrtis (Golfo de Sidra, na atual Líbia), próxima à Alexandria e a foz do Nilo; ao norte, tinha seu limite na foz do rio Tanais, juntamente ao lago *Maeotis* (Maeócio ou Meótis, atual Mar de Azove, ao norte do Mar Negro); a oeste, as Colunas ou Pilares de Hércules (Estreito de Gibraltar); e a leste, *Dioscurias* (atual Sukhumi, Mar Negro). Ao descrever as regiões que rodeavam o Mediterrâneo, Estrabão considerou que “as you sail into the strait at the Pillars, Libya lies on your right hand as far as the stream of the Nile, and on your left hand across the strait lies Europe as far as the Tanais. And both Europe and Libya end at Asia” (Strabo, 1917, p. 485). Portanto, Tanais representava, segundo essa concepção, o limite norte do Mediterrâneo e da própria Europa, que também a separava a leste da Ásia¹²⁶.

¹²⁶ “After the Tanais and Lake Maeotis come the regions of Asia—the Cis-Tauran regions which are contiguous to the Tanais and Lake Maeotis, and following upon these regions come the Trans-Tauran regions. For since Asia is divided in two by the Taurus Range, which stretches from the capes of Pamphylia to the eastern sea at India and farther Scythia, the Greeks gave the name of Cis-Tauran to that part of the continent which looks towards the north, and the name of Trans-Tauran to that part which looks towards the south; accordingly, the parts of Asia that are contiguous to lake Maeotis and the Tanais belong to the Cis-Tauran regions” (Strabo, 1917, p. 495).



Mapa 1. The World according to Strabo. In: Bunbury, Edward Herbert. **A history of ancient geography among the Greeks and Romans from the earliest ages till the fall of the Roman empire.** Vol II. London: John Murray, 1879. p. 238.

Muito embora os limites, o formato e as proporções dos continentes fossem objeto de disputa entre autoridades, afirmar que Caboto passou muito além do Tanis implicava dizer que ele havia ultrapassado os limites da Europa e atingido territórios asiáticos. Essa descrição de Soncino reforça a tese do “projeto asiático” de Caboto, mas, por outro lado, muda radicalmente a ideia de uma “navegação atlântica” (isto é, pela rota ocidental, como figurava na proposta do genovês a quem era comparado) para uma navegação setentrional pelo Nordeste, através de um oceano imaginado passando acima dos mares do Norte e Báltico até o Mar Negro. Conforme o embaixador afirmou, todas essas informações foram dadas diretamente por Caboto (“I have heard this Messer Zoane state so much”), com tamanha convicção e detalhes que não haveria como não acreditar nele. Assim como Pasqualigo havia informado, todos passaram a tratar o veneziano por “Almirante” após seu retorno (Williamson, 1962, p. 211). Além de reforçar que todos os envolvidos na viagem afirmaram terem atingido a Ásia, Soncino deu detalhes dos objetivos de Caboto com a viagem: todo o empreendimento visava tornar Londres uma nova Alexandria no comércio de especiarias. Na consecução desses planos, uma das metas era a famosa ilha de Cipango, que assim como o reino do

“Grande Khan”, advinham de autoridades como Marco Polo marcaram indelevelmente os planos e concepções de Colombo.

Messer Zoane has his mind set upon even greater things, because he proposes to keep along the coast from the place at which he touched, more and more towards the east, until he reaches an island which he calls Cipango, situated in the equinoctial region, where he believes that all the spices of the world have their origin, as well as the jewels. [...] Before very long they say that his Majesty will equip some ships, and in addition he will give them all the malefactors, and they will go to that country and form a colony. By means of this they hope to make London a more important mart for spices than Alexandria (Williamson, 1962, p. 210).

Algumas informações adicionais são fornecidas pelos registros fiscais e contábeis ingleses. Poucos dias após seu retorno, Caboto recebeu uma bonificação de 10 libras de Henrique VII por ter “descoberto a nova ilha”¹²⁷. Apesar de não ser nominalmente mencionado, tem-se como certo que o benefício foi dado a Caboto.¹²⁸ As menções documentais que elencamos até o momento sugerem como as concepções geográficas, aliadas às experiências oceânicas que circulavam entre navegadores, mercadores, cosmógrafos e cartógrafos, pressupunham o encontro de “novas ilhas”, assim como as terras firmes da Ásia. Essa dubiedade, dado o horizonte de possibilidades que dispunham, possibilitava diferentes interpretações daquilo que os marinheiros se deparavam nas expedições. Em outras palavras, a terra alcançada por Caboto teve muitas identidades antes de ser identificada a partes de um continente conhecido depois como América. Uma dessas possibilidades foi sua natureza insular, como se depreende da documentação. Mesmo depois do estabelecimento do nome que carrega até hoje, afirmar a “insularidade” do continente (isto é, sua separação completa de outras massas terrestres), conforme demonstraremos nos capítulos seguintes, foi essencial para projetos ingleses de navegação que pretendiam contornar a América pelo extremo norte para atingir as regiões orientais.

Entre 2009 e 2010, a pesquisadora Margaret Condon, fundadora, ao lado de Evan Jones, do Projeto Caboto, conseguiu localizar documentos inéditos no *National Archives* de Londres a respeito das navegações inglesas de fins do século XV. Entre eles, o pagamento de 40 *shillings* ao “*Lombard that found the isle*” (Jones, 2013, p. 29)

¹²⁷ "To hym that founde the new Isle, £10". Williamson, 1929, p. 152. Por volta de 1829, Craven Ord, arquivista do State Paper Office, transcreveu os manuscritos, hoje perdidos, do Household Book (também chamado de “daybooks of king's payments”) de Henrique VII. Atualmente no Museu Britânico, partes desses documentos foram publicados por Williamson (1929 e 1962).

¹²⁸ Tendo que Caboto retornou da viagem no começo de agosto, provavelmente no dia 6, dificilmente o pagamento registrado no dia 10 poderia se referir a outra pessoa. cf. Williamson, 1929, p. 152.

realizado em 26 de setembro de 1497. A concessão desse benefício pode derivar, segundo Jones (2013, p. 29), de uma segunda entrevista entre Caboto e Henrique VII, tratando-se de um pagamento provisório (tendo em vista a pequena quantia) ou um prelúdio para uma concessão maior, servindo de antecipação do apoio que Caboto receberia para a próxima expedição. Vale ressaltar que cerca de um ano depois Henrique VII agraciou William Weston com idêntica quantia, sendo mais um elemento a favor da hipótese de seu envolvimento em viagens de exploração.

A 13 de dezembro de 1497, o monarca expressou sua gratidão ao veneziano de forma ainda mais pródiga, concedendo-lhe uma pensão¹²⁹ anual de vinte libras, presumivelmente uma recompensa aos serviços prestados, mas também como uma forma de garantir suporte a Caboto e sua família no decurso de outras viagens. A concessão não foi dada em regime vitalício, mas enquanto aprouvesse ao monarca (“during our pleasur”), sugerindo que o suporte financeiro estava condicionado à permanência de Caboto sob as graças do monarca (Condon; Jones, 2011, p. 4). Por fim, a quantia deveria ser paga a partir das receitas alfandegárias arrecadadas no porto de Bristol¹³⁰ (Condon; Jones, 2011, p. 5).

II.3. Terceira navegação: 1498 e o fim de João Caboto

Ao tudo indica, Caboto teve ampla credibilidade, conforme atestam os relatos elaborados pouco depois do retorno triunfante do novo “Almirante”, bem como as bonificações concedidas por Henrique VII e o comprometimento de armar nova expedição. Em 3 de fevereiro de 1498, Caboto recebeu uma segunda carta patente de Henrique VII. Esse documento não anulava o primeiro, emitido em 1496, nem concedia

¹²⁹ Documento publicado pela primeira vez em 1884, por Charles Deane. The voyages of the Cabots. in J. Winsor (ed.). *Narrative and Critical History of America*, vol. 3. A versão estandar do texto é a de Williamson (1929; 1962), que manteve a transcrição de Biggar (1911). Mais recentemente, Jones e Condon (2011) publicaram uma nova transcrição do documento, contendo anotações críticas e uma fotografia do original. Usamos, neste trabalho, essa última edição.

¹³⁰ Aparentemente Caboto teve dificuldades em receber a quantia da pensão, pois em 22 de fevereiro de 1498 foi expedido novo mandado de pagamento, sob alegação que até então o veneziano não tinha recebido os valores devidos. O documento menciona que Richard Ameryk e Arthur Kemys, “clientes” (*customers*) de Bristol responsáveis por realizar o pagamento, alegaram não possuírem a quantia necessária. Documento publicado em Williamson, 1962, p. 217-218. Para fins de comparação, vinte libras correspondiam a aproximadamente quatro vezes o que um trabalhador comum ganharia em um ano (Condon; Jones, 2011, p. 4). Existe outro registro de pagamento, realizado em janeiro de 1498 (a data varia nas edições de Williamson: 01/01 na edição de 1929, p. 32; 08/01 na edição de 1962, p. 214) “*To a Venysian in rewarde 66s. 8d.*”, que pode indicar uma compensação dada a Caboto em razão do atraso no recebimento da pensão em Bristol.

ou estabelecia novos privilégios, pois visava, de modo geral, regulamentar a viagem que estava sendo preparada para aquele mesmo ano:

graunte to our wel beloved John Kaboto, Venician, sufficiente auctorite and power that he by hym, his deputie or deputies sufficient may take at his pleasure vi englishe shippes in any porte or portes or other place within this our realme of Englund or obeisaunce, [...] and theym convey and lede to the londe and Iles of late founde by the seid John in oure name and by our commaundemente [...] (Williamson, 1929, p. 35).

Henrique VII, através da nova patente, autorizava Caboto e seus representantes a tomarem seis navios ingleses em qualquer porto, os aparelharem devidamente e os conduzirem às “terra e ilhas” recentemente descobertas. Ainda que a escritura do documento siga fórmulas estereotipadas, é curioso notar que é ampla o suficiente para enquadrar basicamente qualquer “terra firme” com que se depararem, continental ou insular. O que nos mostra, por outro lado, que as expectativas eram bastante amplas sobre os possíveis desfechos da expedição, bem como dos resultados da anterior. Se observarmos documentos semelhantes, como as famosas Capitulações de Santa Fé, de 17 de abril 1492, encontraremos fórmulas semelhantes ao longo de todo o texto: “Primeramente, que vuestras altezas como señores que son de las dichas mares oceanas fazem dende agora al dicho don Christóval Colón su almirante en todas aquellas islas y tierras firmes que por su mano o industria se descubrirán o ganarán en las dichas mares oceanas” (Las Capitulaciones de Santa Fe, 2013, p. 18). Um aprofundamento da análise das Capitulações sairia do escopo deste trabalho, mas vale ressaltar que nessa passagem, assim como no restante do documento, não se menciona em nenhuma ocasião o oriente, a China ou a Ásia. Fala-se, outrossim, em terras e ilhas dos “mares oceanos” (nome pelo qual se conhecia o Atlântico), redação muito semelhante à encontrada nas patentes entregues a Caboto.

Para a viagem de 1498, preparou-se uma frota de cinco navios, dos quais um foi equipado às expensas do rei, conforme atestado em uma série de crônicas londrinas: *The Great Chronicle of London*¹³¹, *Cronicon regum Anglie*¹³² e *Fabyan's Chronicle*¹³³.

¹³¹ Ao menos desde o século XV, vereadores (*aldermen*) e cidadãos londrinos, interessados pela história cívica, compilaram ou encorajaram a compilação de crônicas inglesas organizadas de acordo com os anos da municipalidade (Kingsford, 1905, p. v). O documento, tal qual o conhecemos hoje, é uma compilação que abrange os anos de 1189 a 1512, tendo sido produzida momentos distintos do século XV e inícios do XVI. A análise caligráfica mostrou que uma parte inicial (até os anos de 1439) possui grafia de meados do XV, enquanto a parte final foi elaborada numa escrita de finais do XV ou inícios do XVI. O trabalho é anônimo, mas os pesquisadores tendem a atribuir a redação das partes finais a Robert Fabyan, a quem também se atribui a autoria da *Fabyan's Chronicle*, produzida por volta de 1509 (Campbell, 1939, p. 9).

Na verdade, esses relatos constituem três variantes de um mesmo testemunho, registrado numa fonte, hoje perdida, empregada pelos cronistas responsáveis pela elaboração desses documentos. Apesar de diferenças na redação, em síntese os relatos afirmam que um veneziano, muito experimentado e versado no conhecimento do “circuito do mundo” e suas terras, empregou um mapa e outras “demonstrações razoáveis” para admoestar o rei a equipar um navio em Bristol a fim de procurar por uma terra que o navegador afirmava ser exuberante em riquezas. Posteriormente, quando Hakluyt e Stow incorporaram a *Fabyan Chronicle* em seus respectivos trabalhos, ambos identificaram o “veneziano” mencionado na crônica a Sebastião Caboto, ao invés de seu pai (Cf. Williamson, 1962, p. 221-222). O caso denota como, um século depois, os feitos cabotinos se encontravam bastante dispersos e diluídos, bem como a dificuldade em se resgatar com precisão informações a fim de compor a “memória oficial” em fins do XVI, quando a figura de João Caboto se tornava um dos pilares das pretensões inglesas de soberania sobre a América¹³⁴.

As crônicas mencionam ainda que juntamente com o navio armado pelo rei partiram outros três ou quatro no começo de maio de 1498, os quais, até o momento da elaboração do registro, não tinham retornado.¹³⁵ Em sua análise, Williamson (1962, p. 92) sugeriu que as crônicas mencionam que a pequena frota partira em busca da ilha de Cipango, mencionada por Soncino, e tida como fonte de riquezas. Contudo, a versão do relato presente na *Great Chronicle of London* é a única a mencionar uma “ilha terra”¹³⁶ (*an Ile land*), constando apenas “terra” (*Iland/Ilande*) nas demais. Como nenhum documento conhecido dá conta do retorno da expedição, até muito recentemente o consenso entre os historiadores era que a frota comandada por Caboto se perdera no mar. Veremos, oportunamente, que essa opinião vem sendo questionada.

¹³² Manuscrito Cotton MS Vit. A xvi, f. 173, sob guarda do British Museum. Essa crônica anônima é um registro cívico londrino que registra até o ano de 1509.

¹³³ Robert Fabyan (- c.1512) foi *sheriff* (1492) e vereador (1493) de Londres, além de servir duas vezes como mestre da *Draper's Company*, uma das maiores *livery companies* (associações comerciais e guildas) inglesas. A obra, cujo manuscrito original se perdeu, foi publicada sem autoria em 1516 por Richard Pynson, ao que se seguiram diversas edições por William Rastell (Cf. Ellis, 1811). John Stow incluiu excertos em sua obra, *Chronicle*, publicada em 1580. Richard Hakluyt fez o mesmo em duas de suas publicações, *Divers Voyages* (1582) e na terceira edição de *Principal Navigations* (1600) (Williamson, 1962, p. 221-222).

¹³⁴ A recuperação da viagem de João Caboto com intuito de legitimar pretensões sobre o território americano é discutida de forma mais aprofundada no capítulo 8 deste trabalho.

¹³⁵ As crônicas foram organizadas segundo o ano cívico, e não o calendário. Assim, o ano em que os eventos são relatados pertencem ao ano cívico que se iniciou em 15 de setembro de 1497 e se encerrou em 14 de setembro de 1498. Logo, é possível depreender que até o fechamento daquele ano, isto é, setembro de 1498, não se possuía nenhuma notícia do retorno da expedição. Cf. Williamson, 1929, p. 36.

¹³⁶ Tendo em vista a grafia dos documentos relativos às viagens aqui analisadas, é possível que o compilador tenha reduzido a expressão “ilhas e terras”/ “ilhas ou terras”.

Entre março e abril de 1498, o monarca realizou seis pagamentos a Lancelot Thirkill, Thomas Bradley e John Cair (individualmente ou em conjunto) que estavam prestes a se dirigirem à “nova ilha” (*new Isle*) (Williamson, 1962, p. 2014-215). Os três homens mencionados, ao que tudo indica, foram contratados para integrar a tripulação do navio equipado pelo rei que participaria da pequena frota comandada por Caboto em 1498. Thirkill, em particular, era provavelmente dono do navio contratado por Henrique VII para tal ocasião¹³⁷ (Cf. Williamson, 1929, p. 118; 1962, p. 92-94). Nada se sabe de concreto acerca dos outros quatro navios de Bristol, suas tripulações e financiadores.¹³⁸ Entradas subsequentes nos registros de pagamento de Henrique VII demonstram que o monarca manteve vivo interesse não apenas na expedição de 1498, mas também em viagens posteriores que se dirigiram ao local supostamente alcançado por Caboto.

Um dos poucos documentos contemporâneos à terceira viagem foi elaborado pelo já mencionado Agostino de Spinola, desta vez, no entanto, escrevendo a 20 de junho de 1498. De Londres, Spinola informou ao duque de Milão que Caboto partira recentemente com cinco navios, que sua majestade enviara para descobrir novas ilhas (“new islands”) (Williamson, 1962, p. 227). Outro registro que deu conta desse empreendimento foi o embaixador Pedro de Ayala, cujo comunicado cifrado aos reis católicos fornecia detalhes das viagens de 1497 e 1498.

Bien creo Vuestras Altezas an oydo como el rey de Inglaterra ha fecho armada para descubrir ciertas insulas o tierra firme que le han certificado hallaron ciertos que de bristol armaron el año passado para lo mismo. Yo he visto la carta que ha fecho el inventor, que es otro ginoves como colon, que ha estado en sevilla y en lisbona procurando haver quien le ayudasse a esta invencion. [...]. Con la fantasia deste ginoves, el rey determino de enbiar porque el anno passado le truxo certinidad havian hallado tierra. Del armada que hizo, que fueron cinco naos, fueron avitualladas por un año (Robles Macías, 2014, p. 634-635).

Conforme mencionado anteriormente, Ayala sugeriu uma possível origem genovesa a Caboto, bem como reforçou, assim como outros, tratar-se de “outro Colombo”. No excerto, observa-se que o embaixador manteve o emprego recorrente nas fontes do período ao mencionar “certas ilhas ou terra firme” que teriam sido descobertas

¹³⁷ “*Mar. 17-22 Item to lanslot thirkill of London apon a prest for his Shipp going towardes the new llande*” (Williamson, 1962, p. 214).

¹³⁸ Na proposta do livro inacabado de Ruddock, a historiadora sugeriu que entre os apoiadores de Bristol para a terceira de Caboto estariam a família Forster, com tradição no comércio com a Islândia, a família Esterfield e Thomas Bradley (sugerindo, portanto, ser ele de Bristol). Alegou também que a família Thirkill, apesar de londrina, possuía conexões em Bristol. Conforme apontado por Jones (2008, p. 243), todas essas alegações, se verdadeiras, deveriam ser baseadas em documentos inéditos localizados pela historiadora, cuja notícia se perdeu após a destruição de sua pesquisa.

no ano anterior (1497), para as quais se dirigiam novamente. Além disso, reforçou a existência do mapa produzido por Caboto, que provocou graves preocupações no embaixador:

Yo, vista la derrota que llevan y la cantidad del camino, hallo que es lo que han hallado o bu[s]can lo que Vuestras Altezas poseen, porque es al cabo que a Vuestras Altezas cupo por la convenencia con portugal. [...] Creo no ay quatrocientas leguas. Lo [Yo] le dixee creya eran las halladas por Vuestras Altezas y, aun le di alguna razon, no lo querria. Porque creo Vuestras Altezas ya tendran aviso de todo esto y ansimismo al carta o napamundi que este ha fecho, yo no le enbio aora, que aqui le ay y, a mi ver, bien falso por dar a entender no son de las islas dichas (Robles Macías, 2014, p. 635).

Ao observar o “mapa-múndi”, bem como a direção tomada pelas expedições de Caboto, Ayala julgou que as ilhas encontradas seriam aquelas sob jurisdição espanhola de acordo com o tratado feito com Portugal (provavelmente se referindo ao Tratado de Tordesilhas, de 1494). Sabemos hoje que as ilhas atingidas por Colombo fazem parte do Caribe, e que provavelmente são a elas que Ayala faz referência, enquanto Caboto muito provavelmente tocou algum ponto do atual Canadá, na América do Norte. O fato do embaixador considerar que ambos atingiram a mesma região é mais um indício do universo geográfico compartilhado em fins do século XV, no qual não há concepção de América do Norte, tampouco Caribe, mas de uma Ásia e ilhas espalhadas pelo oceano tal qual veiculadas pela autoridade de geógrafos da Antiguidade e por experiências de viajantes, de Marco Polo ao Oriente até portugueses e italianos no litoral africano. Soma-se a isso um certo sentido “conspiratório” na leitura espanhola dos acontecimentos e daquilo que a figura do “outro Colombo” poderia representar para as pretensões castelhanas, conforme se depreende dos relatos dos monarcas e seus embaixadores na Inglaterra, González de Puebla e Pedro de Ayala.

O fato dos monarcas espanhóis não apenas terem recebido detalhes das viagens de 1497 e 1498, mas possuírem um exemplar do mapa de Caboto, sugere mais uma vez como as expansões marítimas se deram entre constantes trocas de informações, por meios oficiais ou escusos, ensejando embates de reivindicações de posse e soberania (Cf. Cañizares-Esguerra; Dixon, 2017). O caso também revela a inserção da Inglaterra nesse circuito, ainda que numa estatura menor que a dos ibéricos, e como a circulação se dava em ambos os sentidos. Cañizares-Esguerra e Dixon (2017) apontaram a importância da coleta e da sistematização de informações geográficas para as reivindicações de posse sobre os territórios no contexto das expansões marítimas

européias. Em particular, demonstraram como o mapeamento e a cartografia foram ferramentas importantes no arsenal ibérico para justificar a posse de grandes extensões de terra nas Américas, África e Ásia antes de qualquer outro governo europeu. Nesse sentido, destacou-se o papel fundamental do *Padrón real*, mapa sigiloso que englobava o mundo todo e era usado pela Coroa espanhola para incorporar novos territórios aos domínios espanhóis. Esse *Padrón*, segundo os autores, era constantemente atualizado por cosmógrafos que empregavam relatórios de pilotos, oficiais e conquistadores que possuíssem informações sobre de primeira mão sobre o Novo Mundo. Deste modo, faz sentido que os monarcas mantivessem olhos e ouvidos atentos a outras expansões que, ao que tudo indicava, pudessem rivalizar com suas intenções no ultramar.

A carta de John Day fortaleceu algumas das premissas do relato de Pedro de Ayala. Como vimos, essa carta é uma resposta a pedidos feitos pelo interlocutor de Day, intitulado “Almirante Mayor”. Já havíamos mencionado a importância dessa descoberta documental pelas informações únicas contidas nela, além de ser um dos raros testemunhos propriamente ingleses das viagens de Caboto.

El otro de Marco Polo y la copia de la tierra que es fallada lo enbio [...] pero por la dicha copia comprendra vna S^a lo que quiere saber que en la misma copia estan nombrados los cabos de la tierra firme y las islas y por allí asy mismo verá donde fue la primera vista porque a la vuelta se fallo la mayor parte de la tierra que se descubrió. Y así sabra vna S^a que el cabo mas cercano a Yrlanda esta 1800 millas al horst del cabo Dursel que es en Yrlanda y la parte mas baxa de la Ysla de las siete cibdades esta al horst del Rio de Burdeos (Day, 1956, p. 507).

Essa cópia mencionada por Day, ao que tudo indica, foi feita a partir do mapa elaborado por Caboto, que outras fontes analisadas também citam. Ao longo do relato, Day é bastante minucioso ao tratar da viagem de 1497, mencionado a duração do percurso, a direção dos ventos e as distâncias percorridas, além de características da terra em que aportaram, a abundância de peixes “como aqueles encontrados na Islândia”¹³⁹. Destaca-se também a localização das Sete Cidades, identificando a ilha encontrada à ilha do relato maravilhoso, dentro da lógica fornecida pelas navegações prévias que, muito provavelmente, circulavam e compunham as expectativas de navegantes na Inglaterra.

¹³⁹ “All along the coast they found many fish like those which in Iceland are dried in the open and sold in England and other countries, and these fish are called in English 'stockfish'.” Williamson, 1962, p. 212-213).

Nenhum documento que chegou até nós permite afirmações cabais sobre os locais visitados pela terceira expedição, tampouco o destino dos cinco navios que a compuseram. O que as fontes contemporâneas registraram, de modo geral, foi o fato de não haver notícias de seu retorno, mas tampouco de sua morte.¹⁴⁰ Nas edições impressas da obra de Polydore Vergil (c.1470-1555)¹⁴¹, *Anglica Historia*, escrita entre 1512-1513, não há sequer menção ao veneziano e seus empreendimentos. No manuscrito da obra, porém, existe uma passagem na qual se afirma que Caboto partira a Oeste e que se presumia havia se perdido com seu navio e morrido no mar, pois nunca mais fora visto. Outra hipótese para o destino da viagem de 1498 foi aventada por Alwyn Ruddock, em seu grande empreendimento jamais concluído. Entre as várias alegações recuperadas por Ethan Jones que constavam no prospecto do livro que prometia revolucionar a história conhecida até então sobre Caboto, Ruddock afirmava ter evidências documentais do retorno de Caboto à Inglaterra na primavera de 1500. Logo, longe de ter se perdido e perecido no mar, a terceira expedição comandada pelo veneziano teria empreendido uma longa viagem de dois anos. Ainda segundo a autora, Caboto teria morrido menos de quatro meses depois do retorno (Jones, 2008, p. 250; 2013, p. 27). Como toda documentação coletada pela pesquisadora foi destruída, assim como os rascunhos e ensaios inconclusos, a hipótese permanece sem sustentação documental até o presente momento.

Um indício debatido há muito tempo entre os pesquisadores e que enseja hipóteses variadas a respeito dos resultados das viagens de Caboto se encontra no mapa de Juan de la Cosa (ver Mapa 2), no qual se registram “mar descubierta por ynglese”, ao longo de uma área demarca por cinco estandartes ingleses, “cavo de ynglaterra” e “cavo de San Juan”. Vigneras (1956) propusera, quando da descoberta da carta de John Day, que o mapa feito por Caboto após sua viagem de 1497 e enviado ao “Almirante Mayor” por Day seria a fonte para essas inscrições. Outros historiadores, como Williamson (1962), Skelton (1962), dentre outros, também sustentaram que o mapa registraria a viagem de 1497 e, possivelmente, também a de 1498. De todo modo, ainda que assim seja, a atividade cartográfica inglesa era pouco significativa no período, não havendo condições (ou interesse) em firmar, registrar e propagar as realizações atribuídas a João Caboto. No campo cartográfico, ainda que algumas produções mantivessem a atribuição

¹⁴⁰ Ver, por exemplo, a carta de Pedro de Ayala e as crônicas londrinas analisadas anteriormente.

¹⁴¹ Padre, humanista e historiador italiano que foi à Inglaterra em 1502 como representante do Cardeal Adriano Castellesi. Morreu em 1555 em Urbino, na Itália, seu local de nascimento, depois de passar vários anos em solo inglês. Sua obra teve três edições no século XVI, 1534, 1546 e 1555.

de uma “descoberta inglesa” à certas terras setentrionais, a tendência geral foi a de registrar e transmitir informações relativas às atividades portuguesas de inícios do século XVI (analisadas no capítulo seguinte). Mesmo naqueles mapas em que se encontram alguma menção de atividades inglesas¹⁴², elas são pouco precisas e sem qualquer menção a João Caboto¹⁴³. Nesse limbo, a memória tanto do nome quanto de suas realizações se esvaiu, o que nos leva a considerar que o paradigma de um “outro Colombo” na Inglaterra não se efetivou para além dos anseios daqueles que assim leram os feitos do veneziano e desejavam registrar seus feitos segundo essa chave.

¹⁴² Além do mapa de Juan de la Cosa, pode-se mencionar outros mapas: Maggiolo (Mapa 3), em 1511, registrou uma “terra dos ingleses” à direita de terras atribuídas ao rei português (terras de Corte Real e Lavrador); o de Robert Thorne (Mapa 4), de 1527, onde se encontra a inscrição “Terra haec ab Anglis primum fuit inventa”. No entanto, conforme demonstraremos no capítulo seguinte, Thorne atribuía esse descobrimento a uma viagem feita por seu pai e outros navegadores de Bristol, e não a Caboto; os exemplares de Diego Ribero, cartógrafo português a serviço de Carlos V em Sevilha, produzidos em 1529. Na “Tiera del Labrador”, se lê que foi descoberta por ingleses da cidade de Bristol, na qual não encontraram nada de proveitoso. Novamente, atrela-se o descobrimento muito mais às navegações de Bristol (anteriores ou posteriores a Caboto) do que propriamente ao navegador veneziano, o que se explica tendo em vista os contatos explicitados pela documentação entre mercadores e navegadores de Bristol com a Península Ibérica (tais como John Day e Robert Thorne); no mapa de Verrazano, também de 1529, há uma bandeira inglesa na “Terra Laboratoris”, juntamente a uma inscrição indicando que aquela terra fora descoberta pelos ingleses; por fim, o mapa de 1544 atribuído a Sebastião Caboto, na legenda nº 8, escrita em latim, indica-se que João Caboto, juntamente com seu filho, Sebastião, descobriram terras próximas do atual golfo de São Lourenço. Essa é a única menção explícita ao descobrimento de João Caboto antes da atuação dos propagandistas ingleses, analisada no Capítulo 8, começar a restaurar seus feitos na década de 1580, tanto em textos quanto em mapas.

¹⁴³ O que não ocorre, por exemplo, com outros navegadores como Vespúcio, Colombo ou Cabral, por exemplo, que costumam ser identificados pelos respectivos nomes pelos cartógrafos ao registrarem suas atividades.



Mapa 2. Detalhe do mapa de Juan de la Cosa (c.1500). Mapamundi. In: SHIRLEY, Rodney W. **The mapping of the world: early printed world maps, 1472-1700.** London: Holland Press, 1983. p. XXIII. Na parte inferior da grande massa de terra situação na parte superior da imagem, pode-se observar a inserção de cinco estandartes ingleses e a inscrição “mar descubierta por ynglese” (destaque nosso).

Capítulo 4

O impulso a Noroeste ou a América como obstáculo: a busca pela passagem setentrional à fonte das especiarias

I. As expedições anglo-portuguesas e a terra de Labrador

A despeito das incertezas em relação aos resultados da viagem de 1498, eventos ocorridos naquele ano tiveram grande peso sobre as ações inglesas e ibéricas em relação às suas respectivas navegações. Reforçamos, novamente, a importância de compreender as navegações inglesas, assim como as demais, como parte do movimento mais amplo que ocorria na Europa durante a Primeira Modernidade. Conforme sugerido por Kenneth Andrews (1984), mudanças políticas e econômicas que alteravam as relações entre a ilha e o continente desempenharam papel fundamental no aumento do interesse por mercados e rotas comerciais diretas com localidades extra europeias. Em 1498, tanto ingleses (com Caboto), quanto espanhóis (com Colombo) e portugueses (com Vasco da Gama) estavam simultaneamente em busca da Ásia. Para os portugueses, o retorno bem-sucedido de Gama em 1499 representava o coroamento de quase um século de experiências e avanços pelo litoral africano e um alívio depois das expedições colombinas de 1492 em diante. Explorando outra rota, Colombo partiria para sua terceira viagem, época em que, ao que tudo indica, se correspondeu com John Day a fim de se inteirar dos avanços ingleses. Em relação a Caboto, os relatos analisados anteriormente afirmavam que o veneziano havia alcançado terras asiáticas como “um outro Colombo”, despertando preocupações entre os espanhóis e grandes expectativas entre seus conterrâneos na Inglaterra. Esses movimentos, que a rigor já se existiam há algumas décadas, tornavam essas expedições ferramentas importantes no jogo geopolítico global a que se lançavam.

Não é fortuito, portanto, que Henrique VII tenha continuado a fornecer licenças e cartas patentes (as quais analisaremos a seguir) até sua morte em 1509, tampouco o fato do primeiro monarca Tudor ter recebido uma embaixada portuguesa em fins de setembro de 1499. O motivo da visita é desconhecido, mas dado o encadeamento de eventos, é possível supor, conforme sugerido por Williamson (1962, p. 116), que os enviados portugueses fossem tratar dos mais recentes desdobramentos das expedições

lusitanas, como Vasco da Gama, e das subsequentes reivindicações sobre rotas e territórios. O fato da próxima carta patente concedida pelo monarca inglês depois daquelas de Caboto ter sido feita em nome de João Fernandes, o “Lavrador”, em março de 1501, é uma evidência nesse sentido. Ao desnovelar essa trama, pretendemos mostrar o íntimo contato das expansões inglesa e ibéricas naquele momento, podendo ser compreendidas como processos interconectados que se influenciam mutuamente. Os exemplos analisados a seguir elucidam a importância do contato colaborativo e dos modelos fornecidos por práticas portuguesas sobre as navegações inglesas, aspecto mormente pouco enfatizado na historiografia, que tende a privilegiar as relações anglo-hispânicas em seus momentos de maior tensão.

Começamos, então, por João Fernandes, o navegador português que recebeu a patente de Henrique VII. Sabe-se que era habitante dos Açores, mais especificamente da ilha Terceira, e que recebeu do monarca Manoel I uma carta de doação, em 28 de outubro de 1499, que o autorizava a ir “buscar e descobrir algumas ilhas” às suas próprias custas, bem como lhe fora concedida “capitania de qualquer ilha ou ilhas assim povoadas como despovoadas que ele descobrir e achar novamente”¹⁴⁴. Não há nenhum registro que Fernandes tenha realizado alguma expedição nesse período. Concretamente, é possível afirmar que Fernandes dirigiu-se à Inglaterra juntamente com seus parceiros, também açorianos, Francisco Fernandes e João Gonçalves. Em solo inglês, associaram-se a mercadores de Bristol, Richard Warde, Thomas Asshehurst e John Thomas. Esse grupo seria o detentor dos direitos da patente concedida por Henrique VII em 1501.

É possível que o deslocamento dos portugueses à Inglaterra esteja relacionado à dificuldade em angariar apoio e fundos em Portugal, uma vez que, à época, projetos maiores, como o da segunda viagem de Cabral, atraíssem mais a atenção de possíveis investidores. Além disso, o grupo de açorianos, aparentemente, não era estranho ao porto de Bristol e as possibilidades ali existentes. Há registros de 1486 de um “ffornandus” e um “Gunsalus” entre os mercadores de um navio português da Madeira. Em 1493, registrou-se que “Johannes fforandus” exportava produtos de Bristol para

¹⁴⁴ "Dom Manuel etc. A quamtos esta nossa carta virem fazemos saber que Joham Fernandes, morador em nossa ilha Terceira nos disse que por serviço de deos e nosso sse queria trabalhar de hyr buscar e descobrir algumas ilhas de nossa conquista aa sua custa e vemdo nos seu bôo desejo e proposito aalem de lhe termos em serviço a nos praz e lhe prometemos por esta de lhe dar-mos como de fecto daremos a capitania de quallquer ilha ou ilhas asy povoadas como despovoadas que elle descobrir e achar novamente e esto com aquellas remdas homrras proveitos e imtaresses com que temos dadas as capitanyas das nossas ilhas da Madeira e das outras et por sua guarda e nossa lembrança lhe mandamos dar esta carta por nos asinada e assellada com o nosso sello pendemte" (Souza, 1946, p. 55-56).

Lisboa (Williamson, 1962, p. 118). Ainda que não seja possível comprovar cabalmente que esses nomes se referiam a João Fernandes e João Gonçalves presentes na carta patente, eles atestam a presença de comerciantes portugueses em Bristol desde a década de 1480, realizando comércio entre Portugal, suas ilhas atlânticas e o porto de Bristol. Como vimos, também não era incomum que monarcas empregassem o serviço navegadores de outras nacionalidades. É possível que o fenômeno registrado aqui seja similar àquele de Caboto: navegadores/mercadores, com histórico no comércio ibérico, associados a grupos mercantis ingleses a fim de realizar viagens exploratórias oceânicas.

Paralelos com Caboto vão ainda além. Viu-se que uma das hipóteses sobre seu estabelecimento na Inglaterra sugeria a dificuldade do veneziano em encontrar apoio numa Espanha que acabara de abraçar o projeto colombino, e que possivelmente se dirigiu à ilha informado, via mercadores ingleses, das expedições que partiam de Bristol há algum tempo. No caso de Fernandes, é possível que a viagem de Gaspar Corte Real tenha selado de vez a decisão de se procurar apoio institucional e financeiro inglês (Williamson, 1962, p. 119; Andrews, 1984, p. 48). Em 12 de maio de 1500, o rei D. Manuel concedeu a Corte Real, nobre português (por sinal, também proprietário na ilha Terceira dos Açores, assim como Fernandes), uma carta de doação de ilhas e terra firme que fossem descobertas nas latitudes a noroeste dos Açores (Souza, 1946, p. 56). A coordenada aqui nos interessa bastante, pois, de modo geral, aquelas paragens também atraíam os esforços ingleses naquele momento. Nos últimos anos do século XV e nos primeiros do seguinte, a documentação portuguesa e inglesa deixa entrever uma espécie de “impulso ao Noroeste”. No caso português, a coroa entregaria cartas semelhantes até 1521.¹⁴⁵ Corte Real partiu em sua primeira viagem ainda em 1500, na qual se dirigiu à costa leste da atual Groelândia. Impedido de prosseguir pelo gelo, contornou o atual Cabo Farewell, explorando parte da costa oeste antes de retornar a Lisboa.

No ano seguinte, 1501, mais ou menos no mesmo período em que João Fernandes obteve na Inglaterra sua carta patente, Gaspar Corte Real realizou uma segunda expedição, na qual se dirigiu novamente à Groelândia. O roteiro que tomou dali em diante é incerto, mas suspeita-se que tenha visitado os atuais Estreito Davis e províncias canadenses do Labrador, Terra Nova e Nova Escócia. Sua frota, de três

¹⁴⁵ Gaspar Corte Real, seus irmãos Miguel e Vasqueanes Corte Real e João Alvares Fagundes receberam, respectivamente, em 12 de maio de 1500, 15 de janeiro de 1502, 17 de setembro de 1506 e 13 de março de 1521 (Souza, 1946, p. 56).

navios, se separou: Corte Real ordenou que dois retornassem, enquanto ele continuaria a exploração. Foi sua perdição. Enquanto os navios despachados de volta chegaram sãos e salvos em Lisboa, Corte Real jamais foi visto novamente. Em 1502, seu irmão Miguel partiu com três navios para procurá-lo. A expedição se dispersou pelo litoral do que se acredita ser a atual Terra Nova em busca de algum sinal do paradeiro de Gaspar. Apenas dois navios retornaram, dentre os quais não se encontrava o de Miguel. Essas são as únicas viagens portuguesas documentadas à região. Se estavam em busca de uma rota noroeste às Índias é impossível assegurar, mas o fato da rota do Cabo da Boa Esperança se mostrar factível praticamente no mesmo período em que os Corte Real realizaram suas malfadadas viagens pode explicar o arrefecimento do interesse português naquelas latitudes. Os lusitanos, contudo, não abandonaram de vez a região, estabelecendo rapidamente a exploração dos bancos de pesca, assim como ingleses, espanhóis e franceses o fariam depois.

Quanto a João Fernandes, nos interessa aqui o período em que atuou sob a patente inglesa. O texto do documento de 1501 é longo e bastante detalhado: além de autorizar a tomada e posse de terras e ilhas de pagãos e infiéis desconhecidas de outros cristãos,¹⁴⁶ estabeleceram-se direitos e deveres em relação ao comércio, tributos, leis e povoamento. É importante ressaltar que a patente de Caboto ainda continuava em vigor, passada a seus herdeiros. Desse modo, Henrique VII seguia o padrão português de concessão de cartas patentes e licenças, não limitando o número de autorizações em vigor e dando a cada beneficiário a possibilidade de retirar proveito do que eventualmente descobrisse. Em meados do século XVI, a monarquia alteraria essa política, estabelecendo certos monopólios regionais a qualquer descoberta ao norte das latitudes britânicas¹⁴⁷. Outro ponto de contato presente nas respectivas cartas de Henrique VII e D. Manuel é a extensão da autorização para “recuperar” (*recover*) e “achar novamente”. O vocabulário comum pode denotar desde o compartilhamento de certas perspectivas e práticas, advindas de experiências de navegadores, até uma

¹⁴⁶ “to find, recover, discover and search out whatsoever islands, countries, regions or provinces of heathens and infidels, in whatever part of the world they may lie, which before this time were and at present are unknown to all Christians [...]” (Williamson, 1962, p. 237).

¹⁴⁷ É sintomático que, justamente em 1550, Sebastião Caboto tenha entrado com um pedido de reedição da patente original conferida em 1496 a seu pai (Williamson, 1962, p. 126), provavelmente como meio de alegar possíveis direitos na época em que a coroa estabelecia essa nova política.

apropriação direta das práticas portuguesas pelos ingleses, haja vista seu início precoce na exploração oceânica¹⁴⁸.

Não possuímos nenhuma narrativa ou relatório das realizações do consórcio anglo-português que recebeu a patente real. Não obstante, assim como no caso de João Caboto, pequenas inferências documentais permitem afirmar que ao menos duas viagens foram realizadas entre 1501 e 1502 pelo grupo de João Fernandes. A primeira delas é um registro de pagamento no *Household Book* datado de 7 de janeiro de 1502: “Item to men of bristoll that founde thisle, Cs.” (Williamson, 1962, p. 127). Ainda que o nome dos agraciados pelos cem xelins não sejam explicitados, como o registro foi realizado no início de 1502, subentende-se que a partida daqueles que encontraram “a ilha” deve ter ocorrido em algum momento de 1501. Meses depois, a 30 de setembro, outro pagamento foi concedido “to the merchauntes of bristoll that have bene in the newe founde launde, xx li.” (Williamson, 1962, p. 127). Dado o grande intervalo entre os pagamentos, infere-se que seria outra expedição, mas não exclui a possibilidade dos pagamentos registrarem retornos assíncronicos de navios de uma mesma frota. Neste segundo caso, porém, é possível afirmar com maior segurança que os “mercadores de Bristol” a que o texto faz referência eram aqueles ligados a João Fernandes, uma vez que, poucos dias antes, em 26 de setembro, Henrique VII concedeu pensões anuais de dez libras a Francisco Fernandes (“ffraunceys ffermandus”) e João Gonsalves (“John Guidisalvus”) “in consideracion of the true service they have doon unto us, to oure singler pleasure, as Capitaignes into the newe founde lande” (Williamson, 1962, p. 249).

A próxima questão que naturalmente emerge dessas inferências é para onde essas viagens teriam se dirigido. Sobre isso, é possível tecer apenas hipóteses. Legalmente, a localidade atingida por João Caboto em 1497 estaria fora do alcance da patente concedida em 1501. A nomenclatura dos registros, “new found land” ou “new

¹⁴⁸ Tendo em vista que notícias de ilhas descobertas e perdidas eram comuns tanto entre ingleses quanto portugueses, o emprego de achar novamente ou recuperar pode denotar o sentido de “encontrar de novo” algo que já fora localizado anteriormente, mas se perdeu. Tal é o caso das menções à ilha Brasil e Sete Cidades, analisados no capítulo anterior, e que Ayala afirmava que os navegadores de Bristol tentavam relocalizar. Há relatos muito semelhantes entre os portugueses em suas explorações no litoral africano (ver Freitas, 1845). Por outro lado, Freitas (1845) menciona como bulas papais de meados do século XV concediam aos reis portugueses todas as conquistas na África e ilhas adjacentes. Ao fazer isso, o autor empregou os termos “novamente achadas” e “novamente conquistadas” de modo a se referir a terras achadas e conquistadas de modo novo, isto é, que não estavam descobertas ou conquistadas antes e passaram a estar, não implicando uma segunda descoberta ou segunda conquista. “Estes pontífices não só attribuem igualdade de direitos ao Rei, e ao Infante, nas terras novamente conquistadas, ou novamente descobertas, chamando a ambos igualmente verdadeiros senhores d’ellas [...]” (Freitas, 1845, p. 35).

found island”, é a mesma empregada para se referir às descobertas de Caboto, mas é, ao mesmo tempo, genérica o suficiente para se referir a qualquer outra localidade recém-localizada. Que o resultado das expedições agradou ao monarca fica expresso pelos pagamentos e pensões. Mas o que teriam conquistado? A hipótese mais aceita é que essas viagens sob comando de João Fernandes tenham se dirigido às latitudes setentrionais, próximas das atuais regiões de Terra Nova, Labrador e Groelândia. A maior evidência para isso reside no emprego do topônimo “Terra do Labrador” (e suas variantes) na cartografia até meados do século XVI. O nome, antes de batizar a atual província canadense, aparecia associado por vezes a uma ilha, por outra a uma península, que se acredita tratar-se da Groelândia.

É preciso considerar também que toda a hipótese é centrada na associação do nome “Lavrador” a João Fernandes. Uma corrente, bastante contestada por falta de suporte documental concretos¹⁴⁹, enxergou nessa relação o indício de descobrimentos de terras americanas setentrionais (tais como os atuais Canadá e Groelândia) por navegadores portugueses antes da primeira viagem de Colombo. Por conseguinte, segundo essa hipótese, ao se dirigir à Inglaterra, Fernandes estaria, na verdade, buscando recursos para retornar à terra previamente descoberta.¹⁵⁰ O que as evidências cartográficas conhecidas demonstram é que o nome Labrador começou a ser empregado somente por volta de 1503. Para entender essa atribuição, é preciso analisar, rapidamente, as representações cartográficas da Groelândia. Em inícios do século XVI, havia basicamente quatro possibilidades de situá-la nos mapas: como uma extensão oriental da Ásia; uma extensão ocidental da Ásia; uma extensão meridional de terras ao redor do polo; uma ilha. Com exceção da primeira possibilidade, todas as outras contêm, implicitamente, o pressuposto de uma passagem marítima a oeste da costa da Groelândia (Skelton, 1962, p. 312). Ou seja, a “natureza” daquela localidade influenciava diretamente projetos de navegação para ali se dirigissem, principalmente aqueles que buscavam uma possibilidade de atingir a Ásia por uma rota noroeste. Os primeiros mapas portugueses (ou elaborados a partir de protótipos lusitanos) a retratarem a região¹⁵¹ incorporaram as informações das expedições de Corte Real, e

¹⁴⁹ Ver Souza, 1946, p. 56-63 e Williamson, 1962, p. 115-117.

¹⁵⁰ Exemplo dessa tese pode ser encontrado em Garcia Redondo (1911, p. 33): “João Fernandes Lavrador, quando organizou a expedição, já sabia da existencia da terra que *ia achar* porque nella estivera com Pedro de Barcellos de janeiro a abril de 1492, e o fim de sua expedição com os negociantes de Bristol não era outro senão tomar posse da terra anteriormente achada.”

¹⁵¹ A exemplo do mapa de Cantino (1502).

projetaram a Groelândia como uma península, tradição que remonta a mapas do século XV.¹⁵²

Por sua vez, os mais antigos mapas italianos possuem uma Groelândia totalmente distinta. Mapas como King-Hamy (c.1503) e Kunstmann II (c.1506) a representaram como uma ilha alongada no sentido leste-oeste, identificada como “Terra Laboratoris” (e suas variantes). Nenhum mapa de autoria comprovadamente portuguesa apresenta esse formato insular, e o emprego do topônimo “Labrador” se iniciou tardiamente (somente a partir de Kunstmann IV, produzido c.1519). Logo, supõem-se esses mapas foram elaborados a partir de outro modelo, ou tendo por base informações distintas. A única exceção nessa série é o mapa de 1511 de Vesconte de Maggiolo (Mapa 3), no qual as terras setentrionais aparecem amalgamadas numa grande massa continental ártica que, por sua vez, se projeta como uma extensão do continente asiático. Em sua extremidade, se lê “Terra de corte reale de rey de portugall” e “terra de pescaria”. Um pouco mais à direita, Maggiolo situou a “Terra de Lavoradore de rey de portugall” e “Terra de los Ingres”. Ao que parece, o cartógrafo procurou efetuar uma síntese das duas tradições: na dúvida se seriam terras árticas ou asiáticas, sua projeção abarcou ambas as possibilidades. A duplicidade também é mantida quanto à atribuição das “descobertas”, identificando as descobertas inglesas e portuguesas como partes distintas de uma mesma massa terrestre. Além disso, segundo Raleigh Skelton (1962, p. 310) trata-se do único mapa do período a atribuir a “terra do Lavrador” ao rei português, passando depois aos ingleses em seu mapa de 1516.

¹⁵² Como o mapa-múndi de Ptolomeu publicado em Ulm em 1482.



Mapa 3. Detalhe do mapa de Vesconte de Maggiolo (1511). Africa, Asia, Europe, and the northeast extremity of the New World. Disponível em: <https://jcb.lunaimaging.com/luna/servlet/detail/JCBMAPS~1~1~6440~115902764:-Africa,-Asia,-Europe,-and-the-nort> acesso em: 23 abr. 2023. Nota-se como o cartógrafo representou contiguamente as terras setentrionais descobertas por portugueses (“Terra de cortereale de rey de portugall” e “Terra de lavoratore de rey de portugall”) e ingleses (“Terra de los Ingres”) (correspondentes a partes das atuais Groelândia e América do Norte), que por sua vez se conectam também à Ásia.

Skelton (1962) propôs que tanto o design quanto a nomenclatura derivam das viagens de Bristol a partir de 1501. Logo, segundo essa hipótese, as viagens que identificamos anteriormente teriam se dirigido à Groelândia e regiões circunvizinhas. Além disso, segundo o autor, em mapas posteriores, produzidos na Itália e Espanha, há legendas e nomenclaturas que reforçam não apenas a tese que as expedições de 1501 em diante se dirigiram à Groelândia, como relacionam o emprego do nome “Labrador” às viagens de João Fernandes sob bandeira inglesa.¹⁵³ A existência dessas duas “tradições”

¹⁵³ Maggiolo, 1516: Terra noua de pescaria inuenta de laboradore de re de anglitera tera frigida
 Kunstmann IV [P. Reinell], c. 1519: DOLAVRADOR terram istam portugalenses videriit a tame nom intravernt.
 Woljenbiitte[B [Ribeiro?], c. 1525: TIERA DEL LABRADOR laqual fue descubierta por los Yngleses dela uila de bristol e por q el q dio el lauiso della era labrador de las islas de los acares [Açores] le quido estenobre
 Ribeiro, 1529 (Vatican): TIERA DEL LABRADOR la qual descubrieron los Ingleses dauilla de bristol en la qual no allaron cosa de nehii provecho

cartográficas, aliada à movimentação diplomática¹⁵⁴ entre Portugal e Inglaterra no alvorecer do século XVI, como a embaixada de 1499 anteriormente mencionada, sugerem um esforço (ou até certa animosidade) entre ambas as monarquias na delimitação de áreas de influência e possessões nas regiões setentrionais (Williamson, 1962, p. 129), além do intrincado jogo geopolítico no qual navegação e cartografia faziam parte, atribuindo e registrando domínios e suprimindo outros.

O próximo desenvolvimento das atividades inglesas se deu com a emissão de uma terceira carta patente por Henrique VII, a 9 de dezembro de 1502, em nome dos açorianos João Gonsalves e Francisco Fernandes, e dos mercadores de Bristol Thomas Asshehurst e Hugh Elyot. O texto de 1502 permitia a seus detentores navegar a todas as partes do mundo para descobrir e tomar posse de territórios em nome do rei inglês, exceto aquelas que tivessem sido descobertas por Portugal ou quaisquer outros príncipes “amigos e confederados” e sob posse desses soberanos.¹⁵⁵ A menção explícita a Portugal, ausente nas patentes anteriores (cujo textos traziam apenas “príncipes cristãos”), pode ser uma consequência direta das missões diplomáticas elencadas anteriormente em dirimir qualquer conflito de soberania entre as monarquias, além de demonstrar a enorme importância e poderio lusitano na época.

A presença de três patentes significava a existência, ao menos em tese, de três grupos distintos operando (ou com possibilidades de operar) na Inglaterra naquele momento. Sugeriu-se que a intenção de Henrique VII seria efetuar uma fusão desses diversos grupos sob o texto da licença de 1502 (Williamson, 1962). Um indício seria a inclusão de Hugh Elyot junto a nomes agraciados em 1501. Sabe-se que Elyot era um

Ribeiro, 1529 (Weimar): Esta tierra descubrieron los Ingleses no ay en ella cosa de prouecho TIERRA DEL LABRADOR

Verrazano 1529: TERRA LABORATORIS questa terra fu discoperta da inghilesi (Skelton, 1962, p. 310-311).

¹⁵⁴ Além do registro da embaixada portuguesa de 1499, existem no *Household Book* diversos outros pagamentos a representantes portugueses entre 1501 e 1502. Cf. Williamson, 1962, p. 129.

¹⁵⁵ “Provided always that they in no wise occupy themselves with nor enter the lands, countries, regions or provinces of heathens or infidels first discovered by the subjects of our very dear brother and cousin the king of Portugal, or by the subjects of any other princes soever, our friends and confederates, and in possession of which these same princes now find themselves.” (Williamson, 1962, p. 251). Williamson interpretou a menção “em possessão” (*in possession*) como uma precoce manifestação do princípio da ocupação efetiva (“*doctrine of effective occupation*”) para reivindicação de domínio, o que permitiria aos ingleses ignorar tratados como Tordesilhas e reivindicações de posse sobre territórios descobertos, mas não ocupados. Em nosso entender, o autor presumiu “possessão” como “ocupação”, sendo que nem o texto da patente, nem outros do período, permitem uma associação tão clara e definitiva. Por exemplo, João Caboto tomou posse das terras descobertas em nome de Henrique VII simplesmente hasteando uma cruz e o estandarte real. Será que o monarca não reconheceria o território como sua possessão? Sobre práticas de reivindicações de posse na Inglaterra da Primeira Modernidade, ver Cañizares-Esguerra; Dixon, 2017.

mercador de Bristol, possivelmente um dos operadores da patente deixada por Caboto. Sua presença, portanto, permitiria ao grupo de 1502 operar tanto nas localidades eventualmente descobertas sob a patente de 1496 quanto a de 1501. Além disso, ao estipular que os titulares (ou seus herdeiros e cessionários) estavam obrigados a pagar os custos incorridos em equipar as viagens “de acordo com o valor de sua parte”, a licença levou à criação da *The Company Adventurers to the New Found Land*¹⁵⁶, algo até então inexistente nas atividades marítimas inglesas (Jones, 2006, p. 782). Os registros são muito escassos para mapear minimamente as atividades da companhia, mas se sabe que operou em Bristol até cerca de 1505, tendo realizado nesse período, direta ou indiretamente, ao menos três viagens: em 1503 à “Newfounded Island”, em 1504 à “new Island” e novamente à “Newfound Island” em 1505¹⁵⁷.

Por fim, o texto da patente pode incidir alguma luz sobre o objetivo dos associados da companhia. Por detalhar extensamente a respeito da regulação de monopólios, estabelecimento de colônias e medidas protetivas contra invasores, é possível inferir tanto o monarca quanto os titulares possuíam expectativas grandiosas da exploração das áreas à qual se dirigiam. Como o único resultado prático até aquele momento havia sido a exploração dos bancos de pesca da Terra Nova, é possível que estivessem a mirar potencialidades maiores, como os mercados orientais de especiarias, por exemplo, cerne das expedições de Caboto. A atração das distantes Cipango e Cathay não apenas estava viva, como ainda levaria muitos a desafiarem as intempéries setentrionais. Não obstante a importância que a pesca adquiriu para Portugal, Espanha, Inglaterra e França (especialmente para esses dois últimos ao longo do século XVI e XVII), sua área era tão extensa que tornava qualquer tentativa de monopólio impraticável. Por outro lado, a abundância permitia que seus navios explorassem a região sem grandes hostilidades¹⁵⁸.

¹⁵⁶ O termo “*adventure*” aparece também em nomes de outras Cias. do período exploradas neste trabalho. No século XIII, a palavra veiculava a ideia de ocorrência pelo acaso ou fortuna (“that which happens by chance, fortune, luck”). Por volta do século XIV, englobou a instância de “desafiar a sorte”, arriscar-se (“risk; danger; a trial of one's chances”) e empreendimento arriscado ou perigoso (“perilous undertaking”), sentido que condiz com as ações das companhias comerciais. Etimologias segundo Harper, Douglas. Etymology of adventure. **Online Etymology Dictionary**, <https://www.etymonline.com/word/adventure>. Acesso em 13 abr. 2023.

¹⁵⁷ Todas as menções se referem a registros de pagamentos do *Household Book*. A íntegra dos textos pode ser encontrada em Williamson, 1962, p. 134.

¹⁵⁸ Segundo Pettigrew e Manke (2018), a atividade pesqueira na Terra Nova constituiu um caso muito peculiar na expansão marítima europeia, pois constituiu uma “exploração multinacional” sem que nenhuma das nações participantes efetivamente reivindicassem soberania na região até o Tratado de Utrecht em 1713.

II. À sombra do pai? As primeiras viagens de Sebastião Caboto

Há um último elemento a ser inserido nessas expedições inglesas da primeira década do século XVI: trata-se de Sebastião Caboto (c.1480-1557). Sua participação nas navegações inglesas sob Henrique VII tem sido objeto de debate historiográfico há muito tempo. Até o século XIX, certa historiografia lhe atribuía, ao invés de seu pai, o “descobrimento inglês” da América do Norte (Dalton, 2016, p. 36). O rápido desaparecimento da memória de João Caboto da cena marítima inglesa, em grande medida devido à ausência de qualquer relato mais sistemático de suas realizações, pode ter contribuído para o nascimento dessa ambiguidade.¹⁵⁹ Somente quando vieram a público as cartas de Lorenzo Pasqualigo (em 1837), Raimondo de Soncino e Pedro de Ayala (na década de 1860) a historiografia foi capaz de atribuir a realização das viagens de 1497 e 1498 a João Caboto. O fato de Sebastião Caboto aparentemente nunca ter feito qualquer esforço para dirimir a falsa atribuição lhe valeu a fama de “usurpador” e “charlatão” por alguns historiadores¹⁶⁰ (Ruddock, 1974; Dalton, 2016). A pecha começou a ser reavaliada em finais do século XIX, com a publicação de uma declaração de Marcantonio Contarini¹⁶¹, proferida no senado de Veneza em 1536, na qual se afirmava que os navios sob comando de Sebastião Caboto retornaram à Inglaterra após a morte de Henrique VII, ocorrida em abril de 1509. Não seria possível, portanto, que a referida expedição dissesse respeito às realizadas por João Caboto, que àquela altura os historiadores já sabiam ter ocorrido entre 1497 e 1498. De todo modo, a partir dessa e outras evidências¹⁶², a historiografia passou a atribuir ao menos uma expedição a

¹⁵⁹ O processo de atribuição dos feitos de João Caboto a seu filho é detalhadamente explorado em Williamson, 1962, p. 95-101.

¹⁶⁰ Principalmente Henry HARRISSE. “Sebastian’s disregard of truth is maintained in his repeated explanations that his father was only a sort of itinerant merchant, who had come to England solely to sell his goods or engage in mercantile pursuits” (HARRISSE, 1896, p. 117).

¹⁶¹ Publicado pela primeira vez na *Raccolta Colombiana*, Parte III, vol. I, 1892, p. 137. Utilizamos aqui a versão publicada por Biggar (1911, p. 182): Sebastian Cabotto, figlio d'un Veneziano, quale andette in Inghilterra suso le Galie Venete con fantasia di cercar paesi, etc.

Note. Dice il Contarini, che il Cabotta: *ebbe do nave da Enrico Re de Anglia (Padre de Errico moderno, che e fatto Luterano, e peggio) e con 300. uomini navigo tanto che trovo il mar congelato*. Questo è il viaggio, di cui parlato abbiamo di sopra, fatto del 1496, per trovare il passaggio da un mare all' altro, e fin qui dice il vero. Segue lo stesso: *Onde convenne al Cabotto ritornarsene senza aver l'intento suo cum presuposito pero di ritornarsene a quella impresa a tempo die il mar non fosse congelato*: Nè anche qui c'è che opporre. Aggiungne: Trovo il Re morto, e il figlio curarsi poco di tale impresa.

¹⁶² Apresento, a seguir, uma compilação de todas as referências contidas nos levantamentos documentais realizados por HARRISSE (1896), WILLIAMSON (1962) e SKELTON (2003): Pedro Mártir de Anglería, *De orbe novo decades*. Alcalá, 1516 e Alcalá, 1530; Pedro Mártir de Anglería. *Summario della Generale Istoria dell' Indie Occidentali, Libro Primo dela Historia dell' Indie Occidentali*. Veneza, 1534; Despacho de Gaspar Contarini, de 31 de dezembro de 1522 (HARRISSE, 1896, p. 177-180); Despacho de Marcantonio Contarini de 1536 (*Raccolta Colombiana*, Parte III, vol. I, 1892, p. 137); Giovanni Battista Ramusio.

Sebastião Caboto durante o reinado de Henrique VII, provavelmente realizada entre 1508-1509, na qual teria adentrado a região da atual Baía de Hudson (Canadá).

De todo modo, qual seria o interesse naquelas paragens? A ideia mais aceita é a procura por uma passagem para a Ásia. Essa hipótese, contudo, somente é válida a partir da premissa que, por volta de 1509, sabia-se, ou se suspeitava, que as terras encontradas nas latitudes mais setentrionais não eram asiáticas e que, portanto, seria preciso contorná-las para se chegar às riquezas orientais (Williamson, 1962; Elton, 1997). A historiografia, em geral, atribui a Sebastião Caboto o início da procura pela “passagem Noroeste”¹⁶³, como ficaria conhecida a suposta rota marítima entre a América do Norte e a Ásia. Tal ideia, como dissemos, dependia de dois pressupostos básicos: a identidade não-asiática¹⁶⁴ das terras encontradas e a não-contiguidade entre Ásia e América do Norte. Conforme sugerido por Alan Day (2006), “passagem” implica a existência de um obstáculo a ser superado, seja “através” dele, pela existência de um canal, por exemplo, ou circum-navegando-o (como os portugueses haviam feito no Cabo da Boa Esperança). A nosso ver, essa proposição é válida por traçar uma diferença muito significativa entre as atividades até então realizadas. Apesar do objetivo ser idêntico, isto é, atingir a Ásia e as especiarias, não havia propriamente a “consciência” de algum obstáculo a ser atravessado: João Caboto, por exemplo, não esperava nem pretendia encontrar passagem alguma, uma vez que em seu universo geográfico havia

Primo Volume delle Navigazioni et Viaggi. Veneza, 1550; Francisco López de Gómara. *La historia general de las Indias*. Saragossa, 1552. Richard Eden. *The Decades of the newe worlde or west India*. London, 1555. Giovanni Battista Ramusio. *Terzo volume della navigazioni et viaggi*. Veneza, 1556; Andre Thevet. *Les Singularitez de la France Antarctique, autrement nome Amerique*. Paris, 1558; Jean Ribault. *The whole and true discovery of Terra Florida*. London, 1563; Antonio Galvão. *Tratado*. Lisboa, 1563; Humphrey Gilbert. *A discourse of a discoverie for a new passage to Cataia*. London, 1576; Richard Willes. *The history of travayle in the West and East Indies*. London, 1577; George Beste, *A true discourse of the late voyages of discoverie*. London, 1578; Urbain Chauveton. *Histoire nouvelle du nouveau monde*. Geneva, 1579; Richard Hakluyt. *Divers Voyages*. London, 1582.

¹⁶³ A “Passagem Noroeste” consiste, nos termos atuais, à rota marítima que liga o Atlântico Norte ao Pacífico Norte, estendendo-se de Baffin Bay, no Canadá, até o Estreito de Bering, entre Alasca e Sibéria, passando pelo arquipélago ártico canadense (Day, 2006, p. xxxiii-xxxiv). Uma cronologia de todas as expedições, do século XV ao XX, é encontrada em Day, 2006, p. xvii-xxxii. Para além do período abarcado neste trabalho, tentativas de atravessar as regiões setentrionais prosseguiram intermitentemente até o século XX. Atribui-se, ainda que com debates, à expedição de Robert McClure, realizada entre 1850-1854, a primeira travessia da passagem Noroeste, numa combinação de percursos marítimos e terrestres (empregando trenós). Entre 1903-1906, num pequeno navio com 6 tripulantes, o navegador norueguês Roald Amundsen realizou a primeira travessia inteiramente marítima entre o Atlântico e o Pacífico pelo Ártico. No entanto, a despeito das projeções dos propagandistas no século XVI, a rota nunca foi comercialmente viável, dada a dificuldade causada pelos bloqueios do gelo. A primeira viagem comercial só foi realizada em 1969, pelo navio estadunidense *SS Manhattan*, com apoio de outros quatro navios quebra-gelo dos EUA e Canadá.

¹⁶⁴ É preciso salientar que não ser asiática não implicou, num primeiro momento, ser americana, pois, como vimos, havia hipóteses que não conectavam as terras do que viria a ser a América do Norte ao restante do continente.

apenas o oceano e ilhas entre a Inglaterra e seu destino. De modo semelhante, Colombo não pressupunha nenhuma “barreira” em seu empreendimento de navegação para a Ásia. Ainda que concordemos com a questão de fundo, isto é, a procura por uma passagem atrelada à ideia de superar a barreira imposta por uma “nova terra”, nossa análise procurará demonstrar que essas identificações não se deram linearmente e de forma progressiva.

Até meados do século XX, contudo, havia certo ceticismo na atribuição a Sebastião Caboto de uma viagem a regiões do que seria a América do Norte. Mesmo que àquela altura a “confusão” entre pai e filho estivesse dirimida, as pesquisas nos arquivos ingleses não retornavam qualquer evidência documental que ligasse Caboto filho às atividades inglesas de finais do XV e inícios do XVI. Ao contrário, as patentes, bem como os registros alfandegários e do erário real mostravam apenas as ações do consórcio anglo-português, sem menção alguma ao navegador. Em 1922, contudo, A. P. Newton publicou a primeira pista das atividades Sebastião Caboto em terras inglesas. Tratava-se de um memorando da concessão de uma pensão anual de dez libras autorizada por Henrique VII em 3 abril de 1505, em consideração ao diligente serviço prestado pelo veneziano.

[...] in consideracion of the diligent service and attendaunce that our well beloved Sebastian Caboot Venycian hath doon unto us in and aboute the same, to content and paye unto hym an annuytie of ten pounds sterlings to be taken and yerely percyved during our pleasure by the hands of our said customers & collectours in our said poort [...] (Newton, 1922, p. 564-565, apud Williamson, 1962, p. 265).

O texto, embora evidenciasse a presença de Sebastião Caboto em Bristol, não mencionava nenhuma viagem. Alwyn Ruddock, décadas depois, revisitou a questão e descobriu que, na verdade, o documento publicado era uma cópia “imperfeita” do mandado de pagamento da pensão. A autora sugeriu que, em algum momento do percurso entre a secretaria real, passando pelo erário até sua entrada final no rolo de memorandos, alguém omitiu passagens do texto original. Ruddock foi capaz de localizar outra cópia do mandado, enviada aos oficiais da alfândega de Bristol, responsáveis pela realização do pagamento da anuidade, na qual se lê que concessão foi feita

in consideracion of the diligent servuice and attendaunce that oure welbeloued Sebastian Caboot, Venician, hath doon vnto vs in and aboute the fyndynge of the newe founde landes to oure full good pleasur and for that he shall doo hereafter in and aboute the same (Ruddock, 1974, p. 97).

Estabeleceu-se, portanto, que a pensão estava atrelada à participação direta de Sebastião Caboto em alguma viagem anterior a 1505. Ruddock propôs que a viagem em questão seria a de 1504¹⁶⁵, já mencionada anteriormente, composta pelos navios *Jesus* e *Gabriel*, ambos de Bristol e provisionados por Robert Thorne, o velho, e Hugh Elyot, mercadores e parceiros de negócios há mais de duas décadas na ocasião. Esse último, importante lembrar, era um dos detentores dos direitos da patente de 1502. Se Caboto efetivamente participou de expedições organizadas pelos acionistas da *The Company Adventurers to the New Found Land*, reforça-se a tese de Williamson que a patente cumpria a função de “unificar” as duas anteriores. Ainda segundo a hipótese de Ruddock, o papel do veneziano teria sido o de navegador, encarregado de mapear as áreas exploradas durante a viagem, o que condiz com as atividades desenvolvidas posteriormente por Sebastião Caboto na Espanha. Por fim, para autora, esse documento também atestaria a existência de duas viagens distintas, uma em 1504 e outra em 1508-1509¹⁶⁶. Infelizmente, Ruddock se absteve de aprofundar a comprovação de sua hipótese, alegando possuir maiores detalhes que seriam apresentados em seu futuro livro, o que infelizmente nunca se cumpriu.

Em nossa opinião, as hipóteses apresentadas se mostram, de fato, verossímeis. Não obstante, permanecem como hipóteses, e futuras pesquisas nos arquivos ingleses poderiam revelar maiores detalhes desse processo. Gostaríamos de acrescentar que, no estado atual do conhecimento que possuímos, o documento apresentado por Ruddock, tomado individualmente, é insuficiente para sanar a série de inconsistências contidas nos relatos sobre Sebastião Caboto. Por exemplo, não há evidência documental que mostre qualquer tipo de envolvimento de Henrique VII na suposta expedição de 1508-1509 (o que comprovaria a hipótese de serem duas viagens distintas). Quando o monarca fez algo similar ao que Ruddock sugeriu, equipando um navio para a expedição de João Caboto de 1498, os registros apontaram. A natureza lacunar dos registros de Bristol (e dos ingleses em geral) para o período certamente pesam e devem

¹⁶⁵ Os registros de Bristol mencionam apenas o retorno da expedição, ocorrido entre Michaelmas (Festa dos Santos Miguel, Gabriel e Rafael ou Festa dos Arcanjos, celebrada em 29 de setembro) e 12 de dezembro de 1504, trazendo carregamento de peixes da “*Newe Found Iland*” (Ruddock, 1974, p. 98)

¹⁶⁶ “The document [...] below explains many of the apparent contradictions found in contemporary writings about Sebastian Cabot, for it shows he made two separate voyages of exploration under the English flag in the reign of Henry VII. The suspicious discrepancies in Sebastian’s story largely disappear when it is evident that he was speaking to different people at different times about two entirely different voyages he had made in high latitudes in the North-West Atlantic. One took place in 1504, the other in 1508-9; each attained to a different degree of latitude; one turned back in June, the other in July; one was made in ships of Bristol merchants, the other in ships provided by the king” (Ruddock, 1974, p. 96).

ser consideradas antes de se eliminar qualquer hipótese. É possível que, assim como outras alegações “revolucionárias” de Ruddock, essas também estivessem pautadas em evidências documentais não publicadas.

Ainda que parem essas incógnitas sobre o período inicial de suas atividades, Sebastião Caboto teve carreira bastante longa e relativamente bem documentada se comparada à do pai. Entre 1512 e 1513, colocou-se a serviço da monarquia espanhola¹⁶⁷. A razão para essa mudança, conjectura-se, teria sido a impossibilidade, segundo seu juízo, de contar com futuros apoios na Inglaterra (Williamson, 1962, p. 146-147), haja visto o relatório de Contarini supracitado, segundo qual o jovem Henrique VIII não demonstrou o mesmo entusiasmo pelo empreendimento¹⁶⁸. Na Espanha, após ter suas expectativas de liderar uma expedição frustradas em 1516¹⁶⁹, possivelmente em razão da morte de Fernando em janeiro daquele ano, Caboto foi nomeado “Piloto Mayor” em 1518 por Carlos V, em substituição a Juan Díaz de Solís. Não obstante sua fama de navegador experimentado, nos trinta e seis anos em que permaneceu servindo a monarquia espanhola, Sebastião Caboto realizou apenas uma viagem, entre 1526-1530, na qual explorou a bacia platina. A maior parte de seu trabalho nesse período requereu sua expertise em cartografia e cosmografia, geralmente em questões relativas à produção de mapas (atualizando e revisando o *padrón real*, por exemplo) e cálculo de longitudes¹⁷⁰ (Skelton, 2003). Esse trabalho colocou Caboto frequentemente em contato, e por vezes em conflito, com outros pilotos e cosmógrafos da Casa de Contratação, além de indivíduos interessados em coletar, registrar e difundir informações relativas aos descobrimentos e as novas terras. Por essa razão, ao longo do século XVI, seu nome circulou em obras publicadas na Espanha, Inglaterra, França e Suíça.

¹⁶⁷ No outono de 1512, Sebastião Caboto estava na Espanha juntamente com forças inglesas lideradas pelo Marquês de Dorset, as quais, em aliança com o rei Fernando, visavam invadir a França. Aproveitando a proximidade com elementos do governo espanhol que a ocasião proporcionou, Caboto recebeu autorização para se transferir ao serviço espanhol de seu comandante imediato, de Lorde Willoughby. Pelos próximos trinta e seis anos, Sebastião Caboto teve a Espanha como residência, com eventuais visitas à Inglaterra.

¹⁶⁸ Segundo comentário de Marcantonio Contarini, de 1536, ao retornar à Inglaterra, Caboto “Trovo il Re morto, e il figlio curarsi poco di tale impresa” (Biggar, 1911, p. 182).

¹⁶⁹ Pedro Mártir de Anglería registrou que era aguardada com grande expectativa uma viagem para “março do próximo ano, 1516” (cf. Anghiera, 1516, n.p.).

¹⁷⁰ Segundo Skelton (2003), Sebastião Caboto propôs métodos para calcular a longitude a partir da variação magnética e da declinação solar.

III. Anglería lendo Caboto: razão e experiência na lógica das correntes oceânicas e na configuração continental

O primeiro desses relatos foi publicado em 1516 nas *Décadas do Novo Mundo* (*De novo ordo decades*, no original) do humanista Pedro Mártir de Anglería (1456-1526). As informações teriam sido coletadas diretamente do navegador, quem, segundo consta, era muito próximo de Anglería, frequentando sua casa regularmente¹⁷¹. O relato do navegador foi inserido em um momento muito particular da terceira Década, na qual o humanista se propôs a filosofar a respeito das causas dos “segredos da natureza”, empregando para isso a cosmografia¹⁷². Sigamos seu raciocínio. Os testemunhos oriundos das navegações eram unânimes em afirmar que as águas próximas ao continente americano, tal como torrentes descendo a encosta de uma montanha, corriam sempre em direção ao Oeste. Não obstante a informação proceder de observações diretas (poder-se-ia dizer a partir da experiência), ela impôs ao humanista uma dúvida: para onde se encaminhariam essas águas que, num perpétuo movimento circular no sentido Leste-Oeste, se elas nunca retornavam ao seu lugar de origem? Temos aqui algo fundamental sobre o emprego e o lugar da experiência na construção do conhecimento: Anglería concebia que o fenômeno observado, o “dato empírico”, não valia por si só, ou antes, para explicá-lo, era epistemologicamente necessária a presença de outras instâncias.

Se as águas correm sempre num mesmo sentido, como é possível que o lado ocidental não se esvazie, e o oriental, por sua vez, transborde? As águas seriam tragadas para o centro da Terra? Em assim sendo, quão grande deveria ser o reservatório para armazená-las? Para esse “segredo da Natureza”, os exploradores foram incapazes de fornecer qualquer explicação. Por isso, segundo o humanista, impunha-se a necessidade de “filosofar” a respeito. Aqui se denota a vinculação do pensamento de Anglería a matrizes do pensamento filosófico clássico, particularmente aristotélicas, segundo as quais explicar um fenômeno implica conhecer suas causas. Nesse sentido, os exploradores eram incapazes de explicar o fenômeno com que se deparavam por possuírem apenas a experiência, advinda dos sentidos, que sem dúvida era fundamental, mas não bastava para chegar à explicação, isto é, à causa. Nesse sentido, é possível

¹⁷¹ Cf. Anghiera, 1516, n.p.

¹⁷² No sexto livro da terceira Década. “Hic philosophandum est parumper beatissime pater & cosmographia digrediendum ad naturae archanorum causas” (Anghiera, 1516, n.p.).

entender o recurso à autoridade não apenas como uma questão de “conteúdo” (no sentido de usar informações ou opiniões de autores consagrados), mas também de “forma” (modo de pensar e proceder).

Essa linha argumentativa, recorrente em outras fontes analisadas neste capítulo e nos demais, expõe a necessidade de articulações entre dados da observação empírica com a reflexão racional ou, nos termos de Anglería, “filosófica” (tomada em outros autores por reflexão especulativa ou conjectural, conforme veremos oportunamente). O que, em última instância, também demandava *experiência*, não no sentido de observação ou testemunho, mas como expertise, familiaridade e domínio de certo campo ou atividade, adquirida pela prática recorrente: o indivíduo capaz de lidar com autores, suas obras e suas hipóteses, com as ferramentas da razão, era alguém “experimentado” no saber, da mesma forma que um navegador experimentado dominava a “arte da navegação”. Insista-se: é preciso, segundo Anglería, integrar esses dados numa cadeia de causas e efeitos racionalmente fundamentadas, conforme o humanista se dispôs a fazer.

Essa proposição da necessária articulação entre obtenção de dados empíricos e a “reflexão filosófica” sobre eles levou uma série de autores do período a proporem o “tipo ideal” de navegador: aquele capaz dominar ambas as “artes”, a da navegação e da “ciência” (em outras palavras, das *autoridades* que forneciam as bases dessa erudição). Podemos citar, como exemplo de argumentação semelhante, Giovanni Battista Ramusio, analisado logo a seguir, e Richard Willes, que em sua *The history of trauayle in the West and East Indies* de 1577, não apenas retomou as mesmas bases de Anglería¹⁷³ como fundamentou parte de sua argumentação na figura de Sebastião Caboto. Não existe, conforme demonstramos, a escolha de uma instância em detrimento de outra, mas a consciência de uma inextrincável relação entre elas.

Na sequência, o humanista avaliou as hipóteses disponíveis para a explicação do fenômeno. Segundo Anglería, alguns conjecturavam a existência de um “mar fechado”, que se estenderia do golfo localizado atrás de Cuba em direção ao Norte de maneira ininterrupta até alcançar as terras situadas sob o círculo polar, banhadas pelo

¹⁷³ Haja vista a obra de Willes ser, em partes, uma compilação de obras relativas às partes do mundo. Ver Capítulo 7 desta tese. A seção dedicada à América consiste na tradução ao inglês das Décadas de Anglería, entre outros autores.

mar glacial.¹⁷⁴ Deste modo, ao se chocarem com a barreira formada pela massa continental fechada, as águas seriam forçadas a um movimento circular, da mesma forma que se formavam redemoinhos em rios quando esses atingiam a margem oposta. Por outro lado, havia quem postulasse a existência de um grande estreito na extremidade do golfo a oeste de Cuba, que permitiria a condução das águas de volta ao leste. Qual estaria correta? Eis aí importância de Sebastião Caboto para o humanista italiano: Anglería poderia se valer das observações em primeira mão para balizar suas conjecturas a respeito das causas daquele “segredo da natureza”, descartando a primeira hipótese, a do mar fechado, por não estar de acordo com os fenômenos observados tanto por Caboto quanto pelos castelhanos em suas navegações.¹⁷⁵ Desta forma, ao submeter os dados observados ao escrutínio da razão, era possível alcançar hipóteses para a causa do fenômeno. Por sua vez, a hipótese construída a partir de elementos observados precisava ser “testada”. Ainda que não seja mencionada explicitamente, Anglería trabalhou com conceitos de experiência, seja como observação, seja como avaliação, teste ou prova (no sentido de “experimentar” uma hipótese). Esse exercício, no qual a experiência cumpre papel fundamental, seguia, em linhas gerais, princípios da filosofia aristotélica

As conclusões de Anglería nos permitem algumas considerações acerca do lugar da experiência em seu pensamento. Dado que Caboto verificou, ao norte, a existência das mesmas correntes que os castelhanos haviam observado ao sul, a existência de uma passagem para as águas não era apenas uma probabilidade, mas uma necessidade segundo as leis da natureza¹⁷⁶. Essa conclusão adveio, como fica claro, da observação direta, mas não se resumiu a ela. Por sua vez, a especulação, desligada da experiência, também não se sustentou isoladamente. A constatação da existência do estreito, a partir de inferências e induções lógicas, não prescindia de observações, mas

¹⁷⁴ “Volunt non nulli clausum ee sinum illum magnae telluris: teudereq ad septentrionem a tergo cubae ita ut septentrionales terras quas glaciale circusept mare sub arcto complectatur sintq universa littora illa contigua: unde credunt eas aquas obiectu magnae telluris circumagi” (Anghiera, 1516, n.p).

¹⁷⁵ “Is ea littora percurrrens quae bacallaos appellauit: eosde se reperisse aquarum sed lenes delapsus ad occidentem ait: quos castellani meridionales suas regiones ad navigantes in veniunt ergo non modo verisimilius: sed necessario concludendu est: vastos inter utraq ignotam hactenus tellurem iacere hyatus: qui uiam prebeat aquis ab oriente cadentibus in occidentem: quas arbitrator impulsu coelorum circulariter agi ingirum circa terrae globum: non autem demogorgone anelante uomi absorberiq ut no nulli senserunt: quod influxu & refluxu forsan assentire daretur” (Anghiera, 1516, n.p).

¹⁷⁶ Vale ressaltar que esse fenômeno das correntes se manteve como uma das principais evidências nas argumentações favoráveis à existência da passagem para além do recorte temporal aqui proposto. Apenas para citar um exemplo, em 1613, Thomas Harriot apresentou *Three reasons to prove that there is a passage frõ the northwest into the south sea* (cf. Thomas Rundall, 1849, p. 90-91), todas elas a partir de observações do movimento das correntes marítimas feitas por navegadores naqueles locais.

também não era preciso ver diretamente o estreito para saber de sua existência. Conforme demonstraremos nos capítulos a seguir, as argumentações em favor da passagem noroeste foram pautadas em fundamentos muito similares.

Ao firmar a primazia da experiência para balizar sua própria explicação e refutar as demais, a argumentação do humanista parece confirmar as hipóteses anteriormente discutidas na introdução segundo as quais a Primeira Modernidade assistiu ao nascimento de “una nueva sensibilidad, regida por la razón y la experiencia [...] una diferente teoría del conocimiento que fluctúa desde las ideas *a priori* a lo empírico, haciendo de la experiencia personal el más fiable criterio de autoridad” (González Sánchez, 2017, p. 25-26). De fato, comprovamos haver em Anglería, assim como demonstraremos haver também em outras fontes do período, uma clara fundamentação na experiência. A proposta, no entanto, é “nova”? Em seus pressupostos básicos, não. Que dados empíricos devem preceder à formulação teórica e à explicação causal é, na verdade, um princípio aristotélico. Segundo Jonathan Barnes (2000, p.115), a construção de uma ciência axiomática dependia, em Aristóteles, da presença de “fatos verdadeiros” sobre a causa a que se quer alcançar. Isso não significa, contudo, o estabelecimento de uma hegemonia absoluta da empiria, pois, conforme argumentado anteriormente, não há “dato objetivo puro”: a teoria, ainda segundo o pensamento aristotélico, deveria, em alguma medida, orientar a coleta dos “fatos”, uma vez que acúmulo indisciplinado de dados era considerado um exercício “não-científico” tanto por filósofos antigos quanto modernos, uma vez que não há “fatos puros” livres de qualquer inserção em determinada teoria.

É praticamente lugar-comum afirmar que a noção de método científico moderno se baseia no empiricismo, isto é, que a abstração teórica deve partir ou subordinar-se às evidências factuais. Para Barnes (2000, p. 137), no entanto, o que não é tão comum é o reconhecimento que esse método deriva, essencialmente, do pensamento aristotélico. Para o autor, esse afastamento se deu pela atuação de Francis Bacon e John Locke, mais famosos críticos de Aristóteles e ferrenhos empiristas que acreditaram romper com a tradição aristotélica em seus trabalhos. Barnes, contudo, sugeriu que essa visão decorreu de leituras enviesadas e superficiais das obras do filósofo (Barnes, 2000, p. 137).

Aqui nos distanciamos de algumas interpretações historiográficas, como a de Alan Day (2006), que viram na longa sucessão de expedições a busca por algo existente apenas na imaginação de navegadores e cosmógrafos, uma “quimera” resultante de

equivocos geográficos e desejos por riquezas orientais. Day (2006, p. xxxv) empregou o argumento geralmente utilizado para explicar a gênese e a permanência dessa “ilusão”: o legado geográfico medieval. Em outras palavras, a força da autoridade que teria perpetuado crenças errôneas sobre a realidade física do planeta. Para o autor, a “teoria do equilíbrio”, defendida por geógrafos antigos e medievais, foi a principal responsável por criar e sustentar a crença na passagem noroeste, segundo a qual a existência de um elemento em um hemisfério implicaria a existência de outro similar no hemisfério oposto. Especialmente depois da viagem de Magalhães, Day sugeriu que a localização de uma passagem ao sul do continente americano demonstraria, pela teoria do equilíbrio, uma passagem semelhante no hemisfério setentrional. Em outras palavras, a passagem foi “imaginada” a partir de uma especulação desprovida de fundamentos da experiência. No entanto, a hipótese que essa “teoria do equilíbrio” estivesse na base dos preceitos geográficos da Antiguidade até a Idade Moderna, assim como na especulação sobre localidades desconhecidas do mundo, foi amplamente criticada por autores como Stallard (2016)¹⁷⁷. Em segundo lugar, demonstraremos que absolutamente nenhum dos autores por nós analisados a seguir empregou algo próximo à tese do equilíbrio ao defenderem a existência da passagem noroeste. Pelo contrário: tal qual Anglería, todos pautaram suas afirmações nos marcos epistemológicos disponíveis e a partir dados da experiência, sem sequer mencionar lógicas de antípodas ou, mais diretamente, o Estreito de Magalhães.

Outro elemento que destacamos na argumentação de Anglería e que vimos discutindo ao longo deste trabalho diz respeito à construção e inserção do continente americano na “imagem do mundo”. Conforme temos demonstrado, tratou-se de um processo lento e não-linear, com diversas hipóteses em disputa. Tal situação também foi ilustrada por Giovanni Battista Ramusio ao discutir a viagem de Sebastião Caboto, particularmente no terceiro volume de sua obra *Navigazioni et viaggi*, publicado em Veneza em 1556.¹⁷⁸

¹⁷⁷ “[...] throughout antiquity and the Middle Ages no scholar had need for, and no scholar expressed, theories of symmetry or equipoisure [i.e. hemispheric balance]. [...] How or why modern historians came to believe that ideas of symmetry and balance drove this conjecture is not clear. From the first century BC the concept of a quadripartite cosmography is evident (that is, a landmass in each of the four quadrants of the globe). Perhaps the symmetrical agreement of this cosmography led historians to mistakenly assume that a commitment to symmetry was the actuating factor behind quadripartite cosmographies—thus misplacing effect as cause” (Stallard, 2016, p. 6).

¹⁷⁸ Ramusio já havia inserido as viagens de Sebastião Caboto no primeiro volume da obra, de 1550. Na historiografia, esse relato é conhecido como “discurso do cavaleiro mantuano”, em virtude de Ramusio alegar ter recebido as informações de um filósofo e matemático mantuano, cujo nome omitiu-se “por respeito”, que por sua vez colheira o relato diretamente de Sebastião Caboto na Espanha.

[...] Capitan Francefe, cõ le due nauigationi del Capitan Jacques Carthier, ilqual nauigò alla terra pofta fotto la Tramõtana gradi 50. detta la Nuoua Francia: delle quali fin' hora non fiamo chiari, s' ella fia cõgionta cõ la terra ferma della prouincia della Florida, & della Nuoua Spagna, ouero s' ella fia diuifa tutta in Ifole: & fe p quella parte fi poffa andare alla prouincia del Cataio, come mi fu fcritto, già molti anni fono, dal Sig. Sebaftian Gabotto noftro Vinitiano, huomo di grand' efperienza, & raro nell' arte del nauigare, & nella fcienza di cofmografia: ilqual hauea nauicato difopra di quefta terra della Nuoua Francia à fpefe già del Rè Henrico VII. d' Inghilterra, & mi diceua, come effendo egli andato lungamete alla volta di ponente & quarta di Maeftro, dietro quefte Ifole, pofte lugo la detta terra fino a gradi 67 e mezo, fotto il noftro polo, a' 12 di Giugno, & trouandofi il mare aperto, & fenza impedimento alcuno, penfaua fermamente per quella via di poter paffar alla volta del Cataio Orientale [...] (Ramusio, 1606, p. 11).

No excerto, observamos que após quarenta anos da publicação das Décadas de Anglería, questões a respeito da natureza contigua ou “insular” nas regiões setentrionais da América não havia recebido confirmação definitiva. Seria a Nova França (grosso modo, atual Canadá) parte da mesma massa de terras que Nova Espanha e Flórida, ou seria ela separada em ilhas e arquipélagos? Percebe-se como ainda em meados do século XVI a “identidade” das terras que compõem a América, a do Norte em particular, não estavam plenamente consolidadas.

De toda forma, experiência no campo “prático” da navegação, bem como no “especulativo” da cosmografia (a partir do qual Anglería se propôs a “filosofar”), forneciam as chaves para elaboração de hipóteses que, em última instância, habilitavam projetos de navegação. Tanto melhor se ambas estivessem conjugadas em uma mesma pessoa, como no alegado caso de Sebastião Caboto, de quem Ramusio afirmava ter recebido as informações transcritas acima. A *auctoritas* da fonte, portanto, não se baseava somente no fato de possuir experiência direta, ainda que esta fosse um elemento central. A procura pela passagem, portanto, sustentava-se não apenas no resultado econômico¹⁷⁹ que sua descoberta possibilitaria, permitindo emular as realizações

¹⁷⁹ Como se extrai dos excertos a seguir, respectivamente, de Francisco López de Gómara, em sua *Historia general de las Indias*, de 1552, e André Thevet, nas *Singularidades da França Antártica*, de 1558:

“Quien más noticia trajo de esta tierra fue Sebastián Gaboto, veneciano; el cual armó dos navíos en Inglaterra do tratava desde pequeno, a costa del rey Enrique VII, que deseaba contratar en la Especiería, como hacía el rey de Portugal. Otros dicen que a su costa, y que prometió al rey Enrique de ir por el norte al Catayo y traer de allá especias en menos tiempo que portugueses por el sur” (López de Gómara, 1979, p. 57-58).

“A terra do Bacalhau foi descoberta pelo inglês Sebastião Caboto, o qual persuadiu ao rei da Inglaterra, de nome Henrique VII, ser facil attingir Catay pelo norte e, assim, adquirir as especiarias e outras riquezas, do mesmo modo como o monarcha português as vae buscar nas Indias. Caboto tambem propôs

portuguesas no trato das especiarias, mas também pela certificação oferecida pelas “leis da natureza” (o conhecimento das causas na teoria aristotélica), que, por sua vez, tanto davam sentido aos dados da experiência quanto eram construídas por meio da indução racional dessas experiências.

IV. Robert Thorne e a busca pela fonte das especiarias

Existe, de modo geral, a percepção historiográfica de um acentuado declínio das atividades marítimas inglesas após o ímpeto iniciado em torno de Bristol. Para alguns historiadores, foi o “impacto embotado”, na expressão de John Elliott (1976), dos descobrimentos entre os ingleses. Para outros, como Elton (1997), os poucos indivíduos que se interessaram por essas atividades na Inglaterra não conseguiram compartilhar com seus conterrâneos o mesmo espírito que levava os espanhóis, no mesmo período, a dominarem largas porções da América. Posição semelhante também foi defendida por Kenneth Andrews (1984), segundo o qual os anos compreendidos entre 1509 e 1550 (entre o início do reinado de Henrique VIII e o de Elizabeth I, portanto) contrastaram fortemente com os anteriores, quando pouco se desenvolveu além da pesca nos bancos da Terra Nova. Segundo o autor, no alvorecer do século XVI, as iniciativas de Bristol haviam declinado perceptivelmente, sendo que as poucas expedições registradas no período¹⁸⁰ foram realizadas com o apoio de oficiais e círculos da Corte em Londres. A explicação estaria na falta de resultados práticos das navegações até então realizadas, desestimulando a monarquia e outros investidores a continuarem promovendo tais projetos. Na visão de Andrews (1984), os mercadores londrinos, principais agentes do comércio e do capital naquele momento, teriam mantido uma posição bastante cética em relação a esses empreendimentos, uma vez que as novas terras, apesar das expectativas de amplas riquezas, não ofereciam perspectivas de ganhos imediatos.

Pela mesma razão, projetos que visavam o estabelecimento de contato direto com o Oriente não teriam recebido atenção por se tratar de prospectos muito arriscados,

uma viagem ao Perú e à América, afim de povoar essas regiões com gente nova e lá estabelecer uma outra Inglaterra” (Thevet, 1944, p. 431).

¹⁸⁰ Andrews (1984) mapeou ao menos três expedições que tiveram como alvo a procura por rotas ocidentais para a Ásia ou a exploração das novas terras descobertas no ocidente: o projeto de John Rastell de 1517, nunca efetivado por complicações na organização e desavenças com os capitães dos navios; a viagem de John Rutt, de 1527, que contou com suporte da Coroa, mas acabou se desviando para o sul, atingindo o Caribe; e, por fim, a de Robert Hore, de 1536, para Newfoundland, também com apoio de Henrique VIII.

cujas realizações dependiam de pesados investimentos de longo prazo. Em síntese, para Andrews (1984), enquanto o comércio com o continente europeu se manteve próspero, tais projetos permaneceram em segundo plano na agenda das grandes companhias de comércio e dos grandes mercadores, especialmente os londrinos. A exportação de tecidos (sobretudo a de lã), escoada principalmente pela conexão entre Londres e Antuérpia, era um dos pilares da economia inglesa, atraindo majoritariamente a comunidade mercantil londrina (Andrews, 1984; Appleby, 1998). Diferentemente de Andrews, autores como John Appleby (1998) e Nicholas Canny (1998a) propuseram que o “fracasso inglês” em impingir um desenvolvimento sistemático à expansão marítima residiu fundamentalmente no “descaso” estatal. A fragilidade da monarquia Tudor entre Eduardo VI e Elizabeth I explicaria a “negligência” com a expansão marítima. Não obstante, no caso das companhias comerciais, Canny (1998a) ponderou, assim como Andrews (1984), que o acesso às rotas previamente conhecidas e o crescimento dos saques e carregamentos de navios de outros reinos satisfaziam os desejos do mercado inglês por produtos de outras partes do mundo, limitando a busca por rotas diretas a mercados distantes. Não obstante a diferença de pesos conferidos a um ou outro fator, o conjunto de autores acima mencionados tendem a concordar que somente a partir da crise que se abateu sobre o comércio de tecidos, em meados do século XVI, é que grandes companhias, como a londrina *Merchants Adventurers*, começaram a se engajar de fato na procura por mercados e rotas alternativos.

A nosso ver, tais considerações ajudam a esclarecer por que, ao longo do século XVI, a perspectiva da localização de uma rota que concretizasse aquela que parece ter sido a ambição inicial de João Caboto adquirisse uma frequência intermitente, ainda que nunca tenha desaparecido completamente. A organização de empreendimentos determinados a encontrar a passagem noroeste tomou a forma de uma sequência de abandonos e recomeços, dinâmica assistemática presente na própria expansão marítima e colonial inglesa, segundo interpretação de autores como Adriana Craciun (2016). A tendência a enxergar o desenvolvimento da expansão marítima inglesa, de modo geral, e suas explorações setentrionais, em particular, como uma sequência lógica, linear, consciente e progressiva se deveu à maneira que a historiografia dos séculos XIX e XX concatenou eventos e indivíduos a partir dos trabalhos de homens como Richard Hakluyt e Samuel Purchas. No entanto, suas compilações de relatos, ensaios, narrativas e tratados foram estruturadas com o objetivo de promover, legitimar e consolidar uma história inglesa de expansão e império

marítimos. Nesse sentido, eventos que, à época de suas realizações, eram em grande medida isolados e assistemáticos, emergiram nessas obras como elementos de uma metanarrativa do poderio naval inglês e seu “destino manifesto”, criando uma história monumental da expansão inglesa (Craciun, 2016, p. 21-22).

Estudos mais recentes têm demonstrado como, ao se observar as fontes provenientes do início da Primeira Modernidade, não é possível identificar um conjunto coerente de intenções e metas, mas um difuso conjunto de escritos compostos por exploradores, oficiais, investidores e propagandistas dessas viagens. O horizonte da maioria dos ingleses permanecia centrado em seus domínios “internos” (como a Irlanda e a Escócia, por exemplo) do que nos oceanos e outros continentes. A situação marítima inglesa nesse período refletia, em grande parte, o posicionamento marginal inglês no próprio contexto europeu. Por detrás da gloriosa aura construída em torno da Era Elisabetana, quer pela historiografia do século XIX, marcada pela consolidação do imperialismo, quer pelos propagandistas e apologistas da expansão da Primeira Modernidade, encontra-se uma longa e desastrosa sequência de empreendimentos ocasionalmente interrompida por sucessos como a circum-navegação de Francis Drake (Andrews, 1984).

Havia, contudo, indivíduos cujas conexões aos centros mais dinâmicos das navegações lhes possibilitavam vislumbres das potencialidades de tais atividades (Dalton, 2016). Assim como os envolvidos nas atividades marítimas de finais do século XV, as principais famílias de mercadores e comerciantes ingleses nas primeiras décadas do século XVI estavam intimamente conectadas aos principais centros financeiros e comerciais ibéricos e italianos (Dalton, 2016). Dentre elas, estava a família Thorne. De possível origem florentina, os negócios desenvolvidos pelos Thorne possuíam viés bastante cosmopolita, os quais incluíam Espanha, Portugal, Gasconha e Península Itálica. No alvorecer do século XVI, negociavam ao menos há três gerações com mercadores genoveses no Mediterrâneo, mantendo vínculos muito próximos aos Cattaneo de Gênova¹⁸¹. Tais dinâmicas permitiram a Robert Thorne, o velho (?-1519), se estabelecer como um rico mercador em Bristol e Sevilha, operando com os reinos

¹⁸¹ A família Cattaneo possuía diversos representantes na Espanha e Inglaterra e foram fundamentais na expansão comercial no atlântico. Rafael Catano (na grafia espanhola do italiano Cattaneo), acompanhou a segunda viagem de Colombo em 1493, na função de escrivão (CARRERA DE LA RED, 2000, p. 60). Nos famosos pleitos colombinos, Rafael testemunhou ter presenciado a chegada de Colombo em Sevilha após a primeira viagem (Onofre Vaquer Bennisar, Cristóbal Colón, 2020, p. 80). A família Cattaneo mantinha representantes em Londres, Winchester, Salisbury, Bristol, Romsey e Coventry (Dalton, 2016, p. 32).

ibéricos e eventualmente até com a Islândia (Dalton, 2016, p. 29-30). Já havíamos nos deparado com sua figura ao analisar as atividades de Hugh Elyot junto ao consórcio anglo-português de 1502.

A partir da década de 1520, as relações até então majoritariamente amistosas entre Inglaterra e Espanha permitiram o estabelecimento de uma forte comunidade de mercadores ingleses na Andaluzia. Na verdade, desde a assinatura do tratado de Medina del Campo, em 1489, comerciantes ingleses possuíam autorização para atuar nos domínios espanhóis em condições similares aos próprios súditos castelhanos. O comércio com as Canárias, por exemplo, poderia ser realizado diretamente por navios ingleses, enquanto para a América se manteve a intermediação da Casa de Contratação com suas regulamentações. O caso de Robert Thorne e seus filhos, Robert e Nicholas, são bons exemplos do estabelecimento de bem-sucedidas atividades comerciais entre Bristol e Sevilha, que possibilitaram à família conduzir negócios no Caribe, Canárias e outras regiões dos domínios espanhóis.

Nosso interesse neste momento recai sobre um de seus filhos, também chamado Robert Thorne (1492-1532). Mercador como o pai, o jovem Thorne em algum momento se estabeleceu em Londres, buscando ampliar as possibilidades de negócios da família. No início da década de 1520, mudou-se para Sevilha, onde atuou até 1531 como mercador e administrador, quando decidiu retornar a Londres, vindo a falecer no ano seguinte. Apesar de não operarem exclusivamente a partir de Bristol, os Thorne sempre se mantiveram associados àquela cidade, dado seu importante papel nos primórdios das navegações inglesas. Esses vínculos ficam ainda mais claros ao se considerar que Robert Thorne foi um dos primeiros “propagandistas” da expansão marítima na Inglaterra e provavelmente o primeiro a submeter formalmente uma proposta para a localização de uma rota setentrional à Ásia. Assim como outros mercadores e navegadores antes dele, o jovem Thorne interessou-se pela possibilidade de estabelecer contato direto com o extremo oriente. Seu retorno à Inglaterra no início dos anos 1530 esteve intimamente relacionado à consecução desse plano, pois trouxera consigo um navio adquirido na Andalusia, o *Savyor*, que seria empregado para “descobrir e procurar novas terras (“discover and sougyt new cuntry”) (Dalton, 2016, p. 133).

À época, viagens de descobrimento de novas terras e rotas para a Ásia não eram propriamente uma novidade para Thorne ou para sua família. Felizmente para nós, o mercador deixou registradas não apenas as diretrizes gerais do que aventava realizar,

como outras considerações a respeito dos descobrimentos. Em 1526, Edward Lee, embaixador de Henrique VIII na Espanha, estava em Sevilha para o casamento de Carlos V e Isabel de Portugal. De alguma forma, Thorne se aproximou do embaixador, com o qual discutiu largamente a respeito de suas ideias a respeito de comércio e navegação. No ano seguinte, o mercador inglês escreveu uma carta¹⁸² em resposta a uma correspondência anterior de Lee sobre os tópicos discutidos anteriormente, discorrendo em especial sobre as novas ilhas de especiarias descobertas no Oriente (tratava-se das Molucas), e dos conflitos de jurisdição entre o imperador espanhol e o monarca português. Para Thorne, as terras cabiam à Espanha, por estarem em seu hemisfério de influência segundo os tratados celebrados, apesar das divergências entre cosmógrafos e pilotos em situá-las de um lado ou de outro da linha divisória. A disputa se justificava uma vez que as ilhas forneciam enormes quantidades de riquezas, das quais os ingleses também poderiam usufruir. Conforme se infere pela resposta de Thorne, Lee inquiriu seu interlocutor sobre a natureza das descobertas inglesas e se teriam alguma relação com aquelas localidades orientais:

[...] whether that which we discovered toucheth any thing the foresayd coastes: once it appeareth plainely, that the Newe founde lande that wee discovered is all a mayne land, with the Indies occidentall, from whence the Emperour hath all the golde and pearles: and so continueth of coast more then 5000 leagues of length, as by this Carde appeareth. For from the said newe lands it proceedeth toward the occidet to the Indies, and from the Indies returneth toward the orient, and after turneth southwarde vp till it come to the straytes of Todos Sanctos, which I reckon to bee more then 5000 leagues. So that to the Indians it shoulde seeme that wee haue some title, at least, that for our discovering wee might trade thither as other doe. But all this is nothing neere the spicerie (Thorne, 1850a, p. 48).

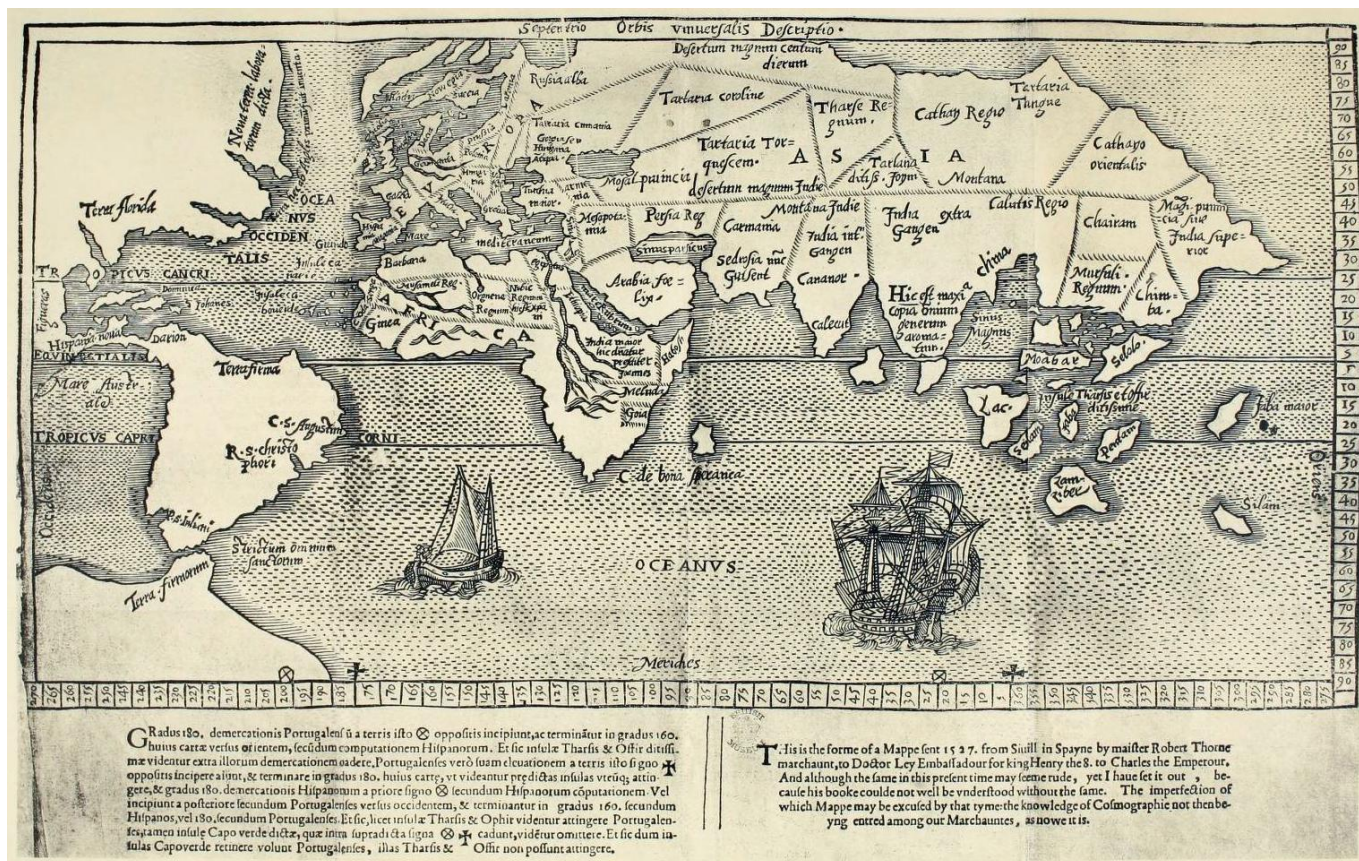
Observa-se que Thorne possuía clareza que as terras atingidas por ingleses de fato não pertenciam à Ásia. Por essa razão, Thorne explanou longamente acerca da viabilidade da rota noroeste, não apenas por supostamente recair sobre áreas nas quais a Inglaterra poderia reivindicar posse, mas também porque, através dela, a Inglaterra

¹⁸² Apesar de publicada somente no final do século XVI, versões manuscritas foram lidas e empregadas por muitos defensores das rotas setentrionais. Na década de 1560, por exemplo, tem-se o caso de Anthony Jenkinson, analisado neste capítulo mais adiante. Na década seguinte, Cyprian Luca, filho de um dos associados de Thorne, apresentou uma cópia da carta a John Dee e Richard Hakluyt, dentre outros (Sherman, 1995, p. 173). Ao publicá-la em *Divers voyages e The principal navigations*, Richard Hakluyt a intitulou “The booke made by the right worshipful M. Robert Thorne in the yeere 1527. in Sivil, to Doctour Ley, Lord ambassadour for king Henry the eight, to Charles the Emperour, being an information of the parts of the world, discovered by him and the king of Portingal: and also of the way to the Moluccaes by the North.”

acessaria aquelas riquezas mais facilmente que os ibéricos. Para ilustrar essa concepção, Thorne produziu um mapa, intitulado *Septentrio Orbis Vniuersalis Descriptio* (Mapa 4), enviando-o juntamente com sua resposta ao embaixador inglês. Apesar do manuscrito estar atualmente perdido, em 1582 Richard Hakluyt conseguiu publicá-lo com a carta de Thorne em sua *Divers voyages*. Nesta cópia impressa do mapa (cujo original foi produzido em torno de 1527), percebe-se que próximo ao litoral da chamada Nova Terra ou do Labrador (*Nova terra laboraturum dicta*), há uma inscrição afirmando os ingleses foram os primeiros a descobrir aquela região¹⁸³. Não há menção a Caboto, contudo, como o realizador desse descobrimento. Pelo contrário, veremos como Thorne atribuía a seu pai a descoberta de terras no oceano antes do veneziano, depois associadas ao continente americano. Além disso, ressalta-se a permanência do nome “português” (segundo a tese que liga “Labrador” ao navegador português João Fernandes), ainda que Thorne reivindicasse pioneirismo inglês na descoberta.

Há também, tanto no mapa quanto no texto da carta, determinada interpretação sobre o continente americano: as terras descobertas pelos ingleses não são ilhas, mas terra firme contígua ao restante das “Índias Ocidentais” (“is all a maine land with the Indies Occidentall”), que ao ser contornada pelo Norte, levaria os ingleses diretamente à Ásia e às ilhas das especiarias, da mesma forma se fazia pelo sul, através do estreito “de todos os santos” (nome dado ao Estreito de Magalhães no mapa). Por fim, Thorne insinua algo que algumas décadas depois será o principal foco dos defensores e propagandistas da colonização na América: os “títulos” ingleses sobre o território americano dada a primazia na descoberta (“So that to the Indias it should seeme that we have some title, at least that for our discovering”). O texto expõe como o interesse inglês naquelas paragens era bastante insipiente, voltado a aspectos comerciais (Thorne falava em estabelecer comércio na região ou através dela atingir os mercados orientais) sem mencionar ideia de ocupação colonial.

¹⁸³ “*terra hec ab anglis primu fuit inventa*”.



Mapa 4. Robert Thorne (1527). Septentrio Orbis Vniuersalis Descriptio. In: HAKLUYT, Richard. **Divers voyages touching the discoverie of America**. London: T. Woodcocke, 1582. Page 40. Disponível em: https://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/exhibitions/cartographic/pages/unger.html acesso em: 23 abr. 2023.

Nowe then (if from the sayde newe founde landes the Sea bee Nauigable), there is no doubt, but sayling Northwarde and passing the pole, descending to the equinoctiall lyne, wee shall hitte these Ilandes, and it shoulde bee much more shorter way then eyther the Spaniardes or the Portingales haue.

[...]

So that as afore is sayde, if betweene our Newe founde landes, or Norway, or Islande, the Seas towarde the north be Nauigable, wee shoulde goe to these Ilandes a shorter way by more then 2000 leagues. (Thorne, 1850a, p. 48-49).

O documento produzido por Thorne transparece como em grande medida as propostas expansionistas inglesas se desenhavam tendo em vista os empreendimentos portugueses e espanhóis, além de estarem a eles conectados de diversas formas. Segundo o mercador, essa “inclinação” que ele possuía por descobrimentos era uma “doença hereditária” adquirida de seu pai, ao qual creditou, juntamente a Hugh Elyot, o

descobrimto das “novas terras”¹⁸⁴, além de lamentar o fato de um motim da tripulação ter impedido a expedição de prosseguir viagem e tomar posse das Índias Ocidentais e suas riquezas para a Inglaterra. A passagem é enigmática ainda hoje, pois não fica claro se Thorne estava se referindo a uma possível participação de seu pai nas viagens de Caboto ou a empreendimentos anteriores, que, como vimos no Capítulo 2, ocorriam ao menos desde a década de 1480.

De todo modo, ainda no século XVI, os escritos de Robert Thorne forneceram materiais para aqueles que passaram a reivindicar à Inglaterra direitos sobre a América. Tal é o motivo, por exemplo, da inserção de seus textos nas obras de Hakluyt: a afirmação que a “nova terra” fora descoberta por homens de Bristol ia ao encontro das pretensões de Hakluyt em provar que as terras da América do Norte pertenciam por direito aos ingleses. Conforme apontado por Heather Dalton (2016, p. 198), o fato de ambos os Robert terem promovido viagens de exploração para estabelecer rotas de comércio contornando a América, e não para ocupá-la ou possuí-la formalmente, foi um “detalhe” que Hakluyt preferiu ignorar.

Thorne, não obstante sua confiança, tinha consciência dos possíveis empecilhos à realização da empreitada. O primeiro deles era um dos motivos centrais da comunicação com Lee: poderiam os ingleses se imiscuírem em territórios sob influência ibérica? Para o mercador, ainda que não pudessem explorar as ilhas recém-descobertas, a rota proposta os levaria às áreas equinociais onde seriam encontradas terras tão ricas quanto as possuídas por portugueses e espanhóis, além de poderem usufruir de todas as potencialidades comerciais com a Tartária.

And though wee went not to the saide Ilandes, for that they are the Emperours or Kinges of Portingale, wee shoulde by the way, and comming once to the line Equinoctiall, finde landes no lesse riche of Golde and spicerie as all other landes are vnder the saide line Equinoctiall: and also shoulde, if wee may passe vnder the North, enioye the Nauigation of all Tartarie. Which should bee no lesse profitable to our commodities of clothe, then these spiceries to the Emperour and king of Portingale (Thorne, 1850a, p. 49).

Em outra passagem, Thorne elencou as riquezas que poderiam ser encontradas nas novas ilhas e regiões equinociais:

¹⁸⁴ “[...] inclination or desire of this discovery I inherited of my father, which with another marchant of Bristow named Hugh Eliot, were the discoverers of the New found lands, of the wich there is no doubt, (as nowe plainely appeareth) if the mariners would then have bene ruled, and followed their Pilots minde, the lands of the West Indies (from whence all the gold commeth) had bene ours” (Thorne, 1850a, p. 50-51).

[...] there is no doubt but that the Islandes are fertile of cloves, nutmegs, mace, and cinnamom: And that the said Islandes, with other there about, abound in gold, Rubies, Diamondes, Balasses, Granates, iacinets, and other stones and pearles, as all other lands, that are under and nere ye Equinoctiall. [...] For as with us and other, that are apated from the sayde equinoctiall, our mettalles be lead, tynne, and yron, so theirs be golde, siluer, and copper. And as our fruites and graines be aples, nuttes, and corne, so theirs bee dates, nutmegges, pepper, cloves, and other spices. And as wee haue iette, amber, cristall, iasper, and other like stones, so haue they rubies, diamonds, balasses, sapphires, iacinets, and other like. [...] yet, if it be well considered how the quantitie of the earth under the equinoctiall to both the tropicall lines (in which space is founde the said golde, spices, and precious stones), to be as much in quantitie as almost all the earth from the tropickes to both the poles: it can not be denied but there is more quantitie of the said mettels, fruites, spices, and precious stones, then there is of the other mettels and other things before rehearsed (Thorne, 1850a, p. 33-34).

Em síntese, a procura por uma rota que levasse às regiões tropicais das especiarias se justificava mesmo que as ilhas recém-descobertas estivessem fechadas aos ingleses. O pressuposto da existência de riquezas nas regiões equinociais, especialmente minerais, nos remete a pressupostos muito semelhantes aos da existência da passagem setentrional, pois ambos ecoam associações entre saberes provindos de *auctoritates* com experiências. Nas palavras de Andréa Doré (2014, p. 9), tratava-se de conciliar o conhecimento clássico em suas mais variadas tradições, com as novas descobertas geográficas. Essas associações, ponderou a autora, podem parecer incongruentes aos nossos olhos, mas, nos séculos XVI e XVII, eram os dispositivos que permitiam a humanistas, cosmógrafos e geógrafos descrever e explicar o mundo. A hipótese sobre a incidência de metais preciosos em determinadas áreas é um desses casos. Desde a antiguidade, a busca por uma explicação acerca da origem dos metais criou uma série de teorias que, por sua vez, fundamentavam procuras efetivas por minas (Doré, 2014, p. 9). Assim, do mesmo modo que determinados pressupostos condicionavam projetos de mineração, determinadas concepções a respeito dos continentes e sua distribuição no globo terrestre fundamentavam empreendimentos marítimos à sua procura.

Uma das mais influentes teorias a respeito dos metais provinha de Aristóteles, em sua obra *Meteorológica*, na qual o filósofo propôs uma relação entre o calor do sol e a produção de “exalações” ou evaporações. Essas, por sua vez, eram de dois tipos, uma “úmida”, potencialmente como a água, e outra “seca”, potencialmente como fogo. A primeira provinha da umidade presente sob a terra e em sua superfície, sendo, portanto, um vapor; a segunda provinha da terra em si, sendo por vezes descrita como uma

substância inflamável, provavelmente como um gás (Eichholz, 1949, p. 141). A obra, na verdade, não é dedicada apenas à explicação dos fenômenos que chamaríamos hoje de atmosféricos, como nuvens, trovões, raios, granizo, neve, dentre outros. Esses estão presentes, mas também outros que classificaríamos como astronômicos (meteoros e cometas) e geográficos (rios, montanhas, mares etc.). A obra engloba, portanto, o estudo de “todas as coisas suspensas no ar” (tradução literal de *ta meteôra*). Por “suspensas no ar” compreende-se um espaço muito específico, precisamente o lugar situado entre a Lua e a Terra. Toda obra é construída segundo o princípio de explicar os fenômenos desse espaço a partir da noção de “exalação” (Barnes, 2000, p. 100), seguindo o princípio de construção teórica fundamentada em bases empíricas.

No que concerne nosso interesse neste momento, duas substâncias eram criadas quando essas exalações ficavam aprisionadas dentro da terra ou em rochas: as úmidas ou vaporosas davam origem aos metais¹⁸⁵ (como ferro, ouro, cobre, prata, estanho e chumbo), as secas aos “fósseis” (Eichholz, 1949, p. 141-142). Deste modo, constitui-se a visão que a zona tórrida, isto é, a área entre os trópicos, era a mais propícia à geração dos metais desejados pelos europeus (Doré, 2014, p. 10), expressa não apenas nos trabalhos de Thorne, mas também de outros personagens da expansão marítima inglesa, (os quais analisaremos mais à frente, em outro capítulo).

O segundo problema antevisto pelo mercador inglês na realização de sua proposta era a viabilidade de uma rota setentrional, uma vez que, segundo alguns cosmógrafos, o gelo e o frio impediriam qualquer pessoa de atravessar os mares naquelas latitudes. Assim como se consideravam as terras sob a linha equinocial inabitáveis em razão do extremo calor (a chamada zona tórrida, que remonta a Aristóteles e outros nomes da antiguidade), as áreas polares também o seriam, mas em virtude das baixas temperaturas. Em resposta a essas considerações, Thorne expôs o seguinte:

But it is a generall opinion of all Cosmographers, that passing the seuenth clyme, the sea is all ice, the colde so much that none can suffer it. And hitherto they had all the like opinion that vnder the lyne Equinoctiall for mucche heate the lande was inhabitable.

¹⁸⁵ Todo o processo foi sumarizado por Eichholz (1949, p. 143) da seguinte maneira: “The moist exhalation, then, is the material of the metals. Along with portions of the dry exhalation it is trapped underground, where it condenses, particularly if it comes into contact with rocks, and then hardens, probably through cold. Metals are not formed like dew or hoar-frost, still less like savours. Because the metals contain earthy matter, they cannot revert to water, and for the same reason they are, with the exception of pure gold, affected by fire.”

Yet since by experience is prooued no lande so much habitable nor more temperate. And to conclude, I thinke the same shoulde bee founde vnder the North if it were experimented. For as all iudge, *Nihil fit vacuum in rerum natura*: So I iudge there is no lande inhabitable nor Sea innaugable (Thorne, 1850a, p. 49-50).

Apesar de não mencionar, a experiência a que Thorne se referiu para refutar as teses contrárias são aquelas das navegações às áreas equinociais, que não apenas mostraram ser possível sobreviver em tais áreas, como também a existência de grandes populações vivendo naquelas localidades. Tem-se aqui, portanto, a acepção de experiência como prova, teste ou ainda verificação. Thorne tinha plena consciência da importância estratégica que as informações trazidas pela *experiência* forneciam a qualquer empreendimento marítimo-comercial de longa distância. Conforme analisado anteriormente, as monarquias ibéricas procuravam controlar, através de suas instituições, o acesso e à disseminação dos conhecimentos geográficos. Contudo, a necessidade de garantir as travessias de seus navios e, principalmente, assegurar reivindicações de posse frente às outras monarquias europeias, fazia com que esses conhecimentos precisassem se tornar públicos em certa medida.

Tal dilema, segundo Andréa Doré (2014, p. 5-6), criou dois tipos de conhecimentos: o dos cosmógrafos e dos pilotos. Os primeiros estariam mais interessados nos aspectos essenciais à produção de mapas, isto é, na gestão de informações quanto à localização, distâncias, tamanhos e formas. Esses dados precisavam, por sua vez, serem obtidos *in loco*, e necessitavam de certa “habilidade cosmográfica” para serem inseridos em mapas. Os segundos, por sua vez, estavam preocupados em como chegar de um ponto a outro, o que demandava não apenas saberes acerca de distâncias, latitudes e longitudes, mas também sobre correntes, ventos e portos, informações que poderiam ser adquiridas somente através de longa experiência no mar. Segundo a autora, como os aspectos valorizados por cosmógrafos envolviam teorização e sistematização de conhecimentos, seu trabalho seria mais propício a ser empregado na diplomacia, e por isso mesmo podiam ser publicizados. Já os aspectos práticos, advindos da experiência dos pilotos e mais úteis à navegação em si, deveriam permanecer em segredo.

Havia casos, no entanto, que nos permitem matizar essa divisão, mostrando que entre havia grande porosidade entre essas instâncias. Um deles, já analisado, foi Sebastião Caboto, além de outros que encontramos nos escritos de Thorne:

In a flote of three shippes and a carauell, that went from this citie, armed by the marchauntes of it, which departed in Aprill last past, I and my partener haue 1400 Ducates, that we employed in the sayde fleete, principally for that two Englishmen, friends of mine, whiche are somewhat learned in Cosmographie, shoulde goe in the same shippes, to bring mee certaine relation of the situation of the countrey, and to bee experte in the Nauigation of those seas, and there to haue informations of many other things and aduise that I desire to know especially. Seeing in these quarters are shippes and marriners of that countrey, and cardes by which they sayle, though much vnlike ours: that they should procure to haue the said Cards, and learne howe they vndeistande them, and especially to know what Nauigation they haue for those Ilandes Northwardes and Northeastwarde. (Thorne, 1850a, p. 35).

No trecho acima, podemos analisar algumas das premissas expostas anteriormente. Thorne não escondeu o desejo de adquirir o conhecimento que os marinheiros possuíam a respeito das regiões orientais e setentrionais (para onde se dirigiam seus intentos de navegação e comércio), bem como os mapas que utilizavam para navegar, de modo que se tornassem “experimentados” (“experte”) na navegação daquelas áreas. Assim, explicava-se a presença de “dois ingleses”, amigos seus, numa expedição na qual ele próprio e seu parceiro foram investidores. Tratava-se de Roger Barlow, mercador de Bristol e seu parceiro de negócios em Sevilha, e Henry Patmer, seu amigo de infância (Dalton, 2016, p. 73). Conforme sugerido pela análise de Doré (2014), as pessoas incumbidas de trazer informações possuíam conhecimentos em cosmografia. Esse indício reforça nossa tese de que havia, ou seria preferível que houvesse, complementariedade entre as ambas as formas de experiências. Conforme havíamos analisado nas Décadas de Anglería, o simples dado empírico da observação direta poderia ser incompreensível se não estivesse associado à experiência “intelectual”, própria de eruditos, filósofos ou experts em determinadas áreas de conhecimento. Se a cosmografia pode ser cada vez mais precisa com dados empíricos, a coleta dessas informações será tanto melhor realizada quanto interpretada se o indivíduo for experimentado no conhecimento.

O parceiro mencionado por Thorne era Leonardo Cataño, mercador genovês. Ambos possuíam longo histórico em negócios, e em 1524 resolveram formar uma parceria (*companhia*), da qual participaram também como sócios Angel Cataño, filho de Leonardo, Francisco Leardo, Pedro Benito Basinana e Pedro Juan de Riberol, todos mercadores genoveses (Dalton, 2016, p. 73). O último membro era ninguém mais, ninguém menos, que o próprio Sebastião Caboto. A viagem realizada por três navios e uma caravela mencionada na carta ocorreu em 1526, na qual normalmente Sebastião

Caboto é dado como realizador. Embora o veneziano tenha de fato cumprido um importante papel, não é possível creditar-lhe todo o empreendimento. O objetivo primordial dos associados era o comércio de especiarias, e o acordo firmado entre os sete previa o levantamento de fundos para a realização de uma viagem às Molucas, as “novas ilhas” mencionadas por Thorne na carta de 1527, e à “Terra Firma”¹⁸⁶.

Era preciso, contudo, submeter a proposta para aprovação real, uma vez nenhuma viagem poderia ser realizada sem permissão da Coroa. Esse foi provavelmente o motivo da inclusão de Caboto: sua situação na Espanha o colocaria numa posição mais favorável tanto à captação de recursos quanto à localização de uma rota para as ilhas das especiarias (Dalton, 2016, p. 75-76). Tal arranjo se assemelha muito ao processo que deu origem à *The Company Adventurers to the New Found Land* em 1502, uma parceria entre portugueses açorianos e comerciantes ingleses. A de 1524, porém, é surpreendente pelo fato de a monarquia espanhola aprovar e subsidiar uma companhia integrada totalmente por estrangeiros (Dalton, 2016, p. 73), o que reforça a dinâmica interconectada que temos demonstrado nos empreendimentos marítimo-comerciais de inícios da Primeira Modernidade.

O financiamento da viagem fornece outro exemplo dessa característica. O plano apresentado diante do Conselho das Índias foi sancionado em 1525: Sebastião Caboto deveria armar uma esquadra que navegaria pelo Estreito de Magalhães até Cathay Oriental, Tarsis, Ophir, Cipango e as Ilhas Molucas (Dalton, 2016, p. 76). Carlos V garantiu um investimento de 4.000 ducados, além de autorizar investimentos particulares na expedição. Assim, outros sessenta e cinco investidores se apresentaram para financiar o projeto, dentre os quais se encontravam mercadores genoveses de Sevilha, ingleses (como Roger Barlow e Robert Thorne), espanhóis (como Miguel de Rifos, que, além de dinheiro, forneceu a caravela), florentinos e germânicos.¹⁸⁷

Thorne estava tão convencido de suas posições que produziu uma proposta a ser apresentada diretamente a Henrique VIII. Do original, hoje perdido, restam duas cópias manuscritas, além de três versões publicadas nas edições de Richard Hakluyt (Dalton, 2016, p. 133). A data em que sua produção ocorreu é incerta. Como a carta a Lee e a proposta estão emparelhados nos exemplares sobreviventes, tradicionalmente se assumiu que foram escritos na mesma data, isto é, 1527. Contudo, segundo duas

¹⁸⁶ Segundo o mapa enviado juntamente com a carta para Lee, “Terra Firma” corresponderia, grosso modo, ao que seria a América do Sul.

¹⁸⁷ Listagem mais detalhada pode ser encontrada em Dalton, 2016, p. 77.

evidências, Dalton (2016, p. 133-134) sugeriu que o texto da proposta pode ter sido elaborado algum momento entre 1527 e 1531. A primeira é que para compor a *Declaration of the Indies*¹⁸⁸, título dado às versões impressas da proposta, Thorne muito provavelmente recebeu ajuda de Roger Barlow, haja vista a estrutura e redação do texto diferirem daquelas da carta. Barlow estivera ausente de Sevilha, acompanhando Sebastião Caboto na viagem de 1526, e retornou em novembro 1528, antes do veneziano. A segunda evidência decorre justamente desse fato: Barlow trouxe notícias a respeito da expedição, informações que Thorne não possuía à época da correspondência com Lee. Essa é uma diferença fundamental entre os dois documentos: entre a carta e a proposta, existe a experiência da viagem de 1526.

Os redatores da proposição a ser entregue a Henrique VIII sabiam que Caboto falhara em encontrar uma rota para as ilhas das especiarias navegando pelo sul. Nesse sentido, o texto da *Declaration of the Indies* é inteiramente dedicado a convencer o monarca inglês da necessidade tomar ações concretas no sentido de alcançar o extremo oriente por uma rota setentrional. Após realizar um diagnóstico da situação geopolítica, possível em grande medida por sua situação privilegiada como mercador e promotor de expedições marítimas, Thorne procurou demonstrar ao monarca que o futuro da Inglaterra residia nas regiões setentrionais. Dos caminhos possíveis ao Oriente, o mais apto ao posicionamento espaço-temporal inglês era o setentrional: dada a localização da Inglaterra no globo, essa rota a colocava mais próxima da suposta passagem noroeste do que as demais potências marítimas, além de, à época, as demais rotas já estarem sob domínio ibérico. Tendo em vista o contexto da viagem de 1526, implicitamente se sugeria que Henrique VIII emulasse Carlos V em autorizar e financiar as expedições:

Nowe I, considering this your noble courage and desire, and also perceiuing that your Grace may at your pleasure, to your greater glory, by a godly meane, with litle cost, perill, or labour to your Grace or any of your Subiectes, amplifie and inriche this your saide Realme, I knowe it is my bounde dutie to manifest this secrete vnto your Grace, which hitherto, as I suppose, hath beene hid: which is, that with a small number of shippes there may bee discouered diuers newe landes and kingdomes, in the whiche, without doubt, your Grace shall winne perpetuall glory and your Subiects infinite profite. To which places there is left one way to disccuer, which is into the North: For that of the foure parts of the worlde it seemeth three partes are discouered by other Princes. For out of Spaine they haue

¹⁸⁸ Título integral, conforme publicado por Hakluyt: “A declaration of the Indies and lands discovered, and subdued unto the Emperour, and the king of Portingal: And also of other partes of the Indies and rich countries to be discovered, which the worshipfull M. Robert Thorne merchant of London (who dwelt long in the citie of Sivil in Spaine) exhorted king Henrie the eight to take in hand”.

discovered all the Indies and Seas Occidentall, and out of Portugale all the Indies and Seas Oriental: So that by this part of the Orient and Occident they haue compassed the worlde. For the one of them departing towarde the Orient, and the other towarde the Occident, met againe in the course or way of the middest of the day, and so then was discovered a great part of the same Seas and coastes by the Spaniardes. So that nowe rest to bee discovered the said North partes, the which it seemeth to mee is onely your charge and dutie. Because the situation of this your Realme is thereunto nearest and aptest of all other [...] (Thorne, 1850b, p. 28-29).

Em tom propagandístico, Thorne apontou que, na esteira dos grandes descobrimentos realizados por portugueses e espanhóis, muitas riquezas aguardavam os ingleses do outro lado do oceano, capazes de serem obtidas com custos, perigos e trabalho mínimo, mas que, inversamente, retornariam perpétuas glórias ao monarca e infinitos ganhos a seus súditos. Conforme analisado por David Armitage, dado que os investimentos para projetos de exploração, colonização e até mesmo de pirataria tenderam a ser privados, centrados em indivíduos ou companhias comerciais, ao invés de estatais, uma vez que a Coroa não fornecia recursos a contento, grande parte da literatura relativa às empresas de ultramar eram “promocionais em sua intenção e persuasivas em sua forma” (Armitage, 1998, p. 105). As principais referências para esse tipo de produção foram a retórica clássica e o pensamento moral romano: escritos de Cícero, versões latinizadas de Aristóteles e historiadores como Salústio, Tácito e Tito Lívio. Primeiramente, a retórica cumpria um papel fundamental já que se pretendia mover e persuadir a audiência à ação (promover, por exemplo, empreendimentos marítimos e, posteriormente, coloniais).

Em segundo lugar, apelava-se à linguagem do republicanismo clássico ao invocar os benefícios que seriam trazidos ao reino e à coroa ao engrandecer a *res publica* (Armitage, 1998). Esses parâmetros, como é possível observar, fundamentaram a proposta que Thorne pretendia submeter a Henrique VIII, sendo recorrentes em muitos outros escritos de promotores e propagandistas dos séculos XVI e XVII analisados neste trabalho. O caso de Thorne aqui analisado é exemplar para mostrar como o princípio da *auctoritas* ia além do “conteúdo” veiculado, estando também na forma como se pensam e estruturam textos a partir de modelos consagrados, neste caso, os da retórica clássica e particularmente do pensamento moral e do republicanismo romanos, ligados ao engrandecimento da *res publica*. Esse entendimento e uso das autoridades reaparecerá ao longo dos demais capítulos em figuras como Richard Eden e Richar Hakluyt, mostrando a gestação de propagandistas da expansão em torno desses tópicos.

Ao longo de sua explanação, é possível entrever nos argumentos de Thorne o aparecimento de um tópico que se tornaria cada vez mais frequente em textos similares do período: a umbilical conexão que se estabelecia entre expansão marítima e engrandecimento do reino, e por conseguinte, do poder monárquico.

EXPERIENCE proueth that naturally all Princes bee desirous to extend and enlarge their dominions and kingdomes. Wherefore it is not to bee maruelled to see them euery day procure ye same, not regarding any cost, perill, and labour, that may thereby chaunce; but rather it is to bee marueiled, if there be any prince content to liue quiet with his owne dominions. For surely the people would thinke he lacketh the noble courage and spirit of all other. The worlde knoweth that the desires of Princes hauc beene so feruent to obtaine their purpose, that they haue aduentured and proued things to mans coniecture impossible, the which they haue made possible, and also things difficult haue made facil [...] (Thorne, 1850b, p. 27).

Conforme provado pela *experiência* (entendida aqui como acúmulo de saber de exemplos históricos), numa perspectiva muito próxima à *magistra vitae*, todos os príncipes desejam expandir e engrandecer seus domínios. Esse ímpeto natural os impele à realização de façanhas que aos olhos de outros homens pareceriam impossíveis, tornando fáceis obstáculos outrora difíceis. Essa inclinação natural, complementou Thorne mais adiante, é a razão de não haver tranquilidade entre os reinos, levando príncipes a disputarem uns contra os outros. Ou seja, o engrandecimento não é apenas desejável, mas essencial para a sobrevivência e soberania. Por isso, o monarca não poderia se furtar à sua realização, não importando as dificuldades, que, em última instância, são pequenas se comparadas aos ganhos que trariam. Thorne estava, obviamente, instando Henrique VIII a tomar partido na expansão marítima, abraçando a causa assim como haviam feito monarcas ibéricos. Os temores de Thorne seriam repetidos de forma ainda mais enfática na Inglaterra conforme as tensões com a Espanha escalonaram ao longo do XVI, atingindo seu ápice na década de 1580, quando então os defensores da expansão marítima passariam a relacionar a constituição de um império marítimo à própria sobrevivência do reino: para não serem “engolidos” pelo leviatã espanhol, deveriam emular sua experiência e constituir amplos domínios coloniais na América.

Capítulo 5

Aprender pelo exemplo: tradição, experiência, razão e a Espanha no espelho do futuro inglês na obra de Richard Eden

I. Atividades marítimas inglesas nas décadas de 1530-1540: avanços sobre áreas ibéricas

A despeito dos esforços, nenhuma ação concreta resultou da proposta, uma vez que, desde que retornara à Inglaterra, a saúde de Robert Thorne deteriorara-se significativamente. Sua morte, em maio de 1532, sepultou definitivamente o empreendimento, conforme atestado por uma carta de seu irmão, Nicholas, a Henrique VIII naquele mesmo ano¹⁸⁹ (Dalton, 2016, p. 137). Já Barlow, antigo parceiro comercial de Thorne, continuou suas atividades comerciais, procurando ampliar os negócios para além de Bristol. O projeto, no entanto, continuou vivo em sua mente, pois Barlow apresentou nova proposta a Henrique VIII em 1541, juntamente com uma cópia de sua *Brief Summe of Geographie*, um tratado cosmográfico dedicado ao monarca¹⁹⁰.

A proposta chegou a ser analisada pelo Conselho Privado¹⁹¹ (*Privy Council*), sem, no entanto, resultar em nada concreto, aparentemente em razão do monarca não ter aceitado os termos do navegador (Wallis, 1984, p. 453). O tratado, que permaneceu na

¹⁸⁹ Na correspondência, Nicholas Thorne informou ao monarca que, dada a morte do irmão, os planos de construir uma frota em torno no *Savyor*, navio que Robert havia adquirido na Espanha, foram anulados. No entanto, o mercador desejava autorização para empregar o navio no comércio com o Levante. Apesar de não haver evidência da anuência de Henrique VIII, há registros do *Savyor* em viagens ao Levante nos anos seguintes, primeiramente sob Thomas Cromwell, e depois diretamente sob Nicholas Thorne. Cf. Dalton, 2016, p. 137

¹⁹⁰ A apresentação de Barlow a Henrique VIII consistiu em três materiais distintos: a proposta em si, uma adaptação daquela que havia sido preparada em conjunto com Thorne, o tratado cosmográfico e um mapa. Esse último se perdeu, e tanto a proposta quanto o tratado foram arquivados e se encontram hoje no *National Archives* e no Museu Britânico, respectivamente (Cf. Dalton, 2016, p. 159-160).

¹⁹¹ Apesar do termo “*Privy Council*” existir desde o século XIV, não designava propriamente uma instituição organizada, possuindo o sentido de proximidade em relação ao monarca por reunir seus conselheiros mais íntimos. Os monarcas medievais nomeavam inúmeros conselheiros que coletivamente constituíam seu conselho, ainda que de forma não institucional. Sob Henrique VIII, essa situação mudou significativamente, em especial graças à atuação de Thomas Wolsey como Lorde Chanceler (*Lord Chancellor*) de 1515 a 1529 (Crankshaw, p. 2009, n.p.). A partir de então, o Conselho Privado assumiu lugar central no governo dos Tudor, tomando a forma de um conselho organizado composto por cerca de vinte membros, escolhidos entre altos funcionários do Estado, que se reuniam quase diariamente e acompanhavam o monarca por onde fosse. Suas funções foram ampliadas: para além do dever tradicional de aconselhar a Coroa em questões de política, o Conselho cuidava de assuntos executivos e administrativos de forma bastante detalhada. As decisões eram tomadas como um corpo e não necessariamente em referência ao rei (ou rainha), que era chefe em potencial, mas não permanente, do Conselho (Elton, 1953). Para maiores detalhes sobre a evolução e funções do Conselho Privado, ver Elton (1953, p. 316-369) e Crankshaw (2009).

forma manuscrita até o século XX, sendo publicado pela primeira vez em 1932, era uma tradução e adaptação feita por Barlow da obra de Martín Fernández de Enciso, a *Suma de geographia*, de 1519, uma das mais importantes obras espanholas da primeira metade do século XVI sobre cartografia e navegação¹⁹². Dalton (2016, p. 159) sugeriu que Barlow, ao dedicar a obra ao monarca, não estaria apenas fortalecendo sua posição diante da Coroa, mostrando-se digno do apoio real, mas também tentando incentivar o interesse por navegação e descobrimentos num momento em que as relações anglo-espanholas começaram a se agravar. Cumpre observar que, nessa atitude de Barlow, apresenta-se um elemento que se fortaleceu ao longo das décadas seguintes: o interesse em disponibilizar ao público inglês obras especializadas sobre cartografia, navegação e os descobrimentos que vinham sendo realizados desde o século XV¹⁹³. No próximo item deste capítulo, analisaremos um dos expoentes desse processo: Richard Eden.

As regiões setentrionais não foram as únicas a receberem alguma atenção de navegadores, exploradores e comerciantes ingleses. Nas décadas de 1530 e 1540 houve movimentos em direção ao que hoje é o Atlântico Sul, com expedições atingindo a África e suas ilhas atlânticas, bem como o Brasil e outras regiões da América do Sul, áreas que, com exceção das Canárias, jaziam sob domínio português. Nesse período, os lusos já haviam desenvolvido uma exuberante rede comercial em torno de produtos como ouro, pimenta, marfim, pessoas escravizadas e açúcar, além da pesca nos litorais da Berbéria e Guiné.

Embora evidências difusas apontem para a presença de mercadores ingleses na costa africana durante o reinado de Henrique VII (Andrews, 1984, p. 58), somente a partir de 1530 que os ingleses começaram a visitar regularmente o litoral africano. Na maior parte das vezes, as intrusões giravam em torno de Cabo Verde, Serra Leoa e a Costa da Malagueta¹⁹⁴, de onde seguiam para o Brasil atrás de pau-brasil, adquirido através de trocas com grupos indígenas. Nesse contexto, a principal figura em atuação foi sem dúvida William Hawkins (c.1490-1554/5), cuja trajetória familiar¹⁹⁵ se imbrica à da expansão inglesa do século XVI. Proeminente capitão e um dos mais ricos

¹⁹² Sobre a obra de Martín Fernández de Enciso, ver Prieto (2010).

¹⁹³ Em *Divers voyages*, publicada em 1582, Hakluyt retomava essa temática ao reforçar a necessidade do aprimoramento inglês em matérias de conhecimentos ligados às navegações a fim de enfrentar e superar o rival espanhol. Cf. a epístola dedicatória em Hakluyt, 1850.

¹⁹⁴ Nome dado pelos portugueses à região compreendida entre Serra Leoa e o Golfo da Guiné.

¹⁹⁵ Seu filho John Hawkyns, e neto, William Hawkins, são figuras centrais no século XVI e XVII. A região da qual provinham, o condado de Devon, também era a região de origem de outras eminentes figuras da expansão marítima inglesa, como Humphrey Gilbert, Walter Raleigh, Richard Grenville, Stephen Borough, dentre outros.

comerciantes de Plymouth, Hawkins fez fortuna exportando tecidos e outros produtos para a Europa e importando mercadorias da França, Espanha e da região mediterrânea. Seguindo de perto atividades francesas estabelecidas desde inícios do XVI, Hawkins foi possivelmente o primeiro inglês a estabelecer a conexão comercial entre Guiné¹⁹⁶ e Brasil, realizando três viagens entre 1530-1532, cujas narrativas foram posteriormente publicadas por Richard Hakluyt. Pouco se sabe a respeito dessas viagens além do que foi registrado na *Principal Navigations* (cuja primeira edição é de 1589): Hawkins teria armado, por conta própria, o navio *Paul of Plimouth* para comercializar produtos da Costa da Malagueta e do Brasil. De acordo com Kenneth Andrews (1984, p. 59), porém, há indícios que Hawkins empreendeu outras viagens além das mencionadas por Hakluyt, bem como registros de outros mercadores envolvidos comercialmente com o Brasil até 1542, quando essas atividades começaram a diminuir.

Segundo Appleby (1998), as atividades comerciais inglesas nas costas africana e brasileira, florescentes na década anterior, praticamente desapareceram naquele momento justamente pela crescente hostilidade entre as nações europeias. Os portugueses, por exemplos, intensificaram suas ações contra intrusos naquelas áreas para combater a pirataria e o contrabando, levando a uma redução considerável do comércio inglês naquelas paragens¹⁹⁷. Em relação à Espanha, a situação privilegiada desfrutada por mercadores ingleses até então começou a se deteriorar pela crescente tensão político-religiosa entre os dois reinos. Um dos desdobramentos dessa situação foi o aumento da atuação da Inquisição sobre a comunidade mercantil inglesa na Espanha ao longo da década de 1530, com prisões e confisco de bens. Eventos como esses não apenas impulsionaram o sentimento anticatólico e anti-espanhol que passaria a marcar os conflitos marítimos entre Espanha e Inglaterra nas décadas seguintes, como também ataçaram atividades predatórias contra navios e territórios espanhóis (Andrews, 1984).

Thomas Wyndham e Hawkins figuraram entre os mais proeminentes nomes dessa fase. Wyndham (c.1508–c.1554), após um curto período comandando forças inglesas na Irlanda em fins da década de 1530, envolveu-se definitivamente com os mares, vindo a se tornar vice-almirante de uma frota inglesa na Escócia. Nessa frente, adotou o comportamento recorrentemente observado em navegadores e comandantes

¹⁹⁶ O comércio inglês com a Guiné se estabeleceu de fato somente a partir de 1553, já que as atividades de Hawkins estiveram restritas à Costa da Malagueta, e não à região da chamada “costa do ouro”.

¹⁹⁷ Não há registros de atividades inglesas com o Brasil até a década de 1570, e em 1553 se restabeleceu o contato com a Guiné. Por sua vez, franceses continuaram ativos em ambas as regiões no período mencionado (Andrews, 1984).

daquele momento da era Tudor: a combinação entre negócios comerciais legítimos e a pirataria, especialmente em tempos de guerra¹⁹⁸, durante os quais a lucratividade da predação de embarcações inimigas tendia a sobrepujar a do comércio habitual, geralmente afetado pelos conflitos (Andrews, 1984). É importante salientar que Wyndham, assim como tantos outros, não atacava apenas navios de nações adversárias. Por exemplo, em 1545, tomou juntamente com Hawkins o navio *Santa Maria de Guadeloupe*, pertencente a um espanhol. Ainda naquele ano o Conselho Privado ordenou a devolução da embarcação e ambos tiveram que responder por suas ações.¹⁹⁹

Outro caso que denota o *modus operandi* dos ingleses nesse período é o de Robert Reneger (c.1558), mercador de Southampton envolvido com o comércio de pau-brasil. Tendo em vista as hostilidades no palco europeu, em 1543 Reneger se voltou ao apresamento de navios franceses com permissão da Coroa. Não obstante, assim como Wyndham e Hawkins, também direcionou seus ataques às embarcações espanholas, como no apresamento do navio *San Savadore*, carregado de riquezas do Novo Mundo, em 1545. De longe o maior butim da guerra até então, o episódio teve vários desdobramentos: o mais imediato foi o encorajamento de ações semelhantes contra alvos espanhóis, e, no longo prazo, produziu uma crise diplomática envolvendo inclusive a Coroa, que se recusou a restituir a carga roubada. No fim, o resultado foi amplamente favorável a Reneger, obrigado a devolver apenas um terço das mercadorias apreendidas. O triunfo dessas figuras abriu espaço para iniciativas mais agressivas e predatórias entre os ingleses nas décadas seguintes (Andrews, 1984).

A partir dos exemplos mencionados, é possível extrair certas recorrências nas atividades inglesas até então. Em primeiro lugar, o interesse pelas regiões mais setentrionais, ainda que ações efetivas para explorar e ocupar essas localidades continuassem bastante esporádicas e oscilantes ao longo do século; a realização de ações furtivas e predatórias aos territórios, rotas e embarcações ibéricos no Atlântico, tanto na costa africana como na americana; também se distinguia claramente a conexão entre conflitos envolvendo as nações europeias e o aumento dessas atividades contra

¹⁹⁸ Durante o reinado de Henrique VIII (1509-1547) foram diversos os conflitos contra a França, intercalando períodos de paz e hostilidades entre 1511 e 1547. Em alguns momentos, as circunstâncias aproximaram Henrique VIII da Espanha, então governada por Carlos V, também imperador do Sacro Império Romano-Germânico, que por sua vez também possuía suas próprias desavenças com os Valois (Cf. Potter, 2011). Quando os conflitos entre Inglaterra e França foram retomados no início de 1543, navios ingleses passaram a atacar indistintamente tanto embarcações francesas quanto espanholas e flamengas. ver Andrews, 1984.

¹⁹⁹ Hawkins chegou a cumprir um breve período de aprisionamento por seu envolvimento no contrabando de mercadorias espanholas tomadas por corsários sob seu comando.

carregamentos portugueses e espanhóis, ainda que não se restringissem a eles. Conforme salientado por Andrews (1984), os empreendimentos oceânicos ingleses derivaram seus métodos, táticas, desejos e ambições a partir do que encontraram quando se lançaram à expansão: nos impérios ibéricos, os ingleses encontraram suas maiores e melhores conexões mercantis. Desses laços surgiram “conhecimentos, emulação, rivalidade, inimizade – um ciclo repetido no período Elisabetano e depois também no Jacobita” (Andrews, 1984, p. 63).

Esse período da expansão inglesa é caracterizado por autores como Andrews (1984) pela ausência de coesão das ações. Deixada a cargo de indivíduos ou grupos que de forma independente perseguiram seus próprios interesses, a expansão inglesa consistiu, dessa forma, numa sucessão de movimentos esporádicos, na qual iniciativas eram propostas e logo abandonadas, numa longa sequência de recomeços. Pela falta de propósitos definidos, ou pelo fato dos organizadores e financiadores se desviarem dos objetivos originais, as atenções migravam de um prospecto a outro: da procura da passagem noroeste ao ouro da Guiné e ao comércio de escravos africanos, do Panamá ao Estreito de Magalhães. Cañizares-Esguerra e Dixon (2017) relativizaram esse argumento ao sugerir que, se por um lado faltava organicidade aos projetos ingleses, por outro o sentido e o liame que conectou esses empreendimentos foram dados pela rivalidade geopolítica com a Espanha, ao que acrescentaríamos, em menor medida, com a França, bem como de certa convivência ou menor belicosidade dos portugueses. Segundo a interpretação dos autores, o aspecto desarmônico e caótico das ações inglesas seria apenas ilusório, uma vez que estavam atadas entre si como respostas às ações espanholas. A aparência de “tentativa e erro” decorreria das muitas e variadas formas pelas quais os ingleses empregaram e se apropriaram das experiências espanholas. Em nosso entender, a interpretação dos autores exacerba as características especular e de interconexão entre a expansão inglesa e a espanhola, ainda que tais elementos sejam, de fato, localizáveis na documentação. No entanto, como temos demonstrado neste trabalho, tais interpretações ignoram outras referências que marcaram tanto quanto (ou ainda mais) que as fornecidas pela Espanha, como a portuguesa e a italiana. Em especial, a experiência lusa parece ter sido, até meados do século XVI, mais mencionada que a própria espanhola, em registros mais colaborativos e amistosos do que simplesmente bélicos. Em grande medida, essa visão decorre do uso particular de fontes de finais do XVI carregadas do sentimento anti-espanhol e anticatólico de propagandistas da geração de Hakluyt. Ao carregar a tinta nesses aspectos, que, insista-

se, não negamos a existência, interpretações como a de Cañizares-Esguerra e Dixon dão à Inglaterra um papel apenas reativo, e não propositivo, isto é, agindo única e exclusivamente em função de movimentos espanhóis, o que não nos parece ser o caso a partir da documentação analisada. Entre usar a experiência espanhola, agindo na contramão e tirando proveito da Espanha, ou emulando os exemplos bem-sucedidos a fim de rivalizar suas conquistas, e não ter motor próprio, o salto parece ser grande demais.

O escalonamento das tensões com a Espanha acabou por atingir também a exportação de tecidos, um dos pilares da economia inglesa, uma vez que os Países Baixos, principal centro desse comércio, pertencia ao império espanhol. Assim, a historiografia tende a apontar que essa crise do comércio têxtil inglês por volta da década de 1540-1550 levou à ampliação dos horizontes comerciais ingleses por novos mercados e novas oportunidades de negócios. Tal situação teria impulsionado, segundo Andrews (1984), o desejo de criar conexões com novas áreas, não apenas para sanar o problema da exportação têxtil, mas também como forma de adquirir produtos e mercadorias de crescente demanda interna. Ainda que o comércio de tecidos tenha sido predominante até as primeiras décadas do século XVII, houve na década de 1550 tanto a retomada de antigas ideias latentes, como a busca por uma passagem setentrional que permitisse acesso direto à Ásia, quanto a expansão de atividades comerciais na América, Turquia, Mediterrâneo, Báltico, Rússia e Marrocos. Aliado a esses processos, assistiu-se ao aumento da demanda por informações relativas aos novos descobrimentos, em geral, e às realizações e proezas ultramarinas ibéricas, em particular.

II. Estudar o sucesso ibérico: o início da tradução e da publicação de materiais relativos à navegação, cosmografia e conquista por Richard Eden

Foi nesse tumultuado contexto que Richard Eden (c.1520-1576), erudito, alquimista e tradutor²⁰⁰, galvanizou em suas atividades as tendências expostas acima. Eden vinha de uma próspera família de mercadores, com histórico de educação universitária e ocupação de cargos públicos (Auxent, 2022, p. 364). Em 1552, tornou-se secretário de William Cecil (1520-1598), à época Secretário de Estado. O motivo desse apontamento geralmente é tributado ao contexto propiciado pelas políticas implementadas por Cecil e John Dudley (1504-1553), duque de Northumberland.

²⁰⁰ Para uma análise de sua trajetória biográfica e intelectual, ver David Gwyn (1984).

Dudley, em particular, havia ocupado o posto de Lorde Almirante até 1547, e, em princípios da década de 1550, atuava como regente *de facto* de Eduardo VI. Figura de grande projeção política, Dudley era entusiasta do desenvolvimento marítimo inglês e nutria desde os tempos do almirantado²⁰¹ o desejo de reunir *experts* em navegação e cosmografia a fim de promover e publicizar viagens de descobrimento (Gwyn, 1984, p. 20).

Essa estratégia fazia parte do objetivo maior de Northumberland de reverter a depressão econômica que se abatera sobre a Inglaterra, provocada por uma guerra com a França (1552-1556) e pela já mencionada crise na exportação têxtil. Invejando o sucesso desfrutado pela Espanha, alimentado pelo ouro e prata de suas colônias (Hadfield, 1995/1996, p. 12-13), Dudley e outros elementos do governo inglês procuraram então investir na abertura de novas rotas comerciais. Eden fazia parte de um grupo maior de pensadores, cosmógrafos e navegadores reunidos pelo duque em torno desse objetivo, dentre os quais estavam John Dee (1527-1608/9), que viria a ser um dos grandes promotores do império marítimo inglês; William Buckley e Robert Recorde, ambos matemáticos; Clement Adams, cartógrafo; e Leonard e Thomas Digges (Gwyn, 1964, p. 22-22; Hadfield, 1995/1996, p. 13).

A estreita relação entre a produção de Eden e as ideias defendidas pelo círculo ao qual se inseria fica mais patente ao considerarmos sua obra *A treatise of New India*²⁰², publicada em 1553. Provavelmente uma atribuição de William Cecil a Eden (Auxent, 2022, p. 364), o trabalho consiste em traduções de partes da *Cosmographia universalis*²⁰³ do geógrafo alemão Sebastian Münster, particularmente do livro V, no qual são abordadas as regiões orientais e a América²⁰⁴. A escolha desse recorte específico denota a conexão entre o interesse pelo “estado da arte” dos saberes cosmográficos com os locais sobre os quais se dirigiam os esforços comerciais. Além

²⁰¹ Em 1546, ainda como Lorde Almirante, recrutou os serviços dos franceses Nicolas de Nicolai, cartógrafo, e Jean Ribault, piloto. É possível que o retorno de Sebastião Caboto à Inglaterra tenha sido promovido por Dudley junto ao Conselho Privado (Gwyn, 1984, p. 20).

²⁰² Esse trabalho de Eden não apenas é considerado a primeira obra geográfica sobre o Novo Mundo em inglês, como também um dos primeiros exemplos de prática de tradução científica para a língua inglesa (Auxent, 2022, p. 363).

²⁰³ Primeira edição é de 1544, publicada em alemão. Em 1550, Münster produziu uma versão ampliada em latim, que recebeu diversas traduções para línguas vernáculas como francês, italiano e inglês, essa última realizada por Eden (Auxent, 2022, p. 369).

²⁰⁴ Os demais livros, não incluídos por Eden, tratam de noções gerais de astronomia e matemática (livro I) e de outras regiões do globo, como a Europa (livros II ao IV) e África (livro VI). Eden, no entanto, manteve certa autonomia ao traduzir o trabalho de Münster, em relação à estrutura, à introdução de materiais que não constavam no original e aos seus próprios comentários inseridos às margens do texto. Sobre as características do processo de tradução, ver Auxent, 2022.

disso, poucos meses antes da publicação, uma expedição comandada por Hugh Willoughby e Richard Chancellor zarpara na tentativa de descobrir uma nova rota para a Ásia, navegando pelo Nordeste através do Ártico. John Dudley participou ativamente da consecução do projeto, encorajando um grupo de mercadores londrinos a financiarem o empreendimento.

Apesar dos mapas da *Cosmographia* não terem sido incluídos na tradução, certamente Eden teve contato com eles, influenciando o desenvolvimento de suas ideias a respeito da possibilidade de travessias setentrionais. Tomemos como exemplo o *Typus Orbis Universalis* (Mapa 5), elaborado em 1540 por Münster para sua edição da *Geografia* de Ptolomeu²⁰⁵. Além de estar presente nas quatro edições da *Geografia* elaboradas por Münster (1540, 1542, 1545 e 1552), o mapa também figurou na primeira edição de sua *Cosmographia* (1544), com versões ligeiramente modificadas pelo gravador David Kandel a partir da segunda edição de 1550 em diante (Shirley, 1983, p. 86-87).

²⁰⁵ O intuito de Münster com essa revisão era aprimorar a tradução latina feita por Willibald Pirckheimer, com correções de Servetus, em 1535. Ao invés de partir de edições do latim, Münster elaborou uma nova tradução diretamente do grego (Shirley, 1983, p. 86-87).



Mapa 5. Claudius Ptolomy; Sebastian Münster (1540). Typus Orbis Universalis. In: SHIRLEY, Rodney W. **The mapping of the world: early printed world maps, 1472-1700.** London: Holland Press, 1983. p. 86. Observa-se como se indica a existência de uma conexão marítima que daria acesso ao oriente através das terras setentrionais (a passagem Noroeste).

Queremos destacar, primeiramente, como a composição geral das terras que compõem o continente americano contém elementos muito semelhantes àqueles que havíamos analisado no capítulo anterior, em especial a noção “arquipelágica” da América, isto é, a descontinuidade entre suas partes que não são pensadas como um todo. O próprio termo “América” é dado exclusivamente ao que seria a América do Sul, que, por sinal, é também chamada de “Ilha Brasil” no mapa; não há qualquer sinal da América Central continental, apenas do Caribe, com as ilhas de Cuba e Hispaniola.

Pode-se notar como Münster deixou em aberto a possibilidade de haver conexões por terra entre as partes sul e norte do continente, remetendo à hipótese do

golfo de Cuba constituir um “mar fechado” ou não, conforme analisado anteriormente em Anglería, por exemplo, bem como a contiguidade entre terras asiáticas e o que seria chamado posteriormente de América do Norte. Isso foi feito ao posicionar essas “incertezas” em margens opostas do mapa: pode-se ver como os limites ocidentais da América do Sul e do Caribe são interrompidos pela margem esquerda do mapa, enquanto “Temistitan”²⁰⁶ foi inserida na margem direita. Da mesma forma, o extremo leste da Ásia e o extremo oeste da América também ficaram sem delimitação clara. Assim, o autor do mapa se eximiu de estabelecer concretamente a relação entre essas partes. Casos assim são exemplares para demonstrar as complexas interações da experiência nos marcos legados pelas autoridades, que de forma alguma consistiu numa linha progressiva. Além disso, Cipango (grafado *Zipāgri*) e Cathay estão situados a pouquíssima distância dos domínios espanhóis descobertos desde Colombo. Essa tradição de que o Oriente se encontrava “logo depois” da América perdurou em mapas ingleses ao longo de todo o período examinado neste trabalho, embasando as teses e projetos de contorno do continente, como havíamos visto no capítulo anterior com Robert Thorne.

No que seria a atual América do Norte, a ideia de um grande arquipélago é ainda mais patente. Uma unidade é formada pela “Terra Florida” e “Francista” (provavelmente uma menção às tentativas de exploração francesas²⁰⁷ na região). Ao lado se lê “Corterati”, retomando a representação das terras atribuídas a Corte Real como grandes ilhas nos mapas analisados anteriormente. O que torna o mapa de grande relevância para nossa análise nesse momento é a interpretação dada à “Terra nova sive de Bacalhos”, representada como uma extensa faixa de terra ao norte do restante do continente: ao separá-las, surge, necessariamente, um estreito ou uma passagem entre elas que levaria diretamente às Molucas (“per hoc fretum iter patet ad Molucas”). Em outras palavras, a passagem Noroeste.

Pouco tempo depois, em 1555, Eden publicou sua obra mais conhecida, *The Decades of the Newe Worlde or West India*, composta de traduções de partes das obras de Pedro Mártir de Anglería (*De Orbe Novo decades*), Gonzalo Fernández de Oviedo (*La Natural hystoria de las Indias*) e Francisco López de Gómara (*Historia general de las Indias*). A publicação ocorreu no mesmo ano que foi oficialmente estabelecida a

²⁰⁶ Referindo-se a Tenochtitlán, nome da capital mexicana.

²⁰⁷ Em especial as de Jacques Cartier (1534, 1535-36, 1541-42) que, a despeito dos insucessos, encontraram lugar cativo em tratados, crônicas e mapas. Referências a Saguenay, por exemplo, em mapas como Mercator (1569) e Ortelius (1570) (ver Capítulo 6), derivam das viagens de Cartier.

Muscovy Company, companhia comercial que havia financiado a viagem de Willoughby e Chancellor, para a qual Eden passou a prestar consultoria sobre assuntos geográficos juntamente com John Dee²⁰⁸. Dee, à época, era um dos principais expoentes na defesa das passagens setentrionais, especialmente a nordeste (direção seguida pela referida expedição de 1553 de Willoughby). Ambos tiveram formação na Universidade de Cambridge²⁰⁹, onde, por sinal, William Cecil também havia passado, que viria a se tornar uma das figuras centrais no reinado de Elizabeth I e com o qual tanto Eden quanto Dee mantiveram estreitas relações ao longo da vida.

A última grande publicação de Eden foi *The Arte of navigation*, de 1561, uma tradução da *Arte de navegar* (1551) do cosmógrafo espanhol Martín Cortés de Albacar, que se tornou o primeiro “manual” inglês de navegação²¹⁰. Através dessas publicações, Eden respondia, entre outras coisas, à crescente demanda por informações relacionadas às navegações e ao Novo Mundo (Valencia Suárez, 2015), ao mesmo tempo em que, através delas, procurava fomentar o interesse inglês pela expansão marítima, conforme se nota na dedicatória da obra de 1553 ao duque de Northumberland:

I beare to my natyue countrey and countreyemen, which haue of late to their great praife (whatfoeuer fuccede) attempted with new viages to ferche ye feas and newe found landes, I thought it worthy my trauayle, to their better comfort, (as one not otherwife able to further theyr enterprife) to tranflate this boke [i.e. De orbe novo] oute of latin into Englifhe (Eden, 1885, p. 5).

No texto de Eden encontramos um intento propagandista vazado nos mesmos tópicos clássicos que analisamos nos escritos Thorne ainda a pouco: a retórica de persuasão destinada à convocar à ação para o engrandecimento do reino: era preferível uma morte em função de um propósito dedicado à glória de Deus e do reino do que uma

²⁰⁸ Dee, em duas ocasiões, primeiramente em 1547, e depois de 1548 a 1550, visitou a Universidade de Louvain, na França, onde estudou e trabalhou com grandes nomes da cosmografia da época, como Gemma Frisius, Pedro Nuñez, Abraham Ortelius e Gerard Mercator, com os quais manteve contato intelectual e amizade dali em diante (Sherman, 1995, p. 5-6). Ao retornar à Inglaterra, em 1551, começou uma longa e bem-sucedida carreira como intelectual na Corte sob proteção de uma série de figuras ilustres da administração elizabetana, como Christopher Hatton, Francis Walsingham e Edward Dyer, além da própria rainha Elizabeth I, que se mostrou a maior apoiadora de Dee, inclusive com eventuais suportes financeiros (Sherman, 1995, p. 7).

²⁰⁹ Eden entrou no Christ’s College em 1534. Ao que é possível averiguar nos escassos registros, em 1537 se encontrava no Queen’s College, onde viria a adquirir as titulações de B.A. em 1538 e M.A. em 1544 (Gwyn, 1984, p. 15). Dee, mais novo que Eden, começou os estudos no St. John’s College em 1542, adquirindo o B.A em 1547 e o M.A. em 1548 (Sherman, 1995, p. 4-5). As características do currículo em Cambridge naquele momento podem ser conferidas em Gwyn, 1984.

²¹⁰ Após a morte de Eden em 1576, Richard Willes, membro da *Muscovy Company*, concluiu a publicação de uma segunda edição expandida das *Decades of the Newe Worlde* sob o título *The History of Travayle in the West and East Indies* (1577), incluindo novos materiais e partes da obra de Anglería ausentes na edição de 1555. Cf. Keen, 1990, p. 166 e seguintes.

morte tranquila na cama, cercada do choro e lágrimas das mulheres.²¹¹ Cumpre destacar que as exortações eram espelhadas no exemplo espanhol: tivessem os ingleses a mesma disposição de espírito e coragem demonstrados pelos espanhóis ao empreenderem grandes feitos, a Inglaterra teria constituído em Londres uma Sevilha inglesa, abundando em riquezas oriundas de terras como o Peru. Ao pretender que seus compatriotas “aprendessem pelo exemplo”, Eden retomava outro tópico clássico veiculado pela *auctoritas*, a História *magistra vitae*.

[...] fure I am that afwel they which fet forth or take vpon them this viage, as alfo they which fhall hereafter attempt ye lyke, may in this fmal boke as in a little glaffe, fee fome cleare light, not only how to learne by the example, dammage, good fucceffe, and aduentures of other, how to behaue them felues and direct theyr viage to their mofl commoditie, [...].

Which manlye courage (like vnto that which hath ben feen and proued in your grace, afwell in forene realmes, as alfo in this oure cuntry) yf it had not been wanting in other in thefe our dayes, at fuche time as our fouereigne Lord of noble memorie Kinge Henry the viij. about the fame yere of his raygne, furnifhed and fent forth certen fhippes vnder the gouernaunce of Sebaftian Cabot yet liuing, [...], it myghte happelye haue comen to paffe, that that riche treafurye called *Perularia*, (which is now in Spayne in the cite of Ciuile, and fo named, for that in it is kepte the infinite ryches brought thither from the newe found land of Peru,) myght longe fince haue bene in the towre of London, to the kinges great honoure and welth of this his realme. (Eden, 1885 p. 5-6)

Vale destacar a presença no excerto de uma noção de “desperdício de oportunidade” da Inglaterra: no presente caso, associada à falta de visão de Henrique VIII sobre o projeto de Sebastião Caboto. Esse topos narrativo, encontrado em escritos anteriores²¹² aos de Richard Eden, seria retomado por muitos autores no decorrer do

²¹¹ “yet not for one foyle or fal, fo to be difmayd as with fhame and difhonor to leaue wyth loffe, but rather to the death to perfift in a godly, honefte, and lawful purpofe, knowing that whereas one death is dewe to nature, the fame is m.ore honourably fpent in fuch attemptes as may be to the glorye of God and commoditie of our cuntry, then in fofl beddes at home, among the teares and weping of women” (Eden, 1885, p. 6).

²¹² O poema *A new interlude and a mery, of the nature of the four elements*, composto por John Rastell (c.1475-1536) por volta de 1519 contém um dos primeiros exemplos dessa temática. Entre os vários diálogos travados entre as personagens “Studious Desire” e “Experience” (não coincidentemente, elementos basilares da proposta desenvolvida por Eden posteriormente), encontra-se o pesar pelo fato de não terem sido os ingleses a descobrir e tomar posse das novas terras:

“Oh, what a thing had be then,
If that they that be Englishmen
Might have been the first of all
That they should have taken possession
And made first building and habitation,
A memory perpetual!

And also what an honorable thing,
Both to the realm and to the king,
To have had his dominion extending

século XVI e XVII. George Best, analisado no Capítulo 7, empregou semelhante argumento na década de 1570. Cumpre salientar que essa noção exprime uma perspectiva temporal que, inextricavelmente, a associa a uma perspectiva que é também da experiência (como algo aprendido/adquirido pela vivência no tempo): somente a partir do momento que os sucessos espanhóis na América começaram a mostrar seus dividendos é que, retroativamente, projetou-se sobre as tentativas inglesas da passagem do XV para o XVI tal potencialidade nunca desenvolvida. Como vimos nos Capítulos 2 e 3, tais pressupostos não estavam presentes nas navegações lançadas a partir de Bristol, tampouco nas capitaneadas por Caboto. Além disso, nem mesmo a ideia de “América” estava constituída para se fazer presente nos horizontes daquelas navegações. A análise de casos como Eden e Best feita nesta tese vai ao encontro da argumentação de Cañizares-Esguerra e Dixon (2017) sobre o “lapso” ou “negligência” (*oversight*, no original) de Henrique VII na constituição daquilo que os autores denominaram “inveja imperial” inglesa. Não obstante, este trabalho também amplia o referido estudo, mostrando como a ideia da “chance desperdiçada” foi se constituindo como topos narrativo ao longo do século XVI, como não se restringia à relação entre Colombo e Henrique VII e como, numa chave propagandística, empregava uma argumentação retórica que retomava modelos, formas e temáticas clássicos (autoridades, portanto) a respeito do engrandecimento do reino

III. Experiência, autoridade e razão na epistemologia de Eden

As análises historiográficas sobre Richard Eden tenderam a privilegiar as vinculações e implicações da conjuntura política na produção de suas obras. Não obstante a importância dessas análises, David Gwyn (1964, p. 13) argumentou que a inserção e contribuição de Eden no cenário científico-intelectual da Era Tudor tende a ser negligenciado. Em sua “Carta ao leitor”, no início do *Treatyse of Newe India*, Eden discorreu longamente acerca de seu entendimento sobre os fundamentos do saber e, de especial interesse para nosso trabalho, sobre as diferentes maneiras com que a *experiência* poderia ser empregada para validar conhecimentos. Conforme

There into so far a ground,
Which the noble king of late memory,
The most wise prince the seventh Harry,
Caused first for to be found” (Rastell, 2006, p. 4).

demonstraremos em nossa análise, seu texto expunha as possíveis relações entre *experiência, razão e autoridade*.

Logo nas primeiras linhas, Eden (1885, p. 7) assegurou que, a despeito da incredulidade que os assuntos aparentemente fantásticos ali tratados poderiam suscitar, todos os elementos contidos na obra eram certificados “pela *experiência* diária e aprovada *autoridade*” (grifos nossos). Para o autor, existia, portanto, uma relação de complementaridade entre as duas instâncias. Vejamos, então, o que Eden entendia por esses dois conceitos. O primeiro exemplo no qual experiência e autoridade funcionavam como instâncias legitimadoras dizia respeito à grande abundância de ouro, pedras preciosas e especiarias que os portugueses e espanhóis traziam das partes austrais do mundo. Por mais estranhas e incríveis que as notícias dessas viagens pudessem parecer, Eden advertiu que tal assombro era apaziguado pela sentença de Salomão, segundo a qual não haveria “nada novo sob o Sol”:

[...] yf thou confider the faying of wyfe Salomon, who affyrmeth yat there is no new thing vnder the Sunne, and that the thing that hath been, cometh to paffe again: which laying doeth greatly confyrme the trueth, of fuch thinges as are fpoken of in this Boke, wheras the fame perhappes to fome men might otherwyfe feme in maner incredible, yf the lyke had not been fene in tyme paffe, **and approued by auctoritie of mofle holy fcripture**, [...], and that he prepared a nauie of fhippes, in the porte of *Azion Gaber*, by the brinke of the redde fea, which fayled to *Ophir*, and brought from thence xxl fcore hundreth (which is. xlii.M. [forty-two thousand]) weyght of golde. [...] Alfo that the kinges nauie of fhippes went once in thre yere to *Tharfis*, and brought Gold, Siluer, Apes, Peacockes, and Elephanes teeth. **Which wordes furely feme fo to confirme fuch thinges as are fpoken of in the nauigacions wherof this boke entreateth**, that nothings can make more for the truth of the fame: and briefly to fpeake of the places whether Salomons fhippes fayled for Gold, as *Tharfis* and *Ophir*. This ought to be confydered for a general rule, that nearefl vnto the fourth partes of the world betwene the two Tropikes vnder ye *Equinoctial* or burning lyne, where the funne is of greatfl forfe, is the chieft place where gold is engendred, although it be fometymes founde in colde regions as in Scotland, in Crayford more, likewyfe in Hungary, yet nether pure of it felf, nor in great quantitie: the reafon whereof is largely declared in the Bookes of George Agric, and Albertus Magnus (Eden, 1885, p. 7. Grifos nossos).

Ao se aproximar do sentido tipológico e prefigurativo de leitura bíblica, o autor evocou uma relação entre as viagens de Salomão às ilhas de Tarsis e Orfir e as ibéricas do século XVI, sendo que a autoridade das primeiras conferia veracidade às últimas²¹³. Ambas se dirigiram a regiões de grande riqueza, situadas próximas à linha equinocial, retornando com enormes tesouros, especialmente metais preciosos. Desacreditar as

²¹³ Associação que à época de Eden já tinha certa tradição, haja vista estar presente em Colombo. O contato com as obras espanholas pode ser um dos canais que explicam sua presença na obra de Eden.

viagens ibéricas seria colocar em dúvida a existência das riquezas salomônicas: “nada novo sob o Sol” pressupõe a existência de conhecimentos e saberes que são atualizados ou concretizados em outros tempos, mas não particularmente “novos”, isto é, sem nenhuma ancestralidade ou ligação com o passado. Para fechar o circuito de seu raciocínio, Eden fundamentou-se pela autoridade de Georgius Agricola²¹⁴ e Alberto Magno²¹⁵, os quais, segundo o autor, confirmariam a ideia de que as regiões intertropicais seriam as mais abundantes em ouro e prata. Como vimos, é o mesmo princípio aristotélico²¹⁶ empregado por Robert Thorne, analisado anteriormente. Desta feita, as regiões nas quais portugueses e espanhóis retiravam anualmente suas riquezas não poderiam ser muito distantes daquelas visitadas pelos navios de Salomão na antiguidade.

O pressuposto segundo o qual apenas as regiões intertropicais seriam capazes de engendrar as riquezas descritas no livro dos Reis foi decisivo também para Eden contestar algumas hipóteses que localizavam Tharsis na região da Cilícia, sul da Ásia Menor. Segundo o autor, seria contrário aos “princípios da filosofia” (entenda-se, da razão) e da “experiência comum” considerar que a região, tão afastada da linha equinocial e dos trópicos, fosse capaz de produzir tamanhas quantidades de ouro: assim como não se podia esperar que a Espanha produzisse pimentas, tampouco que a Inglaterra colhesse laranjas (Eden, 1885, p.7-8). Eden, portanto, concluiu que a Tharsis de Salomão se localizaria em alguma região do hemisfério sul:

For, not onely olde and newe Hiftories, dayly experience, and the principles of natural Philofophie doe agree, yat the places most apte to bring forth gold, fpices, and precious flones, are the South and Southeafl partes of the world, but alfo our Sauioir Chrifl approueth the fame, declaring that the Quene of the South (meaning the Quene of Saba) came from the vtmofle partes of the worlde to heare the wyfdom of Salomon. And lyke as by the auctoritie of thefe woordes it is playne from what partes of the world fhe came, the fame to a philofophical head is apparent by fuche ryches and prefentes as fhe broughte with her (Eden, 1885, p. 8).

Observa-se em Eden o emprego de três elementos que compõem as linhas mestras de sua argumentação: os princípios da filosofia, que tanto neste quanto em

²¹⁴ Georgius Agricola ou Georg Pauer (1494-1555), nascido da Saxônia, paralelamente ao exercício da medicina, se dedicou ao estudo de mineralogia, sendo considerado um dos “pais” desse campo.

²¹⁵ Santo Alberto Magno, ou Alberto de Colônia (1193-1280), filósofo e teólogo dominicano, um dos Doutores da Igreja.

²¹⁶ Fortalecido pela lógica alquímica que, desde a antiguidade, associava o aparecimento de metais a exalações provocadas pela influência de determinados corpos celestes (ouro – Sol, prata – Lua, cobre – Vênus, ferro – Marte, estanho – Jupiter, chumbo – Saturno e mercúrio – Mercúrio). Para maiores detalhes, ver Kauffman, 1985. Vale lembrar que Eden possuía conhecimentos de alquimia.

outros autores analisados costuma designar o emprego da razão e o pensamento lógico voltado às leis naturais e suas causas; a experiência, que encontra diversas acepções nos escritos do período, mas que no presente caso denota o saber adquirido a partir da prática cotidiana e costumeira, da vivência acumulada ao longo do tempo que produz familiaridade com determinado fenômeno; e a autoridade, neste caso das sagradas escrituras e também de autores “antigos e modernos” (são citados, por exemplo, Georgius Agrícola, Alberto Magno, Plínio, Teofrasto, Apiano, Pio II, dentre outros. Eden, 1885, p. 7-11). A maneira de cerzir esses diferentes elementos nunca foi uniforme ou unânime, com autores pendendo a balança ora para um lado, ora para outro. Aqui a relação tende à complementaridade: a experiência das navegações ibéricas, que traziam anualmente quantidades maravilhosas de riquezas que deixavam outros reinos europeus atônitos e invejosos²¹⁷, eram compreendidas e tornadas “críveis” quando localizadas e inseridas nas tradições estruturantes das autoridades. Da mesma forma, não é de se espantar que no século XVII, Samuel Purchas, em certo sentido continuador da linha de trabalho de Eden, tenha identificado nas viagens salomônicas uma prefiguração da expansão britânica pelos mares.²¹⁸

Eden, contudo, não empregou essas instâncias ou categorias de validação de forma uníssona e homogênea. Observa-se que a utilização do argumento da razão, da experiência ou da autoridade variou, em grande medida, em razão da temática ou do argumento a ser validado/refutado. Isto é, ao escrever, pessoas como Eden dispunham de uma gama de “ferramentas” à sua disposição, e seu emprego levava em conta a agenda defendida pelo autor bem como seu posicionamento junto ao público que se dirigia. Para dar legitimidade a seus argumentos, Eden poderia usar lógicas autoritativas, baseada em dados ou conjeturas a partir deles, ou ainda toda sorte de combinação dos dois arsenais. O que se pode observar é o emprego de distintas formas de autoridade, uma vez que reconhecer e empregar a força legitimadora da *auctoritas* não implicava assentimento cego a esta ou aquela proposição. No trecho seguinte, podemos analisar uma dessas situações, quando Eden situou a expedição de Willoughby, que partira pouco antes da publicação do *Treatise of New India*:

²¹⁷ Noção de “inveja imperial”, particularmente da Inglaterra em relação à Espanha, foi desenvolvida por Cañizares-Esguerra; Dixon, 2017.

²¹⁸ Na introdução de sua última obra, publicada em 1625, intitulada *Hakluytus Posthumus, or Purchas his Pilgrimes*. É sabido que empregou partes de obras de John Dee que estavam em posse de Hakluyt (ver Sherman, 1995; Taylor, 1955). Dee, como vimos, compartilhava de formação próxima com Richard Eden.

[...] and to fpeake fomewhat of this viage which oure countrymenne, haue attempted to fayle into the Eaſte partes, by the coaſtes of Norway, Lappia, and Finmarchia, and fo by the narrowe tracte of the Sea by the coaſtes of Grouelande, into the frofen fea, called *Mare Congelatum*, and fo forth to Cathay (yf any fuche paſſage may be found) whiche onely doubteth doeth at this daye difcourage many faynte hearted men, fpeciallye becauſe in the moſte parte of Globes and Mappes they ſee the continente or fyrme land, extended euen to the North Pole without any fuch paſſage. Which thing ought to moue no man greatly, forafmuch as themoſt parte of Globes and mappes are made after Ptolomeus Tables: Who, albeit he was an excellent man, yet were there many thinges hyd from his knowledge, as not fufficientelye tryed or feareched at thoſe daies, as manifeſtly appeareth in that he knew nothing of America with the hole fyrme lande adherent thereunto, which is nowe found to be the fourth parte of the earth. Neyther yet knew he any thinge of the paſſage by the Weſte into the Eaſte, by the frayghtes of *Magellanus* as you ſhal reade in this Booke. Neyther of the Ilandes in the Weſte Ocean Sea, nor of the Ilandes of Molucca fituate in the mayne Eaſte Indian Sea. And as touchinge this paſſage, albeit, it were not knowen in Ptolomeus dayes yet other auctors of later time, who perhappes haue hadde further experience of the thing (as good reaſon is) doe wryte not onely that there is a paſſage by the Northe Sea into the mayne Eaſte Sea, but doe alſo further declare, howe certayne ſhippes haue fafely fayled throughe the fame, as Pius fecundus (otherwyſe called Aeneas Siluius) an excellent auctour defcrybeth in his Booke of Coſmographie [...] (Eden, 1885, p. 8).

Conforme Eden argumentou, apenas os “fracos de coração” duvidavam da existência de um caminho direto para a Ásia através das frias regiões árticas, descrença sustentada por globos e mapas que representavam apenas extensas terras contínuas, sem nenhuma passagem pelo mar. O problema, segundo Eden, não era a cosmografia em si, mas sim a “obediência cega” a certas autoridades, neste caso, a de Ptolomeu. A relação entre passagem do tempo, acúmulo de saber via novas experiências e a noção de perfectibilidade de áreas do conhecimento foi delineada pelo autor no sentido de validar tanto a existência da passagem nordeste quanto os projetos em torno dessa ideia. Apesar de Ptolomeu ter sido um “homem excelente”, obras, mapas e globos que levassem apenas em conta sua autoridade estariam defasados, uma vez que sua época, a antiguidade, não dispunha dos mesmos conhecimentos disponíveis ao tempo de Eden: saberes “suficientemente testados ou pesquisados”, em outras palavras, adquiridos pela experiência acumulada ao longo do tempo. Para o autor, essa era a razão pela qual não havia menções em Ptolomeu à América, ao Estreito de Magalhães ou às ilhas dos oceanos Ocidental e Oriental. Como podemos observar, as defasagens elencadas por Eden dizem respeito, sem exceção, aos locais atingidos a partir da expansão marítima europeia e a experiência possibilitada por ela.

A conclusão de Eden reforça a noção que a complementaridade entre autoridade e experiência se estabelecia por um componente temporal. Não apenas se

reafirmava o primado da perfectibilidade do conhecimento (e não de sua perfeição pretérita) ao longo do tempo pela aquisição de saberes através de novas vivências, tentativas, validações e procuras (alguns dos sentidos de experiência), como também a necessidade do sentido tradicional de autoridade para afirmar a validade dessas experiências: por exemplo, é a autoridade de Pio II, autor “excelente”, que permite a Eden se opor à autoridade ptolomaica e advogar a favor da passagem ártica. Essas “excelências” podiam ser elencadas na defesa ou crítica de determinado assunto. Segundo Karl Kohut (1992), o emprego da força da autoridade fora um recurso amplamente usado porque os eventos narrados sobre a América e os descobrimentos causaram tamanho espanto nos leitores europeus que a veracidade do relato não estaria suficientemente assegurada somente pelo valor do testemunho presencial. De fato, vimos anteriormente como Eden recorreu à Bíblia e a Salomão para sanar uma possível incredulidade em seus leitores. Kohut também propôs que a citação de “autores antigos” servia como “argumento por analogia”, e não exatamente como uma “prova”, já que os fenômenos descritos pelos “modernos” eram desconhecidos na antiguidade. Porém, haveria fenômenos naturais ou comportamentos humanos semelhantes nos dois períodos, o que possibilitava aos do presente empregar a autoridade “aprovada pela tradição”: se era verdade para o antigo, o seria necessariamente para o moderno.

A hipótese do autor sugere que conforme se deu o acúmulo de observações dos fenômenos naturais, tornou-se cada vez mais patente os “erros” dos escritores antigos, resultando no “conflito entre o princípio da autoridade e o princípio da experiência própria”. Assim, concluiu Kohut, a postura diante dos “antigos” era ambígua: serviam de apoio, cedendo aos “modernos” parte de sua reconhecida legitimidade, mas somente naquilo que comprovariam suas próprias experiências (Kohut, 1992, p. 479-480). Essa interpretação de Kohut para a expressão “anões em ombros de gigantes” pode ser matizada. Primeiramente, o autor pensou a relação entre autoridade e experiência unicamente em termos de conflito e oposição. O texto de Eden nos permitiu observar relações entre as duas instâncias que não apenas a de superação, oposição ou embate. Em segundo lugar, Kohut enfatizou a ideia que a autoridade só permanecia válida na argumentação quando confirmava as “próprias experiências”. Ora, se tomarmos “própria experiência” no sentido que o autor indicou, isto é, o testemunho ocular ou observação direta daquele que narra, o próprio Eden não poderia argumentar com base na experiência, uma vez que jamais teve contato direto com as partes do mundo discutidas na obra. Ainda que seja possível concordar que, como ferramenta

argumentativa, a autoridade fosse empregada para “preencher lacunas” da experiência, o crivo de sua utilização não poderia ser unicamente a instância da experiência individual.

É fundamental, portanto, atentarmos às diferentes noções de experiências. Por exemplo, no excerto anteriormente citado, há ao menos duas nuances que diferem da noção de experiência como testemunho ou aprendizado pela vivência pessoal. A primeira é a noção já mencionada da “excelência” autoral. Autoridades podem ter experiência como “experts” em determinado ramo de conhecimento ou assunto: a referida excelência de Ptolomeu e Pio II advém do proeminente conhecimento adquirido pela experiência que ambos detinham na área da cosmografia, e por isso suas opiniões deveriam ser levadas em conta, ainda que pudessem ser defasadas ou contrárias umas às outras.

Além disso, ao afirmar que Pio II possuía uma concepção do mundo mais apurada que a de Ptolomeu pelas novas experiências que o tempo disponibilizou a um e não a outro, apresenta-se a segunda nuance: a experiência pode ser “indireta” e preservar seu valor como ferramenta de validação. Foram as tentativas, vivências e testemunhos de diferentes pessoas, acumulados ao longo do tempo, que fizeram as cartas náuticas baseadas em Ptolomeu “desatualizadas” em relação àquelas mais recentes²¹⁹. Kohut (1992, p. 476-477) afirmou que a historiografia humanística se afastava do princípio da autoridade ao privilegiar o “conhecimento direto dos fatos relatados” como melhor forma de garantir sua veracidade. Essa perspectiva é encontrada também em uma série de obras surgidas especialmente nos anos em torno do 5º centenário do descobrimento²²⁰. Além do caso já mencionado de Grafton (1992), Anthony Pagden também sugeriu que um dos resultados mais claros em torno dos

²¹⁹ No cabeçalho de muitos mapas da Primeira Modernidade se encontra a ideia de que são baseados em autoridades corrigidas pelo acúmulo de novos dados. O título do mapa de Waldseemüller, de 1507, numa livre tradução para o português, seria “Cosmografia universal segundo a tradição de Ptolomeu e as descobertas de Américo Vespúcio e outros” (“*Universalis cosmographia secundum Ptholomaei traditionem et Americi Vespucii aliorumque lustrationes*”). Já o livro que o acompanhava seria conhecido como “Introdução à Cosmografia, com certos princípios necessários de geometria e astronomia, aos quais se adicionou as quatro viagens de Américo Vespúcio; uma representação do mundo inteiro, tanto em globo como em mapa, incluindo também terras que eram desconhecidas a Ptolomeu, e que foram recentemente descobertas” (“*Cosmographiae Introductio, cum quibusdam geometriæ ac astronomiæ principiis ad eam rem necessariis. Insuper quatuor Americi Vespucii Navigationes. Universalis Cosmographiæ descriptio tam in solido quam plano, eis etiam insertis, quæ Ptholomæo ignota a nuperis reperta sunt*”).

²²⁰ Suscitou o debate principalmente em torno do significado dos descobrimentos e das colonizações, bem como a maneira de se escrever a história da América. Nesse sentido, em tons geralmente muito críticos, considerou-se o grau de compreensão que os europeus foram capazes de alcançar em relação aos povos e às distintas realidades do continente, levando ao questionamento de fontes e seu emprego pelos historiadores: seriam capazes de conter informações da experiência do contato ou apenas transplantar e reproduzir um arcabouço conceitual externo?

eventos de 1492 foi o desafio imposto “às formas tradicionais de conhecimento”, particularmente à crença segundo a qual a totalidade do conhecimento se encontrava preservada em textos clássicos, principalmente Aristóteles (Pagden, 2018, p. 165). A América e a Reforma protestante tiveram, segundo a hipótese do autor, efeitos disruptivos sobre as tradições intelectuais e a visão teísta única do mundo, provocando a ascensão da experiência como principal guia para o conhecimento do homem e da natureza, pois conferiria “contato com dados brutos”, sem mediação. Embora Pagden, assim como Grafton (1992), tenha ressaltado que o processo nunca foi simples, e o tenha abordado de maneira bastante meticulosa em suas obras²²¹, a situação de confronto tendeu a imperar nas interpretações das relações entre as duas instâncias, apontando para o inevitável triunfo da experiência sobre a autoridade. Outra crítica que oferecemos a essas abordagens e que procuramos apontar neste trabalho é a falta de aprofundamento e matizes sobre o que se entende pelos conceitos de experiência e autoridade.

Conforme temos demonstrado, não apenas formas do que poderíamos chamar de “autoridades tradicionais” continuaram sendo empregadas (e aceitas) como instâncias legitimadoras, como o faziam em conjunto, e em diferentes níveis, com a experiência. Retornando ao texto de Eden, os trechos citados da obra de Pio II que comprovariam a passagem pelo Ártico são baseados em relatos de experiências: expedições a mando do imperador Augusto, navegações às regiões setentrionais na época das guerras macedônicas de Seleuco e Antíoco e, por fim, relatos, um de Cornelius Nepos, recolhido por Plínio em sua *História Natural*, e outro de Otão, imperador germânico, segundo os quais alguns mercadores indianos foram arrastados até a Germânia por uma tempestade, o que seria impossível se o mar Ártico fosse completamente congelado e nenhuma passagem marítima existisse²²².

A forma como Eden se posicionou diante dos descobrimentos é um indicativo que como enxergava os pesos, alcances e limites do emprego da experiência em relação às autoridades e à razão. “Forasmuch as in thefe our daies hath chaunced fo great a

²²¹ Como em *The fall of natural man* (1982).

²²² Relato muito parecido é encontrada em na *Historia general de las Indias* de Francisco López de Gómara, especificamente ao tratar da opinião que Europa, África e Ásia seriam ilhas (ver López de Gómara, 1979, p. 20-21). O argumento dos mercadores indianos foi retomado por Gilbert, em seu *A discourse of a discoverie for a new passage to Cataia*, como mais um elemento que comprovaria a existência da passagem pelo Norte. Ver Gilbert, 1940a, cap. 4-7. Não há qualquer menção a Eden, mas, diante do emprego dos mesmos exemplos, e sabendo que Gilbert havia consultado autores e tratados sobre cosmografia para se inteirar da discussão sobre uma possível passagem pelo Norte, é verossímil supor que ele tenha tomado contato com essa obra.

fecret to be found, as the like hath neuer been knowen or heard before” (Eden, 1885, p. 9). Nesse trecho e nas linhas seguintes, Eden confessou seu grande maravilhamento com a quantidade de segredos que em seus dias eram constantemente revelados, os quais nunca haviam sido conhecidos. Em particular, se referia às navegações em torno do globo feitas por navegadores espanhóis e portugueses, uns pelo ocidente, como Magalhães, outros pelo oriente, contornando a África, alcançando as longínquas regiões da Índia e das Molucas²²³. O maravilhamento com esses “segredos” até então desconhecidos, ou, nos dizeres de Anglería, com esses “partos do fecundo Oceano” (Fernandes; Reis, 2014), decorria em grande medida de sua radical novidade, isto é, por sua ausência das tradições intelectuais e das obras das autoridades (clássicas e bíblicas). As respostas a esse sentimento descrito por Eden foram diversas no tempo e no espaço, provocando na historiografia um acalorado debate sobre impacto da América sobre os europeus.²²⁴ Em um primeiro momento, o movimento mais natural foi recorrer à tradição legitimada pelas autoridades, fossem clássicas ou bíblicas (Fernandes; Kalil; Reis, 2018). Vimos como Eden percorreu esse caminho ao fazer aproximações e distanciamentos entre Salomão e Ptolomeu. A convicção do autor inglês na veracidade das informações provinha, então, da “experiência, professora e mestra de todas as ciências”:

A thing furely moft wonderful, and in maner incredible, but that the fame is proued moft certayne by experience, the teacher and meftres of all fcienes, for lacke of whofe ayde (experience I meane) lyke as many greate wittes haue fallen into great errorrs, fo by her ayde, many bafe and common wittes haue attained to the knowledge and practife of fuch wonderfull effectes, as could hardely be comprehended by the difcourfe of reafon (Eden, 1885, p. 9).

Sem a experiência, ponderou Eden, até mesmo os mais sagazes intelectuais cometeriam erros, mas com seu auxílio até mesmo os mais comuns conseguiriam o conhecimento que somente pela razão dificilmente seria compreendido. Nesse trecho, ao utilizar a expressão “mestra das coisas”, Eden parece confirmar as hipóteses do gradual processo de “transição de um conhecimento baseado nas autoridades clássicas para um conhecimento baseado em evidência empírica” (Almeida, 1998,

²²³ “The thing therefore is this, how the hole globe of the world (of the earth and water I meane) hath been fayled aboute, by the Weft, into the Eaft, as doth more largely appeare in this boke in the nauigacions of *Magellanus*, who from Spayne fayled Weftward to the Ilandes of *Molucca* being in the Eaft fea, farre beyond ye furtheft partes of Eaft India: and the portogales came to the fame Ilandes from Spayne fayling Eaftward by the coaftes of Aphrica, Arabia, and the vttermoft India beyond the ryuer of *Ganges* where, in yat Indian fea the fayd Ilandes of *Molucca* are fituate” (Eden, 1885, p. 9).

²²⁴ ver, por exemplo, Karen Kupperman (1995).

n.p.). Mas essa suposição é enganosa. De acordo com Onésimo Almeida (1998), a expressão circulou ao menos em três fórmulas semelhantes – a experiência como mãe/mestra/amante das coisas – em latim²²⁵ e depois em outras línguas vernaculares. Sua origem não tem autoria exata, mas era comumente atribuída, no século XVI, a Aristóteles. Ainda que o filósofo não a tenha empregado explicitamente, é possível que ela tenha sido cunhada por um dos seus muitos comentadores, haja vista o papel da experiência no processo cognitivo no âmbito da filosofia aristotélica (Almeida, 1998). Um dos pontos centrais da análise de Almeida é a crítica ao que se convencionou chamar, particularmente em Portugal, de “revolução da experiência”,²²⁶ sugerindo que a experiência como fundamento ou critério de verdade não constituiu, em si, nenhuma novidade na história da ciência. A partir de Aristóteles, operou-se uma sofisticada reflexão sobre seu papel no conhecimento e, mais ainda, sobre as interações da experiência com a razão, ou, mais especificamente, o juízo (Almeida, 1998). O prefácio de Eden traz elementos nesse sentido, já que imediatamente após a expressão da experiência como mestra das coisas, o autor incluiu um largo arrazoado sobre Aristóteles e a intrínseca relação que deveria se estabelecer entre experiência e razão:

[...] I fuppofe was the caufe why the noble Philofopher Ariftoteles fayde: *Quod nihil eft in intellectu quod non fuit prius in fenfu*, that is, that nothinge is in vnderftandinge, but the fame was fyrft in fenfe, that is to faye subiect to ye fenfes. Yet would I not that any raftie witte fhoulde hereby take holde, as thoughe eyther Ariftotle or I, meant that fence were more excellent then reafon, but rather that reafon vfing fenfe, taketh his principles and fyrft fedes of thinges fenfyble, and afterwarde by his owne difcourfe and fearching of caufes, encreafeth the fame from a feede to a tree, as from an acorne to an oke (Eden, 1885, p. 9).

Ao se ancorar em Aristóteles, Eden argumentou que não se tratava de apontar qual das instâncias teria maior valor, o intelecto (razão) ou os sentidos (uma das vias

²²⁵ Normalmente na forma “*experientia est rerum magistra*”, como encontrada no relato de Jacques Cartier de 1535, mas também em variações como “*est mater rerum*”, em Sá de Miranda. Ver Almeida, 1998 e Carvalho, 1965.

²²⁶ Que ganhou força dentro do salazarismo como exaltação do lugar de Portugal na história europeia. Sem desconsiderar que a ciência moderna teria ganhado corpo ao privilegiar a experiência como critério de verdade, o autor relativiza a ideia de que isso tenha sido uma revolução, e enxerga Portugal e grupos de intelectuais como “incubadores” dessa perspectiva. Paralelamente a isso, visa tornar claro a participação portuguesa nesse processo, ainda que não o descreva como revolucionário, criticando a historiografia de origem anglo-americana que torna a Inglaterra o centro nevrálgico da ciência empírica e do empirismo. Mesmo objetivo tem Cañizares-Esgueira, numa série de artigos e capítulos publicados, nos quais procura colocar a Península Ibérica, e a Espanha em particular, no centro da criação da modernidade europeia. Ver, por exemplo, seus artigos “Iberian Science in the Renaissance: Ignored how Much Longer?” (2004) e “Hybrid Atlantics: Future directions for the history of the Atlantic World” (2013).

para a experiência do mundo), mas sua intrínseca relação na construção do saber. Tal qual uma semente, que ao germinar dá origem a uma árvore, as coisas capturadas pelos sentidos somente “desabrocham” plenamente se articuladas pela razão e inserido num nexos de causas e consequências, tal qual havíamos demonstrado na análise de Anglería em suas *Décadas*. Antes de mais nada, note-se que o lugar central dado à experiência no processo epistemológico proposto por Eden não marca, a princípio, nenhuma ruptura com as grandes autoridades antigas, tampouco com a tradição escolástica. Para compreendermos mais profundamente a extensão das implicações dessa forma de conceber os laços entre experiência e razão, cumpre fazer um pequeno recuo e analisar as relações entre essas instâncias na filosofia aristotélica.

Na discussão epistemológica grega, em particular na tradição aristotélica, havia uma distinção entre *episteme* e *gnosis*: apesar de ambos poderem ser traduzidos como “conhecimento”, o primeiro denotaria o sentido de um “conhecimento proposicional”, reservado às verdades universais e necessárias, enquanto o segundo designaria um conhecimento pessoal por familiaridade ou convivência.²²⁷ Nesse sentido, não poderia haver *episteme* das coisas sensíveis captadas pela percepção individual, apenas *gnosis*. Por outro lado, na tradição aristotélica, é a experiência, enquanto conhecimento de indivíduos, que fornece a matéria-prima da qual deriva o conhecimento como *techne* (técnica ou arte) ou *episteme* (conhecimento disciplinar, demonstrativo). Não obstante *techne* e *episteme* possuam muitas nuances, o que nos interessa reter aqui é que ambas eram claramente diferenciadas da simples experiência como empiria. Para Aristóteles, assim como para Platão, ao contrário da experiência incoerente e incompreendida, a técnica necessariamente pressupunha o conhecimento das causas e a habilidade de ensinar aquilo que se sabia. Vimos esse princípio aplicado nas *Décadas* de Anglería quando o humanista indicou a incapacidade dos navegadores em organizar os fenômenos observados por eles (o dado empírico) num nexos de causalidades. Ainda que, conforme sugerido por Chase (2022, p. 24), houvesse visões discordantes quanto à superioridade do conhecimento *episteme*, mesmo aqueles que advogavam a validade da técnica (*techne*) como um “saber fazer” (ou *know-how*) consideravam que a experiência adquirida necessitava de organização e classificação para ser válida.

²²⁷ Episteme é também traduzida como “ciência”, ainda que ciência denote uma gama de ideias que possivelmente estavam ausentes no conceito grego. Segundo Chase (2022, p. 24), a língua inglesa carece dessas nuances, dispondo apenas da palavra “knowledge”, mas outras línguas veiculariam essa diferença entre *episteme* e *gnosis* nos verbos *savoir/ saber/ sapere* e *connaitre/ conocer/ conoscere*, respectivamente.

Em todo caso, uma das grandes questões para Aristóteles, que foi abordada por Richard Eden ao explicitar o lugar da experiência em seu programa epistemológico, era a maneira pela qual certo conhecimento ou ciência (*episteme*) surgia de experiências individuais, já que cada uma delas representava instâncias diferentes de conhecimento. Partindo das proposições de Platão, Aristóteles propunha que tanto a *techne* quanto a *episteme* se originavam de sensações que, uma vez captadas pelos sentidos, criavam memórias.²²⁸ Por sua vez, repetidas memórias da mesma coisa equivaliam à experiência (*empeiria*) do indivíduo. Nesse sentido, era através da experiência que os seres humanos adquiriam técnica e conhecimento. Conforme sugerido por Michael Chase (2022, p. 28), ainda que haja discussões se a experiência possuía um papel apenas instrumental no edifício conceitual aristotélico, ela era vista como uma forma de conhecimento (*gnosis*), adquirida pela “repetição de memórias” (isso é, pela familiaridade com o objeto), conforme havíamos visto. Em síntese, o autor propôs que haveria uma distinção fundamental entre experiência como um conhecimento pré-racional que surge pela “memória” de repetidas sensações e a técnica/ciência como conhecimento racional consciente das causas envolvidas em determinado fenômeno ou atividade. Por *causa* se entende “explicação”, isto é, saber a causa de alguma coisa implica explicar porque ela é daquela forma (Barnes, 2000, p. 54). No excerto reproduzido anteriormente, observa-se como Eden abordou esses princípios do pensamento aristotélico ao propor que todo entendimento (“*understanding*”) se origina primeiramente nos sentidos (que permitem o contato direto com o mundo, gerando experiência). Isso não quer dizer que os sentidos fossem superiores à razão, ou vice-versa, mas que a partir daquilo captado pelos sentidos, a razão é capaz de ampliar, através de seu “próprio discurso”, a busca pelas causas. A proposição da função primordial da experiência e sua relação com a análise racional estabelecida por Eden como fundamentos da ciência que o leitor encontraria em seu livro derivava suas linhas mestras do pensamento aristotélico.

Nought els to fay, but that experience to be moft certain which is ioyned with reafon or fpeculacion, and that reafon to be moft fure which is confirmed with experience, accordinge as the Phificians determen in theyr fcience, that neyther practyfe is fafe without fpeculacion, nor fpeculacion without practyfe. Wherefore, whereas men of great knowledge and experience, are to great affaires, theyr attemptes haue for the mofte parte good fuceffe, as doeth mofte playnly appeare in all hiftories: notwithstanding that fome

²²⁸ Segundo Gadamer (1999, p. 518-519), Aristóteles se apoiou num raciocínio que em sua época já possuía uma certa cunhagem clássica. O registro mais antigo, via Plutarco, remonta a Anaxágoras, segundo o qual o homem se diferenciava dos animais por possuir *empeiria*, *mneme*, *sophia* e *tekne*. Outras aplicações semelhantes apareceriam no *Prometeu*, de Ésquilo, e no *Protágoras*, de Platão.

ignoraunt men wyl alledge that certayn rafhe aduentures haue profered well: which fayinge proueth no more then yf a man fould fay, that twife or thrife a man vnarmed flew a man armed (as dyd fometyme the wyld Irifhmen at bullen) Ergo, it were better to fight vnarmed then armed (Eden, 1885, p. 9).

Em resumo, a experiência não poderia ser desvencilhada da razão sob pena de perder seu poder de fonte segura para o conhecimento. Por outro lado, somente a razão (o saber “especulativo”, conforme mencionado no texto) não pode subsistir corretamente sem a confirmação ou sustentação da experiência. Comparando sua proposição com “ciência médica”, não haveria, prática segura sem especulação, tampouco especulação correta sem prática. Experiência e razão, portanto, não eram polaridades epistêmicas, mas partes de um conjunto necessário à elaboração de um conhecimento verdadeiro. Essa proposição não era propriamente nova, como vimos, e encontrava-se disseminada nas mais variadas matérias do conhecimento erudito. Segundo Maria Auxent (2022, p. 365), nesse esquema explicitado por Eden, toda ciência derivava de experiências sobre as quais o pensador poderia se pautar de diversas maneiras de acordo com os diferentes status epistêmicos que essas experiências apresentavam. Esses status podiam variar, conforme as referências empregadas por Eden nos mostraram, da experiência imediata do sujeito (no sentido da observação direta individual, testemunho pessoal ou o dado empírico observado diretamente) até experiências mediadas por fontes escritas e orais. Além do mais, o valor atribuído a essas experiências podia variar de acordo com os critérios intelectuais do pensador ao considerar e avaliar essas experiências. Outro caso em que Eden nos auxilia a compreender de maneira mais profunda e matizada esses imbricamentos entre noções de experiência e suas relações com a razão aparece no seguinte excerto:

And wheras I haue here fpoken of knowledge ioyned with experience, I meane by knowledge yat which we commonly call learning, whether it be gotten out of bokes (which are the writings of wife and expert men) or otherwyfe by conference and educacion with fuch as are lerned: meaning nought els by learning, but ye gathering of many mens wittes into one mans head, and the experience of many yeres, and many mens lyues, to the lyfe of one, whom we call a learned, wyfe, and expert man (Eden, 1885, p. 9).

Conforme argumentado anteriormente, a concepção que a experiência seria uma fonte mais segura de conhecimento do que os ensinamentos veiculados pelas autoridades legitimadas pela tradição repete, na maioria dos casos, alguns lugares comuns: a noção de enfrentamento entre uma instância e outra aliada a definições simplistas do que seriam experiência e autoridade/tradição. Tomemos, por exemplo,

Steven Shapin (1994, p. 16), segundo o qual a grande diferença entre “modernos” e “escolásticos antigos” residiu justamente na defesa da supremacia da “experiência ou intuição individual direta” sobre a autoridade de escritores anteriores. Richard Eden, assim outros autores analisados neste trabalho, permite relativizar esses posicionamentos sobre as duas instâncias como também a própria noção de experiência, que não se limitava à observação individual direta. Pela análise do excerto anterior, percebe-se que além da aproximação entre razão (o conhecimento referido como “especulativo”) e experiência, há a proposição da união desta última com aquilo que Eden denominou “conhecimento” (“knowledge”). Por conhecimento o autor concebia determinado aprendizado (“learning”), fosse aquele adquirido através dos livros, que continham o saber de homens “sábios e expertos” (portanto, experientes no saber), fosse aquele advindo do contato com homens instruídos e cultos (“learned”).

É fundamental observar que esses homens são considerados instruídos por possuírem experiência, acumulada por indivíduos através do tempo e acessada pelos homens “sábios e expertos” através dos livros. Ou seja, se é verdade que Eden considerava possível a superação dos “antigos” pela experiência, não é de *sua* experiência direta e individual que se trata: pressupõe, como já vimos, ao menos duas outras noções: a expertise em determinado campo do saber – o autor “experimentado” em sua área de conhecimento – bem como a experiência que se acumula através das gerações e ficam disponíveis quer através dos livros quer através do contato com homens instruídos. Nesse sentido, as diretrizes expostas por Eden para o ganho de conhecimento propunham a combinação de novas experiências, obtidas dentro de um amplo espectro de possibilidades, com o conhecimento existente, através da experiência individual. Para Auxant (2022, p. 366), as reflexões de Eden a respeito da experiência continham muito daquilo que Francis Bacon viria a propor no século XVII: ao invés de realizar um simples amontoado de experiências, Bacon postulou que a coleta de experiências individuais deveria ocorrer de maneira reflexiva e ordenada, estabelecendo assim uma *experientia literata* capaz de pavimentar o caminho ao conhecimento verdadeiro. Barnes (2000, p. 137) apontou como Bacon julgou romper com a tradição epistemológica aristotélica ao defender o empiricismo como base de uma nova ciência, quando toda a base da ciência aristotélica já pressupunha a subordinação do argumento abstrato à evidência factual.

Portanto, a suposta dicotomia entre os humanistas letrados e os homens da experiência, ou ainda entre a supremacia da experiência direta e a autoridade da

tradição, nas palavras de Shapin, (1994), precisa ser matizada, havendo entre essas categorias fronteiras muito mais porosas e permeáveis do que se supõe. Para exemplificar os pressupostos dessa argumentação, retomemos o texto de Eden que contrapôs dois casos: de um lado, Alberto Magno, e do outro, Santo Agostinho e Lactâncio. No primeiro caso, o *doctor universalis* arguiu a favor da possibilidade de haver regiões habitáveis na zona tórrida sob o Equador, pautando-se, segundo Eden, pelo “aprendizado” (“learning”) e excelência em astronomia, sem o auxílio da experiência (no sentido de verificação empírica). Mesmo indo de encontro a opiniões anteriores²²⁹, a experiência posterior comprovaria a veracidade de dessa hipótese. Já Santo Agostinho, a despeito de sua grande importância e conhecimento, incorreu em “erros infantis” ao se opor à ideia dos antípodas, isto é, à existência de homens na parte oposta da terra, onde o sol nasceria quando se põe para nós, tendo seus pés contra os nossos.²³⁰ No que Lactâncio também errou ao criticar os astrônomos que, com seus cálculos geométricos, propunham a esfericidade da terra, “que, apesar de tudo, eles provaram ser correto com demonstrações da geometria e incontáveis experimentos”.²³¹ O motivo de ambos estarem errados era um só: não possuem experiência na ciência astronômica. Aqui se observa algo fundamental para nossa argumentação: ao contrapor os dois exemplos, Eden advogou pela necessidade da experiência para a acuidade do conhecimento e das hipóteses formuladas, princípio, como já vimos, da ciência aristotélica. É necessário, portanto, observar que o autor se refere à experiência como excelência num campo de saber. Em outras palavras, a experiência aqui delineada vincula-se ao campo da erudição, da mestria intelectual (ou “especulativa” e “filosófica”, expressões comuns nas fontes do período), e não propriamente ao do testemunho ou observação empíricos do fenômeno em questão, para a correção de suas afirmações.

As autoridades (*auctoritates*) como conjunto de obras, saberes e pensadores com legitimidade reconhecida não existiam de forma isolada, tampouco constituíam um corpo fechado e monolítico cuja única forma de utilização era a repetição subserviente. Afirmar que alguém utilizou os clássicos, a Bíblia ou qualquer outra fonte “autorizada”

²²⁹ Inclusive do próprio Aristóteles, uma das principais autoridades para a hipótese da zona tórrida ser inabitável. Curiosamente, Alberto Magno baseou-se grandemente na filosofia aristotélica na composição de suas obras sobre a Natureza, o que demonstra que as autoridades não eram homoganeamente seguidas e aceitas em todos os seus posicionamentos.

²³⁰ “Suche as fable that there is Antipodes, that is to faye, menne of the contrarye parte, where the funne ryfeth when it falleth to vs, and to haue theyr feete agaynllle oures.” Eden, 1885, p. 10.

²³¹ “whiche neuertheleffe they proue wyth mofle certayne and apparenfe demonfracions of Geometrye, and vnfayleable experymentes.” Eden, 1885, p. 10.

não é suficiente para predizermos o resultado de seu uso: o corpo canônico poderia ser empregado para difamar, elogiar, vituperar, confrontar ou ainda reforçar determinado argumento (Grafton, 1992). Um exemplo dessa perspectiva foi se encontra na obra *Filhos de Adão* (2015), de Luís Guilherme de Assis Kalil, no qual o autor analisou as hipóteses criadas por europeus sobre a origem dos indígenas americanos. Por mais que as respostas passassem pelas referências clássicas e bíblicas, Kalil argumentou que elas ganharam os mais diferentes contornos e matizes. É o caso, por exemplo, da associação das origens dos indígenas com as tribos perdidas de Israel: tanto Francisco Hernández quanto Diego Andrés Rocha teriam empregado esse recurso como premissa, mas chegaram a conclusões completamente diferentes: para o primeiro, essa descendência explicaria a inferioridade de determinados grupos indígenas em relação a outros mais “civilizados”, enquanto para o segundo a ancestralidade judaica seria justamente o motivo de haver povos mais avançados (Kalil, 2015). Esse emprego polifônico e variado de premissas consideradas “tradicionais” estaria vinculado, segundo a hipótese de Kalil (2015, p. 133), à experiência dos europeus na América, que gerou clivagens no emprego das autoridades e nas respostas elaboradas a partir delas.

Conforme Grafton propôs (1992), o cânone da tradição e das autoridades não era estável e unitário a ponto de inibir vozes discordantes, estando aberto a constantes mudanças e adaptações. O “aprendizado pelos livros”, nos dizeres de Eden, não fornecia uma única maneira de estruturar dados novos, mas sim uma gama de “estêncis sobrepostos” (Grafton, 1992, p. 58) que permitiu diferentes posicionamentos e finalidades. Nesse jogo pesaram, por exemplo, as contingências de caráter temporal²³², nacional, religioso e até mesmo a própria relação que os indivíduos mantinham com as formas de conhecimento e referências canônicas (Fernandes; Reis, 2014). A associação de certos autores entre a América e a Atlântida é um exemplo significativo das múltiplas formas de empregar a tradição. Kalil (2015) demonstrou que autores como Francisco López de Gómara, Bartolomé de Las Casas e Agustín de Zárate, dentre outros, se pautaram em autoridades para identificar no Novo Mundo a grande ilha dos diálogos platônicos. Não obstante, o fizeram para defender os mais diferentes argumentos, por vezes opostos entre si. Essa hipótese, defendida na Inglaterra por Humphrey Gilbert, analisado mais adiante neste capítulo, cumpria objetivos muito claros: asseverar a

²³² Percebidas, por exemplo, na análise de Fernandes e Reis (2014) entre Anglería e Herrera, e por Kalil (2015), ao afirmar que própria questão sobre a procedência e a natureza dos ameríndios foi indissociável da experiência americana.

natureza arquipelágica da América era condição *sine qua non* para seu projeto de travessia marítima. Portanto, as informações e os modelos de conhecimento transmitidos pelas autoridades funcionavam como “ingredientes” que poderiam ser adicionados às mais diferentes composições, respondendo a propósitos e intenções os mais diversos.

Casos como o de Richard Eden, porém, nos permitem afirmar que as ditas “autoridades tradicionais” constituíam também uma área de experiência, que por sua vez sintonizava-se com suas outras formas em diferentes frequências. Vemos essa dinâmica quando Eden, por exemplo, afirma que as navegações espanholas e portuguesas não apenas refutaram teses e informações antigas, mas confirmaram muitas premissas de “excelentes autoridades” em cosmografia, astronomia e história natural, tais como Apiano, Estrabão e Plínio²³³. Não compartilhamos, portanto, da interpretação de Hadfield (1995/1996, p. 14) segundo a qual os trabalhos de Eden ilustram a suplantação dos antigos pelos modernos ao estabelecer seu próprio tempo através de uma quebra com o passado. Nessa ruptura, a América seria o divisor de águas a definir a modernidade, possibilitando um tipo particular de consciência autorreflexiva que não se refere às autoridades anteriores. Ninguém possuía a medida correta ou a perfeita dosagem no uso do legado antigo, e pelo menos até fins do século XVII a atitude geral diante desse debate foi a busca do equilíbrio entre correção das informações das autoridades e o emprego de suas estruturas e modelos de conhecimento (Rüegg, 1996). Tradição e inovação eram compatíveis, e os desafios impostos a autoridades como Aristóteles, Ptolomeu, dentre outros, não significou, necessariamente, uma revolução contra uma suposta ditadura dos antigos e dos livros realizada pelos cientistas empíricos, em favor do poder da observação direta. Retomamos aqui a premissa de Grafton (1992, p. 115), segundo a qual as críticas e revisões dos “modernos” sobre os “antigos” no início da Primeira Modernidade foram feitas a partir de precedentes da antiguidade, pautadas em modelos e conceitos clássicos: ao mesmo tempo em que corrigiam ou atualizam dados e informações advindas da experiência acumulada no tempo, tal qual Eden escreveu, os métodos e as estruturas do conhecimento eram aqueles das autoridades.

²³³ “[...] I beleue playnely that, that excellent witte of hys [Saint Augustine], could not haue remayned in yat error yf he had been wel exercyfed in Afronomy, or had knowen any fuche experyence as is fpoken of here beefore, howe the Spanyardes by the Wefle and the Portugales by the Eafle compaffed aboute the earth, whiche coulde neuer haue come to paffe yf the earthe were not rounde (*Quantum ad maximas fui partes*) as they call it” (Eden, 1885, p. 10).

O próprio Sebastian Münster, autor da *Cosmographia* traduzida por Eden e responsável por diversas edições da *Geografia* de Ptolomeu, é um bom exemplo dessa atitude: apesar de atualizar e expandir os dados ptolemaicos²³⁴, não abandonou premissas básicas do autor grego, assumindo mais a posição de continuador da autoridade antiga do que propriamente a de seu substituto (Grafton, 1992). No que, aliás, não esteve isolado. Tendo sido “redescoberta” em Constantinopla em fins do século XIII e ganhado dezenas de edições latinas a partir de inícios do XV, a obra de Ptolomeu recebeu suplementações e correções dos editores, ora atualizando, ora mantendo suposições, hipóteses e tradições firmadas pelas autoridades. A introdução de mapas, ausentes nos manuscritos originais²³⁵, é exemplar nesse sentido. Desde muito cedo as edições em latim de Ptolomeu passaram a incluir mapas com novos elementos, como é o caso da Escandinávia, adicionada à edição de 1423 por sugestão do cardeal Guilherme Filastro (Guillaume Fillastre). Tal prática de revisão e suplementação ganhou força principalmente a partir dos estudos de Nicolau de Cusa (1401-1464) e do papado de Pio II²³⁶ (1458-1464), quando os mapas adicionados aos originais de Ptolomeu começaram a ser intitulados “novos” ou modernos” (*tabulae novae* ou *modernae*) (Dilke; Dilke, 1993).

É importante notar que algumas dessas adições não visavam apenas “atualizar” as informações geográficas da antiguidade, o que poderia ser entendido, à primeira vista, como superação da tradição defasada em nome da experiência empírica nova. Elas também cumpriam a função de estabelecer ou conjugar uma estrutura de referências: por exemplo, a razão para incluir o mapa da Terra Santa na edição de Ulm de 1482 respondia ao desejo de conciliar Ptolomeu com a tradição cristã, já que para muitos a tradição clássica tendia a ignorar locais relevantes da história bíblica. Não obstante, nessa mesma edição também estavam presentes mapas que continham a Escandinávia, Groelândia e outras regiões que, nos dizeres de Nicolaus Germanus,²³⁷ nunca haviam sido descritas nem por Ptolomeu, Estrabão ou nenhum outro cosmógrafo (Dilke; Dilke,

²³⁴ Entre 1540 e 1552 foram quatro edições da *Geografia* de Ptolomeu realizadas por Münster na Basiléia, onde era professor de hebraico na universidade daquele local (Dilke; Dilke, 1993, p. 128).

²³⁵ Ver Dilke; Dilke, 1993. Provavelmente os 26 ou 27 mapas foram reconstruídos por Maximus Planudes, descobridor do manuscrito da Geografia em 1295, a partir de outras fontes gregas.

²³⁶ Aenas Silvius Piccolomini, muito apreciado por Eden, como pudemos observar.

²³⁷ Nicolaus Germanus (c. 1420 – c. 1490), ou ainda Domnus/Donnus Nicolaus Germanus, foi um monge beneditino responsável pela edição de 1482, realizada a partir da primeira edição latina realizada por Jacopo D’Angelo em 1406. A inclusão dessas novas áreas se deve, provavelmente, à contribuição de Claudius Clavus, geógrafo dinamarquês que viajou pela Europa em inícios do século XV, estando em Roma por volta de 1424, onde seus conhecimentos tornaram mais precisas as representações das regiões nórdicas.

1993). Após analisar as edições da *Geografia* de Ptolomeu realizadas ao longo do século XVI, Oswald e Margaret Dilke (1993) concluíram ser virtualmente impossível separar o que era ptolomaico das inserções modernas. Porém, nos afastamos aqui do tom pessimista que a análise dos autores adquiriu em suas conclusões, ao chamar de “espúrias” as adições e correções realizadas pelos editores, ou ainda quando reprovaram Münster por incorporar todos os dados provindos das navegações realizadas desde a primeira viagem de Colombo e manter elementos da “tradição”, como a nomenclatura de Atlântida para a América, o arquipélago das 7448 ilhas (uma referência a Marco Polo), a localização de Catigara na costa da América Sul (que em Ptolomeu se localizava do Extremo Oriente). Para além de julgar a validade ou a qualidade das edições, nos interessa aqui constatar como o conhecimento pautado nas autoridades coexistiu e se conjugou com informações, dados e interpretações que provinham de fontes “modernas”, elas próprias almejando se tornarem também autoritativas, numa relação cheia tensionamentos. Ao invés de se anularem mutuamente, se encaixavam numa “espécie de formação rochosa sedimentar, em que areia e detritos de duas montanhas juntam-se formando uma nova” (Reis; Kalil; Fernandes, 2018, p. 16).

É preciso, portanto, matizar as interpretações que viram no ganho de relevância argumentativa e epistemológica da experiência o rechaço de autoridades ditas tradicionais. A vinculação automática e estreita às autoridades dificilmente pode ser identificada como a atitude padrão até mesmo em figuras como Colombo, a quem geralmente se reputa uma hermenêutica “pré-moderna” (Todorov, 1999) por, supostamente, ignorar a realidade advinda da experiência. A partir dos exemplos citados, nossa hipótese é que a categoria de autoridade carregava consigo amplas possibilidades e margens de manobra: o que estava em jogo, para além da prevalência dos textos ou da experiência, era a constituição de um instrumental epistemológico para dar coerência ao mundo e aos novos desenvolvimentos, bem como conferir legitimidade a determinados projetos e agendas.

Capítulo 6

O quinto Netuno: a busca pela passagem noroeste e a consolidação das rotas orientais via Nordeste

I. Procurar a China, atingir a Rússia: sucessos e fracassos pelo Nordeste ártico

Como vimos anteriormente, parte das discussões apresentadas por Eden em seu tratado dialogavam diretamente com a expedição de Hugh Willoughby e Richard Chancellor de 1553 em busca de uma passagem pelas latitudes árticas na direção nordeste. Por trás do empreendimento, havia a “eminência parda” de Sebastião Caboto. Na Inglaterra desde 1547, Caboto era visto com umas das grandes, se não a maior, autoridade viva em relação às navegações em busca de rotas setentrionais (Wallis, 1984, p. 456). Por essa razão, o navegador veneziano compôs, em 9 de maio de 1553, pouco antes da partida da frota composta por três navios, um longo documento contendo normas a serem seguidas pelos viajantes da expedição. Caboto ocupava, então, a função de conselheiro de uma companhia criada em 1551 com o intuito de financiar expedição, a *Company of merchant adventurers to new lands*. Além da expertise do navegador veneziano, faziam parte do corpo de assessores o próprio Chancellor, reconhecido por seus conhecimentos em navegação, e John Dee, que voltaria a ser empregado em diversas ocasiões pela companhia. John Dudley, duque de Northumberland, era o principal patrono do empreendimento na Corte (Sherman, 1995, p. 173).

Caboto, ao final do texto, abordou questões relativas à exequibilidade da viagem, pois, segundo ele, muitos “autores e escritores”²³⁸ impingiram temores e suspeições a respeito do extremo frio polar e da inexistência de qualquer passagem, fazendo com que “mentes vacilantes e cabeças duvidosas” não apenas se retirassem do empreendimento como também impedissem outros de participarem. Para o veneziano, no entanto, tudo seria provado pela *experiência*, “mestra de todo conhecimento”:

the certaintie wherof, when you shall have tried by experience, (most certaine
Master of all worldly knowledge) then for declaration of the trueth, which

²³⁸ Os temores de Caboto não eram infundados. Jehan Scheyfe, embaixador imperial na Inglaterra, trocou várias correspondências com o bispo de Arras a respeito da expedição. Na carta de 11 de maio de 1553, escreveu que “Cosmographers and matematicians doubt if the passage be praticable, and cannot agree whether it can or cannot be accomplished. Gemma Frisius, in his last chart, published in 49 discourses on that point” (Wallis, 1984, p. 456). Infelizmente, nenhum exemplar do referido mapa sobreviveu.

you shall have experted, you may by common assent of counsell, sende either by land, or otherwaies, such two or one person, to bring the same by credite [...]. which is hoped no lesse to succeed to you, then the Orient or Occident Indias have to the high benefite of the Emperour, and kings of Portingal, whose subjects industries, and travailes by sea, have inriched them, by those lands and Islands, which were to all Cosmographers, and other writers both unknowne, and also by apparances of reason voide of experience thought and reputed uninhabitable for extremities of heates, and colds, and yet indeed tried most rich, peopled, temperate, and so commodious, as all Europe hath not the like (Cabot, 1886, p. 23).

Segundo Caboto, “cosmógrafos e escritores” postulavam a inabitabilidade de certas regiões pelo extremo calor e frio (referindo-se à noção antiga da zona tórrida) a partir de conjecturas da razão vazias de experiência. No entanto, a experiência, sendo “mestra do conhecimento”, havia provado errônea essa hipótese desde que portugueses e espanhóis se dirigiram a essas áreas supostamente inabitadas, das quais, agora, retiravam grandes riquezas. Portanto, se tinham errado para as Índias Ocidentais e Orientais, também estariam errados para aquilo que os ingleses encontrariam nas regiões setentrionais.

É preciso aqui, contudo, fazer algumas ressalvas: a ideia que a experiência deve preceder à formulação de hipóteses não era, em si, “moderna”, como argumentado no capítulo anterior, não efetivando propriamente uma ruptura total com formas de conhecimento advindas da antiguidade. Em segundo lugar, nota-se como experiência possuía diferentes acepções e aplicações. Por exemplo, a passagem para a qual a expedição se destinava não havia sido observada empiricamente nem por Caboto, nem por qualquer outra pessoa. Então como é possível estar certo de sua existência a partir da experiência? Se retomarmos o texto de Anglería, teremos uma possível resposta: ao receber dados coletados em regiões próximas, como a natureza das correntes marítimas, e interpretá-los com base na razão, chegou-se à conclusão que a existência da passagem é uma necessidade pelas “leis da natureza”. A experiência, no sentido de observação, fornece “material” para a construção de hipóteses por inferências, induções e conclusões lógicas, para se alcançar as explicações causais. Essas, por sua vez, necessitam também da experiência, desta vez como prova, teste e verificação”, para serem definitivamente comprovadas. Caboto emprega um exemplo que fortalece esse entendimento da experiência como “prova” (“trial”): a presença dos ibéricos em tais regiões haviam provado a possibilidade de vida na “zona tórrida”, assim como a futura expedição comprovaria a passagem setentrional pela direção nordeste e a habitualidade das áreas setentrionais, argumentos que depunham contra a execução do empreendimento.

A expedição encontrou um fim bem diferente das expectativas de Caboto. Enfrentando grandes dificuldades impostas pelo frio e o pelo gelo, Willoughby faleceu no percurso, juntamente com a tripulação de dois dos três navios que compunham a frota²³⁹. No entanto, mesmo não tendo encontrado a passagem marítima para Cathay, a expedição conseguiu estabelecer contatos comerciais com a Rússia de Ivã, o terrível: após o desastre que vitimou Willoughby, a embarcação de Chancellor, o *Edward Bonaventure*, seguiu sozinha até o Mar Branco, de onde os tripulantes avançaram por terra até a Corte do czar em Moscou. De volta à Inglaterra em 1554, Chancellor forneceu a Clement Adams (c.1519-1587) detalhes da viagem, que produziu uma narrativa em latim intitulada *The newe Nauigation and discoverie of the kingdome of Moscouia, by the Northeast*²⁴⁰, primeiro relato conhecido de uma viagem inglesa à Rússia. No início do texto, Adams louvou o empreendimento como necessário ao engrandecimento do reino, enfatizando a natureza estratégica que a expansão comercial e marítima possuía para a Inglaterra dentro da lógica de emulação dos feitos portugueses e espanhóis:

[...] certaine graue Citizens of London, and men of great wisdome, and carefull for the good of their Countrey, began to thinke with themselues, howe this mischiefe might bee remedied. Neither was a remedie (as it then appeared) wanting to their desires, for the auoyding of so great an inconvenience: for seeing th.it the wealth of the Spaniards and Portingales, by the discoverie and search of newe trades and Countreys was marueilously increased, supposing the same to be a course and meane for them also to obtaine the like, they thereupon resolued vpon a newe and strange Nauigation (Adams, 1886, p. 52).

Em 1555, com uma licença real, a *Company of merchant adventurers* deu origem à *Muscovy Company*²⁴¹, que passou a exercer monopólio no comércio entre Inglaterra e Rússia (Elton, 1997). Caboto passou a exercer o cargo de governador (*governor*) vitalício, dividindo a direção da companhia com um conselho de vinte e quatro consultores assistentes, dentre os quais estava o pai de Richard Eden (Gwyn,

²³⁹ Willoughby deixou uma espécie de diário contendo anotações da viagem após seu navio se separar do *Bonaventure* comandado por Chancellor em agosto de 1553. No ano seguinte, alguns pescadores da região encontraram os navios e os corpos da tripulação, juntamente com as anotações e um testamento de Willoughby. Os dois navios foram localizados pela expedição de 1555 comandada por Richard Chancellor. Cf. nota do editor em Hakluyt, 1886, v. III, p. 39; Gwyn, 1984, p. 26.

²⁴⁰ Originalmente: *Nova Anglorum ad Moscovitas navigatio Hugone Willowbeio equite classis praefecto, et Richardo Cancelero nauarcho. Authore Clemente Adamo, Anglo*. O título em inglês é da edição de Richard Hakluyt, que incluiu o relato em sua *Principal navigations* de 1589.

²⁴¹ Traduzida geralmente para o português como Companhia Moscovita, Companhia da Moscúvia ou ainda Companhia Russa.

1984, p. 26). Naquele mesmo ano, Chancellor liderou dois navios em outra expedição à Rússia, utilizando a rota anteriormente explorada. Os agentes e mercadores da Companhia que acompanharam a expedição pretendiam, além de obter mercadorias, adquirir privilégios comerciais junto ao czar e estabelecer armazéns e feitorias em Moscou ou cidades próximas, no que foram bem-sucedidos. Ao retornar, contudo, seu navio naufragou próximo ao litoral da Escócia em 1556, vitimando Chancellor e grande parte de sua tripulação. Steven Borough, um dos participantes da viagem de 1553, foi promovido a principal navegador da Companhia, realizando diversas expedições²⁴² para a Rússia até a década de 1570, tornando-se uma das principais referências em navegação pelo Ártico. Seus sucessos como navegador decorreram, dentre outros fatores, do conhecimento náutico adquirido entre os espanhóis. Em 1558, por exemplo, esteve em Sevilha, compartilhando seus saberes sobre o Ártico em troca de informações sobre treinamento de pilotos. Quando retornou à Inglaterra, levou consigo uma cópia da obra de Martín Cortés de Albarac (Baldwin, 2004), que, como vimos no capítulo anterior, seria traduzida por Richard Eden e publicada sob o título de *Art of Navigation* em 1561.

II. Anthony Jenkinson: novas investidas em busca da passagem Nordeste

O desejo de descobrir uma passagem marítima que permitisse contato direto com a China nunca foi totalmente esquecido pela Companhia. Anthony Jenkinson (c.1530–c.1611) foi provavelmente o primeiro a retomar de forma mais sistemática o plano após um intervalo de doze anos do sucesso parcial de Richard Chancellor e Steven Borough. Jenkinson realizou diversas viagens pela Companhia Moscovita, sendo bem-sucedido em estabelecer conexões comerciais com a Rússia em duas viagens, a primeira de 1557-1559 e a segunda de 1561-1564. Dali em diante, viagens para a Rússia passaram a ser feitas anualmente, consumindo praticamente todas as energias e recursos da Companhia. Contudo, em 1564, ao retornar de sua segunda expedição, o fato de ainda não ter conseguido estabelecer contato direto com o extremo oriente o levou a questionar os resultados das expedições feitas até então. Nesse sentido, endereçou em

²⁴² Em 1556, a Companhia enviou Borough em mais uma expedição para localizar a passagem nordeste. Borough, no entanto, interrompeu seu avanço próximo a Novaya Zemlaya e foi obrigado a retornar (Gwyn, 1984, p. 26).

1565 uma petição à Coroa a fim de retomar a procura por uma passagem marítima setentrional.

Empregando formas consagradas da retórica clássica para construir o edifício de sua argumentação, muito semelhante ao que Robert Thorne havia realizado na defesa de seu projeto décadas antes²⁴³, Jenkinson (1886, I, p. 159-160) argumentou que a *experiência* (acumulada ao longo do tempo através de exemplos) mostrava que os príncipes deveriam sempre atuar no sentido de ampliar e enriquecer o reino. Esse princípio fez com que muitos soberanos tentassem penetrar nas longínquas terras do Oriente, e vice-versa. Todos eles, no entanto, foram barrados pela última barreira a ser vencida: o oceano. Tal qual Thorne, Jenkinson (1886, I, p. 161) utilizou a ideia da existência de “quatro passagens” ou rotas que possibilitariam o contato com a Ásia. Como três jaziam dominadas pelos ibéricos, restaria a quarta, o Norte, para a Inglaterra. O objetivo inglês deveria ser descobrir Cathay e as infinitas terras adjacentes (“But the best parte thereof restithe yet vndiscoueryd which is the Famous Region of Cathaye and Infynyte Ilondes neare thereunto”), locais repletos de “infinitos tesouros como ouro, prata, pedra preciosas, bálsamos, especiarias”, dentre outros numa longa lista de produtos cujo comércio engrandeceria e fortaleceria o reino. Nessa passagem do texto, Jenkinson deixa entrever um sentido de “descobrir” que vai ao encontro das discussões apresentadas no Capítulo 3: como seria possível saber da existência de Cathay se ainda não fora descoberta? É preciso considerar, portanto, que descobrir não implicava necessariamente encontrar algo essencialmente “novo”, cuja existência já não estivesse de alguma forma dada ou concebida. Intentava-se, portanto, revelar algo que jazia oculto, mas que se sabe estar lá, em algum lugar: Cathay existia, ainda que “coberta”, sendo preciso encontrar o caminho até ela, assim como as Sete Cidades ou a Ilha Brasil no universo das navegações do século XV. Para isso, a tradição de autoridades, mas também de experiências (como dadas por Marco Polo e Jean de Mandeville, por exemplo) eram o substrato das navegações.

Ao reafirmar que a Inglaterra em muito se beneficiaria da grande abundância de produtos, Jenkinson argumentou o seguinte:

So theare sholde also greate Bennefyte ryse to this your maiesties realme of Englande, by the greate vent that wolde be made of all kynde of wollon commodityes made in this realme in those colde countryes Betwene the

²⁴³ É provável que Jenkinson tenha reunido e estudado o que pôde sobre o assunto antes de endereçar uma petição à rainha, tomando contato com documentos como o de Thorne (cf. Sherman, 1995, p. 173).

Imagined straighte (of no dowghte to be fownde) and the said Lannd of Cathaye. The Navigation wolde be shorter by the Northe, then that of the Portingalles by the Sowthe. Though we sholde travel even to the Ilonds of Spices, Callyd the Molucus by them alre dy discoueryd, by twoo thowsande Leages, which arr Six thowsande myles. And as farr distante as Cathaye is from those Ilonds, So moche shorter also shall owre travells be, And yet shalbe as amply furnyshed with Spyces as they are theare. Besydes Sylkes, Golde and silver and precious stones with infynyte other comodyties **as I haue learned in my Travells.** Nowe towchyng the dangerousness of the Travell, **and that the Northerly Seas be vnnavigable for th'extremyte of the colde (as some Cosmographers haue affyrmed)** wiche indeede is very trewe, yf the dewe tymes of the yere be not obserued. **But as experience and practyse hathe detectid these Cosmographers of errors in their Speculacion,** For affyrmyng the partes Sowthward to be bothe inhabitable and vnnavygable for th'extreamyte of the heate, **so I make no dowte at all, by that smalle practyse and experyence that I haue had in those northerly Regions, but that they ar also deceyuid in this** (Jenkinson, 1886, I, p. 162-163. Grifos nossos).

Assim como os defensores anteriores das rotas setentrionais, Jenkinson afirmou que a passagem “imaginada”, mas sem dúvida existente pois conjecturada a partir de evidências da *experiência*, permitiria viagens muito mais rápidas e seguras do que aquelas realizadas pelos portugueses. No entanto, poder-se-ia indagar, tal qual fizemos com o argumento de Caboto logo antes: como era possível ter certeza de algo ainda não encontrado? A resposta caminha entre o conhecimento do saber “especulativo” (dos cosmógrafos, por exemplo), e aquele advindo da experiência adquirida por pessoas como o próprio Jenkinson. Para o navegador, assim como para Robert Thorne, Sebastião Caboto e outros, as opiniões que condenavam as viagens pelo Ártico pelo frio extremo eram tão descabidas quanto aquelas que afirmavam não haver vida nos trópicos pelo extremo calor. Aqui, aparentemente, se delineia a oposição entre os “homens de letras” e os “homens práticos: no argumento de Jenkinson, a experiência, no sentido da observação direta e familiaridade com o fenômeno em questão, provou os erros das especulações dos cosmógrafos que não possuíam vivências daquilo que propunham. No entanto, essa desconsideração pelo saber especulativo ou conjectural frente ao saber adquirido pela observação empírica é, como já argumentamos, apenas aparente. O próprio Jenkinson se permitiu especular, isto é, formular de hipóteses, naqueles casos ou situações nas quais a *experiência* não poderia lhe proporcionar força argumentativa, em outras palavras, *autoridade*.

And lyke as there is variety of Opynyons Towching this passage owte of this oure Occian into th'east Occian, Some affirminge the same by the Northweste (Takinge there Authoritye of Certen awthors who wrote by Coniecture) which opynyon I do not wholly dissent from; So am I fully perswaded that to

the Northeaste there is no dowghte of a passage to be fownde [...] (Jenkinson, 1886, I, p. 163).

Como em sua época nenhuma passagem de fato havia sido encontrada pelo Ártico, nem a leste ou a oeste, Jenkinson não poderia se desfazer completamente da possibilidade da travessia pelo Noroeste. De fato, como veremos a seguir, por um curto período, Jenkinson uniu forças com Humphrey Gilbert, um dos principais defensores de passagem noroeste na segunda metade do século XVI. Na sequência do excerto, Jenkinson elencou as provas que permitiam, pela experiência, afirmar a existência da passagem nordeste, seu grande objetivo: ao longo de suas viagens pela Cítia e Bácia (regiões da Ásia Central), ouviu dos povos locais relatos a respeito de mares e correntes que se dirigiam ao Norte, de onde ele inferiu a existência de uma passagem marítima. Como demonstrado na análise das *Décadas* de Anglería, Jenkinson operou aqui o mesmo exercício “filosófico” do humanista, conjecturando uma hipótese a partir das evidências disponíveis. Em outra ocasião, visitando a corte russa, Jenkinson tomou conhecimento de um relato sobre a estranha cabeça de animal com um grande chifre, alegadamente vinda das longínquas terras orientais. Apresentada ao czar, nenhum dos presentes conseguiu explicar do que se tratava. O mercador inglês, então, tomou a liberdade de criar hipóteses para o curioso objeto. Sua consideração foi a seguinte:

And so was it fownde, by the reporte of them, that, before had seane the lyke, To be the Hedd and horne of an Vnycorne, wich is in no smalle pryce and Estymacion with the saide prynce. **Then I Imagynyd with my Self from whence the said Hedd sholde Come**, And knowinge that Vnycomes are Bredde in the Landes of Cathaye, Chynaye and other the Orientall Regions, fel into Consideration that the same Hedd was Broughte thyther by the Course of the Sea, And that theirre muste of necessytye be a passage owt of the sayde Orientall Ocean into our Septentrionall Seas, for how elles cowlde that hedd haue come to that Ilonde of Vagatts (Jenkinson, 1886, I, p. 164-165. Grifos nossos).

Jenkinson, conscientemente ou não, empregou o mesmo método que havia criticado nos cosmógrafos apenas alguns parágrafos antes. O que causou estranheza ao navegador da Companhia Moscovita não foi propriamente se deparar com uma cabeça de unicórnio (provavelmente o que seria mais espantoso para nós hoje). Esse fato nos é apresentado, aparentemente, sem grandes conflitos ou inquietações. A existência de unicórnios era um dado concreto (mesmo que nunca se tivesse avistado um). Segundo Jenkinson era do conhecimento de todos que tais animais eram oriundos das regiões

orientais. Mas como ela teria chegado até o local em que fora encontrada? Como no caso da direção das correntes setentrionais analisadas por Anglería, aqueles que possuíam apenas a empiria, pura e simples, não eram capazes de esclarecer as causas dos fenômenos. O mesmo tipo de raciocínio “especulativo” (“eu imaginei”, isto é, supus, considerei, cogitei, inferi) que cosmógrafos empregaram para criar hipóteses que Jenkinson antes descartara com o aprendizado pela experiência.

É enganoso, portanto, que experiência e autoridade fossem incompatíveis ou excludentes. Se entendemos autoridade não como um conjunto impositivo e coeso de saberes, mas uma “postulação autêntica sobre uma questão qualquer” (Vianna, 2019, p. 105) que pode, portanto, constar em um texto, o que se observou que desde fins da Idade Média foram reivindicações de indivíduos emergindo como novos postulantes a autoridades. O caso de Jenkinson é exemplar nesse sentido: sua voz deve ser ouvida como a de outros autores, e sua *autoridade* advém da experiência acumulada com aquilo que narra. O que não significa, insista-se, que cosmógrafos fossem avessos ao trabalho ou uso de dados empíricos. A discussão em torno da autoridade demonstra, portanto, complexos jogos de forças competindo para validar e, conseqüente, impor suas posições em suas respectivas sociedades (Silva, 2022, p. 4).

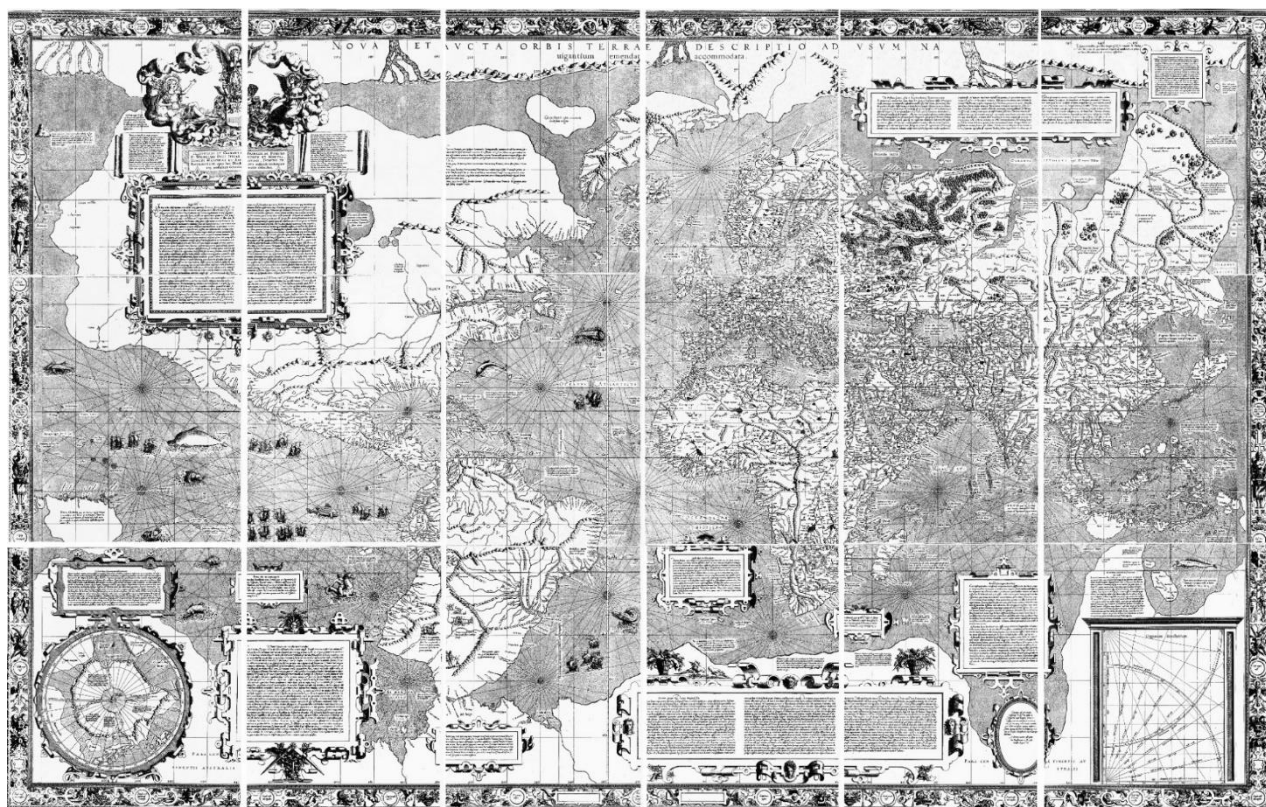
Mesmo sendo um pequeno trecho no contexto maior da carta, não estamos muito distantes da “hermenêutica de Colombo”, assim nomeada por Todorov (1999), quando o Almirante avistou sereias e identificou as terras aportadas à Ásia. Diferentemente da conclusão do linguista húngaro, não vemos nesses procedimentos a negação da experiência (sem esclarecer o que se entende pelo conceito) em favor de pré-julgamentos herdados da tradição. Deste modo, um ponto fundamental para compreendermos as concepções de Anthony Jenkinson, dentre outros exploradores que se lançaram em busca de uma passagem pelo Ártico, é a maneira que aquela parte do mundo era entendida até então. Da mesma forma que seria errôneo julgar Colombo por realizar um processo cognitivo a partir dos arcabouços geográfico e cosmográfico que o formara e eram compartilhados por inúmeros outros indivíduos do período, Adriana Craciun (2016) sugeriu que essas “transferências” geográficas (que tomam um lugar por outro, ou inserem determinada região em pontos diferentes do globo ao longo do tempo) não podem ser reduzidas a uma simples continuidade de “erros”, “fracassos” ou “deficiências” da cartografia da Primeira Modernidade.

Segundo a autora, essa concepção contribui para narrativas lineares, progressivas e teleológicas, nas quais uma geografia obscurecida pelas “trevas”

medievais dá lugar, paulatina e inexoravelmente, à ciência empírica propriamente dita, arauta dos tempos modernos. Compreender a busca pela passagem setentrional se torna uma questão de localizar, segunda a autora, a geografia ártica no tempo e no espaço, isto é, na historicidade que lhe é própria. O entendimento “arquipélago” das terras setentrionais era compartilhado tanto por cosmógrafos quanto navegadores, e fundamentou, em grande medida, a longevidade da ideia de uma fácil passagem pelo ártico. Até o século XVIII não havia um consenso se América e a Ásia eram massas de terra separadas ou contíguas, e para muitos ingleses o Novo Mundo continuava a figurar como um vasto arquipélago, através do qual haveria certamente uma passagem para o tão sonhado mercado asiático.

III. A cartografia setentrional em meados do século XVI: Mercator e a “restituição” de Ptolomeu

Vimos como a configuração que se dava às áreas setentrionais era um dos elementos que fundamentavam projetos de navegação. À época em que Jenkinson compôs sua proposta, sua “visão do mundo” encontrava propositores entre eminentes cartógrafos, cosmógrafos, geógrafos e matemáticos como Abraham Ortelius e Gerard Mercator. Destacamos esses dois nomes em particular tanto pela influência de suas produções na cartografia europeia de modo geral, quanto nas proposições inglesas a respeito das passagens setentrionais, em particular. Em 1569, Mercator publicou um de seus mais influentes e importantes mapas-múndi, *Nova et Aucta Orbis Terrae Descriptio ad Usum Navigantium Emendate Accommodata* (Mapa 6). Logo depois, Ortelius produziu uma versão reduzida, em formato oval, do mapa de Mercator, inserindo-o com o título de *Typus Orbis Terrarum* (Mapa 7) em seu famoso atlas *Theatrum Orbis Terrarum* de 1570. Segundo Rodney Shirley (1983, p. 139), praticamente todos os mapas do mundo produzidos nas décadas seguintes se basearam ou no original de Mercator ou na versão de Ortelius.



Mapa 6. Gerardus Mercator (1569). Nova et Aucta Orbis Terrae Descriptio ad Usum Navigantium Emendate Accommodata.

Disponível em:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4b/Mercator_1569_world_map_composite.jpg. Acesso em: 02 jan. 2023.

Destacamos nesse mapa o delineamento das regiões setentrionais, tanto a noroeste quanto a nordeste, mostrando a existência de passagens marítimas em ambas as direções.



Mapa 7. Abraham Ortelius (1570). *Typus Orbis Terrarum*. In: SHIRLEY, Rodney W. **The mapping of the world: early printed world maps, 1472-1700**. London: Holland Press, 1983. p. 144. Na representação das regiões setentrionais se encontra padrão similar ao empregado por Mercator em seu mapa de 1569: separação das terras árticas em relação às massas continentais da Europa, América e Ásia. Nota-se também como o Polo Norte é constituído de quatro grandes “ilhas”, configuração que remete a mapas anterior que seguiam fontes como a *Inventio Fortunata*.

Começamos por analisar a disposição da região ártica, sobre a qual promotores e propagandistas ingleses fundamentavam suas propostas de exploração. Percebe-se, imediatamente, que a produção de Mercator reforçava as postulações acerca de passagens setentrionais: a América do Norte encontra-se separada tanto do Polo Norte quanto da Groelândia e da Ásia, delimitando-se claramente a “passagem Noroeste”, com o “Estreito de Anian” separando as massas continentais americana e asiática em ambas as margens do mapa. Ladan Niayesh (2013) sugeriu que o nome “Anian” deriva, provavelmente, das descrições da China feitas por Marco Polo, nas quais aparece uma

província chamada “Ania”. Ainda segundo a autora, foi o cartógrafo veneziano Giacomo Gastaldi quem empregou pela primeira vez, em 1561, a palavra “Anian” em um mapa (Mapa 8), inserindo-a no extremo leste da China, região sobre a qual Marco Polo continuava a ser uma das poucas fontes de informação existente²⁴⁴. Observamos que, no mapa em questão, a região de “Anian”, na Ásia, está separada da América do Norte por um estreito, que posteriormente passaria a ser chamado “Estreito de Anian”. Nessa configuração, a passagem Noroeste desenha-se no percurso pelo “Mare Setentrionale Incognito” até desembocar no “Mar de Mangi” através do estreito entre os continentes. Tal configuração do estreito passou a ser empregada em diversos mapas posteriores, dentre os quais o de Mercator mencionado acima.



Mapa 8. Detalhe do mapa de Giacomo Gastaldi. Giacomo Gastaldi (and others) (c.1561). *Cosmographia Universalis et Exactissima Iuxta Postremam Neotericorum Traditionem*. In: SHIRLEY, Rodney W. **The mapping of the world: early printed world maps, 1472-1700**. London: Holland Press, 1983. p. 124-125. Destaque nosso, mostrando o Estreito de Anian separando a América, do lado direito, da Ásia, do lado esquerdo.

²⁴⁴ De acordo com Shirley (1983), esse mapa marcou uma mudança fundamental na produção cartográfica de Gastaldi, cujas produções anteriores, especialmente as de 1546 e 1548, representavam a América do Norte unida à Ásia (cf. Shirley, 1983, p. 96, 99).

No hemisfério oriental de seu mapa de 1569, o cartógrafo flamengo também “desconectou” o Velho Mundo do Ártico, criando, assim, uma “passagem Nordeste” através do “Oceanus Scythicus”. Ortelius, num mapa de 1564²⁴⁵, já havia adotado representação semelhante. O entendimento de Mercator sobre a configuração da região ártica fica ainda mais claro ao se observar a miniatura do Polo Norte (Mapa 9) no canto inferior esquerdo²⁴⁶, formado por quatro grandes ilhas, sem contato direto com os limites setentrionais dos outros continentes. Essa configuração ártica é muito próxima à existente no planisfério de 1570 de Ortelius. Tal disposição pode ser encontrada em mapas anteriores que datam de princípios do século XVI, especialmente o elaborado por Johann Ruysch (c.1460-1533) para as reedições de 1507 e 1508 da obra de Ptolomeu feitas por Bernardinus Venetus de Vitalibus, em Roma²⁴⁷ (Mapa 10). Essa conexão não é mera coincidência. Mercator, em mais de uma ocasião, explanou acerca de suas fontes para as regiões setentrionais. No próprio mapa de 1569, acima da representação do Polo Norte, um texto intitulado *In subjectam septentrionalis* explica aos leitores que as informações que pautaram a elaboração do mapa vieram basicamente do livro de Giraldus Cambrensis²⁴⁸ (ou Gerald of Wales) sobre a Irlanda e do *Itinerario* (ou *Itinerarium*) de Jacobus Cnoyen, que, supõe-se, deriva em alguma medida da *Inventio Fortunata*, mesma fonte que Ruysch empregou em sua elaboração do Ártico²⁴⁹.

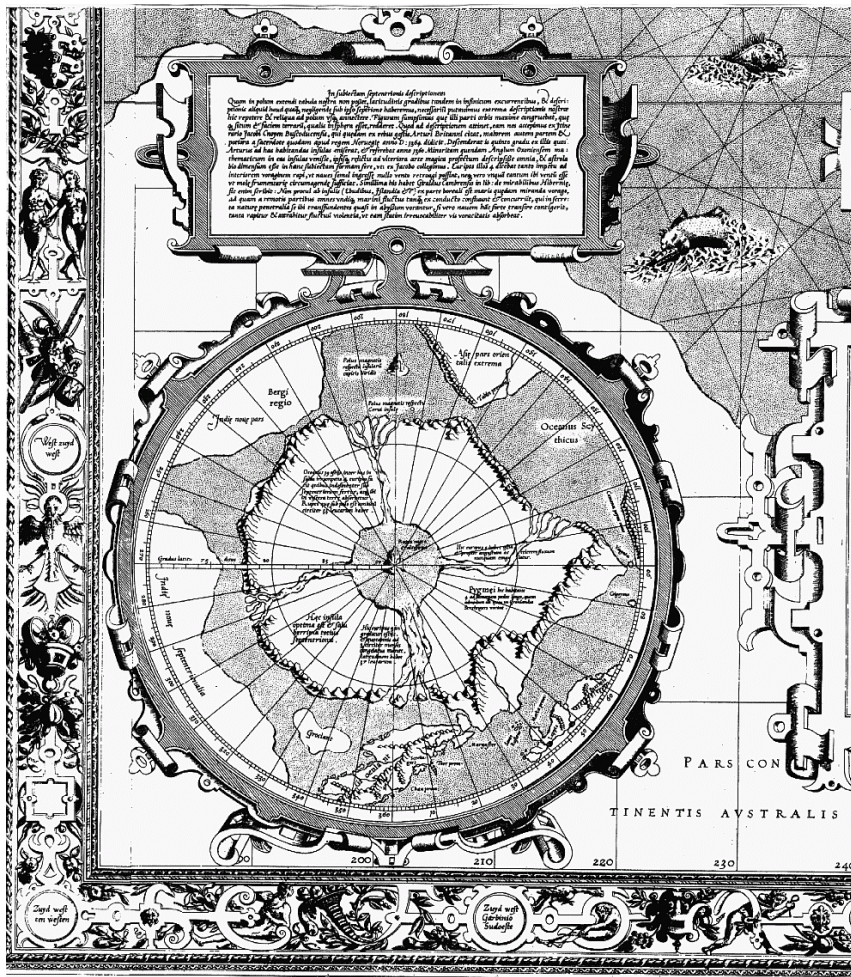
²⁴⁵ Intitulado *Nova Totius Terrarum Orbis*. Pode ser encontrado em Shirley, 1983, p. 130-131.

²⁴⁶ Em 1595, Mercator publicou outro mapa no qual manteve praticamente inalterada a configuração do Polo Norte.

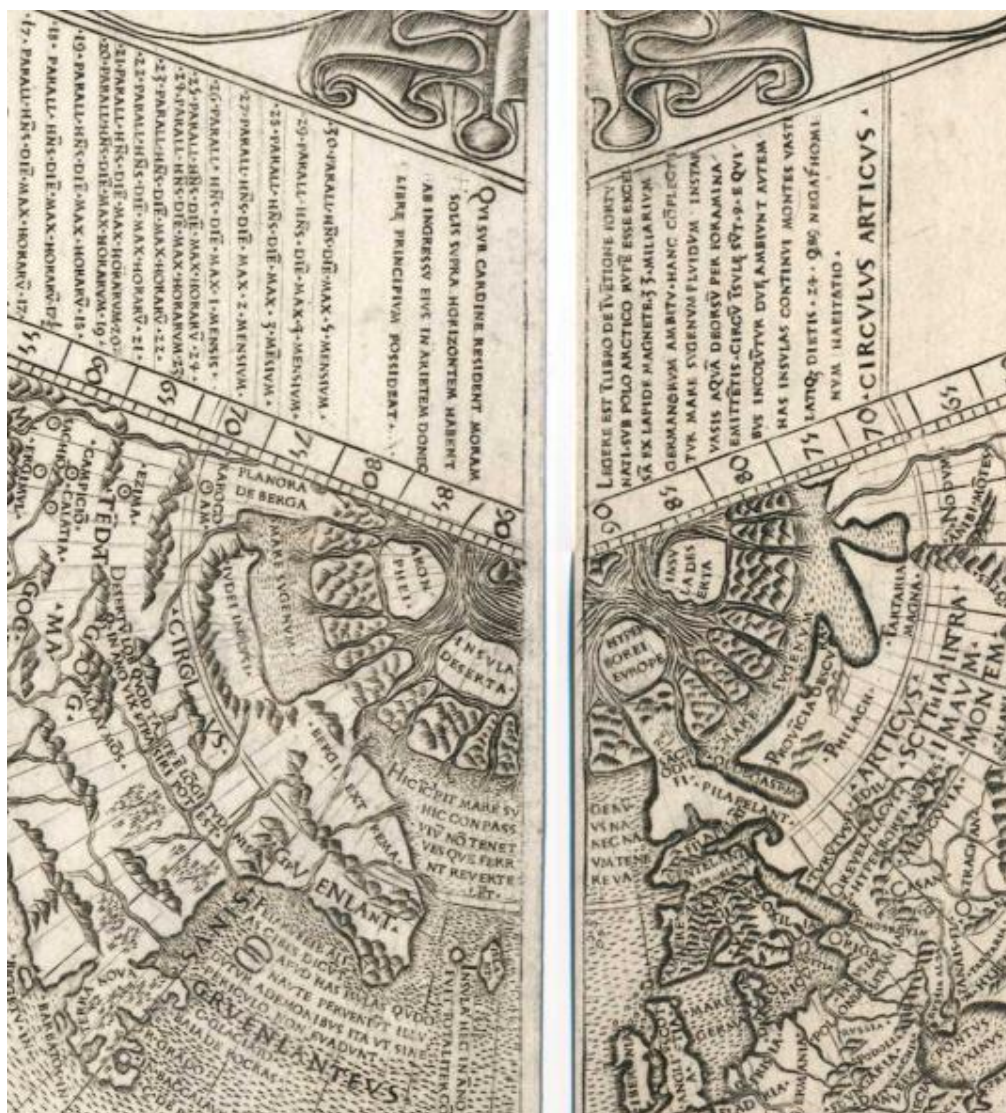
²⁴⁷ O mapa em questão apresenta o título *Vniversalior Cogniti Orbis Tabvla Ex Recentibvs Confecta Observationibvs*.

²⁴⁸ Giraldus Cambrensis (c.1146-c.1223) foi um padre cambro-normando autor de diversas obras a respeito da Irlanda e Gales, bem como sobre a Igreja, governo e biografias.

²⁴⁹ O título da obra é nominalmente expresso no mapa de Ruysch, numa legenda logo acima da região polar. McIntosh (2015, p. 26) realizou uma análise sobre o uso da *Inventio Fortunata* por Ruysch: “The *Inventio Fortunata*, though referenced by Ruysch, was probably not directly used by him. His source was likely the *Itinerarium* of Jacob Cnoyen (fl. c. 1364 or c. 1464?). The Cnoyen description of the Arctic included material from the *Inventio Fortunata*, the lost *Gestae Arturi*, and perhaps first-person accounts of Greenland, such as Ivar Bardarson (fl. 1341 – 1400) and Paul Knutson (fl. 1348 – 1354). A noteworthy aspect of the geography of the *Inventio Fortunata*, as reported by Cnoyen, are the four large islands surrounding the North Pole. It seems unnecessary to remark upon the four directions, four cardinal points, or four winds being prevalent, pervasive, and persistent motifs in navigation, literature, design, and art, so it would not be surprising to see two contemporary, yet separate, descriptions or images of the northern polar region composed of four segments or lands, in this case, the *Inventio Fortunata* and the *Imago Mundi* of Pierre d’Ailly”.



Mapa 9. Detalhe do Polo Norte do mapa de Gerardus Mercator (1569). Nova et Aucta Orbis Terrae Descriptio ad Usus Navigantium Emendate Accommodata. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4b/Mercator_1569_world_map_composite.jpg. Acesso em: 02 jan. 2023. Nessa representação fica ainda mais clara a separação das terras árticas em relação aos continentes europeu, americano e asiático, o que favorecia a tese das passagens marítimas setentrionais.



Mapa 10. Johannes Ruysch (1507). Vniversalior Cogniti Orbis Tabvla Ex Recentibvs Confecta Observationibvs. Geographia. Rome: B. Venetus de Vitalibus, 1507-1508. In: SHIRLEY, Rodney W. **The mapping of the world: early printed world maps, 1472-1700.** London: Holland Press, 1983. p. 26-27. Nesse detalhe do mapa de Johannes Ruysch, observa-se o Polo Norte constituído por quatro grandes ilhas, à semelhança do que seria encontrado no mapa de Mercator de 1569 e no de Ortelius de 1570. Nas legendas acima do Polo, encontra-se a informação que a base para tal representação foi retirada da *Inventio Fortunata*.

Tal relação é também explicitada ao analisarmos o modo como Mercator explanou acerca de sua metodologia e seus objetivos num texto dedicado aos leitores (“*Inspectori Salutem*”²⁵⁰) inserido no quadro localizado dentro da América do Norte. No texto, somos informados que ao produzir aquela representação do mundo, três foram suas preocupações centrais. A primeira era a preocupação em manter as proporções da superfície do globo ao projetá-la numa superfície plana. O segundo intuito foi representar as dimensões e distâncias dos terrenos com a maior verossimilhança possível. Para atingir esse objetivo, a metodologia de Mercator consistiu em comparar os mapas de castelhanos e portugueses, primeiramente entre si, e depois com a maior quantidade possível de relatos de viagens, impressos e manuscritos. Seu mapa, portanto, era o resultado da conciliação de todas essas observações. Em outras palavras, resultados da experiência (como acúmulo de observações). Teria Mercator abandonado os “antigos”, desconsiderando as autoridades pelo valor da experiência? O terceiro ponto nos responde que não: ao elaborar o mapa, a terceira das preocupações centrais foi mostrar quais partes do mundo eram conhecidas dos antigos e o quanto conheciam sobre elas, a fim de mostrar, por um lado, os limites da geografia antiga, e por outro, prestar a devida honra às eras anteriores. A relação entre antigos e modernos, explicitada acima, é ampliada no texto *De vero Gangis*, localizado num grande quadro inserido no que seria a Antártida, abaixo do sul da África:

Ea quae longa experientia discuntur si ad perfectam veritatis cognitionem progredi non autem falsitate obscurari debeant sic instituenda sunt, ut castigatis quae per manifestas rationes falsa sunt, probabilia retineantur, donec experientiae et ratiocinationes omnes inter se consentaneae res ipsas in sua veritate ob oculos ponant, talis est geographia, quam, si volumus veterum inventa temere quavis occasione transponere, commutare aut invertere, non modo non perficiemus, sed pro unius erroris emendatione centum veritates depravabimus et confusissimam tandem terrarum et nominum congeriem

²⁵⁰ “In hac orbis descriptione tria nobis curae fuerunt.

Primum sphaerae superficiem ita in planum extendere, ut situs locorum tam secundem directionem distantiamque veram quam secundum longitudinem latitudinemque debitam undequaque inter se correspondeant, ac regionum figurae in sphaera apparentes, quatenus fieri potest [...]. Alterum quod intendimus fuit, ut terrarum situs magnitudines locorumque distantias juxta ipsam veritatem quantum assequi licet exhiberemus, in hoc extremam diligentiam impendimus, marinas Castellanos Portugalensiumque tabulas, tum inter se, tum cum plerisque navigationibus impressis et scriptis conferentes, ex quibus omnibus aequabiliter inter se conciliatis hanc terrarum dimensionem et situm damus, secundum ea quae hactenus observata sunt et ad nostras manus pervenire potuerunt castigatissimum. Tertium quod tractandum suscepimus fuit: ostendere quae partes orbis et quousque veteribus innotuerint, quo antiquae geographiae limites non ignorentur, et priscis saeculis suis honos deferatur. Dicimus autem tres esse distinctas continentes, primam e cujus medio creatum multiplicatumque genus humanum in omnem undique terram disseminatum est, secundam quae nova India dicitur, tertiam quae meridiano cardini subjacet”.

faciemus, in qua nec regiones suis locis nec nomina suis regionibus reponantur, quale quid hodie in Indiae descriptione sit a geographis, dum nimis absurde Gangem celebratissimum fluvium occidentalior faciunt Cincapura promontorio et Taprobana, qui veteribus multo fuit orientaliter, atque universam deinceps Indiae descriptionem, quae apud Ptolomeum est, invertunt et confundunt, nihil illi ultra dictum promontorium concedentes, quod in primis nobis refellendum est, quo Ptolomeo sua stet autoritas et geographica veritas eruatur, quae non minus vera nomina quam veros locorum situs postulat. Ac primum constat eam descriptionem non obiter a Ptolomeo congestam esse, sed inde usque ab Alexandro Magno multorum terra marique profectionibus, multorum observationibus hanc figuram accepisse, et emendatius collectam a Marino, integritatique a Ptolomeo restitutam. quare cum tot saeculis tot que artificibus elaborata sit, non est possibile tam enormiter a vero recedere [...] ²⁵¹.

O raciocínio acima nos mostra como, segundo Mercator, existe um processo de perfectibilidade do conhecimento, isto é, um longo processo de depuração de erros e inconsistências até a verdade ser atingida. Isso é o que ensina a “longa experiência”. Reencontramos aqui uma variação da ideia da experiência como “mestra” ou “professora”, analisada anteriormente em outros autores, segundo a qual se toma por experiência não somente o dado empírico, a observação direta ou o testemunho individual, mas sim um legado constituído ao longo do tempo. Dessa forma, errariam aqueles que, com pouco discernimento, modificam ou descartam os antigos ao primeiro sinal de um suposto erro. Assim, em nome de corrigir um equívoco, abandonam também muitas outras contribuições válidas. No caso em discussão por Mercator, para que a verdade sobre a correta localização do Ganges seja estabelecida, é preciso garantir que a autoridade de Ptolomeu não seja abalada. Isso não quer dizer que se deve cegamente repetir tudo aquilo o geógrafo grego disse (o próprio Mercator discordou da localização da Península Dourada dada por Ptolomeu, afirmando se tratar propriamente

²⁵¹ Livre tradução: “Aquelas coisas que são aprendidas por longa experiência, se devem avançar para um conhecimento perfeito da verdade, mas não devem ser obscurecidas pela falsidade, devem ser instituídas de tal maneira que as punições que são evidentemente falsas, as probabilidades sejam retidas, até que todas as experiências e raciocínios consistentes entre si ponham os fatos diante de seus olhos em sua verdade. Tal é a geografia, que, se quisermos transpor, mudar ou inverter as descobertas dos antigos ao acaso em qualquer ocasião, não apenas falharemos em completá-la, mas para corrigir um erro distorceremos uma centena de verdades, e no final acabar com um conglomerado muito confuso de terras e nomes, em que nem as regiões têm seus lugares nem seus nomes são armazenados. O que é o presente na descrição da Índia pelos geógrafos, enquanto de forma muito absurda eles fazem o Ganges, o rio mais famoso, mais ocidental do que o promontório de Cincapura e Taprobana, que nos antigos estava muito mais a leste, e invertem e confundem toda a descrição da Índia que é dada por Ptolomeu, concedendo-lhe nada além do referido promontório. que deve primeiro ser refutado por nós, pelo qual Ptolomeu mantém sua autoridade e a verdade geográfica é desenterrada, o que requer nomes não menos verdadeiros do que localizações verdadeiras de lugares. E pela primeira vez fica claro que esta descrição não foi coletada acidentalmente por Ptolomeu, mas que recebeu esta forma de Alexandre, o Grande, por muitas expedições por terra e mar, e por muitas observações, foi coletada com mais precisão por Marinus, e restaurado em sua integridade por Ptolomeu. Portanto, já que foi elaborado por tantos séculos e por tantos artífices, não é possível afastar-se tão enormemente da verdade [...]”.

da ilha do Japão), mas, tendo em vista que o conhecimento ali contido é o resultado do trabalho de séculos e séculos de depurações e correções feitas por pensadores a partir de observações fornecidas por viajantes (em outras palavras, o conhecimento geográfico antigo era construído a partir da experiência), é preciso considerar que alguma verdade se encontrava ali contida.

Dentro dessa longa trajetória de depuração, Mercator entendia que o trabalho dos geógrafos modernos deveria ser mais o de continuadores do que de algozes e carrascos, aperfeiçoando e melhorando aquilo que os antigos haviam iniciado ao invés de sepultá-los. Destaca-se, por fim, que ao postular que as probabilidades e hipóteses sejam mantidas até a articulação entre razão e experiência possa efetivamente comprová-las ou refutá-las, o “método” do geógrafo em lidar com a experiência (como acúmulo de informações, conhecimento vindo da observação e como prova) é, em linhas gerais, idêntico ao que havíamos analisado em Richard Eden, por exemplo. Ressalta-se, mais uma vez, como não havia propriamente oposição entre autoridade e experiência, uma vez que se atribui ao trabalho dos antigos a mesma “matéria prima” com a qual os modernos operavam. Mercator não é, portanto, um substituto dos antigos, mas sim um continuador no processo de aperfeiçoamento do saber. Não deixa de ser irônico encontramos naquele que é considerado um dos pilares da geografia moderna uma enfática defesa do princípio da autoridade ptolomaica. A bem da verdade, a ironia só existe dentro do pressuposto que a constituição do conhecimento e da ciência na Primeira Modernidade se deu pela substituição das autoridades antigas pela hegemonia da experiência.

No decorrer da segunda metade do XVI, expedições em busca da passagem Nordeste tenderam a declinar, apesar do projeto se manter vivo e firmemente defendido em certos círculos. John Dee, por exemplo, continuou suas exortações para que a Inglaterra avançasse sobre aquela região, expressando-as principalmente na obra *General and Rare Memorials* de 1577. Nesse mesmo ano, Dee trocou correspondências a respeito das passagens setentrionais com Ortelius e Mercator (Wallis, 1984, p. 456), provavelmente em busca de informações para a obra. Naquele período, Dee e ambos os Richard Hakluyt já eram reconhecidos como autoridades no que dizia respeito a navegações, atuando como principais conselheiros em projetos de expedições setentrionais. Richard Hakluyt, o velho, também chamado de “o advogado” (ca. 1530–1591), foi um ativo intelectual, exercendo advocacia e cargos políticos, sendo mais

conhecido pelos trabalhos sobre navegação e colonização na América²⁵². Na segunda metade do XVI, Hakluyt esteve no centro da formulação das primeiras propostas de colonização que começavam, então, a serem gestadas, particularmente em torno de Humphrey Gilbert e Walter Raleigh, além de fornecer apoio e aconselhamento aos projetos que intentavam descobrir rotas setentrionais. Não obstante sua intensa atuação, sua produção tende a ser eclipsada por aquela de seu primo mais novo, também chamado Richard Hakluyt (1552-1616). Alinhado de “o novo”, Hakluyt foi editor, geógrafo e pastor anglicano, sendo um dos principais propagandistas da colonização e expansão marítima inglesa. Em sua atuação como editor e compilador de documentos, é responsável por duas das mais importantes obras relacionadas às navegações inglesas produzidas no século XVI, a *Divers voyages*, de 1582, e *Principal Navigations*, de 1589, ambas em sintonia direta com a ideia de propagar e promover empreendimentos marítimos e coloniais²⁵³.

Em maio de 1580, a *Muscovy Company* comissionou Arthur Pet e Charles Jackman para realizarem mais uma tentativa de localização da passagem nordeste (Sherman, 1995, p. 173). Entre os envolvidos no planejamento, estavam John Dee, os Hakluyt e William Borough, irmão mais novo de Steven Borough, mencionado anteriormente. Na primeira edição de *Principal navigations* (1589), o mais novo dos Hakluyt publicou uma série de documentos relativos ao empreendimento, desde a comissão da Companhia até instruções e conselhos de Dee aos tripulantes, além uma carta trocada com Mercator, na qual pedia ao cartógrafo informações a respeito da passagem nordeste.

A expedição, composta por dois navios, *George* e *William*, avançou até o mar de Kara, onde foram bloqueados pelo gelo. Apenas o navio de Pet concluiu o caminho de volta, tendo Jackman naufragado com o *William* no litoral da Noruega. Essa foi a última expedição inglesa no século XVI a procurar da passagem nordeste²⁵⁴. Apesar do fracasso, novas companhias comerciais foram criadas para explorar as rotas efetivamente abertas a partir da década de 1550, a exemplo da *Turkey Company*, de

²⁵² Para uma síntese biográfica e bibliográfica, cf. Fuller (2021).

²⁵³ Para uma síntese biográfica e bibliográfica, cf. Fuller; Wolf (2021).

²⁵⁴ A *Muscovy Company* enviou Henri Hudson em duas viagens setentrionais, 1607 e 1608. A próxima expedição com fins de localizar a passagem nordeste só ocorreria em 1676, sob liderança do capitão John Wood, também malsucedida. Ver Wallis, 1984, p. 457.

1581, atuante em regiões da Pérsia, Levante e Mediterrâneo²⁵⁵ (Appleby, 1998; Andrews, 1984).

IV. Humphrey Gilbert e seu *Discourse of a discoverie for a new passage to Cataia: em busca da Passagem Noroeste*

No mesmo período em que Anthony Jenkinson retomava a procura pela passagem Nordeste, a exploração da passagem noroeste também ganhou nova projeção. Na década de 1560, o reaquecimento do desejo de descobrir uma rota marítima através do Norte da América se deu em grande parte às atividades de Humphrey Gilbert (c.1537-1583). Sua família, proveniente da região de Devon, forneceu importantes nomes aos empreendimentos marítimos e colonizadores realizados nas décadas finais do século XVI: além do próprio Gilbert, destacaram-se seus dois irmãos, John e Adrian, seu meio-irmão, Walter Raleigh, e seu primo, Richard Grenville.

Após um período de formação no Eton College e em Oxford, Gilbert se envolveu em uma série de campanhas militares na França e Irlanda na década de 1560. De acordo com David Quinn, o interesse por navegações e pela passagem noroeste começou a se manifestar de forma mais sistemática após seu retorno da França em 1563²⁵⁶, influenciado pela divulgação de notícias relativas à viagem de Jean Ribault²⁵⁷

²⁵⁵ Após a expiração de sua licença, ela foi fundida em 1592 com a *Company of Venice* para dar origem à *Levant Company* pelo desejo de Elizabeth I em manter tanto os contatos comerciais quanto as alianças políticas com o império otomano.

²⁵⁶ Em 1562, Elizabeth I estabeleceu uma aliança com os huguenotes franceses através do tratado de Hampton Court, com vistas a enfraquecer o partido dos Guise, apoiados então por Felipe II da Espanha. O acordo comprometia a rainha a enviar auxílio na forma de recursos financeiros e militares. Nesse sentido, Gilbert foi encarregado de preparar uma força de cem soldados para ocupar Havre. Sob comando do Barão de Warwick, as forças inglesas pouco fizeram para ajudar os huguenotes, que após perderem territórios sistematicamente fizeram um novo acordo com Catarina de Médici e passaram a atacar seus antigos aliados. Em 1563, Gilbert foi ferido por um tiro de arcabuz em uma escaramuça durante o cerco das forças francesas sobre Havre. Em julho daquele ano Warwick se rendeu e em agosto o que restava da expedição inglesa retornou para casa (Quinn, 1940, I, p. 4).

²⁵⁷ Jean Ribault (1520-1565) foi um navegador e colonizador huguenote francês que serviu sob comando do também huguenote Almirante Gaspard de Coligny. Em 1562, Ribault foi escolhido para chefiar uma expedição para fundar uma colônia no que hoje é o sudoeste dos EUA. Após explorar os rios da região da Flórida até a Carolina do Sul, fundou uma pequena fortificação chamada Charlesfort antes de partir de volta para a França em busca de suprimentos para o recém fundado assentamento. Contudo, ao chegar em Havre, encontrou as guerras de religião já desencadeadas, o que o obrigou a procurar exílio na Inglaterra. Ribault permaneceu na ilha até 1565, parte desse tempo como prisioneiro na Torre de Londres (Quinn, 1940, I, p. 5). Foi nesse período que produziu o relato de sua primeira viagem à América, que sobreviveu apenas em sua tradução inglesa como *Whole and true discovery of Terra Florida*, publicado em 1563. Conjectura-se que Gilbert tenha tomado contato com as ambições francesas na América tanto por sua curta estadia na França ao lado de huguenotes, grupo que no mesmo ano de sua chegada lançou a expedição de Ribault, tanto pela presença desse último e sua obra na Inglaterra no mesmo momento em que Gilbert retornou das campanhas francesas. Cf. também Fernandes, 2015.

na Flórida e das expedições inglesas realizadas até a Rússia (Quinn, 1940, I, p. 5). Em 1565²⁵⁸, o contato com essas narrativas, aliado à insatisfação causada pelo virtual monopólio exploratório exercido pela *Muscovy Company*, levou Gilbert a peticionar à Coroa uma licença para realizar expedições a fim de descobrir novas rotas (Quinn, 1940, I, p. 105). Pelo texto da petição, depreende-se que Gilbert ainda não havia se decidido em favor da rota noroeste, pois se comprometia apenas em descobrir uma passagem pelo Norte até Cathay.

Naquele mesmo ano, no entanto, vimos que Jenkinson, demonstrou intentos semelhantes, submetendo também uma proposta para aprovação real. Foi sugerido por Quinn (1940, I, p.7) que em certo momento, entre finais de 1565 e inícios de 1566, os dois peticionários, Gilbert e Jenkinson, foram levados à presença de Elizabeth I e seus conselheiros para exporem suas ideias²⁵⁹. Pela petição já analisada de Jenkinson, este manteve a tese da passagem pelo Nordeste sem, contudo, desqualificar outras possibilidades. Gilbert, por sua vez, alegou possuir evidências mais favoráveis pelo Noroeste. O que se seguiu, pelo menos até meados de 1566, foi uma espécie de união entre ambos: outras petições de Jenkinson, endereçadas a William Cecil, então Secretário de Estado de Elizabeth, datadas de abril e junho 1566, apontam que ele e Gilbert estavam conjuntamente envolvidos em um projeto de navegação à China²⁶⁰. As petições dão a entender que Jenkinson cobrava um posicionamento em relação aos pedidos anteriores, que nunca haviam sido respondidos. Enquanto Jenkinson discutia essas questões com Cecil, Gilbert completava a primeira versão do que posteriormente seria publicado como *Discourse of a discoverie for a new passage to Cataia*.

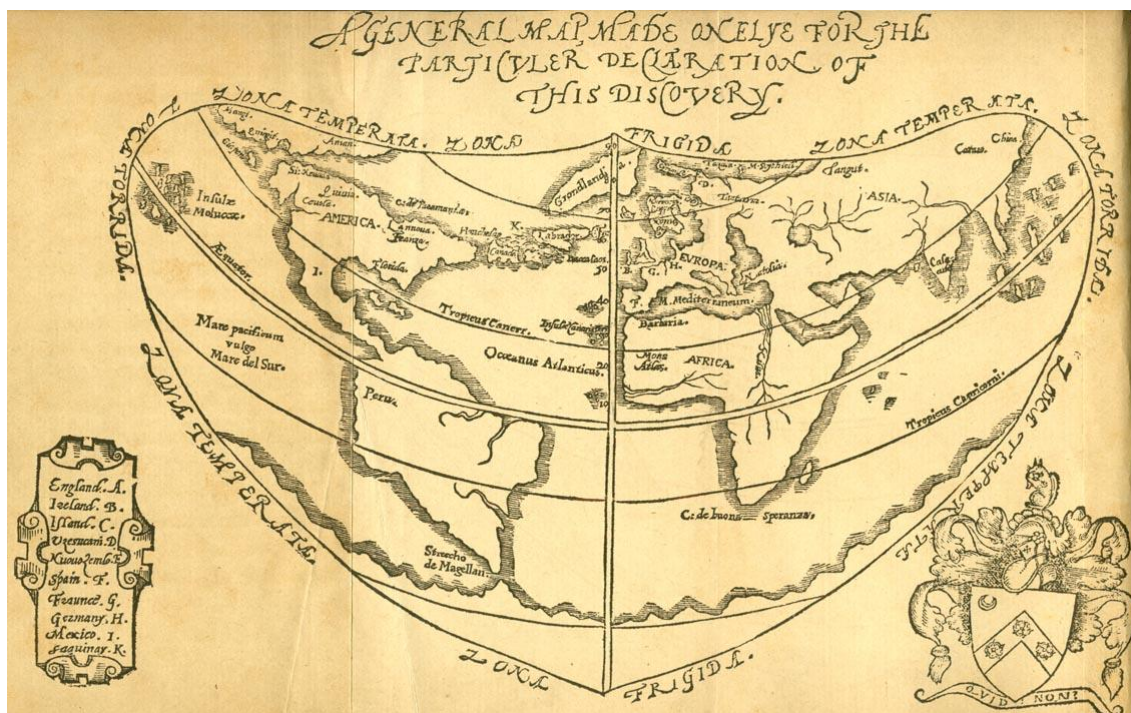
A única versão que chegou até nós é a da edição de 1576 realizada por George Gascoigne, poeta e amigo de Gilbert. Considera-se que, entre o esboço e a primeira edição, o conteúdo sofreu adições por Sir Humphrey, bem como possíveis alterações

²⁵⁸ David Quinn sugeriu que o esboço existente dessa petição foi elaborado provavelmente em finais de 1565 (1940, I, p. 105), contrariando a informação dos editores Morgan e Coote (1886, II, p. 178) que datam a petição em novembro de 1566.

²⁵⁹ A fonte que evidencia a existência desse debate são as refutações de Gilbert aos argumentos de Jenkinson incorporadas no texto do *Discourse of a discoverie for a new passage to Cataia*, mais especificamente, no capítulo 8. Ver Quinn, 1940, I, p. 156; Morgan; Coote, 1886, II, p. 180.

²⁶⁰ “[...] Mr. Gilbert and I (havinge sins sondry tymes discoursed thereof, and nothing dubting the good successe) do meane (god willing) to make tryall of the same a tour owne costes and charges [...]. And I have conferred with Mr. Gilbert not only to sollicit the same to your honour in bothe our behalves, but also have taken order for the furnishing of the same vyage in everye respect [...] (Quinn, I, p. 106-107); [...] I have always founde in presence and in the sute commenced by Mr. Jylbert and me, for the discovery of Cathay, that y four request be graunted and the sayd Mr. Jylbert mynded to procede in the same in my absence, that yt wyll please your honnor that I may be joyned in with hym, accordynge to our fyrste motion” (Quinn, 1940, I, p. 107-108).

pelas mãos do editor. Não obstante, a maior parte do ensaio foi produzida na primeira metade de 1566, como parte da estratégia de Gilbert de provar a existência da passagem noroeste (Quinn, 1940, I, p. 8). Para reforçar o argumento, o autor elaborou um pequeno mapa, *A General Map, Made Onelye for the Particuler Declaration of this Discovery* (Mapa 11), no qual se observa a separação entre América e Ásia, bem como da América do Norte das terras árticas. Elaborado em projeção cordiforme, o mapa é uma versão reduzida e simplificada daquele produzido por Ortelius em 1564, sendo o mais antigo mapa-múndi inglês impresso ainda existente (Wallis, 1984, p. 460). Percebe-se a existência da passagem Noroeste conectando o “Oceanus Atlanticus” ao “Mare pacificum vulgo Mare del Sur”, começando na região identificada como “Labrador” e “Bacallaos”, logo abaixo da Groelândia (“Grondlandia”) e terminando num estreito que separa a América da Ásia, seguindo a lógica da argumentação da “insularidade” americana. Nota-se também as regiões de “Anian” e “Mangi”, topônimos que remetem ao extremo leste da Ásia (tradicionalmente atribuídos a Marco Polo), próximas aos limites setentrionais da América, bem como o Japão (“Giapan”) e as Molucas (“Insulae Moluccae”), objetivos finais de toda procura pela passagem marítima.



Mapa 11. Humphrey Gilbert (1576). A General Map, Made Onely for the Particuler Declaration of this Discovery. In: **Discourse of a discoverie for a new passage to Cataia**. Written by Sir Humfrey Gilbert, Knight. Imprinted at London: by Henry Middleton for Richarde Jhones, Anno. Domini. 1576. Aprilis. 12.

Conforme explicitado em carta a John Gilbert, seu irmão mais velho, seu desejo em descobrir a passagem não era produto de insensatez ou ignorância, mas de sólidos e comprovados fundamentos: a *autoridade* de geógrafos, a *razão* de filósofos e a *experiência* de viajantes (Gilbert, 1940a, p. 134. Grifos nossos). Nesse sentido, o *Discourse* de Gilbert é exemplar para observarmos como diversas instâncias de validação ou legitimação do saber e do conhecimento poderiam ser cooptadas de diferentes maneiras e em diversos contextos dependendo da situação do escritor e do argumento a ser defendido.

Da maneira como foi publicada, a obra contém três partes: uma introdução de Gascoigne, editor do texto, explicitando sua relação com Gilbert e os motivos que o levaram a publicar o manuscrito; a já mencionada carta ao irmão, adicionada por Gascoigne em sua edição; e, por fim, o tratado propriamente dito, dividido em dez capítulos, cada um dedicado a um tipo de argumentação em favor da viagem a ser realizada. Em todas elas encontramos elementos que nos permitem analisar a forma como autoridade, experiência e razão (os fundamentos elencados por Gilbert) podiam

ser entrelaçadas em meados do século XVI. Por exemplo, ao se dirigir aos leitores, George Gascoigne procurou antecipar as críticas que o trabalho de Gilbert poderia receber. O editor, então, preparou uma defesa em torno de cinco pontos: os três primeiros justificavam possíveis equívocos tendo em vista o tamanho restrito da obra (seria um “panfleto” e não um “longo discurso”), o caráter privado de sua produção (Gilbert teria escrito para o irmão, sem intenção de publicar) e a falta de revisão do trabalho (uma vez que Gilbert não consentira com a publicação, culpa da qual Gascoigne o eximiu). Os dois últimos argumentos são os mais reveladores para as questões que nos dizem respeito:

4 Furthermore it treateth of a matter whereof no man hath heretofore written particularly, nor shewed any approved reason for the same. So that not onely his travaile and paine are very commendable (who out of sundrie Authorities would gather one reasonable conjecture) but also the worke is not to be thought bareine, although it doe not fully prove somuch as may be expected [...].

5 And last of all it is to bee considered, that of thinges uncertaine, the greatest Clerke tha ever was could write but probably. (Gilbert, 1940a, p. 132-133).

Como podemos observar, as deficiências que o texto do *Discourse* porventura pudesse apresentar derivariam do fato da obra abordar um tema não estudado em profundidade por ninguém, no que Gascoigne tinha certa razão, já que o ensaio de Gilbert foi o trabalho de maior fôlego até então elaborado sobre a passagem noroeste. Para o editor, a grande contribuição de Gilbert residiria no fato de ter conseguido elaborar, de um amplo conjunto de autoridades, uma conjectura aceitável e racional sobre o assunto, mesmo que, ao fim e ao cabo, o *Discourse* não tenha conseguido provar cabalmente a existência da passagem. Aqui é interessante recordar que uma das acepções possíveis para experiência é justamente a noção de prova, de verificação por tentativa. Ou seja, Gascoigne considerava a possibilidade de se extrair conjecturas válidas mesmo que a prova experimental ainda não estivesse disponível, já que, segundo o editor, das coisas ainda incertas só é possível escrever probabilidades. Na sequência, Gascoigne procurou fortalecer ainda mais as proposições de Gilbert ao afirmar que um grande erudito (“*a great learned man*”) como John Dee apreciava as proposições do trabalho²⁶¹, além de concluir que, até então, outros trabalhos cosmográficos se limitaram a mostrar o que já era conhecido, enquanto o *Discourse* tendia às coisas a serem

²⁶¹ Dee mencionou o projeto de descoberta de Gilbert em seu prefácio à tradução da obra de Euclides intitulada *The Mathematicall Praeface to Elements of Euclid of Megara*, datado de 1570. Ver Quinn, 1940, I, p. 116-117.

descobertas, cujo resultado seria altamente benéfico e lucrativo (Gilbert, 1940a, p. 133). Ao mesmo tempo em que Gascoigne criticava a simples repetição das autoridades, isto é, uma suposta forma de conhecimento que se limita a armazenar e transmitir o saber, mas sem o ampliar, o panegírico produzido em nome de Gilbert se fundamenta na autoridade de eruditos e em expectativas ou conjecturas que ainda careciam da experimentação para serem cabalmente comprovadas.

Ao final de sua epístola ao leitor, Gascoigne inseriu um “soneto profético”²⁶² em homenagem à obra e ao seu objetivo:

Men praise Columbus for the passing skil
Which he declared, in Cosmographie,
And nam'd him first (as yet we cal him stil)
The 2. Neptune, dubd by dignity.
Americus Vesputius, for his paine,
Neptune the 3. ful worthely was named,
And Magellanus, by good right did gaine,
Neptune the 4. ful fitly to be famed.
But al those three, and al the world beside,
Discovered not, a thing of more emprice,
Then in this booke, is learnedly descride,
By vertue of my worthie friendes deuice.
Yf such successe, to him (as them) then fall,
Neptune the 5. we iustly may him call.

Tam Marti quam Mercurio. (Gilbert, 1576, n.p.)

Poemas dessa feita eram então bastante comuns em publicações sobre viagens e explorações marítimas²⁶³. Segundo Craciun (2016), essas produções cumpriam uma função primordial na promoção dessas viagens ao narrar epicamente as façanhas de determinado personagem como um novo Ulisses ou Jasão. No soneto, Gascoigne estabeleceu uma linhagem de “novos netunos”, isto é, navegadores que realizaram grandes proezas singrando os mares. As figuras de Colombo, Vespúcio e Magalhães são dispostas cronologicamente nessa espécie de “panteão” dos grandes exploradores, retomando, em certo sentido, a ideia observada anteriormente em Thorne e Jenkinson dos ibéricos (ou quem navegou em nome de suas coroas) terem descoberto e dominado três das quatro partes do globo. A Gilbert, e por conseguinte aos ingleses, caberia o

²⁶² “A propheticall sonet of the same *George Gascoigne*, vpon the commendable trauaile which *Sir Humfrey Gilbert* hath disclosed in this worke”.

²⁶³ No entanto, antologias como as de Hakluyt e Purchas sistematicamente excluíram aquilo que consideraram secundário ou supérfluo, mantendo apenas a narrativa da viagem propriamente dita. Hakluyt, por exemplo, retirou o soneto de Gascoigne ao publicar o ensaio de Gilbert nas várias edições de sua *Principal navigations*.

próximo passo nessa sequência de descobertas, superando aquelas de seus predecessores se as ideias presentes na obra se concretizassem.

É mais um caso, além dos já analisados anteriormente, que denota como as experiências ligadas aos ibéricos constituíram bases nas quais as posteriores não apenas se espelharam, mas desenvolveriam seus projetos imbricados a elas. O sucesso de Gilbert, nesse sentido, representaria, metonimicamente, a entrada da Inglaterra no conjunto de potências marítimas ao lado de Portugal e Espanha, a quem os navegadores anteriores serviram e dotaram de grande poder e riquezas. Além disso, insinua-se aqui uma lógica de continuidade, aperfeiçoamento e superação similar àquela presente na relação com a autoridade antiga, mas entre os próprios modernos e suas experiências: em uma lista de “grandes Netunos”, caberia à Inglaterra o ponto mais alto dessa longa sequência não por fazer tábula rasa dos antigos, tampouco dos navegadores anteriores, mas por dispor justamente do legado antigo e moderno. Ao realizar aquilo que não fora feito pelos “Netunos” anteriores, os ingleses com Gilbert avançariam para além do que fora realizado pelas grandes potências ibéricas, que por sua vez já tinham superado o conhecimento da antiguidade. Essa maneira de entender as navegações dentro de determinada relação entre temporalidades esteve também presente em outros autores ingleses envolvidos na expansão marítima, analisados nos capítulos seguintes.

Após a epístola introdutória e o soneto, o editor anexou a carta a John Gilbert²⁶⁴. Nela, Sir Humphrey procurou apaziguar as dúvidas que, aparentemente, seu irmão possuía acerca da viabilidade do projeto. Longe de ser uma utopia ou fruto da imaginação, o remetente ponderou que Cathay era muito bem conhecida e descrita por todos os geógrafos modernos, cuja autoridade naquela arte, contrária a todas as outras (se referindo aos geógrafos de outros períodos, os “antigos”), mereciam os maiores créditos. Estava, segundo ele próprio, se fiando na autoridade desses geógrafos, cujos trabalhos já haviam provado a existência da passagem Noroeste (Gilbert, 1940a, p. 134-135). Nesse primeiro momento, portanto, o Gilbert escritor reconheceu a autoridade enquanto se colocava humildemente na posição do “aluno” cujo dever é dar o devido crédito àqueles que o merecem. Contudo, na sequência, procurou ampliar a base na qual fundamentava sua opinião, incluindo, como citado anteriormente, a razão de filósofos e a experiência de viajantes. Confidenciou ao irmão que procurou informações junto

²⁶⁴ Nas edições de Hakluyt da *Principal navigations*, a carta recebeu o seguinte título: “A letter of sir Humfrey Gilbert, Knight, sent to his Brother, Sir JOHN GILBERT, of Compton, in the Countie of Deuon Knight, concerning the discourse of this Discouerie”.

àqueles que fossem sábios, eruditos e experientes como forma de confirmar a existência da passagem. Os dez capítulos que compõem seu ensaio foram estruturados a partir de uma das três formas de comprovação (autoridade, razão e experiência). Examinaremos mais detalhadamente os três primeiros capítulos, dedicados a comprovar a existência da passagem do noroeste pela autoridade, pela razão e pela experiência, respectivamente.

No primeiro capítulo²⁶⁵, Gilbert procurou demonstrar que sua determinação em procurar a passagem pela rota noroeste possuía lastro em diversos estudos de geografia, tanto antigos quanto modernos, que mostravam a América, a quarta parte do mundo, como uma ilha envolta completamente pelo mar. Os limites sul (Estreito de Magalhães), oeste (Mar do Sul, isto é, o Pacífico) e leste (Mar Ocidental, o Atlântico) já teriam sido descobertos, faltando o Norte, tarefa que ele próprio se dispunha a fazer. Conforme analisado anteriormente, grande parte das projeções e expectativas referentes às navegações pelo Ártico decorria dessa visão “arquipelágica” (Craciun, 2016). Todo o capítulo é direcionado a apresentar as provas presentes nas autoridades, isto é, em autores e obras revestidos de reconhecida legitimidade, que de alguma maneira corroboravam a ideia da América, em especial seus limites setentrionais, como uma massa de terra não conectada à Ásia.

A primeira autoridade trazida foi Platão, que nos diálogos de Timeu e Crítias apresentou a ideia da grande ilha de Atlântida, situada a oeste das Colunas de Hércules. Como reforço, Gilbert apontou uma série de outras autoridades²⁶⁶, que corroboravam a tradição platônica segundo a qual a Atlântida teria sido atingida por um grande terremoto, fazendo com que partes dela afundassem, afastando-a das terras europeias. Por esse motivo, o conhecimento da América teria se perdido por muito tempo, até que fosse “redescoberta” por Cristóvão Colombo e Américo Vespúcio. A identificação da América à ilha descrita por Platão, lastreada por autoridades, ia ao encontro das expectativas de Gilbert, uma vez que garantia a separação entre os continentes americano e asiático, condição necessária para a existência de uma passagem marítima. Ressalta-se, novamente, o uso instrumental que a *auctoritas* possibilitava. Provar a América como “ilha” significava, ao mesmo tempo, provar a existência de uma passagem pelo Norte:

²⁶⁵ “To prooue by authoritie a passage to be on the Northside of America, to goe to Cataia, China, and to the East India”.

²⁶⁶ São citados, por exemplo, Marsilius Ficinus, Crantor, Proclus e Fílon (Gilbert 1940, p. 137).

[...] seeing that Atlantis, now called America, was ever knowen to be an Islande, and in those days navigable round about, which by accesse of more water could not be diminished.

Also Aristotle in his booke De Mundo, and the learned Germane, Simon Gryneus in his annotations upon the same, saith that the whole earth [...] to be but on Islande, compassed about with ye reach of the Sea Atlantine: which likewise approveth America to be an Island, and in no parte adjoining to Asia, or the rest (Gilbert, 1940a, p. 138-139).

Além da autoridade de Platão, Aristóteles e outros grandes “filósofos antigos”, Gilbert sentiu-se encorajado também pelos estudos dos melhores “geógrafos modernos”²⁶⁷, segundo os quais, em seus mapas, descreviam a América como uma grande ilha, completamente separada da Ásia. Tal situação era o que permitiria aos ingleses atingir as regiões orientais de Cathay, as ilhas Molucas e a Índia em muito menos tempo que espanhóis e portugueses, tal qual já haviam postulado Thorne e Jenkinson ao defenderem a procura de rotas setentrionais.

Na sequência, procurando dar maior credibilidade às informações das autoridades, Gilbert construiu um argumento que nos possibilita entrever como ele, e possivelmente outros que se valiam do mesmo recurso, compreendiam a *autoridade*.

What mooved these learned men to affirme thus much, I know not, or to what end so many and sundrye travellers, of both ages, have allowed the same: But I conjecture that they would never have so constantly affirmed, or notified their opinions therein to the world, if they had not great good cause, and many probable reasons, to have lead them thereunto (Gilbert, 1940a, p. 140).

É possível observar que Gilbert não sabia exatamente os fundamentos daquelas informações contidas nas obras citadas por ele, mas conjecturou que, se não tivessem boas razões e causas prováveis, não teriam espalhado tal opinião pelo mundo, numa constatação praticamente idêntica à de Mercator ao defender Ptolomeu. Na edição de Hakluyt, na margem da página ao lado desse parágrafo, existe o seguinte comentário que sintetiza a ideia aqui apresentada: “We ought by reasons right to have a reverent opinion of worthy men”. Temos aqui, em outras palavras, uma definição de *auctoritas*: reverência a proposições de “homens ilustres”. O “poder da autoridade”, tal qual definida anteriormente, não reside na obrigatoriedade de sua observância ou no dogmatismo de suas proposições, mas do reconhecimento de sua posição privilegiada para emitir determinada opinião ou julgamento, que, por sua vez, está aberta a

²⁶⁷ Gemma Frisius, Munsterus, Appianus, Hunterus, Costaldus, Guyzardinus, Michael Tramesinus, Franciscus Demongenitus, Barnardus Puteanus, Andreas Vavator, Tramontanus, Petrus Martyr e Hortelius (Gilbert, 1940a, p. 139).

contestações, tanto por não haver consenso absoluto sobre determinada matéria entre autoridades, quanto por haver revisões, correções e ampliações do conhecimento em virtude do acúmulo de experiência (como observações e verificações) em decorrência do tempo.

Para aqueles que se sentissem tentados a desconsiderar os escritores antigos ou suas experiências, Gilbert apresentou o caso de um suposto navegante que no ano 871 teria viajado para o Norte, e depois tomado a direção leste por algum tempo antes de se deparar com um grande rio e retornar. Gilbert conjecturou que Ochther, nome do viajante, teria realizado o mesmo percurso que posteriormente os ingleses da Companhia Moscovita utilizaram para comercializar com a Rússia, isto é, a rota Nordeste. Considerando que o relato fora escrito há séculos, numa língua bárbara (o saxão), por um único e obscuro autor, qualquer um tomaria a história, no mínimo, como duvidosa. Ainda assim, continuou Gilbert, nos dias que corriam comprovou-se “pela nossa própria experiência”, que o relato é verdadeiro, concluindo haver ainda mais razão para se acreditar na existência da passagem Noroeste, comprovada e verificada pela opinião dos “melhores, tanto antigos quanto modernos geógrafos” (Gilbert, 1940a, p. 140-141). Desse modo, seria apenas questão de tempo até a experiência de seu tempo (isto é, o acúmulo de testemunhos e verificações) comprovasse, por outras vias, aquilo que as autoridades afirmavam. Vimos nas ordenanças de Sebastião Caboto aos viajantes de 1553 emprego idêntico dessa noção de experiência. A noção de “descoberta” presente no título de seu trabalho, é também sintomática dessa percepção, ao sugerir a localização do que se sabe existir por articulações entre autoridade, experiência e razão.

Cumprir observar que o fato de Gilbert atrelar a comprovação da hipótese à experiência (isto é, quando efetivamente os navegadores localizassem a passagem) não significa que as postulações das autoridades também não estivessem baseadas, elas próprias, em experiências ou dados empíricos. O que se tem aqui são acepções e entendimentos distintos do conceito de *experiência*. Para retomar um exemplo já analisado, Anglería “confirmou”, por dedução lógica, a existência de alguma passagem pelo continente americano a partir das evidências das correntes trazidas a seu conhecimento pelos navegadores que se dirigiram à região. É justamente a essa “razão dos filósofos” que Gilbert dedicou o segundo capítulo²⁶⁸, no qual foram expostas as provas pelas quais a razão demonstraria a existência da passagem pelo Noroeste.

²⁶⁸ “To prooue by reason, a passage to be on the Northside of America, to goe to Cataia, the Mulluccae, etc”.

“Razão” é, por certo, um conceito bastante amplo, mas ao longo do texto se pode inferir a que tipo de “prova racional” Gilbert se referia. O primeiro argumento afirma que, universalmente, todos os mares ficam mais rasos quando nos aproximamos de seu “fim”, isto é, quanto mais perto de baías e portos. Por outro lado, quanto mais se navegava na direção ocidental, onde a passagem supostamente se encontraria, mais profundas eram as águas, dando “boas esperanças” da existência de uma continuidade entre o Atlântico e o Mar do Sul (Pacífico). Em sua edição, Hakluyt acrescentou ao lado da página: “experimentado por nossos pescadores ingleses”, evidenciando de onde poderia vir a informação de Gilbert. Assim, é possível observar que a argumentação que Gilbert classifica como racional deriva do estabelecimento de necessidades lógicas entre um fenômeno e outro (entre causas e efeitos).

Se a Ásia e a América fossem de fato conectadas, conjecturou Gilbert, já teria necessariamente ocorrido algum contato entre as populações fronteiriças, orientais e ameríndias, seja por comércio ou migração. Novamente, seguindo o mesmo padrão acima delineado, a necessidade “lógica” da comprovação deriva de dados obtidos pela experiência. Dessa vez, da experiência de espanhóis, portugueses e franceses que, após anos de contato com os povos indígenas, já deveriam ter encontrado algum sinal de civilidade na América, considerando a grande quantidade de “pessoas civilizadas” presentes na Ásia. Porém, como nunca foi observado na América o menor sinal de qualquer pessoa, produto ou animal das regiões orientais, Gilbert concluiu que a única explicação racional apontava necessariamente para a separação entre os continentes. No mesmo sentido, o sexto ponto da argumentação é centrado na experiência de viajantes, tanto do lado oriental quanto ocidental: Marco Polo (Paulus Venetus, no original) teria vivido e viajado por muito tempo em Cathay e Mangia sem nunca ter entrado na América. O mesmo valia para Giovanni da Verrazzano ou Francisco Vázquez de Coronado, cujas viagens pelas regiões setentrionais da América nunca demonstraram haver qualquer conexão com a Ásia (Gilbert, 1940a, p. 142).

Desse ponto em diante, até o final do segundo capítulo, Gilbert dedicou-se a criar inferências lógicas da existência da passagem Noroeste analisando o movimento geral das correntes oceânicas, que estariam submetidas a princípios e leis gerais da natureza. Deste modo, essas regularidades, se observadas corretamente, poderiam provar, pela necessidade do encadeamento lógico dos eventos, tanto a comunicação setentrional dos oceanos quanto a natureza arquipelágica da América. A ideia central é que, por definição, todos os mares e oceanos se movem do Leste para o Oeste, seguindo

o percurso geral do *Primum Mobile*²⁶⁹. Assim, por exemplo, quando os portugueses atingiram o Cabo da Boa Esperança em suas viagens para Calicute, se depararam com uma correnteza de Leste para Oeste tão forte a ponto de ser sentida até o outro extremo do oceano, no Estreito de Magalhães, cuja estreiteza impelia a corrente a continuar seu caminho até o extremo norte do continente. Denotando fazer uso de princípios da filosofia aristotélica, Gilbert propôs que a causa eficiente (“cause eficiente”)²⁷⁰ que explicaria tal fenômeno só poderia ser uma:

[...] the Currant in the great Ocean, could not have beene maintained to runne continually one way, from the beginning of the world, unto this day had there not bene some thorow passage by the frette aforesaide [isto é, a passagem noroeste], and so by circular motion, be brought againe to mainteine it selfe: For the Tides and courses of the Sea, are maintained by their interchangeable motions [...].

So that it resteth not possible [...] that this perpetual currant, can by any means be maintained, but only by continual reaccessse of the same water, which passeth thorow the fret, and is brought about thither again, by such Circular motion as aforesaid (Gilbert, 1940a, p. 144-145).

Conforme o raciocínio de Gilbert, a única maneira das correntes marítimas não entrarem em flagrante contradição com as leis naturais é a existência de uma conexão entre todas as massas de água oceânicas. Logo, é possível provar, pela conjectura racional (ou pela especulação, outro termo recorrente), que a América é tanto uma ilha separada da Ásia quanto a existência uma passagem Noroeste. No mesmo sentido, é sintomático que Gilbert tenha procurado se antecipar a uma crítica muito específica em relação à sua tese: alguns, poderiam argumentar que essa correnteza não existia o tempo todo por não ser perceptível ao longo de toda a costa americana. Logo, sem o efeito, a causa exposta por ele seria invalidada.

[...] that albeit, in everie parte of the Coaste of America, or else where, this Currant is not sensibly perceived, yet, it hath evermore such like motion, either in the uppermost, or nethermost parte of the sea: as it may be proved

²⁶⁹ Na astronomia, até a proposição do sistema heliocêntrico se tornar hegemônica, o *Primum Mobile* era um dos componentes que integrava o modelo geocêntrico do universo. Foi sistematizado e difundido principalmente por Ptolomeu para explicar o aparente movimento diário dos céus ao redor da Terra no sentido leste a oeste, dessa maneira produzindo o nascer e o pôr do sol e das estrelas. Esse modelo se caracterizava por posicionar a Terra no centro de círculos concêntricos, cada qual representando a “órbita” ou esfera de revolução dos corpos celestes. Os sete primeiros continham os corpos móveis, consistindo nos astros observáveis a olho nu (Lua, Mercúrio, Vênus, Sol, Marte, Júpiter e Saturno). Depois vinham os as estrelas “fixas”, as constelações zodiacais e, por fim, o *Primum Mobile*, o que fornecia movimento a todo o sistema (em alguns modelos esses últimos elementos estavam ora em círculos separados ora em conjunto).

²⁷⁰ Causa eficiente, na metafísica aristotélica, é a causa primeira, que deu origem ao ser ou objeto, aquilo que foi responsável pela sua criação.

true, if ye sinke a sayle by a couple of ropes, nere the ground, fastening to ye nethermost corners, two gun chambers, or other weights: by driving whereof you shal plainly perceive, the course of the water, and Currant, running with such like course in the bottome.

By the like experiment, you may finde the ordinarie motion of the sea, in the Ocean: how farre soever you be of the land (Gilbert, 1940a, p. 144).

A primeira parte da resposta parece, à primeira vista, exonerar a necessidade da observação para comprovar a veracidade do fenômeno: mesmo não sendo perceptível ou observável, a corrente existe, seja na parte mais superficial ou mais profunda do oceano. Ou seja, para dirimir a suposta objeção, Gilbert fortalece a lei geral mesmo na ausência aparente do fenômeno condicionado por ela. Porém, é preciso lembrar que, naquele momento, empirismo não se confundia com experiência, apesar de estarem relacionados. Empírico como observação direta de determinado acontecimento era inferiorizado por não possuir, justamente, o suporte racional capaz de explicá-lo ou conectá-lo às suas causas. Por isso mesmo, Gilbert propôs a realização de um experimento que, em sua opinião, comprovaria o pressuposto das correntes, mesmo para quem estivesse afastado dos mares e não pudesse testemunhar o fenômeno descrito. Aqui, portanto, experiência assume sua acepção de tentativa e verificação com vistas a testar a força de determinadas hipóteses.

O emprego de procedimentos, como os silogismos, e do vocabulário conceitual oriundos de autoridades aproximam, não por acaso, as relações entre razão e experiência encontradas anteriormente em Anglería e Richard Eden às de Gilbert. Ao expor que seu argumento se baseia na “própria razão, fundamentada na experiência”²⁷¹, vemos nas respostas elaboradas por Sir Humphrey que tais as instâncias não se excluíam mutuamente, mas podiam ser combinadas em diferentes graus e âmbitos argumentativos.

And the certaine falling thereof by this fret, into Mare de sur, is proved by the testimonie and experience, of Barnarde del la Torre, who was sent from P. del la Nativita, to the Molluccae, Anno. Dom. 1542. by commandement of Anthonie Mendoza, then Viceroy of Nova Hispania, which Barnarde, sayled 750 Leagues, on the Northside of the Aequator, and there mette with a currant, which came from the Northeast which drove him backe againe to Tidore.

Wherefore, this currant being proved to come from C. de buona Speranca, to the fret of Magellan, and wanting sufficient entrance there, by narrowness of the straite, is by ye necessitie of natures force, brought to Terra de Labrador, where Jaques Cartier met ye same, and thence certainly knowen, not to strike over upon Island, Lappia, etc. and founde by Barnarde de la Torre, in Mare del Sur, on the backside of America, therefore, this currant (having none

²⁷¹ “reason it selfe, grounded upon experience” (Gilbert, 1940a, p. 145).

other passage) must of necessitie, fall out thorow this our fret into Mare del Sur, and so trending by the Mulluccae, China, and C. De buona, speranca, maintaineth itself by circular motion which is all one in nature, with Motus ab Oriente in Occidentem. (Gilbert, 1940a, p. 145.)

Para cada premissa racional apresentada, Gilbert citou conjuntamente uma fonte de experiência que a reforça e a comprova: são os portugueses navegando pelo Cabo da Boa Esperança que permitem o conhecimento da corrente em direção à América; é graças ao relato de Jacques Cartier que se pode afirmar que a correnteza continua em direção ao norte; é através de Jenkinson, homem de muita “viagem e experiência”, que Gilbert foi informado da existência de uma correnteza noroeste em direção ao Labrador, seguindo o mesmo sentido daquela ascendente pelo sul; graças à experiência cotidiana dos navios pesqueiros, sabe-se que as correntes não vão uma de encontro à outra, mas seguem um mesmo sentido (Gilbert, 1940a, p. 143-144); por fim, é comprovado pela experiência de Bernardo de la Torre que as correntes, uma vez unidas, terminam por desaguar no Mar do Sul (Pacífico). Nota-se, mais uma vez, que o estabelecimento das causas para os fenômenos advém do exame racional de informações e fatos adquiridos do acúmulo de observações.

Capítulo 7

O florescimento moderno: os desejos ingleses de chegar ao Oriente pela passagem Noroeste nos relatos da década de 1570

I. As viagens de Martin Frobisher: recomeço e novas esperanças em torno da passagem Noroeste

Gilbert, a despeito de seus esforços, não conseguiu apoio suficiente para a concretização do plano após concluir o trabalho em 1566. Receios da *Muscovy Company* em ter seus privilégios comerciais ameaçados podem ter contribuído para a falta de apoio²⁷². Com isso, o autor do *Discourse* deixou a ideia em segundo plano por algum tempo. Até inícios da década de 1570, Gilbert serviu na Irlanda sob os auspícios de Sir Henry Sidney (1529-1586), *Lord Deputy* entre 1565-1571 e 1575-1578. Como governador de Ulster a partir de 1567, e membro do parlamento irlandês em 1569-1570, Gilbert esteve profundamente envolvido com o plano de Sidney em estabelecer assentamentos ingleses em larga escala em Ulster e Munster. Ainda que o projeto de colonização não tenha sido realizado na ocasião, a experiência na Irlanda forneceu as bases para os futuros projetos de colonização que Gilbert tentaria implementar na América (Quinn, 1940, I, p. 18-19). Em virtude dos serviços prestados, foi feito cavaleiro em 1570, pouco antes de seu retorno à Inglaterra. Gilbert voltou a atuar militarmente em 1572, auxiliando forças holandesas contra o poder espanhol nos Países Baixos. Nos anos seguintes, com menos atribuições, dedicou-se aos estudos, elaborando planos de reforma para o governo da Irlanda e para a criação de um novo modelo de “ensino superior” na Inglaterra.

A partir de 1574, a temática da exploração marítima voltaria a ocupar sua atenção. Naquele ano, Richard Grenville, seu primo, liderou um grupo de investidores de Devon em torno de uma proposta de navegação através do Estreito de Magalhães. No

²⁷² Duas petições de Gilbert foram publicadas por Quinn (1940, I, p. 105 e 108), nas quais são expostos os benefícios que a viagem traria, além de uma lista de demandas em caso de sucesso. Uma resposta emitida pela *Muscovy Company* (Quinn, 1940, I, p. 111) a respeito da proposta de Gilbert denota sua preocupação em garantir privilégios sobre rotas e produtos.

entanto, como à época William Cecil procurava evitar atritos com a Espanha, a autorização foi negada (Elton, 1997, p. 331). Diferente fim obteve a proposição do navegador Martin Frobisher (1535-1594), que naquele mesmo ano pediu autorização ao Conselho Privado e à Companhia Moscovita para realizar uma expedição em busca da passagem Noroeste. Associado ao projeto estava Michael Lok (c.1532-c.1621), cosmógrafo e mercador pertencente a uma família londrina de longa tradição mercantil e influência política. Após a morte de seu pai, William Lok, em 1550, dirigiu-se à Península Ibérica, onde presenciou os resultados do comércio marítimo com os domínios coloniais, e depois para Veneza, comercializando com o Levante. Ao retornar à Inglaterra, em 1559, dedicou-se ao trato de artigos de luxo. Essa trajetória ajuda a explicar seu interesse, a partir de 1571, nas atividades da Companhia Moscovita com a Rússia, e posteriormente com as possibilidades de rotas comerciais pelo Noroeste (McDermott, 1999a). Inicialmente, contudo, a proposta apresentada por Frobisher encontrou certo ceticismo e desaprovação da Companhia, receosa de perder seu monopólio com as regiões orientais. No entanto, diante da pressão de Michael Lok, amigo de Frobisher e agente da *Muscovy Company* em Londres, e do Conselho Privado, a autorização foi concedida. Além disso, contou a favor da proposta o fato da exploração setentrional não apresentar afronta aos domínios espanhóis, fato que levava a proposta de Grenville a ser recusada.

Foi nesse contexto, ainda em 1574, que Gilbert foi procurado por Frobisher a respeito do empreendimento que ambicionava realizar. Gilbert forneceu conselhos, mas não chegou a se envolver diretamente com a viagem (Quinn, 1940, I, p. 30). A publicação do tratado de Gilbert em 1576 não foi, portanto, descompromissada. Conforme Gascoigne deixara claro em sua epístola ao leitor, um dos motivos de seu interesse no trabalho de Sir Humphrey vinha de seu parentesco com Martin Frobisher (grafado “*Fourboiser*”, na epístola), que pretendia realizar uma viagem na direção proposta pelo estudo de Gilbert (Gilbert, 1940a, p. 132-133). O *Discourse*, portanto, se enquadrava nesse propósito, já que, conforme sugerido por Ladan Niayesh (2013), a obra não tinha apenas o objetivo apresentar o “estado da arte” em matéria de conhecimentos geográficos, mas também advogar por um projeto de navegação pelo Ártico, semeando a ideia e sua exequibilidade na mente dos leitores e potenciais financiadores²⁷³.

²⁷³ Michael Lok, no entanto, não demonstrou grande entusiasmo pela obra de Gilbert, apesar de reconhecer seu valor: “Although to say the very Truthe without geving any Offence: neither that Boke

Humphrey Gilbert não era o único consultor do empreendimento. John Dee esteve diretamente envolvido no projeto. Como vimos anteriormente, na década de 1570, Dee nunca perdera o interesse em suas investigações sobre geografia e navegações setentrionais. Segundo consta no prefácio de seu *Rare memorials* (1577), foi em 1576 que tomou contato com a iniciativa através de Michael Lok. Pouco depois, Edward Dyer apresentou-lhe uma cópia do recém-publicado *Discourse* de Gilbert, que despertou grande interesse em Dee²⁷⁴. Leonell Ducket, à época governador da *Muscovy Company*, além de contribuir com sua influência e recursos financeiros, providenciou para que Dee instrísse Frobisher e seus oficiais, como Christopher Hall, sobre as regiões setentrionais²⁷⁵ (Sherman, 1995, p. 175).

Na primeira de um total de três viagens²⁷⁶ (1576, 1577 e 1578), a frota de três navios de Frobisher atingiu um arquipélago ártico que foi nomeado Queen Elizabeth's Foreland (atual Resolution Island, no Canadá), e uma passagem, batizada de Estreito de Frobisher (atualmente Baía de Frobisher), que se acreditou ser o caminho noroeste para a China (Craciun, 2016; Becher, 1842). Posteriormente, essas terras seriam nomeadas *Meta Incognita*²⁷⁷ pela rainha Elizabeth I. Ao retornar, Frobisher levou consigo amostras de minerais que supunha conterem ouro. O aparente e repentino sucesso levou à criação de uma nova companhia, a *Cathay Company* (Companhia de Cathay), estabelecida oficialmente em 1577 para capitanear e financiar os próximos empreendimentos (Wallis, 1984, p. 461). A companhia nascia como um ramo da *Muscovy*, já que praticamente todos os investidores da primeira eram signatários da segunda (Mcdermott, 1999b). Jenkinson, por exemplo, foi um dos comissários da nova

comming owt so late, nor yet his former discourses being none others than were wel[l] known to us long before, were any mann[er] of Causes o[r] Instructions to the chief Enterprisers of this New Voyage of Discovery to at- tempt the same or to direct us therin". Manuscrito datado entre 1576-1577, publicado por Quinn, 1940, I, p. 166.

²⁷⁴ "And shortly after, there came abroad, in Print, a little English book, containing some probable reasons, tending to the perswasion of the same Cours and voyage" (Dee, 1577, n.p.). O "pequeno livro inglês" mencionado é o *Discourse* de Gilbert, que Dee leu com muita atenção, fazendo, segundo o próprio, várias anotações às margens e avaliando os argumentos favoráveis e contrários às alegações e argumentos apresentados em relação à passagem Noroeste.

²⁷⁵ "And also, purposing freendly to examin, and faithfully to Instruct *M. Capitain Frobisher*, and *M. Christopher Hall*, and other, that should haue the chardge about the sayd Northwest Discouery (As he was, partly by the right worshipfull Sir *Leonell Ducket* Knight, and partly by *M. Frobisher* him self, before that, requested to doo)". Dee, 1577, n.p.

²⁷⁶ Thomas Rundall sugeriu que, em 1581, aventava-se a realização de uma quarta viagem sob comando de Frobisher. As evidências para isso são notas e memorandos encontrados no Museu Britânico, dentre os quais uma carta de Francis Drake para o barão de Leicester sobre o empreendimento, na qual se menciona o nome de Frobisher. A correspondência, no entanto, é a última evidência dos procedimentos relativos à viagem, que foram, provavelmente, abandonados. Ver Rundall, 1849, p. 32-34.

²⁷⁷ Acredita-se que a *Meta Incognita* das viagens de Frobisher corresponde à atual Baffin Island, no Canadá.

companhia e investiu recursos em todas as três viagens de Frobisher. Importantes figuras do Conselho Privado, como Cecil, Walsingham e Leicester, também figuraram entre os investidores (Mcdermott, 1999b). Lok foi feito governador vitalício da Companhia de Cathay, e Frobisher, almirante. As notícias se espalharam rapidamente também entre aqueles envolvidos com as discussões em relação à existência da passagem Noroeste, como Ortelius, que visitou a Inglaterra em 1577 com o propósito de se inteirar da viagem de Frobisher (Wallis, 1984, p. 461).

Diante de tão auspiciosas expectativas, uma segunda viagem foi rapidamente preparada, contando com uma organização muito superior à anterior. Por exemplo, a própria rainha Elizabeth chegou a investir mil libras no projeto (Wallis, 1984, p. 461), submetendo a Companhia de Cathay a forte controle da Coroa e seus conselheiros. Os objetivos das subseqüentes viagens, no entanto, foram direcionados cada vez mais à mineração em detrimento da localização da passagem, e os navios retornaram com toneladas de minérios para a Inglaterra. A última viagem tinha, inclusive, a intenção de fixar uma pequena colônia para garantir a posse e a extração de minérios. Essa proposta, contudo, nunca se concretizou, devido principalmente ao naufrágio da embarcação que continha os materiais de construção e mantimentos (Wallis, 1984, p. 461). Infelizmente, as expectativas foram frustradas quando se descobriu que o minério encontrado era, na verdade, “ouro de tolo” (“iron pyrite”) (Mayers, 2016, p. 278), e a suposta passagem encontrada era uma baía da Baffin Island. A Companhia foi à falência em seguida, com enormes prejuízos a seus investidores. Michael Lok, principal promotor e propagandista das viagens de Frobisher, respondeu até o fim da vida a uma série de ações judiciais pelas dívidas do empreendimento e da Companhia (Craciun, 2016), chegando inclusive a ser preso na Fleet Prison em 1581 em razão desses processos (Sherman, 1995, p. 174).

II. O erro Tudor: George Best e a tese da grandeza reservada aos ingleses

As viagens de Frobisher foram registradas por diversas pessoas envolvidas direta ou indiretamente com os empreendimentos. Tal é o caso, por exemplo, de Dionyse Settle, participante da segunda viagem, que compôs em 1577 *A true reporte of the last voyage into the West and Northwest regions*. No ano seguinte, George Best (c.1530/1540-1584), publicou a obra que analisaremos a seguir, *A true discourse of the late voyages of discoverie, for the finding of a passage to Cathaya, by the Northweast, under the conduct of Martin Frobisher General*. Best participou como lugar-tenente de

Frobisher na segunda expedição e como capitão do navio *Anne Francis* na terceira, graças, em grande medida, à influência de Sir Christopher Hatton, membro do Conselho Privado e um dos favoritos de Elizabeth I, em cuja casa Best servia e a quem a obra foi dedicada. Também de 1578 é a obra de Thomas Churchyard (c.1520-1604), *A prayse, and reporte of Maister Martyne Forboishers voyage to Meta Incognita*.

Na dedicatória de sua obra, George Best informou seu patrono que a fim de cumprir da melhor forma possível suas atribuições, aplicou-se inteiramente ao estudo da “ciência da Cosmografia” e dos “segredos da Navegação” para

vnderflande what I read and hearde others fpeake, but alfo to execute in effect and practife with my owne hands, the dutie and office appertayning to a Marriner: and fo thereby be better able to make a true reporte of al Occurrents in the fame voyage (Best, 1578, n.p).

Ou seja, para ser capaz de compreender aquilo que foi escrito e dito por outros, bem como realizar um “relato verdadeiro” das ocorrências da viagem, era preciso dominar certo aparato de habilidades e competências. Em outras palavras, era preciso ter experiência no campo de saber que se dedicava ao registro e interpretação de informações, no caso, a cosmografia. Por outro lado, Best também exerceria determinadas funções como capitão e comandante ao lado de Frobisher. Desse modo, seria necessário ter experiência para dominar os segredos da navegação próprios de pilotos e marinheiros. Em determinado momento da obra, Best foi ainda mais específico sobre essas “habilidades”:

The vertue of this stone [Lodestone, isto é, imã ou pedra-imã], as it is not long since it was first found, so in these dayes it is like to receiue his perfection, concerning his Northeasting and Northwesting to be brought in rule, & particularly in this noble voyage of our worthy Captain *Martine Frobisher*, who, as you shall after vnderstande in the discourse, hath diligentely obserued the variation of the Néedle. And suche obseruations of skilfull Pylots, is the onelye waye to bring it in rule, for it passeth the reach of naturall Phillosophy (Best, 1578, p. 5).

Segundo Best, portanto, a arte da navegação, tal qual praticada à época, dependia de certos conhecimentos que fugiam ao campo da “filosofia natural”, como, por exemplo, o domínio da pedra-ímã como instrumento de orientação, algo somente adquirido por pilotos habilidosos, isto é, experientes. Novamente nos deparamos aqui com nodosas concepções de experiência e suas possíveis interconexões. O argumento ressoa a postulação de Andréa Doré (2014) segundo a qual a “arte” (isto é, conjunto de

saberes e técnicas) dos cosmógrafos e pilotos constituíam, de certa maneira, campos distintos, apesar de ambos lidarem com informações adquiridas por navegadores. No entanto, em nossa opinião, textos como o de Best sugerem se tratar de áreas de experiências distintas em função das exigências próprias de cada *metier*, mas não opostas ou excludentes.

Ao empregar o termo “perfeição”, o excerto acima citado nos permite vislumbrar determinada concepção de temporalidade cara à nossa tese. Além de narrar e celebrar os feitos e desventuras de Frobisher, a obra de Best também procurou situá-las dentro do conjunto maior das realizações inglesas nos mares, e essas, por sua vez, no conjunto do que poderíamos chamar “história universal”. Nessa elaboração, nos deparamos novamente com concepções relativas à experiência e autoridade que marcaram a Primeira Modernidade. Sigamos o raciocínio do autor.

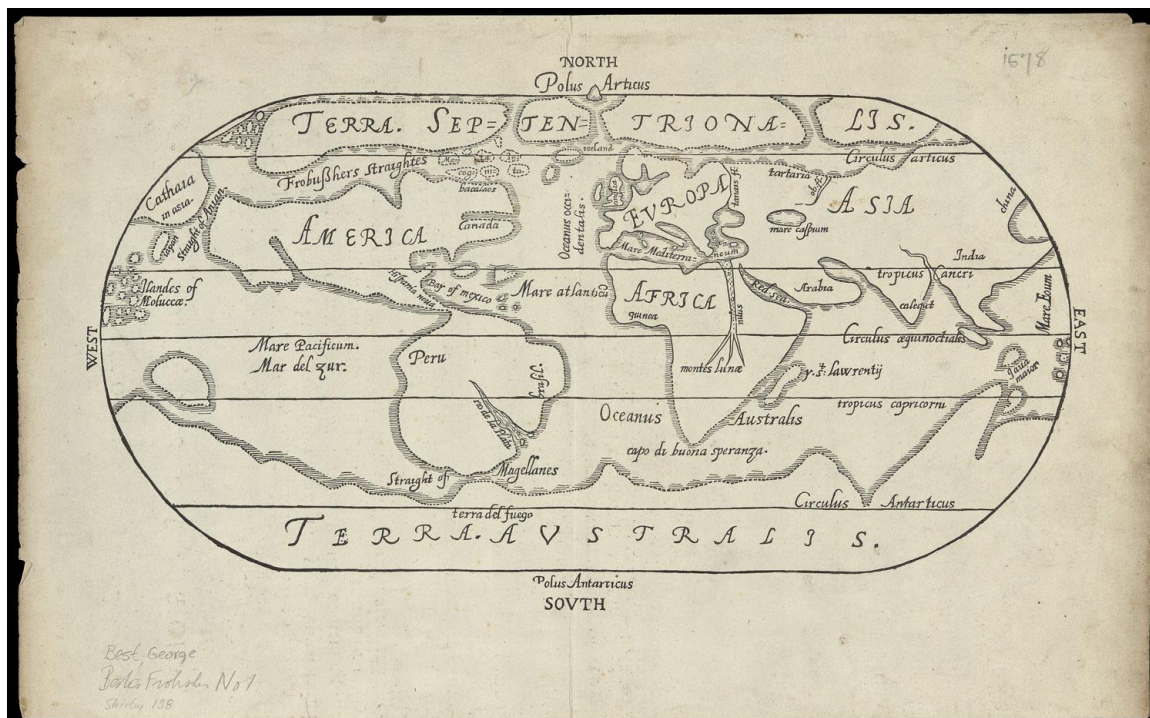
yet concerning the perfecter knowledge of the world, and Geographical defcription, (wherin the prefent age and pofteritie alfo, by a more vniuerfal vnderftading is much furthered, as appeareth by my vniuerfall Mappe with pricked boundes hereannexed) herein, the Englishman deferueth chiefe honor aboute any other. For neyther *Spaniard* nor *Portugale*, nor anye other befides the Englifh, haue bin found, by fo great dangers of Ife, fo neare the Pole, to aduentione any difcouerie, wherby the obfcure and vnknown partes of the world (which otherwife had laine hid) haue bin made knowen vnto vs. So that it may appeare, that by oure Enghfhmens induftries, and thefe late voyages, the world is grown to a more fulneffe and perfection: many vnknown lands and Ilands, (not fo much as thought vpon before) made knowen vnto vs: Chrifts name fpred: the Gofpell preached: Infidels like to be conuerted to Chriftianitie, in places where before the name name of God hath not once bin hearde of [...] (Best, 1578, n.p).

Como é possível observar, para Best, sua própria época havia aperfeiçoado uma série de elementos permitindo um conhecimento do mundo mais completo e universal do que antes era possível. Graças a esse processo, muitas localidades antes ignotas se fizeram conhecidas, e o cristianismo espalhado em paragens onde a palavra de Deus permanecia silenciada. Apesar de não mencionar explicitamente, o diagnóstico de Best sobre seu próprio tempo denota sua superioridade em relação ao tempo passado. Tal qual havíamos encontrado nos textos de Richard Eden e outros anteriormente analisados, imbrica-se à passagem do tempo uma noção de aperfeiçoamento por um acúmulo de experiências: aos modernos é possível um conhecimento vedado aos antigos, uma vez que os primeiros estão numa posição temporal privilegiada, “sentados em ombros de gigantes”. Para isso foram fundamentais, por exemplo, as navegações,

das quais as inglesas não apenas se igualavam àquelas que as antecederam, portuguesas e os espanhóis, como até as superavam, haja vista terem se aventurado em locais desconhecidos aos ibéricos, como o gélido Norte. Seguindo lógica semelhante aos “Netunos” listados por Gascoigne, Best estabeleceu uma relação temporal que entrelaçava continuidade e superação: se as navegações ibéricas deram continuidade e avançaram de onde os antigos haviam parado, portugueses e espanhóis se tornam os “novos antigos”, isto é, o ponto de partida para o avanço a ser realizado pelos ingleses. Do ponto de vista da construção retórica ao menos, a Inglaterra era posta no ápice da civilização em termos de realizações e descobertas. Portanto, se o mundo moderno é mais “completo e perfeito”, isso deve também aos ingleses. Em outra passagem, essa tensão em relação às realizações ibéricas é aprofundada:

By this Discourfe, it may please your Honour to behold the greate indutrie of oure present age, and the invincible mindes of our English nation [...]. So that, if now the passage to Cathaya thereby be made open vnto vs, ([...] and promise vs a more riches by a nearer way than either Spaine or Portugale possessed) [...] or if the Golde Ore in these newe Discoveries founde out, [...] we may truly infer, that the Englishman in these our dayes, in his notable discoveries, to the Spaniard and Portugale is nothing inferior, and for his hard adventures, and valiant resolutions, greatly superior. For what hath the Spaniard or Portugale done by the Southeast and Southwest, that the Englishman by the Northeast and Northwest hath not counteruailed the fame? (Best, 1578, n.p).

Ecoando o mesmo princípio presente em todos que procuravam por uma passagem Noroeste para Cathay, Best afirmou que a nova rota coroaria as atividades marítimas inglesas, sendo seu passaporte ao conjunto das grandes potências de sua época. Aquilo que os espanhóis haviam concretizado a Sudeste (refere-se à passagem pelo Estreito de Magalhães) e portugueses a Sudoeste (passagem pelo Cabo da Boa Esperança) seria rivalizado e superado pelas conquistas inglesas a Nordeste (como as rotas da Cia. Moscovita para a Rússia) e a Noroeste (a última fronteira a ser conquistada pelo norte da América). Nota-se como Portugal e Espanha estabeleceram-se entre pensadores, cosmógrafos, pilotos e comerciantes ingleses como parâmetros ou modelos contra o qual se mediam todas as realizações posteriores. Mesmo que seja para superá-los, é preciso ter em conta suas experiências. Como mais um elemento de reforço, inseriu-se um mapa (Mapa 12) a fim mostrar a exequibilidade dos projetos e viagens em torno da passagem Noroeste:



Mapa 12. George Best (1578). Mapa Mundi. Disponível em: <https://oshermaps.org/image/?id=15771> Acesso em: 03 jan. 2023.

Em primeiro lugar, nota-se o interesse em registrar cartograficamente as realizações que Frobisher teria alcançado em suas viagens: atravessando a “Meta Incognata” (formada por pequenas ilhas acima da “terra do Bacalhau”), delimita-se o “Estreito de Frobisher” (“Frobushers Straights”) como a “entrada” da própria passagem Noroeste, cuja “saída” estaria no “Estreito de Anian”, garantindo acesso direto à China (“Cataia”), Japão (“iapan”) e Molucas (“Ilandes of Moluccae”). A configuração dos continentes se assemelha bastante àquela dos mapas de Mercator (Mapa 6) e Ortelius (Mapa 7), analisados no capítulo anterior, que continham as passagens árticas tanto a Nordeste quanto Noroeste. Outra marca em comum é a geografia ártica na forma de quatro grandes ilhas com uma grande pedra no centro, remetendo à tradição da *Inventio Fortunata*.

Assim como Robert Thorne em sua proposta a Henrique VIII na década de 1520, Best reforçou como era imperioso aos monarcas buscarem o engrandecimento do reino de todos os modos possíveis, não importando o tamanho das dificuldades. A maneira que o fez denota a incorporação das experiências passadas na “consciência inglesa”. Segundo Best, despeito da grande indústria e valor dos ingleses, a Inglaterra

ainda não figurava no lugar mais alto das potências por sua falta de iniciativa e antevisão para abraçar a oportunidade quando essa se mostrasse. Best faz referência aos projetos de navegação em busca da passagem noroeste: as chances de grandeza já haviam batido à porta da Inglaterra em mais de uma oportunidade, e não foram aproveitadas.

wher by appeareth, that if the Englifhman had bin in times pafte as fortunate and forefeeing to accept occafion offered, as he hath bin alwayes forward in executing anye caufe once taken in hand, he had bin worthily preferred before all nations of the worlde, and the Weaft *Indies* had now bin in the poffeffion of the Englifhe (Best, 1578, n.p).

Num argumento carregado nos tons “maquiavelianos”, se os ingleses tivessem agido quando a ocasião se apresentou, tudo aquilo que as nações ibéricas retiravam das Índias Ocidentais estariam sob possessão inglesa. Na sequência, o autor procurou demonstrar como os ingleses desperdiçaram as oportunidades representadas por Colombo e Sebastião Caboto: o primeiro, ao ser rejeito por Henrique VII, foi *forçado* (o termo é importante) a se dirigir à Espanha, entregando a Fernando e seus sucessores todos os benefícios que agora retiravam da América. O segundo, tendo infrutíferos esforços em angariar apoio na Inglaterra em busca da passagem Noroeste, também foi *forçado* a se dirigir à Espanha, onde foi feito Piloto Maior (*Piloto Maggiore*) e empreendeu viagem ao Brasil e ao “famoso Rio da Prata” (referindo-se à viagem de 1526, analisada no Capítulo 4). No entender de Best, era como se as sucessivas recusas dos Tudor, primeiro com Henrique VII e depois com Henrique VIII, tivessem empurrado os grandes descobrimentos à Espanha em detrimento da Inglaterra.

Nesse sentido, instava-se à monarca Elizabeth I não repetir os erros de seus antecessores, “empurrando” mais uma vez aos ibéricos a realização da próxima grande descoberta.²⁷⁸ Best identificou nas faltas de “liberalidade da nobreza” e “habilidades em cosmografia e arte de navegação” os principais entraves que haviam emperrado o sucesso inglês. Em seu próprio tempo, no entanto, esses problemas teriam sido solucionados porque a monarca e os nobres contribuíram para o aperfeiçoamento da cosmografia não apenas com belas palavras, mas com liberalidade de recursos, fazendo

²⁷⁸ Best retoma esse argumento em outras partes da obra, como nesta: “fo would I not haue our Englifhe Nation to be flacke therein, least perhappes agayne they ouershoot themfelues, in refusing occasion offered, as it was in the time of King Henry the seauenth, when all the West *Indies* were firste preferred to the Englifhmen, to be giuen into their handes, whiche they little regarding, was afterward offered to the *Spanyrdes*, who presently accepted the occasion, and now enjoy the infinite treafure and commoditie thereof” (Best, 1578, p. 14).

com que a navegação rústica e atrasada dos tempos de Henrique VII se encontrava, agora, em sua máxima perfeição.²⁷⁹ Identifica-se aqui o emprego de modelos das autoridades clássicas da *magistra vitae*, na qual a experiência acumulada fornece exemplos e padrões virtuosos para atuação política, ligada também à tópica retórica do engrandecimento do reino e da “república”.

Tais usos de formas de argumentação e pensamento advindos de autoridades clássicas são presentes dão indícios do modo como Best e, por conseguinte, seus contemporâneos, entendiam as relações entre autoridades e experiência na constituição da identidade de sua própria época. Segundo o cronista das viagens de Frobisher, alguns homens nasciam para servir não apenas aos próprios desejos, mas se inclinavam ao engrandecimento da sociedade humana, tornando-se proveitosos membros de suas respectivas repúblicas (“common wealth”, no original). Alguns o faziam pelo “estudo da mente” (“study of the minde”), dedicando-se ao exame de leis e da governança, como o fizeram Licurgo e Sólon; outros, por sua vez, aplicavam-se às artes e à ciência, assim como em tempos passados Aristóteles com a lógica e filosofia, Cícero e Demóstenes com a retórica, Euclides com a aritmética e geometria; havia ainda aqueles que se dedicavam à observação dos astros, ao exercício das armas, dentre outras atividades (Best, 1578, p. 1-2):

fo that now by cōtinuall practife, and exercifing of good wittes, the world is waxed finer, and growen to more perfection, not only in all the fpeculatiue Artes and Sciences, but also in the practicall application of the fame, to Mans vse, whereof as the one doth excéedingly delighte the inward mind, in séeing the sequele of things by arte and reason, [...] that this time only may rightely bée called the liberall and flourifhing age (Best, 1578, p. 2).

Se sua época poderia ser justamente chamada de “florescente”, superando as anteriores graças ao grande desenvolvimento das artes e ciências especulativas e suas aplicações práticas, isso se deu pela “prática contínua” e pelo “exercício intelectual” que haviam tornado o mundo mais perfeito. Ou seja, pela experiência aliada ao exercício da razão. A constatação que seu próprio tempo era capaz de superar as façanhas dos antigos é comprovada nas páginas seguintes. Nem no tempo de Salomão, com as grandes riquezas obtidas em Ofir, o mundo vira tamanha quantidade de ouro, prata e

²⁷⁹ Vale notar que esse tom laudatório às ações da monarquia inglesa se deve, também, ao fato da obra ser dedicada a um membro do mais alto escalão da corte elizabetana, além da monarquia ter imposto um severo controle sobre narrativas a respeito dos empreendimentos da Companhia que havia promovido as viagens de Frobisher, especialmente após as notícias da possível existência de ouro nos territórios explorados.

outros metais jorrarem das estranhas da terra. Em que época se não a atual, inquiriu Best, se poderia encontrar tanta provisão de alimentos, seja de carne, grãos e milho, que não apenas superou todas as anteriores em abundância como adicionou centenas de outras, simples ou complexas, nunca vistas²⁸⁰. A excelência adquirida na arte da guerra faria com que Aquiles, Alexandre, o Grande e Júlio César ficassem ainda mais admirados com os feitos de “nossos homens” (ingleses do período de Best) do que os “bárbaros” haviam ficado no tempo deles com suas façanhas. No caso das navegações, ponto central de sua obra, as realizações de sua época (como uso dos imãs mencionados anteriormente) retiraram as amarras que prendiam os homens em limites tão estreitos, definidos a Oeste pelas Colunas de Hércules (o *non plus ultra* que interrompera as conquistas do herói grego), a Leste pelo rio Ganges (limite do avanço de Alexandre, o Grande), a Sul pelos Montes da Lua no continente africano (onde Ptolomeu, rei do Egito, supôs a origem do Nilo) e ao Norte por Thyle, uma das ilhas das Órcades²⁸¹. Graças ao valor de ingleses, espanhóis, portugueses, franceses e italianos, fizeram-se mais descobertas nos últimos oitenta anos do que nos cinco mil anteriores (Best, 1578, p. 5-6), fazendo com que os mais recônditos cantos do mundo se fizessem conhecidos.

Se, por um lado, a perfectibilidade possibilitada pela passagem do tempo na qual se acumulam experiências tanto práticas quanto intelectuais, que por sua vez garantem realizações ainda maiores que as passadas, por outro, a “régua” a partir da qual se mensuram e avaliam os indivíduos do presente são os antigos e sua *auctoritas*. É a partir de Aristóteles, por exemplo, que se avança no pensamento filosófico, de Solón na legislatura, de Júlio César na guerra, de Hércules, Ptolomeu e Alexandre na exploração dos limites do mundo conhecido. De certo modo, as proezas descritas por Best, dos ingleses em particular, ganham dimensão e sentido não apenas por superarem, mas por darem continuidade às realizações e conquistas antigas. A diferença é que os tempos de Best possibilitavam aos indivíduos elementos outrora vedados aos do passado, possibilitando a aqueles prosseguirem onde esses foram obrigados a parar.

Conforme proposto por Berenice Cavalcante (2002, p. 5-6), essa consciência da possibilidade do aperfeiçoamento do saber antigo pelos modernos circulava entre letrados da cristandade europeia desde meados do século XII. Era justamente essa consciência de atingir a plenitude do conhecimento (a “perfeição”, nos dizeres de Best)

²⁸⁰ Como, por exemplo, a imprensa. Cf. Best, 1578, p. 4.

²⁸¹ Órcades ou Orkney Islands são um conjunto de ilhas no Mar do Norte, próximo ao litoral norte da Escócia.

que operava a cisão temporal, impõe-lhes a condição de modernos. A relação, nesses termos, não era de rivalidade ou substituição, mas de ampliação a partir daquilo já estabelecido pelos antigos como parte de um lento e contínuo processo de revelação do conhecimento. Ainda que se instituísse a noção de separação temporal (Best falava em “nossos tempos”, nossa era”, implicando, portanto, tempos e eras diferentes), a valorização do moderno, isto é, do atual, fundava-se na renovação das glórias e da grandiosidade da Antiguidade, tida como referencial para a atualidade. O “florescimento” assistido por Best em seu tempo não possuía, portanto, a conotação de progresso que, ao “ultrapassar” o passado, o torna obsoleto. Reinhart Koselleck propôs que essa noção se imporia somente a partir do final do século XVIII, com o aparecimento da estrutura temporal própria da modernidade. Caracterizada por um fosso cada vez maior entre o campo de experiência e o horizonte de expectativa, no sentido que o futuro deixava de ser guiado pela experiência pretérita, norteando-se por expectativas cada vez mais distanciadas e desconectas desse passado (Koselleck, 2006; 2014; Pereira, 2013).

Essa assimetria entre ambos foi provocada, segundo Koselleck, pela aceleração das transformações, fazendo com que o tempo parecesse se tornar “cada vez mais novo”: “Nos últimos quinhentos anos, a economia das experiências se transformou – no início de forma lenta, mas nos últimos dois séculos a uma velocidade cada vez maior, e continua sob enorme pressão de transformação” (Koselleck, 2014, p. 213). Não é que outros tempos não tivessem conhecido mudanças, mas essas se davam num ritmo que garantia ao passado seu papel de orientador, de exemplaridade. Para o autor, a real novidade da modernidade, que se faz perceptível a partir da Revolução Francesa, é o “novo estado físico” dessas transformações, que passam a atingir também as estruturas, fazendo a “mudança estrutural” se transformar em “evento” (Koselleck, 2014, p. 221). A perda de referencialidade do passado significou, portanto, o fim do modelo da história “mestra da vida”, já que a experiência presente se tornava radicalmente diferente do passado.

III. Richard Wille e a ascensão da geografia

As expedições de Frobisher também interessaram aqueles desejosos em reunir e publicar narrativas relativas aos descobrimentos e navegações, sendo incorporada em obras como *The history of trauayle in the West and East Indies*, publicada por Richard

Willes (1546-1579?) em 1577. Willes dedicou boa parte da vida à literatura e poesia, lançando-se, mais tardiamente, ao estudo de geografia. *The History of Travayle*, sua obra mais conhecida, pode ser considerada não apenas uma continuação²⁸² da *The Decades of the Newe Worlde or West India* de Richard Eden, mas também do projeto maior de traduzir e disponibilizar informações acerca dos descobrimentos geográficos de sua época²⁸³.

Segundo o próprio autor explica no prefácio, a obra foi dividida em quatro partes, cada uma dedicada a um dos “quatro cantos” do mundo. A primeira, relativa à América, ou Índias Ocidentais, compõe-se das quatro primeiras *Decades* de Angleria e da *Historia* de Oviedo; a segunda, que nos interessa neste momento, compunha-se de um discurso para provar a existência da passagem Noroeste. O próprio Willes comentou a respeito da “desproporção” entre essas duas primeiras partes: a segunda seria muito menor em extensão que a primeira haja vista aquele “canto do mundo” ser, em grande parte, ainda pouco conhecido. Não obstante, esse estado de coisas era apenas temporário: “but that other writers shal doubtlesse in more ample maner employe theyr labour therein after the returne of our northwestern traueylers” (Willes, 1577, n.p.). No cerne desse comentário, reside a concepção do autor entre experiência e conhecimento geográfico que desejamos explorar. Assim como, num primeiro momento das navegações, as Índias Ocidentais também eram completamente ignoradas e, agora, os escritores compunham centenas de páginas sobre ela, o avanço de expedições como as de Frobisher ampliariam a quantidade de informações a respeito do Noroeste ártico. Por fim, a terceira e quarta partes diziam respeito, respectivamente, à região Nordeste e reinos adjacentes (como Moscúvia, Dinamarca, Islândia, dentre outros) e à África e regiões do Sudeste (como Egito, Etiópia, Arábia e Pérsia).

Na dedicatória da obra à condessa de Bedford, Willes demonstrou o entendimento que possuía acerca da importância da geografia. Ao comparar os estudos de “arte e ciência” com as estações do ano e da própria vida humana, haveria, segundo o autor, épocas propícias a determinados aprendizados, a começar pela gramática, depois

²⁸² Willes, não obstante, tinha reservas ao trabalho de Eden, especialmente no tocante às traduções: “Nowe concernyng. R. Edens owne doynge, syncerely to say what I thynke, and curteously to yeelde hym that due prayse the whiche worthyly these his labours deserue, yet not to flatter hym neither, where any faulte hath ben committed: as hyghly he was to be commended for Englyshyng so straunge, so wonderfull, so profitable histories as these are, nothyng inferior to the bookes of auncient writers, far exceedyng the multitude of foollysh commentaries and friuolous translations, to to licentiously vsed in our tyme [...]” (Willes, 1577, n.p.).

²⁸³ Por essa razão, acabou incorporada também por Richard Hakluyt em sua *Principal navigations* de 1589.

lógica, filosofia natural e, por fim, geometria e geografia. Nessa construção, obviamente com tons laudatórios à sua própria pessoa e obra, a geografia é situada como o estágio final de certo percurso formativo, não apenas dos indivíduos, mas também das eras. Assim como analisado na obra de George Best, encontramos em Willes certa concepção das relações entre passado e presente, de “antigos” e “modernos” e de autoridade e experiência. Sigamos sua argumentação:

Geography laye hydden many hundred yeeres in darkenesse and obliuion, without regarde and price: of late who taketh not vppon him to discourse of the whole worlde, and eche prouince thereof particulerly, euen by hearesay, although in the first principles of that arte, he bee altogether ignorant and vnskyfull? This tyme is now (Willes, 1577, n.p).

Em seu próprio tempo, portanto, não faltavam aqueles que, sem preparo ou cuidado, se lançavam à “descrição do mundo”. A explicação dada pelo autor residia no fato da geografia ter permanecido escondida por séculos na escuridão, esquecida e desvalorizada. Alguns parágrafos adiante, ficamos sabendo que, para Willes, desde Ptolomeu essa ciência tão necessária permanecia enterrada sob “poeira e cinzas”. Sem ela, continuou o autor, não era possível saber quais partes do mundo eram frias ou quentes, como o mundo se dividia em partes, províncias e condados, como se elaboravam mapas contendo países e regiões do globo. Sem ela, portanto, seria impossível ter informações para se governar cidades e reinos²⁸⁴.

Quando essa ciência, tão fundamental para Willes, teria começado a ser revitalizada, ou, nos dizeres do autor, a florescer novamente (“to spring vp agayne”)? Há mais ou menos cento e cinquenta anos, quando Don Henrique, filho de D. João I de Portugal e sobrinho de Henrique IV da Inglaterra, que com sua viagem de conquista das Canárias e Septa²⁸⁵, encorajou os portugueses a explorarem a costa africana e procurarem por terras nunca vistas. Para Willes, portanto, o início do “mundo moderno” está umbilicalmente vinculado às explorações marítimas iniciadas por Portugal. Nota-se a mesma metáfora de Best: “florescimento”. Ambos enxergavam sua época como um aperfeiçoamento das realizações e dos conhecimentos antigos: entre Ptolomeu e Willes há possibilidade de melhoramento. Já veremos por quais meios. Por hora, nota-se que

²⁸⁴ Mais um claro uso da lógica argumentativa baseada na retórica clássica apelo ao engrandecimento da *res publica*.

²⁸⁵ Refere-se, muito provavelmente, às Sete Cidades, objetivo presentes em uma série de navegações portuguesas (e inglesas, rumo ao Noroeste) na costa africana no século XV, conforme analisamos nos Capítulos 2 e 3.

não há aqui a noção de negação dos antigos. Willes, ao longo da obra, se posicionou como continuador da obra do grande geógrafo antigo, avançado nos locais em que ele havia parado, e corrigindo qualquer informação provada incorreta pela experiência. Florescimento, metáfora empregada por ambos os autores, é sintomática dessa percepção, pois implica o desenvolvimento de algo anterior (a germinação de uma “semente”, para seguir a metáfora), não uma criação sem lastro passado.

Qual seria o elemento que permitiu não apenas a retomada, mas o aperfeiçoamento da geografia nesse período?

[...] and by the relations of skilful traueylers in Europe, Affrike, & Asie: through the discouery of the far Indies, the Moluccaes, & new founde landes, of late so to be wondred at, as no other facultie more [...]. wil you see what wise and experte traueylers, skilful in geometry and Astronomy, (for that is to bee a Geographer in deede) be able to doe? Looke you on the King of Portugales title: the two partes, of the three therein, were atchiued by Vasques Gama, and other traueylers aduentures. Consider the fruites, the drugges, the pearle, the treasure, the millions of golde and siluer, the Spanyardes haue brought out of the West Indies since the first viage of Columbus: The great commodities our nation reapeth by the traueyle of our countreymen into Barbary, Guiny, and Moscouia, wil be a sufficient testimony vnto all vs Englishmen, what it is to be a skilful traueyler, what to bee a painefull Geographer, and learned (Willes, 1577, n.p.).

Para Willes, a geografia foi despertada e valorizada, em grande medida, graças à atuação de “habilidosos viajantes” (poder-se-ia dizer, experimentados, experts em sua função) e suas descobertas. Destaca-se, no excerto, as características do “viajante ideal”: domínio das habilidades próprias de seu ofício, da “arte de navegação”, aliado ao da geometria e geografia (experiência em áreas do saber, que implica, entre outros elementos, o conhecimento das autoridades). A união aqui desejada por Willes remete à ideia que havíamos encontrado nos textos de Robert Thorne, por exemplo, segundo a qual era preciso ser capaz de aliar as informações dos fenômenos observados com a capacidade de interpretá-los e dispô-los num discurso racional. O domínio, ou experiência, em apenas um único campo tornaria o resultado deficitário. Como exemplos do que essa união virtuosa poderia oferecer, bastaria observar as riquezas conquistadas ao rei de Portugal por Vasco da Gama, a quem Willes tinha em grande conta, os tesouros das Índias Ocidentais desfrutados pelos reis espanhóis em virtude de Colombo, ou, ainda, as mais recentes mercadorias adquiridas por ingleses em viagens à Rússia e regiões da África.

Nesse argumento, é possível observar como Willes encadeiou os desdobramentos mais recentes das navegações inglesas numa sequência de eventos cujo eixo orientador eram as ibéricas. Explica-se, assim, a existência de seção da obra inteiramente dedicada à passagem Noroeste: como outros promotores e defensores desse projeto analisados até aqui, Willes estava convicto que não apenas aquela descoberta estava reservada aos ingleses, como, uma vez concretizada, a Inglaterra alcançaria, e até poderia ultrapassar, os patamares alcançados por portugueses e espanhóis. Entremado pela da retórica propagandista em louvor da virtuosidade nacional e seu engrandecimento pela navegação, tal entendimento era, como temos demonstrado, um lugar comum nas produções inglesas dirigidas aos projetos de navegação e áreas correlatas.

Ao dedicar-se à comprovação da passagem, Willes reafirmou os princípios semelhantes nos quais os promotores de tal empreendimento. Para atingir as “ricas e frutíferas” terras de Cathay e a das Molucas, existiriam apenas quatro possibilidades: a Sudeste, pelo Cabo da Boa Esperança, a Sudoeste, pelo Estreito de Magalhães, a Nordeste, tentada por Sir Hugh Willoughby, e a Noroeste, à descoberta da qual se dirigia, naquele momento, Martin Frobisher. No entanto, a passagem pelo sul da África estava fortemente controlada pelos portugueses, “senhores daqueles mares”; a passagem pelo Nordeste existiria apenas “na imaginação de geógrafos”, não sendo consistente nem com a razão, nem com a experiência²⁸⁶. Observa-se, neste ponto, como era possível argumentar a favor ou contra determinada hipótese (neste caso, uma passagem marítima pelo Nordeste), baseando-se tanto na razão quanto na experiência. O argumento de Willes era sustentado pelos mesmos princípios empregados por Jenkinson, por exemplo, que aventava a possibilidade de atingir a China justamente pelo Nordeste. Assim como havia autoridades discordantes sobre determinado tema, experiência (como informação vinda da observação) também podia receber as mais diferentes interpretações. O terceiro caminho, pelo Estreito de Magalhães, mostrou-se uma possibilidade muito perigosa, pois

experience hath partly taught vs, and partly we are persuaded by reason, howe the Easterne currant strykeh so furiously on that streicte, and falleth with such force into that narrow goulphe, that hardely any shyppe can returne that way, into our West Ocean, out of *Mar del zur* (Willes, 1577, n.p.).

²⁸⁶ “consisteth rather in the imagination of Geographers, than allowable either in reason, or approued by experience” (Willes, 1577, n.p.).

A experiência mencionada diz respeito às informações coletadas pela observação direta no Estreito, e a “razão” à “explicação causal” para a existência de correntes tão violentas no local. Ao que restaria aos ingleses, portanto, direcionar seus esforços para a passagem Noroeste:

The which, if it be true, as truly it is, than may we say, that the aforesayde Easterne currant or leuant course of waters continually folowyng after the heauenly motions, looseth not altogether his force, but is doubled rather by an other currant from out the Northeast, in the passage betwyxt America and the North lande, whyther it is of necessitie carryed: hauyng none other way to maintaine it selfe in circular motion, and consequently the force and fury thereof to be no lesse in the streict of *Ania*, where it striketh South into *Mar del zur*, beyond America (if any such streicte of sea there be) than in *Magellane* frete both streictes beyng of lyke breadth (Willes, 1577, n.p.).

Reencontramos aqui o mesmo argumento da razão ou da filosofia que investiga as causas dos “segredos da natureza” que Anglería havia empregado em 1516, na primeira edição de suas *Décadas* e que, por sinal, compunham a primeira parte da obra de Willes. Através do exame racional de observações, é possível, portanto, atestar a existência de algo ainda não localizado. É exatamente desta maneira que o autor se empenhou em dissuadir possíveis objeções: quem poderia garantir que tal caminho realmente existia, se não foi provado²⁸⁷ por ninguém? Quem garantiria um destino diferente daquele encontrado por Willoughby ao viajar através do gelo e do frio?

who can assure vs of any passage rather by the Northwest, than by the Northeast? [...]. In the Northeast that noble Knyght sir *Hugh Willoughby* perished for colde: and can you than promyse a passenger any better hap by the Northwest? who hath gone for triall sake, at any tyme, this way out of *Europe* to *Cathayo*? (Willes, 1577, n.p.).

As respostas a essas indagações mostraram, novamente, que razão e experiência eram indissociáveis, bem como seus respectivos lugares nesse debate. Em primeiro lugar, se fossemos procurar a resposta em Ptolomeu, “pai da geografia”, e em seus “filhos mais velhos” (isto é, geógrafos da antiguidade), encontraríamos uma negativa, já que seus mapas mostravam um “mar fechado”. Essa opinião continuou entre os romanos e, posteriormente, foi adotada por geógrafos “de nosso tempo” como Mercator, por exemplo, que projetavam a América continuamente até o Polo Norte. No entanto, para Willes, esse argumento era infundado pois Ptolomeu

²⁸⁷ Ressalta-se que *trial*, tal qual aparece no texto, é uma das acepções de experiência.

não conhecia nada do que havia abaixo da latitude 16° Sul e acima da 63° Norte. Logo, o geógrafo grego era completamente ignorante em relação à parte do mundo em que a suposta passagem se encontraria. Os portugueses, não obstante, contornaram o sul da África e atingiram o Japão, entre a Ásia e América. Mercadores ingleses, em tempos de Eduardo VI, alcançaram a Rússia por uma rota setentrional muito acima de Thule (considerada limite setentrional do mundo conhecido), além de mostrarem que a Groelândia não era contígua à Noruega. De modo semelhante, os navegadores ingleses que se dirigiam ao Noroeste tinham demonstrado “a ignorância dos cosmógrafos” ao comprovar que a Groelândia também não estava unida à América, e esta, por sua vez, não se ligava às terras polares. Em síntese, o que Willes procurou demonstrar é que faltava aos geógrafos antigos a experiência necessária para a correta projeção cartográfica de determinadas partes do mundo, experiência essa somente fornecida com as navegações. Isso significa, portanto, o desprezo ou abandono dos antigos? Não exatamente. O fato de mostrar a falibilidade de autoridades, ou a incompletude de seus conhecimentos, não nega, a rigor, sua *auctoritas*. Conforme demonstrado na análise da obra de George Best, existia a ideia de um aperfeiçoamento contínuo propiciado pela passagem do tempo, que permite aos modernos “enxergar mais longe” a partir do que lhes foi legado. É nesse sentido que Willes afirmara que a ciência da geografia era resultado de um processo formativo que estabelecia diferenciações entre épocas, dada a necessidade da passagem do tempo para o acúmulo de experiências e seu consequente aperfeiçoamento. À atitude de corrigir ou atualizar certas informações com novas experiências agregava-se a continuidade da utilização de metodologias e princípios das autoridades antigas (Grafton, 1992, p. 115), como demonstrado de forma mais clara na seguinte passagem:

Now yf the obseruation and remembrance of thyngs breedeth experience, and of experience proceedeth art, and the certeine knowledge we haue in all faculties, as y^e best Philosophers that euer were do affyrme: truly the voyage of these aforesayd trauaillers that haue gone out of Europe into *Mar del zur*, and returned thence at the Northwest, doo moste euidently conclude that way to be nauigable, and that passage free. So much the more we are so to thynke, for that the fyrste principle and chiefe grounde in all Geographie, as great *Ptolome* sayth, is the historie of trauel, that is, reportes made by trauaylers skylfull in Geometrie & Astronomie, of al suche thynges in their iourney as to Geographie do belong (Willes, 1577, n.p.).

Esse excerto sintetiza, de certo modo, toda a concepção de Willes acerca da experiência e seu lugar na construção do conhecimento. Destaca-se, em primeiro lugar,

que a experiência, tal qual vimos tratando, não se confunde com observação, mas deriva dela. Em outras palavras, há uma clara diferenciação entre experiência e o que chamaríamos empiria (o “dado bruto” da observação). A ideia de “lembrança” também é sintomática dessa concepção, pois reforça a ideia de diacronia na concepção de experiência, um lapso temporal entre o ato de observar e adquirir experiência, que torna o indivíduo “experimentado”²⁸⁸. Existe, portanto, um “processamento”, por assim dizer, da observação em experiência, que, por sua vez, estabelece os princípios da arte (domínio de certos procedimentos, técnicas e conhecimentos sobre determinada atividade, tal qual a “arte de navegar”, mencionada pelo próprio Willes) e do conhecimento. É justamente por isso que o “geógrafo ideal” de Willes é também aquele que havíamos encontrado em Anglería, Eden, Best e os demais analisados: o indivíduo que não se limita a “observar” o que presencia, mas aquele capaz de “processar” o dado obtido transformando-o em experiência dentro de um discurso racional (ou “científico”). O que nos poderia causar até espanto ou surpresa é que todo esse processo sugerido por Willes consistia na aplicação de princípios sustentados por Ptolomeu, não sendo, portanto, algo “revolucionário”, uma vez que não se apresentava a ideia de instituir um “novo começo”, um “reinício da própria História” nos dizeres de Koselleck (2014, p. 227), ou de um curso subitamente novo da História, nunca conhecido ou narrado, nos de Arendt (1988, p. 23).

Um bom exemplo do modo como Willes considerava o emprego e valor dos “antigos” (e sua autoridade) é dado em sua refutação da suposta contiguidade entre a América e a Ásia, o que anularia a existência da passagem Noroeste. Para os propagandistas dessa ideia era fundamental estabelecer a natureza “insular” da América, tal como Gilbert havia feito em seu *Discourse* ao identificar o continente americano à Atlântida de Platão. De modo semelhante, Willes buscou referências que legitimavam essa opinião:

[...] neyther is there any isthmus or streict of land betwixt *America* and *Asia*, ne can these two landes ioyntly be one continent. The fyrst part of my answere is manifestly allowed of by *Homer*, whom that excellent Geographer *Strabo* foloweth, yeldyng hym in this facultie the prise. [...] attributed vnto *Aristotle*, is of y^e same opinion, that *Homer* and *Strabo* be of, in two or three places. *Dionisius* [...] hath this verse [...] *So dooth the Ocean sea runne*

²⁸⁸ O frontispício da obra *History of the World* (Raleigh, 1614), publicada por Walter Raleigh em 1614, contém uma alegoria da *experiência* retratada como uma mulher idosa. Tal representação condiz com o sentido aqui apresentado por Willes, segundo o qual para se adquirir experiência é preciso tempo. Também pode ser interpretado no sentido que o acúmulo de experiências passadas permite melhores julgamentos sobre o certo e o errado, instância fundamental na concepção da história *magistra vitae* presente na organização da obra de Raleigh

rounde about the worlde: speakyng only of Europe, Africke, and Asie, as then Asie was trauallyed & knowen. With these Doctoures may you ioyne Pomponius Mela, Cap. 2. lib. 1. Plinius lib. 2. Cap. 67. and Pius. 2. Cap. 2. in his description of Asie. All the whiche writers do no lesse confirme the whole Easterne side of Asie to be compassed about with sea, then Plato doth affirme in Timaeo, vnder the name Atlantide, the West Indies to be an Ilande, as in a speciall discourse thereof [...] (Willes, 1577, n.p.).

Como temos demonstrado, havia um amplo horizonte de modulações possíveis nas quais autoridades poderiam ser empregadas, especialmente por sua aura legitimadora. É curioso que apenas alguns parágrafos antes, Willes havia repudiado a hipótese veiculada pelas mesmas autoridades a respeito da existência de zonas inabitáveis em decorrência do calor ou do frio. O autor reconheceu que, de fato, havia no conjunto das autoridades em Geografia opiniões divergentes. A solução estava no conselho dado pelo próprio Ptolomeu: “It must be Peregrinationis historia, that is, true reportes of skilful traualiers, as Ptolome writeth, that in suche controuersies of Geographie must put vs out of double” (Willes, 1577, n.p.). A experiência parece entrar nessa equação como um elemento “regulador”, isto é, aquele que pode acusar a correção ou incorreção de determinada opinião²⁸⁹: “by the report of M. Furbisher, experience teacheth vs” (Willes, 1577, n.p.), referindo-se tanto à sobrevivência nas regiões gélidas do Polo Norte quanto da direção e profundidade das águas, que comprovaria a existência da passagem. Nesse sentido, o indivíduo capaz de reivindicar experiência, e ser reconhecido como tal, passava a ter sua dose de autoridade para emitir determinado pensamento ou opinião. Contudo, segundo a análise das fontes até aqui apresentadas, ao menos no período compreendido por este trabalho, o reconhecimento desse valor da experiência não extinguiu a *auctoritas* das autoridades, com o perdão da redundância, até porque a própria experiência não era um “dado objetivo”, podendo ser empregada como recurso retórico direcionado aos mais variados objetivos. Depreende-se, por fim, que se por um lado a ideia de perfectibilidade do conhecimento (pelo acúmulo de experiência) permitia aos modernos tomar consciência da limitação dos antigos, por outro, essa concepção também garantia a continuidade da *auctoritas* em razão dos modernos não se colocarem como substituidores, mas continuadores de grandes autores do passado.

²⁸⁹ Por esse mesmo motivo, na alegoria da *History of the World* (Raleigh, 1614) mencionada na nota anterior, a *experiência*, como uma mulher idosa, segura em uma das mãos uma corda esticada à maneira de um “prumo”, com o qual é possível delimitar, portanto, a retidão das coisas e as aprumar na direção correta.

IV. John Davis: as últimas viagens inglesas do século XVI em busca passagem Noroeste

No século XVI, as últimas tentativas inglesas de localizar a passagem Noroeste couberam a John Davis (1550-1605), navegador de Devon, e suas três viagens de 1585, 1586 e 1587. A idealização do empreendimento, porém, se iniciou muito antes, tendo novamente em John Dee uma de suas figuras centrais. Em 1580, Dee requisitou autorização a Humphrey Gilbert para explorar terras acima do paralelo 50°, uma vez que Gilbert possuía uma patente real desde 1578 para explorar aquelas regiões. Aparentemente, Dee não fez qualquer tentativa até 1583, quando o planejamento foi retomado juntamente com Adrian Gilbert, outro irmão de Sir Humphrey, e John Davis. O plano foi discutido com importantes figuras da corte, como Walsingham e Robert Beale, membro do Conselho Privado, e com a *Muscovy Company*.²⁹⁰ No entanto, meses depois, sem qualquer razão aparente, Dee se afastou do empreendimento e da Inglaterra, dirigindo-se à Polônia (Quinn, 1940, I, p. 52-53; Wallis, 1984, p. 464; Sherman, 1995, p. 174). Uma carta patente foi concedida por Elizabeth I a Adrian Gilbert e seus associados, autorizando a expedição e estabelecendo as prerrogativas de direitos sobre as regiões a serem descobertas.²⁹¹

Em suas viagens, Davis explorou regiões da Groelândia e Canadá (onde descobriu o estreito que leva atualmente seu nome)²⁹², sem, contudo, descobrir a tão desejada passagem. Narrativas²⁹³ das viagens foram publicadas na *Principal navigations* de Hakluyt e na *The worldes hydrographical discription*, composta pelo próprio Davis e publicada em 1595. Além disso, ao retornar da última expedição, Davis forneceu detalhes da viagem a William Sanderson, mercador londrino e financiador do empreendimento, Adrian Gilbert, Walter Raleigh, além do próprio Hakluyt (Markham, 1889, p. 64). A situação na Inglaterra, porém, impediu que uma quarta viagem ocorresse. Era então o ponto máximo das tensões com a Espanha, com todas as atenções voltadas ao inimigo ibérico.

²⁹⁰ Essas referências registradas no diário de John Dee se encontram publicadas em Quinn, 1940, II, p. 483-484.

²⁹¹ Para a íntegra do documento, ver Markham, 1880, p. 368-373.

²⁹² Resumo de seus itinerários pode ser encontrado em Wallis, 1984, p. 464-465.

²⁹³ As narrativas da primeira e terceira viagens foram escritas por John Janes, membro da tribulação. Um resumo da segunda viagem foi feito por Davis numa carta a William Sanderson. John Davis produziu também registros em todas as viagens, num tipo de diário de bordo, mas o da terceira, que o navegador chamou de "Traverse Book", é o único que restou (Markham, 1889, p. 63-64).

Davis, não obstante, continuou bastante ativo, participando, dentre outras expedições, da segunda tentativa de circum-navegação de Thomas Cavendish em 1591 e das viagens de Walter Raleigh à Cadiz e aos Açores entre 1596-1597. A partir de 1598, voltou sua atenção ao Oriente, realizando três viagens às Índias Orientais. Numa primeira ocasião, fez parte de uma expedição holandesa (1598-1600). Depois, participou da primeira viagem da recém-criada Companhia das Índias Orientais inglesa (*East India Company*), realizada entre 1601-1603. Em 1604 partiu para sua terceira e última viagem como piloto na expedição de Edward Michelborne, sendo morto por piratas japoneses próximo a Singapura em 1605²⁹⁴ (cf. Markham, 1889).

Mesmo não tendo descoberto a passagem Noroeste, Davis permaneceu firme defensor da ideia. *The worldes hydrographical discription*, além de conter um resumo de suas viagens, é uma defesa expressa das navegações setentrionais como meio de atingir o Oriente. Assim como outros defensores da ideia, Davis fundamentou sua argumentação na tríade formada pela autoridade de escritores, pela experiência de viajantes e pela razão. A obra se inicia com Davis apresentando aos leitores os argumentos contrários à existência da passagem. Em síntese, os pontos podem ser sumarizados em duas grandes frentes: a incerteza quanto à separação entre América e Ásia, já que, até aquele momento, nenhuma passagem entre os continentes havia sido descoberta, e o extremo frio da região ártica, que tornaria qualquer travessia impossível, seja pela inabitabilidade, seja pelo congelamento dos mares.

Para responder à primeira objeção, segundo a qual a passagem não existiria uma vez que América e Ásia seriam terras contíguas, Davis se valeu, inicialmente, da “autoridade de escritores”, dentre eles Estrabão, Pomponius Mela, Higinius e Solinus. Segundo o navegador, esses autores argumentavam que o mundo formado por Ásia, África e Europa era uma ilha. Por conseguinte, esses eminentes pensadores não fariam essa afirmação, argumentou Davis, se não soubessem que essas regiões estivessem cercadas de água por todos os lados. Como a América não foi descrita pelos antigos, se concluiu necessariamente que não tiveram conhecimento dela por não estar ligada a nenhuma das terras conhecidas: “And therefore of necessitie it must be concluded that Asia, Africa, and Europa, the first reveiled world being knowne to bee an Iland, America must likewise be in the same nature because in no parte it conjoyneth with the first” (Davis, 1880, p. 198).

²⁹⁴ Narrativas das viagens às Índias Orientais também foram produzidas, e podem ser encontradas em Markham, 1880.

Além das autoridades de escritores antigos, era possível se valer também da experiência de viajantes e navegadores para provar o argumento da separação entre os continentes. Primeiramente, conforme provado pelo “comércio ordinário e prática diária” dos mercadores, do norte da Europa ao Cabo da Boa Esperança não havia qualquer impedimento à navegação (isto é, não havia qualquer faixa de terra que conectasse o litoral ocidental do Velho Mundo a outro continente). Da mesma forma, as navegações mostraram que do cabo de Malaca²⁹⁵ até o promontório Tabin²⁹⁶, ao norte da China, onde o “Mar da Cítia” deságua no oceano, não há qualquer conexão com a América. De modo semelhante, a grande distância entre a Califórnia, que se sabe parte de América, e as Filipinas, próximas à China, mostrava a separação entre Ásia e América:

Wherby it is most manifest that Asia, Africa, and Europa are conjoynd in an Iland. And therefore of necessity followeth that America is contained under one or many ylands, for from the septentrionall lat. of 75 deg. unto the straights of Magilan, it is knowne to be navigable (Davis, 1880, p. 200).

Nota-se que o esforço de Davis em provar a existência da passagem fundamenta-se no argumento da “natureza insular” da América, defendido por tantos outros antes dele, como no caso de Gilbert. Ao empregar a experiência como instância legitimadora de sua hipótese, Davis invariavelmente recorreu àqueles que possuíam a maior quantidade de experiência em navegações, os portugueses e espanhóis: eram as contínuas e diárias práticas dos navios portugueses que, saindo de Lisboa, visitavam áreas do litoral africano, contornavam o Cabo da Boa Esperança e comercializavam nas Índias Orientais e nas Molucas que provavam que a América não se conectava com qualquer parte da África e do Sul da Ásia (Davis, 1880, p. 201). Por sua vez, os espanhóis, ao comercializarem com a cidade de Cantão, na China, com Manila, nas Filipinas, e com o Japão, comprovariam por experiência que os limites do continente asiático em direção ao Norte se encerravam no promontório de Tabin.

O que é interessante de se observar é que, ao escrever em fins do século XVI, Davis possuía outras experiências às quais recorrer, que garantiam autoridade ao seu argumento: as inglesas. Se as experiências ibéricas forneciam a legitimidade necessária para validar o argumento sobre as partes da África e Ásia, para Davis nenhum outro

²⁹⁵ Sul da atual Malásia.

²⁹⁶ Segundo Markham (1880, p. 201), esse nome remonta a Plínio e sua *História Natural*, onde se afirma que o mar da Cítia corria até desaguar em Tabin, que seria o limite nordeste do continente eurasiático. A localização de Tabin, que significa simplesmente “península” ou “cabo”, foi apenas conjecturada por Plínio (Oliver, 2006, p. 19).

reino teria navegadores tão capacitados a dizer algo sobre a região Norte quanto a Inglaterra: graças às viagens de Willoughby, que atingiu a Rússia, e Jenkinson, que explorou as regiões da Tartária até o rio Orb (Davis, 1880, p. 200-201). Percebe-se aqui mais um exemplo da faceta cumulativa da noção de experiência: para além da observação direta de determinado fenômeno, a experiência se coaduna também a uma dinâmica temporal de acumulação e verificação.

De modo semelhante, ao adereçar o tema da insularidade americana, essencial para o intento de contorná-la pelo Norte, Davis empregou experiências inglesas, como John Hawkins, Francis Drake e a dele próprio. Hawkins teria mostrado como África e América estavam distantes uma das outras, e Drake, ao cruzar o Estreito de Magalhães e subir até os 48° N, alcançando o lado oposto da Terra Nova e depois seguindo às Molucas, mostrou o quão distante a América estava das regiões asiáticas (Davis, 1880, p. 204-205). Por fim, no tocante às regiões setentrionais da América, não haveria homem com mais experiência que Davis, que no curso de suas viagens teria provado não existirem impedimentos, nem do clima nem de barreiras de terra. Como reforço de sua hipótese, já que, efetivamente, não atravessara a passagem supostamente encontrada em toda sua extensão, Davis empregou outros relatos de viagens que provariam sua existência. Além de Cornelius Nepos, sobre o qual Richard Eden também fizera menção, os de maior significância seriam os relatos das viagens organizadas pelo vice-rei da Nova Espanha, Antonio de Mendoza, emitidos em cartas ao imperador Carlos V em 1541, dos quais se podia concluir uma curta distância entre a parte oriental da América, descoberta pelos espanhóis, e as partes descobertas por Davis em suas viagens (Davis, 1880, p. 212-213).

Por fim, restava dirimir as dúvidas em relação ao gelo, uma vez que se o mar estivesse congelado, de nada serviria a passagem, ainda que ela existisse. Curiosamente, a premissa do permanente congelamento das águas não deriva de autoridades antigas que estariam “desatualizadas”, mas de conjecturas que poderíamos chamar de racionais ou científicas: haja vista a incidência dos raios solares serem praticamente horizontais e não verticais na região, teriam pouco efeito em combater o frio:

[...] a conjectural reason of the sunnes far distance and long absence under the horizon of the greatest parte of that zone, whereby the working power of colde perfourmeth the fulnesse of his nature, not having any contrary disposition to hinder the same, and when the Sunne by his presence should comfort that parte of the world, his beames are so far removed from perpendicularitie by reason of his continuall neerenes to the horizon, as that

the effectes thereof answer not the violence of the winters cold. And therefore those seas remayne for ever undissolved (Davis, 1880, p. 215-216).

Para rebater essas premissas, Davis empregou novamente a experiência, mas também as deduções racionais a partir das “leis da natureza”:

Reason teacheth us and experience confirmeth thesame, that the Sun is the onely sufficient cause of heat through the whole world, and therefore in such places where the Sunne hath longest continuance, the ayre there receiveth the greatest impression of heat, as also in his absence it is in like sort afflicted with colde. And as the heate in all clymates is indurable, by the eternal ordinance of the creator, so likewise the cold is sufferable by his everlasting decree, for otherwise nature should bee monstrous, and his creation wast, as it hath beene ydly affirmed by the most Cosmographicall writers, distinguishing the sphere into five zones, have concluded three of them to be wast, as vaynely created, the burning Zone betweene the two tropikes, and the two frozen zones, but experience having reprooved the grosenes of that errour it shall be needlesse to say farther therein (Davis, 1880, p.222).

Os fenômenos naturais estão sujeitos a certas “leis” ou “regularidades”, as causas dos segredos da natureza que Anglería buscava desvendar através do exame racional da filosofia. Mesmo que uma articulação tão explícita como a realizada por Anglería ou Eden esteja ausente, é possível deduzir pela sequência argumentativa de Davis que somente a razão, destituída do exame da experiência, estaria sujeita a erros. Por outro lado, somente pela empiria não seria possível alcançar essas regularidades e causas. Assim como a experiência provara anteriormente a possibilidade de sobrevivência na zona tórrida, as navegações setentrionais mais recentes, dentre as quais Davis se encontrava, comprovaram que o clima e o ar árticos eram perfeitamente toleráveis. Davis se tornou uma “autoridade” sobre o Ártico em virtude de suas contínuas viagens, que o fizeram experimentado (um “expert”) em tais regiões. A experiência se torna relevante para o conhecimento se articulada à razão, e as conjecturas racionais são suportadas pela experiência, que não apenas fornece os dados a partir dos quais as proposições são feitas, mas também as validam, confirmando sua validade ou não. Por essa razão, experiência assume também o sentido de “teste” ou “prova”, através da qual as hipóteses se confirmam ou são reprovadas. Nesse sentido que algo pode ser “provado pela experiência”. Outro exemplo dessa articulação entre razão e experiência é encontrado na explicação de Davis para o fenômeno do degelo:

so doth the colde in these regions deuide and congeale the fresh water from the salt, nere such shores where by the aboundance of freshe rivers the saltnes of the sea is mittigated, and not else where, for all yse in general beeing

dissolved is very fresh water, so that by the experience of all that have ever travelled towards the North it is well knowne that the sea never fryseth, but wee know that the sea dissolveth this yse with great speede [...]. therefore sith the sea is by his heate of power to dissolve yse, it is greatly against reason that the same should be frozen, [...] yet if experience wanted in ordinary reason men should not suppose nature to bee monstrous, for if all such yse and snowe as congealeth and descendeth in the winter did not by natures benefit dissolve in the sommer, but that the cold were more actual then the heate, that difference of inequalitie bee it never so little would by time bread natures overthrowe [...] (Davis, 1880, p. 217-218).

Da mesma forma que analisamos em autores anteriores, a observação possibilitava a construção de hipóteses para se chegar às causas dos fenômenos. Neste caso, o derretimento do gelo fazia parte de um ordenamento geral da natureza, entendida como um todo harmônico: se não houvesse degelo, dado um desbalanço entre frio e calor, a natureza seria destruída. Independentemente da correção ou não da hipótese, seus fundamentos foram pautados pela experiência. No excerto acima, temos mais uma evidência de que as proposições em torno da passagem Noroeste ou das navegações pelo Ártico não eram aquilo que Helen Wallis (1984, p. 469-470) chamou de criações quiméricas que perpetuavam “opiniões antigas” pela força da autoridade, representando o triunfo da esperança e da imaginação sobre a experiência. Tais posicionamentos tendem a simplificar o conceito de experiência, tomando-o como uma instância autônoma, homogênea e auto evidente. O cerne da questão não estava tão somente na ausência ou presença da experiência, mas como ela se articulava a determinadas agendas políticas e econômicas, bem como às teorias geográficas e aos modelos epistemológicos então disponíveis. Davis, em diversas passagens, reafirmou suas convicções pautado pela própria experiência e de outros navegadores, valorando-as acima da autoridade de escritores cuja opinião era contrária à existência da passagem: “therefore what neede the repetition of authorities from writers, or wrested philosophical reasons, when playne experience maketh the matter so manifest [...]” (Davis, 1880, p. 215-216).

O viés propagandístico encontrado no texto de Davis retoma e aprofunda os tópicos que vinham sendo empregados desde a década de 1520 na proposta de Thorne e Barlow. A descoberta da passagem traria, segundo Davis, tanto “benefícios espirituais” quanto “corporais” (isto é, materiais): não apenas o reino e a monarquia seriam grandemente enriquecidos, mas tornaria possível a missão maior de buscar o reino de Deus e aumentar “o rebanho dos crentes”:

in seeking the Kingdome of God we are not onely tied to the depe search of Gods sacred word and to live within the perfect lymits of Christianity, but also by al meanes we are bound to multiply and increase the flocke of the faithfull. Which by this discovery will be most abundantly perfourmed to the preservation of many thousands which now most miserably are covered under the lothsome vayne of ignorance [...]. By whom then shall the truth be preached, but by them unto whom the truth shall be reveled? It is onely we, therefore, that must be these shining messengers of the Lord, and none but we [...]. (Davis, 1880, p. 225-226).

O empreendimento adquiria, para seus defensores, um sentido de “destino nacional” a ser realizado (Wallis, 1984, p. 469), tanto mais conforme aqueles que disseminavam e promoviam o avanço marítimo e colonial ingleses eram os mesmos que procuravam defender, de modo cada vez mais enfático, a soberania político-religiosa da Inglaterra na segunda metade do século XVI, conforme se verá no capítulo seguinte.

Capítulo 8

Da República ao Império, dos Descobrimentos à Exploração: os projetos de colonização no fim da Era Tudor

I. O império e o “atraso” ingleses na historiografia

Ainda que documentos ingleses de finais do século XV já fizessem menções à descoberta, posse e ocupação de novas terras, a exemplo das cartas patentes expedidas por Henrique VII para João Caboto, poucas ações foram realizadas nesse sentido até o final do século XVI e início do XVII. Nesse sentido, o impulso assistido nas atividades comerciais e marítimas inglesas ao longo do século XVI, que englobava variadas atividades nos continentes americano, africano e asiático, não foi acompanhado por aquilo que normalmente se denomina “colonização”. Especialmente a partir da década de 1570, contudo, percebe-se na documentação produzida por aqueles envolvidos na promoção da expansão marítimo-comercial a incidência cada vez maior da ideia de reivindicar territórios e criar assentamentos permanentes. A ausência de colonização no período inicial da expansão, os motivos para seu aparecimento posterior e as características dos empreendimentos coloniais foram alvo de grande interesse pela historiografia que investiga a expansão inglesa, no geral, e o império britânico, em particular.

Uma linha interpretativa tendeu a caracterizar a expansão marítima e colonial inglesa como “atrasada” ao contrastá-la com a de outros reinos europeus, em especial os ibéricos. Canny (1998a), contudo, ponderou que a noção de “atraso” somente passou a ser considerada quando se estabeleceu, arbitrariamente, uma necessária correlação entre descobrimentos e exploração colonial²⁹⁷. Essa associação decorreu, em grande medida, de estudos que apontaram o século XIX como momento definidor do que seria o “Império Britânico”. Essa definição partia das noções de Estado-nação como entidade histórico-política e da incorporação de territórios extra europeus através de conquista e subsequente colonização. Essas características foram, então, projetadas retrospectivamente para o início da Idade Moderna, onde, supostamente, tais entidades

²⁹⁷ No original, as palavras são *exploration* e *exploitation* (ver Canny, 1998a, p. 3). Como as duas podem ser traduzidas para o português como “exploração”, optamos por “descobrimentos” e “exploração”, respectivamente, para manter a diferenciação de sentidos proposta originalmente.

imperiais teriam sua origem, primeiramente com o português e o espanhol, posteriormente com o holandês e o inglês (Serras, 2010, p. 55-56). A Inglaterra estaria “atrasada” somente se esse a formação de impérios, entendidos como a extensão de domínios por anexação e colonização de territórios para além da Europa, fosse o único resultado possível da expansão marítima.

Durante os séculos XVI e XVII, no entanto, o termo “império” (*empire*) era geralmente empregado entre os ingleses para definir o próprio reino²⁹⁸: uma aglomeração de domínios dentro da Grã-Bretanha e da Irlanda controlados por uma monarquia que se pretendia britânica, mas centrada em Londres e dominada pelos ingleses (Armitage, 1998). Portanto, sem a conotação de “imperialismo” que ficaria associada à ideia de “império” no século XIX (Canny, 1998a). Esse uso era derivado do precedente romano de *Imperium*, que, por sua vez, conheceu também vários sentidos na antiguidade. De modo geral, do período monárquico até os primeiros séculos republicanos, designava basicamente a autoridade de um comandante militar. Já na República tardia e início do Principado, o conceito tendeu a englobar o sentido de poder/autoridade de governar (*rule*, em inglês), bem como o território sobre o qual se exercia tal prerrogativa (Canny, 1998a).

Para os ingleses de meados do século XVI, “império” poderia indicar tanto uma entidade política independente, cujo governo não reconhecia autoridade superior a si próprio, uma comunidade de diferentes territórios governados por um poder em comum (como no caso do Sacro Império), quanto uma monarquia sob governo irrestrito de única pessoa (próximo do sentido de “monarquia absoluta”). Segundo Armitage (1998), esse uso ganhou projeção na Inglaterra especialmente a partir do reinado de Henrique VIII (1509-1547), quando se iniciou o rompimento com a Sé romana: o uso de “império” reforçava a ideia de independência em relação a autoridades estrangeiras, já que a Reforma Anglicana, de certa maneira, respondia à percepção de interferências na soberania do monarca inglês. A ideia de um corpo político unitário ao qual se somavam as colônias na condição de membros dependentes, mas integrados, veio aparecer somente em finais do século XVIII. Em síntese, as derivações de *imperium* estavam inseridas num campo conceitual mais amplo no qual se debatiam concepções de ordem, hierarquia e independência, tanto na Europa quanto no mundo em geral, sem possuir, necessariamente, conotações expansionistas (Armitage, 1998; Canny, 1998a).

²⁹⁸ No *Table Alphabeticall* (Cawdry, 1617, n.p.), “empire” consta como sinônimo de governo ou reino (“government, or kingdome”).

Como desdobramento dessas questões, procurou-se compreender os fatores que teriam impulsionado o interesse colonial na Inglaterra. A partir de diferentes abordagens, historiadores sugeriram que a presença do “outro” influenciou diretamente nas políticas e práticas inglesas desde a constituição de domínios coloniais até sua própria “autoimagem imperial”. Seja na perspectiva comparada de Elliott (2006) e Pagden (1995; 1998), emaranhada de Eliga Gould (2007) ou híbrida de Cañizares-Esguerra (2013; 2017), essas abordagens tendem a identificar uma significativa assimetria nas relações entre Inglaterra e demais potências marítimas europeias, em particular as ibéricas. Tal desequilíbrio teria estimulado relações de emulação e negação, contribuído, direta ou indiretamente, para a maneira que os ingleses conceberam suas atividades nos mares, bem como sua relação com os demais reinos europeus. De modo geral, observa-se nessas análises a tendência a relacionar os empreendimentos ingleses ao cenário político do período, marcado pelo agravamento das tensões com outros reinos, particularmente com a Espanha. Essas tensões teriam influenciado tanto o posicionamento no cenário internacional quanto sua expansão marítima (Álvarez Recio, 2006), que adquiriria não apenas maior relevância, mas novas dinâmicas, dado o teor cada vez mais anticatólico dessas atividades. Um exemplo dessa postura é encontrado no apoio inglês a núcleos reformistas europeus, nos Países Baixos em especial, contra as duas principais potências católicas, Espanha e França. O caráter anticatólico foi mais um elemento presente na violência marítima, que conjugava ações de piratas e corsários ingleses a de huguenotes franceses e protestantes holandeses²⁹⁹ (Appleby, 1998).

Nessas investidas, potências católicas como a Espanha receberam atenção privilegiada por serem tanto uma ameaça política e econômica quanto religiosa (Álvarez Recio, 2006). A expansão de empreendimentos se relacionaria, segundo Cañizares-Esguerra e Dixon (2017) à reorientação mais ampla das atividades inglesas, quer na Europa ou no além-mar: principalmente sob Elizabeth I, o aumento das tensões entre ambos os reinos foi um dos muitos sintomas das turbulências político-religiosas que afligiam a Europa na segunda metade do século XVI. Desse modo, os projetos coloniais ingleses foram interpretados pelos autores como parte de um repertório mais amplo, ao qual se somavam saques e pirataria contra alvos ibéricos, alianças comerciais e militares

²⁹⁹ Em 1566, um grupo de calvinistas holandeses formou uma espécie de confederação chamada *Geuzen* (*Beggars* em inglês, ou literalmente “mendigos” em português), que se opunha ao domínio espanhol. No contexto da independência da Holanda (ou Guerra dos Oitenta Anos, 1568-1648) e da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), a parcela mais atuante do grupo desenvolveu ações de pirataria e corso, passando a ser chamados de *Sea Beggars*, ou “mendigos do mar”.

com os otomanos no Mediterrâneo e com os holandeses nos Países Baixos. Ainda assim, mesmo nessa lógica cada mais beligerante, a relação com os exemplos ibéricos (no qual a Espanha ganhava cada vez mais preponderância) não deixou de lado o tensionamento há muito estabelecido entre a emulação e a refutação: determinados círculos elisabetanos que defendiam e promoviam a ampliação dos empreendimentos marítimos ingleses começaram a se dar conta, a partir dos precedentes ibéricos, que o sucesso conquistado pelos rivais exigia um firme compromisso com a colonização (Elliott, 2006).

Conforme analisado nos capítulos anteriores, promotores da expansão marítima exortavam a monarquia e nobres da Corte apelando à retórica do fortalecimento da “república”. Na segunda metade do século, observa-se o “dever religioso” se imiscuindo à equação: fortalecer e enriquecer o reino resultaria, ao mesmo tempo, em assegurar não apenas a soberania política, mas também a religiosa. Deste modo, pressões para que a Inglaterra passasse dos “descobrimientos” à “exploração” como estratégia de engrandecimento do reino passaram a investir também em propostas coloniais.

Por fim, o desenvolvimento de projetos coloniais trouxe consigo outra grande questão: fundamentar os direitos sobre os territórios sobre os quais se dirigiam tais empreendimentos. Anthony Pagden (1998) apontou que os europeus da era moderna herdaram de seus predecessores clássicos a convicção, tanto moral quanto legal, que toda e qualquer ação expansionista precisava amparar-se em alguma lei, natural ou divina, para ser considerada legítima. Nos termos dos sistemas legais de bases clássicas e/ou cristãs, atos de apropriação envolviam a negação dos direitos que, em tese, todas as comunidades possuíam em virtude de sua condição humana. Amparadas nesses pressupostos, a tomada de territórios tinha que ser justificada de modo a invalidar direitos naturais daqueles previamente estabelecidos³⁰⁰. O fato das cartas patentes expedidas pelos monarcas Tudor, de Henrique VII a Elizabeth I, explicitamente restringirem o raio de ação a territórios ainda não possuídos por “príncipes cristãos” é um exemplo dessa concepção. Nos casos litigiosos, em que soberanos cristãos disputavam direitos sobre determinada região, foi preciso buscar justificativas tanto morais quanto jurídicas que legitimassem o domínio, como, por exemplo, a existência de direitos prévios de soberania sobre determinada área (Pagden, 1998).

³⁰⁰ Cf. também Elliott (2006), especialmente o capítulo 1, “Intrusion and Empire”.

II. Enriquecer a Inglaterra, enfraquecer a Espanha: Humphrey Gilbert e a estratégia de colonização

A partir dessas colocações, neste capítulo nos dedicaremos a investigar a documentação relativa à promoção colonial inglesa produzida nas últimas décadas do século XVI em torno de Humphrey Gilbert, um dos principais promotores da expansão e responsável por capitanear uma tentativa de colonização no início da década de 1580, procurando demonstrar como esses projetos estavam articulados a dois grandes eixos argumentativos. O primeiro, aquele da lógica de enfrentamento com as potências com as quais a Inglaterra rivalizava e que serviam, ao mesmo tempo, como referencial espelhado, pautando sua conduta e autoimagem. O segundo diz respeito ao desenvolvimento de uma literatura de reivindicação e justificação dos direitos ingleses sobre regiões do continente americano a partir da recuperação de precedentes históricos que atestassem a legitimidade dos clamores ingleses perante outras nações.

O caso de Gilbert é exemplar das dinâmicas mencionadas acima, isto é, da associação entre expansão marítima e projetos de colonização dentro do quadro mais amplo da situação político-religiosa inglesa. Havíamos abordado anteriormente como Gilbert atuara militarmente na França, em apoio a huguenotes, e ocupado postos administrativos na Irlanda, onde desenvolveu projetos para assentamentos de colonos ingleses. Essa mesma trajetória foi observada em membros de sua família que se lançaram a projetos colonizadores, a exemplo de Walter Raleigh, seu meio-irmão, responsável pela iniciativa da colônia inglesa de Roanoke na Virgínia.

Os primeiros registros que o associam a propostas de colonização datam de 1577 e consistem em duas cartas³⁰¹ endereçadas à rainha Elizabeth I, nas quais são propostas maneiras para enfraquecer o rei da Espanha. É muito provável que John Dee tenha tido alguma participação na elaboração do conteúdo das cartas, uma vez que há registros de uma visita de Gilbert à sua casa no mesmo dia em que elas foram redigidas³⁰². O pressuposto básico da argumentação concentrava-se na ideia da preservação do reino: a segurança de toda entidade política residia na capacidade de tornar os inimigos “fracos e pobres” e a si própria “forte e rica”. Nessa lógica, as

³⁰¹ Ambas datados de 6 de novembro de 1577. A primeira é intitulada “*A discourse how hir Majestie may annoy the king of Spayne*” e a segunda “*A discourse how hir Majestie may meete with and annoy the king of Spayne*”. Publicados em Quinn, 1940, I, p. 170-180.

³⁰² “Sir Umfrey Gilbert cam to me to Mortlak”. Trecho do diário de Dee e publicado em Quinn, 1940, I, p. 170.

atividades marítimas, do comércio até a descoberta e posse de territórios, desempenhavam papel fundamental.

And the deminishing of their forces by sea is to be done eyther by open hostilitye, or by some colorable meanes; as by geving of lycence under lettres patentes to discover and inhabyte some strange place, with speciall proviso for their safetyes whome pollisy requyreth to have most annoyed by which meanes the doing of the contrarie shalbe imputed to the executors fawlt; your highnes lettres patentes being a manyfest shewe that it was not your Majestes pleasure so to have it (Gilbert, 1940b, p. 171).

Em síntese, Gilbert sugeriu que, ao invés de hostilidade aberta (ou seja, a guerra declarada), fossem concedidas cartas patentes autorizando indivíduos a “descobrir e povoar” lugares remotos³⁰³, de modo a dar suporte a ataques e eximir a Coroa de responsabilidades, uma vez que estariam atuando por conta própria. Ao longo do texto, Gilbert explicou que os locais escolhidos para estabelecer assentamentos seriam utilizados, por sua vez, como baluartes no ataque a frotas portuguesas, espanholas e francesas. Sua proposta de ação foi dividida em duas frentes que se interconectavam. A primeira, exposta acima, consistia em utilizar a patente de descobrimento e povoamento como subterfúgio para apreender navios espanhóis, portugueses e franceses que exploravam os bancos de pesca na “Nova terra” (referindo-se à Newfoundland, ou Terra Nova, no atual Canadá), unindo, portanto, a missão colonizadora à ação predatória sobre os inimigos do reino. Uma segunda expedição, com a “pretensão de habitar a Ilha de São Lourenço” (provavelmente Anticosti, no atual Canadá), se juntaria à primeira com o intuito de organizar um grande assalto às Índias Ocidentais, atacando os galeões espanhóis e tornando as ilhas de Cuba e Santo Domingo bases de operações após sua tomada (Gilbert, 1940b, p. 172-175). Vale lembrar que esses planejamentos foram elaborados de modo praticamente simultâneo às atividades de John Oxenham no Panamá, em 1576, e Francis Drake no Caribe, em 1577, que possuíam intuítos semelhantes: atacar importantes centros no poderio espanhol na América³⁰⁴. Ainda que nem todos os projetos de colonização a associassem abertamente à pirataria ou ao corso, a tática proposta por Gilbert vai ao encontro de interpretações

³⁰³ Sentido de *strange* ao se referir a lugares: “Of a country, region, location, or geographical feature: foreign; unfamiliar, unknown, remote” (Middle English Compendium, disponível no endereço: <https://quod.lib.umich.edu/m/middle-english-dictionary/dictionary/MED43218>. Acesso em: 26 jan. 2023).

³⁰⁴ Cf. FERNANDES, L. E. O. Nos limites do mundo: ingleses, cimarrones e espanhóis no Panamá (1572-1600). In: ACRUCHE, Hevelly Ferreira; SILVA, Bruno (Org.). **As Américas em perspectiva: das conquistas às independências**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2023 (prelo). p. 71-96.

historiográficas que sugerem que projetos de colonização da era Tudor estavam marcados pela lógica de enfrentamento com a Espanha (Appleby, 1998; Cañizares-Esguerra; Dixon, 2017)³⁰⁵.

No segundo texto de 1577, o conflito entre Espanha e Inglaterra foi ainda mais explicitamente reforçado, descrito numa chave de “guerra santa”. Felipe II foi descrito como o mais notório defensor do papado e da “religião romana”, empregando seu poder contra todos aqueles que se opunham à “Igreja de Roma”. Elizabeth I, por sua vez, sendo a cabeça da “Igreja de Cristo”, seria necessariamente inimiga da Espanha e de todos os seus aliados (Gilbert, 1940c, p. 176). Nesse sentido, as cartas continham também planos de ação. Gilbert, por exemplo, pregava o envio de navios ingleses para atacar as frotas espanholas em seu trajeto do Caribe rumo à Europa. A retórica empregada nas cartas denota a maneira pela qual a defesa da “verdadeira religião” ganhou espaço e preponderância nos escritos dos promotores da expansão marítima. Na visão de Gilbert e daqueles que compartilhavam das mesmas premissas (analisados a seguir), as atividades marítimas seriam um dos muitos palcos nos quais se desenrolava o ato maior dos conflitos religiosos, o que justificaria determinadas ações.

I hold it as lawfull in christen pollicie, to prevent a mischief betime: as to revenge it to late, especiallie seing that god him selfe is a party in the common quarrelles now a foote, and his ennemy malitiose disposition towards your highnes, and his Church manifestlie seen, although by godes mercifull providence not yet throughlie felt (Gilbert, 1940b, p. 173).

Como o excerto extraído da primeira carta deixa claro, Deus era objeto de disputa nas querelas então existentes. Assim sendo, era legal (*lawfull*), dentro dos marcos cristãos, se precaver de uma injúria antes que ela ocorresse. Um ponto que gostaríamos de enfatizar é que a política apresentada não apenas era necessária aos olhos do autor, mas também “legal” (“I hold it as lawfull”), ainda que pudesse ser interpretada como uma afronta aos olhos dos espanhóis ou outros reinos europeus. Na Inglaterra de finais do século XVI, quando pessoas como Gilbert começaram a desenvolver de forma mais sistemática iniciativas de colonização na América, *lawfull* e

³⁰⁵ “As colônias em Roanoke, na Flórida, e nas Antilhas deveriam ser postos avançados para corsários como Hawkins ou Drake, cujas missões eram saquear vassalos e portos espanhóis no Atlântico e no Mar do Sul” (Cañizares-Esguerra; Dixon, 2017, p. 215). Ambos os autores aqui mencionados concordam que nem todos os promotores de colonização subordinavam sua lógica à pirataria: Christopher Carleill, por exemplo, sustentava seu projeto pelos benefícios morais, sociais e econômicos da colonização (Appleby, 1998); no caso de Raleigh, sua obsessão pela Guiana (que em última instância viria a custar-lhe a vida), pouco se relacionava a ataques às rotas comerciais espanholas, ainda que nunca estivesse completamente fora da sombra do modelo castelhano (Cañizares-Esguerra; Dixon, 2017).

suas variantes tiveram forte presença nos escritos que propagavam e defendiam tais empreendimentos, uma vez que era preciso legitimar a iniciativa não apenas entre os ingleses, também entre as demais nações europeias. Tal emprego denota, assim como a retórica da defesa e fortalecimento da república (*commonwealth*), como autoridades clássicas e bíblicas forneciam modelos e referências importantes para estruturação de discursos políticos e jurídicos.

Ainda que com diferentes tonalidades, posturas similares eram compartilhadas por indivíduos presentes no estreito círculo dos promotores e propagandistas da expansão. Uma dessas figuras, com quem Gilbert manteve estreita relação³⁰⁶, foi Francis Walsingham, secretário de Estado de Elizabeth I entre 1573 e 1590 e um dos principais intermediadores³⁰⁷ entre a Coroa e promotores de empreendimentos marítimo-comerciais (Andrews, 1984). Seu secretariado coincidiu com o momento de maior tensão com a Espanha, cabendo a ele, em boa medida, o direcionamento anti-espanhol e anti-católico da política inglesa, vendo com bons olhos iniciativas como as de Drake e pretensões como a de Gilbert que procuravam minar o poderio castelhano. Walsingham foi um dos mais ativos defensores dos empreendimentos marítimos na Corte³⁰⁸, empregando sua influência e recursos na promoção de expedições e companhias de comércio.³⁰⁹ Conforme apontado por Fernandes (2014, p. 181), a ideia de guerras de religião no século XVI estendeu-se para o Novo Mundo como um eixo normativo das ações ali empreendidas, mostrando como o campo religioso estruturava percepções políticas e culturais.

³⁰⁶ Conforme demonstrada pela intensa troca de correspondências entre ambos, encontradas em Quinn, 1940, I.

³⁰⁷ Outras figuras merecem destaque como intermediadores: na Corte, William Cecil, também conhecido como Lorde Burghley, seu filho Robert, conde de Salysbury e John Dudley, duque de Northumberland, prestaram apoio a diversas iniciativas de exploração marítima e colonização. Os almirantes Edward Fiennes, conde de Lincoln, e Charles Howard, conde de Nottingham, patrocinaram atividades comerciais e de pilhagem no Atlântico. Membros proeminentes da Corte, como os condes de Cumberland, Essex e Southampton, e o próprio Raleigh, ainda que sua projeção nunca o tenha alçado aos níveis mais elevados do Conselho Privado, usaram sua influência para promover seus próprios empreendimentos assim como de pessoas de seus círculos. Cf. Andrews, 1984, p. 15.

³⁰⁸ Exemplo desse papel de Walsingham é expresso numa carta de Humphrey Gilbert ao referido secretário em 1578: “Sir, knowinge you to be my principall patron aswell in furthering and procuring me her majestes favor and lycense for performance of this my sea voyage and also manye other ways having fownd you my good and honorable frend [...]” (Quinn, I, 1940, p. 199).

³⁰⁹ Walsingham foi outra figura que coadunou a luta contra o catolicismo (interna e externamente), os projetos na Irlanda e o posterior empenho em desenvolver o poderia inglês via expansão marítimo-comercial e colonização. Atuou, direta ou indiretamente, para a realização das expedições de John Davis, Martin Frobisher, Francis Drake e Humphrey Gilbert, além de ser acionista nas companhias Moscovita e do Levante.

A posição privilegiada junto a figuras como Walsingham facilitou a concessão, em 1578, de uma carta patente autorizando Gilbert

to discover finde search out and view such remote, heathen and barbarous lands countries and territories not actually possessed of any Christian prince or people, [...] and the same to have, hould, occupie and enjoye to him his heires and assignes forever [...] (Quinn, 1940, I, p. 188).

O documento tinha a função de estabelecer os parâmetros legais para a instalação de um assentamento colonial. A partir dele, podemos entrever um problema fundamental para os defensores da colonização: como definir legalmente direitos de posse sobre territórios? O documento estipulava o direito sobre terras “pagãs e bárbaras” ainda não possuídas³¹⁰ (“not actually possessed”) por príncipes cristãos. Se comparamos o texto com a patente concedida a João Caboto em 1496, notaremos semelhanças e diferenças. No documento concedido pelo avô de Elizabeth I, concedia-se direitos a descobrir, possuir e conquistar terras de “pagãos e infiéis” “in whatsoever part of the world placed, which before this time were unknown to all Christians” (Williamson, 1962, p. 204). Ambos os documentos tendiam, portanto, a não reconhecerem direitos de não cristãos sobre os territórios que ocupavam. Por outro lado, enquanto o primeiro se referiu a áreas desconhecidas por cristãos, o segundo optou por “não possuídas”, possibilitando, em tese, reivindicar soberania sobre áreas previamente descobertas, mas não possuídas. Dessa maneira, abria-se uma importante brecha para se discutir de que maneira se estabeleciam a posse e direitos sobre territórios. A literatura sobre as questões da posse e sua conexão com o desenvolvimento colonial e imperial é bastante diversificada e extensa. Autores como Patrícia Seed (1999) focaram suas análises nas diferentes maneiras em legitimar possessões territoriais entre as monarquias europeias da era moderna. Outros, como Cañizares-Esguerra (2006; 2017), no esforço consciente dos ingleses em emular práticas ibéricas. Nossa análise tomará uma postura ao mesmo tempo intermediária e que contradiz o absoluto dessas propostas. Conforme demonstraremos, a invocação de princípios jurídicos funcionou de modo similar ao de experiência e autoridade: a depender da situação e do argumento a ser validado, houve entre os ingleses posturas variadas no sentido de legitimar

³¹⁰ Vale destacar que *possess* (segundo o *Middle English Compendium*) poderia indicar o sentido de possuir (por direito, por exemplo) mas também ocupar ou habitar. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/m/middle-english-dictionary/dictionary/MED34131>. Acesso em 26 jan. 2023.

reivindicações de direitos, ora se opondo diametralmente aos ibéricos, ora compartilhando princípios semelhantes, explicitamente ou não.

III. John Dee: a recuperação do “Império Britânico” e sua expansão ao passado

Para se concretizarem, empreendimentos como o de Gilbert necessitavam de textos que informassem a respeito do local para o qual se dirigiam, que ajudassem a obter apoio junto as autoridades e investidores e, por fim, que justificassem as reivindicações sobre o território a ser ocupado. Não é fortuito, portanto, que o projeto tenha galvanizado em torno de si pessoas como John Dee e Richard Hakluyt, o jovem, cujas respectivas atuações como promotores da expansão marítima atingiram o ápice no mesmo período em que as ideias de colonização começavam a se firmar de maneira mais consistente. Suas produções nas décadas de 1570 a 1590 visavam, entre outras coisas, fornecer os fundamentos necessários a empreendimentos como aquele a que Gilbert se dispôs a realizar.

Ainda que historiograficamente sua figura tenha sido eclipsada por nomes como Hakluyt, Dee foi provavelmente o primeiro a cunhar e empregar de forma sistemática a expressão “Império Britânico” (*Brytish Impire*, no original). Numa série de ensaios, tratados, mapas e correspondências produzida entre as décadas de 1550 e 1590, Dee desenvolveu e expressou os contornos gerais de uma “fórmula imperial” que consistia, em síntese, de dois pontos: garantia da segurança doméstica somada à expansão territorial (Sherman, 1995, p. 150). Foram preocupações dessa ordem que orientaram boa parte de sua produção intelectual. Em obras como *General and Rare Memorials pertyning to the Perfect Arte of Navigation*, de 1577, e *Brytanici Imperii Limites*, c.1577-1578, Dee elaborou e descreveu os parâmetros que deveriam pautar a expansão “imperial” a partir daquilo que denominou “descobertas e recuperações britânicas”: uma ofensiva composta por descobertas geográficas e recuperações históricas:

Nowe (at length) ame I come to my chiefe purpose [...], for to stire vpp yor Ma^{ties} [Majestis] most noble hart, and to directe your Godlie conscience, to vndertake **this Brytish discovery, and recovery Enterprise**, in yor owne Royall Interest: for the great good service of God, for yor highnes immortal fame, and the marvailous Wealth Publick of yor Brytish Impire (Dee apud Sherman, 1995, p. 148. Grifos nossos).

Note-se, primeiramente, que o propósito central do estabelecimento do “império” descrito por Dee colocava a expansão marítima em função do engrandecimento tanto de Deus quanto do reino, assim como as cartas de Gilbert dirigidos à rainha³¹¹ nas quais Dee provavelmente teve alguma influência. Em segundo lugar, Dee concebeu “expansão” de um modo muito peculiar. Ao contrário do que se costuma entender pela palavra, sua “expansão” não consistia em tomar novos territórios, mas reivindicar soberania sobre áreas que supostamente já pertenceriam à Coroa inglesa. Nesse sentido, o programa de expansão concebido por Dee era, a uma só vez, espacial e temporal, projetando-se tanto ao futuro quanto ao passado, fazendo da recuperação, compilação e interpretação de textos um instrumento tão importante quanto as viagens marítimas e explorações geográficas. A procura por precedentes históricos forneceria o embasamento necessário para justificar e legitimar aquilo que, a seus olhos, seriam os justos títulos ingleses sobre determinadas regiões, bem como invalidar ou rechaçar clamores semelhantes de outros reinos pelo critério da primazia de seu descobrimento. William Sherman (1995, p. 152) apontou como intelectuais e estudiosos como Dee e Hakluyt conjuraram nas páginas de suas antologias uma visão de poderio marítimo e colonial a partir de livros e manuscritos, de modo que o “império” que propunham nascia, primeiramente, como uma questão textual.

O *Rare memorials* foi pensado, na verdade, para ser apenas o prólogo de um projeto maior, nunca concluído e publicado, que receberia o título de *The Brytish Monarchy*³¹² e cujo plano original previa quatro volumes. Desse modo, a obra contém os parâmetros gerais do que o autor pretendia realizar, não chegando propriamente a desenvolver sua empreitada de “redescobrimto”. Evidências dispersas em seus escritos, bem como no de outros autores, deixam entrever, no entanto, como o projeto seria estruturado. No próprio *Rare memorials*, encontra-se uma breve descrição do que trataria o quarto volume:

The Title wherof, is, OF FAMOVVS, and RICH DISCOVERIES: The Discourse thereof, not only conteineth the Generall Suruey Hydrographically, of all the whole world, (and chiefly the rare Euidences for all the partes therof, most Septentrionall) but also, a particular and ample examination, of King Solomon his Ophirian three yeres voyage: And also, the lawfull and very honorable Entitling of our most gracious and Soueraigne Lady, QVEENE ELIZABETH, (and so, this BRYTISH SCEPTRE ROYALL) to very large Forrein Dominions (Dee, 1577, n.p.).

³¹¹ Note-se que Dee empregou o enriquecimento da “Wealth publick” no mesmo sentido que Gilbert utilizou “Common wealth” para defender os benefícios da expansão e a soberania frente os adversários.

³¹² Para uma análise do que Dee almejava desenvolver nos quatro volumes, ver Sherman, 1995, p. 154.

O manuscrito que comporia esse quarto volume foi elaborado em 1577 e continha aproximadamente 250 fólios divididos em 28 capítulos, dos quais existem hoje alguns fragmentos, uma vez que, em algum momento, o material foi severamente danificado pelo fogo. Esse trabalho concretizaria o projeto de “descobrimento e recuperação”, realizando uma descrição geográfica da área sobre a qual recairia a soberania inglesa (as partes setentrionais) e a exposição da “justa e honorável titulação” (“lawfull and very honorable Entitling”) da monarca inglesa sobre territórios estrangeiros a partir da recuperação de precedentes históricos que confirmassem a primazia da posse. Sherman (1995) realizou uma análise do que restou do manuscrito procurando reconstruir os temas tratados na obra e o caminho argumentativo empregado por Dee. A partir disso, sugeriu que os capítulos seguiam uma ordem cronológica, da antiguidade às navegações de seu próprio tempo. Distinguem-se claramente duas “partes” da obra, uma centrada em descobrimentos e explorações geográficas, outra em recuperações que embasassem os clamores imperiais de Dee. Importante destacar que, como um todo, o projeto se baseava autoridades, antigas e modernas, dentre as quais figuravam Plínio, Ptolomeu, Estrabão, Arriano, Olaus Magnus, Albertus Krantzius, João de Barros, François de Belleforest e André Thevet, além de uma série de relatos de viagens de mercadores e exploradores como Marco Polo (Sherman, 1995, p. 179).

A seleção e organização desses materiais cumpria funções muito particulares. Primeiramente, porque privilegiava áreas sobre as quais as navegações inglesas direcionavam seus esforços, particularmente as regiões setentrionais, tanto a Leste quanto a Oeste. Segundo o próprio Dee afirmou, sua obra auxiliaria “not onely to the Periplus of the Scythian Sea from Moscovia to the Ile of Giapan, but allso [to] the Periplus of Atlantis Northern Ocean to the sayd yle and so farder to the lies of Spices” (Dee apud Sherman, 1995, p. 180). Os intuitos de Dee ficam ainda mais claros quando lembramos que no mesmo ano em que compunha esse material, Gilbert escreveu as cartas mencionadas no início do capítulo e pouco depois receberia sua carta patente; Frobisher realizou sua segunda viagem em busca da passagem Noroeste; e Drake se lançara à viagem que terminaria por circum-navegar o globo. Todas essas viagens se dirigiram, ou pretendiam atingir, os locais descritos em suas *Famous and rich discoveries*.

Em segundo lugar, os capítulos finais explicitam outro propósito fundamental da obra, o da “recuperação” como elemento fundamental na estruturação do “Império

Britânico” concebida por Dee. Ainda que essa questão viesse a ser ampliada em textos posteriores, já se encontram plenamente estabelecidos os princípios gerais de sua argumentação: as regiões e ilhas setentrionais “fully appertinent to the Crown of this Brytish Impire” (Dee apud Sherman, 1995, p. 181). Nesse sentido, a expansão tomava um rumo retroativo, calcado em bases documentais e históricas, pois a legitimação pretendida por Dee pressupunha precedentes documentados de descobrimentos e conquistas inglesas anteriores. O título do último capítulo das “famosas e ricas descobertas” sumariza a conexão que Dee procurava estabelecer entre recuperação de precedentes históricos e legitimação de possessões territoriais:

That all these Northern Iles and Septentrional Parts are **lawfully appropriated to the Crown of this Brytish Impire**: and the terrible adventure and great loss of the Brytish people and other of King Arthur his subjects perishing about **the first discovery** thereof. And the placing of Colonies in the same Iles and Regions by the same King Arthur. And an entire and general Description of all the part of the world within 12 degrees of the North Pole and somewhat more (Dee apud Taylor, 1956, p. 56. Grifos nossos).

Conforme o título sugere, Dee pretendia demonstrar que as regiões setentrionais legalmente pertenciam à coroa do “império britânico” por terem sido primeiramente descobertas e colonizadas pelos súditos do rei Arthur. Aqui se nota novamente como a ideia imperial era, ao mesmo tempo, uma projeção ao futuro e uma retrospectiva ao passado. O princípio segundo o qual fundamentos da expansão inglesa deveriam partir de precedentes históricos levou Dee a criar uma “história marítima” da Inglaterra, concatenando uma série de eventos e personagens desconexos numa trama dotada de sentido e lógica definidos, no que foi seguido por autores mais famosos como Hakluyt e Samuel Purchas. Em outras palavras, era preciso criar uma história inglesa que estabelecesse uma “linhagem” que conectasse os empreendimentos e projetos de seus contemporâneos às realizações anteriores, criando e projetando ao passado um *ethos* inglês direcionado aos mares e às terras setentrionais. Conforme sugerido por Sherman (1995, p. 189), os embates entre ímpetus “imperiais” no início da era moderna eram também “batalhas de livros”. Nesse campo de batalha, o projeto de “descobrimento e recuperação” visualizado por Dee não pretendia “criar” o “império britânico”, mas efetivar o seu “renascimento”.

O conteúdo do capítulo que chegou a nós ficou muito aquém das pretensões de seu título, consistindo basicamente de transcrições de informações que seu autor

recebera de Mercator naquele mesmo ano acerca das regiões setentrionais.³¹³ Dee desenvolveu o argumento de forma mais ampla em outro conjunto de escritos, comumente identificado pelo título de *Brytanici Imperii Limites*. O manuscrito existente hoje, descoberto somente em 1973, consiste numa cópia elaborada por volta de 1593, que abriga quatro documentos de autoria de Dee elaborados entre 1577 e 1578. Assim como outros materiais produzidos por Dee, esses não se destinavam à publicação, mas ao uso pela rainha e seus conselheiros mais próximos, como Edward Dyer, Christopher Hatton, Philip Sidney e Francis Walsingham (Serras, 2010, p. 62-63). Os dois primeiros documentos, intitulados “*Concerning a New Location for the Island of Estotilant and the Province of Drogio*” e “*Concerning this Example of Geographical Reform*”, são breves discussões geográficas a respeito das regiões setentrionais. O terceiro, “*Unto your Majesties title Royall to these forene Regions, & Ilands*” e o quarto, “*Brytanici Imperii Limites*”, cujo título passaria a identificar o conjunto, contém um sumário das bases das reivindicações imperiais propostas por Dee.

A briefe remembrance of sondrye foreyne regions discovered, inhabited, and partlie conquered by the subiectes of this *Brytish Monarchie*: and so your lawfull tittle (our most gratus Sovereigne Quene Elizabeth) for the dewe clayme and iust recovery of the same disclosed, which (in effect) ys a tittle royall to all the coastes and ilandes begining at or about *Terra Florida*, and so alongst or neere vnto *Atlantis* goinge northerly, and then to all the most northern ilandes great and small, and so compassinge about *Groenland*, eastwards untill the territoris opposite vnto the farthest easterlie and northern boundes of the duke of Moscovia his dominions (Dee apud Serras, 2010, p. 64-65).

Dee reivindicava soberania inglesa sobre uma região nada modesta: os limites do “império britânico” assim vislumbrado cobriam praticamente todo o hemisfério setentrional, estendendo-se da “Terra Florida”, passando por “Atlantis” (i.e. América), Groelândia até os domínios do duque da Moscóvia. Para ser capaz de convencer tanto a rainha e seu conselho quanto os demais reinos e príncipes de tão ousada reivindicação, Dee lançou mão de várias categorias de provas, sendo a principal delas as de categoria histórica (Sherman, 1995. p. 187; Serras, 2010, p. 65). Para embasar suas posições defendidas ao longo de todo o *Brytanici Imperii Limites*, Dee empregou autoridades clássicas, crônicas medievais, cosmografias, mapas, bulas e genealogias, além de

³¹³ A carta contendo a resposta de Mercator, que se encontra no capítulo mencionado, discorria a respeito das viagens de Jacob Cnoyen, suposto viajante holandês do século XIV, da *Inventio Fortunata* e da Gesta Arturiana. Uma transcrição foi realizada por Taylor, 1956.

narrativas de viagens que, de certa maneira, pudessem fornecer antecedentes de posse e ocupação sobre as áreas em questão.

A partir dessa miríade de materiais, Dee compôs a genealogia do “império britânico” e da própria dinastia Tudor remetendo a Brutus, herói troiano que supostamente descobrira e conquistara as ilhas britânicas³¹⁴. Arthur, seu descendente, continuou as conquistas setentrionais, enviando expedições colonizadoras para ocupar ilhas e áreas adjacentes, o que justificaria, inclusive, reivindicações sobre Irlanda e Escócia. Essas ações colonizadoras arturianas compunham boa parte das informações que Mercator enviara a Dee em 1577 e foram inseridas no capítulo final das *Famous and rich Discoveries*. Além dessas informações, foram empregadas crônicas inglesas como as de John Bale, John Hardyng, John Leland, Humphrey Llwyd e John Stowe que, por sua vez, se pautavam em Geoffrey de Monmouth, clérigo galês tido como estabelecedor do “cânone” arturiano em sua *Historia Regum Britanniae* ou *De gestis Britonum* (c. 1138). De grande relevância para Dee seria o fato de Arthur possuir ancestralidade galesa, assim como a dinastia Tudor, sendo possível, portanto, à monarca Elizabeth reivindicar seu legado ancestral sobre os territórios descobertos e conquistados por seus antepassados (MacMillan, 2001; Serras, 2010). Conforme exposto no excerto anteriormente citado, os precedentes históricos demonstrariam os “justos títulos” de soberania para que a rainha pudesse reclamar e recuperar territórios (“clayme and iust recovery”), fazendo da era elizabetana uma segunda era de Brutus (Sherman, 1995, p. 181).

Depois de Arthur, Dee prosseguiu na elaboração de sua genealogia e cronologia com colonizações de ilhas setentrionais supostamente realizadas pelo rei Malgo (c. 583), as descobertas do monge irlandês São Brandão (c. 560) e os assentamentos realizados em “ilhas setentrionais” por Eduardo III em 1380. Dee também recuperou e inseriu nessa linhagem as narrativas das viagens que Madoc, príncipe galês, teria realizado no século XII na direção dos mares ocidentais. Os relatos davam conta que os viajantes encontraram uma terra belíssima, na qual Madoc deixou um pequeno contingente e retornou à Europa para buscar uma segunda leva de “colonos”. Após a segunda partida, contudo, nenhuma notícia foi ouvida novamente a seu respeito e do destino de seus súditos (Cook, 1978, p. 40-41).

³¹⁴ E do qual Dee derivou a etimologia do nome “*Britain*”. Cf. Cook, 1978, p. 40.

Que terras seriam essas que Madoc em especial, teria descoberto e até colonizado? Para Dee, a resposta seria a Atlântida/América³¹⁵. A hipótese de Dee recebeu um reforço a partir do relato fornecido por David Ingram³¹⁶, publicado em 1583, segundo os quais indígenas na América utilizariam palavras de origem galesa³¹⁷. Dessa forma, a tese segundo a qual antepassados dos ingleses e da dinastia reinante haviam descoberto e colonizado Atlântida servia aos propósitos dinásticos e imperiais de Dee (Cook, 1978, p. 41-42), além de impingir um novo sentido àquilo que seus contemporâneos, estariam fazendo ao se dirigem àqueles territórios: a ocupação da América intentada por pessoas como Gilbert seria, na verdade, uma “redescoberta” de Atlântida, chamada agora de América, e uma “reconquista” ou “recuperação” de justos títulos de soberania (portanto, de “império”) sobre tais regiões. Se a vinculação dinástica faria dá época de Dee uma era de Brutus rediviva, conforme argumentado por Sherman, uma reconquista de Atlântida poderia indicar o desejo de deus postulantes em celebrar a figura de seus soberanos como governantes de uma nova Era de Ouro³¹⁸ (Cook, 1978, p. 35-36). De todo modo, reforça-se que o direito reivindicado por Dee era retroativo, baseado na primazia da descoberta e da ocupação, o que estava de acordo com o projeto de “redescobertas” históricas e geográficas, como visto anteriormente.

³¹⁵ Outros autores no século XVI também recorreram a essa associação, a exemplo de Francisco López de Gómara, Abraham Ortelius e Francis Bacon. Cf. Cook, 1978.

³¹⁶ Ingram foi um dos cerca de cem marinheiros deixados em 1568 no atual Golfo do México, perto da foz do rio Tampico, por John Hawkins após sua derrota para os espanhóis perto de Vera Cruz. Segundo a narrativa fornecida pelo marinheiro, ele e mais um pequeno grupo caminharam para o Norte, atingindo, depois de onze ou doze meses, o atual Cape Breton, Canadá, onde foram resgatados pelo capitão Champion do navio *Gargarine* de Le Havre. De volta à Inglaterra desde fins de 1569, David Ingram contou em 1582 sua história a um grupo de homens, liderados pelo secretário de estado, Sir Francis Walsingham, entre os quais os quais estavam George Peckham, quando então procuravam materiais relativos à América como forma de auxiliar o projeto de assentamento capitaneado por Gilbert. Ingram chegou, inclusive, a participar da viagem de Sir Humphrey à América em 1583. A história foi publicada em 1583 com o título *A true discourse of the adventures and travailes of David Ingram* (sem nenhuma cópia conhecida atualmente), e Richard Hakluyt, o jovem, a reimprimiu em sua *Principal Navigations* de 1589 (excluída, contudo, nas edições subsequentes de 1598-1600, provavelmente por Hakluyt ter reavaliado o relato e considerá-lo pouco confiável). Cf. Quinn, 2003.

³¹⁷ Ingram relatou que a palavra “*penguin*”, que os indígenas empregavam para designar uma ave, derivava do galês “*pen gwyn*”, que significava “cabeça branca” (*white head*). Considera-se que a ave em questão seria o Arau-gigante (*Pinguinus impennis*), extinto desde o século XIX, que possuía uma área branca na cabeça. Cf. Cook, 1978.

³¹⁸ No geral, concordamos aqui com o posicionamento de Harold Cook (1978), segundo o qual a identificação Atlântida/América não foi uma “anomalia louca” de pensadores pouco esclarecidos do século XVI (diríamos nós, “presos” à autoridade e “cegos” à experiência), mas expressão e resultado de estudos racionais tentando dar conta dos descobrimentos oriundos das navegações e que eram moldados por mudanças tanto no meio intelectual quanto político. Ou seja, essas interpretações, da qual Dee é um exemplo, vinculavam-se (direta ou indiretamente) a determinados objetivos e agendas, e produziam determinadas respostas a partir das inúmeras leituras e combinações possíveis das autoridades e das experiências.

Ademais, notamos nesse processo outras características dignas de menção. Primeiramente, o amplo respaldo em autoridades e experiências. A associação entre América e Atlântida se pautava em autoridades, como Platão, e sustentava pretensões expansionistas pela passagem Noroeste, garantindo legitimidade aos empreendimentos em busca da passagem. Vimos no capítulo anterior como a relação América/Atlântida era fundamental para Gilbert sustentar a “insularidade” americana e, por conseguinte, a existência de uma passagem marítima para a Ásia. É preciso lembrar que Dee leu a obra de Gilbert e estava inserido no mesmo círculo de promotores e divulgadores de empreendimentos em torno da passagem. Dee, por sua vez, levou o argumento um passo além ao associar Atlântida às terras descobertas no passado pelos antepassados dos Tudor, tendo em vistas reivindicações de soberania sobre o território (algo ausente na argumentação de Gilbert presente no *Discourse*). Dessa maneira, relatos como o de Ingram, que supostamente advinham da experiência no continente americano, ampliavam e fortaleciam as premissas de Dee. Em suma, a nosso ver, a interpretação “atlântica” da América cumpria as funções de fortalecer tanto o argumento da existência da passagem Noroeste quanto da legitimidade do “império” inglês sobre regiões da América por uma questão de antecedência na descoberta e ocupação.

O uso das viagens de Madoc como antecedente para reivindicação de posse sobre partes da América encontrou respaldo em autores subsequentes. George Peckham foi um deles, que consultou Dee a respeito do assunto. Ao publicar em 1583 seu relato a respeito da expedição de Gilbert, intitulado *A true reporte of the late discoveries*, Peckham incluiu a narrativa sobre Madoc como forma de justificar soberania inglesa sobre a região na qual Gilbert pretendia estabelecer uma colônia. Richard Hakluyt incluiu o trabalho de Peckham na *Principal Navigations*, de 1589, além de utilizar o precedente de Madoc em seu *Discourse on Western Planting*³¹⁹ de 1584.

Por fim, Dee também adicionou “viagens modernas” para fortalecer o argumento de primazia sobre as áreas setentrionais, com menções a João e Sebastião Caboto, Robert Thorne (que na proposta a Henrique mencionava como seu pai havia topado com terras e ilhas no oceano) e Martin Frobisher (MacMillan, 2001), estabelecendo uma conexão direta entre essas viagens e suas antecessoras como

³¹⁹ Título que editores posteriores passaram a dar ao texto. Originalmente, em sua primeira edição, intitulava-se “A particuler discourse concerning the greate necessitie and manifolde comodities that are like to growe to this Realme of Englande by the Westerne discoveries lately attempted, written in the yere 1584. by Richarde Hackluyt of Oxforde, at the requeste and direction of the righte worshipfull Mr Walter Rayhly, nowe Knight, before the comynge home of his twoo barkes, and is devided into XXI chapters, the titles whereof followe in the nexte leafe”.

elementos de um mesmo processo. Dee foi um dos primeiros autores ingleses a concatenar de maneira explícita e sistemática eventos que retratariam uma linhagem da vida “marítima e colonizadora” da Inglaterra: surgia, assim, uma Inglaterra que dos primórdios a Caboto se lançava ao mar, fundando colônias e expandindo o império. Essa construção lia, portanto, as navegações do período Tudor sob um novo prisma, ausente nos autores até então, atribuindo a essas viagens objetivos, intencionalidades e organicidade que não estavam dados quando de suas realizações. Além disso, tornava tais empreendimentos viagens de “recuperação” de territórios e direitos adquiridos originalmente pelos precedentes levantados.

Outra importante categoria probatória, intimamente relacionada à histórica, era a legal ou jurídica. Tanto nos *Limites* quanto no *Rare Memorials* o principal objetivo do argumento imperial de Dee ao coadunar precedentes históricos e elementos jurídicos era questionar os direitos ibéricos sobre territórios, especialmente na América. Segundo sua interpretação, os direitos ibéricos sobre o Novo Mundo procediam dos princípios da primeira descoberta (com Colombo) e da doação papal de Alexandre VI em 1493.

Can that Pety Marchantlyke king of Portingall, haue any reasonable Pretence: either, by Law of God, or Man, to inuade and posses: not, *Quod nullius in Bonis erat, aut est*: But, many other mens Ancient and lawfull Possessions, and Kingdoms: though they were, (and some yet be) Infidels?
Can the Portugale King (by the Popes Authority) cause the King of Spayn, to make his Nauies and *Armados*, to forbear comming within any portion of the East half of the whole world? (as, to enioy, or be maister of any Sea, Mayn, or Iland therein) And also, will the King of Spayn, be contented, so, to condescend and allow vnto the Portugale, vpon condition, that the other half of all the world (Westward) mought be at the like his choys and Iurisdiction? (And though, in dede, betwene them two, and before God, this Couenant Negatiue, is firm, and inuiolably to be kept: Yet, neither of them, by any law, of God or Man, can farder season on, as their New possessions, but, as we, and other, lawfully, may: That is, where they finde, *Quod Nullius in Bonis est*,) [...]. (Dee, 1577, n.p.).

O argumento formulado por Dee procurava invalidar o princípio da soberania ibérica sobre os dois hemisférios e, ao mesmo tempo, assentar as pretensões inglesas em leis de Deus ou do Homem. A conclusão à qual o autor chegou é que a Inglaterra, como qualquer outro reino, poderia legalmente reivindicar direitos sobre territórios que os ibéricos “monopolizavam”. Um dos parâmetros legais encontrados por Dee para realizar tal operação foi o princípio do *res nullius*³²⁰, contido na expressão “*Quod Nullius in*

³²⁰ Literalmente “coisa nula”. A gramática do latim clássico não exigia necessariamente que “res” acompanhasse “nullius” porque sua presença já estaria implícita. Deste modo, no direito romano, esse princípio poderia ser expresso de diversas maneiras e estar presente mesmo naqueles casos em a expressão “*res nullius*” não aparecesse explicitamente. No mais das vezes, expressões que continham

Bonis est". Para Eliga Gould (2007, p. 769), nenhuma outra área denotaria de maneira mais clara a relação conflituosa entre a repulsa e a emulação das práticas e modelos ibéricos como o modo pelo qual os ingleses procuraram legitimar reivindicações territoriais. Autores como Gould e Pagden (1998) propuseram que o conceito de *res nullius* foi amplamente invocado pelos ingleses até o século XVIII, especialmente quando se viam diante da necessidade de assegurar posses já reclamadas por outros poderes europeus. Na Inglaterra, Pagden (1998) argumentou que o conceito ganhou maior projeção e sistematização com John Locke no *Segundo tratado sobre o governo* (1689-1690). Na historiografia, o emprego do *res nullius* na época moderna foi interpretado como a justificativa legal encontrada por nações como a Inglaterra para tornar as apropriações de territórios aceitáveis perante outros interlocutores europeus, com quem não raro disputavam a posse, bem como perante suas próprias consciências (Pagden, 1998).

De modo geral, o princípio do *res nullius* remontava à lei romana, na qual se postulava que, com base na lei natural, tudo aquilo que não tivesse dono se tornaria propriedade da primeira pessoa a possuí-lo.³²¹ Quando o direito romano começou a ser recuperado de forma mais sistemática a partir do século XI e XII, estabeleceu-se uma discussão se conceito de "ocupação" (*occupatio*) seria apenas uma convenção humana ou fundamentado na natureza e, portanto, válido em qualquer caso. A posição predominante em fins da Idade Média considerava que *occupatio* não apenas um direito natural, mas que poderia levar à criação de direitos de propriedade fora dos limites de determinada soberania ou sistema legal. Em outras palavras, que poderia conceder direitos de propriedade fora dos limites abarcados por determinado *imperium* (no caso medieval, do Sacro Império Romano Germânico) (Fitzmaurice, 2014, p. 33). Além disso, havia uma noção que a expectativa legal para a posse decorria principalmente do controle do território, uma vez que a descoberta estabelecia a ação preliminar para aquisição da posse, que somente estaria completa se fosse seguida da ocupação física.

As referências às supostas viagens da antiguidade e do medievo, bem como as mais recentes de Caboto e Frobisher, por exemplo, cumpriam, portanto, apenas

"*quod...nullius*" ou "*in nullis bonis*", tal qual a variante empregada por Dee, transmitiam o sentido de "aquilo que não é ou não pertence a ninguém". Cf. Fitzmaurice, 2014, p. 53.

³²¹ Contudo, no período romano, o princípio do *occupatio* não era empregado para questões de posse de terra nem de Estado, como seria mais comum no século XVI, sendo seu principal uso dirigido sobre animais selvagens. Isso explica o fato de Francisco de Vitória, eminente jurista espanhol, não empregou a expressão "*res nullius*" ao discutir o conceito romano de ocupação, mas sim "lei das feras selvagens" (*ferea bestiae*). Fitzmaurice, 2014, p. 35, 37-38.

parcialmente as exigências para reivindicação de direitos, fosse pelo pioneirismo da descoberta, fosse pela habitação temporária ou uso contínuo do território (que no direito romano recebia o nome de “prescrição”, o efeito do lapso de tempo em criar ou desfazer direitos) (MacMillan, 2001). De modo geral, os precedentes históricos denotavam a ideia de que as viagens inglesas do século XVI estariam reestabelecendo domínio sobre terras já pertencentes à jurisdição britânica, que por sua vez seria definitivamente estabelecida uma vez que assentamentos permanentes fossem criados. Desse modo, invalidava-se as pretensões ibéricas de dois modos: tanto por não terem sido os primeiros a descobrirem as terras almeçadas pelos ingleses, quanto por não terem ocupado determinadas regiões, mesmo que fosse reconhecida a autoridade papal da doação. Diferentemente da postura “oficial” da Coroa, Dee não contestou o direito papal em si, pois reivindicava à rainha Elizabeth I prerrogativa semelhante por ser ela própria “defensora da fé” e chefe da Igreja da Inglaterra (MacMillan, 2001; Serras, 2010, p. 67). Conforme havíamos argumentado anteriormente, o movimento em prol da colonização defendido pelo círculo do qual Dee fazia parte era concebido como parte inextrincável da expansão e defesa da fé.

And generallie by the same order that other Christian princes do nowe a dayes make entrances and conquestes vpon the heathen people, your highness hath also to proceed herein, both to recover the premisses and likewise by conquest to enlarge the bowndes of your Majesities forsaid title royall, thus (somewhat in particuler) expressed. And chieflie this recovery & discovery enterprise ys speedely and carefully to be taken in hand and followed with the intent of settinge forh the glorie of Christ and spreadinge abrode the heavenly tydings of the gospell among the heathen, which pointe of all Christian princes ought more to be esteemed then all their most glorious wordlye tryumphes (Dee apud Serras, 2010, p. 67).

A construção “multimodal” do argumento imperial de Dee, ainda que não fosse incomum dado o momento no qual muitos códigos legais disputavam proeminência, trazia de fato uma inovação ao associar a noção clássica de império, intra-europeu, com objetivos expansionistas transoceânicos (Serras, 2010, p. 66).

IV. Em busca do império, em defesa da fé: publicações em torno da viagem de 1583 de Humphrey Gilbert

De posse da carta patente e com suporte de apoiadores e financiadores³²², Humphrey Gilbert organizou uma expedição marítima em 1578. Se os objetivos estavam relacionados às cartas enviadas à rainha no ano anterior, intencionando ataques às áreas espanholas, é difícil precisar, uma vez que Gilbert manteve segredo quanto às especificidades da viagem. Considera-se que o panfleto *Notes on colonization* tenha sido produzido por Richard Hakluyt, o velho, em vistas à expedição organizada por Gilbert. O documento, posteriormente publicado por seu primo mais novo em 1582, consistia numa série de aconselhamentos para um possível assentamento colonial, desde a escolha do local mais apropriado aos produtos a serem cultivados, extraídos e comercializados. Apesar de não especificar a localidade, elementos internos, como a menção aos “selvagens” (*savages*) sugerem que Hakluyt tinha em mente regiões da América. Por volta de setembro de 1578, Gilbert havia reunido onze navios e aproximadamente quinhentos homens para a expedição. Após consecutivos atrasos nos preparativos e duas tentativas frustradas de partida, boa parte dos participantes desertou com Henry Knollys, um dos principais associados de Gilbert (Quinn, 1940, I, p. 37-40). Ainda assim, Gilbert prosseguiu com o empreendimento, zarpando em novembro com sete navios³²³, nos quais Walter Raleigh era um dos capitães. Os poucos registros apontam que, após uma escalada na Irlanda para reabastecimento, a viagem fracassou e Gilbert já se encontrava novamente na Inglaterra nos primeiros meses de 1579 (Quinn, 1940, I, 44).

Ao que tudo indica, nova expedição começou prontamente a ser organizada, e que veio a ocorrer em 1583. Se ainda pairam dúvidas se o intento da primeira era de fato estabelecer um assentamento colonial em regiões setentrionais da América, em relação à segunda esse objetivo parecia estar muito bem estabelecido desde o início. Segundo Edward Hayes, capitão de um dos navios da segunda viagem e autor de uma narrativa sobre os eventos da expedição, Gilbert

intended to discover and to plant Christian inhabitants in place convenient, upon those large and ample countreys extended Northward from the cape of Florida, lying under very temperate Climes, esteemed fertile and rich in Minerals, yet not in the actual possession of any Christian prince (Hayes, 1940, p. 385).

³²² Dentre os quais George Peckham, Richard Wigmore, William Hawkins e Adrian Gilbert, seu irmão (Taylor, 1935, p. 13).

³²³ Relação completa dos navios e capitães em Quinn, 1940, I, p. 43.

Como parte do planejamento, houve intensa procura por informações e materiais relativos à região a ser ocupada, bem como a produção e publicação de textos com intuito de promover, divulgar e justificar o empreendimento, dentre os quais destacam-se Richard Hakluyt, o jovem, que publicou em 1582 seu primeiro grande trabalho relacionado à compilação documental, *Divers voyages touching the discoverie of America*; Cristopher Carleill, enteado de Francis Walsingham e comandante naval, escreveu *A brief and sommarie discourse vpon the entended Voyage to the hethermoste partes of America* em 1583, visando promover a expedição e atrair investidores; George Peckham, sócio de Gilbert de longa data, escreveu, no mesmo ano, *A true reporte of the late discoveries* como forma de estimular e encorajar a continuidade de ações semelhantes àquela que Sir Humphrey se lançara. Por fim, Edward Hayes produziu, também em 1583, um relato acerca da viagem de Gilbert, da qual fora comandante do único navio a retornar à Inglaterra, publicado posteriormente na *Principal navigations* de Hakluyt de 1589.³²⁴ A essas obras, cuja ligação em comum é a promoção colonial em torno da viagem planejada por Gilbert, dirigiremos nossa atenção a seguir.

IV.1. Richard Hakluyt e construção do pioneirismo marítimo inglês

Divers voyages, como dissemos anteriormente, foi o primeiro trabalho publicado de Hakluyt, sem dúvida o mais reconhecido e estudado dentre os chamados propagandistas ou promotores da expansão inglesa no século XVI. Nosso intuito aqui é analisar a maneira com que Hakluyt concebeu a obra como um aporte às reivindicações sobre os territórios americanos, as quais, por sua vez, estavam intimamente relacionadas à defesa e promoção da colonização. A começar, por exemplo, pelo próprio título, que

³²⁴ Outras menções dignas de nota seriam, John Florio, linguista italiano responsável por traduzir ao inglês e publicar, em 1580, o relato das viagens de Jacques Cartier presentes na obra de Ramusio; o humanista húngaro Stephen Parmenius, que escreveu um poema louvando a viagem de Gilbert, em 1582 (Probasco, 2013, p. 24); David Ingram, que supostamente teria alcançado a Nova Escócia, no Canadá, em 1568, após ter sido abandonado no Golfo do México, juntamente com cerca de cem homens, por John Hawkins em 1567 após sua tentativa de atacar Vera Cruz (Probasco, 2013, p. 126). Em 1582, Ingram foi instado a fornecer um relato de seu percurso pela América a George Peckham, Francis Walsingham e outros interessados em coligar informações sobre o local que Gilbert se dirigia. O relato foi publicado em 1583, mas nenhum exemplar sobreviveu. Contudo, Hakluyt publicou o texto na primeira edição de *Principal navigations* de 1589 (Probasco, 2013, p. 127). Além dessas atividades promocionais, houve também o envio de uma expedição de reconhecimento à costa americana. Para isso, Gilbert alistou Simon Fernandez (ou Simão Fernandes), capitão português dos Açores, que já havia participado da expedição anterior de 1578 e passara servir sob a direção Walsingham. A bordo da fragata *Squirrel*, Fernandez partiu no início de 1580 e retornou em junho do mesmo ano à Inglaterra. Especula-se que tenha explorado algum ponto da região da atual Nova Inglaterra. Além de Gilbert, Fernandez também fornecer relatos da expedição a John Dee (Quinn, 1940, I, p. 50-51).

antecipa um dos pontos centrais da obra: *Divers voyages touching the discoverie of America and the Ilands adiacent vnto the same, made first of all by our Englishmen and afterwards by the Frenchmen and Britons*. A coleção de narrativas de viagens ali contidos mostrariam aos leitores o pioneirismo inglês no descobrimento da América e ilhas adjacentes. Tem-se, logo de partida, um dos pressupostos basilares que havíamos encontrado nos escritos de Dee animando também esse de Hakluyt: a reivindicação de direitos sobre os territórios almejados passava pela recuperação e exposição de precedentes históricos que comprovassem o primeiro descobrimento. Esse argumento ganharia maior alcance numa obra posterior, a *Discourse on Western planting* (1584), produzida no contexto do projeto colonizador de Walter Raleigh, que, de certa maneira, dava continuidade ao de Gilbert.

I MARVAILE not a little (right worshipfull) that since the first discoverie of America (which is nowe full fourescore and tenne yeeres³²⁵), after so great conquests and plantings of the Spaniardes and Portingales there, that wee of Englande could neuer haue the grace to set fast footing in such fertill and temperate places as are left as yet vnpossessed of them. [...]
And surely if there were in vs that desire to aduance the honour of our countrie which ought to bee in euery good man, wee woulde not all this while haue foreslowne the possessing of those landes, whiche of equitie and right appertaine vnto vs, as by the discourses that followe shall appeare most plainely (Hakluyt, 1850, p. 8).

O trecho acima, retirado da dedicatória endereçada a Phillip Sydney³²⁶, denota como a temática da reivindicação de direitos e legitimação de posse foi um dos princípios eixos norteadores de Hakluyt em sua *Divers voyages*, assim como fica patente o uso da retórica conclamando à ação a partir do apelo ao dever cívico e ao fortalecimento do reino encontrado nas obras com intuitos propagandistas semelhantes já analisadas. Depois de tanto tempo negligenciando a possessão de terras que por direito pertenciam aos ingleses, era chegada a hora, afirmava Hakluyt, da Inglaterra usufruir das “férteis e temperadas” regiões da América não ocupadas pelos ibéricos, a despeito de quase um século de conquistas e colonizações portuguesas e espanholas na América. As fontes reunidas tinham, portanto, a função de demonstrar o direito inglês

³²⁵ Isto é, noventa anos. Portanto, Hakluyt está se referindo à viagem de Colombo de 1492.

³²⁶ Uma das figuras centrais na Corte elizabetana em torno da expansão e colonização, em torno do qual se formou o que normalmente é chamado pelos historiadores de “*Sidney circle*”, cuja atuação envolvia a ampliação do poderio marítimo-comercial inglês e apoio à causa protestante. O círculo também contava com Edward Dyer (que juntamente com Sidney fora aluno de John Dee, tendo ambos mantido estreito contato com seu antigo professor ao longo das décadas de 1570 e 1580), Christopher Hatton, membro do Conselho Privado, e Francis Walsingham, secretário de Estado (MacMillan, 2001).

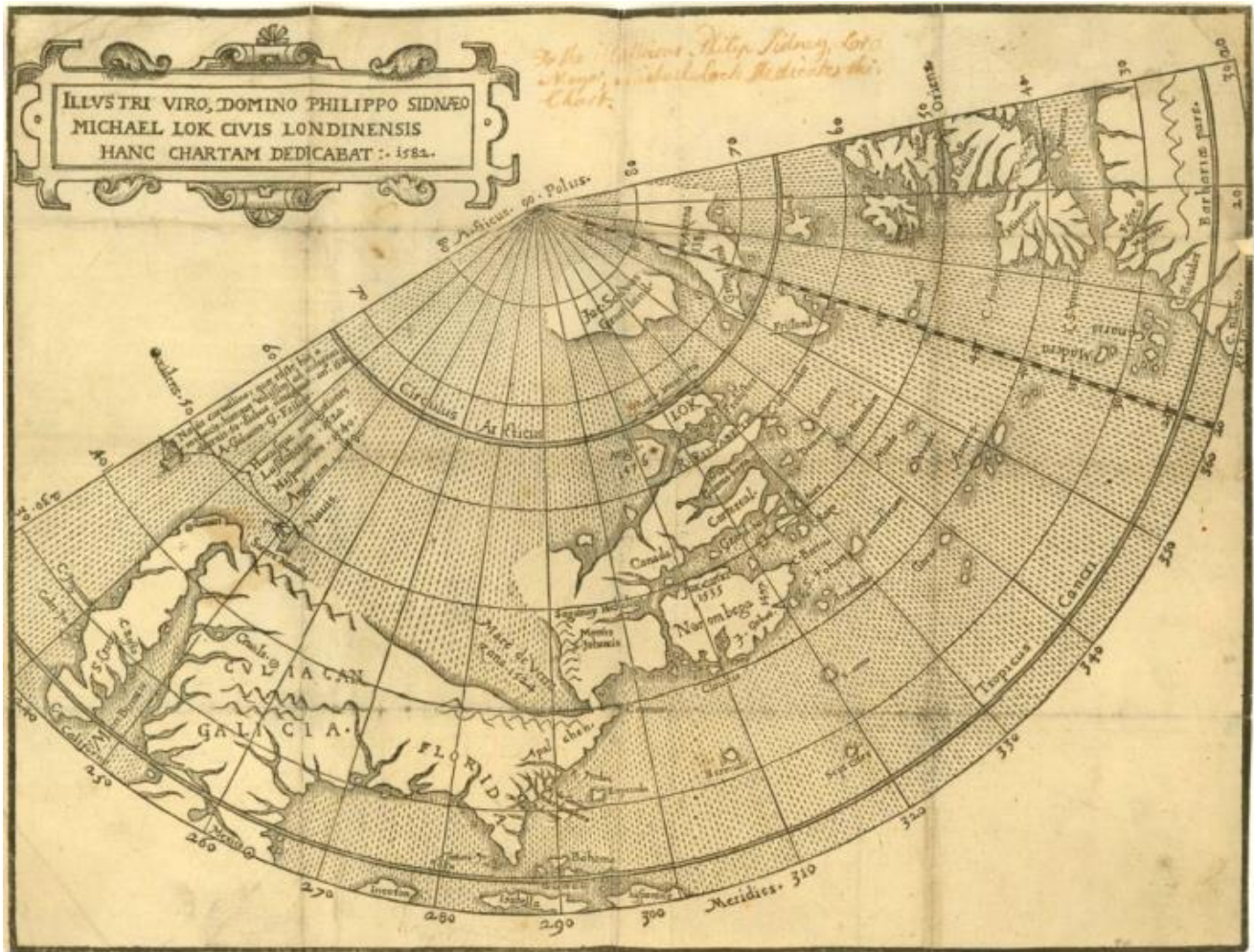
em ocupar as terras ao norte da Flórida, seja por primeira descoberta, seja pela não-ocupação ibérica.

To leave this matter and to drawe to an ende I haue heare, right worshipfull, in this hastie worke first put downe the title which we haue to that part of America which is from Florida to 67 degrees northwarde by the letters patentes graunted to Iohn Gaboto and his three sonnes, Lewes, Sebastian, and Santius, with Sebastians owne Certificate to Baptista Ramusius of his discouerie of America, and the testimonie of Fabian, our own Chronicler (Hakluyt, 1850, p. 17).

Esse excerto nos mostra como o nome de João Caboto, praticamente não mencionado entre autores ingleses até então, começou a ser recuperado no século XVI dentro de uma conjuntura muito específica. O afã colonial, estimulado por pessoas como Hakluyt, caminhava necessariamente com a construção de bases sobre as quais fosse possível reclamar justos títulos sobre regiões da América, ao mesmo tempo que se procurava minar pretensões hegemônicas ibéricas. Essa empreitada levou Hakluyt a não apenas recuperar, mas construir uma história marítima inglesa direcionada ao descobrimento e ocupação do continente americano, sentido que, reforça-se, originalmente não animava ou dava sentido a tais empreendimentos. Assim como Dee, ainda que expressado de maneira distinta, Hakluyt dotou o estabelecimento de colônias como um ato de recuperação tanto histórico quanto geográfico: histórico, pois parte da justificativa legal partia do princípio da primeira descoberta, e geográfico, pois a ação se dirigia a explorar e possuir terras que já pertenciam, por direito, aos ingleses, ainda que tivessem sido negligenciadas até aquele momento. Não é fortuito, portanto, que a recuperação e publicação da carta patente concedida a João Caboto em 1496 tenha ocorrido justamente pelas mãos de Hakluyt na *Divers voyages*. Além do documento concedido por Henrique VII, fontes relativas às viagens de Caboto publicadas pelo autor incluíam o testemunho de Sebastião Caboto recolhido por Ramusio, a crônica londrina conhecida como *Fabyan's Chronicle* (a qual nos referimos no Capítulo 3 e que trata da preparação da viagem de 1498) e um mapa produzido por Michael Lok como parte da campanha promocional em torno da viagem de Gilbert e da localização da passagem Noroeste³²⁷ (Mapa 13). No mapa, dedicado ao mesmo Sydney que Hakluyt

³²⁷ A configuração das terras condiciona a ideia da facilidade em se atingir as Molucas, onde se acreditava provirem as especiarias, através da passagem Noroeste e possivelmente também pelo “Mar de Verrazano”, que no mapa se conectam e levam diretamente ao que seria o Pacífico.

homenageara em sua obra, encontramos a demarcação de um “histórico”³²⁸ das atividades inglesas nas áreas setentrionais da América: de João Caboto (com a inscrição “J. Gabot, 1497” na Norumbega) até Frobisher (indicado pela inscrição “Angli 1576”, data da primeira viagem do navegador, além dos topônimos “Frobisher”, “R. Elizabeth” e “Lok”), o que sem dúvida ia ao encontro das pretensões dos envolvidos na reivindicação de direitos sobre a região.



Mapa 13. Michael Lok (1582). Illustri viro, domino Philippo Sidnaeo Michael Lok civis Londinensis hanc chartam dedicabat: 1582. In: HAKLUYT, Richard. **Divers voyages touching the discoverie of America**. London: T. Woodcocke, 1582. Disponível em: https://archive.org/details/diuersvoyagestou00hakl_0/page/n47/mode/2up. Acesso em: 21 abr. 2023.

³²⁸ Nota-se, também, a presença das ilhas “maravilhosas” que marcaram o universo das viagens setentrionais no século XV: Sete Cidades (“Sept Cites”) abaixo da “Norumbega”, São Brandão (“S. Brandam”) e Brasil (“Brafil”), essas duas últimas entre a costa europeia a americana.

Tal qual Dee em seus escritos, Hakluyt não baseou suas reivindicações apenas sobre a tese da primeira descoberta, ainda que essa fosse fundamental. Ao longo de todo o texto da dedicatória, reforçou-se o fato de os ibéricos não ocuparem as terras acima da Flórida. Um dos argumentos empregados para promover a colonização junto às autoridades e financiadores foi o do “benefício social” que o escoamento do excedente populacional, inclusive das prisões, para as colônias estabelecidas nas regiões americanas ainda não possuídas por cristãos:

[...] wee woulde hasten and further euery man to his power the deducting of some Colonies of our superfluous people into those temperate and fertile partes of America, which, being within sixe weekess sayling of England, are yet vnpossessed by any Christians [...] (Hakluyt, 1850, p. 8-9).

Uma das “provas” que Hakluyt encontrou para afirmar que as regiões setentrionais americanas estavam “despossuídas” veio de um cosmógrafo português, um “excelente homem instruído”:

I had great conference in matters of Cosmographie with an excellent learned man of Portingale, most priuie to all the discoueries of his nation, who wondered that those blessed countries from the point of Florida Northward were all this while vnplanted by Christians, protesting with great affection and zeale, that if hee were nowe as young as I (for at this present hee is threescore yeeres of age) hee woulde sel all hee had, being a man of no small wealth and honour, to furnish a conuenient number of ships to sea for the inhabiting of those countries, and reducing those gentile people to christianitie (Hakluyt, 1850, p. 9).

A retórica do argumento é bastante interessante. Sabendo que Portugal e Espanha possuíam os maiores “impérios” marítimo-comerciais e coloniais, o fato de um português recomendar a colonização acima da Flórida seria uma evidência ainda mais favorável para que os ingleses procedessem a empreendimentos semelhantes. Ou seja, atribui-se legitimidade (ou autoridade) àqueles com experiência em constituir “impérios” coloniais. Além disso, é importante observar também que o fato de ser um “*excellent learned man*” (um erudito, alguém experimentado na razão) era outra instância que “autorizava” e legitimava o relato e, por conseguinte, a argumentação de Hakluyt. Como vimos demonstrando ao longo deste trabalho, particularmente no primeiro capítulo, a excelência pessoal em determinado campo era reivindicada desde finais da Idade Média como meio legítimo de conferir autoridade (legitimidade em ser ouvido/lido) àqueles que não dispunham de “*antiquitas*”, por exemplo. Na sequência do parágrafo, logo depois do excerto acima transcrito, é dito que o cosmógrafo português

mencionou que semelhante processo fora sugerido por João de Barros, principal cosmógrafo de Portugal, e que a partir de suas ponderações fora levado a cabo a ocupação do Brasil pelos portugueses. Hakluyt, por conseguinte, instava a Sydney e seus correlegionários que promovessem o mesmo processo, emulando o arcabouço de exemplos formado pela experiência acumulada ao longo do tempo.

Em sua defesa da colonização, denota-se como Hakluyt visualizava o estabelecimento de colônias como parte de dois movimentos maiores que se complementavam: a expansão comercial e religiosa³²⁹. A instalação de núcleos populacionais permanentes serviria para alavancar tanto um quanto outro. Vimos no excerto anterior como a habitação daquelas paragens permitiria a conversão do gentio ao cristianismo. Em outras passagens, foi dada ênfase no aspecto comercial do empreendimento:

[...] wee might not only for the present time take possession of that good land, but also, in short space, by God's grace, finde out that shorte and easie passage by the Northwest, which we haue hetherto so long desired, and whereof wee haue many good and more then probable conjectures (Hakluyt, 1850, p. 10-11).

Percebe-se como os primeiros impulsos coloniais ingleses sobre a América começaram a surgir de forma mais elaborada atados à procura por rotas comerciais, a Noroeste em particular. Obras como essa, cuja intenção era, dentre outras, promover iniciativas ligadas à exploração marítima e colonização, não raro buscavam enfatizar aspectos comercialmente atrativos como forma de atrair investidores, haja vista que, a rigor, se tratava de empreendimentos de alto custo e altamente arriscados, cujo retorno aos investidores era incerto (Andrews, 1984). Nesse sentido, não é coincidência que os propagandistas desses primeiros ensaios de ocupação na América procurassem conectar a colonização à procura pela passagem Nordeste e os benefícios comerciais de sua localização. O fim da década de 1570 e o início da seguinte, período no qual foram produzidas a documentação aqui analisada, coincide com o renovado impulso dado à procura da passagem Noroeste, com as três expedições de Frobisher (na década de 1570) e as três de John Davis (na década de 1580), analisadas anteriormente. As

³²⁹ É possível que tal associação remetesse também às práticas ibéricas, que ao menos desde o século XV vinculavam, como duas faces de uma mesma moeda, expansão da fé e do comércio. Por outro lado, é preciso lembrar a tensão religiosa presente no momento dessas produções, tal qual havíamos visto das cartas de Gilbert à monarca em 1577: a expansão inglesa era, também, uma manifestação da verdadeira fé contra a ameaça católica representada especialmente pela Espanha. O tom de proselitismo religioso ganhou tons ainda mais carregados em sua próxima publicação depois de *Divers voyages*, o *Discourse on Western Planting*, de 1584.

“prováveis conjecturas” que levavam Hakluyt a considerar a existência da passagem eram basicamente as mesmas encontradas na literatura produzida em torno das mencionadas viagens: a experiência de viajantes que se dirigiram à região, como Frobisher³³⁰, além de Sebastião Caboto, Verrazano e Jacques Cartier, além de relatos de populações indígenas locais (cf. Hakluyt, 1850, p. 11-12).

A retórica empregada por Christopher Carleill, assim como por George Peckham, analisado a seguir, trilhou caminhos muito similares ao tentar atrair investidores para o empreendimento, invocando a “experiência local” e a localização da passagem Noroeste ao se dirigir aos mercadores da *Muscovy Company* em busca de patrocínio para a expedição colonizadora de Gilbert.

The other is, if there be any possible meanes to finde a sea passage or other fresh water course, which may serve in some reasonable and convenient sort, to transport our merchandize into the East Indian Sea, through any of these Northerly partes of America, it shall be soonest and most assuredly perfourmed by these who shall inhabite and first grow into familiaritie with the Inland people (Carleill, 1940, p. 358).

Além da ampliação de mercados, possibilitada pela descoberta de novas rotas e fontes de mercadorias, a colonização permitiria a expansão da fé, “reducing the savage people to Christianitie and civilitie” (Carleill, 1940, p. 361), bem como a melhora da situação da população miserável da Inglaterra, que ao encontrarem ocupação e emprego seriam afastados de seus costumes viciosos. Nesse quesito, Carleill legimitou o argumento invocando sua própria experiência nos Países Baixos³³¹.

IV.2. George Peckham: colonização, justificação e expansão da fé.

George Peckham (? - c. 1608), juntamente com Thomas Gerard (c. 1564-1618), foi sócio e um principais apoiadores do projeto de Gilbert, angariando apoio financeiro e político e promovendo o empreendimento. Já em posse de algumas informações a

³³⁰ “the experience of captain Frobisher on the hyther side, and Sir Fraunces Drake on the back side of America” (Hakluyt, 1850, p. 12).

³³¹ “This I speake of mine owne experience, having seene divers come over to the warres of the lowe Countreys during my residence in the same, who here had beene very evill and idle livers, and by some little continuance with us, have growen to be very industrious in their facultie [...]” (Carleill. 1940, p. 361).

respeito da expedição³³², publicou em 1583 *True reporte of the late discoveries*, cujo título completo nos informa dos objetivos centrais³³³ de seu autor:

True reporte of the late discoveries and possession, taken in the right of the Crowne of Englande, of the Newfound Landes: By that valiaunt and worthy Gentleman, Sir Humfrey Gilbert Knight. Wherein is also breiefely sette downe, her highnesse lawfull Tytle thereunto, and the great and manifolde Commodities, that is likely to grow thereby, to the whole Realme in generall, and to the Adventurers in particular. Together with the easines and shortnes of the Voyage (Peckham, 1940, p. 435).

Comecemos pela parte final. Promover a ideia de colonização junto a possíveis investidores necessitava de atrativos: praticamente todos os textos propagandísticos enfatizaram, em graus variados, a quantidade e a variedade de produtos a serem obtidos na América ou partir dos assentamentos lá instalados, a facilidade e rapidez da viagem, além de trazer benefícios não apenas ao reino, mas aos indivíduos que se aventurassem no empreendimento. Carleill³³⁴, por exemplo, no texto dirigido aos mercadores da *Muscovy Company*, listou uma série de benefícios, dentre os quais a profusão de mercadorias, a facilidade na travessia e a expansão do cristianismo. Atrair investimento privado era essencial, uma vez que todos os gastos deveriam ser cobertos pelos organizadores da expedição, sem nenhuma ajuda financeira da Coroa. Não é fortuito que ambos os autores tenham empregado o mesmo provérbio – “Nothing venture, Nothing have”³³⁵ – para estimular possíveis financiadores. A garantia que a colonização nas partes setentrionais da América traria todos esses benefícios era assegurada, segundo Peckham, pelo “testemunho de bons escritores, a opinião de homens sábios e a experiência de grandes viajantes”. Em resumo, por categorias de autoridade e experiência:

³³² Gilbert escreveu uma carta a Peckham a 8 de agosto de 1583, quando estava em St. John, Newfoundland, antes de se lançar ao destino final da viagem mais ao sul (publicada em Quinn, 1940, II, p. 383). Na obra, Peckham incluiu informações trazidas por Edward Hayes, que conseguira regressar da expedição.

³³³ Reafirmados ao longo da obra, a exemplo da seguinte passagem: “to proove that this voyage, late enterprised, for trade, traficke, and planting, in America, is an action tending to the lawfull enlargement of her Majesties dominions, commodious to the whole Realme in generall. Profitable to the adventurers in particuler, beneficial to the Savages, and a matter to be attained without any great daunger or difficultie. And lastlye (which moste of all is) A thing likewise tending to the honor and glory of almighty God: And for that the lawfulness to plant in those Countreyes, in some mens judgements, seemeth very doubtfull, I will beginne with the proofoe of the lawfulness of trade, traficke, and planting” (Peckham, 1940, p. 450).

³³⁴ Ver Carleill, 1940, p. 354-355.

³³⁵ Peckham, 1940, p. 466 e Carleill, 1940, p. 360. “Adventure”, como explicitado no Capítulo 4, nota 155, tinha o sentido de desafiar a fortuna, testar ou provar a sorte. Por isso constava no nome de muitas companhias comerciais. No presente caso, a expressão em questão teria o sentido próximo ao do provérbio brasileiro “quem não arrisca não petisca”.

[...] bothe honourably to favour, and favourably to further all such attemptes as seeme pleasing to God and profitable to your Countrey, both which by the testimony of good writers, the opinion of wise men, and experience of great travailors, these Westerne Discoveries doo certainly promise (Peckham, 1940, p. 436).

A primeira parte do título, por sua vez, se volta a outro ponto fulcral para todos aqueles em torno da promoção da colonização naquele momento: mesmo sendo rentável, seguro e virtuoso para os indivíduos, para a Coroa e para a religião, o estabelecimento colonial era legítimo? Poderiam os ingleses reivindicar legalmente direitos sobre territórios, possuí-los e ocupá-los? Em que se baseava o “justo título” (“lawfull Tytle”) de Elizabeth I sobre partes da América? Conforme demonstraremos, também nesse quesito a argumentação de Peckham seguiu percursos similares aqueles empregados por Dee e Hakluyt, nos quais noções de autoridade e experiência, principalmente através de exemplos e precedentes históricos, desempenharam papéis fundamentais.

O primeiro conjunto de argumentos sobre os legítimos direitos ingleses foi desenvolvido no capítulo 2 do *True reporte*, no qual o autor explorou as relações entre cristãos e não cristãos (fossem eles “selvagens”, “infiéis” ou “pagãos”). De acordo com a Lei das Nações (“*Lawe of Nations*”), seria tanto legal quanto necessário que cristãos comercializassem com os “selvagens” sem nenhum tipo de impedimento por qualquer parte. Esse princípio, existente desde o começo da Criação, seria tão comum e amplamente praticado por cristãos e infiéis que não precisaria de maiores explicações ou aprofundamentos na opinião de Peckham (1940, p. 450). Ainda que virtuoso e necessário, o comércio não deveria possuir primazia sobre os esforços de estabelecimento da fé cristã, para o qual havia dois tipos de situações: uma na qual os cristãos eram bem-vindos e admitidos pacificamente entre os selvagens, e outra na qual os selvagens injustamente (“unjustly”) repeliam os cristãos e impediam sua atuação. Tanto em um caso quanto no outro, o estabelecimento de colônias (“planting”) era imprescindível. Nesse sentido, sendo legal e justo o estabelecimento da fé cristã, também o seriam os assentamentos coloniais a partir dos quais tal atividade se concretizaria. Para justificar o argumento, Peckham recorreu aos exemplos da Antiguidade e da Bíblia (autoridades, portanto):

And though in regarde of the establishment of Christian Religion, eyther of bothe maye bee lawfullye and justlye exercised. Whereof manye examples may bee founde, as well in the tyme of Moises and Josua, and other Rulers before the byrth of Christ. As of many vertuous Emperours and Kinges [...] (Peckham, 1940, p. 451).

Especificamente no segundo caso, no qual os selvagens repeliam os cristãos de modo violento, esses teriam o direito de se defenderem, se vingarem mediante força e qualquer outro método necessário para sua segurança, pois em todas as leis se permitia resistir a violência com violência (Peckham, 1940, p. 453). Uma das consequências desse princípio é que se autorizava os cristãos a tomarem vilas, cidades e aldeias de modo a assegurar os “selvagens” não retornassem à idolatria e aos modos bárbaros. Segundo Peckham, a equidade e legalidade dessa prática era atestada por eventos narrados na Bíblia e por exemplos de poderosos reis e imperadores que efetivaram a ocupação e colonização de terras para o estabelecimento da palavra de Deus.

And in so dooing, doubtles the Christians shall no whitt at all transgresse the bondes of equitie or civillity, for as much as in former ages, (yea before the incarnation of Christ) the like hath beene doon by sundry Kings and Princes, Governours of the children of Israeli: cheefely in respect to beginne theyr Planting, for the establishment of Gods word: as also since the nativity of Christ, myghty and puissaunt Emperours and Kinges have performed the like, I say to plant, possesse, and subdue. For prooffe whereof, I wyll alledge you examples of bothe tymes (Peckham, 1940, p. 453).

Ao se referir a exemplos dos “dois tempos”, Peckham se referia aos casos “antigos” e “modernos”, ainda que não empregasse essa denominação, e legitimava sua argumentação com base no princípio da autoridade (fosse da Bíblia ou da experiência acumulada transformada em modelo de atuação aos moldes da *magistra vitae*). Ambos foram empregados com o intuito de provar que os ingleses podiam, de modo justo, comercializar com os selvagens e legalmente ocuparem e habitarem seus territórios (“we may justly trade and traffique with the Savages, and lawfullie plant and inhabite theyr Countries”. Peckham, 1940, p. 458). Para os antigos, foram trazidos primeiramente exemplos bíblicos do Antigo Testamento, como o caso de Moisés e a concessão divina da Terra Prometida ao povo escolhido, e as ações de Josué sobre os povos gentios e idólatras, cujas terras foram “possuídas e herdadas” (“whose landes he caused Gods people to possesse and inherite”. Peckham, 1940, p. 455). O argumento denota o uso da leitura prefigurativa e tipológica da Bíblia como forma de dar sentido às ações, em última instância as justificando ao enquadrá-las no arcabouço da autoridade.

Tipologia, segundo Cañizares-Esguerra (2009), consistia numa tradição cristã originada pelos evangelistas em ler eventos e personagens contemporâneos como a realização ou cumprimento já prefigurados em episódios antigos. A função de uma leitura tipológica, ainda segundo o autor, não se resumia a justificar eventos e ações atuais ao inseri-los nos marcos da história cristã, mas também os tornava compreensíveis e familiares, domesticando-os dentro da epistemologia compartilhada por pessoas letradas. Essa prática foi um dos liames que conectou as atividades expansionistas europeias ao redor do mundo, particularmente no Atlântico: portugueses, espanhóis ingleses e holandeses encontraram prefigurações bíblicas e clássicas em suas das atividades expansionistas.

Depois da Bíblia, Peckham se valeu da autoridade de “historiadores eclesiásticos”: “Now in like manner will I alledge some few of Inductions out of the autentically writings of the Ecclesiasticall Historiographers, all tending to the like argument” (Peckham, 1940, p. 455). Vale lembrar que “autenticidade” era uma das atribuições que a *auctoritas* conferia às pessoas e escritos sob seu signo. O argumento, no caso, seria a ação de governantes virtuosos que ampliaram o império e a fé cristã, tomando e ocupando terras de povos gentios e os convertendo ao cristianismo. O primeiro conjunto de referências diz respeito ao imperador romano Constantino, através das histórias de Rufino de Aquileia³³⁶ (“Ruffinus”) e Eusébio de Cesarea (“Eusebius”). Nesse último, autor da *Historie Ecclesiasticall*, Peckham encontrou a informação que Constantino teria ampliado seu império ao dominar não apenas seus vizinhos mais próximos, mas também as remotas nações bárbaras e pagãs em todos os cantos do mundo. Nesse processo, o imperador, junto de poderoso exército, teria ido até a Inglaterra, então chamada de “ilha da Bretanha” (“Island of Brittaines”) e situada no limite ocidental. Após conquistá-la totalmente, plantou a fé cristã e instalou governantes conforme lhe pareceu melhor, prosseguindo da mesma maneira em todas as demais direções do império, norte, sul e leste. Tal ação foi continuada pelos sucessores de Constantino, que

³³⁶ O relato narrado por Peckham diz respeito à atuação de Edésio e Frumêncio (que viria a se tornar o primeiro bispo de Axum/Etiópia e santo, posteriormente) e como teriam recebido auxílio de Constantino e do bispo Atanásio de Alexandria para propagar o evangelho. Segundo relato de Rufino de Aquileia, ambos saíram da cidade de Tiro acompanhando o filósofo Mérope (ou *Meropius*), que desejava explorar a Índia, seguindo exemplo de outro filósofo chamado Metrodorus, que explorara a Lídia. No entanto, Peckham, emprega a expressão “Indians” e “Indians countrie” para se referir ao povo e à região em que Edésio e Frumêncio atuaram. Pode se tratar de uma interpretação enviesada de Peckham ou da versão do relato a que ele teve acesso.

prosecuted the Gentiles, subdued theyr Tyrants and Countries, and utterly destroyed all their Idolatry, converting their soules to acknowledge their onelie Messias and Creator, and their countries to the enlargement of the Empire. To be breefe, who so listeth to reade Eusebius, Pamphilus, Socrates Scolasticus, Theodoritus, Hermia, Sozomen, and Eragrius Scolasticus, which all were most sage Ecclesiastical writers³³⁷, shall finde great store of examples of the woorthy lives of sundry Emperors, tending all to the confirmation of my former speeches (Peckham, 1940, p. 458).

Da época “moderna”³³⁸, os grandes modelos e exemplos a serem mencionados eram os ibéricos. Na verdade, essa questão era tão importante para Peckham que um capítulo foi dedicado inteiramente a essa questão. No Capítulo 7, reservado à refutação de alegações de “pessoas maliciosas” quanto aos benefícios da colonização (“planting”), Peckham enumerou extensamente as realizações espanholas na América³³⁹, a partir dos exemplos das conquistas de Vasco Núñez de Balboa, Hernán Cortés, Francisco Pizarro, e de Portugal³⁴⁰, com suas “descobertas e conquistas” na Ásia, África e América. Ao listar as grandes realizações de descobrimento, conquista e povoamento dos ibéricos, Peckham intencionava mostrar como essas atividades promoviam tanto o engrandecimento do reino quanto da religião cristã, tal qual os reis da antiguidade mencionados haviam promovido. Ao menos do ponto de vista retórico, isso fazia dos monarcas modernos seus continuadores, instando-os a seguir os exemplos virtuosos.

Both which Princes, by meanes of theyr discoveries, within lesse then 90. yeeres past, have as it appeareth, both mightely and mervailouslie enlarged theyr territories and dominions through theyr owne industrie, by the assistance of the omnipotent, whose ayde we shall not neede to doubt, seeing the cause and quarrell which we take in hand tendeth to his honour and glory, by the enlargement of the Christian fayth.
To conclude, since by Christian duety we stand bounde cheefely to further all such acts as doo tende to the encreasing the true flocke of Christ, by reducing into the right way those loste sheepe which are yet astray (Peckham, 1940, p. 476).

Havia, no entanto, outro conjunto de “provas” mobilizado por Peckham em sua defesa dos “justos títulos” ingleses sobre regiões americanas. Conforme exposto em diversas partes do texto, a ideia básica era idêntica à de John Dee: ao colonizarem a América, os ingleses estariam, na verdade, restaurando um direito e um “império” que já lhes pertenciam. Nos dizeres de Peckham, a expedição de Gilbert traria, para além

³³⁷ Logo abaixo, na mesma página, Peckham se referiu a esses nomes como *aucthors*, reforçando a ideia que os escritos empregados continham *auctoritas*.

³³⁸ Peckham denominou esse período como “of latter time (yea, even in the memory of man)” (1940, p. 458). Ou seja, seu próprio tempo, diferente dos tempos do Antigo Testamento e da antiguidade clássica.

³³⁹ Ver Peckham, 1940, p. 471-473.

³⁴⁰ Ver Peckham, 1940, p. 473-475.

dos benefícios econômicos, sociais e religiosos, a justa confirmação dos “antigos títulos” da monarquia inglesa: “Then shall her Majesties dominions be enlarged, her highnes auncient titles justly confyrmmed [...]” (Peckham, 1940, p. 476). Não é fortuito, portanto, que a defesa da colonização tenha promovido entre o círculo de propagandísticas um esforço de publicação inaudito, uma vez que, segundo o princípio exposto por Dee, a expansão imaginada possuía um componente de recuperação territorial, pautada, por sua vez, pela recuperação histórica que atestasse a primazia da soberania inglesa. Nesse sentido, explica-se a posição central de precedentes que atestassem o pioneirismo da descoberta e posse. No capítulo 3 de sua obra, Peckham utilizou fontes também empregadas por Dee e Hakluyt, como as viagens de Madoc no século XII:

AND it is very evident that the planting there shall in time right amplier enlarge her Majesties Territories and Dominions (or I might rather say) restore her to her Highnesse auncient right and interest in those Countries, into the which a noble and woorthy personage, lyneally descended from the blood royall, borne in Wales, named Madocke ap Owen Gwyneth, departing from the coast of England, about the yeere of our Lord God. 1170. arrived and there planted himselfe, and his Colonies, and afterward returned himselfe into England, leaving certaine of his people there, as appeareth in an auncient Welch Chronicle, where he then gave to certaine Ilandes, Beastes, and Fowles, sundrie Welch names, as the Hand of Pengwyn, which yet to this day beareth the same (Peckham, 1940, p. 459).

No excerto, fica ainda mais explícita a ideia de que o esforço de expansão territorial, ao qual se adicionava a colonização, era concebido como um movimento de recuperação histórica e de restauração de direitos. O “império”, portanto, dirigia-se tanto ao passado quanto ao futuro. No marginalia presente ao lado do excerto, lê-se que essa terra, supostamente descoberta e colonizada por Madoc, era a mesma que Gilbert descobrira em sua última viagem³⁴¹ (isto é, a de 1583). Assim, os ingleses teriam ancorado em terras que já lhes pertenciam por direito, ainda que não habitassem o território. Nessa recuperação de domínios que historicamente já estariam sob direito da monarquia inglesa, obras e documentos que atestassem e legitimassem essa primazia adquiriram grande importância, a exemplo da mencionada crônica galesa, na qual estariam contidos os feitos da viagem de Madoc. A suposta existência de palavras e nomes galeses entre os indígenas da América seria outra evidência dessa colonização primitiva. Em outras palavras, empregava-se a experiência (no sentido de observação,

³⁴¹ “This Iland was discovered by Sir Humfrey and his company, in this his last journey” (Peckham, 1940, p. 459).

mas também de prova) daqueles que estiveram na América. Relatos de pessoas como David Ingram, mencionado anteriormente, bem como aqueles veiculados por crônicas espanholas atestariam a hipótese ao fornecer dados obtidos no continente americano. Peckham se utilizou, por exemplo, do registro de discursos de Montezuma presenciados por Cortés, nos quais constava que os antepassados do governante indígena tinham vindo de um lugar muito distante, e que depois de estabelecer seu povo, o “rei” de então retornou ao seu país de origem³⁴²:

These be the verie words of Mutuzuma, set downe in the Spanish Chronicles, the which being throughlie considered, because they have relation to some straunge noble person, who long before had possessed those Countries, doo all sufficiently argue, the undoubted title of her Majestie: For as much as no other Nation can truelie by any Chronicles they can finde, make prescription of time for themselves, before the time of this Prince Madocke (Peckham, 1940, p. 460).

O princípio da “primeira descoberta” ocupa no *True reporte* uma posição central: como nenhuma outra nação era capaz de estabelecer e provar uma “prescrição de tempo” anterior àquela de Madoc, os títulos sobre aquelas terras, legal e justamente, pertenciam à Coroa inglesa. Casos como o de Peckham nos possibilitam matizar, de certa maneira, a noção que o *res nullius*, isto é, da ausência da habitação e ocupação efetivos, foi o princípio básico de reivindicação de direitos empregado pelos ingleses ao se contraporem aos ibéricos, que, por sua vez, utilizariam a justificativa da doação papal e do pioneirismo de descoberta. Esses casos iniciais das propostas de colonização mostram, a nosso ver, uma realidade muito mais porosa e menos estanque tanto entre os usos de justificadas e afirmação de direitos, bem como os atores que os utilizavam. No caso de Peckham, a ideia de “coisa nula” se faz presente não no sentido de “terra não ocupada”, e sim no sentido da posse ao “primeiro possuidor”: se ninguém era capaz de provar uma possessão anterior, por primazia temporal cabia aos ingleses os direitos sobre as terras possuídas por Madoc (que a partir daquele momento deixaram de ser “nulas”), cabendo a Elizabeth I reivindicar seus direitos ancestrais sobre elas.

Assim como Hakluyt em *Divers voyages*, além do pioneirismo “antigo”, havia também o “moderno”, em tempos mais recentes, que atestavam os títulos ingleses. A patente de Henrique VII (que viera à luz pelo trabalho de Hakluyt), cumpria essa função:

³⁴² Possivelmente se refere aqui ao “mito” de Quetzalcoatl, segundo registrado em diversas crônicas espanholas (cf. Todorov, 1999), que Peckham leu como uma referência a Madoc.

[...] in the time of the Queenes Majesties Grandfather, of worthy memorie, King Henry the seventh, Letters pattents were by his Majestie graunted to John Gabota an Italian, to Lewes, Sebastian, and Sansius, his three sonnes, to discover remoate, Barbarous and Heathen Countries, which discovery, was afterwards executed to the use of the crown of England, in the sayd Kings time, by Sebastian and Sansius his sonnes, who were borne heere in Englande: In true testimony whereof, there is a fayre Haven in Newfounde Land, knowne and called until this day, by the name of Sansius Haven, which prooveth that they firste discovered upon that Coast, from the heyght of 63. unto the Cape of Florida, as appeareth in the Decades.

And this may stande for another title to her Majestie, but any of the foresayde titles is as much, or more then any other Christian Prince can pretende to the Indies before suche time as they had actuall possession thereof, obteyned by the discovery of Christopher Columnus, and the conquest of Vasques Numes de Balboa, Hernando Cortese, Francisco Pysare, and others [...] (Peckham, 1940, p. 460).

Mesmo que as pesquisas realizadas desde o XIX permitam atualmente apontar incorreções no relato apresentado sobre as viagens de João Caboto, como a “nacionalidade” de seus filhos e o comando da expedição, a carta patente era um documento que, somado à comprovação da viagem nas “Décadas” (provavelmente se referindo às menções a Sebastião Caboto registradas por Anglería), embasava tanto jurídica quanto historicamente a reivindicação inglesa sobre as regiões acima do Cabo da Flórida. Ressalta-se também o uso da cartografia para embasar e comprovar a legalidade dos clamores de direitos: no entender de Peckham, o “batismo” da região na Terra Nova em homenagem a um dos filhos de Caboto (“Sansius Haven”) que teria realizado a descoberta era outra evidência para a defesa da “primeira descoberta”. Por sua vez, outros príncipes poderiam temporalmente atestar seus direitos sobre áreas da América apenas a partir das descobertas de Cristóvão Colombo e as conquistas de Núñez de Balboa, Cortés e Pizarro. Na visão de Peckham, portanto, tanto uma quanto as outras não poderiam provar nem descobertas nem ocupações anteriores a dos ingleses.

IV.3. Edward Hayes: predestinação inglesa sobre a América setentrional

Edward Hayes, ao compor *Sir Humphrey Gilbert's voyage to Newfoundland*, igualmente publicado em 1583, desenvolveu o argumento acima descrito de maneira ainda mais extensa. Como dissemos anteriormente, Hayes acompanhou Gilbert à América, sendo comandante do único navio da expedição a retornar à Inglaterra, o *Golden Hind*, assim nomeado em homenagem à embarcação homônima utilizada por Francis Drake na circum-navegação de 1577-1580. A argumentação de Hayes, ainda

que guarde muitas semelhanças com as anteriores, não se pautou em uma primeira descoberta “antiga”, mas sim em uma “moderna”, realizada por Caboto. De todo modo, o princípio geral da “primeira descoberta” é basilar em seu discurso de reivindicação de direitos. Além disso, ao relacionar a descoberta e ocupação da América a uma dimensão escatológica e milenarista, a justificativa religiosa ganhou em seu texto uma projeção diferente e mais profunda daquela presente nos autores analisados anteriormente. Vejamos, portanto, como essas duas perspectivas, a religiosa e a primeira descoberta, foram costuradas em sua obra.

O texto se inicia com uma crítica ao descaso que os ingleses tiveram até então em descobrir, explorar e ocupar as regiões setentrionais acima da Florida, dependendo, em grande medida, de relatos de viajantes de outras nações para o conhecimento da região, especialmente os franceses. No entanto, nenhuma outra nação poderia desafiar ou contestar os direitos ingleses sobre aquelas áreas, uma vez que a primeira descoberta fora realizada pela nação inglesa através de João e Sebastião Caboto.

The first discovery of these coasts (never heard of before) was well begun by John Cabot the father, and Sebastian his sonne, an Englishman borne, who were the first finders out of all that great tract of land stretching from the cape of Florida unto those Islands which we now call the Newfoundland: all which they brought and annexed unto the crowne of England (Hayes, 1940, p. 385-386).

A primeira descoberta garantiria legalmente direitos ingleses sobre as terras anexadas à Coroa da Inglaterra. Assim como John Dee, em determinadas passagens Hayes tendeu a identificar dois “estágios” de direitos ou títulos sobre os territórios: o primeiro seria o direito jurídico concedido pela primeira descoberta, o outro seria a efetivação final desse direito com a ocupação. Não obstante, mesmo que a segunda parte não tivesse ainda ocorrido ou se efetivado plenamente, a primeira não era anulada, como se denota a partir da crítica realizada aos franceses no excerto a seguir:

The French, as they can pretend lesse title unto these Nor- theme parts then the Spanyard, by how much the Spanyard made the first discovery of the same continent so far Northward as unto Florida, and the French did but review that before discovered by the English nation, usurping upon our right, and imposing names upon countreys, rivers, bayes, capes, or headlands, as if they had bene the first finders of those coasts [...]. Then seeing the English nation onely hath right unto these countreys of America from the cape of Florida Northward by the privilege of first discovery, unto which Cabot was authorised by regall authority, and set forth by the expense of our late famous king Henry the seventh [...] (Hayes, 1940, p. 387-388).

A ideia básica expressa no excerto retira qualquer possibilidade de direitos franceses sobre as regiões americanas, quer ao Sul, descobertas pela primeira vez pelos espanhóis, quer ao Norte, descoberta pelos ingleses. O argumento foi construído de tal maneira a vedar também aos espanhóis qualquer reivindicação: mesmo que Colombo tenha realizado sua viagem antes de Caboto, as descobertas espanholas cessaram na altura da Flórida, a partir da qual se efetivaram as realizações inglesas. Os franceses, por sua vez, ao se dirigem às costas acima da Flórida, não estavam de fato “descobrimdo” a região, mas sim revisitando áreas anteriormente possuídas pela “nação inglesa” através das ações de Caboto e seus filhos. Como nenhuma nação, incluindo os ingleses, havia ocupado com assentamentos permanentes a região setentrional, propagandistas como Hayes não podiam, àquela altura, reclamar direitos a partir de ocupação efetiva, uma vez que esse argumento abriria margem para outras nações reivindicarem direitos em bases semelhantes. Foi preciso, portanto, lançar mão do princípio da primeira descoberta, o qual, como dissemos, incorporava implicitamente o *res nullius*.

Para isso, a construção de precedentes históricos e jurídicos “autênticos” e legitimamente reconhecidos eram fundamentais: no presente caso, a carta patente de Henrique VII e as viagens dos Cabotos. Note-se que, ao se referir ao descobrimento inglês, Hayes afirmou que a ação fora *autorizada* pela *autoridade* real. Ao analisar as conquistas realizadas pelos espanhóis na América, Cañizares-Esguerra (2019) propôs que o processo poderia ser caracterizado como uma “batalha de contratos”, que envolveu, para além das campanhas militares, uma enorme série de litígios jurídicos entre os conquistadores e a Coroa. Na interpretação do autor, essa extensa produção litigiosa de contratos evidenciaria a “legitimidade ideológica da monarquia”, uma vez que mostraria como os indivíduos acudiam ao soberano para justificarem ou referendarem suas ações e reclames. A Coroa, por sua vez, ora validava determinados contratos, ora minava outros, renegociando constantemente os termos cedidos. Ainda que a análise se concentre entre as querelas entre súditos e o monarca, a ideia da legitimidade monárquica ser reconhecida como instauradora de direitos, investindo de autoridade jurídica tanto o donatário quanto suas ações, pode ser expandida para o presente caso, ainda mais se considerarmos que os termos estabelecidos pela Coroa espanhola com os *adelantados*³⁴³ eram virtualmente idênticos aos direitos e deveres

³⁴³ “Individuos y sus procuradores acuden a la corte para establecer contratos. Los contratos otorgan a las partes una serie de obligaciones y derechos sobre sectores de las indias por cartografiarse. La corona

estabelecidos pelas cartas patente tudorianas, particularmente as de Elizabeth I, quando a ocupação territorial passou a ser tema mais candente.

A reivindicação de terras pela cartografia/cosmografia era um recurso que aproximava os ingleses de práticas estabelecidas e amplamente empregada pelos ibéricos. O mapeamento, segundo Cañizares-Esguerra e Dixon (2017, p. 208-210) teria permitido a Espanha e Portugal reivindicarem grandes extensões territoriais nas Américas, África e Ásia antes de qualquer outro poder europeu, fazendo com que os ingleses, ao se lançarem à expansão marítima, se pautassem por princípios semelhantes dentro de uma lógica de “emulação” e “inveja” imperiais. Segundo os autores, a atividade cartográfica, tanto inglesa quanto ibérica, tratou a América e outras localidades como um palimpsesto, dando novos nomes a seu bel prazer. Tal prática, em nosso entender, dialoga diretamente com os casos aqui apresentados uma vez que o ato de nomeação, ou “batismo”, contém implicitamente a ideia de “primeira descoberta” e ausência de direitos anteriores, conforme ilustrado também por Peckham, anteriormente analisado, ao mencionar o topônimo “Sansius Haven” presente em mapas como prova das descobertas cabotianas.

Dessa forma, compreende-se a indignação de Hayes em relação aos franceses que, ao renomearem as terras inglesas, usurpavam direitos adquiridos pelo pioneirismo inglês na descoberta de terras que, até então, jaziam fora da jurisdição de qualquer príncipe cristão. Argumentações como as de Dee, Hakluyt, Peckham e Hayes denotam o uso instrumental que a construção dos precedentes históricos assumiu em fins do século XVI, particularmente a partir do momento que determinados setores pretenderam impulsionar a expansão do poderio marítimo a partir da promoção de assentamentos coloniais. Nesse processo, o “descobrimento” de João Caboto e a construção de uma memória em torno de sua figura depois de quase um século podem ser compreendidos como parte do arsenal inglês nas disputas em torno de reivindicações de direitos sobre áreas do continente americano no quadro mais amplo das tensões políticas e religiosas atravessadas pela Inglaterra em fins do século XVI.

delega parte de sus derechos de gracia, gobierno, y justicia al adelantado, incluyendo la capacidad de distribuir tierras y poblaciones, nombrar funcionarios, y administrar ciertas formas de justicia, sin llegar a decidir penas capitales. El adelantado, a su vez, se compromete a asegurarle a la corona la colección de quintos y alcabalas, construir fortificaciones como nodos comerciales, y promover la conversión y catequización de poblaciones” (Cañizares-Esguerra, 2019, p. 267).

Assim como os demais autores analisados, para Hayes não era possível desvencilhar os projetos de expansão comercial e colonial da implantação da religião cristã, sem a qual qualquer tentativa nesse sentido estaria fada ao fracasso:

the seed of Christian religion had bene sowed amongst those pagans, which by this time might have brought foorth a most plentiful harvest and copious congregation of Christians; which must be the chiefe intent of such as shall make any attempt that way: or els whatsoever is builded upon other foundation shall never obtaine happy successe nor continuance (Hayes, 1940, p. 386).

Como explicar a ausência de qualquer assentamento nas terras setentrionais americanas, a despeito de tantos esforços despendidos em “descobrir e colonizar” aquelas regiões? Para Hayes, a resposta residia na atuação da Providência:

[...] yet the events do shew that either Gods cause hath not bene chiefly preferred by them, or els God hath not permitted so abundant grace as the light of his word and knowledge of him to be yet revealed unto those infidels before the appointed time. But most assuredly, the only cause of religion hitherto hath kept backe, and will also bring forward at the time assigned by God, an effectuall and compleat discovery & possession by Christians both of those ample countreys and the riches within them hitherto concealed: whereof notwithstanding God in his wisdom hath permitted to be revealed from time to time a certaine obscure and misty knowledge, by little and little to allure the mindes of men that way (which els will be dull enough in the zeale of his cause) and thereby to prepare us unto a readinesse for the execution of his will against the due time ordeined, of calling those pagans unto Christianity (Hayes, 1940, p. 386).

Para Hayes, as tentativas pretéritas das demais nações europeias falharam ou por não terem a difusão do cristianismo em primeiro plano ou porque Deus não havia permitido que sua palavra chegasse àquelas paragens antes do tempo devido. O descobrimento e ocupação da América ocorria, portanto, dentro de uma lógica da escatologia cristã: Deus revelava, de tempos em tempos, partes de sua obra aos homens, de modo a prepará-los para a realização de Sua vontade no tempo devido. Percebe-se também como o cumprimento dos desígnios divinos entrelaçam-se no discurso de Hayes às justificativas de direitos sobre os territórios pretendidos: a descoberta e posseção daquelas amplas e ricas terras somente seriam efetuadas e completadas no tempo designado por Deus. Assim, explica-se como os espanhóis falharam em seus intentos a despeito de todos os esforços, pois a Providência, em sua pré-ordenação (ou predestinação), reservara aos ingleses a missão de levar a Palavra para aquelas partes da América, impondo um limite às pretensões espanholas:

[...] confidently repose in the preordinance of God, that in this last age of the world (or likely never) the time is compleat of receiving also these Gentiles into his mercy, and that God will raise him an instrument to effect the same: it seeming probable by event of precedent attempts made by the Spanyards and French sundry times, that the countreys lying North of Florida, God hath reserved the same to be reduced unto Christian civility by the English nation. For not long after that Christopher Columbus had discovered the Islands and continent of the West Indies for Spaine, John and Sebastian Cabot made discovery also of the rest from Florida Northwards to the behoofe of England.

[...] as if God had prescribed limits unto the Spanish Nation which they might not exceed: as by their owne gests recorded may be aptly gathered (Hayes, 1940, p. 387).

Hayes recria e ressignifica aqui o *topos* da imagem de Caboto espelhada à de Colombo, registrada nos documentos de finais do século XV. Os Cabotos, João e Sebastião, se transformam no texto de Hayes em “outros Colombos”, não por compartilharem supostas origens e projetos de navegação em comum, mas por serem instrumentos da vontade divina. Se Colombo cumpriu a função de levar a fé às Índias da Espanha, Deus reservara aos Cabotos missão semelhante ao reserva-lhes a descoberta das terras acima da Flórida em benefício da Inglaterra³⁴⁴. Deste modo, era a própria Providência que estabelecia e defendia os direitos ingleses sobre as partes americanas setentrionais, cuja posse completa e efetiva seria garantida pela implantação da religião cristã. Hayes interpretou o movimento que ia das descobertas do século XV, com os Cabotos, às do século XVI, com Gilbert, numa lógica milenarista de “fim dos tempos”, quando os últimos redutos ainda não tocados pela palavra de Deus seriam incorporados ao “rebanho de Cristo”, sendo os ingleses os eleitos para tal missão nas regiões setentrionais.

Na visão de Hayes, a atuação inglesa dava continuidade e completude a uma linha de desenvolvimentos na qual outras nações desempenharam papéis importantes, a

³⁴⁴ Essa forma de conceber paralelismos entre figuras inglesas e espanholas foi empregada por outros propagandistas do período, denotando o lugar central da experiência espanhola como modelo especular para atividades inglesas em fins do XVI. Em 1587, na dedicatória a Walter Raleigh de sua tradução da obra de René de Laudonnière sobre a Flórida, Richard Hakluyt estabeleceu um engenhoso paralelismo, repleto de segundas intenções, entre duas “Elizabeths”: Isabel, rainha de Castela, e Elizabeth, da Inglaterra. A primeira, depois de não haver poupado esforços em submeter e posteriormente expulsar os mouros de Granada, “ervas daninhas” em solo espanhol, mostrou ainda mais zelo à honra de Deus ao ceder parte de suas próprias joias para financiar a viagem na qual Cristóvão Colombo descobriria as Índias Ocidentais. Assim, o que esperar da segunda, senão ainda mais prodigalidade em fazer avançar empresas como a de Raleigh, sendo a monarca inglesa ainda mais favorecida pela graça divina? Nessa visão, Elizabeth seria uma nova Isabel, promotora da expansão marítima, ampliadora dos domínios territoriais e propagadora da fé; Raleigh seria um “novo Cortés” ao submeter a Virginia, por sua vez um “novo” México ou Peru, com ainda mais indígenas e melhores recursos para glória de Deus e a Coroa (cf. Hakluyt, 1886, p. 474-476).

despeito das querelas entre elas: seguindo o padrão da cristianização da Europa, também na América a implantação da fé cristã se iniciara pelo Sul (com a atuação ibérica, por exemplo) e encontraria seu desfecho no Norte, com os ingleses.

God hath not hitherto permitted them [i.e. os franceses] to establish a possession permanent upon **another's right**, notwithstanding their manifold attempts, in which the issue hath bene no lesse tragicall then that of the Spanyards, as by their owne reports is extant. [...] which right also seemeth strongly defended on our behalfe by the powerfull hand of almighty God, withstanding the enterprises of other nations: it may greatly incourage us upon **so just ground, as is our right, and upon so sacred an intent, as to plant religion** (our right and intent being meet foundations for the same) **to prosecute effectually the full possession of those so ample and pleasant countreys appertaining unto the crowne of England**: the same (as is to be conjectured by infallible arguments of the worlds end approaching) being now arrived unto the time by God prescribed of their vocation, if ever their calling unto the knowledge of God may be expected. [...] by the prophesie of Christ, whereby we gather, that after his word preached thorowout the world shalbe the end. And as the Gospel when it descended Westward began in the South, and afterward spread into the North of Europe: even so, as the same hath begunne in the South countreys of America, no lesse hope may be gathered that it will also spread into the North (Hayes, 1940, p. 388. Grifos nossos).

A forma com a qual Hayes dotou a história e o porvir da Inglaterra na América de certo modo confirmava, agora em tons milenaristas e providencialistas, a “profecia” de Robert Thorne em seus escritos no início do século XVI, segundo a qual o futuro inglês jazia nas regiões setentrionais, parecendo mesmo ser aquele o local que o destino lhes reservara.

Conclusão

I. Autoridade, experiência e Idade Moderna: conceitos e historiografia

Ao longo dos capítulos deste trabalho, analisamos processos e episódios relacionados à expansão marítima inglesa no intervalo de aproximadamente um século entre finais do XV e do XVI, tendo como eixo central o emprego das categorias de autoridade e experiência bem como as acepções e sentidos atribuídos aos conceitos por diferentes sujeitos em tempos e espaços distintos. Ao fazer isso, a presente tese procurou se inserir e dialogar com duas grandes correntes historiográficas: a relativa às discussões sobre a Idade Moderna, no geral, e à expansão inglesa, em particular.

Na primeira, explicitada mais detalhadamente no Capítulo 1, identificamos o pressuposto difundido por uma série de autores segundo o qual a Idade Moderna se diferenciaria do período medieval anterior pela emergência e valorização da experiência em detrimento da tradição das autoridades. A descoberta da América no curso das expansões marítimas europeias representaria o ponto de virada nas relações entre experiência e autoridade por evidenciar a incompletude e obsolescência da segunda e a capacidade de produzir novos conhecimentos da primeira. Nossa análise procurou matizar esses posicionamentos ao problematizar, num primeiro momento, os conceitos de autoridade e experiência, algo que, no geral, a historiografia que se valeu dessas categorias se absteve de fazer em profundidade.

No geral, toma-se autoridade e tradição por saberes advindos da Antiguidade repetidos única e exclusivamente pela reverência a seus autores, ou, já no contexto cristão, pela necessidade de se adequar ao texto sagrado, deixando de lado a possibilidade de originalidade e de ampliação do conhecimento. Por outro lado, experiência foi lida, no mais das vezes, como sinônimo de empiria, isto é, o dado/informação adquirido por observação direta do indivíduo. Ainda que nuances sejam encontradas, como a exemplo da análise de Anthony Grafton (1992), autoridade permaneceu firmemente atrelada ao “não moderno” e ao “não científico”. Nosso intuito foi demonstrar como, desde a antiguidade, o emprego da *auctoritas* nunca foi homogêneo, nem mesmo na “cultura de autoridades” desenvolvida na Idade Média. Os saberes veiculados nas obras revestidas de autoridade estiveram longe de serem aceitos sem crítica, havendo grande dissenso entre aqueles reconhecidos como autoridades nos

mais diferentes assuntos. Mesmo no medievo, essa cultura de autoridades não se impôs de maneira hegemônica, com fissuras e tensões entre aqueles inseridos nela ou que intencionavam se legitimar no campo do conhecimento. Se é possível identificar a erosão do princípio da autoridade, segundo apontam análises como as de Reinhart Koselleck (2006; 2014) para o século XVIII, a análise da documentação demonstrou que as discussões em torno da validade, usos e limitações do conceito continuavam relevantes nos séculos iniciais da Primeira Modernidade. Por outro lado, esse debate por nós identificado em uma série de autores e obras do século XVI remontavam pelo menos aos séculos XII e XIII, não tendo propriamente se iniciado no que se convencionou denominar séculos modernos.

Quanto à experiência, ficou demonstrado que o conceito abarcou, da Antiguidade à era moderna, uma ampla gama de sentidos. Semanticamente, no mundo grego, *empeiria* era a palavra utilizada para designar o que chamamos de experiência. Sua conceitualização variou de acordo com a escola de pensamento e com os filósofos que a empregaram, mas, de modo geral, designavam um tipo de conhecimento advindo da observação direta, com ou sem mediação da razão ou do intelecto. Vale ressaltar que, para filósofos como Aristóteles, a experiência não se confundia com a observação, mas se construía a partir dela, nem com o “conhecimento científico”, o *logos*, que por sua vez também dependia da experiência para se constituir. Essa premissa básica das possíveis relações entre observação individual, experiência e articulação racional não apenas teve longa trajetória no pensamento medieval, a exemplo da escolástica, como direta ou indiretamente fundamentou os empregos da experiência na documentação analisada ao longo dos capítulos desta tese.

No contexto romano, *experientia* denotava tentativa, prova ou experimento, ligada ao encontro do indivíduo com situações do mundo que o transformam. Nesse sentido, conforme proposto por Hans-Georg Gadamer (1999), haveria uma instância “dolorosa” inextricável à experiência uma vez que ela pressupõe a quebra de alguma expectativa para ser adquirida. Ainda no campo semântico, Martin Jay (2005) afirmou que experiência pode denotar tanto os aspectos mais imediatos e pessoais da vivência cotidiana quanto o processo cognitivo que dirigimos sobre as impressões cognitivas externas. Nossa crítica à maneira como determinada historiografia tratou a relação entre experiência e modernidade advém do fato de se supor que até o fim da Idade Média a experiência fora relegada à margem da produção de conhecimento, sendo que a partir da Idade Moderna se produziria uma ruptura com a tradição de pensamento anterior a

partir da elevação da experiência ao primeiro plano. Não apenas demonstramos que ao longo da antiguidade greco-romana e do medievo a experiência era parte substancial das discussões epistemológicas, como as relações da experiência com as autoridades se manteve bastante plural no início da Primeira Modernidade, ora empregada como reforço, suplemento ou ainda correção de informações veiculadas pelas obras e autores reconhecidos como autoridades.

Demonstrou-se, assim, que o uso da experiência não limitava ao de uma alternativa contrária ao que supostamente seria o conhecimento hermético, fechado e imóvel de autoridades: os meios pelos quais experiência e autoridade poderiam se combinar eram os mais variados, a exemplo da metáfora dos “anões em ombros de gigantes”, que ao invés de renegar o legado antigo, o aperfeiçoam, conforme exposto a partir da análise da ideia de “florescimento” presente nas obras de George Best e Richard Willes no Capítulo 7. Critica-se, deste modo, o pressuposto que as menções à experiência no período abarcado por este trabalho implicaram a emergência de uma instância autônoma e nova no âmbito epistemológico, capaz de dar conta dos fenômenos inéditos que se descortinavam aos europeus que se lançavam aos oceanos. Mesmo entre aqueles que aparentemente mais denunciaram o peso da tradição antiga e advogaram pelo emprego da experiência como instância legitimadora e produtora de novos conhecimentos foram capazes de prescindir de um arcabouço intelectual capaz de articular experiências, seja na acepção de dados obtidos pela observação, de prática adquirida pela vivência ou de comprovação/verificação.

O caso de Francis Bacon nos serviu de exemplo no primeiro capítulo. Ainda que sua produção não coincida com os marcos temporais do recorte proposto, sua figura foi relevante para a presente argumentação no sentido de ser considerado um dos fundadores da ciência moderna (baseada no empirismo e método indutivo): em seus escritos, a experiência não é desvinculada de um método organizador racional que desse sentido à miríade de observações e experimentos e possibilitasse a passagem dos casos particulares ao geral. Aporte muito próximo a esse foi analisado no Capítulo 5 com Richard Eden, cujas considerações sobre o conhecimento alinhavam experiência e razão, não opondo empirismo e teorização. A constituição de uma modernidade inglesa ligada às navegações e aos conhecimentos atrelados a esse processo multifacetado não operou, nossa análise concluiu, uma cisão brusca entre as categorias de autoridade e experiência, geralmente tidas como instâncias antinômicas e excludentes.

A partir da documentação selecionada, demonstrou-se haver uma polissemia no entendimento conceitual e no emprego das categorias de experiência e autoridade. As acepções e os usos que, de modo geral, prevaleceram nos autores e obras estudados podem ser sintetizados da seguinte maneira. Autoridade tendia a aludir a autores e obras que possuíam legitimidade reconhecida, cujas postulações, por conseguinte, eram tidas como autênticas e poderiam ser usadas para embasar determinada questão, conforme se depreende quando Anthony Jenkinson (1886, p. 163) considerou que “Some affirminge the same by the Northweste (Takinge there Authoritye of Certen awthors)”, ou ainda quando Richard Willes (1577, n.p.) afirmou que a primeira instância de sua argumentação era “manifestamente permitida” por Homero, Estrabão, Aristóteles, Dionisius, Pomponius Mela, Plínio e Platão. Autoridade aferia confiabilidade e autenticidade tanto ao autor em si quanto àqueles que dele se serviam para embasar afirmações e opiniões ou para legitimar determinada proposição, ainda que a informação veiculada pudesse ser alvo de questionamento e revisões. Humphrey Gilbert explicitou esse entendimento ao afirmar que “I conjecture that they [as autoridades] would never have so constantly affirmed, or notified their opinions therein to the world, if they had not great good cause, and many probable reasons, to have lead them thereunto” (Gilbert, 1940a, p. 140), e que Hakluyt, em sua edição da obra de Gilbert, resumiu na mesma página como “We ought by reasons right to have a reverent opinion of worthy men”. A pesquisa demonstrou, no entanto, que essa reverência era, de certo modo, seletiva: o conjunto daqueles a quem se atribuía autoridade era muito diverso e englobava opiniões divergentes sobre o mesmo assunto. Nesse sentido, invocar autoridade para fortalecer o próprio argumento implicava escolhas e leituras a fim de elevar o próprio posicionamento.

Experiência mostrou-se um conceito ainda mais amplo. Os diversos casos analisados deixam patente como o conceito não se confundia com o que chamaríamos de dado ou conhecimento empírico (ainda que pudessem se relacionar), abrangendo um campo semântico muito mais amplo.

Experiência poderia ser invocada para designar um tipo de expertise ou especialização adquirida em determinada atividade, quer por estudo e/ou longa prática, de onde se infere tratar-se de um estado (o da pessoa “experimentada”) atingido mediante certa passagem tempo. Ramúsio, por exemplo, definiu Sebastião Caboto como um homem de grande e rara experiência na arte da navegação e na ciência da cosmografia (cf. Ramusio, 1606, p. 11). Casos assim nos mostram que *experiência* não

era apenas um “dado colhido pela observação”, mas configurava também um grau de excelência que “cientistas” poderiam atingir, mesmo que esses construíssem seu saber diretamente de autoridades. Conforme demonstramos neste trabalho, esse entendimento da experiência como excelência, habilidade e erudição, era um dos meios pelos quais experiência e autoridade podiam se relacionar, fugindo das interpretações que as entenderam como instâncias excludentes. Categorias como *learned*, *excelent* e *skillfull*, largamente encontradas na documentação analisada nesta tese, conferiam legitimidade e aura semelhantes à *auctoritas*, ainda que esses indivíduos não se equiparassem a “gigantes” como Aristóteles ou Platão. Richard Eden falava em “excelentes autoridades” ao se referir a Apiano, Estrabão e Plínio, mas também considerava o papa Pio II, que viveu no século XV (portanto, “moderno”) um “*excellente auctour*” em cosmografia (Eden, 1885, p. 8). O domínio dos princípios de certa arte ou ciência que apenas o indivíduo “experimentado” na área possuía era uma das maneiras de romper o critério da antiguidade (*antiquitas*) para investidura e reconhecimento de autoridade. Isso não significa que não houvesse hierarquias, mas essas também faziam parte dos jogos e dos tensionamentos imbricados no campo da *auctoritas*. Esses fenômenos denotavam, nos dizeres de Ziolkowski (2009), fissuras e tensões dentro da “cultura de autoridades”, advindos das disputas por reconhecimento, especialmente quanto ao estabelecimento de quem caberia o direito ou a habilidade de julgar quais nomes e obras teriam *auctoritas*.

Experiência também assumia o sentido de comprovação resultante de tentativa, ensaio, prova ou teste. De certo modo, “experimentar” uma hipótese para validá-la como correta ou não (se o especulado/conjecturado se adequa ao fenômeno observado). Essa comprovação poderia se efetivar pela observação direta de um indivíduo ou pelo conjunto de observações reunidos ao longo do tempo que demonstrasse certa recorrência ou regularidade em eventos similares ao longo do tempo. Nessa acepção, experiência era uma “mestra”, tanto para a vida quanto para a “ciência das coisas”. Vimos esses parâmetros em Robert Thorne, por exemplo, quando o mercador afirmou que “Experience proueth that naturally all Princes bee desirous to extend and enlarge their dominions and kingdomes” (1850b, p. 27), demonstrando que os exemplos colhidos ao longo do tempo comprovavam determinado princípio, ou ao afirmar que somente a experiência comprovaria a correção da opinião dos cosmógrafos a respeito da habitabilidade das áreas setentrionais: “Yet since by experience is prooued no lande so much habitable nor more temperate. And to conclude, I thinke the same shoulde bee

founde vnder the North if it were experimented” (1850a, p. 50). Tal entendimento foi manifesto por outros como Anthony Jenkinson (“But as experience and practyse hath detected these Cosmographers of errors in their Speculation”. Jenkinson, 1886, p. 163), John Davis (“but experience having reprooved the grossenes of that error”. Davis, 1880, p. 222) e Sebastião Caboto (“the certaintie wherof, when you shall have tried by experience, (most certaine Master of all worldly knowledge)”. Cabot, 1886, p. 23). Em Richard Eden encontramos essa elaboração realizada de maneira ainda mais extensa:

the fame is proued moft certayne by experience, the teacher and mestres of all fcienes, for lacke of whofe ayde (experience I meane) lyke as many greate wittes haue fallen into great errours, fo by her ayde, many bafe and common wittes haue attained to the knowledge and practife of fuch wonderfull effectes, as could hardely be comprehended by the difcourfe of reafon (Eden, 1885, p. 9).

Isso implica valorizar a experiência como uma instância autônoma para constituir conhecimento verdadeiro, desvinculada de qualquer articulação? A resposta que encontramos a essa suposição foi negativa. A experiência, ainda que fundamental, era entendida como um dos elementos de uma cadeia mais ampla de relações, dentre elas sua combinação com a razão. Podemos mencionar aqui, como exemplos, Richard Willes (“experience hath partly taught vs, and partly we are persuaded by reason”. 1577, n.p.) e John Davis, (“Reason teacheth us and experience confirmeth the same”. Davis, 1880, p. 222), dentre outros analisados. Ao explorar a relação entre experiência e razão, esses autores remontavam ao entendimento aristotélico da experiência como determinado tipo de saber intermediário entre observação direta e o “verdadeiro” conhecimento, vinculado às explicações causais. Deste modo, experiência era um tipo de conhecimento ou saber construído a partir de informações adquiridas pelos sentidos, mas que não se confundia com eles, conforme elaborado de maneira mais densa por Eden e Willes:

Yet would I not that any raftie witte fhoulde hereby take holde, as thoughe eyther Ariftotle or I, meant that fence were more excellent then reafon, but rather that reafon vñg fenfe, taketh his principles and fyrft fedes of thinges fenfyble, and afterwarde by his owne difcourfe and fearching of caufes, encreafeth the fame from a feede to a tree, as from an acorne to an oke (Eden, 1885, p. 9).

Now yf the obseruation and remembrance of thyngs breedeth experience, and of experience proceedeth art, and the certaine knowledge we haue in al faculties, as y^e best Philosophers that euer were do affyrme (Willes, 1577, n.p.)

Dada essa relação, tornava-se possível ampliar e aperfeiçoar as artes e as ciências sem propriamente renegar as autoridades do passado. Esse processo foi chamado por George Best de “florescimento”, que, essencialmente, remontava à ideia de “anões em ombros de gigantes”. Aos modernos era possível superar determinados limites dos conhecimentos antigos por possuírem mais experiência facultada pela “vantagem temporal” que possuíam. Se a arte e ciência procediam da experiência, que por sua vez era adquirida por meio de observações e vivências, o acúmulo de experiências possibilitava o aperfeiçoamento desses conhecimentos.

Por fim, da mesma forma que a “pura especulação” vagaria sem direção não fosse a experiência, o acúmulo de observações dos sentidos sem algum tipo de organização resultaria apenas num amontado de dados, cuja aplicabilidade epistemológica ficaria comprometida. Essa acepção de experiência (i.e. um saber apenas prático, desvinculado de explicações acerca das causas e das “leis da Natureza”), a aproximava de um tipo de saber que desde a Antiguidade era chamado de empírico, isto é, adquirido pela prática/observação cotidiana e contínua, mas que não se dirige ou é capaz de explicar as causas do fenômeno. Cabia o exercício racional e intelectual articular e organizar a experiência a fim de gerar a ciência. Guardadas as proporções, essas concepções que mantêm, grosso modo, princípios da filosofia aristotélica, são os mesmos encontrados na definição de *experientia literata* de Francis Bacon, a quem normalmente se atribui uma “virada epistemológica” da experiência. Essa suposta revolução do método indutivo vem sendo criticada justamente por ficar demonstrado que os princípios da experiência se mantiveram, a princípio, muito próximos aos parâmetros da filosofia aristotélica (cf. Gadamer, 1999; Barnes, 2000; Peterschmitt, 2021).

II. América e expansão inglesa: mitos de origem

A América é outro liame que ata as discussões presentes em todos os capítulos e no qual é possível observar os complexos entrelaçamentos entre autoridade e experiência. Seja como ilha maravilhosa ou parte da Ásia, como obstáculo ou como devir, as identidades atribuídas às terras que compõem o continente americano, a compreensão de sua natureza e seu lugar (ou ausência) nos projetos expansionistas são inseparáveis das tensões estabelecidas entre autoridade e experiência e os conhecimentos e informações advindos dessas categorias. Conforme salientado por

Christian Kiening (2014, p. 54), se compreendermos os textos e mapas que tentavam dar conta do Novo Mundo como aproximações sucessivas do factual e aumento contínuo de exatidão que resultam, por sua vez, em ganhos gradativos de realidade, cairemos inevitavelmente em anacronismos, uma vez que, teleologicamente, projeta-se o presente sobre o passado como “ponto de fuga” da história.

Tal foram os casos das navegações inglesas reunidos neste trabalho, cuja análise demonstrou como a concepção da *imago mundi* que abrangia as terras e águas que seriam posteriormente chamadas de América e Atlântico, particularmente em suas porções setentrionais, não se desvelaram prontamente aos europeus envolvidos nesses acontecimentos. Ao contrário, assistiu-se a um processo muito mais plural e multifacetado a partir das diferentes interações entre as informações e epistemologias legados pelas autoridades, tanto antigas quanto modernas, e de experiências em suas diversas acepções. Nesse ponto, distanciamos-nos de interpretações que identificaram esse processo de construção da América e da Idade Moderna como um embate da experiência contra as amarras da tradição que, supostamente, impediam a novidade e a essência dos novos territórios de se manifestarem plenamente. Figura-se como principal exemplo dessa vertente aquela que atribui a personagens como Colombo uma “cegueira medieval”, provocada pela autoridade, que vetou ao navegador a possibilidade de enxergar modernamente o mundo que a experiência lhe propiciava. Procuramos demonstrar como a ideia de uma “revolução da experiência” elide um longo período anterior de discussões acerca da experiência no campo epistemológico, as diferentes combinações e tensionamentos possíveis com a ideia de autoridade/tradição e a impossibilidade da manifestação da experiência em sua “pureza” como instância autônoma (talvez o aspecto menos abordado na literatura referente ao tema). O pressuposto segundo o qual aqueles que “conheceram realmente” a América o fizeram por conhecer a experiência sem as lentes da tradição e da autoridade assume que existe uma “essência” da América a ser encontrada, sempre idêntica em si mesma, reduzindo o conceito de experiência a “dado objetivo” e autoridade a “dado ultrapassado”.

Os capítulos desta tese mostraram o quão plurais, diversas e não-lineares foram os entrelaçamentos entre essas duas instâncias e o papel fundamental que ambas tiveram nas formulações europeias sobre o Novo Mundo. Os debates em torno da passagem Noroeste são exemplares nesse sentido: ao contrário de representar uma quimera criada pela perpetuação de saberes geográficos obsoletos, segundo visão de historiadores como Helen Wallis (1984) ou Alan Day (2006), seus defensores sustentavam a existência e a

procura pela passagem a partir daquilo que viam como mais “moderno”: experiências e autoridades. Ao longo de todo o século XVI, mesmo quando o termo “América” já se tornara corrente, houve intensas discussões a respeito das porções setentrionais do continente: se constituíam terras contíguas às árticas, às asiáticas ou ainda às suas porções central e meridional. Pressupor que a procura pela passagem Nordeste ou Noroeste prescindia da experiência é negar categoricamente as maneiras que a experiência era compreendida na Primeira Modernidade e seus usos presentes na documentação.

Isso nos leva à segunda das correntes historiográficas com as quais este trabalho estabeleceu diálogo, a da expansão inglesa nos séculos XV e XVI. A esse respeito, a análise realizada demonstrou que certas tópicos recorrentes, a saber, a centralidade da América nos projetos de navegação, ocupação e legitimação; a ideia da Inglaterra como uma nação propensa à expansão; e a relação animosa e beligerante com Portugal e Espanha como parte do “caráter” inglês protestante de livre pensamento e comércio (que posteriormente se transferiram às áreas alcançadas pela Inglaterra, como os EUA) *não estavam* dados no primeiro século de expansão. Até a década de 1580, não há evidências de tais elementos na documentação. A aderência de certos lugares comuns parece resistir a exames e estudos bem embasados e fundamentados. Esse é o caso da procura por “pioneirismos” na historiografia produzida, por exemplo, em torno do *Projeto Caboto* que, a despeito das inegáveis e substanciais contribuições ao estudo das navegações a partir de Bristol, no geral, e das cabotinas, em particular, mantém uma subjacente procura pelo pioneirismo inglês da América, projetando aos indivíduos do século XV uma consciência que não se percebe a partir da documentação existente, conforme nossa análise demonstrou.

Essa persistência fica patente inclusive na escolha das palavras e no uso acríptico de conceitos como “América do Norte” e “Atlântico Norte” empregados em diversos estudos para se referir às realidades dos séculos XV e XVI. Se Caboto viajou à América, ele não o fez na década de 1490, mas sim na de 1580: em fins do século XV, não havia América a ser atingida, ocupada e explorada. O navegador veneziano e aqueles em torno do empreendimento projetaram e realizaram uma viagem à Ásia, deparando-se no percurso com aquilo que as autoridades e as experiências de viajantes desde o século XIII situavam no espaço a ser percorrido: ilhas maravilhosas e o litoral do extremo oriente. A expectativa de novas ilhas e terras firmes era algo “óbvio e manifesto”, conforme Kiening (2014, p. 27) argumentou, tendo em vista, em grande

medida, as atividades portuguesas na costa africana, as quais os ingleses de fins do século XV tinham contato. Para a geração de ingleses como Gilbert, Hakluyt, Dee, Peckham e Hayes, Caboto atingira o continente sobre o qual projetavam suas pretensões e ambições expansionistas e colonizadoras. A “América inglesa”³⁴⁵ nascia, portanto, atrelada aos indivíduos do XVI, ao invés daqueles do XV ou dos séculos medievais sobre os quais propagandistas elizabetanos passaram a projetar o descobrimento e a posse do território.

Este trabalho, portanto, se insere na lógica aberta por historiadores que visam desmistificar o lugar historiográfico de Caboto na expansão inglesa, situando o personagem e suas viagens na historicidade das navegações que se desenvolviam em Bristol no terço final do século XV, bem como nos profundos vínculos entre setores marítimo-comerciais ingleses desse período com aqueles da península ibérica e itálica. Recentes descobertas documentais mostraram como as viagens de João Caboto estiveram fortemente conectadas a firmas e representantes comerciais italianos na Inglaterra (cf. Guidi-Bruscoli, 2012). Semelhantemente, pesquisas têm apontado para o envolvimento de mercadores ingleses no comércio com os ibéricos e seus domínios, demonstram que, ao contrário das postulações do XIX e início do XX, o processo expansionista inglês não se vinculava propriamente a uma particularidade do “caráter nacional” ou do empreendedorismo *avant la lettre* de indivíduos visionários.

Essa característica, a nosso ver, foi pouco explorada pela historiografia, mesmo aquela dedicada à análise das influências da expansão ibérica sobre a inglesa. Obras como as de Cañizares-Esguerra (2004; 2006; 2013; 2017), Canny (1998a; 1998b), Elliot (2006), dentre outras analisadas ao longo dos capítulos, enfatizaram o papel estruturador dos exemplos ibéricos na conformação dos projetos marítimos e coloniais ingleses. Não obstante, essas análises tendem a dar centralidade quase exclusiva à Espanha, deixando os portugueses e italianos, por exemplo, em segundo plano ou completamente ausentes. Conforme sugerido na Introdução e demonstrado de forma mais aprofundada no Capítulo 8, isso se explica, em grande medida, pelo fato desses historiadores se fiarem por fontes de fins do XVI, a exemplo de Richard Hakluyt, nos quais a Espanha assumia o lugar central das preocupações em decorrência do momento mais agudo dos conflitos político-religiosos.

³⁴⁵ Isto é, a região da América sobre a qual os ingleses reivindicavam direitos de soberania e posse.

Particularmente nos Capítulos 2, 3 e 4, que cobrem a passagem do século XV para o XVI, ficou demonstrado como não apenas os portugueses, mas também os italianos, tiveram impacto semelhante ou ainda maior que os espanhóis sobre os direcionamentos dos empreendimentos ingleses. Ao conceder uma carta patente a um navegador veneziano cujo intuito era singrar os mares até a fonte das especiarias asiáticas, Henrique VII, conscientemente ou não, emulava práticas há tempos desenvolvidas pelos portugueses em seus avanços pelo litoral africano e que posteriormente se apresentariam também nas primeiras atividades lusitanas e castelhanas na América. De forma semelhante, padrões estabelecidos por portugueses e italianos se fizeram sentir desde a produção cartográfica até os projetos de assentamentos correntes entre os ingleses, que ainda em finais do XVI deviam muito aos modelos de feitorias e entrepostos comerciais empregados por portugueses na África e Ásia e italianos no Mediterrâneo. Nesse sentido, vale a crítica ao suposto início tardio ou atrasado da colonização inglesa, pressupondo que a formação de colônias dentro de um império ultramarino fosse o único objetivo ou resultado possível da expansão marítima.

A ideia do período Tudor como gerador da modernidade inglesa recebeu diferentes aproximações pela historiografia, desde as mais celebratórias, a exemplo das desenvolvidas no século XIX por autores como Thomas Froude, até a ampla variedade de críticas produzidas nos séculos XX e XXI que de alguma maneira contestaram ou matizaram elementos do processo expansionista inglês. Não obstante, tanto de um lado quanto de outro, a geração elizabetana de escritores, políticos, navegadores, corsários e comerciantes forneceram a base para a formulação da maioria dessas hipóteses. A leitura crítica das produções que construíam e promoviam a história marítima como o triunfo da nação e da religião dos ingleses, e da qual nos servimos neste trabalho, contesta a imagem de processo consciente e sistemático de exploração e ocupação sobre a América: ao invés disso, segundo historiadoras como Fuller (2008) e Craciun (2016), não é possível identificar um conjunto coerente de intenções e metas no amplo conjunto de atividades desenvolvidas nos séculos XV e XVI, mas uma difusa sequência assistemática de abandonos e recomeços, pouco conectados entre si por alguma espécie de plano ou projeto norteador conscientemente estabelecido. Por detrás da gloriosa aura construída nas obras de propagandistas como Hakluyt e da historiografia delas tributária, estava uma lista de malogrados empreendimentos, em sua maioria

independentes uns dos outros, ocasionalmente interrompida por experiências bem-sucedidas.

Fontes e Documentos

ADAMS, Clement. The newe Nauigation and discouerie of the kingdome of Moscouia, by the Northeast, in the yeere 1553: Enterprised by Sir Hugh Willoughbie knight, and performed by Richard Chancelor Pilot maior of the voyage: Written in Latine by Clement Adams. In: HAKLUYT, Richard. **The principal navigations, voyages, traffiques and discoveries of the English nation**. Edited by Edmund Goldsmid. Vol. III. North-Eastern Europe and adjacent countries. Part II. The Muscovy Company and the North-Eastern Passage. Edimburg: E. & G. Goldsmid, 1886.

ANGHIERA, Pietro Martire. **De orbe novo decades**. Alcalá: impressae in contubernio Arnaldi Guillelmi, 1516.

BEST, George. **A true discourse of the late voyages of discouerie, for the finding of a passage to Cathaya, by the Northwest, vnder the conduct of Martin Frobisher Generall deuided into three bookes**. At London: Imprinted by Henry Bynnyman, seruant to the right Honourable Sir Christopher Hatton Vizchamberlaine, Anno Domini. 1578. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A09429.0001.001?rgn=main;view=fulltext>. Acesso em: 20 abr. 2023.

BIGGAR, Henry P. (ed.). **The precursors of Jacques Cartier, 1497-1534**: a collection of documents relating to the early history of the Dominion of Canada. Ottawa: Govt. Print. Bureau, 1911.

CABOT, Sebastian. Ordinances, instructions, and aduertisements of and for the direction of the intended voyage for Cathay, compiled, made, and deliuered by the right worshipfull M. Sebastian Cabota Esquier, gouernour of the mysterie and companie of the Marchants aduenturers for the discouerie of Regiones, Dominions, Islands and places vnknownen, the 9. day ot May, in the yere of our Lord God, 1553. and in the 7. yeere of the reign of our most dread soueraigne Lord Edward the 6. by the grace of God, king of England, Fraunce, and Ireland, defender of the faith, and of the Church of England and Ireland, in earth supream head. In: HAKLUYT, Richard. **The principal navigations, voyages, traffiques and discoveries of the English nation**. Edited by Edmund Goldsmid. Vol. III. North-Eastern Europe and adjacent countries. Part II. The

Muscovy Company and the North-Eastern Passage. Edimburg: E. & G. Goldsmid, 1886.

CARLEILL, Christopher. A briefe and summary discourse upon the intended voyage to the hithermost parts of America. In: QUINN, David B. **The voyages and colonising enterprises of Sir Humphrey Gilbert**. Vol. II. London: Printed for the Hakluyt Society, 1940.

CAWDRY, Robert. **A Table Alphabeticall, contayning and teaching the true writing and vnderstanding of hard vsuall English words, borrowed from the Hebrew, Greeke, Latine, or French**. 4th edition. London: Printed by W. I. for Edmund Weaver, 1617.

CONDON, Margaret; JONES, Evan. The grant of a pension of £20 per year to John Cabot, 13 December 1497. University of Bristol, ROSE, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1983/1792> acesso em: 12 out. 2022.

COVARRUBIAS OROZCO, Sebastian de. **Tesoro de la lengua castellana, o española**. Madrid: Luis Sanchez, impreffor del Rey N.S., 1611.

DAVIS, John. The worldes hydrographical discription. In: MARKHAM, Albert Hastings (ed.). **The voyages and works of John Davis, the Navigator**. London: The Hakluyt Society, 1880.

DAY, Johan. Johan Day al muy magnifico y virtuoso señor el señor Almirante Mayor. **The Hispanic American Historical Review**, v. 36, n. 4, p. 507-509, 1956.

DEE, John. **General and rare memorials pertayning to the perfect arte of nauigation annexed to the paradoxal cumpas, in playne**. Printed at London: By John Daye, Anno 1577. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A20020.0001.001?hi=0;rgn=main;view=fulltext;q1=General+and+rare+memorials+pertayning>. Acesso em: 19 abr. 2023.

EDEN, Richard. **The first three English books on America**. Edited by Edward Arber. Birmingham: Montague Road, 1885.

GILBERT, Humphrey. A discourse of a discoverie for a new passage to Cataia. Written by Sir Humfrey Gilbert, Knight. In: QUINN, David B. **The voyages and colonising enterprises of Sir Humphrey Gilbert**. Vol. I. London: Printed for the Hakluyt Society, 1940a.

GILBERT, Humphrey. A discourse how hir Majestie may annoy the king of Spayne. In: QUINN, David B. **The voyages and colonising enterprises of Sir Humphrey Gilbert**. Vol. I. London: Printed for the Hakluyt Society, 1940b.

GILBERT, Humphrey. A discourse how hir Majestie may meete with and annoy the king of Spayne. In: QUINN, David B. **The voyages and colonising enterprises of Sir Humphrey Gilbert**. Vol. I. London: Printed for the Hakluyt Society, 1940c.

GILBERT, Humphrey. **A discourse of a discoverie for a new passage to Cataia**. Written by Sir Humfrey Gilbert, Knight. Imprinted at London: by Henry Middleton for Richarde Jhones, Anno. Domini. 1576. Aprilis. 12. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A01749.0001.001/1:3?rgn=div1;view=toc>. Acesso em: 15 out. 2022.

HAKLUYT, Richard. A notable historie containing foure voyages made by certaine French Captaines into Florida: Wherein the great riches and fruitfulnessse of the Countrey with the maners of the people hitherto concealed are brought to light, written all, sauing the last, by Monsieur Laudonniere, who remained there himselfe as the French Kings Lieutenant a yeere and a quarter. Translated out of French into English by M. Richard Hakluyt. In: HAKLUYT, Richard. **The principal navigations, voyages, traffiques and discoveries of the English nation**. Edited by Edmund Goldsmid. Vol. XIII. America. Part II. Edimburg: E. & G. Goldsmid, 1886.

HAKLUYT, Richard. **Divers voyages touching the discovery of America and the islands adjacent**. Edited by John Winter Jones. London: Printed for the Hakluyt Society, 1850.

HAYES, Edward. Sir Humphrey Gilbert's voyage to Newfoundland. In: QUINN, David B. **The voyages and colonising enterprises of Sir Humphrey Gilbert**. Vol. II. London: Printed for the Hakluyt Society, 1940.

JENKINSON, Anthony. Anthony Jenkinson to the Queen. To the Quenes Moste Excellente Maiestie. In: MORGAN, Edward Delmar; COOTE, Charles Henry (ed.). **Early voyages and travels to Russia and Persia**. Volume I. London: Printed for the Hakluyt Society, 1886.

Las Capitulaciones de Santa Fe. In: **Del más allá al Nuevo Mundo**. Los viajes medievales y las Capitulaciones de Colón en el Archivo de la Corona de Aragón. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2013.

LAS CASAS, Bartolomé. **Historia de las Indias**. Tomo I. Madrid: Imprenta de Miguel Ginesta, 1875.

LÓPEZ DE GÓMARA, Francisco. **Historia general de las Indias y vida de Hernán Cortés**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 1979.

MORGAN, Edward Delmar; COOTE, Charles Henry (ed.). **Early voyages and travels to Russia and Persia**. 2 vol. London: Printed for the Hakluyt Society, 1886.

PECKHAM, George. A true reporte of the late discoveries, and possession, taken in the right of the Crowne of Englande, of the Newfound Landes: by that valiaunt and worthye Gentleman, Sir Humfrey Gilbert Knight. In: QUINN, David B. **The voyages and colonising enterprises of Sir Humphrey Gilbert**. Vol. II. London: Printed for the Hakluyt Society, 1940.

QUINN, David B. **The voyages and colonising enterprises of Sir Humphrey Gilbert**. 2 Volumes. London: Printed for the Hakluyt Society, 1940.

RALEGH, Sir Walter. **The History of the World**. London, 1614.

RALEIGH, Walter; MILTON, John. **The arts of empire and mysteries of state discabineted in political and polemical aphorisms, grounded on authority and experience, and illustrated with the choicest examples and historical observations**. 3 ed. London: John Milton, 1962.

RAMUSIO, Giovanni Battista. **Delle navigationi et viaggi**. Venetia: Appresso i Giunti, 1606.

RASTELL, John. A new interlude and a mery, of the nature of the four elements. National Humanities Center, 2006 (reprodução da edição de AXTON, Richard (ed.). **Three Rastell Plays**. Cambridge, UK: D. S. Brewer Ltd./Totowa, NJ, USA: Rowman & Littlefield, 1979. p. 47-52.). disponível em: <https://nationalhumanitiescenter.org/pds/amerbegin/contact/text2/fourelements.pdf>
Acesso em: 02 jan. 2022.

ROBLES MACÍAS, Luis A. Transcripción revisada del informe de Pedro de Ayala de 1498 sobre las expediciones inglesas de descubrimiento. **Revista de Indias**. 74 (262), p. 623-660, 2014.

STRABO. **The geography of Strabo**. Translation by Horace Leonard Jones. Book II. London: William Heinemann/New York: G. P. Putnam's Sons, 1917.

THEVET, André. **Singularidades da França Antártica, a que outros chamam de América**. Prefácio, tradução e notas do Prof. Estevão Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

THORNE, Robert. The booke made by the right worshipful M. Robert Thorne in the yeere 1527. in Sivil, to Doctour Ley, Lord ambassadour for king Henry the eight, to Charles the Emperour, being an information of the parts of the world, discovered by him and the king of Portingal: and also of the way to the Moluccaes by the North. In: HAKLUYT, Richard. **Divers voyages touching the discovery of America and the islands adjacent**. Edited by John Winter Jones. London: Printed for the Hakluyt Society, 1850a.

THORNE, Robert. A declaration of the Indies and lands discovered, and subdued unto the Emperour, and the king of Portingal: And also of other partes of the Indies and rich countries to be discovered, which the worshipfull M. Robert Thorne merchant of London (who dwelt long in the citie of Sivil in Spaine) exhorted king Henrie the eight to take in hand. In: HAKLUYT, Richard. **Divers voyages touching the discovery of America and the islands adjacent**. Edited by John Winter Jones. London: Printed for the Hakluyt Society, 1850b.

WILLES, Richard. **The history of trauayle in the West and East Indies, and other countreys lying eyther way, towardes the fruitfull and ryche Moluccaes as**

Moscouia, Persia, Arabia, Syria, Ægypte, Ethiopia, Guinea, China in Cathayo, and Giapan: with a discourse of the Northwest passage. Gathered in parte, and done into Englyshe by Richarde Eden. Newly set in order, augmented, and finished by Richarde Willes. Imprinted at London by Richarde Iugge, 1577. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo/A20049.0001.001?view=toc>. Acesso em: 13 dez. 2022.

WILLIAMSON, James. **The Cabot voyages and Bristol discovery under Henry VII.** With the Cartography of the Voyages by R. A. Skelton. New York: Cambridge University Press for The Hakluyt Society, 1962.

WILLIAMSON, James. **The voyages of the Cabots and the English discovery of North America under Henry VII and Henry VIII.** London: The Argonaut Press, 1929.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Rolena. The discursive encounter of Spain and America: the authority of eyewitness testimony in the writing of History. **The William and Mary Quarterly**. Vol. 49, No. 2, p. 210-228, (Apr) 1992.

ALMEIDA, Onésimo. Sobre a revolução da experiência no Portugal do século XVI: Na pista do conceito de "Experiência a Madre das Cousas". **Actas do Quinto Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas**. Oxford-Coimbra, p. 1617-1625, 1998.

ÁLVAREZ RECIO, Leticia. **Rameras de Babilonia**: historia cultural del anticatolicismo en la Inglaterra Tudor. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2006.

ANDREWS, Kenneth R. **Trade, plunder and settlement**: maritime enterprise and the genesis of the British Empire, 1480-1630. New York: Cambridge University Press, 1984.

APPLEBY, John C. War, politics, and colonization, 1558-162. In: CANNY, Nicholas (ed.). **The origins of empire**: British overseas enterprise to the close of the seventeenth century. The Oxford History of the British Empire, volume I. New York: Oxford University Press, 1998.

ARCINIEGAS, Germán. **America in Europe**: a history of the New World in reverse. New York: Harcourt, Brace, Jovanovich, 1986.

ARENDT, Hannah. **Da revolução**. Tradução Fernando Dídimo Vieira. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Ática, 1988.

ARENDT, Hannah. O que é autoridade? in: **Entre o passado e o futuro**. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

ARMITAGE, David. Literature and empire. In: CANNY, Nicholas (ed.). **The origins of empire**: British overseas enterprise to the close of the seventeenth century. The Oxford History of the British Empire, volume I. New York: Oxford University Press, 1998.

AUXENT, Maria. The experience of the translator: Richard Eden and *A Treatyse of the Newe India* (1553). In: In: KRAUSE, Katja; AUXENT, Maria; WEIL, Dror (ed.). **Premodern experience of the natural world in translation**. New York, NY: Routledge, 2022.

BABCOCK, William H. The Island of the Seven Cities. **Geographical Review**. v. 7, n. 2, p. 98-106, Feb. 1919.

BALDWIN, R. C. D. Borough, Stephen (1525–1584). **Oxford Dictionary of National Biography**. Oxford University Press, 2004.

BARNES, Jonathan. **Aristotle: A very short introduction**. New York: Oxford University Press, 2000.

BECHER, A. B. The voyages of Martin Frobisher. **The Journal of the Royal Geographical Society of London**. v. 12, p. 1-20, 1842.

BIGNOTTO, Newton. O círculo e a linha. In: NOVAES, Adauto (Org). **Tempo e História**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORJA GÓMEZ, Jaime H. **Los indios medievales de fray Pedro de Aguado: construcción del idólatra y escritura de la historia en una crónica del siglo XVI**. Bogotá: CEJA, 2002.

CAMPBELL, Anna M. The Great Chronicle of the city of London. **The Journal of the Rutgers University Libraries**. Vol. 3, n. 1, p. 7-13, 1939.

CAÑIZARES-EGUERRA, Jorge. Typology in the Atlantic world: early modern readings of colonization. In: BAYLIN, Bernard; DENAULT, Patricia. **Soundings in Atlantic history**. Harvard University Press, 2009.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. Iberian science in the Renaissance: ignored how much longer? **Perspectives on Science**. 12 (1), p. 86-124, 2004.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. La conquista como batalla de contratos. In: ALVEAL, Carmen; DIAS, Thiago (org.). **Espaços coloniais: domínios, poderes e representações**. São Paulo: Editorial Alameda, 2019.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. **Puritan conquistadors**. Iberianizing the Atlantic, 1550-1700. Stanford, California: Stanford University Press, 2006.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. Typological readings of nature: The Book of Nature in Lastanosa's Age. In: REY-BUENO, Mar; LÓPEZ-PÉREZ, Miguel (ed.). **Lastanosa: Art and Science in the Spanish Baroque**. Cambridge Scholars Publishing, 2008.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge; BREEN, Benjamin. Hybrid Atlantics: future directions for the history of the Atlantic World. **History Compass**, 11, p. 597-609, 2013.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge; DIXON, Bradley. 'O lapso do rei Henrique VII': inveja imperial e a formação da América Britânica. In: CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge; FERNANDES, Luiz Estevam O.; MARTINS, Maria Cristina Bohn (org.). **As Américas na primeira modernidade (1492-1750)**. vol. 1. Curitiba: Prismas, 2017.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge; FERNANDES, Luiz Estevam O.; MARTINS, Maria Cristina Bohn. Introdução: As Américas na Primeira Modernidade. In: CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge; FERNANDES, Luiz Estevam O.; MARTINS, Maria Cristina Bohn (org.). **As Américas na primeira modernidade (1492-1750)**. vol. 1. Curitiba: Prismas, 2017.

CANNY, Nicholas. The origins of empire: an introduction. In: CANNY, Nicholas (ed.). **The origins of empire: British overseas enterprise to the close of the seventeenth century**. The Oxford History of the British Empire, volume I. New York: Oxford University Press, 1998a.

CANNY, Nicholas. England's New World and the Old, 1480s-1630s. In: CANNY, Nicholas (ed.). **The origins of empire: British overseas enterprise to the close of the seventeenth century**. The Oxford History of the British Empire, volume I. New York: Oxford University Press, 1998b.

CARRERA DE LA RED, Micaela. El segundo viaje de Cristóbal Colón (1493-1496): análisis histórico-lingüístico de documentación original. **Revista de Filología**, n. 18, p. 53-73, 2000.

CARVALHO, Joaquim Barradas de. As fontes de Duarte Pacheco Pereira no "Esmeraldo de Situ Orbis". **Revista de História**, v. 30, n. 62, p. 347-362, 1965.

CATTANEO, Angelo. European medieval and renaissance cosmography: a story of multiple voices. **Asian Review of World Histories**. 4:1, p. 35-81, January 2016.

CATTANEO, Angelo. Venice, Florence, and Lisbon. Commercial routes and networks of knowledge, 1300-1550. In: LEVENSON, Jay (ed.). **Encompassing the globe: Portugal and the world in the 16th & 17th Centuries**. Washington, D.C.: Arthur M. Sackler Gallery, Smithsonian Institution, 2007.

CAVALCANTE, Berenice. Antigos e modernos: histórias de uma tradição. In: CAVALCANTE, Berenice *et al.* **Modernas tradições**. Percursos da cultura ocidental séculos XV-XVII. Rio de Janeiro: Access, 2002.

CHAPARRO MARTÍNEZ, Sandra. Exemplum. Tácito y la historia ejemplar providencialista. In: BADILLO O'FARREL, Pablo; PASTOR PÉREZ, Miguel A. (Eds.). **Tácito y tacitismo en España**. Barcelona: Anthropos, 2013. p. 119-142.

CHASE, Michael. Experience and knowledge among the Greeks: from the Presocratics to Avicenna. In: KRAUSE, Katja; AUXENT, Maria; WEIL, Dror (ed.). **Premodern experience of the natural world in translation**. New York, NY: Routledge, 2022.

CONDON, Margaret; JONES, Evan. William Weston: early voyager to the New World. **Historical Research**, 91(254), p. 628-646, 2018.

COOK, Harold J. Ancient wisdom, the golden age, and Atlantis: The New World in sixteenth-century cosmography. **Terrae Incognitae**, v.10, p. 25-43, 1978.

COSTA, Ricardo da. Por uma geografia mitológica: A lenda medieval do Preste João, sua permanência, transferência e "morte". **História**. Revista do Departamento de História da UFES. n. 9, p. 53-64, 1999.

CRACIUN, Adriana. **Writing arctic disaster**. Authorship and exploration. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

CRANKSHAW, David J. *The Tudor Privy Council, c.1540-1603*. **Cengage Learning EMEA**, p. 1-42, 2009.

DALTON, Heather. **Merchants and explorers: Roger Barlow, Sebastian Cabot, and Networks of Atlantic Exchange 1500–1560**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

DAY, Alan. **Historical dictionary of the discovery and exploration of the Northwest Passage**. Lanham: Scarecrow Press, 2006.

DELUMEAU, Jean. **A civilização do Renascimento**. Vol. I. Tradução Manuel Ruas. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

DEWEY, John. An empirical survey of empiricisms. In: BOYDSTON, Jo Ann (Ed.). **John Dewey: the later works, 1925-1953**. Volume 11. Carbondale and Edwardsville: Southern Illinois University Press, 1987.

DILKE, Oswald A. W.; DILKE, Margaret S. Ptolemy's *Geography* and the New World. In: WILLIAMS, Jerry M.; LEWIS, Robert E. **Early images of the Americas: transfer and invention**. Tucson: University of Arizona Press, 1993.

DOMINGO, Rafael. **Auctoritas**. Barcelona: Editorial Ariel, 1999.

DORÉ, Andréa. America Peruana e Oceanus Peruvianus: uma outra cartografia para o Novo Mundo. **Revista Tempo**, vol. 20, p. 1-22, 2014.

EICHHOLZ, D. E. Aristotle's theory of the formation of metals and minerals. **The Classical Quarterly**. Vol. 43, n. 3/4, p. 141-146, Jul.-Oct. 1949.

ELLIOTT, John H. **Empires of the Atlantic world: Britain and Spain in America, 1492–1830**. New Haven/ London: Yale University Press, 2006.

ELLIOTT, John. Renaissance Europe and America: a blunted impact? In: CHIAPPELLI, Fredi (ed.). **First images of America: the impact of the New World on the Old**. v.1, Berkeley: Berkeley University Press, 1976.

ELLIS, Henry. Preface. In: FABYAN, Robert. **The new chronicles of England and France**. London: printed for F.C. and J. Rivington; T. Payne; Wilkie and Robinson; Longman, Hurst, Rees, Orme and Co.; Cadell and Davies; J. Mawman; and J. Johnson and Co., 1811.

ELTON, Geoffrey Rudolph. **England under the Tudors**. London: The Folio Society, 1997.

ELTON, Geoffrey Rudolph. The Privy Council. In: **Tudor Revolution in Government**. Cambridge: Cambridge University Press, 1953.

FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. Nação e fé no século XVI. Guerras de religião e a América. In: Barral, María Elena; Silveira, Marco Antonio. (Org.). **Historia, poder e instituições**. Diálogos entre Brasil y Argentina. 1ed. Rosario: Prohistoria/Universidad Nacional de Rosario, 2015, v. 1, p. 17-46.

FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. Nos limites do mundo: ingleses, cimarrones e espanhóis no Panamá (1572-1600). In: ACRUCHE, Hevelly Ferreira; SILVA, Bruno (Org.). **As Américas em perspectiva: das conquistas às independências**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2023 (prelo). p. 71-96.

FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. Hereges nos mares de Deus: a ação de corsários como episódio das guerras de religião no século XVI. **Revista Territórios & Fronteiras**. Cuiabá, v. 7, n. 1, jan.-jun., p. 172-201, 2014.

FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira; KALIL, Luís Guilherme Assis; REIS, Anderson Roberti dos. Introdução. In: FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira; KALIL, Luís Guilherme Assis; REIS, Anderson Roberti dos (org.). **Sobre o Novo Mundo: a história e a historiografia das Américas na Primeira Modernidade em dez entrevistas**. Curitiba: Prismas, 2018.

FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira; REIS, Anderson Roberti. 1492: partos do fecundo oceano. Relatos históricos sobre o descobrimento da América em dois tempos (as Décadas de Anglería e de Herrera). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 30, n. 54, p.727-751, set/dez 2014.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. **Cristóvão Colombo**. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. Introduction. In: ELTON, Geoffrey Rudolph. **England under the Tudors**. London: The Folio Society, 1997.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. **Before Columbus**. Exploration and colonisation from the Mediterranean to the Atlantic, 1229-1492. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1987.

FITZMAURICE, Andrew. **Sovereignty, property and empire, 1500-2000**. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 2014.

FREITAS, Bernardino José da Sena. **Memoria historica sobre o intentado, descobrimento de uma supposta ilha ao norte da Terceira nos annos 1649-1770**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1845.

FROUDE, James. England's forgotten worthies. In: FROUDE, James. **Essays on history and literature**. London: J. M. Dent & Co; New York: Dutton, 1906.

FULLER, Mary. **Remembering the Early Modern Voyage**. English narratives in the age of European expansion. New York: PALGRAVE MACMILLAN, 2008.

FULLER, Mary. Richard Hakluyt (ca. 1530–1591). **Encyclopedia Virginia**. Virginia Humanities, (22 Dec. 2021). Disponível em: <https://encyclopediavirginia.org/entries/hakluyt-richard-ca-1530-1591>. Acesso em: 16 abr. 2023.

FULLER, Mary; WOLFE, Brendan. Richard Hakluyt (1552–1616). **Encyclopedia Virginia**. Virginia Humanities, (22 Dec. 2021). Disponível em: <https://encyclopediavirginia.org/entries/hakluyt-richard-1552-1616>. Acesso em: 16 abr. 2023.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**; tradução de Flávio Paulo Meurer. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**. Verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOLDIE, Matthew Boyd. **The idea of the antipodes: place, people, and voices.** New York: Routledge/ Taylor & Francis, 2010.

GONZÁLEZ SÁNCHEZ, Carlos Alberto. El Atlántico, paradigma de la novedad en la época del renacimiento. Imaginario y realidade. **Anos 90.** v. 24, n. 45, p. 23-44, jul. 2017.

GOULD, Eliga. Entangled histories, entangled worlds: The English-speaking Atlantic as a Spanish periphery. **The American Historical Review.** v. 112, n. 3, p. 764-786, June 2007.

GRAFTON, Anthony. **New worlds, ancient texts: the power of tradition and the shock of Discovery.** Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

GUIDI-BRUSCOLI, Francesco. John Cabot and his Italian financiers. **Historical Research,** vol. 85, n. 229, p. 372-393, August 2012.

GUIDI-BRUSCOLI, Francesco. Navegadores italianos e as ilhas atlânticas no *De Canaria* de Boccacio. In: MAIA, José dos Santos. **O mar como futuro de Portugal** (c.1223 – c.1448). A propósito da contratação de Manuel Pessanha como Almirante por D. Dinis. Actas XV Simpósio de História Marítima. Lisboa: Academia de Marinha, 2019.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos sentidos.** São Paulo: Ed. 34, 1998.

GWYN, David. Richard Eden cosmographer and alchemist. **The Sixteenth Century Journal.** v. 15, n. 1, p. 13-34, Spring 1984.

HADFIELD, Andrew. Peter Martyr, Richard Eden and the New World: reading, experience and translation. **Connotations.** v. 51, p. 1-22, 1995/1996.

HARPER, Douglas. Etymology of adventure. **Online Etymology Dictionary,** <https://www.etymonline.com/word/adventure>. Acesso em 13 abr. 2023.

HARRISSE, Henry. **John Cabot, the discoverer of North America and Sebastian, his son.** A chapter of the maritime history of England under the Tudors, 1496-1557. London: Benjamin Franklin Stevens, 1896.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

HUNT, Edwin S. **The medieval supercompanies**: a study of the Peruzzi Company of Florence. Cambridge University Press, 1994.

JACKSON, Peter. Marco Polo and his "Travels." **Bulletin of the School of Oriental and African Studies**, 61(01), 82, p. 82-101, 1998.

JAY, Martin. **Songs of experience**: modern American and European variations on a universal theme. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2005.

JENKINSON, Anthony. Anthony Jenkinson to the Queen. To the Quenes Moste Excellente Maiestie. In: MORGAN, Edward Delmar; COOTE, Charles Henry (ed.). **Early voyages and travels to Russia and Persia**. Vol. 1. London: Printed for the Hakluyt Society, 1886.

JOHNSON, Donald. **Phantom islands of the Atlantic**. New York: Walker and Co., 1996.

JONES, Evan. Alwyn Ruddock: 'John Cabot and the Discovery of America'. **Historical Research**, vol. 81, no. 212, p. 224-254, May 2008.

JONES, Evan. Bristol, Cabot and the New Found Land, 1496-1500. In: POPE, Peter; LEWIS-SIMPSON, Shannon (ed.). **Exploring Atlantic transitions**: archaeologies of permanence and transience in new found lands. Vol. 7. Woodbridge, Suffolk: Boydell & Brewer, 2013.

JONES, Evan. Henry VII and the Bristol expeditions to North America: the Condon documents. **Historical Research**, vol. 83, n. 221, p. 444-454, August 2010.

JONES, Evan. The *Matthew* of Bristol and the Financiers of John Cabot's 1497 Voyage to North America. **English Historical Review**, Vol. CXXI, n. 492, p. 778-795, June 2006.

KALIL, Luís Guilherme de Assis. **As teorias sobre a origem dos indígenas (séculos XVI e XIX)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

KAUFFMAN, George B. The role of gold in alchemy. Part I. **Gold Bull.** 18, (1), p. 31-44, 1985.

KEEN, Benjamin. **The Aztec image in western thought.** New Brunswick: Rutgers University Press, 1990.

KIENING, Christian. **O sujeito selvagem:** pequena poética do Novo Mundo. Tradução de Silvia Nauroski. São Paulo: EDUSP, 2014.

KINGSFORD, Charles Lethbridge (ed.). **Chronicles of London.** Oxford: Clarendon Press, 1905.

KOHUT, Karl. El humanismo español y América en el siglo XVI. In: **Actas del X Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas:** Barcelona 21-26 de agosto de 1989. coord. por Antonio Vilanova Andreu. v. 1, p. 475-484, 1992.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo:** estudos sobre história. tradução Markus Hediger. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado.** Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006.

KRAUSE, Katja. The epistemic authority of translations: Albert the Great, Thomas Aquinas, and John Buridan on Aristotle's *empeiria*. In: KRAUSE, Katja; AUXENT, Maria; WEIL, Dror (ed.). **Premodern experience of the natural world in translation.** New York, NY: Routledge, 2022.

KUPPERMAN, Karen. Introduction: The changing definition of America. In: KUPPERMAN, Karen (org.). **America in European consciousness, 1493-1750.** North Carolina: The University of North Carolina Press, 1995.

LE GOFF, Jacques. Antigo/Moderno. In: **Enciclopédia Einaudi,** Lisboa, IN-CM, vol.1 - *Memória-História.* 1997.

LE GOFF, Jacques. **Heróis e maravilhas da Idade Média.** tradução de Stephania Matousek. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LE GOFF, Jacques. Maravilhoso. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Coord.). **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. Sl, 2002.

LINS, Carlos Otávio Bandeira. **Legislador racional e *auctoritas***. 2009. Tese (Doutorado em Filosofia do Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MACMILLAN, Ken. Discourse on history, geography, and law: John Dee and the limits of the British empire, 1576-80. **Canadian Journal of History**; Saskatoon, v. 36, Ed. 1, p. 1-25, Apr. 2001.

MARKHAM, Albert Hastings (ed.). **The voyages and works of John Davis, the navigator**. London: Printed for the Hakluyt Society, 1880.

MARKHAM, Clements R. **A life of John Davis, the navigator, 1550-1605, discoverer of Davis straits**. New York: Dodd, Mead & Company, 1889.

MARTÍNEZ GARNICA, Armando. De la metáfora al mito: la visión de las crónicas sobre el tianguis prehispánico. **Historia Mexicana**, v.34, n.4, p. 685-700, (Apr.-Jun.) 1985.

MAYERS, Kit. **The first English explorer: The life of Anthony Jenkinson (1529-1611) and his adventures on the route to the Orient**. Leicestershire: Troubador Publishing Ltd, 2016.

MCDERMOTT, James. Michael Lok, mercer and merchant adventurer. In: SYMONS, Thomas; (ed.). **Meta Incognita: A discourse of discovery**. Volume 1: Martin Frobisher's arctic expeditions, 1576-1578. Hull, Quebec, Canada: Canadian Museum of Civilization, 1999a.

MCDERMOTT, James. The Company of Cathay: the financing and organization of the Frobisher Voyages. In: SYMONS, Thomas; (ed.). **Meta Incognita: A discourse of discovery**. Volume 1: Martin Frobisher's arctic expeditions, 1576-1578. Hull, Quebec, Canada: Canadian Museum of Civilization, 1999b.

MCINTOSH, Gregory C. **The interplay and merging of early sixteenth century new world cartographies**. 2 ed. Plus Ultra Publishing Company, 2015.

Middle English Compendium. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/m/middle-english-dictionary/dictionary/MED43218>. Acesso em: 26 jan. 2023.

MINNIS, Alastair. **Medieval theory of authorship:** scholastic literary attitudes in the later Middle Ages. London: Scolar Press, 1984.

NEALE, Frances (ed.). **William Worcestre:** the topography of medieval Bristol. Bristol: Bristol Record Society, 2000.

NIAYESH, Ladan. Form myth to appropriation: English discourses on the Strait of Anian (1566-1628). In: REGARD, Frédéric (ed.). **The quest for the Northwest Passage:** knowledge, nation and empire, 1576–1806. New York: Routledge, 2013.

O'GORMAN, Edmundo. **A invenção da América.** São Paulo: Unesp, 1992.

OLIVER, James. **The Bering Strait crossing:** A 21st Century frontier between East and West. Information Architects, 2006.

PAGDEN, Anthony. Entrevista. In: FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira; KALIL, Luís Guilherme Assis; REIS, Anderson Roberti dos (org.). **Sobre o Novo Mundo:** a história e a historiografia das Américas na Primeira Modernidade em dez entrevistas. Curitiba: Prismas, 2018.

PAGDEN, Anthony. **Lords of all the world:** Ideologies of empire in Spain, Britain and France, c. 1500-c. 1800. New Haven: Yale University Press, 1995.

PAGDEN, Anthony. **Peoples and empires:** a short history of European migration, exploration, and conquest, from Greece to the present. New York: Modern Library, 2001.

PAGDEN, Anthony. **The fall of natural man:** The American Indian and the origins of comparative ethnology. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

PAGDEN, Anthony. The struggle for legitimacy and the image of empire in the Atlantic to c.1700. In: CANNY, Nicholas (ed.). **The origins of empire:** British overseas enterprise to the close of the seventeenth century. The Oxford History of the British Empire, volume I. New York: Oxford University Press, 1998.

PEACOCK, Annabel. **The Men of Bristol and the Atlantic Discovery Voyages of the Fifteenth and Early Sixteenth Centuries**. 2007. Dissertation (MA in Medieval and Early Modern History), University of Bristol, Bristol, 2007.

PEREIRA, Luisa Rauter. Teoria da história alemã e filosofia política francesa: um diálogo entre Reinhart Koselleck e Marcel Gauchet. In: XVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento Histórico e Diálogo Social, 2013, Natal. **Anais do XVII Simpósio Nacional de História**. Conhecimento Histórico e Diálogo Social. Rio de Janeiro: Editora da AMPUH Nacional, 2013. v. 1. p. 1-15.

PETERSCHMITT, Luc. Bacon and the circle of experience. Translated by Donald Nicholson-Smith. **Archives de Philosophie**, Volume 84, Issue 1, p. 33-49, January 2021.

PETTIGREW, Stephanie; MANCKE, Elizabeth. European expansion and the contested North Atlantic. **Terrae Incognitae**. 50, p. 1-20, 2018.

POTTER, David. **Henry VIII and Francis I: The final conflict, 1540-1547**. Leiden and Boston: Brill, 2011.

PRIETO, Andrés. Alexander and the Geographer's Eye: Allegories of knowledge in Martín Fernández de Enciso's *Suma de geographía* (1519). **Hispanic Review**. v. 78, n. 2, p. 169-188, Spring 2010.

PROBASCO, Nathan J. **Researching North America: Sir Humphrey Gilbert's 1583 Expedition and a Reexamination of Early Modern English Colonization in the North Atlantic World**. 2013. Dissertation (Doctor of Philosophy. History). University of Nebraska – Lincoln, 2013. Disponível em: <https://digitalcommons.unl.edu/historydiss/56> Acesso em: 03 fev. 2023.

QUINN, David. John Day and Columbus. **The Geographical Journal**, Vol. 133, N. 2, p. 205-209, Jun. 1967.

QUINN, David. The argument for the English discovery of America between 1480 and 1494. **The Geographical Journal**, Vol. 127, N. 3, p. 277-285, Sep. 1961.

QUINN, David. The Italian renaissance and Columbus. **Renaissance Studies**. Vol. 6 n. 3-4, p. 352-359, 1992.

QUINN, David B. INGRAM, DAVID. In **Dictionary of Canadian Biography**, vol. 1, University of Toronto/Université Laval, 2003 accessed April 20, 2023, http://www.biographi.ca/en/bio/ingram_david_1E.html.

RAJOBAC, Raimundo. Experiência hermenêutica e formação para o reconhecimento em Gadamer. **Revista Espaço Acadêmico**. n. 134, Ano XII, 2012.

REDONDO, Manuel Ferreira Garcia. **O descobrimento do Brasil**. Prioridade dos portugueses no descobrimento da America. São Paulo: Casa Vanorden, 1911.

RIBEIRO, Alaide Matias. **A África na geografia de Estrabão**: a construção de paisagens egípcias, etíopes e líbias no império romano. 2022. Dissertação (mestrado). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2022.

ROCHA, André Pereira. Hierocracia ameaçada: a *auctoritas* e a *postestas* como conceitos fundamentais na documentação pontifícia de Bonifácio VIII (1235-1303) e Clemente V (1264-1314). **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 22, n. 1, p. 39-67, 2016.

RUDDOCK, Alwyn A. The reputation of Sebastian Cabot. **Historical Research**, 47, p. 95-99, 1974.

RUDDOCK, Alwyn. John Day of Bristol and the English voyages across the Atlantic before 1497. **The Geographical Journal**. Vol. 132, n. 2, p. 225-233, Jun. 1966.

RÜEGG, Walter (coord.). **Uma história da universidade na Europa**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996.

RUNDALL, Thomas (ed.). **Narratives of voyages towards the North-west, in search of a passage to Cathay and India, 1496 to 1631**: with selections from the early records of the honourable the East India Company and from Mss. in the British Museum. London: Hakluyt Society, 1849.

SCHWARZ, Astrid. The becoming of the experimental mode. *scientiæ studia*, São Paulo, v. 10, special issue, p. 65-83, 2012.

SEED, Patrícia. **Cerimônias de posse na conquista européia do Novo Mundo (1492-1640)**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SEED, Patricia. Modern. In: MAC CARTHY, Ita (ed.). **Renaissance keywords**. Oxford: Legenda, 2013.

SEED, Patricia. Taking possession and reading texts: establishing the authority of overseas empires. **The William and Mary Quarterly**. Vol. 49, n. 2 p. 183-209, Apr. 1992.

SERRAS, Adelaide Meira. Na rota do Império, segundo John Dee. In: Ferreira, J. Carlos Viana; Malafaia, Teresa de Ataíde (org.). **The British Empire**. Ideology, perspectives, perceptions/**O Império Britânico**. Ideologias, perspectivas, percepções. Lisboa: Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa, 2010.

SHAPIN, Steven. **A social history of truth**: civility and science in seventeenth-century England. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

SHERMAN, William H. **John Dee**: the politics of reading and writing in the English Renaissance. Amherst: University of Massachusetts Press, 1995.

SHIELDS, David S. John Rastell's The IIII Elements. **The Papers of the Bibliographical Society of America**, v. 107, n. 3, p. 297-309, September 2013.

SHIRLEY, Rodney W. **The mapping of the world**: early printed world maps, 1472-1700. London: Holland Press, 1983.

SILVA, Carolina Gual. A construção da *auctoritas* no *Decretum* de Graciano: o papel da tradição e do *auctor* em um texto jurídico do século XII. **Revista de História**. n. 181, p. 1-18, 2022.

SILVA, José Manuel Azevedo e. As ilhas afortunadas e o Atlântico greco-romanos, na visão de Leonardo Torriani. In: OLIVEIRA, Francisco de; THIERCY, Pascal; VILAÇA, Raquel (coord.). **Mar greco-latino**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

SKELTON, R. A. Cabot, Sebastian. In: **Dictionary of Canadian Biography**. vol. 1. University of Toronto/Université Laval, 2003. Disponível em: http://www.biographi.ca/en/bio/cabot_sebastian_1E.html. Acesso em: 10 nov. 2022.

SKELTON, R. A. The cartography of the voyages. In: WILLIAMSON, James. **The Cabot voyages and Bristol discovery under Henry VII**. With the Cartography of the Voyages by R. A. Skelton. New York: Cambridge University Press for The Hakluyt Society, 1962.

SOUZA, Thomaz Oscar Marcondes de. **O descobrimento do Brasil estudo critico de acordo com a documentação historico-cartografica e a náutica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

STALLARD, Avan Judd. **Antipodes: in search of the southern continent**. Clayton, Victoria: Monash University Publishing, 2016.

STEVENSON, Edward L. **Terrestrial and celestial globes: their history and construction**. New Haven: Yale University Press, 1921.

SUÁREZ, Thomas. **Shedding the veil: mapping the European discovery of America and the world**. Singapore: World Scientific Publishing, 1992.

TAYLOR, E. G. R (ed.). The original writings and correspondence of the two Richard Hakluyts. Volume I. London: Printed for the Hakluyt Society, 1935.

TAYLOR, E. G. R. A Letter dated 1577 from Mercator to John Dee. **Imago Mundi**, v. 13, p. 56-68, 1956.

TAYLOR, E. G. R. John Dee and the map of North-East Asia. **Imago Mundi**, v. 12, p. 103-106, 1955.

The historical thesaurus of English. Disponível em: <https://ht.ac.uk/category-selection/?qsearch=strange>. Acesso em: 29 abr. 2023.

TIEPOLO, M. F. Documenti Veneziani su Giovanni Caboto. **Studi Veneziani**, 15, p. 585-597, 1973.

TILLINGHAST, W. H. The geographical knowledge of the ancients. In: WINSOR, Justin (ed.). **Narrative and critical history of America**. vol. 1. Boston: Houghton-Mifflin, 1889.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VALENCIA SUÁREZ, María Fernanda. Visiones inglesas sobre la región maya en el siglo XVI. **Península**. v. 10, Issue 2, p. 71-96, July–December 2015.

VIANNA, Luciano José. A auctoritas da linhagem dos ynglingos na obra de Snorri Sturluson (c. 1179-1241). **Revista Ágora**. n.30, p. 102-118, 2019.

VIGNERAS, Louis. New light on the 1497 Cabot voyage to America. **Hispanic American Historical Review**. 36, p. 503-506, 1956.

VIGNERAS, Louis. The Cape Breton landfall: 1494 or 1497. Note on a letter by John Day. **Canad. hist. Rev.** 38, 1957.

WALLIS, Helen. England's search for the Northern Passages in the Sixteenth and early Seventeenth Centuries. **Arctic**. v. 37, n. 4 (Unveiling the Arctic), p. 453-472 (Dec. 1984).

WASHBURN, Wilcomb. The meaning of "Discovery" in the fifteenth and sixteenth centuries. **The American Historical Review**. v.68, n.1, p. 1-21, Oct. 1962.

ZIOLKOWSKI, Jan. Cultures of authority in the long Twelfth Century. **The Journal of English and Germanic Philology**, vol. 108, n. 4, p. 421-448, 2009.

